



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

RAONI BORGES BARBOSA

**EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS: um estudo sobre as apropriações
morais da *Chacina do Rangel***

Recife

2019

RAONI BORGES BARBOSA

**EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS: um estudo sobre as apropriações morais da
Chacina do Rangel**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Área de Concentração; Antropologia

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238e Barbosa, Raoni Borges.
 Emoções, lugares e memórias : um estudo sobre apropriações
 morais da Chacina do Rangel / Raoni Borges Barbosa. – 2019.
 418f. il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roberta Bivar Carneiro Campos.
 Coorientador: Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.
 Inclui referências.

 1. Antropologia. 2. Emoções. 3. Memória. 4. Violência urbana – João
 Pessoa (PB). I. Campos, Roberta Bivar Carneiro (Orientadora). II.
 Koury, Mauro Guilherme Pinheiro (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-158)

RAONI BORGES BARBOSA

**EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE AS APROPRIAÇÕES
MORAIS DA *CHACINA DO RANGEL***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Aprovada em 27/02/2019

Profa. Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE) – Orientadora

Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB) – Co-orientador

Prof. Dr. Parry Scott (UFPE) – Examinador Interno

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (UFPE) – Examinador Interno

Profa. Dra. Simone Magalhães Brito (UFPB) – Examinador Externo

Prof. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR) – Examinador Externo

Prof. Dr. Hugo Menezes Neto (UFPE) – Suplente de Examinador Interno

Profa. Dra. Cornélia Eckert (UFRGS) – Suplente de Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Roberta Bivar Carneiro Campos e ao OCRE – Observatório de Cultura, Religiosidades e Emoções por esta bem sucedida experiência de orientação junto ao Curso de Doutorado em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE.

Agradeço ao Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury e ao GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções pela oportunidade de fazer parte de uma rede conceituada de pesquisadores da Antropologia e Sociologia das Emoções.

Agradeço a Capes pela bolsa concedida para a consecução desta empresa.

Agradeço ao conjunto de professores e de colegas de trabalho do PPGA/UFPE. Dentre estes, agradeço mais intensamente aos colegas de jornada acadêmica Verônica, Thiago, Lia, Berlano, Cleonardo, Rita, Emmanuel, Christina, Fabyana, Hosana e Fabiano pelo companheirismo compartilhado ao longo do curso de doutorado.

Agradeço, ainda, a banca examinadora desta tese, composta pelos Professores Doutores Russel Parry Scott, Alex Giuliano Vailati, Simone Magalhães Brito, Ciméa Barbato Bevilaqua, Hugo Menezes Neto e Cornélia Eckert, por ter aceitado participar de tão importante momento e pela leitura atenta da tese.

Agradeço, por fim, aos meus pais e aos meus irmãos por sempre terem me apoiado na minha formação acadêmica!

Em especial agradeço à minha namorada Monijany Lins de Góis pelo apoio de sempre!

RESUMO

O evento trágico do crime de chacina entre iguais, transformado pelos empreendedores morais da cidade de João Pessoa na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, pode ser considerado como um divisor de águas na história do bairro do *Varjão/Rangel* e nas memórias que os moradores alimentam sobre o mesmo. Transcorridos mais de nove anos desde o fatídico 09 de julho de 2009 em que o ato de violência banal e cruel se consumou, o tema ainda permanece um tabu e objeto de vergonha e silêncio por parte dos moradores, mas também como objeto e momento de reflexão sobre as promessas feitas e, no mais das vezes, não realizadas, pelos empreendedores morais da cidade oficial, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, - que se aventuraram na apropriação moral e moralizante do crime de chacina como narrativa dramática de *Chacina do Rangel*. O exercício etnográfico de perceber e compreender os interditos, os breves desabafos e as sutis ironias e ressentimentos que compõem as memórias dos moradores do bairro do Varjão/Rangel sobre este *momento crítico* das sociabilidades pessoalizadas e engolfadas de uma figuração social pobre e estigmatizada, - mas bastante preocupada em manter e preservar suas fachadas individuais e coletivas de pessoas *de bem* que lutam pelo reconhecimento moral da cidade de João Pessoa, - foi possível somente mediante um conjunto de estratégias metodológicas entrecruzadas. Estas estratégias combinaram procedimentos vários, como a observação direta do local do crime e arredores, a montagem de um banco de imagens sobre crimes banais e cruéis ocorridos na cidade de João Pessoa, passeios diversos pelo bairro do Varjão/Rangel como morador atípico e um extenso levantamento histórico, geográfico e sociopolítico de acontecimentos pertinentes no bairro, de modo a possibilitar uma abordagem compreensiva das *equivocações* entre a *cidade oficial* e sua narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*, por um lado, e o bairro popular estigmatizado com sua narrativa inversa de *trauma cultural* sobre o crime de chacina entre iguais ali ocorrido.

Palavras-chaves: Emoções e moralidades. Lugares e memórias. Cidade de João Pessoa e bairro do Varjão/Rangel. *Chacina do Rangel*. Empreendedorismo moral.

ABSTRACT

The tragic event of the crime of slaughter among equals, transformed by the moral entrepreneurs of the city of João Pessoa in the public and dramatic narrative of *Slaughter of Rangel*, can be considered as a watershed in the history of the neighborhood of Varjão / Rangel and in the memories that the locals feed on it. More than nine years after the fateful July 9, 2009, when the act of banal and cruel violence was consummated, the theme still remains a taboo and an object of shame and silence on the part of the residents, but also as object and moment of reflection on the promises made, and most often unrealized, by the moral entrepreneurs of the official city - the local media, the Catholic Church and the Public Administration - who ventured into the moral and moralizing appropriation of the crime of slaughter as a dramatic narrative of *Slaughter of Rangel*. The ethnographic exercise of perceiving and understanding the interdicts, the brief outbursts and the subtle irony and resentment that compose the memories of the residents of the neighborhood of Varjão/Rangel on this critical moment of the socialized and engulfed sociabilities of a poor and stigmatized social figuration, - but very concerned about maintaining and preserving its individual and collective façades of good people who are fighting for the moral recognition of the city of João Pessoa, - was only possible through a set of interlocking methodological strategies. These strategies combined several procedures, such as direct observation of crime scene and its surroundings, the assembly of a bank of images about banal and cruel crimes in the city of João Pessoa, several walks through the neighborhood of Varjão/Rangel as an atypical resident and an extensive historical, geographic and sociopolitical survey of pertinent events in the neighborhood, in order to allow a comprehensive approach to the mistakes between the official city and its public and dramatic narrative of *Slaughter of Rangel*, on the one hand, and the stigmatized popular neighborhood with its inverse narrative of cultural trauma about the crime of slaughter between equals there.

Keywords: Emotions and moralities. Places and memories. City of João Pessoa and the neighborhood of Varjão/Rangel. *Slaughter of Rangel*. Moral entrepreneurship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A CHACINA DO RANGEL NO CONTEXTO SÓCIOHISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DO BAIRRO DO VARJÃO/RANGEL: UMA DESCRIÇÃO Densa.....	34
2. 1	Emoções, lugares e memórias: uma breve história do bairro do Varjão/Rangel no contexto de modernização conservadora da cidade de João Pessoa.....	39
2. 2	A <i>Chacina do Rangel</i> : uma descrição densa	86
2. 3	O contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da <i>Chacina do Rangel</i>	148
3	OS USOS MORAIS DA VIOLÊNCIA URBANA BANAL E CRUEL: A CHACINA DO RANGEL COMO NARRATIVA PÚBLICA E DRAMÁTICA DE ESCANDALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA COTIDIANA E DE OFENSIVA CIVILIZADORA E A NARRATIVA INVERSA DE TRAUMA CULTURAL DOS MORADORES DO VARJÃO/RANGEL	204
3.4	O ritual dramático de construção midiática de problemas públicos: <i>Chacina e Monstro do Rangel</i> como formas de acusação e apropriação moral e emocional da pobreza urbana.....	211
3.5	A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso	276
3.6	A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano	293
3.7	A violência urbana banal e cruel sob a ótica dos moradores do Varjão/Rangel: Empreendedores morais de um <i>trauma cultural</i>	339
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	395
	REFERÊNCIAS.....	401

1. INTRODUÇÃO¹

Sentado em uma pá, via-se um bebê desconhecido a quem tinham arrancado a cabeça.

Face ao impensável, que tomara forma, nenhum de nós ousava falar.

Alguém pode imaginar o que significa ver um bebê decapitado sentado em uma pá?

É como se todas as línguas do mundo ficassem esquecidas, como se todos os livros escritos se tivessem reduzido a pó. E como se alguém pudesse ficar feliz com tal coisa; por pessoas como nós não terem direito a falar ou escrever ou deixar qualquer traço na História (ZIMLER, 2010, p. 114s).

O presente estudo buscou analisar a relação densa e tensa entre a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel no contexto de elaboração de narrativas públicas sobre um ato de violência banal e cruel transformado em *evento crítico* ou *situação-limite* (JASPERS, 1974; GOFFMAN, 2012)² representativa para a *cultura emotiva*³ (KOURY, 2003) da cidade e

¹“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”. Extraído da Portaria N° 206, de 4 de Setembro de 2018. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”. Extraído da Portaria N° 206, de 4 de Setembro de 2018.

²O conceito de situação limite, de Karl Jaspers (1974), como entendido aqui, remete a uma situação de iminência de falência e de pânico moral, de modo que se estabelecem discursos generalizados de desculpa e acusação em um cenário de indistinção entre pessoas boas e más (HUGHES, 2013; KATZ, 2013). Nestes cenários de ampla desorganização normativa, as vulnerabilidades interacionais, na acepção goffmaniana (GOFFMAN, 2012), são enfatizadas no sentido de borrar as fronteiras e hierarquias que sinalizam para o ator e agente social em jogo comunicacional os meios e fins legítimos da ação, potencializando uma dinâmica micropolítica das emoções (CANDANCE, 1990) de ira/raiva e violência que responde a uma história de mágoas, ressentimentos e vergonha desgraça (SCHEFF, 1990).

³Uma cultura emotiva se caracteriza como lugar de pertença e de realização de projetos, mas também lugar de medos e de envergonhamento. O conceito de cultura emotiva, destarte, abarca as cadeias de interdependência (ELIAS, 1994) e as teias de significado (GEERTZ, 1978) construídas nos processos intersubjetivos cotidianos. A pertença, como emoção basilar de uma cultura emotiva, é o lócus social da manifestação da normalidade normativa e do exercício de semelhança e dessemelhança nos processos de formação de individualidades, de registros únicos de experiência e significação mediante trocas materiais e simbólicas entre indivíduos sociais localmente situados. Indivíduos estes munidos de mapas cognitivos e emocionais que permitem leituras e visões de mundo em um lugar de fala próprio, mas sempre cultural e socialmente satisfeitos. De acordo com Koury (2003, p. 79): “Ao lançar um mapa sobre um universo simbólico específico que forma um mundo comum, cada indivíduo socialmente, se reconhece e reconhece o outro real e simbólico, que dele e por ele emergem, enquanto semelhança, ou enquanto diferença, ou enquanto ambos”. A proposta da antropologia das emoções, neste sentido, é problematizar a construção de universos simbólicos na relação indivíduo, cultura e sociedade. A conformação do self individual se realiza na sua inserção em uma cultura emotiva dada, onde constrói relações e através delas desenvolve um sentido identitário e de pertença a um espaço interacional e societal. As emoções são, enquanto fato social total (MAUSS, 2003), resultado das relações entre indivíduos e grupos, abrangendo códigos morais e de conduta e gramáticas de sentidos e estranhamentos tecidos no jogo cotidiano das relações. As emoções são os sentimentos dirigidos ao outro e construídos e comunicados no jogo interacional. Elas se objetificam conforme os processos intersubjetivos se cristalizam em códigos de moralidades, memórias, hierarquias e fronteiras sociais, em projetos individuais e coletivos. São, assim, emoções específicas no interior de uma cultura emotiva que orientam a ação, o discurso e as representações sociais, entre outros. As emoções são entendidas como fenômeno social total (MAUSS, 2003, p. 237ss), que abarca as subjetividades, a cultura objetiva por elas construída e também o processo intersubjetivo de construção de sociabilidades. As emoções, assim, constituem um idioma, uma linguagem e uma gramática das relações sociais. Da perspectiva do ator, as emoções são as teias de sentimentos dirigidas aos relacionais; enquanto que, da perspectiva da interação, as emoções se apresentam como as relações e as teias de sentidos entre os atores e agentes sociais. A antropologia das Emoções, que embasou teórica e metodologicamente esta pesquisa, se questiona sobre como os atores e

do bairro: o crime de chacina entre iguais, moral e emocionalmente apropriado como *Chacina do Rangel* pela mídia local, pela Igreja Católica e pela Administração Pública; e, de forma inversa, ressentida e irônica, transformado em *trauma cultural* (ALEXANDER, 2003) pelos moradores do Varjão/Rangel. Tratou-se, assim, de uma *abordagem compreensiva*⁴ (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996; COLOMBO, 2005) sobre como estes *empreendedores morais* (BECKER, 2008) e *cruzados simbólicos*⁵ (GUSFIELD, 1986) da *cidade oficial*⁶, por um lado, e os empreendedores morais e cruzados simbólicos de um bairro popular estigmatizado como problemático (BARBOSA, 2015), por outro lado, performatizaram uma ampla *disputa moral* em torno de públicos e arenas públicas, de valores morais e de sensibilidades, de etiquetas e de reputações, de lugares de pertença (KOURY, 2010; 2010a), memórias (HALLBWACHS, 1990) e reconhecimento, de fachadas e imagens coletivas de uma cidade, - que se pretende modernizante, - e de um bairro envergonhado⁷, - que há muito

agentes sociais constroem as culturas emotivas em que vivem, com modelos de ação (ethos) e de realidade (visão de mundo) próprios exercitados cotidianamente.

⁴Em sentido weberiano (WEBER, 1974), uma abordagem compreensiva implica na observação da ação social para o entendimento dos sentidos da mesma, seus meios e fins no contexto relacional em que se insere. No entender de Weber a cultura se manifesta como o conjunto de sentidos produzidos e articulados por uma sociedade dada, sendo esta, em última análise, uma comunidade de sentidos. No *ethos* da comunidade, concebida como a totalidade dinâmica dos vínculos entre seus membros, o indivíduo, dotado de reflexividade e capacidade criadora, desenvolve e executa suas ações em direção ao outro relacional. Os possíveis sentidos e classificações morais da ação se dão, a posteriori, no âmbito da racionalidade nativa, em processos tensos de negociação e disputas morais e de poder. O elemento formador da cultura, o sentido, é comunicado na ação social, mas jamais de forma unívoca e final, haja vista que processos de construção de sentido não ocorrem como as trocas materiais e energéticas (segundo os princípios da termodinâmica), mas, e aqui, Weber identifica que a complexidade inerente aos sistemas sociais de sentido ocorre em processos de negociação e construção coletiva sobre as possíveis formas de apreender e significar o real.

⁵Extraído de leituras de Becker (2008), mas também enriquecido a partir dos conceitos de *cruzado simbólico*, de Gusfield (1986), de *especialista*, de Giddens (2002), e de *dramatis personae*, de Geertz (2012), o conceito de empreendedores morais aponta para a ação pública de atores e agentes sociais destacados no espaço público, e também político, de uma sociabilidade dada. Os *empreendedores morais*, nesse sentido, atuam como articuladores de agendas sociais de intervenção pública e de transformação social, ou como fazedores de novas regras morais ou como figuras e personagens ritualmente influentes na definição das situações e dos problemas sociais de um contexto interacional e societal específico.

⁶Por *cidade oficial* se entende a instância moral representada por empreendedores morais (BECKER, 2008) locais capazes de mobilizar amplas parcelas da opinião pública, - como a mídia da cidade e a Igreja Católica, - ou de recursos materiais e humanos para a intervenção na ordem e na dinâmica social, como a Administração pública.

⁷A vergonha é uma emoção eminentemente social, isto é, só ocorre no âmbito do processo de socialização do indivíduo, de modo que é parte integrante do contexto de interação e dos envolvimento resultantes entre os atores e agentes sociais em cena (GOFFMAN, 2012). A vergonha é uma emoção que pode ser pensada, deste modo, como configurada a partir do imaginário e das representações sociais na tensão inerente às trocas simbólicas e materiais entre indivíduos e entre indivíduos e sociedade. A forma como uma cultura emotiva constrói o sentimento de vergonha, assim, aponta, por sua vez, para os medos que ali moldam os projetos e trajetórias individuais e coletivos, haja vista que medo e vergonha se condicionam reciprocamente. A vergonha, por exemplo, pode ser entendida como medo de perder a face, ou como uma angústia perante medos que o indivíduo não vê, no momento situacional, capaz de superar. Os medos, uma vez compreendidos para além de uma perspectiva meramente instintiva (sóciopsíquicobiológica) constituem uma prática social no espaço das

se quer ver no urbano como lugar *de bem*, o lugar *Rangel*, em oposição ao lugar *Varjão*, nominação que sintetiza, aos olhos do morador do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa, sujeira (KOURY; BARBOSA, 2017a), violência (KOURY, 2012) e degradação moral⁸.

Esta tese, nesse sentido, ao problematizar, confrontar e debater as *equivocações*⁹ (VIVEIROS DE CASTRO, 2004) de atores e agentes sociais coletivos, críticos e reflexivos, em torno de como eles cotidianamente *inventam* (WAGNER, 2012) seus respectivos lugares, memórias, rituais de ordem e desordem cosmológica (TURNER, 2013), e suas temporalidades (CAMPOS, 2013) no urbano contemporâneo, - compondo mundos sociais moral e emocionalmente complexos¹⁰ (GOFFMAN, 2012; GIDDENS, 2013), - operou um recorte analítico que tangencia a *Antropologia das Emoções e das Moralidades* e a *Antropologia Urbana*. Pois, pretendeu compreender o urbano contemporâneo de João Pessoa, enquanto

interações vividas e experimentadas em uma situação determinada. A alteridade, pois, é o mecanismo social que regula a vergonha e os medos através do encontro interacional. Encontro este que não se reduz a uma simples reprodução de padrões social e culturalmente esperados, mas sim, como nos informa Elias (2011; 1993; 1994), como um equilíbrio de tensões nas relações de poder. Scheff (1990), em diálogo com Elias, Goffman e Sennet, define a vergonha como uma extensa família de emoções e como elemento regulador de outras emoções, como a ira e a humilhação. A vergonha, compreendida como emoção que perfaz uma família de sentimentos correlatos (embaraço, humilhação, ressentimento), denota o enfraquecimento do vínculo social, podendo ser reconhecida ou desconhecida pelo indivíduo e pelo grupo. Quando desconhecida, a vergonha pode apresentar-se como não diferenciada (dor emocional falsamente nomeada) ou ignorada (dor disfarçada). A vergonha desconhecida torna-se problemática quando conduz a espirais intrapessoais ou interpessoais duradouros e sem limites naturais, situações estas caracterizadas pelo acúmulo cotidiano de pequenas mágoas e ressentimentos. Neste sentido, as interações entre os indivíduos relacionais em jogo comunicacional podem enviesar-se em uma espécie de armadilha emocional. Armadilha esta caracterizada por emoções destrutivas não reconhecidas, inconscientes, vinculadas a um sentimento de vergonha original, e que se organiza em espirais de autopropetuação emocional. Tal armadilha emocional assume uma natureza contagiosa e se move em uma espiral crescente.

⁸A discussão sobre as sociabilidades urbanas, a cultura emotiva e os códigos de moralidade de um bairro de nominação dupla e dúbia, movido pelo amor e ódio, pela vergonha e orgulho de seus moradores, a um só tempo *Varjão* e *Rangel*, foi realizada por Barbosa (2015a) como dissertação de mestrado e posteriormente publicada (BARBOSA, 2015).

⁹O conceito de equivocação, elaborado por Viveiros de Castro (2004), e trabalhado por Estorniolo (2014), enfatiza a importância do mundo social na percepção e produção da realidade vivida pelo ator e agente social, de modo que a relação com a alteridade é caracterizada pelo choque de mundos reais distintos, e não simplesmente pelo confronto de formas imaginárias distintas de ver o mesmo mundo. Na relação de equivocação, portanto, ontologias diversas são articuladas, mesmo que em um idioma compartilhado e que faz uso de vocábulos comuns, mas que significam fenômenos distintos e de difícil compreensão da perspectiva exterior. Considerando, assim, que uma relação de equivocação implica no esforço de tradução e de comunicação de verdades de um mundo social para outro, o conceito implicitamente compreende desentendimentos e desencontros entre modos de ação e de realidade distintos, de modo que as negociações tácitas realizadas entres os relacionais são mais efeitos putativos de imposições de condutas assimiladas do que acordos de fato.

¹⁰Goffman, de acordo com Giddens (2013, p. 291), é enfático ao descrever o espaço interacional como um mundo altamente moralizado de vínculos sociais que constrange física, moral e emocionalmente o ator social a se apresentar como uma multiplicidade de “Eus”, situados em sistemas variáveis de posições, hierarquias, fronteiras, papéis e poder sociais próprios. Cada um destes sistemas, dotado de códigos singulares que regulam o tráfego humano ordinário e a economia de apresentação da linha e da fachada de cada ator (GOFFMAN, 2010), informa, com todas as ambiguidades e ambivalências próprias do social enquanto figuração contingente de sentidos, o estado atual das disputas morais que expressam publicamente a qualidade de atos apropriados e inapropriados para cada categoria de ator que ali se desloca.

sociabilidades organizadas em culturas emotivas (KOURY, 2003) e códigos de moralidades, desde o olhar da *cidade oficial* sobre a pobreza urbana em situação de falência civilizacional e vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) circunstancialmente localizada no bairro popular do Varjão/Rangel; e desde os sentimentos e empreendimentos morais articulados, lenta e gradualmente, e expressos na intensa convivialidade dos moradores do bairro como resposta às ofensivas civilizadoras dos empreendedores morais da cidade.

O ato de violência difusa, em forma de crime banal e cruel de chacina entre iguais, logo moralmente apropriado e transformado em narrativa pública e dramática de surto descivilizador (ELIAS, 1997) e de escândalo público (GUSFIELD, 1986) e em argumento de intervenção urbana e ofensiva civilizadora (REGT, 2017) da *cidade oficial* sobre o bairro do Varjão/Rangel enquanto paradigma da pobreza urbana moralmente degradada e perigosa, - elemento de vergonha e medos (BARBOSA; KOURY, 2013); assim como a narrativa inversa de *trauma cultural* dos moradores do Varjão/Rangel para a captura moral e emocional deste mesmo ato violento, - elemento de ressentimento¹¹ (ANSART-DOURLLEN, 2009;

¹¹O ressentimento constitui uma experiência de rebaixamento moral acentuado, que remete a “um tempo repetitivo gerador de fantasmas e pensamentos hostis vividos na impotência” (ANSART-DOURLLEN, 2009, p. 351). O ator social ressentido, assim, se encontra em uma situação de engolfamento resultante de uma ofensa moral, trauma, injustiça, quebra de confiança e vergonha desgraça que desorganiza seu espaço de relações e, consequentemente, sua capacidade de narrar o passado e de projetar o futuro.

Nas palavras de Ansart (2009, p. 22): “A humilhação não provém apenas de uma inferioridade. Ela é a experiência do amor-próprio ferido, experiência da negação de si e da auto-estima suscitando o desejo de vingança”. O ressentimento enquanto juízo de valor aponta para uma experiência de desordenamento do mundo, ou seja, o sistema socioafetivo e de posições foi transgredido ou corrompido. Goffman, neste sentido, aborda o ressentimento de jogadores que gradualmente se descobrem como o “marca” da relação, enquanto que, na teoria eliasiana sobre o poder social, o ressentimento é entendido como o sentimento de exclusão ou de inferiorização do *self* dos círculos de pertença e de reconhecimento, de modo que pode ser desenvolvido tanto pelos fracos ou escravos, quando experimentam a frustração de sua ascensão ou emancipação social, quanto pelos senhores, quando experimentam situações de perda de privilégios e decadência material. Konstan (2009, p.61-62), por seu turno, trata do ressentimento como fenômeno emocional e moral objetificado em um vocabulário expressivo e comportamental próprio. O autor, deste modo, identifica um sentido psicológico, um sentido social e um sentido existencial para esta emoção ou gramática moral. Em sua dimensão psicológica, o ressentimento se apresenta como uma raiva e irritação duradoura, cultivada e acalentada perante uma frustração ou quebra de confiança que põe em xeque a ordem moral e interacional, confundindo desejos, projetos e memórias individuais e coletivas. De uma perspectiva social, o ressentimento compreende uma humilhação reiterada, ou vergonha desgraça, em razão da desqualificação do sentimento de pertença. O ressentimento, assim, extrapola o sentimento de perda ou de medo da perda da fachada individual em uma situação de ofensa ou injúria à pessoa, mas responde mais particularmente ao preconceito ou discriminação da pessoa enquanto membro de um grupo e identidade coletiva em uma relação entre estabelecidos e outsiders. Enquanto fenômeno existencial, Konstan (2009, p. 61) vale-se de Max Scheler para pontuar que: “[Ressentimento é] uma atitude mental duradoura, causada pela repressão sistemática de certas emoções e afetos que são componentes normais da natureza humana. A repressão dessas emoções leva a uma tendência constante de se permitir atribuir valores incorretos e juízos de valor correspondentes. As emoções e afetos primordialmente referidos são vingança, ódio, malícia, inveja, o impulso a diminuir e desprezar”. O ressentimento, neste sentido, emerge como uma paixão vil, obsessiva e duradoura que envenena a subjetividade e o humor do indivíduo atomizado e desfigurado por humilhações reiteradas, incapaz de participar da ordem interacional normal, com suas exigências de decoro, aprumo e vergonha cotidiana, sem

KONSTAN, 2009; KOURY, 2015) e de ironia (GOFMMAN, 1998; WERNECK, 2015), - portanto, configuram, no recorte teórico-metodológico supracitado, o interesse maior da pesquisa em tela. Este amplo processo de apropriação moral e emocional de uma situação-limite (*Grenzsituation*), em sentido jasperiano (JASPERS, 1974) e em uma leitura goffmaniana (GOFFMAN, 2012), com seus complexos desdobramentos para a reconfiguração da cultura emotiva, das memórias e dos códigos de moralidade dos lugares por ela atingidos, - bairro e cidade, - foi percebido a partir de um exercício etnográfico sob a ótica das emoções e da moralidade e pretendeu caracterizar-se não somente como uma tentativa de interpretação da alteridade abordada, mas também de objetificação participante do próprio fazer etnográfico.

Tema, objeto e objetivos

O recorte analítico efetuado por esta pesquisa para uma leitura crítica da cultura emotiva do bairro do Varjão/Rangel e, por conseguinte, da cultura emotiva da cidade de João Pessoa, se apresenta como arbitrário no sentido de que negligenciou um conjunto de fenômenos da vida ativa (ARENDT, 2010, p. 228s) do personagem comum que movimenta as ordens interacionais daquele lugar¹². Neste sentido, o argumento geertziano de que a antropologia se constrói como coleção de estudos localizados sobre situações e não como uma reunião de filosofias ontológicas, foi uma das tônicas desta tese.

O lócus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas – por exemplo, o que a dominação colonial faz às estruturas estabelecidas de expectativa moral – podem ser melhor estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando. (GEERTZ, 1978, p. 32).

Com base nestes pressupostos, buscou-se apreender as apropriações morais e emocionais da violência banal e cruel produzida naquele fatídico 09 de julho de 2009 como

recorrer a recursos de ironia, sarcasmo e ofensa moral. Trata-se, assim, de uma emoção que gradualmente de desloca de um objeto ou evento real, pois se volta contra tudo e contra nada em particular.

¹²Lugar complexo e de múltiplas temporalidades (CAMPOS, 2013), o Varjão/Rangel, enquanto objeto de pesquisa, poderia ter sido inventado (WAGNER, 2012), por exemplo, a partir da sua riqueza e singularidade artístico-cultural, ou, ainda, com base em seus eventos de esporte e lazer, de maneira que o pesquisador, nesse sentido, teria etnografado mais detidamente as brincadeiras carnavalescas de ursos e de tribos indígenas, bem como a badalada vida noturna do bairro em torno do *CAC do Rangel*, e também os jogos e campeonatos esportivos na *Praça da Amizade*, no *Campo da Mangueira* e nas várias praças e outros equipamentos para esporte, lazer e sociabilidade jovem. O bairro poderia também ter sido inventado desde as suas atividades econômicas e comerciais a partir de categorias como trabalho, produção e renda. Mas, como se pode ver ao longo da pesquisa, optou-se pela invenção do bairro a partir da sua relação de equivocação com a cidade de João Pessoa, em um recorte histórico e político-social e com base nas categorias de *emoções*, *moralidades* e *memórias*.

narrativas públicas possíveis de *Chacina do Rangel*, por parte do morador do bairro e por parte da *cidade oficial*. O esforço de etnografar uma situação-limite de desentendimentos e quebras de confiança, mágoas e ressentimentos acumulados, e que irromperam como violência fatal, colocou o desafio de desenvolver uma análise sobre as memórias, as histórias e os esquecimentos (RICOEUR, 2007) que envolveram a trama cotidiana de sentidos em torno do crime de chacina entre iguais e a posterior remontagem moral da normalidade normativa do lugar. Buscou-se, assim, apreender, no âmbito de uma abordagem contextual e historicista das emoções (REZENDE; COELHO, 2010), o impacto deste evento estigmatizante que reorganizou as hierarquias e fronteiras morais no bairro e na cidade.

O crime de chacina apontava, em síntese, como relataram os moradores vizinhos e próximos das famílias então vítimas e agressoras, de um infeliz crime entre iguais, motivado por banalidades, ressentimentos e mágoas cotidianos (KOURY et al. 2010; 2013) espiralados até uma *situação-limite das vulnerabilidades interacionais*¹³ (GOFFMAN, 2012) ou *ponto de não retorno* (ALBERONI, 1981) em que as *ofensas morais* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008; 2011) reciprocamente trocadas tornaram-se um sentimento insuportável de *vergonha-desgraça* (SCHEFF, 1990) canalizada como *ira-raiva* (SCHEFF; RETZINGER, 1991) e, ato contínuo, como violência contra o outro próximo (COELHO, 2010). A dinâmica interna do crime de chacina, com efeito, foi compreendida no âmbito relacional da figuração social mais ampla em que o mesmo veio a se materializar, tornando-o, assim, um objeto de interesse para a apropriação moral e emocional da pobreza urbana.

Esta figuração social prenhe de tensões e vulnerabilidades interacionais foi compreendida, por sua vez, a partir de suas formas sociais mais influentes para o comportamento individual cotidiano, como a Rua Oswaldo Lemos (local do crime), caracterizada pelas suas relações primárias extensas e de intensa copresença; e como a própria vizinhança em que agressores e vítimas estavam envolvidos em fortes vínculos de solidariedade e reconhecimento. Mas também como dívidas morais e estratégias de evitação e

¹³Goffman (2012, p. 534-600) entende por vulnerabilidades interacionais as vulnerabilidades da experiência enquadrada, o que significa a possibilidade sempre presente de enganos e manipulações, desentendimentos e mal-entendidos, assimetrias informacionais, expectativas frustradas e quebra de confiança no jogo comunicacional. Desta forma, Goffman chama a atenção para o caráter processual, imprevisível e criativo da ordem interacional, que oscila entre consensos e dissensos circunstancialmente negociados, tensos e conflituais. As vulnerabilidades interacionais, pensadas principalmente a partir de categorias analíticas goffmanianas (GOFFMAN, 2012a), são também problematizadas com base no que Arendt (2010) entende por *fragilidade dos assuntos humanos*. Fragilidade esta inerente ao mundo da ação e do discurso, ou seja, ao espaço-entre subjetivo que constitui a teia de relações humanas.

de descrédito velado das hierarquias, distâncias e deveres assumidos pelos atores e agentes sociais em jogo comunicacional, tais como: a jocosidade, o bullying, as justificativas de si e as acusações do outro, as pequenas agressões à propriedade e às pessoas, as ofensas morais reiteradas e etc.

Esta intensa pessoalidade (PRADO, 1998) entre os moradores é característica das sociabilidades em todo o bairro do Varjão/Rangel, fortemente ligados por vínculos de parentesco e compadrio, lealdade e amizade, confiança e dádiva, em redes engolfadas de interdependência; assim como a copresença continuada em ruas estreitas que abrigam vilas e residenciais conjugados, com portas e janelas quase que se invadindo. A intensa pessoalidade e as redes engolfadas de interdependência, somadas ao estigma que pesa sobre a sociabilidade de identidade dupla e dúbia do bairro, constituem e potencializam as vulnerabilidades interacionais e as possibilidades sempre presentes de insulto moral características daquele espaço interacional.

O *Varjão*, - sempre conhecido na cidade como sociabilidade problemática e violenta e como moralidade degradada, - se opõe ao *Rangel* como esforço positivo dos moradores de moralização e integração do bairro à cidade. *Varjão* e *Rangel*, portanto, representam lugares e narrativas que buscam a invisibilização do outro em um mesmo espaço de relações (BARBOSA, 2015).

Enquanto que o primeiro, o *Varjão*, remete a uma ideia de paisagem e de espaço ainda a ser colonizado pela ação humana civilizada: a grande várzea do Rio Jaguaribe, situada, em épocas passadas nas franjas da cidade; o segundo lugar, o *Rangel*, enfatiza, por um lado, a presença imaginária de uma família tradicional e destacada na cidade de João Pessoa como proprietária das terras em que se desenvolveu o bairro e, também, como um dos elementos humanos civilizadores do espaço, assim como, por outro lado, a nomeação *Rangel* reforça o projeto coletivo dos moradores pela conformação das antigas comunidades da várzea do rio como bairro integrado moral, administrativa e economicamente na cidade de João Pessoa.

Neste espaço onde todos se conhecem como moradores do *Rangel*, e se sentem envergonhados como moradores do *Varjão*, e vivem a ambiguidade de serem sempre uns e outros, isto é, moradores do *Varjão/Rangel*, o sentimento de pertença e as obrigações morais de dádiva, fidelidade e gratidão tem por base o compartilhamento de afetos, histórias de vida, reputações, laços de sangue e elementos simbólicos que cimentam códigos de semelhança e dessemelhança. Códigos que regulam a oscilação dos discursos entre o amor e o ódio,

vergonha e orgulho, assim como o envolvimento e a negação de si e do outro enquanto pertencente àquela sociabilidade.

Nesse sentido, *Varjão*, *Rangel* e *Varjão/Rangel* não são denominações que representam complementaridades, acordos ou jogos de alianças entre possíveis leituras de passado e de projetos de futuro, mas como imagens de lugares sobrepostos em um mesmo território e que se chocam em disputas morais e identitárias inconclusas (KOURY; BARBOSA, 2017a). Estas tensões são oportunamente utilizadas pelo morador para se identificar e para se desidentificar em situações variadas de envolvimento cotidiano, conforme o enquadre e a definição que fazem de cada situação.

O *Varjão*, no entanto, é consensualmente tido como o espaço dos *engraçadinhos* (jovens conhecidos e problemáticos, que perambulam pelo bairro e se envolvem com pequenos ilícitos), da *mundiça* (famílias que apresentam comportamentos moralmente reprováveis, como a prática de escandalização de intimidades, de problemas com drogas e dívidas e de usos de espaços públicos tidos como inapropriados), da violência entre figuras desviadas (bêbados contumazes e pequenos bandidos), problemáticas ou mesmo vergonhosamente degradadas à condição de *não pessoas* (tem-se, aqui, o exemplo dos mendigos que vivem nas proximidades do mercado público do bairro, dormindo nas calçadas e alimentando-se das sobras da feira).

Não se faz possível, contudo, diferenciar *bons* e *maus*, *estabelecidos* e *outsiders* no *Varjão/Rangel*, - tal como no estudo clássico de Elias e Scotson (2000) sobre Winston Parva, - haja vista que não há, no bairro, um centro difusor e impositor de condutas, com base na fofoca, de uma etiqueta tida como superior e mais sofisticada. As fronteiras e hierarquias visíveis e invisíveis no bairro são móveis e não se apresentam de forma unívoca e rígida, de modo que o estigma se distribui por todo o bairro na forma de acusação sempre possível de enunciação do outro como *Varjão*. As estratégias de identificação e de integração no bairro, desta forma, dependem de onde parte a construção simbólica dos atores e agentes sociais em processo de negociação, disputa e apropriação moral recíproca, isto é, da definição da situação e do outro (ADAMS, 2007).

O cenário do crime de chacina transformado na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, portanto, foi o da pobreza urbana em um bairro popular central, isto é, próximo do centro da cidade de João Pessoa. Cenário este, contudo, que apresenta uma convivência comunal fortemente pessoalizada e mesmo engolfada (SCHEFF, 1990). As famílias e vizinhos, ali situados há três ou quatro gerações (algumas famílias relatam que

chegaram com suas carroças, vindos do interior da Paraíba, ainda na década de 1920), convivem em uma grande abertura para o intercâmbio de intimidades e de dádivas, tal como se percebe nos pequenos, mas significativos gestos de solidariedade, de confraternização em que participam grupos de mais de uma dúzia de vizinhos, e de circulação de crianças e jovens pelas casas.

O evento trágico popularmente conhecido como *Chacina do Rangel* pode ser, portanto, considerado como um divisor de águas na história do bairro do Varjão/Rangel e nas memórias que os moradores alimentam sobre o mesmo. Transcorridos mais de nove anos desde o fatídico 09 de julho de 2009 em que o crime entre iguais se consumou, o tema ainda permanece um tabu e objeto de vergonha, discrição (KOURY, 2001; 2003) e silêncio por parte dos moradores do bairro, mas também como objeto e momento de reflexão sobre as promessas feitas e, no mais das vezes, não realizadas, pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, - a *mídia local*, a *Igreja Católica* e a *Administração Pública*, - que se aventuraram na apropriação moral e moralizante do crime de chacina como narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*.

O processo social de construção de narrativas morais que culminou com a transformação simbólica de um ato de violência entre iguais em um escândalo midiático passível de ser instrumentalizado para a intervenção pública no bairro do Varjão/Rangel e na cidade de João Pessoa se organizou em dois momentos: o primeiro, quando da associação da violência ocorrida à cultura emotiva e ao sentimento de pertença ao bairro, ao enquadrá-la sob a denominação *Chacina do Rangel*; o segundo momento, quando da imposição pública de uma narrativa moralizante, pública e dramática, de uma ofensiva civilizadora (REGT, 2017) sobre a pobreza urbana, tendo o bairro do Varjão/Rangel como referencial de mudanças.

O primeiro momento do escândalo midiático compreendeu a forma como o evento enigmático de violência banal e cruel entre iguais foi associado à denominação *Rangel*, por parte de empreendedores morais da *cidade oficial*, e causou nos moradores do bairro onde o crime ocorreu um forte sentimento de mal-estar, de desconforto (BARBOSA, 2014) e de vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990). Até então, a denominação *Rangel* era sentida pelos seus moradores como qualitativo de uma luta coletiva pela melhoria da fachada do bairro e de inserção positiva na cidade frente à denominação oficial do bairro, ainda hoje *Varjão*. *Rangel* e *Varjão*, nesse sentido, constituem lugares em disputa de um mesmo território, assim como símbolos reciprocamente dirigidos de um código de moralidade que se quer impor, o *Rangel*, e de uma imagem e identificação públicas de passado que se quer superar, o *Varjão*.

O objeto central da pesquisa, assim, foi o de compreender, no contexto dessa relação de *equivocação* entre bairro popular e *cidade oficial*, o processo de transformação de um problema social, - a violência difusa endêmica em João Pessoa, expressa em mais um crime banal e cruel produzido pela pobreza urbana, - em problema público e político: o imperativo moral de intervenção no urbano na forma de uma ofensiva civilizadora. Nesse sentido, fez-se necessário não somente a descrição densa do ato violento de chacina e sua quase imediata apropriação moral e emocional em *Chacina do Rangel*, mas também o enquadramento histórico e político-social de produção de ofensivas civilizadoras e intervenções urbanas por parte dos atores e agentes sociais destacados de João Pessoa, cuja influência ainda se percebe nas trajetórias de organização da malha urbana local.

Do mesmo modo, o objeto central da pesquisa abarcou o processo de transformação do crime banal e cruel entre iguais de um formato de evento trágico, de vergonha-desgraça e falência moral, para o morador do Varjão/Rangel constrangido pelo olhar moralizante da cidade de João Pessoa, para tornar-se uma narrativa traumática administrável: um conto moral preñado de argumentos de acusação à *cidade oficial* e de desculpas às famílias envolvidas no crime de chacina e à própria complexidade da normalidade normativa do Varjão/Rangel. De *experiência de trauma* pela dor dos moradores conhecidos mortos e pelo impacto da desorganização cosmológica sofrida ao processo de montagem de uma narrativa de *trauma cultural* sobre um lugar *bom de se viver*, o *Rangel*, os moradores do Varjão/Rangel mobilizaram, assim, ressentimentos e uma visão irônica sobre a cidade de João Pessoa e seus empreendedores morais desacreditados ao longo das investidas materiais e simbólicas sobre o bairro.

A presente tese gravitou, então, em torno das narrativas dos empreendedores morais da *cidade oficial* e da narrativa inversa dos moradores do bairro do Varjão/Rangel, compreendidas como *equivocações* na relação tensa e densa entre bairro e cidade. No intuito de operacionalizar este objeto de pesquisa e objetivar, de forma geral, a compreensão das *emoções, lugares e memórias* mobilizados em torno do evento crítico abordado e suas consequências para o cotidiano dos atores e agentes sociais por este afetados, as seguintes questões relevantes foram perseguidas ao longo do amadurecimento do fazer etnográfico e antropológico:

- a. Como e por que razões um ato isolado de violência banal e cruel foi escandalizado pelos empreendedores morais da *cidade oficial* e classificado como surto descivilizador,

como falência moral e civilizacional, como escândalo público e como elemento de vergonha-desgraça e de contágio moral para a reputação e para a imagem pública da cidade?

- b. Como se deu, por parte da *cidade oficial*, o processo de construção de uma narrativa moralizante para a intervenção no bairro do Varjão/Rangel como estratégia de preservar a fachada da cidade?
- c. Como se articularam estratégias de pacificação, de moralização, de embelezamento e de gentrificação, e de re-urbanização do Varjão/Rangel enquanto paradigma da pobreza urbana da cidade?
- d. Como a narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*, articulada pelos empreendedores morais da *cidade oficial* com base em argumentos de acusação como o do *Monstro do Rangel*, foi sentida pelos moradores do bairro do Varjão/Rangel como ofensa moral, humilhação (quebra de uma pretensão pública) e como vergonha-desgraça diretamente direcionado ao lugar *Rangel*?
- e. Como a cultura emotiva, as memórias e os códigos de moralidade do Varjão/Rangel foram impactados pela ação dos empreendedores morais da *cidade oficial*, provocando os moradores do bairro para a construção de uma narrativa inversa, ressentida e irônica, de preservação da reputação do lugar *Rangel*, assim como de resgate da dignidade das famílias envolvidas diretamente no crime de chacina?

Estas questões relevantes, ou objetivos de pesquisa, assim, buscaram problematizar os argumentos teórico-metodológicos da Antropologia das Emoções e das Moralidades e da Antropologia Urbana sobre a construção de sociabilidades urbanas, a partir do caso Varjão/Rangel, enquanto cultura emotiva e códigos de moralidade perpassados por situações de vergonha-desgraça, estigma, ressentimento e medos, mas também por estratégias de afirmação de si e do local de pertença através de atitudes, posturas e expressões de ironia, jocosidade e resiliência (GUTERRES, 2010). Estes argumentos, embasados etnograficamente ao longo da tese, foram operados como um conjunto de elementos que contribuíram na formação do olhar do pesquisador sobre os diversos fenômenos que formam e informam as sociabilidades do Varjão/Rangel em tensão com a cidade de João Pessoa e a *cidade oficial* representada pelos empreendedores morais diretamente envolvidos na apropriação moral e emocional do crime de chacina como *Chacina do Rangel*: a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública.

Trajetórias teórico-metodológicas, temáticas e de pesquisa: o processo de invenção do objeto e do campo de pesquisa

Esta pesquisa foi organizada sob forte influência de um olhar teórico-metodológico simmeliano sobre o social e a cultura¹⁴. Nessa perspectiva, de acordo com o próprio autor (SIMMEL, 2006, p. 18): “...a existência humana só se realiza nos indivíduos, sem que todavia com isso se reduza a validade do conceito de sociedade. Entendido em seu sentido amplo, o conceito de sociedade significa a interação psíquica entre os indivíduos”.

O enquadramento analítico das sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel como processos complexos de interação psíquica, portanto, foram entendidos desde os palcos e contextos interacionais armados por atores e agentes sociais ao longo de gerações de moradores da cidade e do bairro, em uma lógica goffmaniana de análise dos rituais públicos, semi-públicos e privados (GOFFMAN, 2010; 2012) em cada lugar recortado e em processo de disputa moral e afirmação de sentimentos de pertença e de formas de identificação social. Deste modo, as interações psíquicas de pessoas que concretamente fizeram e fazem cotidianamente os vínculos de parentesco, amizade, compadrio, dádiva, vizinhança, bem como de formalidades e estranhamentos impessoais, compondo, - para além das relações face a face, mas sempre a partir destas - as instituições, as associações e as burocracias da cidade de grande escala e de seus bairros, puderam ser entendidas enquanto interações simbólicas que se valem dos respectivos sistemas psíquicos destes atores e agentes sociais, ou culturas subjetivas, para se objetificarem em culturas objetivas expressas em

¹⁴Simmel entende o social enquanto processo tenso, conflitual e indeterminado entre culturas subjetivas em jogo interacional, cujo resultado, notadamente transintencional, gera uma cultura objetiva dada. No entender de Simmel (1950; 1998; 1998a; 1998b; 1998c; 2006), a análise do social parte de uma distinção clara entre conteúdos e formas sociais, constituindo os conteúdos a cultura subjetiva, enquanto que as formas sociais emergem como produto da ação recíproca dos indivíduos, tendo por substrato a cultura subjetiva ou os conteúdos sociais que se objetificam: se cristalizam enquanto formas sociais. Simmel entende os conteúdos sociais, a cultura subjetiva, como o conjunto dos interesses, dos projetos, das formas de identificação individuais e coletivas que se formam na tensão entre os indivíduos e as formas sociais objetificadas. Estas últimas resultantes da ação e criação recíprocas destes em seus jogos comunicacionais em termos de alianças tênues ou duradouras em vista de alcançar objetivos específicos. Pensar a cultura subjetiva em Simmel, assim, significa trazer à discussão a interrelação entre conteúdos (cultura subjetiva) e formas sociais (cultura objetiva), atentando para o fato de que as formas sociais somente existem a partir do estranhamento do outro, assim como a subjetividade só ganha sentido no e pelo social mediante processos de objetificação dos conteúdos sociais (emoções, interesses, projetos) que, por sua vez, permanecem como tensões a animar novos conteúdos e formas sociais. A cultura se apresenta, assim, no modelo de um jogo tensional em que cultura subjetiva e cultura objetiva se condicionam reciprocamente. No entender de Weber (1947; 1974), que foi aluno de Simmel, a cultura se manifesta como o conjunto de sentidos produzidos e articulados por uma sociedade dada, sendo esta, em última análise, uma comunidade de sentidos. No *ethos* da comunidade, concebida como a totalidade dinâmica dos vínculos entre seus membros, o indivíduo, dotado de reflexividade e capacidade criadora, desenvolve e executa suas ações em direção ao outro relacional.

linguagens, códigos, gramáticas, repertórios e tradições morais e emocionais de mundos sociais resguardados em memórias e atualizados em práticas relacionais.

Nesse sentido, a pesquisa em tela articulou a análise processual do urbano a partir das *emoções* e *moralidades* ali cotidianamente produzidas, e percebidas em suas dinâmicas interacionais micropolíticas, mas também em escalas e temporalidades mais amplas, de *invenções* e *equivocações*. Para tanto, se partiu de uma abordagem compreensiva da reconfiguração moral e emocional do Varjão/Rangel sob impacto do ato violento entre iguais, ali ocorrido em 2009, e já conformado publicamente na cidade de João Pessoa como crime de chacina, enfatizando os discursos e práticas cotidianos dos moradores do bairro; ao mesmo tempo em que se sentiu a necessidade de compreender a dinâmica histórica e político-social da evolução urbana da cidade de João Pessoa ao longo do século XX, de modo a se poder situar as transformações de sua paisagem humana e urbana no contexto do processo longo de modernização conservadora, principalmente em relação às categorias de *pobreza urbana* e de *empreendimentos morais*, cujo cruzamento explicitou a relação tensa e densa de *equivocações* entre cidade e bairro.

Deste modo, a pesquisa foi processada, por um lado, com o objetivo de compreender e vivenciar a vida cotidiana dos personagens comuns do bairro em suas redes relacionais de produção e deliberação de sentidos públicos, como as igrejas, as escolas, os grupos de representação e pressão política, os grupos culturais, as associações de moradores e clubes recreativos, as entidades de classes, os bandos de criminalidade de baixa intensidade, os grupos profissionais que atuam no bairro e etc. Em paralelo à observação participante como *morador atípico*¹⁵ do bairro, para compor uma etnografia (PINA CABRAL, 2003) da rua e da vizinhança imediata onde ocorrera o evento crítico ou situação-limite de violência fatal entre iguais, refletindo sobre o mesmo desde sua dinâmica moral e emocional interna e seus significados para o bairro e para a cidade.

Buscou-se, assim, entender a desorganização cosmológica de um lugar pelo estudo das memórias nativas e dos processos de remontagem da normalidade normativa da sua cultura emotiva. O que encaminhou o olhar do pesquisador para a conformação de uma etnografia

¹⁵A expressão *morador atípico* indica a condição do pesquisador em campo se encontrar no bairro, sem, contudo, ser do bairro. Esta condição de não pertencimento amplia as possibilidades de observação e de participação no cotidiano das relações, servindo, às vezes, como o terceiro elemento mediador (SIMMEL, 2013) em situações de disputas morais para as quais é convocado. Essa estratégia de viver como morador atípico do bairro já foi tentada com sucesso pelo pesquisador quando de sua estada em campo para a pesquisa que serviu como dissertação de mestrado (BARBOSA, 2015a, p. 115).

sob a ótica das emoções e moralidades e a partir da memória social, - gerada nos processos intersubjetivos cotidianos no âmbito da complexidade e da polissemia do urbano contemporâneo em processo de reorganização de suas etiquetas e da individualização do *habitus*, em sentido eliasiano, - apoiada na abordagem da temática a partir de e para além de Nora (1993)¹⁶, em cujo entendimento a noção de memória abarca a vivência da tradição como horizonte do mundo social.

De outro lado, porém, a pesquisa se debruçou, concomitantemente, para a compreensão processual dos empreendimentos morais e das narrativas moralizantes dos atores e agentes sociais envolvidos na apropriação moral e emocional da violência banal e cruel do crime de chacina: a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, por um lado; e os moradores do Varjão/Rangel, por outro lado. Nesse sentido, o tripé conceitual, *emoções, lugares e memórias*, foi articulado em uma dimensão histórica à abordagem compreensiva das sociabilidades urbanas do Varjão/Rangel, possibilitando um maior aprofundamento da relação dialética e de *equivocação* entre uma cidade modernizante e sua pobreza urbana em situação circunstancial de falência moral e sob acusação de falência civilizacional.

Estes dois lados, - a dimensão cotidiana e a dimensão histórica, - que orientaram o olhar do pesquisador foram assim conectados, complexificando o campo de pesquisa como um lugar de tensão entre o bairro popular estigmatizado e a cidade modernizante que se esforçava em administrá-lo como expressão da pobreza urbana perigosa, violenta e suja. A partir de um efeito de estranhamento e de desnaturalização (ARENDT, 2008; CARVALHO, 2013) do fenômeno da violência urbana na cidade de João Pessoa e no bairro do Varjão/Rangel, o ato de violência banal e cruel de crime de chacina entre iguais, deste modo, pode ser enquadrado em uma lista de histórias de crimes hediondos nas crônicas policiais da mídia local, assim como pode também ser enquadrado em uma sucessão de eventos oportunamente escandalizados e espetacularizados (DEBORD, 1997) como traumáticos para o público ou platéia local de consumidores de notícias em formato mercadoria, isto é, o homem comum urbano apreensivo e ansioso de entender e participar do seu mundo social em uma cidade cada vez mais fragmentada e individualizada.

¹⁶Nora (1993) entende que há uma diferença conceitual acentuada entre memória e história. A memória é o elo vivo com a tradição, portanto acrítica e inconsciente de si mesmo, somente existindo em comunidades de memória (nações, culturas camponesas) não constrangidas a um processo violento de historicização, laicização e dessacralização do espaço societal.

Nesse sentido, a pesquisa encaminhou-se para a compreensão dos processos de apropriação moral e emocional do crime de chacina como narrativa pública e dramática da mídia local para a justificação e elaboração simbólica de ofensivas civilizadoras sobre a pobreza urbana distribuída na cidade desde o Varjão/Rangel, locus imediato de contágio e poluição do surto descivilizador, da monstruosidade e mesmo maldade que chocara a cidade de João Pessoa. Esta conexão permitiu ampliar e aprofundar o campo analítico da pesquisa, como já informado anteriormente, a partir das *emoções*, *lugares* e *memórias* produzidos nas tensões entre a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel e as *equivocações* entre os respectivos empreendedores morais e cruzados simbólicos de cada lugar.

As *emoções*, assim, foram entendidas como complexos semânticos de uma cidade modernizante direcionada para o progresso enquanto destradicionalização, individualização e mercantilização de suas sociabilidades urbanas; e como gramáticas actanciais pautadas em sentimentos de vergonha e orgulho, por parte de um bairro popular estigmatizado e em luta por reconhecimento e integração moral na cidade. Estes *lugares*, com efeito, oportunamente produziam e acionavam memórias específicas para a consecução dos projetos coletivos de seus empreendedores morais: a cidade de João Pessoa, assim, guardava uma memória de sucessivas ofensivas civilizadoras sobre a paisagem gradualmente colonizada e sobre a pobreza urbana continuamente administrada em renovadas ondas de cruzadas simbólicas e empreendimentos morais; enquanto que o bairro do Varjão/Rangel teimosamente depurava seu passado histórico, de raros registros documentais, como Varjão em favor da afirmação do lugar *Rangel*.

A noção de *memórias*, portanto, - em expansão ao postulado por Nora (1993) como vivência autêntica e acrítica da tradição, - foi articulada nessa pesquisa como prática de reinvenção identitária, de manipulação de identidades deterioradas e de apresentação oportuna, crítica e reflexiva de si. As *memórias*, nesse sentido, vinculam-se a carreiras morais inscritas em disputas por *lugares*, e estes, consequentemente, à legitimidade de atores e agentes sociais na expressão pública de repertórios morais e emocionais em um urbano multifacetado e diverso. As *emoções*, os *lugares* e as *memórias* formam e informam, assim, o cotidiano relacional precipitado das interações psíquicas e dos palcos e contextos interacionais armados por atores e agentes sociais em jogo comunicacional.

A tese em tela foi, deste modo, organizada em duas partes. A Parte I, - intitulada *A Chacina do Rangel no contexto sóciohistórico da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel: uma descrição densa*, - apresenta mais detidamente o problema e o universo

da pesquisa, isto é, a relação densa e tensa de *equivocação* entre a *cidade oficial* em processo de modernização conservadora, por um lado; e, por outro lado, o bairro popular estigmatizado em contexto de desagregação de suas comunidades tradicionais e em luta por reconhecimento de sua dignidade e reputação, mas já enquadrado enquanto paradigma da pobreza urbana ressignificada de exótica e pitoresca à incivilizada e contagiosamente perigosa e violenta para a cidade, cuja cultura do medo (KOURY, 2005), da violência e do estranhamento encontra-se já consolidada.

A Parte I, deste modo, faz a conexão analítica do olhar macro e em tempo longo sobre a evolução urbana da cidade de João Pessoa, sob a ótica da *modernização conservadora* ainda em curso; e do olhar micro (JOSEPH, 2000), sob a ótica da *modernização do habitus*, sobre o bairro estigmatizado, produto histórico do constrangimento administrativo de comunidades pobres em formatos urbanos modernizados. O problema central da pesquisa, expresso na questão *Como a pobreza urbana transformou-se em uma ameaça civilizacional para a cidade oficial?*, foi, assim, criticamente abordado e enquadrado na lógica cotidiana de produção moral e emocional dos lugares em relação de *equivocação* e disputa moral: a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel.

A Parte II, intitulada *Os usos morais da violência urbana banal e cruel: a Chacina do Rangel como narrativa pública e dramática de escandalização da violência cotidiana e de ofensiva civilizadora e a narrativa inversa de trauma cultura dos moradores do Varjão/Rangel*, aborda, nesse diapasão, o embate entre a *cidade oficial* e o bairro do Varjão/Rangel a partir das narrativas e empreendimentos morais dos atores e agentes sociais destacados e representativos de cada lugar. Aqui, portanto, se apresenta mais detidamente o objeto e os objetivos da pesquisa, isto é, a análise dos processos de apropriação moral e emocional da violência urbana como argumento de desculpa de si e de acusação do outro e de imposição de condutas no contexto de produção cotidiana das sociabilidades urbanas da *cidade oficial* e do bairro popular estigmatizado em busca de reconhecimento.

Nesta Parte II problematiza-se, então, a relação tensa e densa de *equivocação* entre os empreendedores morais de cada lugar, - da cidade e do bairro, - assim como a invenção cotidiana de suas dimensões de responsabilidade e de projeção cultural a partir de *traduções* próprias de seus respectivos mundos sociais. Nas palavras de Estorniolo:

Nesses procedimentos de tradução, as *equivocações* – ou disjunções comunicativas nas quais as mesmas palavras e conceitos denotam coisas distintas – seriam inevitáveis, posto que cada parte entende uma determinada situação a partir de sua próprias linguagem conceitual, ou seja, as comparações que são possíveis de serem

estabelecidas dentro de seu próprio universo de significados, que passam a transformar as próprias coisas a que se referem. (ESTORNIOLO, 2014, p. 493).

As duas partes da tese, em síntese, foram conectadas para formatar um grande arco de trajetórias teórico-metodológicas e temáticas que abarcaram o urbano, as emoções e as moralidades desde relações de tensões e disputas percebidas e problematizadas a partir de uma etnografia de empreendimentos morais e cruzadas simbólicas. O ato de violência banal e cruel do crime de chacina configurou, nesse sentido, o elemento fundamental de *equivocação* entre atores e agentes sociais destacados na produção de seus respectivos mundos sociais, culturas emotivas e códigos de moralidades.

Materiais e métodos

A reflexão de Peirano sobre a etnografia como procedimento de constante reinvenção da antropologia define o fazer antropológico e etnográfico não apenas como um método, ou seja, uma forma de fazer pesquisa, mas implica em posturas teóricas, éticas e estéticas que condicionam o trabalho de campo. Para Peirano (2014, p. 379-383):

A ideia de método etnográfico é complexa. Essa dimensão incita ao questionamento da etnografia como método. A pergunta central se resume a esta: onde e quando aprendemos que “estranhar” é uma ferramenta fundamental na pesquisa antropológica? E o que significa, no fundo, esse estranhamento? ...O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. ...Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria.

Esta complexidade de que fala Peirano na produção teórico-metodológica e no reinventar constante do campo de pesquisa e de sua análise foi vivenciada no cotidiano do exercício etnográfico de perceber e compreender os quadros de memórias dos moradores do bairro do Varjão/Rangel sobre a chacina enquanto um *momento crítico* de desorganização cosmológica e normativa de suas sociabilidades pessoalizadas e engolfadas. Memórias estas expressas em interditos, breves desabafos e sutis ironias e ressentimentos em relação à *cidade oficial*, mas também elaboradas em práticas de preservação e manutenção de suas fachadas individuais e coletivas de pessoas *de bem* que lutam por reconhecimento moral de si próprios e do bairro na cidade de João Pessoa.

Um conjunto de estratégias metodológicas entrecruzadas, - em um *continuum* de abordagens micro e macro, históricas e cotidianas, - permitiu, assim, ao pesquisador combinar procedimentos variados de pesquisa, ampliando a prática etnográfica de observação direta do local do crime e arredores até contextos mais amplos da relação entre cidade e bairro. A cada

nova descoberta de dados pertinentes sobre esta relação, novos estranhamentos do objeto conduziam ao refinamento e à complexificação das questões relevantes e das hipóteses analíticas, exigindo, em contrapartida, novas ferramentas e abordagens metodológicas para a produção de materiais que dessem conta das questões e hipóteses levantadas.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de montagem de um banco de dados e de imagens sobre crimes banais e cruéis ocorridos na cidade de João Pessoa entre os anos de 2005 e 2016 e sobre o cotidiano do bairro, assim como de passeios diversos pelo bairro do Varjão/Rangel como *morador atípico*, e a elaboração de um extenso levantamento histórico e documental, geográfico e sociopolítico de acontecimentos pertinentes no bairro e na cidade, de modo a possibilitar uma *abordagem compreensiva* das *equivocações* entre a *cidade oficial* e sua narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*, por um lado, e o bairro popular estigmatizado com sua narrativa inversa de *trauma cultural* sobre o crime de chacina entre iguais, ali ocorrido. Assim que foram combinadas várias frentes de trabalho e de elaboração de dados, tais como:

1. A produção de uma extensa *análise documental* da evolução urbana da cidade de João Pessoa e seus bairros, enfatizando o olhar sobre sua cultura emotiva e seus códigos de moralidade expressos em *habitus* e etiquetas públicas e privadas, grandes projetos urbanísticos e também em registros de escândalos, espetáculos e eventos que marcaram época no urbano local;
2. A produção de um banco de dados com notícias da mídia local, entre 2005 e 2016, sobre a violência difusa e organizada na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba;
3. O *processamento qualitativo e estatístico* de notícias relevantes da mídia local para o entendimento da relação tensa entre o bairro popular e estigmatizado do Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa enquanto *cidade oficial* e enquanto fenômeno urbano englobante do próprio bairro;
4. A construção de um *banco de imagens* sobre a violência difusa e a criminalidade organizada na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba, entre os anos de 2005 e 2016;
5. A construção de um *banco de imagens* sobre os vários lugares do lugar Varjão/Rangel, - as ruas, as vilas, os residenciais, as praças, os centros institucionais, as calçadas, as escolas, o Mercado público, a feira, o comércio, os bares, o CAC do Rangel, as igrejas, os loteamentos adjacentes, os aglomerados subnormais ou comunidades precarizadas, o Rio Jaguaribe e outros, - e do lugar João Pessoa, sempre em reciprocidade dialética;

6. A realização de *entrevistas e conversas informais* com os moradores do Varjão/Rangel, às vezes com famílias inteiras, sobre seu sentimento de pertença à cidade, ao bairro e à rua; sobre seu envolvimento nas atividades da vizinhança e do bairro; sobre suas memórias de eventos marcantes, traumáticos e trágicos; sobre tabus, interditos, segredos, fofocas, intrigas, vergonha e medos que povoam o imaginário e as conversas cotidianas;
7. A *observação direta e participante* como *morador atípico* do Varjão/Rangel do cotidiano do morador comum em suas movimentações domésticas e vicinais, em seus usos do lugar, e em suas reações em relação às investidas moralizantes da *cidade oficial* sobre o bairro.
8. O registro sistemático em *diário de campo* das microtransformações que foram se desenhando no bairro do Varjão/Rangel durante a pesquisa: as novas moradias construídas pelos moradores; os corredores viários planejados e parcialmente executados pela Administração Pública; o aumento do fluxo de bens e pessoas em um contexto de transformação do bairro para uma classe média baixa ascendente; o empobrecimento generalizado resultante da crise político-social brasileira; as atividades criminosas das gangues juvenis e o enfrentamento das mesmas pelos moradores; a atuação da polícia, da mídia local e das igrejas na organização do cotidiano dos moradores; o uso dos espaços públicos para sociabilidades de lazer e de ilícitos de baixo potencial ofensivo; a ação moral empreendedora de personagens destacados no Varjão/Rangel, como Vó Mera, Dao Zapata e Biu do CAC, e também de personagens anônimos que cotidianamente atualizam a paisagem humana e urbana do bairro;

O trabalho de campo, nesse sentido, foi organizado como *objetificação* ou *objetivação participante* (BOURDIEU, 2003; WACQUANT, 2006; KOURY, 2014; KOURY, 2014a) da complexa trama de fenômenos vivenciada e parcialmente apreendida em termos de racionalizações acadêmicas ao longo da pesquisa. Esta estratégia metodológica fundamental implicou em um processo de observação e análise crítica das experiências do pesquisador em campo, não somente a partir das categorias e perspectivas nativas imediatas, mas também sob a relativização destas experiências a partir de repertórios teóricos mais amplos e sempre em construção, - sob a premissa de que o fazer etnográfico individual nutre-se e enquadra-se em

um fazer antropológico coletivo institucional, alicerçado em tradições, linhagens e escolas de pensamento¹⁷.

A construção etnográfica do objeto e dos objetivos de pesquisa enquanto *objetificação participante*, desta forma, direcionou o fazer etnográfico como *descrição densa* (GEERTZ, 2012) do olhar nativo sobre seu próprio mundo social e como *argumento científico* (JACOBSON, 1991) elaborado a partir desses dados. A análise etnográfica, por um lado, se valeu da observação e dos significados íntimos das falas e práticas dos moradores do Varjão/Rangel e dos empreendedores morais da *cidade oficial*; extrapolou, por outro lado, estas percepções e teorias nativas a partir de comparações e reflexões antropológicas mais amplas.

Em relação ao conceito de objetivação ou objetificação participante, Bourdieu (2003), ao refletir sobre a presença do pesquisador no campo, desenvolveu este conceito para assim discorrer sobre a reflexividade científica que deve caracterizar uma pesquisa de campo de corte etnográfico. Para o autor, o fazer etnográfico pressupõe o exercício de controle e distanciamento das pré-noções, bem como o de reflexão sobre as condições de possibilidade da experiência do pesquisador em campo, de modo que estes exercícios de crítica possam redundar em conhecimentos científicos com base na objetificação da subjetividade do cientista social.

A análise bourdieusiana, nestes termos, se distancia das propostas de fazer etnográfico como mero exercício autoral sobre a alteridade, em que a produção objetiva de conhecimentos e a própria possibilidade de ciência como esforço de compreensão racional do mundo são relativizados ou mesmo negados. Para Bourdieu, a análise social implica em uma aproximação controlada, reflexiva, de estranhamento do outro enquanto possibilidade social de configuração de repertórios simbólicos e formas sociais.

Para Bourdieu (2003, p. 282):

Não se tem de escolher entre observação participante, uma imersão necessariamente ficcional em um meio estranho, e o objetivismo da “contemplação à distância” de um observador que permanece tão distante de si próprio como do seu objeto. A objetivação participante se encarrega de explorar não a “experiência vivida” do sujeito do conhecimento, mas as condições sociais de possibilidade – e, dessa forma, os efeitos e limites – dessa experiência e, mais precisamente, do próprio ato de

¹⁷A invenção do objeto e do campo de pesquisa, bem como a condução prática do projeto analítico, - nesta proposta acadêmico-científica de produção da Antropologia, - foi produto de um constante debate no âmbito dos Seminários do OCRE – Observatório de Cultura, Religiosidades e Emoções (UFPE) e do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (UFPB), respectivamente coordenados pela Profa. Roberta Bivar Carneiro Campos e pelo Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

objetivação. Visa objetivar a relação subjetiva com o próprio objeto, o que, longe de levar a um subjetivismo relativista e mais ou menos anticientífico, é uma das condições da objetividade científica genuína. (Tradução livre do autor).

Wacquant (2006), na esteira de Bourdieu, recusa entender a etnografia como exercício literário, condenando a *diary disease*, bem como se nega a reduzir a teoria à poesia. O exercício de reflexividade epistêmica constitui para Wacquant (2006, p. 23) uma das marcas do projeto etnográfico de Bourdieu, que ele define como um *trabalho incessante de dessubjetivação*.

Koury (2014b) compartilha da noção de fazer etnográfico como objetificação participante, de modo que advoga uma postura distanciada e reflexiva do antropólogo e etnógrafo em campo. Isto significa, em linhas gerais, que a ida a campo do pesquisador se coloca como oportunidade do exercício crítico do olhar sobre o outro a partir de pressupostos teórico-metodológicos sempre em processo de construção.

A estratégia metodológica do pesquisador em tornar-se um *morador atípico* no bairro do Varjão/Rangel, deste modo, se enquadrou na proposta bourdesiana do fazer etnográfico como objetificação participante. Processo no qual o pesquisador interroga e lança questões sobre uma configuração específica entre indivíduo e sociedade, organizando sua análise daquele contexto social e cultural segundo um olhar compreensivo. Este modelo metodológico norteou a pesquisa em tela e embasou a escrita da tese.

Em relação à definição de etnografia como argumento científico, Jacobson (1991), em sua obra *Reading Ethnography*, argumenta, em alusão a Geertz, que a compreensão do conhecimento antropológico implica no entendimento do modo de ação dos antropólogos em campo. Ou seja, compreender a ciência antropológica passa pelo entendimento da produção de um conhecimento específico fortemente influenciado pelo fazer etnográfico, aqui definido, em sentido amplo, como o exercício de descrição de fatos sociais, comportamentos e ações de uma cultura e sociedade.

Jacobson, neste sentido, enfatiza que a etnografia não se confunde com um mero descrever literário ou jornalístico, cujo objetivo seria o de produzir efeitos estéticos para o leitor. Trata-se de uma ferramenta científica pautada em critérios de validade metodológica, coerência teórica e fidelidade às limitações próprias da pesquisa empírica.

O autor (JACOBSON, 1991, p. 2) afirma, com efeito, que:

...a imagem das pessoas, da sociedade ou da cultura que a etnografia apresenta deve ser entendida desde a perspectiva da (1) questão ou problema abordado, (2) da resposta, da explicação ou da interpretação elaborada, (3) dos dados incluídos como

evidência para o problema, para a interpretação, ou para ambos, e (4) da organização desses elementos (o problema, a interpretação e a evidência) em um argumento¹⁸.

O fazer etnográfico, como produção de conhecimento científico sobre a realidade empírica observada, pode ser entendido, portanto, como o processo de elaboração de um argumento. Argumento que se constrói a partir de um problema, hipótese ou questão relevante, teoricamente assentado, sobre o real.

Este primeiro elemento estrutural da etnografia, o problema, aponta para a forma e o tipo de informação ou material etnografável a ser selecionado em campo, de modo que evidências e provas possam ser geradas para a interpretação, compreensão ou explicação do problema posto como objeto de pesquisa. A etnografia como argumento, portanto, significa a disposição textual de uma descrição, e também análise, do real, que compreende a conexão de um problema proposto a uma resposta lógico-racional com base em evidências, justificativas e provas produzidas pelo pesquisador em campo.

A produção de evidências que sustentem a apreciação teórica que o etnógrafo concebe ao problema de pesquisa está vinculada à interpretação que o mesmo produz sobre o real, consistindo a etnografia, em síntese, em um exercício de interpretação do comportamento, da cultura e da sociedade observados. Jacobson (1991), neste sentido, afirma o papel da interpretação das informações selecionadas em campo pelo etnógrafo, seja nas etnografias clássicas, como as de Bateson, Evans-Pritchard e Fortes, quanto nas etnografias mais recentes, representadas aqui por nomes como Marcus, Clifford e Cushman.

A descrição densa, conceito cunhado por Geertz (2012), como sinônimo da etnografia, abarca o esforço interpretativo por parte do etnógrafo do real descrito e interpretado. A etnografia, neste modelo metodológico, vai além da mera descrição da disposição espaço-temporal de objetos sociais, culturais e físicos, haja vista que o exercício da descrição densa está comprometido com a interpretação que o pesquisador processualmente desenvolve, integrando os objetos descritos nos modos nativos de pensamento e ação mais amplos. Isto consiste em um processo de *ruinação* de teorias e hipóteses lançadas ao campo de pesquisa (NAVARO-YASHIN, 2009).

¹⁸Tradução livre do trecho: “...the picture of the people, society, or culture that the ethnography presents must be understood from the perspective of (1) the question or problem that it addresses, (2) the answer, explanation, or interpretation it provides, (3) the data it includes as evidence for the problem, for the interpretation, or for both, and (4) the organization of these elements (problem, interpretation, and evidence) into an argument”. (JACOBSON, 1991, p. 2).

No entender de Jacobson (1991), o interpretativismo de Geertz elucidou de forma clara o papel da interpretação na elaboração da etnografia como argumento. O próprio Geertz (2012, p. 4), expressando-se em relação ao fazer etnográfico enquanto exercício teórico, de interpretação e de busca dos significados, afirma:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Neste sentido, discorre Jacobson (1991, p.4) sobre Geertz:

De acordo com Geertz, o objetivo da etnografia como descrição densa consiste em entender os *quadros de interpretação* dentro dos quais o comportamento é classificado e o significado lhe é atribuído. Geertz argumenta... que isso envolve apreender e descrever as *estruturas conceituais complexas* em termos das quais as pessoas se comportam e entendem esse comportamento. A etnografia, então, é uma questão de interpretar o significado de comportamento com referência às categorias culturais dentro das quais é produzido, percebido e interpretado¹⁹.

Nas palavras do autor, Geertz não somente teria pretendido acessar os *quadros de interpretação* nativos a partir das práticas e discursos observados no exercício da etnografia, mas também compreender suas *estruturas conceituais profundas*. Geertz sintetiza os objetos a serem etnografados, no seu modelo teórico-metodológico de pesquisa, com base nos conceitos de *ethos* e *visão de mundo* (GEERTZ, 2012), que revelam a lógica societária de um lugar enquanto cadeias reais de interdependência e teias de significado do mundo habitado.

Para o autor:

Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo “ethos”, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo”. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem (GEERTZ, 2012, p. 93).

Para Jacobson (1991), o modelo de pesquisa de Geertz avançou consideravelmente no exercício de descrição densa do real observado, entendido como o esforço de interpretação dos fatos sociais a partir das categorias nativas em que os mesmos são produzidos e

¹⁹Tradução livre do trecho: “According to Geertz, the object of ethnography as thick description is to understand the “frames of interpretation” within which behavior is classified and meaning is attributed to it. He argues... that this involves apprehending and depicting the “complex conceptual structures” in terms of which people behave and in terms of which that behavior is intelligible to them. Ethnography, then, is a matter of interpreting the meaning of behavior with reference to the cultural categories within which it is “produced, perceived and interpreted” (JACOBSON, 1991, p. 4).

percebidos. Geertz, contudo, não teria avançado de forma tão decisiva no sentido de entender a etnografia como um argumento que abarca possibilidades de análise.

Jacobson, neste ponto, faz questão de diferenciar as noções de descrição, interpretação e análise enquanto termos técnicos que compreendem fases e possibilidades do empreendimento etnográfico. A descrição consiste no registro do fato social observado em sua lógica espaço-temporal e situacional de ocorrência, ao passo que a interpretação implica na compreensão deste mesmo fato social a partir do *olhar nativo*.

O exercício de análise na etnografia, por sua vez, abarca as possibilidades de compreensão do comportamento, sociedade e cultura estudados em um nível maior de abstração. Com efeito, o etnógrafo, ao analisar um fato social em um mundo simbólico dado, busca ir além do que a descrição e a interpretação do fenômeno informam sobre os *quadros de interpretação* e as *estruturas conceituais profundas* em que este se insere.

Trata-se, assim, na análise, de situar o objeto de pesquisa etnografado tanto em possibilidades diacrônicas de comparação em seu repertório simbólico nativo próprio, quanto em possibilidades de explicação generalizada em relação a fatos sociais classificados como semelhantes em outras sociedades e culturas. Jacobson (1991), em alusão a Fortes, não exclui do fazer etnográfico, enquanto construção de conhecimento científico sobre a alteridade, ir além das categorias nativas para o entendimento de uma cultura, sociedade e comportamento.

Nas palavras do autor (JACOBSON, 1991, p. 5) fica claro o papel da teoria na seleção do material etnografável e de sua consequente descrição, interpretação e análise a partir de categorias conceituais abstratas mobilizadas pelo etnógrafo em campo:

O procedimento analítico, em contraste com o descritivo, consiste em “quebrar a sequência empírica e a concomitância das relações sociais e sociais e agrupá-las ...nas categorias de importâncias gerais” (1970b: 132). Essas categorias são teoricamente embasadas. A tarefa é examinar o comportamento em termos dessas categorias analíticas e as relações entre elas²⁰.

A etnografia, assim, por abordar uma descrição, uma interpretação e uma análise dos modelos de ação e dos modelos de realidade um indivíduo, sociedade ou cultura qualquer, deve ser lida criticamente como um argumento científico textualmente disposto. Argumento este que busca fundamentar nas evidências linguísticas, comportamentais e ecológicas

²⁰Tradução livre de: “The procedure in analysis, in contrast to description, is to “break up the empirical sequence and concomitance of custom and social relations and group [them]... in categories of general imports” (1970b:132). These categories are theoretically based. The task is to examine behavior in terms of these analytical categories and the relationships among them”. (JACOBSON, 1991, p. 5).

produzidas no trabalho de campo, as justificativas e afirmações que compõem o modelo compreensivo ou explicativo do real para o problema de pesquisa proposto na etnografia.

A pesquisa em tela, por fim, buscou embasar uma abordagem compreensiva de corte etnográfico do objeto analítico elaborado partindo das noções supracitadas de etnografia como objetivação ou objetificação participante, descrição densa e argumento científico. A etnografia resultante, portanto, configurou-se como abordagem analítico-reflexiva compreensiva sobre as tensões e *equivocações* verificadas em campo desde o recorte temático e teórico-metodológico perseguido, de modo que, - partindo da definição da Antropologia das Emoções e das Moralidades do social e da cultura como *indeterminações* produzidas pelos indivíduos em interação e assim atualizadas, - buscou-se produzir uma *etnografia do cotidiano de equivocações* entre o Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa e as consequências no interior do próprio bairro.

Este caminho etnográfico enfatizou a elaboração de uma descrição densa e uma reflexão crítica das condições de realização da mesma. Pautou-se, enfim, nas contradições e tensões entre os empreendedores morais de cada lugar; das desculpas e acusações de si e do outro, por eles produzidas nos jogos de fachadas, de rivalidades miméticas e de cismogênese simétrica e complementar entre o Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa.

Esta tese divide-se em duas partes, como anteriormente citado. Em seu conjunto apresenta sete capítulos. Três capítulos na Parte I e quatro capítulos na Parte II, numerados em ordem contínua de 1 a 7, além desta Introdução e de Considerações Finais.

O primeiro capítulo, intitulado *Emoções, lugares e memórias: Uma breve história do bairro do Varjão/Rangel no contexto de modernização conservadora da cidade de João Pessoa*, situa o leitor no contexto histórico de formação da cultura emotiva e dos códigos de moralidade atuais nas sociabilidades urbanas da cidade. O segundo capítulo, chamado de *A Chacina do Rangel: uma descrição densa*, por seu turno, apresenta em detalhes o complexo de ações que vai do ato de violência banal e cruel entre iguais à construção social de narrativas públicas sobre o mesmo na cidade e no bairro. O terceiro e último capítulo da Parte I, por fim, com o título de *O contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da Chacina do Rangel*, explora, mais uma vez em tom histórico e documental, a situação da violência da chacina no contexto imediato de cultura do medo, da violência e do estranhamento do outro na cidade de João Pessoa. Estes três capítulos, assim, enquadram exaustivamente o problema e o universo da pesquisa.

O capítulo 4, intitulado *O ritual dramatúrgico de construção midiática de problemas públicos: Chacina e Monstro do Rangel como formas de acusação e apropriação moral e emocional da pobreza urbana*, inicia as apresentações dos empreendimentos morais em torno do crime de chacina, discorrendo sobre a ação empreendedora destacada da mídia local e sua influência decisiva sobre a formatação das ações moralizantes dos demais empreendedores morais. Os capítulos 5 e 6, respectivamente intitulados de *A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso* e *A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano*, apresentam as ações empreendedoras e de intervenção no urbano da cidade e do bairro por parte da Igreja Católica e da Administração Pública, concluindo, assim, a abordagem dos empreendedores morais da *cidade oficial*. O capítulo 7, sob o título de *A violência urbana banal e cruel sob a ótica dos moradores do Varjão/Rangel: Empreendedores morais de um trauma cultural*, última digressão da Parte II e do corpo da tese, por fim, discorre sobre o processo de apropriação moral e emocional, - por parte dos moradores do bairro do Varjão/Rangel, - do trauma da chacina e do estigma lançado pela *cidade oficial* sobre o bairro com a narrativa estigmatizante de *Chacina do Rangel*.

Esta disposição dos capítulos pretendeu individualizar, de forma didática, os contornos de uma ampla cruzada simbólica de intervenção no urbano a partir do que cada personagem coletivo realizou ou deixou em suspenso, articulando, deste modo, o objeto e os objetivos da pesquisa. Tratou-se, assim, como se verificará na leitura de cada capítulo, de uma exageração teórico-metodológica para a ordenação da confusão de vozes e ruídos cotidianos segundo as categorias de análise *Mídia Local*, *Igreja Católica*, *Administração Pública* e *Moradores do Varjão/Rangel*, percebidos e explorados como os empreendedores morais que protagonizaram as relações de equivocações entre a cidade e o bairro a partir de apropriações morais e emocionais da violência banal e cruel expressa no crime de chacina.

Os argumentos analíticos desenvolvidos nestas Partes I e II do texto são sinteticamente apresentados nas Considerações Finais da tese. Faz-se, ali, por fim, um balanço dos resultados da pesquisa.

2. A CHACINA DO RANGEL NO CONTEXTO SÓCIOHISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DO BAIRRO DO VARJÃO/RANGEL: UMA DESCRIÇÃO DENSA

Todos, a despeito das diversidades de perspectivas e propostas, pensam o Brasil Moderno, o capitalismo nacional, o capitalismo associado, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho e da luxúria pelo ascetismo, a mudança das instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social. Em distintas gradações, as perspectivas de uns e outros abrem-se em um leque bastante amplo, compreendendo propostas de cunho liberal, liberal-democrático, corporativo, fascista, socialista e outras.

...vale a pena observar ... esse vasto movimento intelectual – polarizado pela ideia de modernização conservadora, autoritária, democrática ou socialista... (IANNI, 1992, p. 37).

Esta primeira parte da tese, intitulada *A Chacina do Rangel no contexto sóciohistórico da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel: uma descrição densa*, busca problematizar a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel como recortes teórico-metodológicos do universo da pesquisa em tela. A cidade e o bairro, tomados como pólos relacionais e sobrepostos de um regime conflitual de relações de aproximação e de afastamento, de busca por reconhecimento e de estratégias de apropriação moral e controle social, compreendem o lócus em que a narrativa da *Chacina do Rangel* é construída como discurso moralizante e como elemento político que transforma um surto de violência entre iguais em um evento crítico e traumático que se desdobra em pânico e falência moral generalizados.

A análise compreensiva da dinâmica interna deste crime de chacina, portanto, implica na abordagem diacrônica da cultura emotiva e dos códigos de moralidade da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel, de modo que os elementos de banalidade e de crueldade da violência cotidiana, em um bairro popular e estigmatizado, uma vez apropriados pelos empreendedores morais (BECKER, 2008) da *cidade oficial*, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, - possam ser entendidos enquanto processo negociado e tenso de construção coletiva de um meta-relato das relações entre uma *cidade oficial* que se quer moderna e modernizante e um bairro popular que se pretende moralmente integrado à cidade, bom de morar e de pessoas *de bem*, mas que é visto como lugar marginalizado, sujo, perigoso e violento. Esta fachada problemática do bairro, com efeito, vem a ser o elemento moral e emocional mais fortemente impactado pela espetacularização e escandalização midiática,

policial, jurídica e burocrático-administrativa do crime da chacina como conto moral de *Chacina do Rangel*.

O conceito de *empreendedores morais* constitui um dos pilares analíticos da argumentação desenvolvida ao longo desta tese. Extraído de leituras de Becker (2008), mas também enriquecido a partir dos conceitos de *cruzado simbólico*, de Gusfield (1986), de *especialista*, de Giddens (2002), e de *dramatis personae*, de Geertz (2012), o conceito de empreendedores morais aponta para a ação pública de atores e agentes sociais destacados no espaço público, e também político, de uma sociabilidade dada. Os *empreendedores morais*, nesse sentido, atuam como articuladores de agendas sociais de intervenção pública e de transformação social (KINGDON, 1995), ou como fazedores de novas regras morais ou como figuras e personagens ritualmente influentes na definição das situações e dos problemas sociais de um contexto interacional e societal específico.

Interessa frisar, ainda, a capacidade dos *empreendedores morais* em produzir *públicos* (FREIRE, 2016), isto é, arenas semi- ou institucionalizadas de debates coletivos; em transportar conteúdos sociais polêmicos, perigosos e poluentes de esferas oficiosas e segredadas do social e da cultura (BOLTANSKI, 2012) para o lugar do interesse público, da transparência e da visibilidade coletiva; em justificar ou condenar ações públicas, de modo a produzir contos e narrativas morais em torno de uma figura romantizada como herói ou como *marca*²¹ (GOFFMAN, 2014); e em vocalizar e performatizar publicamente estratégias de *footing*²² (GOFFMAN, 1998) e de apropriação moral para a produção de escândalos, traumas, eventos críticos e situações morais de não retorno. O empreendedor moral produz, em grande medida, com sua ação pública cotidiana, os sentidos oficiais das disputas morais de uma sociabilidade dada, uma vez que desponta no cenário público como o idealizador e realizador de empreendimentos morais e de ofensivas civilizadoras (REGT, 2017).

A ofensiva civilizadora constitui, em linhas gerais, o ritual público, no sentido gusfieldiano de transformação de problemas sociais, - como a violência generalizada e difusa, - em problemas públicos e políticos, - como um programa de ação ou política pública de

²¹Por *marca* Goffman (2014) define aquele jogador que investe em situações de risco e, ao frustrar-se, busca sem sucesso retirar-se do jogo, pois é continuamente dissuadido por especialistas a permanecer na dinâmica de apostas. O *marca*, assim, é aquele jogador que é resfriado e decantado como o otário da relação, haja vista que percebe os riscos e as perdas inerentes à situação atual, mas prefere continuar confiando, por medo do desconhecido e por vergonha de possíveis fracassos, nas autoridades que o guiam.

²²O conceito de *footing*, caro à sociolinguística interacional, define uma estratégia comunicacional de enquadramento sutil da fala do outro, que, assim, é induzido a pequenas e graduais mudanças no seu discurso que, quando somadas, implicam em uma considerável transformação qualitativa do que originalmente defendia.

combate à violência urbana registrada nas periferias pobres. A ofensiva civilizadora abarca, ainda, a consequente e sistemática intervenção de empreendedores morais para a mudança (ou para a performatização da mudança), em curto prazo, de aspectos pontuais ou mesmo mais amplos do *habitus* (ELIAS, 1997; 2009) de uma população classificada como passível de moralização, no sentido dos padrões morais da civilização moderna ocidental.

Esta primeira parte da tese, em síntese, aborda, em três tempos, o contexto sóciohistórico da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel a partir dos esforços modernizantes de construção de uma fachada coletiva de cidade e de bairro alinhada, na perspectiva de seus empreendedores morais, aos ideias de progresso, moral e técnico, de civilização moderna e de história linear de evolução urbana e de conformação do *habitus* do morador da cidade. Fachada coletiva esta envergonhada diante de uma modernização sempre inconclusa, vivenciada na forma de medos corriqueiros (KOURY, 2002; 205a; 2017) que pautam as ações e resistências do morador comum em face das violências e das vulnerabilidades interacionais próprias da vida urbana em João Pessoa, e que sofreu um abalo considerável em sua capacidade de afirmação pública em razão do evento crítico e traumático da *Chacina do Rangel*.

A cidade de João Pessoa vista como conjunto de ofensivas civilizadoras e empreendimentos morais, portanto, é enquadrada como o universo mais amplo que abarca e tensiona o bairro do Varjão/Rangel em relações densas de equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Lugar este resultante da trajetória de urbanização e modernização da cidade, mas também personagem e ator e agente social coletivo que constrange e exige pautas morais e emocionais de si e da cidade a partir de uma produção própria de memórias, projetos e normalidades normativas que desafiam a narrativa da *cidade oficial* como agente de envergonhamento do bairro²³.

Por ofensiva civilizadora se quer entender justamente o conjunto de ações planejadas e executadas dos empreendedores morais da *cidade oficial* para a intervenção pública e política, isto é, como a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública buscaram intervir no Varjão/Rangel e na cidade, por um lado; e, por outro lado, como as reações ao envergonhamento público de si e do bairro, geradas nesse processo de ofensiva civilizadora, mobilizaram esforços no sentido de construção de uma narrativa inversa no contexto de

²³O empreendedorismo moral dos moradores do bairro será diretamente problematizado e analisado no capítulo 7 da tese.

afirmar o *lugar de bem Rangel* e o *lugar mal-afamado Varjão*, enquanto empreendimento moral dos moradores do Varjão/Rangel.

A descrição densa da chacina como crime banal e cruel, e da *Chacina do Rangel* como narrativa moralizante de apropriação moral, por sua vez, enseja a problematização de questões complexas para o entendimento da ordem social cotidianamente negociada em um contexto traumático e engolfado, estigmatizado e pessoalizado de relações, tais como: o fenômeno do linchamento e do justicamento popular; da transgressão moral e da quebra de confiança em uma dimensão micropolítica e transintencional de vínculos sociais; da vergonha cotidiana como giroscópio moral e emocional em figurações sociais de intenso monitoramento comportamental recíproco; da vergonha-desgraça, da situação-limite e do trauma cultural²⁴ como argumentos morais e emocionais de recomposição de laços e hierarquias ecológicas rompidas ou estremecidas e etc.

A cidade de João Pessoa, assim, aparece como sociabilidades urbanas tensas caracterizadas por uma cultura do medo, da banalização da violência e da evitação do outro, - tido como estranho, - tensionadas sempre por um processo amplo e inconcluso de modernização conservadora. Modernidade esta sentida ambigualmente como desejo de individualidade e como ameaça às tradições e conformações autoritárias e excludentes do espaço urbano, gerando, assim, sentimentos de amor e ódio à cidade e exigindo do seu morador comum um exercício diário de uma nova sensibilidade, pautada na privatização das emoções, no individualismo, na melancolia e no medo do outro relacional e das incertezas do futuro.

O bairro do Varjão/Rangel, por extensão, aparece como sociabilidades urbanas periféricas e pobres, ainda por modernizar e civilizar, e que suscitam medo e evitação à *cidade oficial*, mas também como lugar de confiança e de confiabilidade, de pertença e de segurança ontológica, em que a vida cotidiana do morador era e é organizada em redes homofílicas e de parentesco extenso, de compadrio, de amizade, de reconhecimento, de lealdade e de solidariedade em relação ao outro, vizinho e próximo. Sociabilidades urbanas estas, contudo, continuamente tensionadas por disputas morais em torno do pertencer à *cidade oficial* e por medos corriqueiros, reais e imaginários, gerados, por exemplo, no confronto com

²⁴A noção de trauma cultural remete a um processo de apropriação moral e emocional de um trauma ou contexto traumático coletivamente vivenciado, e que passa a ser expresso como narrativa moralizante e identitária. Estas noções de trauma e de trauma cultural serão mais detalhadas na Parte II desta tese.

o outro de fora do bairro, que desconhece e confunde os idiomas morais e emocionais em torno das nomeações, lugares e memórias relacionados ao *Varjão* e ao *Rangel*.

Esta confusão ou estas *equivocações* e desencontros sobre como efetuar *traduções* (VIVEIROS DE CASTRO, 2004), com efeito, consiste no cerne dos ressentimentos e ironias gerados pelo morador do bairro em relação às formas de apropriação moral do crime de chacina ali ocorrido, transformado publicamente, de forma oportuna e conveniente para e pelos empreendedores morais locais, em *Chacina do Rangel*. Esta discussão será matizada ao longo da tese.

2. 1. Emoções, lugares e memórias: uma breve história do bairro do Varjão/Rangel no contexto de modernização conservadora da cidade de João Pessoa

O primeiro capítulo desta tese apresenta um panorama histórico da formação da atual cultura emotiva e dos códigos de moralidade vigentes nas sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa. A análise sobre a evolução urbana, os hábitos e os projetos coletivos da cidade, estende-se desde os primórdios de sua fundação, enquanto posto avançado administrativo religioso-militar do projeto colonial português, até a atualidade de uma metrópole de grande porte que adentra o século XXI e cujo projeto político-social é o de preparar-se para, nas próximas décadas, abrigar uma população de um milhão de habitantes.

Nesse sentido, contudo, interessa explorar e enfatizar, no conjunto da trajetória de vida da cidade e de suas memórias e histórias, o processo de modernização conservadora (IANNI, 1992) que imprimiu, nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX, o *habitus* (ELIAS, 2009) moralmente hierarquizante e excludente e emocionalmente envergonhado e amedrontado dos moradores da cidade. *Habitus* este que mescla atitudes de amor e ódio em relação a si, ao outro próximo, ao passado autoritário que conformou lugares e projetos elitizados e ufanistas e de controle social da pobreza urbana; ao presente de medos corriqueiros e de violência banal e cruel cotidiana; e, por fim, às projeções futuras individuais e coletivas frágeis e incertas engendradas em contextos de intensas vulnerabilidades sociais (KOURY, 2017).

O capítulo, portanto, se organiza em duas partes. A primeira, - intitulada *O processo de modernização conservadora da cidade de João Pessoa*, trata de forma mais detalhada dos sucessivos surtos modernizantes (expansão urbana do antigo centro da cidade, abertura de novas avenidas e radiais, drenagem de pântanos, abertura da malha urbana para o sul e para o leste, construção planejada de bairros e loteamentos populares, derrubada de taperas e casas de populações pobres, remoção e realocação de populações marginais e etc.) que compuseram o mapa geográfico, moral e emocional de ofensivas civilizadoras sobre os espaços e sobre as populações da cidade. Mapa este que vai sendo desenhando gradativamente a partir da ação planejadora e interventora do estado, da igreja, da mídia, e, em síntese, das elites políticas e econômicas da cidade em oposição, - e muitas vezes à revelia, - das resistências e espertezas cotidianas do homem comum, classificado moral e emocionalmente pela própria cidade

oficial²⁵ como um personagem à margem do poder impositivo destes empreendedores morais locais e, portanto, como um elemento da paisagem urbana, potencialmente poluente e perigoso, a ser moralizado, disciplinado, controlado e civilizado (BARBOSA, 2015; KOURY, 2017, PONTES, 2017).

Com efeito, esta primeira parte do capítulo discute o uso da imagem fotográfica como argumento de realidade e de autoridade que documenta as transformações urbanas realizadas pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, mas, mais que isso, que teve a função de veículos político-ideológicos do ideário do progresso e da modernização no processo de urbanização das cidades brasileiras, como foi o caso na cidade de João Pessoa. Tratava-se, já à época, de uma estratégia de *espetacularização midiática* (CABRAL FILHO, 2003) dos ideais de progresso e de modernidade e, por conseguinte, de apropriação moral da pobreza urbana, encarada como signo de atraso e de incivilidade, e, portanto, de vergonha, da nação brasileira no cenário internacional de projeção dos Estados-Nações para o mundo moderno (HARDMAN, 2005).

A narrativa sobre a evolução urbana e sobre a conformação do *habitus*, dos códigos de moralidade e a cultura emotiva de João Pessoa prossegue com os relatos de uma transformação acelerada dos lugares da cidade em espaços de estranhos e de constante estranhamento do outro. O individualismo, a impessoalidade e superficialidade das relações e o esvaziamento do espaço público consolidam um cenário urbano de privatização das emoções resultante da destradicionalização das comunidades e bairros populares da cidade, atualmente tomados, no discurso oficial, pelas *classes perigosas, vadias e sujas* e por suas ações criminosas e violentas, das quais a classe média e as classes abastadas dos bairros nobres procuram se proteger. A cidade de João Pessoa, assim, aparece para o seu morador comum com uma cultura do medo, real ou imaginário, e de vulnerabilidades e patologias interacionais resultantes desse estranhamento do outro relacional.

A segunda parte do capítulo, intitulada *O Varjão/Rangel: um bairro em disputa*, parte do mapa das ofensivas civilizadoras e modernizantes da cidade de João Pessoa, já em sua fase

²⁵Por *cidade oficial* se entende as representações simbólicas, os projetos e os empreendimentos morais representados pelos agentes e atores sociais estabelecidos da cidade de João Pessoa. Estes empreendedores morais, - personagens e figuras destacados em posições sociais que lhe conferem recursos materiais e simbólicos para a intervenção e para o planejamento e realização de empreendimentos morais e ofensivas civilizadoras no cotidiano da cidade, - se encontram em situação de transformar, a partir de sua perspectiva moralizante, problemas sociais em problemas políticos (GUSFIELD, 1981), moldando e conformando a relação entre elementos simbólicos e processos de apropriação moral que vão da dimensão do oficial ao oficioso e vice-versa nos contextos interacionais da cidade.

avançada nos anos de 1970, para situar a história particular da área da grande várzea ao sul do Rio Jaguaribe, popularmente conhecida como *Varjão*, e sua gradual transformação no bairro oficialmente *Varjão* e oficiosamente *Rangel*. O bairro do Varjão/Rangel, nesse sentido, é enquadrado como produto histórico das ofensivas civilizadoras das décadas de 1960 e de 1970, que buscaram expandir a malha urbana da cidade de João Pessoa para o sul, abrindo espaço para a acomodação de populações de baixa e média renda nos novos loteamentos populares financiados pelo Estado autoritário militar, nas proximidades de grandes empreendimentos urbanos, como a Universidade Federal da Paraíba, a BR 230, o Estádio de Futebol Almeidão, entre outros.

Nesse sentido, o bairro reproduz, em seus contextos interacionais, a dinâmica de envergonhamento e de desfiguração moral que a *cidade oficial* de João Pessoa, na voz publicizada de seus empreendedores morais, - a mídia e a administração pública locais, - projeta para os bairros populares e periféricos, tidos não mais como elementos pitorescos e folclóricos de um atraso social romantizado como exótico (BARRETO, 1996), mas como áreas classificadas como problemáticas para e pelo poder público em razão dos focos ali concentrados de violência urbana e de moralidade degradada e ameaçadora para o cidadão *de bem*²⁶. Esta imagem da cidade sobre o Varjão/Rangel é associada oportuna e convenientemente pelo morador do bairro a uma moralidade, toponímia e conjunto de memórias e histórias do *Varjão*, signo de vergonha cotidiana e de acusação do outro próximo que se quer evitar cotidianamente como não sendo o si mesmo, mas um passado superado de pobreza, de incivilidade e de moralidade de baixo padrão.

Esta narrativa de pobreza urbana como falência moral e como elemento de vergonha e contágio aparece reiteradas vezes nas falas de moradores entrevistados, como, por exemplo, quando descrevem o cotidiano do Varjão/Rangel como espaços de evitação e medo:

Quase nunca vinha nessa rua, porque mãe não deixava. Ela tinha medo que a gente andasse com esse pessoal. Eu vivia de casa para a escola e de casa para a igreja. Aqui, onde a gente tá agora [Rua Rangel Travassos, próximo ao local onde ocorreu a *Chacina do Rangel*] era um campo, aonde se vinha usar drogas e fazer coisas erradas. A polícia também vinha sempre aqui... Ali no CAC²⁷ eu também nunca fui,

²⁶ A mudança nos sentidos coletivos atribuídos à pobreza urbana, na cidade de João Pessoa, ocorre paulatinamente ao longo do século XX, de uma visão da pobreza urbana como elemento pitoresco para uma visão da pobreza urbana como elemento de falência moral e perigo, aprofundando as dimensões da cultura do medo e reforçando o discurso público de necessidade de uma cruzada moral e simbólica pela segurança pública como proteção do patrimônio dos homens de bem da cidade.

²⁷ O CAC do Rangel é um dos espaços de sociabilidade de lazer para jovens do bairro do Varjão/Rangel, conhecido em toda a cidade de João Pessoa como um local violento, ponto de gangues e traficantes locais.

ao não ser em um dia que teve um evento da escola, mas era à tarde. [Entrevista realizada em 30 de maio de 2018].

Ao mesmo tempo, este morador revela:

Essa rua aqui, onde eu morei, ainda tem essa “boca”... Ali na esquina tem outra “boca” que é dos meus primos. Eles que botaram essa boca aí... E ali, aquela casa de primeiro andar, é de uma mulher casada com um traficante do Rio de Janeiro... Essa casa onde eu morei é da dona daquele mercadinho que virou depósito de Gesso. O marido dela, Seu X., deixava pai estacionar a caminhonete carregada de mercadorias, que ele usava no trabalho, ali do lado do depósito dele, afirmando que ninguém mexeria em nada... Seu X. era respeitado por aqui. Ele matou o cunhado para poder casar com a irmã dele. Ele era perigoso, se você mexesse com ele.

A fala deste morador aponta para como as imagens e discursos referentes ao bairro do Varjão/Rangel respondem ao olhar que a cidade de João Pessoa construiu sobre a pobreza urbana como elemento humano não civilizado e como paisagem de medo e evitação não integrada em uma suposta normalidade normativa da cidade. Ao mesmo tempo, o morador revela o quanto o cotidiano de relações e interações no bairro é mais complexo do que essas binarizações morais e emocionais (LEWIS, 2018), de modo que todos os moradores trafegam com bastante domínio de suas performances entre o legal e o ilegal, o oficial e o oficioso, através de obrigações morais de parentesco e afinidade, ou mesmo de demandas por proteção. Estes elementos resultam em processos bastante ambivalentes de integração social dos moradores nas redes intensas de personalidade local.

O *Rangel*, com efeito, por oposição e complementação, remete a *emoções*, *lugares* e *memórias* associados às pessoas *de bem* do bairro e suas respectivas narrativas de integração moral, econômica e política à *cidade oficial* de João Pessoa; mas também aparece nos discursos e ações do morador do bairro como argumento de justificação de si e de acusação e exclusão do outro que se quer inferiorizar, humilhar e desfigurar moralmente. O Varjão/Rangel, portanto, se apresenta como sociabilidade urbana moral e emocionalmente fraturada em sua identidade dupla e dúbia, a um só tempo *Varjão* e *Rangel*, mas sempre em reiterado esforço de depuração de uma forma de identificação em detrimento da outra, sem a qual não pode existir completa e satisfatoriamente (BARBOSA, 2015; KOURY, 2017; LONGHI, 2008).

Varjão, *Rangel*, *Varjão/Rangel* não constituem, assim, nominações que representam complementaridades, acordos ou jogos de alianças entre possíveis leituras de passado e de projetos de futuro, mas como imagens de lugares sobrepostos em um mesmo território e que se chocam em disputas morais e identitárias inconclusas, oportunamente utilizadas pelo morador do bairro para se identificar e se desidentificar conforme seu enquadre ou definição

da situação, isto é, de acordo com as exigências sociais, muitas vezes externas ao bairro, que recaiam sobre a sua fachada individual e coletiva. As figurações sociais no bairro, com efeito, aparecem como ambíguas e ambivalentes, de modo que confiança e traição, amor e ódio perpassam as situações mais banais e corriqueiras dos moradores, engendrando, assim, regimes de justificação, redes de intriga e canais de fofoca densos e distribuídos de forma acêntrica no bairro, bem como uma dinâmica de desculpa e acusação de si e do outro que contamina todos os moradores como bons e maus, como habitantes do *Varjão* e do *Rangel*.

A intensa pessoalidade, a co-presença continuada e o estigma que pesa sobre as sociabilidades urbanas desta identidade dupla e dúbia, são elementos que potencializam as vulnerabilidades interacionais e as possibilidades de insulto moral (BARBOSA, 2014a), e mesmo de violência banal, entre os moradores. Este cenário de tensões e conflitos cotidianos (KOURY, 2014c) veio a intensificar-se em razão do evento crítico popularmente conhecido como *Chacina do Rangel*, ocorrido em 2009, na Rua Oswaldo Lemos, fronteira norte do bairro, e que foi percebido pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como uma situação urgente de apropriação e enquadre moral da pobreza urbana, - no contexto de medos e medos corriqueiros que caracterizam a cultura emotiva da cidade, - e, ato seguinte, de ofensiva civilizadora sobre o bairro do Varjão/Rangel, então acometido por um surto de pânico moral, e sobre as demais áreas periféricas, pobres e violentas da cidade, que passaram a ser vistas como potenciais focos de crimes banais e cruéis capazes de envergonhar e amedrontar a cidade de João Pessoa.

Este capítulo, portanto, introduz o leitor no cenário das sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel, entendidos não somente como o universo deste projeto de pesquisa, mas também como personagens profundamente implicados na produção da *Chacina do Rangel* enquanto momento de fratura, de liminaridade e de recomposição moral e emocional (TURNER, 2013) do cotidiano de normalidade normativa do morador comum da cidade e dos projetos de poder de seus empreendedores morais. O processo de modernização conservadora de João Pessoa e a atualidade de um bairro popular que luta por ser reconhecimento na cidade, dilacerado em sua forma ambígua e envergonha de identificação, constituem elementos imprescindíveis para a compreensão da transformação de um surto de violência banal e cruel localizado na periferia, - em sentido moral; pois o Varjão/Rangel é parte do centro geográfico, - pobre da cidade como um evento trágico e traumático alçado ao público como *Chacina do Rangel*.

O processo de modernização conservadora da cidade de João Pessoa

A cidade de João Pessoa, - denominada Parahyba, até os anos de 1930 - experimentou um processo de profundas transformações em seu contexto societal e interacional, ao longo do século XX. A cidade passou de uma formatação funcional e arquitetônica de incipiente centro administrativo e religioso provinciano para uma estrutura de capital de estado de médio porte, acomodando populações migrantes do interior do Paraíba e também de vários pontos do país.

A configuração de sua paisagem humana e urbana ocorreu, com efeito, de modo a acomodar a malha urbana que se expandia, conforme se desdobrava um intenso crescimento demográfico, - principalmente a partir da década de 1970, - às exigências dos sucessivos projetos de modernização impulsionados pelas elites locais, cuja preocupação maior era a de combinar ações políticas e morais de controle social da pobreza urbana com esforços de produção de lugares e fachadas modernizantes para uso próprio. Espaços e lugares estes distanciados e protegidos do contágio e da poluição expressos pelo homem comum pobre.

Barreto (1996), em relação ao processo inicial de urbanização da cidade da Parahyba, descreve os lugares urbanos para os usos recreativos da elite local como momentos de refúgio no âmbito do burburinho e da agitação crescentes da cidade de então, que começam a tornarem-se expressivos a partir dos anos de 1920. Nas palavras da autora:

Os espaços novos e modernos são sempre aprazíveis, valorizados pela burguesia para o seu descanso ou diversão. São enaltecidos e envoltos por uma atmosfera quase onírica e poética, reforçando a idéia de refúgio onde é possível passar algumas horas do dia ou partes do ano fugindo do cotidiano. BARRETO (1996, p. 154).

As transformações urbanas aqui discutidas configuram, portanto, um conjunto de ofensivas civilizadoras, que se estendem ao longo do século XX, no sentido de projetos conservadores de modernização, cuja lógica exclusivista e elitista aparece já na ideia de construção de espaços de refúgio na cidade, isto é, de organização de um urbano social e moralmente hierarquizado, de maneira a contemplar os economicamente privilegiados e politicamente emponderados. A modernização conservadora (DOMINGUES, 2002; MOORE, 1966) significa, em linhas gerais, a imposição, - por parte da burguesia urbana emergente e da velha oligarquia rural politicamente aliados, - de uma dinâmica de transformações profundas no âmbito das relações entre sociedade, cultura e indivíduo, de modo a modernizar economicamente as potencialidades de uma economia nacional, sem, contudo, permitir uma contrapartida política e social de modernização.

A sociedade passa, nesse sentido, enquanto sociabilidades ou figurações, a ser gradativamente configurada de forma impessoal, racional, burocrático-legal, funcionalmente

diferenciada e em cadeias cada vez mais longas e intransparentes de interdependência entre os indivíduos que movimentam os espaços interacionais e sociais. Deste modo, os espaços, *público e privado*, de convivência coletiva se dissociam radicalmente, assim como os modelos de ação e de realidade nas mais variadas esferas de atividades de uma sociedade complexa, consolidando a experiência individual cotidiana de desorganização normativa e de multiplicidade de papéis e status sociais como elementos do urbanismo (WIRTH, 1967; SIMMEL, 1998, 1998a, 2005).

As exigências emocionais, cognitivas e comportamentais sobre os indivíduos em socialização passam a implicar processos mais demorados e mais arriscados de formação psicogenética para a convivência no urbano industrializado, destradicionalizado, individualista e de intensa concorrência mercadológica por bens e serviços. Estas transformações, contudo, ocorrem em paralelo com a preservação de hábitos, posturas, privilégios, hierarquias e formas oligopolizadas de produção e imposição da ordem social de cima para baixo.

A modernização conservadora da cidade²⁸, nesse sentido, normaliza e naturaliza a violência simbólica e material no âmbito das relações cotidianas entre indivíduos que se orientam a um só tempo em realidades sociais marcadas pelos elementos do moralismo tradicional e religioso, da desigualdade econômica em formas pré-modernas e da subordinação política autoritária, mas, também, por projetos, utopias e fantasias da modernidade, tais como a confiança nos processos técnico-científicos e o engajamento público nas ideias de democracia formal e de liberdade da pessoa humana. No entender de Geertz (2012, p. 115):

“Tornar-se moderno” não significava apenas diminuir as diferenças ou negociar estágios, imitando o Ocidente ou adotando uma postura racional. Era se abrir às fantasias da época e, então, lutar para realizá-las. Encontrar uma direção, e não simplesmente seguir uma.

O ímpeto modernizante que marcou o século XX, desde seus primórdios, portanto, tratava-se de ofensivas civilizadoras e de empreendimentos morais de longo prazo, mas a ser iniciado de imediato, a cada nova investida, sob pena de se desperdiçar tempo e recurso e subtrair-se da marcha dos povos e nações desenvolvidos, permanecendo, - enquanto Estado, Nação, Povo, Sociedade, Cultura e qual mais abstração coletivizante possa ser aludida, - no atraso da tradição. Geertz, mais uma vez, resume bem o quadro ideológico hegemônico nos

²⁸Ver, nesse sentido, o estudo de Scott (2005) sobre os processos de modernização conservadora a partir da família brasileira tomada como objeto de pesquisa.

chamados países novos, atrasados, menos desenvolvidos e emergentes, recém-libertos da sua condição de colônia política ou econômica, e ansiosos por participar das promessas de progresso da modernidade:

A infraestrutura tinha que ser definida, a agricultura, reformada, o industrialismo, iniciado, o comércio, incentivado. Mas logo ficou evidente até para o mais economicista, o mais plenamente convencido de que o progresso material era apenas uma questão de determinação resolvida, de números confiáveis e teoria adequada, que as formas políticas, instituições sociais, crenças religiosas, práticas morais e mesmo a mentalidade psicológica também teriam que sofrer uma reviravolta. Uma tarefa e tanto – obscura, duvidosa, gigantesca e inquietante. (GEERTZ, 2012, p. 115).

Nesse sentido, a cidade de João Pessoa praticamente reproduziu, ainda que com base em uma lógica particular de distribuição de poder (MOORE, 1987)²⁹, - expresso no modelo de urbanização periferizada³⁰ que caracteriza sua malha urbana, sua cultura emotiva e seus códigos de moralidade, - as propostas de modernização conservadora em voga no Brasil ao longo de suas movimentações político-sociais vivenciadas no século XX³¹: o surto modernizante representado pela *Revolução de 1930* (VAMPRÉ, 1932) e pela *Era Vargas* (VARGAS, 1939; 1943; HENRIQUES, 1964; SILVA, 1970; GARCIA, 1982; DALMÁZ, 2002); o interlúdio democrático, denominado de República Liberal, de 1945 a 1964, com seus grandes projetos de integração nacional (IANNI, 1991; WEFFORT, 1978); o regime autoritário de 1964 a 1988, que desencadeou um processo violento de expulsão de populações

²⁹Para Moore (1987), o contexto societal e interacional urbano se organiza como um intenso conflito derivado da necessidade de contínua negociação, por parte dos cidadãos, em torno do que o autor compreende como princípio da desigualdade. A ordem social urbana implica, nesse sentido, um contrato social, ainda que implícito e deficiente por natureza, que administra as soluções para os problemas cotidianos de autoridade, de divisão do trabalho e de distribuição dos bens materiais e simbólicos. Desafios estes deveras problemáticos de administração das tensões e clivagens sociais cotidianas, de uma perspectiva moral e emocional, em um regime urbano de convivência, haja vista a tendência à fragmentação, à impessoalidade, à destradicionalização, à privatização das emoções e ao anonimato que permeiam as relações sociais marcadamente desiguais na cidade.

³⁰Por modelo de urbanização periferizada se entende uma disposição de cidade em que o distanciamento entre a elite política e econômica local e o homem comum pobre se expressa geograficamente de forma bastante evidente. Esta segregação de espaços para os ricos e bem sucedidos moradores urbanos e para o restante da população se desdobra cultural e simbolicamente na hierarquização moral dos lugares urbanos: lugares nobres e valorizados e lugares periféricos, de pobreza, violência e sujeira (BARBOSA, 2015).

³¹O discurso da modernidade no Brasil, - em paralelo aos vários projetos autoritários de modernização conservadora, esboçados ao longo de todo o século XX, pelas elites políticas e econômicas à frente do Estado e dos demais meios de produção, administração, comunicação e coação para o ordenamento do social, - foi notadamente pronunciado na passagem do século XIX para o século XX, atingindo o seu auge nos anos de 1930. Este momento da história nacional, - marcado pelas movimentações políticas em torno da *Abolição da Escravatura*, em 1888, da *Proclamação da República*, em 1889, e dos ajustes e negociações entre as oligarquias agrárias, que se revezavam nos cargos políticos nacionais e locais, durante as denominadas *República da Espada* e *República Café com Leite*, - configura, ainda, uma fase predominantemente rural e economicamente incipiente do Brasil, mas já sob a promessa do ideal de progresso conduzido pelo saber técnico-científico e pelo poder burocrático-estatal na consecução de um amplo projeto de modernização do continente brasileiro (CARDOSO, 1993; COSTA, 2014; BUARQUE DE HOLANDA, 1978; OLIVEIRA VIANNA, 1923; FREYRE, 1936; PRADO JÚNIOR, 1957).

do campo, consolidando a favelização e o inchaço das grandes cidades brasileiras (KOURY, 2007); e a restauração democrática, a partir de 1988, sob a ótica neoliberal de privatização dos riscos sociais (ALMEIDA, 2009; ALMEIDA, 2010). Com efeito, os projetos de grande envergadura de modernização conservadora, no Brasil, iniciados logo após a instauração da República, em 1889, somaram-se às pressões internacionais em torno da necessidade de higienização e embelezamento das cidades, assim como de disciplinamento das populações pobres e marginalizadas desenraizadas de uma vida do campo.

Este cenário político instaurado desde a transição do século XIX para o século XX, pautado na ideologia do progresso (BARRETO, 1996) desencadeou uma fase de intensas reformas para a adequação das cidades à nova lógica do capital monopolista, da grande indústria e da burocracia estatal, moldados em linguagem técnico-científica. Estes projetos de modernização conservadora, com efeito, foram desenvolvidos para e na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e logo copiados e seguidos por cidades como São Paulo³², Salvador, Recife e outras.

A cidade de João Pessoa não ficou fora desse contexto de modernização conservadora de sua paisagem urbana e humana, sofrendo uma modificação intensa, enquanto projeto urbano e de urbanismo, de modo a transformar-se gradativamente em uma cidade marítima, de população social e culturalmente heterogênea e com ares de metrópole periférica, em relação ao contexto nacional de metrópoles e centros urbanos nacionais. A então cidade de Parahyba despontava para o século XX com menos de trinta mil habitantes, limitando-se, praticamente, às fronteiras geográficas do seu antigo sítio colonial, confinado nos bairros do Varadouro, Tambiá, Trincheiras e Jaguaribe; e cercado de grandes propriedades rurais e terras devolutas ainda cobertas pela vegetação nativa (AGUIAR; MELLO, 1985; LAVIERI; LAVIERI, 1999; DIEB; MARTINS, 2017).

A historicização dos processos sociais de construção da malha urbana de João Pessoa, nesse sentido, aponta para os sucessivos esforços da elite local em realizar projetos de modernização da fachada dos espaços já conquistados e de promover a abertura de novos

³²Sevcenko (1992, p. 32), nesse sentido, fala dessa “...cidade (São Paulo) que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados”; e, desta forma, chama a atenção para as transformações psicogenéticas impostas pelos contextos interacionais cada vez mais complexos e intransparentes, em que o esteio da tradição já não mais comportava o cotidiano impessoalizado que se construía como metrópole, burocracia racional, indústria, máquina e eletricidade isto é, em síntese, os signos e projetos de modernidade da civilização burguesa que urgia realizar no século XX. Süsskind (1987), no mesmo diapasão, discorre sobre a sensibilidade moderna emergente, nas artes e nas letras, na metrópole paulistana que se expandia como modelo de progresso brasileiro.

espaços para uma colonização futura, mas já planejada em suas linhas gerais no sentido da expansão das atividades urbanas para o leste (rumo ao litoral) e para o sul do ponto de origem de formação da cidade. Estes processos ocorriam principalmente mediante o embelezamento de parques e avenidas, da drenagem de pântanos, da urbanização da antiga Lagoa dos Irerês, - ainda hoje um importante cartão postal da cidade (KOURY, 2017), - e da higienização e do controle social da pobreza, de modo que o poder público local se destacava, ao lado de famílias abastadas locais que controlavam a mídia, o comércio e as profissões liberais, como o grande empreendedor moral da cidade.

Maia (2000, 2003, 2005, 2008), em relação aos primeiros anos do século XX na cidade da Parahyba, enfatiza os anos de 1910 a 1930 como de muita movimentação político-social em torno da implantação de equipamentos de infraestrutura pública na cidade. Em, 1912, por exemplo, ocorreu a inauguração do abastecimento de água em algumas das ruas do centro, ao passo que se investiu, também, no alargamento, calçamento e iluminação das vias públicas mais concorridas da Parahyba de então. Matadouros públicos, praças, jardins e casas particulares são construídos segundo o mote de uma cidade *higiénica, salubre e bela*, como rezava o *ideário higienista* da época (SÁ, 2009).

Com efeito, pode-se identificar o discurso higienista³³, - que unia a autoridade do saber médico enquanto abordagem técnico-científica e critério de verdade sobre o real com o ímpeto modernizador dos planejadores urbanos, arquitetos, políticos e administradores públicos do novo século que se iniciava, - como uma forma deveras eficaz de controle social e de exercício de poder hierárquico e moralizante sobre a pobreza urbana. Com base nesse ideal de cidade higiênica e, de acordo com a ideologia vigente à época, de cidade racionalmente administrável, a elite local submetia a pobreza urbana a humilhações e violências físicas cotidianas que variavam da derrubada de palhoças e choupanas à realocação de populações inteiras para espaços mais distanciados do centro urbano, corroborando para a construção de lugares marginalizados.

De acordo com Sá (2009, p. 39s), com efeito, a dinâmica de urbanização e de administração dos espaços públicos, na então cidade da Parahyba, revestia-se da autoridade científica, midiaticizada pelo jornal, para modernizar e moralizar os hábitos tidos como degradados e anti-higiênicos dos pobres. A gestão higiênica da cidade remetia, portanto, a uma lógica planejada de controle social dos espaços e dos agrupamentos urbanos, de modo a

³³Interessa, aqui, perceber o discurso higienista como parte de um processo de ofensiva civilizadora e de empreendimento moral, por parte da elite local de João Pessoa, sobre a pobreza urbana da cidade.

reproduzir a lógica excludente do capital em um regime de sociabilidades urbana e industrial de acomodação das tensões e conflitos cotidianos. Nas palavras da autora:

A ciência, sobretudo o saber médico, passa a interferir sobre o espaço habitado. Os médicos veiculavam através dos jornais e revistas da época que os males epidêmicos se proliferavam devido aos maus hábitos de higiene da população, e que era preciso difundir entre os habitantes da cidade novos hábitos condizentes com os preceitos científicos, ou seja, fazia-se necessário, controlar o espaço urbano através de uma gestão higiênica das habitações e dos costumes, sobretudo das classes populares, pois de acordo com os detentores do saber científico, eram nas casas dessa população pobre, mais exatamente nos pequenos cômodos, nos cortiços e nas casas de construção precária, que se originavam os surtos epidêmicos (SÁ, 2009, p. 39).

A cidade de João Pessoa, - então Parahyba, até fins de 1930, - contava com uma população pobre que em sua maioria se abrigava em palhoças ou taperas, construídas de palha ou taipa, às margens do rio Sanhuá e de sua área de mangues, ou então espalhadas por algumas ruas do bairro do Varadouro, conhecido, ainda hoje como cidade baixa. As Figuras 01 e 02, logo abaixo, exploram a imagem da pobreza urbana, moralmente classificada como elemento perigoso e sujo, - também de uma perspectiva estética e funcional para o urbano modernizante que se projetava na cidade, - e, por esta razão, retratados na mídia local da época como elementos ainda exóticos e curiosos no âmbito de urbanismo em transição para o progresso da civilização moderna.

O pobre urbano, desta forma, sofre um processo de apropriação moral, - isto é, de imposição de condutas moralizante e de discursos de estigmatização e de envergonhamento, - cotidiano por parte dos empreendedores morais da época, - que buscam definir-se a partir dos códigos europeus de conduta e comportamento, - e cuja lógica discursiva é a de defini-lo como imagem e elemento moral e emocional de um passado do qual a elite local se envergonha e quer afastar-se. Vergonha social esta projetada sobre a pobreza urbana, reduzida ideologicamente a elemento curioso e pitoresco da paisagem urbana a ser civilizada, ou a um elemento potencialmente perigoso que precisava ser disciplinado e controlado.

A Figura 01 (p. 53), nesse sentido, enquadra personagens nativas dos arredores da cidade da Parahyba como personagens exóticos e graciosamente retratados (BARRETO, 1996) como pertencentes há outro tempo, o da pré-civilização moderna, mas que teimam em ocupar os espaços marginais da urbe: o caboclo sentado ao lado do seu mocambo de palhoça e taipa, em um pequeno arruado ainda cercado pela vegetação nativa da Mata Atlântica e conectado pela estradinha de barro; ou montado no lombo do seu jumento, de sandália e chapéu de palha, a carregar seus fardos de produtos naturais. A Figura 02 (p. 54), no mesmo diapasão, completa o cenário ao pintar mulheres e crianças no terreiro de seus mocambos em

postura de admiração do fotógrafo que captura a imagem do grupo, não como um crítico da realidade social, mas como um estranho que parece viajar no tempo e descobrir-se diante de curiosas figuras humanas que animam uma cultura pitoresca própria, distante do ideologicamente vivido na cidade da elite e dos empreendedores morais locais.

Fabian (2013), nesse sentido, discorre sobre a construção antropológica do argumento moral da diferença cultural como um dos mais eficazes elementos de apropriação moral sobre as comunidades tradicionais socialmente transformadas em pobreza urbana, já na transição do século XIX para o XX e durante toda a primeira metade do século XX, quando do surto modernizante na maioria dos países, nações, reinos e Estados da periferia do capitalismo mundial. O processo de exotização do Outro como primitivo isolado e distante, por parte da antropologia europeia evolucionista e funcional-estruturalista, uma vez assumido pelas elites nacionais ansiosas de oportunamente se lançarem nas novidades e promessas do mundo moderno, como no caso brasileiro, possibilitou, ato contínuo, o uso do discurso cientificista da época como argumento moral de exotização e de fetichização da pobreza urbana como fenômeno humano moral e emocionalmente desviante, temporalmente distante e espacialmente deslocado.

O uso do presente etnográfico como recurso metodológico de enquadre do outro fisicamente próximo, mas socialmente distante; de uma concepção específica de história como progresso, e da noção de civilização moderna como meta-narrativa de apropriação moral, com efeito, perfazem não somente o discurso alocrônico como parte do equipamento intelectual da antropologia que adentra o século XX, mas também permeiam o senso comum do empreendedorismo moral e das cruzadas simbólicas modernizantes de então. Tal como para o viajante filosófico e para o antropólogo que ousava estudar o exotismo cultural humano nas longínquas paragens terrenas, o fotógrafo do urbano emergente buscava impressionar a sua platéia com o argumento de que a distância percorrida até chegar à pobreza urbana, - no caso uma enorme distância social, - correspondia a uma viagem de volta no tempo rumo a um passado de atraso social e cultural.

Passado este que a ideologia do progresso, construída e reforçada nesta lógica de definição do real, tinha por missão superar, substituindo, desta forma, as tradições culturais tidas como selvagens e bárbaras pelos cânones da civilização modernas, classificados, por seu turno, como universais culturais a serem impostos pela política contemporânea. Nas palavras de Kluckhohn (1962, p. 286):

Não podemos esperar que nos libertemos satisfatoriamente, a nós mesmos ou a outros povos, da liderança que a história nos impingiu neste momento, a menos que possamos agir com base em *padrões fundamentados e claramente definidos de avaliação*. Finalmente, toda a discussão sobre um eventual mundo pacífico e ordeiro não passa de pia hipocrisia ou fantasia sentimental, a menos que haja, de fato, algumas *crenças simples, mas poderosas, às quais todo homem se agarra; alguns códigos ou cânones que tenham, ou que possam obter, aceitação universal*.

As palavras de Northrop (1960, p. 15) completam o pensamento supracitado de Kluckhohn:

Os problemas políticos do mundo contemporâneo, tanto os nacionais como os internacionais, concentram-se nas mentalidades e costumes do povo, e apenas de forma secundária e posterior, em suas ferramentas – sejam essas ferramentas econômicas, militares, tecnológicas ou escatológicas... *Uma vez que os costumes são antropológicos e sociológicos, a política contemporânea também deve sê-lo* (NORTHROP, 1960, p. 15).

Koury (2017a) sintetiza o ideal universalista de progresso, de história e de civilização, de autores como Kluckhohn e Northrop, - expressos, respectivamente, nos projetos civilizadores de imposição de *crenças simples e de aceitação universal* e de *política contemporânea para a superação dos problemas políticos do mundo*, - como expoentes do modelo estrutural funcionalista de desenvolvimento social.

Nessa perspectiva de análise, - que postulava a existência de problemas humanos universais básicos (KLUCKHOHN; STRODTBECK, 1961) e que partia de uma apreciação psicológica do comportamento individual em relação aos papéis sociais de uma sociedade complexa, definida como tipo ideal refletido com base na experiência europeia e americana de desenvolvimento e de civilização, - a explicação para o subdesenvolvimento capitalista se encontraria na intersecção da cultura nativa e da sua personalidade correspondente. Esta corrente de pensamento organizou-se em torno de Parsons, no Departamento de Relações Sociais de Harvard, e foi hegemônica nas Ciências Sociais americanas até fins dos anos de 1950, reunindo nomes como Kluckhohn, Bruner, Sorokin, Murray e Homans³⁴.

³⁴O Estrutural Funcionalismo americano partia de uma leitura parsoniana estrutural funcionalista da sociologia compreensiva weberiana e do culturalismo boasiano, combinando posturas positivistas de definição do real e do social como passível de explicação objetiva e de explicitação racional na forma de leis científicas. O aporte weberiano oferecia a esta corrente de pensamento noções conceituais fundamentais, - como tipo ideal, ator, papel e ação social, - mas não convencia enquanto método compreensivo; ao passo que a herança boasiana era apropriada como estudo da cultura enquanto coleção de objetos materiais e simbólicos e de um ethos cultural próprio de um povo, historicamente amadurecido. O projeto parsoniano (KUPER, 1978), contudo, tinha a ambição de desenvolver uma Teoria Geral da Ação, conjugando esforços interdisciplinares sob a batuta da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia, cujas especialidades eram o estudo, de uma perspectiva naturalista e universalizante, dos sistemas sociais, culturais e psíquicos humanos. No entender de Geertz (2012, p. 85), um dos autores de maior projeção mundial formado na Escola Parsoniana e, de certa forma, continuador de suas ambições político-acadêmicas: “Havia um projeto para uma grandiosa “teoria geral da ação social” arquitetônica, que Parsons, presidente e espírito do departamento (Departamento de Relações Sociais), tinha posto em marcha

O *atraso* social, portanto, no entender desses autores, seria sintomático de um conjunto de fatores, tais como: a ausência de personalidade empreendedora e inovadora, comodismo e inferioridade moral e cognitiva, no lado da personalidade; e cultura tradicional, arcaica e avessa a mudanças, no lado da cultura. Uma vez diagnosticado a origem e a causa do não progresso e do não desenvolvimento, no âmbito cultural tradicional, os autores estrutural-funcionalistas apontavam a necessidade de um agente externo que provocasse e induzisse as mudanças e transformações sociais, culturais e psicológicas rumo à civilização moderna: uma ofensiva civilizadora de longo prazo e de impactos profundos, mas racionalmente planejada e implementada.

Koury (2017a, p. 27-31), ao discorrer sobre as implicações políticas e sociais presentes no modelo estrutural funcionalista de desenvolvimento social, enfatiza como o mesmo define a cultura tradicional nativa como obstáculo ao ideal de progresso e como discurso antropológico sobre o Outro enquanto distância temporal a ser superada:

A meta social de todos os grupos sociais é única, atingir o desenvolvimento. ...O conflito é resultado, para estes analistas, dos desequilíbrios econômicos existentes e das mentalidades arcaicas que regem uma sociabilidade subdesenvolvida ou tradicional. ...O rompimento desses caracteres tradicionais observados em uma análise de uma sociabilidade específica é visto como saudável se monitorados técnica e cientificamente pelos agentes de desenvolvimento, provocando um conflito que visa a uma posterior harmonia social. ...buscam resolver e explicar, assim, o problema do atraso dessas sociedades através da procura, da descoberta e da tentativa de eliminação planejada dos *obstáculos* culturais, sociais, políticos, econômicos, psicológicos, e institucionais de um povo.

Nas palavras de Barreto (1996, p. 154), a ideologia do progresso e o ímpeto modernizador da elite local tiveram como consequência uma performance de alheamento do real, definido como distante e estranho, como nostálgico e pitoresco:

Os espaços da pobreza também não escapam a essa ideologia do progresso. São pintados com cores mais suaves, eliminando os aspectos negativos de sua própria condição, mostrando apenas o que é interessante ou curioso. Os bairros pobres são considerados algo primitivo, etapa já vencida rumo à civilização, mas da qual ainda persistem teimosamente alguns indícios (tal qual a fotografia é um indício da realidade). Eles aparecem nas fotografias da *Era Nova* em pequeníssima escala e, juntamente com os lugares ainda não integrados ao processo de urbanização, são vistos apenas como traços “*pitorescos*” da Paraíba. *Pitoresco* aí quer significar algo que já foi ultrapassado – é passado -, o que se vê nas fotos são apenas resquícios de

– uma grande confluência de caixas e setas a que ele às vezes se referia como um equivalente sociológico do sistema newtoniano, às vezes como um esforço para dividir o átomo social. ...Havia o Centro de Pesquisas Russas, dirigido pelo antropólogo Clyde Kluckhohn, empregando técnicas científico-sociais (entrevistas a refugiados, análises de conteúdo) em um esforço para entender - e frustrar - as intenções soviéticas. ...Havia o Projeto Ramah, também sob a direção de Kluckhohn, envolvido em um estudo comparativo, em longo prazo, de valores em cinco culturas adjacentes no sudoeste americano”.

uma ordem anterior. Podemos citar uma fotografia cuja legenda diz: “Curiosidades Sertanejas - Casa de índios, sobre a serra do Cabeço, no município de Santa Luzia” (Era Nova, 01/02/1922, Ano II, nº 20). Em outra: um boi, um vaqueiro segurando um cavalo em frente a uma casa de taipa em ruínas ilustrando uma matéria de José Américo de Almeida intitulada “O Aboio” (Era Nova, 01/07/1922, Ano II, nº 29). Ou ainda: “A Estrada de Jaguaribe á hora do sol e das lavadeiras” (Era Nova, 15/06/1924, Ano IV, nº 64) e “Typos e costumes. Uma habitação característica de palha” (Era Nova, 15/06/1925, Ano V, nº 81).

A modernização não permite outro lugar à pobreza senão o da sua definição como “*pitresco*”. Seu lugar efetivo são as oficinas ou o interior dos lares como serviçais, ou seja, seus locais de trabalho. Fora deles, devem sumir da cidade, de volta aos seus casebres (Koury, 1986, 140). A própria caracterização desses espaços como *pitresco*, e seu aparecimento em proporção ínfima, demonstra uma desvalorização da memória social e explicita o que se deseja tornar visível, pois transforma a paisagem, o habitante dos mocambos e os “arredores da capital” em algo pictórico, divertido, recreativo e graciosamente original: “o fotógrafo é um superturista, um prolongamento do antropólogo, que visita os nativos e regressa com notícias dos seus costumes exóticos e estranhos ornamentos” (Sontag, 1981, 46).

O enquadramento da vida doméstica dos pobres, com efeito, remete a um discurso de bucolismo e de aceitação passiva e acrítica deste destino rural, preguiçoso, pessoalizado e de baixa reflexividade que as energias modernizantes buscam avidamente superar. O contraste destas figuras representativas da pobreza urbana com a maneira de perceber-se e retratar-se da elite local, esboçada na Figura 03 (p. 54), - em que se representa o mito do político planejador e modernizador do Estado, herói da Nação brasileira em plena fase de gestação, a partir da figura do Presidente Epitácio Pessoa e de seus esforços de modernização econômica do país, - reforça os sentimentos de nostalgia e de estranhamento que se buscava construir em relação ao próprio cotidiano presente, ainda tão distante das promessas modernas de progresso, de industrialismo, de maquinismo, de metrópole, de atividade e independência individual, próprias do estilo de vida urbano e que, portanto, era acessado em um misto de vergonha em relação a si e ao outro e de esperança em relação ao futuro.

Figura 01 - “O Brasil Pitresco - Costumes e Hábitos”.



Fonte: ERA NOVA, 15/04/25, nº 77. (Arquivos do GREM).

Figura 02 - “Typos e Costumes. Uma habitação característica de palha”.



Fonte: ERA NOVA, 15/06/1925, nº 81. (Arquivos do GREM).

Figura 03 – Cartaz de Comemoração ao Centenário da Independência, em 1922, que mostra o busto do Presidente Epitácio Pessoa ao lado de um anjo que anuncia o Progresso, abaixo elencado nas figuras do trem e do navio a vapor e da paisagem urbanizada da cidade.



Fonte: ERA NOVA do Centenário da Independência, 01/08/1922, Ano II, nº 31. (Arquivos do GREM).

Em suas divagações de figura política e acadêmica destacada no cenário local e regional paraibano, José Américo de Almeida esboçou, em sua obra *A Paraíba e Seus Problemas* (ALMEIDA, 1980), um ambicioso projeto de ofensiva civilizadora sobre o atraso econômico da Paraíba. Urgia, em sua análise, tirar a região do isolamento em relação aos grandes centros urbanos do país, conectando-a com a construção de rodovias e de ferrovias e com uma base portuária de escoamento da produção; solucionar o problema de abastecimento de água nos rincões assolados pelas secas mediante a implementação de uma rede de açudes e barragens que viabilizasse o desenvolvimento da agricultura; sanear as cidades, resolvendo os problemas alarmantes da saúde pública da época.

Nesse sentido, os empreendedores morais da *cidade oficial* da época combinavam esforços em trazer à cidade da Parahyba serviços de abastecimento de água, luz, esgotamento sanitário, transporte público sobre trilhos e acesso ao telefone. Muito embora fosse economicamente impossível popularizar o consumo de tais serviços, a elite local ansiava pelos mesmos como status e confirmação de sua participação no progresso da modernidade. De acordo com Chagas (2004, p. 67s):

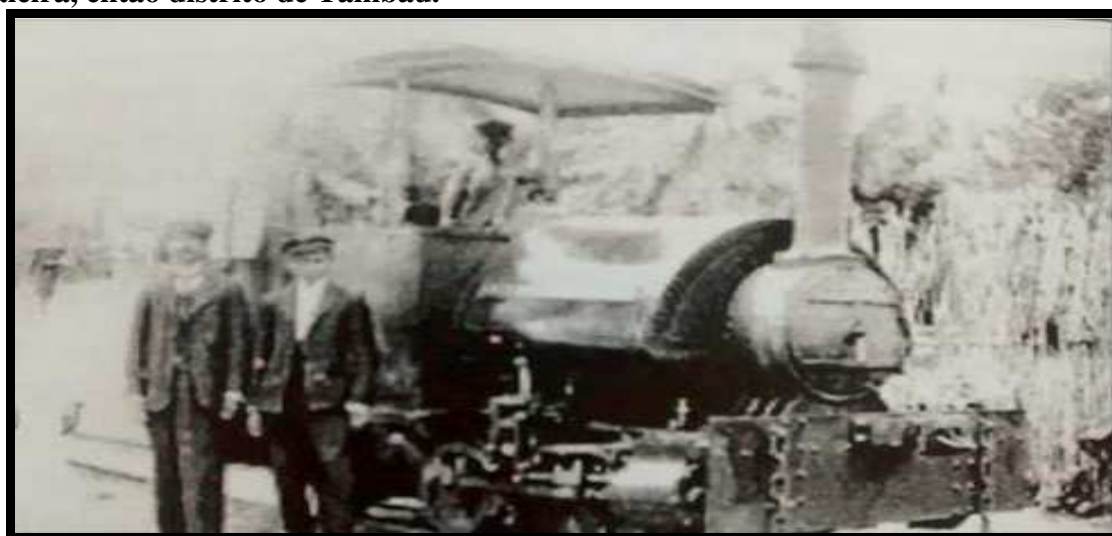
Na Parahyba, como em outras cidades no Brasil e no mundo, o bonde elétrico que representou a possibilidade de ir e vir num menor espaço de tempo tornou-se um símbolo do domínio humano sobre a natureza e o uso da ciência e da tecnologia a serviço do desenvolvimento e progresso das cidades. O bonde elétrico figurar como uma das principais representações da cidade moderna, devendo proporcionar aos moradores das urbes conforto, bem-estar, comodidade e rapidez quando necessitassem se deslocar por entre as ruas centrais. Embora o Estado não dispusesse de recursos suficientes, as ações de modernização da Parahyba se construíram num processo interligado que combinou a abertura das ruas com a instalação da luz elétrica e do telefone. Na proposta de dotar a cidade com as condições indispensáveis à vida moderna, não podia faltar o bonde elétrico, principalmente porque, entre os moradores da área central, havia a crença de que esse serviço encurtaria as distâncias entre as residências, dinamizaria o comércio garantindo aos transeuntes o acesso às lojas localizadas nas ruas da Cidade Alta e Baixa, ofereceria comodidade no deslocamento até aos balneários das praias e tornaria as urbes civilizadas. Acreditava-se que, se a Parahyba passasse a dispor desse serviço, se assemelharia ainda mais ao Recife, ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Os jornalistas da época ressaltavam o fato dos paraibanos não poderem ficar fora dessa empreitada, principalmente porque, nas cidades de Campina Grande, Recife e Fortaleza, os bondes, há tempo, corriam velozmente sob o impulso da eletricidade.

Em síntese, tal como pontuou Geertz (2012) em suas experiências etnográficas na Indonésia e nos Marrocos, os intelectuais e planejadores públicos de países situados na periferia do capitalismo global e da civilização moderna, - como então se percebiam, - ansiavam por romper com a tradição provinciana, rural e burocrático-estamental em que estavam inseridos, sem, contudo, abrir mão de seus privilégios de elite sobre uma massa

populacional em processo acelerado de urbanização e de industrialização. A cidade de João Pessoa, então Parahyba, nessa perspectiva, adentra o século XX com o esforço de conectar-se pelos trilhos com o ainda distante distrito de Tambaú, a leste, situado na orla do litoral (MELLO, 1979; 1990), ao passo que conservava sua estrutura urbana e arquitetônica praticamente segregacionista, com os ricos vivendo na Cidade Alta, - pouso para as instituições públicas de administração política e religiosa e para os casarões da elite local, - e os pobres deslocando-se pela Cidade Baixa e pelos arredores da urbe (SALES; MAIA, 2003).

A Figura 04 enquadra, no estilo heróico e pomposo dos empreendedores morais da época, a Locomotiva “Maxambomba”, adquirida com recursos públicos na Inglaterra para a fundação da Ferrovia Tambaú, inaugurada naquela ocasião no ano de 1906. A ferrovia cobria uma extensão aproximada de sete quilômetros, partindo das imediações do centro da cidade, em sua parte alta, até atingir a orla da então vila de pescadores de Tambaú. Não por acaso este empreendimento moral já esboçava o caminho do desenvolvimento e de expansão urbana da cidade de João Pessoa ao longo das décadas seguintes.

Figura 04 – Retrato da Locomotiva “Maxambomba”, em ocasião da inauguração, em 21 de abril de 1906, da Ferrovia Tambaú, que conectava a cidade da Parahyba à região praieira, então distrito de Tambaú.



Fonte: Arquivos do GREM.

Em 1910, quatro anos após a inauguração da Ferrovia Tambaú, a cidade da Parahyba passa a contar, em algumas de suas residências e instituições públicas, com serviço de energia elétrica, ofertado pela Empresa Tração, Luz e Força (Ver Figura 05). A permissionária, situada no bairro central de Tambiá, na Cidade Alta, à altura da Rua João Bernardo de Albuquerque, operava também o serviço de transporte público oferecido pela Ferrovia Tambaú (Ver Figura 04).

Naquele trecho, denominado Estação Cruz do Peixe, com efeito, iniciava o trajeto Centro – Praia da ferrovia, mais tarde consolidado como a Avenida Presidente Epitácio Pessoa: o principal corredor de transportes da cidade e o mais expressivo vetor do processo de expansão da malha urbana no sentido leste, em direção ao litoral, assim como o eixo de modernização da cidade até praticamente fins do século XX. Ainda nesse contexto de modernização dos espaços públicos, - impulsionados pelos governos estaduais preocupados em transformar a capital em um lugar agradável às elites locais, - inaugura-se o primeiro poço para o abastecimento de água das residências abastadas e instituições públicas da Parahyba, assim como também tem início o primeiro projeto de esgotamento sanitário da capital.

Objetivava-se, com estas reformas, não somente transformações urbanísticas e arquitetônicas específicas, de modo, por exemplo, a superar o problema do acúmulo de água, já utilizada, nas ruas, que estagnava-se sem possibilidade de escoamento ligeiro, gerando e propagando focos de doenças; mas também buscava-se superar hábitos tidos como não civilizados, como o banhar-se nas fontes e rios da cidade, - prática cotidiana principalmente realizada pela pobreza urbana, - e a captação manual de água de cacimbas para uso doméstico. De acordo com Chagas (2004, p. 12): “....na cidade ainda se mantinha os hábitos de tomar banho de rio e retirar das cacimbas a água para beber e preparar os alimentos. Adicionado a isso, era comum a água usada correr a céu aberto, denunciando a igual necessidade de esgoto e saneamento”.

Figura 05 – Enquadre de trecho da Rua João Bernardo de Albuquerque, no bairro de Tambiá, com destaque para a sede da Empresa Tração, Luz e Força e para a linha férrea instalada, onde tinha início o trajeto da Ferrovia Tambaú.



Fonte: Acervo Fotográfico Walfredo Rodrigues.

Nas décadas de 1920 e de 1930, havia, na cidade de João Pessoa, ainda denominada de Parahyba, uma grande preocupação com o alinhamento de ruas e avenidas e com a iluminação pública, assim como havia a urgência em retirar o *homem comum pobre* do espaço público, confinando-o na fábrica, no serviço doméstico ou na periferia urbana. O homem comum pobre, como descrito por Koury (1986; 2017), se vê parte de um mundo moral-emocional e cognitivo-comportamental em que o seu trabalho cotidiano é desprestigiado, cercado por situações de insegurança e distante da consolidação de elementos básicos para a cidadania, como os direitos sociais e políticos. Paradoxalmente, contudo, o trabalho é a única forma de ação social legítima que integra o homem comum pobre à sociedade, na medida em que ele submete sua vontade à outra vontade.

A classificação moral do trabalho livre e assalariado como exercício de moralização e de regeneração da alma busca preencher o vazio, na República emergente, da definição societária do homem, antes encarado como senhor de escravos, e não como um trabalhador. O escravo, por sua vez, enquanto mão-de-obra totalmente commodificada, constituía um elemento de produção, no máximo uma ferramenta, mas não um sujeito criativo, um agente. A emergência do trabalho livre, no contexto da República que se organizava, desafiava, portanto, as noções escravocratas e autoritárias vigentes na cultura emotiva e nos processos de sócio- e psicogênese das sociabilidades urbanas do país.

Nesse sentido, a ideologia de uma moral disciplinar exercitada no trabalho, - sem o qual o homem comum pobre degenerava à condição de ladrão, vagabundo ou desordeiro, - expressava a preocupação da elite local em vigiar, monitorar, controlar e punir o homem comum pobre, sempre encarado com desconfiança e como objeto perigoso. Na perspectiva deste homem comum pobre, o trabalho produzia simultaneamente o sentimento de vida honesta e de bem, mas também de intenso ressentimento pela submissão que implicava a um destino de pobreza, precariedade e violência física e simbólica por parte dos patrões e do Estado. A ação social legítima de mostrar-se socialmente aceito e integrado mediante o trabalho, portanto, se realiza em um contexto de tensões e ressentimentos acentuados, em que estratégias variadas de sobrevivência coexistem e desafiam as definições de pobre como problema social e de trabalho assalariado como elemento disciplinar para uma vida digna.

No entender de Koury (1986, p. 135-136):

O discurso modernizador da cidade se realizava em duas vertentes básicas: uma estética outra econômica. Ambas políticas. Nas duas vertentes o homem pobre era o elemento visado.

Na vertente estética, o discurso modernizador diagnosticava a necessidade de alinhamento das ruas e avenidas, construção de logradouros públicos, medidas de saneamento e embelezamento da cidade. Na vertente econômica, discutia a ampliação do cais do Varadouro, onde atracavam navios nacionais e estrangeiros, a construção de um porto na cidade... a diversificação do comércio e indústria, a transformação de máquinas manuais nas indústrias... por outras de tecnologias mais aprimoradas, o ensino e o disciplinamento do trabalho, a criação de asilos de mendicidade, onde se faria uma triagem entre doentes, velhos e outros incapacitados e os vagabundos, entre outros aspectos.

Nestas duas vertentes do pensamento modernizador da cidade, o que está presente e inter cruzado é a necessidade de uma definição objetiva da pobreza, do homem pobre, livre, para o capital.

Ainda neste diapasão, Koury discorre sobre a colonização do espaço público da cidade pela ideologia modernizante de progresso. Progresso este não somente mediado pelo exercício disciplinar e moralizante do homem comum pobre, - sempre submetido a um processo de envergonhamento para o recato e para o asseio, assim como estimulado à honra do trabalho e da honestidade -, mas também pelo mesmo regramento e moralização da cidade. Isto implica o embelezamento, o ordenamento e a pacificação da cidade, o que, em primeira e última análise, implica na invisibilização da pobreza pelo seu confinamento nas periferias urbanas e nos locais de trabalho: da choça suburbana ao chão de fábrica, às oficinas e às dependências de empregado nos lares e de volta às choças suburbanas.

Neste contexto de transformações sociais aceleradas, que marcou as primeiras décadas do século XX, a preocupação da elite local em modernizar a cidade incidia tanto na paisagem urbana, embelezando e higienizando, quanto na paisagem da humana, controlando socialmente e disciplinando para o trabalho, da cidade da Parahyba e, por extensão, das cidades vizinhas e do Estado da Parahyba do Norte, em um complexo e intrincado jogo de poder e de manutenção de um sistema fechado e clientelístico de hierarquias, favores, obrigações e dádivas. Segundo Koury (1986, p. 147):

A modernização da estrutura urbana, a abertura de estradas vicinais para circulação de mercadorias, a expansão do comércio, tanto quanto a rede industrial a ser estimulada, dependia dos interesses econômicos e políticos dos grupos oligárquicos no poder. Este era o nó górdio do pensamento modernizante no interior de uma estrutura oligárquica regional: o de prover modernização sem modernidade.

Nesse fito, a elite local lança mão de estratégias econômicas para atrair capitais, indústrias e tecnologias para a modernização do trabalho e da produção, assim como se vitimiza e apela às mais altas esferas administrativas do Estado em busca de financiamentos e verbas públicas. Por um lado, dispensa impostos e oferece terrenos e mão-de-obra gratuita (de menores e vagabundos) a capitalistas estrangeiros; impede legalmente a vadiagem; treina jovens aprendizes em ofícios manuais e manufactureiros e etc.; assim como arquiteta e planeja

uma malha urbana que claramente divide e moralmente distingue entre homens comuns pobres e cidadãos, entre bairros problemáticos, perigosos e sujos e bairros nobres. Por outro lado, desenvolve toda uma indústria da fome e da seca como argumento de barganha de poder, de recursos e de trocas na divisão nacional do trabalho, em que se ajusta como reserva de mão-de-obra barata e como receptor de novidades e de créditos externos.

A ideologia do trabalho e do progresso, nesse sentido, consistiu em uma ampla estratégia política e social da elite local, oligárquica e autoritária, em forçar um projeto de modernização sem modernidade das relações sociais no urbano emergente da nascente República. A elite local soube sair de um regime escravista de exploração do trabalho e reinventar-se em um contexto de exploração do trabalho livre, utilizando-se, para tanto, de uma ideologia republicana de Estado e de uma ideologia modernizante e positivista de controle social.

O homem comum pobre, nesta montagem moral do cotidiano, aparece como figura central da sociabilidade urbana que emergia, pois combinava a integração social do indivíduo mediante a sua submissão livre a uma prática exploratória e segregadora dele mesmo, seja como morador suburbano da cidade, seja como prática política de uma elite local que o usava como argumento vitimário para barganhas no cenário político nacional. A sociogênese da figuração brasileira, com efeito, tinha como contrapartida o que Buarque de Holanda (1978) entendia por aporias do liberalismo brasileiro: a retórica de liberdade, igualdade e fraternidade, - por parte de uma elite que alimentava projetos modernizantes e que se pretendia moderna, - para a legitimação da arbitrariedade e do familismo como estratégias oficiosas de preservação de posições sociais de privilégio.

Este traço sociopsicológico autoritário revestido por um verniz ideológico liberal se pautava na afirmação do liberalismo político como discurso civilizatório moderno em um contexto autoritário e antidemocrático como forma efetiva de governo e de administração das tensões e disputas cotidianas. Este, talvez, aparente paradoxo, para um observador externo, foi nutrido pela ausência, até os anos de 1930, de embates político-sociais mais duros entre as classes urbanas médias, ávidas por conquistarem um lugar no Estado e na Sociedade, e as oligarquias rurais e seus respectivos clãs político-familiares.

O tipo ideal sociopsicológico da época, portanto, revelava um padrão de sociabilidade que buscava conjugar práticas pessoalizadas, engolfadas, patrimonialistas e hierarquizantes, com as novidades mais individualistas do urbano impessoalizado, industrial e mercantil. A etnopsicologia brasileira (LUTZ, 1986; 2012), nesse sentido, além das *aporias do liberalismo*

nacional, da figura do *homem comum pobre* e da *elite pretensamente moderna*, caracterizava-se pela *cordialidade* como bússola moral e modo de navegação social nos espaços públicos (DaMATTA, 1986). Nesse sentido, em alusão a Buarque de Holanda, discorre Costa (2014, p. 834s):

Buarque de Holanda entende por “cordialidade” a tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais: em primeiro plano devem estar os sentimentos, não o anonimato da ordem legalizada que promete tratar a todos como iguais. O “homem cordial” quer ser chamado pelo primeiro nome – de preferência, por um diminutivo “nhô” ou “nhá” – e não quer ser tratado como apenas mais um entre milhões de cidadãos. Ele corresponde a um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes, porque as decisões tomadas sob influência das emoções não precisam seguir uma lei ou uma argumentação universal; sua justificativa é sempre pessoal e particular. A reprodução de hierarquias do poder anda de mãos dadas com este padrão político...

Ao mesmo tempo, a ação do “homem cordial” é a única resposta promissora à incerteza jurídica. Afinal, esta é a única estratégia sensata perante instituições estatais que não funcionam segundo os princípios previsíveis das normas escritas e que, ao contrário, são controlados por funcionários “patrimoniais”, cujo objetivo é implementar os interesses “dos laços de sangue e de coração”. Neste ambiente de instabilidade normativa e institucional, o “homem cordial” busca ofuscar os conflitos, converter desconhecidos em amigos e interpretar os benefícios estatais no sentido de favores e retribuições. Quando assim mesmo surgem conflitos, falta o repertório institucional e pessoal necessário para resolvê-los de maneira pacífica e argumentada, razão pela qual os conflitos, no geral, terminam de forma trágica. Portanto, a predisposição à violência não é o oposto da cordialidade: a violência é característica necessária e inerente ao “homem cordial” na medida em que qualquer antagonismo é interpretado como ameaça à existência deste modelo de personalidade e sociabilidade.

Modelos de ação e de realidade pautados na cordialidade e na relação assimétrica e autoritária entre a figura do homem comum pobre urbano e da elite local, destarte, animaram e continuam, em parte, a animar a cidade de Parahyba, atualmente João Pessoa, ao longo das ofensivas civilizadoras impostas durante o século XX. Quando o contexto revolucionário de 1930, por exemplo, atinge, em cheio, os empreendedores morais da cidade, - representados por intelectuais e políticos bacharelescos ainda saídos da Casa-Grande e do Engenho de Açúcar e que, não raras vezes, tinham na Capital do Estado um pouso para veraneio e para a negociação das safras agrícolas, - foi esta uma disputa privada e passional entre o então presidente da Parahyba, João Pessoa, e o seu assassino.

Disputa esta terminada em tragédia e comoção pública que serviram de argumento moral para a elite local insuflar a população à revolta, cujas consequências, para a cidade e para o Estado, não foi a de uma destituição tão intensa da velha oligarquia patriarcal e rural dos espaços de poder político e econômico, e tampouco a aceleração de processos de industrialização e de urbanização. A cidade, com efeito, no início da década de 1930, experimenta a mudança de nome, passando a chamar-se de João Pessoa, e já dispõe de um

cenário urbano médio que dispõe de modernidades como teatro, jornais impressos, bonde puxado a burros, água encanada, iluminação pública etc, mas que ainda se encontra consideravelmente circunscrito as Cidade Alta e Cidade Baixa e aos arredores em que se organizava a pobreza urbana impossibilitada de alugar possibilidades de moradia na Cidade Baixa.

A Figura 06 abaixo, - fotografia produzida em 1930, - enquadra a então popularmente conhecida *Parada das Sopas*, no bairro do Varadouro, na Cidade Baixa. Buscou-se transmitir, ainda, o ideário de higiene e progresso aspirado pela elite local (CABRAL, 2010). A primeira estação rodoviária de transporte público da cidade, nesse sentido, foi retratada, nos jornais da época e pela historiografia local, sem a presença exótica ou poluente do homem comum pobre, ao passo que se supervalorizou o elemento moderno da técnica automobilística para o transporte público, representada na figura da *Sopa*, e da arquitetura urbana dos armazéns e das avenidas.

Figura 06 – Enquadre da primeira estação rodoviária da cidade de João Pessoa (prédio à esquerda, no primeiro plano da imagem), em 1930, popularmente conhecida como *Parada das Sopas*, no bairro do Varadouro. Na imagem, três sopas passeiam nas proximidades do primeiro posto de combustível da cidade (prédio de formato circular, à direita, no primeiro plano da imagem).



Fonte: CABRAL, 2010.

As Figuras 07, 08, 09 e 10, por sua vez, deslocam a atenção do leitor de volta para os acontecimentos em torno da expansão da malha urbana da cidade para o leste: para o litoral. Em torno do corredor ferroviário e rodoviário que se construía do Centro à Praia, atualmente a Avenida Epitácio Pessoa, projetada para ser o principal corredor urbano de João Pessoa, acumularam-se esforços desenvolvimentistas de sucessivos governos estaduais e municipais, -

afiançados por verbas federais, - estendendo-se dos anos de 1920 até meados dos anos de 1960, quando se deu, mais precisamente no ano de 1963, a implantação do anel rodoviário conectando em definitivo o Centro e o Litoral. Este processo, segundo Cruz e Silva (2003), consolidou a destradicionalização cultural pretendida pelas ofensivas civilizadoras produzidas pela elite local, que, no sentido de apropriação moral dos lugares da cidade, percebeu a *Fuga do antigo Centro* e a *Conquista do Litoral* como oportunidade histórica para a invenção (WAGNER, 2012) de uma modernidade própria: conservadora, exclusivista e o mais distante possível da pobreza urbana, de modo que se classificava como investimento rentável a construção de uma vitrine moderna na orla da cidade, antigo espaço de comunidades de pescadores.

Nas palavras de Cruz e Silva (2003, p. 3):

A historiografia paraibana afirma que após a pavimentação da Eptácio Pessoa houve um maior fluxo dos pessoenses em direção à Orla Marítima, os grupos sociais que não possuíam muitos recursos financeiros faziam isso nos finais de semana, pois pegavam os bondes em direção a Tambaú e posteriormente os ônibus, já a elite paraibana possuía casas de veraneios, que tinham sido construídas para temporadas, por isso era comum se ter uma casa no centro, outra na orla e até mesmo uma ou mais fazendas. ...a década de 1960 inaugura um novo capítulo dessa história, pois após a construção do anel viário, vemos a consolidação de um processo que se inicia desde o momento em que a cidade deixa de olhar para o centro e passa a olhar para a orla, tendo-se evidenciado a segmentação da cidade com espaços pré- estabelecidos para os grupos mais favorecidos financeiramente, bem como para os menos favorecidos. Se antes o espaço do centro era o considerado mais moderno, a partir desse contexto vemos a modernização do litoral.

Figura 07 – Imagem do canteiro de obras de abertura da Avenida Eptácio Pessoa, em 1920. Percebe-se o esforço pioneiro de desbaste da vegetação nativa e de construção de linhas férreas.



Fonte: Arquivo Foto Stuckert. <http://cidady.blogspot.com.br/2012/03/joao-pessoa-antiga.html>. (Visto em 20 de julho de 2017).

Figura 08 – Imagem da Avenida Epitácio Pessoa em 1925. A imagem mostra uma paisagem já dominada pelo esforço de terraplanagem e construção da linha férrea, ainda margeada pela densa vegetação nativa da Mata Atlântica.



Fonte: <http://www.blogdopedromarinho.com>. (Visto em 20 de julho de 2017).

Figura 09 – Imagem da Avenida Epitácio Pessoa, em 1930, com a implantação dos bondes que levariam o processo de modernização do litoral à praia de Tambaú, ainda distrito da cidade de João Pessoa.



Fonte: Arquivo Foto Stuckert. <http://cidady.blogspot.com.br/2012/03/joao-pessoa-antiga.html>. (Visto em 20 de julho de 2017).

Figura 10 - Foto aérea da Avenida Epitácio Pessoa.



Fonte: FARIAS, Luiz Carlos, In: JOÃO PESSOA/PB. "PASSADO, PRESENTE". Grupo público do Facebook: goo.gl/YnUqUe. (Visto em 20 de julho de 2017).

Nas décadas de 1940 e de 1950 a cidade de João Pessoa experimenta uma primeira explosão demográfica considerável, chegando quase aos cem mil habitantes (WIKIPÉDIA - Evolução demográfica em João Pessoa, Paraíba entre 1872-2008; https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_Para%C3%ADba, Consultado em 01.03.2017), de modo que a administração pública, - pautada pela historiografia da cidade (LAVIERI;

LAVIERI, 1999; NEGRÃO, 2012; RODRIGUEZ; DROULERS, 1981) em prefeitos de João Pessoa e em governadores da Paraíba, vistos como empreendedores morais locais, - investe em projetos de urbanização focados na expansão da malha urbana para os territórios ao sul do centro originário e também para o litoral, processo conhecido como *conquista do litoral*. A cidade de João Pessoa, contudo, continua a perseguir um projeto acentuadamente segregador dos espaços urbanos.

Nas décadas de 1950 e de 1960 despontam os grandes projetos autoritários de construção de casas populares e de conjuntos habitacionais para as classes populares oriundas da cidade e, principalmente, chegadas das zonas rurais. A malha urbana, nesse processo acelerado de urbanização e modernização conservadora das relações sociais, abriga uma população de quase cento e vinte mil habitantes em bairros populares planejados na forma de imensos loteamentos às margens das zonas nobres da cidade.

Na argumentação bastante sintetizadora de Araújo (2006, p. 185-186):

Inicialmente, no limiar do século XX, quando a cidade se “modernizava”, os pobres foram considerados uma “classe perigosa” para a sociedade, por serem em potencial responsáveis pela disseminação de epidemias. Nesse momento, as campanhas higienistas, juntamente com a normatização das posturas urbanas, impeliram os pobres para as áreas periféricas da cidade, onde passaram a viver em moradias precárias, sem infra-estrutura e serviços urbanos.

Em um segundo momento, no Pós - Segunda Guerra, sob uma nova conjuntura político-econômica, João Pessoa passa a sofrer uma maior intervenção do poder público, sobretudo do Governo Federal, o que impulsiona o seu crescimento urbano. A cidade se expande na direção das praias, formando novas áreas nobres, para as quais a elite se deslocou. Neste ínterim, vimos como as ações públicas ou privadas de “modernização” da cidade transformaram o solo urbano, conferindo-lhe um novo valor de uso e de troca.

Essas novas áreas, contempladas com maiores investimentos em infraestrutura, tornaram-se mais valorizadas, gerando uma maior especulação imobiliária, cuja tendência, conforme constatamos, é o crescente aumento do preço da terra urbana nas áreas nobres. Cada vez mais transformada em mercadoria, a sua apropriação ocorre de forma seletiva, portanto, impeditiva à maioria dos trabalhadores assalariados de baixa renda.

Concomitantemente, a cidade expande-se para as áreas mais ao sul-sudeste, a partir da construção de grandes conjuntos habitacionais, financiados pelo SFH/BNH. Por seu turno, esses conjuntos estão inseridos nas políticas públicas de habitação, as quais tinham como intuito minimizar os impactos causados pela maior valorização do solo urbano, por meio da provisão estatal de moradias populares.

Intencionalmente implantados em áreas distantes, fora do tecido urbano, esses conjuntos passaram a abrigar grande parte dos trabalhadores assalariados de baixa renda. Estes, devido às injunções socioeconômicas que sobre eles recaem, não tendo condições de permanecer nas áreas mais centrais da cidade, recorrem às linhas de créditos facilitados pelo então BHN, bem como das companhias de habitação popular, a exemplo da CEHAP.

Entretanto, inscritos no modelo de desenvolvimento urbano desigual, esses conjuntos reafirmaram a “urbanização patológica”, configurada por um processo de

periferização planejada. Como produtos desse processo, ampliaram-se as áreas periféricas empobrecidas, carentes de equipamentos e serviços urbanos, *locus* da moradia da classe trabalhadora pobre.

Até o início da segunda metade do século XX, os bairros do Centro, do Varadouro, das Trincheiras, de Jaguaribe, da Torre, do Tambiá e do Róger perfaziam praticamente toda a malha urbana de João Pessoa. Já se verificava, contudo, um cinturão urbano em torno da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, ainda hoje central para o trânsito da cidade, e que simbolizou a conquista urbana do litoral ao fazer uma ponte entre os bairros supracitados do centro com as vilas de pescadores que se estabeleciam na orla, margeando as praias de Tambaú e Cabo Branco. Ao norte e ao sul deste pequeno centro de vida urbana se localizavam comunidades relativamente isoladas e de traços ainda fortemente rurais.

A partir da década de 1970, quando a cidade já ultrapassou a marca dos duzentos e vinte mil habitantes, se verifica em João Pessoa uma atividade ainda mais intensa de modelação da cidade com base em um projeto de periferização planejada pelas políticas públicas locais em associação com financiamentos nacionais. Aqui, uma vez mais, se percebe o *modus operandi* de uma elite local que promove uma modernização sem modernidade da cidade, utilizando o homem comum pobre como elemento de vitimização da cidade e de barganha de dividendos econômicos e políticos no âmbito nacional (KOURY, 1986). Koury (2005b) coloca da seguinte forma o que vem sucedendo na cidade de João Pessoa, principalmente a partir década de 1970:

O processo recente de crescimento modificou os hábitos e costumes da cidade. As relações estreitas de vizinhança, o compadrio, o conhecimento vicinal, a confiança no outro, – por conhecer sua origem familiar, – o bucolismo, decantados por vários cronistas da cidade até os anos setenta do século passado (RODRIGUEZ, 1994; INÁCIO, 1987; MEDEIROS, 1994), foram quebradas. (KOURY, 2005b, p.153).

A transformação acelerada da cidade em um espaço de estranhos e de constante estranhamento produz um cenário de desconhecidos, muito embora física e socialmente próximos, e de desconhecidos vindos de longe, de modo que o medo do outro e da violência se manifestam cada vez mais intensamente nas técnicas corporais, nas disposições arquitetônicas das casas, prédios e avenidas, na mídia nativa e nos discursos dos habitantes da cidade. Este cenário, de forte tendência para a privatização das emoções (KOURY, 2003), contrasta, ainda, com a intensa pessoalidade de um bairro popular como o Varjão/Rangel, em que a pessoalidade das relações de forte copresença se manifesta ainda de forma evidente nas redes de solidariedade entre vizinhos e parentes.

O rápido crescimento da malha urbana da cidade de João Pessoa, neste sentido, ainda surpreende os moradores mais antigos que a conheceram como uma cidade pacata e de ares ainda mais provincianos até o final da década de 1980. A inflação da população urbana, bem como o disciplinamento da mesma mediante a segmentação do espaço urbano sob o signo do medo do outro que provinha das regiões interioranas do país (KOURY, 2005), produziu, no caso específico da capital paraibana, uma cidade visivelmente fragmentada em áreas periféricas, em contraste com lugares tradicionais mais elitizados. Essa hierarquia no interior da cidade de João Pessoa assume contornos simbólicos e materiais bem evidentes, de modo que o discurso e a imagem que os moradores construíram sobre cada área pode se generalizar e homogenizar rapidamente por toda a cidade.

Esta distribuição desigual da população pela cidade permite ainda o controle social e societal dos agrupamentos humanos que ainda migram, conforme a malha urbana vai sendo reestruturada, em direção ao norte, sul e sudeste do território da cidade. Estes grupos populacionais, amparados por vínculos de solidariedade pautados no parentesco e na vizinhança, se defrontavam com repertórios simbólicos mais amplos para a convivência no urbano cada vez mais individualista e impessoal que emergia como traço marcante da cultura brasileira contemporânea.

Koury, em relação à dinâmica de assentamento da população mais pobre da cidade, comenta:

A população de baixa renda começou a ocupar as áreas do centro e da cidade baixa, entre o Varadouro e o Roger, além das [áreas] já tradicionais de Cordão Encarnado e Torre, deterioradas e de baixa valorização imobiliária, estendendo-se por Cruz das Armas e Mandacaru (LAVIERI & LAVIERI, 1992). A partir dos anos setenta do século XX, dentro da nova política habitacional e de desenvolvimento urbano da ditadura militar brasileira a política de conjuntos habitacionais aprofunda-se nacionalmente. Na cidade de João Pessoa, em particular, esta política veio associada à abertura de vias para maior circulação de mercadorias, a criação do distrito industrial, bem como a instalação do campus universitário, ampliando o espaço de expansão da cidade em direção ao sul. A partir da implantação das políticas dos conjuntos habitacionais, vários bairros destinados à população de baixa renda, como Castelo Branco (I, II e III), Geisel, Cristo, Bancários, Mangabeira (que vai do I ao VII), Valentina de Figueiredo, entre vários outros, foram criados na direção sul e sudeste, bem como na direção norte e nordeste, através de loteamentos e construções de edifícios para atender a demanda da população de maior poder aquisitivo, mudando o perfil da cidade. (KOURY, 2005b, p. 5).

Percebe-se que os homens comuns pobres, definidos como personagens anônimos da cidade, buscavam espaços mais acessíveis para assentarem suas famílias o mais distante possível, assim, das áreas centrais e litorâneas da capital, que então se encontravam, como ainda hoje, sob forte pressão da especulação imobiliária. Neste estado de coisas, a grande

várzea do rio Jaguaribe ao sul do centro de João Pessoa, bem como as áreas de mangue ao norte da cidade, apareciam como área atrativa para os imigrantes vindos do interior³⁵.

A elite da capital, por seu turno, decidiu estabelecer-se na orla da cidade, caminhando progressivamente no sentido da conquista do mar e afastando-se do burburinho do centro da cidade. Espaço este que foi sendo convertido progressivamente em reduto comercial e destinado às populações marginais nos flancos do território pessoense. A Avenida Epitácio Pessoa, o maior símbolo dessa conquista do litoral, orientava a construção de casas nos bairros nobres que iam se afastando do centro e se aproximando da praia. Assim foram surgindo e se organizando um conjunto de bairros para a população mais abastada da cidade. Nas palavras de Koury:

Neste período se desenvolvem os bairros de Cabo Branco e Tambaú, bem como os de Manaira, Bessa e, nos anos noventa, o de Intermares, já invadindo a fronteira com o município de Cabedelo. ...já nos anos de 1970 a população de maior poder econômico da cidade começou a migrar em direção a orla marítima. (KOURY, 2005b, p. 152).

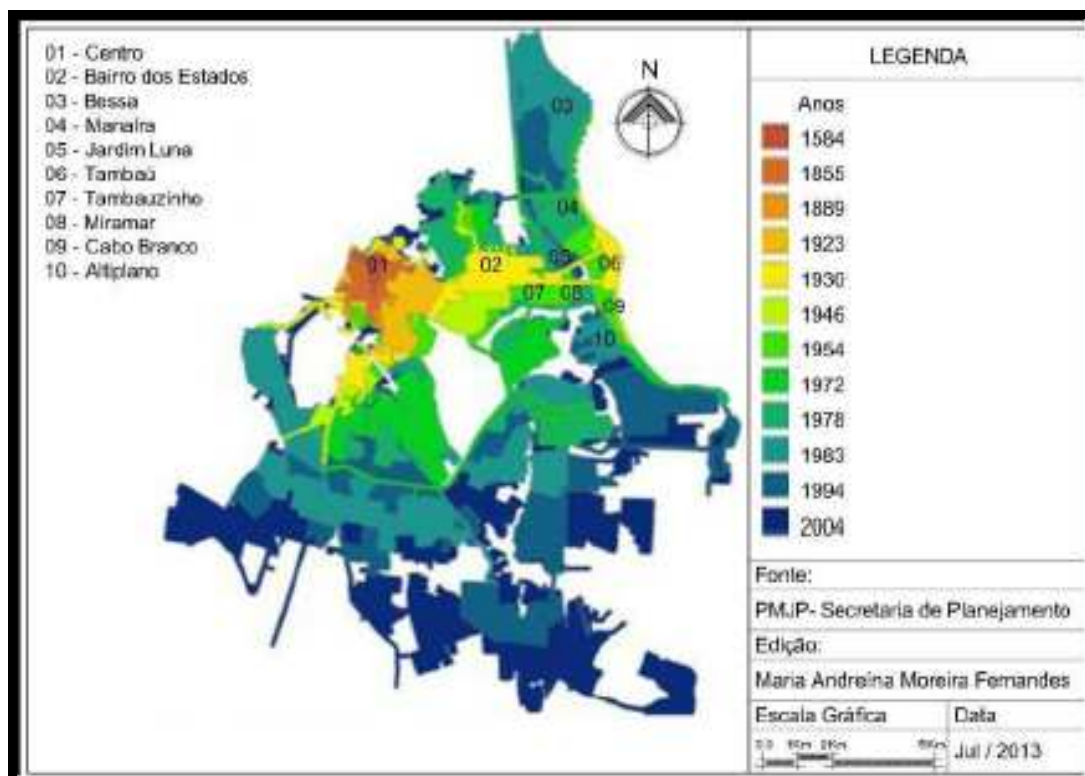
Silva (2006), nesse sentido, permite uma visualização do processo de desenvolvimento urbano acelerado da cidade. Se em 1963 a população da cidade não ultrapassava ainda a marca dos 200 mil habitantes, o cenário que se verifica exatamente três décadas depois no ano de 1993, ou seja, no espaço de uma geração, é de uma malha urbana densamente urdida que abriga uma população de mais de 500 mil habitantes distribuídos de forma axial, tendo-se o centro comercial da cidade como ponto de encontro dos moradores para as mais diversas atividades cotidianas. O atual estágio de urbanização da cidade é ainda mais surpreendente, revelando um processo novo de colonização de novas áreas, no extremo sul da cidade, onde despontam condomínios fechados e conjuntos populares, bem como uma tendência acentuada de bairros nobres e de classe média redescobertos pela especulação imobiliária.

A Figura 11, logo abaixo, ilustra de forma sintética o processo de ocupação urbana de João Pessoa. Aponta, nesse sentido, a trajetória de construção do processo de modernização forçada da cidade, que culminou com a conquista do litoral e a consequente transferência, de forma gradual, da vitrine de modernidade do Centro para a Praia. Em paralelo, o mapa mostra

³⁵Até o final da década de 1980, o planejamento urbano da cidade denominava estas áreas mais carentes e vulneráveis de *aglomerados subnormais*. Esta forma de classificação se modificou a partir dos anos de 1990, de modo que as áreas carentes começaram a ser denominadas de *comunidades* pela equipe técnica do planejamento urbano de João Pessoa. Os dois termos podem ser entendidos como sinônimos que remetem a uma segregação espacial extrema dentro da malha urbana dos bairros da cidade, principalmente os bairros populares e periféricos. Cabe ressaltar, contudo, que cada termo utilizado pelo poder público indica uma postura e um olhar específico em relação aos fenômenos da pobreza urbana local. Ver para comparação, sobre o processo de urbanização de bairros populares na cidade do Recife, Scott e Quadros (2009).

também para a expansão da malha urbana no sentido sul, contornando a Mata do Buraquinho (espaço central em branco) até os limites do atual bairro do Cristo Redentor, antigamente abarcado pela área da grande várzea sul do Rio Jaguaribe, popularmente conhecida como área das comunidades do Varjão e que no processo de urbanização e conformação administrativa da área como bairro, veio a ser a área do bairro oficialmente Varjão e oficiosamente Rangel: o Varjão/Rangel.

Figura 11 – Mapa da evolução urbana da cidade de João Pessoa, de 1584 a 2004.



Fonte: Fernandes (2013, p. 140).

No final da década de 1970 a grande várzea sul do Rio Jaguaribe, conhecida popularmente como Varjão, passa a ser fortemente constrangida pelo poder político e administrativo local para organizar-se como bairro. As várias comunidades de então, nesse sentido, são deslocadas para a construção do conjunto habitacional do Cristo Redentor, cujo razão social era a de abrigar professores e técnicos da Universidade Federal da Paraíba em ascensão e para funcionários de segundo e terceiro escalão do Estado da Paraíba.

Tratou-se de ampla ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana da cidade concentrada à margem sul do Rio Jaguaribe e que significava um enorme desconforto para os empreendedores morais locais. As comunidades do Varjão possuíam a má fama de local incivilizado e perigoso, onde disputas banais causadas pela má educação e pela ignorância,

por ciúmes, valentias juvenis, bebedeiras e fuxicos acabavam na delegacia ou em mortes. Processualmente estas comunidades vão sendo transformadas em aglomerados subnormais, como a *Comunidade da Mata*, a *Comunidade Paturi* e a *Comunidade Paulo Afonso*, e a população antiga da área vai sendo empurrada no sentido da Mata do Buraquinho e das margens do Rio Jaguaribe, uma vez que estas áreas constam como reservas urbanas sem valor de mercado.

A conformação do bairro do Varjão, oficiosamente *Rangel* (BARBOSA, 2015; KOURY, 2016), como área de contenção da pobreza e da miséria urbanas, com seus bolsões ilegais de residências de autoconstrução, constitui assim o efeito, colateral de ofensivas civilizadoras em tempo longo. Ofensivas civilizadoras estas planejadas e conduzidas como um conjunto de ações de higienização, pacificação, embelezamento e moralização do espaço público urbano. Não se trata, com isso, de uma tentativa de promoção de uma sociabilidade igualitária, mas de uma estratégia pública de contenção e de disciplinamento das tensões urbanas.

Na década de 1990, o bairro do Varjão/Rangel já aparece conformado como bairro na malha urbana da cidade de João Pessoa, mas se encontra ainda em processo de integração moral e de luta por reconhecimento da sua memória e da sua história como lugar culturalmente e de pessoas *de bem*, muitas das quais se instalaram e continuam se instalando no bairro com a ajuda de familiares e amigos, depois de terem deixado suas respectivas pequenas cidades interioranas³⁶. Segundo apontam Koury e Barbosa (2016a, p. 27-28),

Nos anos de 1990... houve uma segunda fragmentação dos códigos de proteção e honra que norteavam e davam sentido à organização comunitária local. Com a reorganização das comunidades em bairro e sua assimilação como bairro pelos moradores, - e a luta por sua integração à cidade e a ampliação da luta por direitos civis, - os laços comunitários enfraqueceram e se fragmentaram. Tornaram-se mais fluidos, mas, mesmo assim, a intensa personalidade ainda resiste, e que pode ser vista e registrada pela troca de favores e pela copresença, às vezes opressiva (PRADO, 1998), dos outros na vida de cada um.

O processo de fragmentação dos laços e a persistência de uma intensa personalidade convivem, assim, de forma ambivalente e tensa no local. Ao mesmo tempo em que a lógica individualista inicia um discurso sobre os outros do bairro, a vergonha cotidiana de se colocar como morador local se manifesta, e ela se dá a cada interação nova, seja dentro ou fora do bairro. Isso acontece a todo o momento, onde e quando um morador tenha que explicar a alguém o porquê reside no Varjão, ou se possui amigos no bairro, ou sobre o que de melhor ou pior o bairro oferece, por exemplo.

³⁶Comparar com Scott (1996), em sua discussão sobre o sentimento envergonhado de pertença, as formas cotidianas de administração destas tensões e as estratégias de desidentificação no bairro popular do Ibura, na cidade de Recife.

São momentos em que a vergonha de ser morador de um bairro considerado violento, pobre, sujo, pelos moradores de outros bairros, ou pela imprensa local ou nos mapas de violência policiais cala fundo no morador e onde ele tende a ser discreto ou direto na sua atitude perante o outro, seu interlocutor. Deste modo, a ambiguidade e a ambivalência ganham espaço.

De forma simultânea, em um mesmo discurso de não tenho amigos no bairro e aqui nada presta, aparece outro discurso; outro discurso que informa que é no Varjão/Rangel que reside a maioria dos familiares, de que o lugar é aprazível, fresco, arborizado, de que o bairro é próximo do centro da cidade,

de que é bem servido de ônibus, e, sobretudo, de que o lugar é um lugar onde, sempre que precisou de apoio, obteve. Do mesmo modo como é um lugar onde ele, o morador informante afirma, deu apoio aos que necessitavam e que os procurou ou que ficou sabendo da necessidade e que podia ajudar.

O bairro do Varjão/Rangel, assim, convivia nos anos de 1990, como convive ainda hoje, com um processo de transição nas formas comportamentais e na etiqueta interacional. Processo de transição este, às vezes, angustiante, entre regimes de pessoalidade, regidos por códigos explícitos de proteção e honra, e regimes de impessoalidade, regido por códigos individualistas e de direitos que sublinham, conforme Peter Berger (2015), o homem contemporâneo.

A relação ódio-amor ao bairro, como o lugar de pertença e como lugar onde reside, parece conviver cotidianamente com o morador. Assim como um lugar de envergonhamento, em que o fato de morar no Varjão/Rangel traz consigo para além, a imagem de residir em um bairro violento e de indivíduos que se matam por qualquer coisa. Imagem velada desde o primeiro advento de notícias na mídia e configurada no imaginário da população da cidade de João Pessoa a partir dos anos de 1920, - e mais detidamente a partir dos anos de 1970, - quando as antigas comunidades se reconfiguram e se moldam a uma figuração nova de bairro, e este bairro inicia o seu processo tenso de integração à cidade, sob o perfil, quase caricatura, de um bairro problema.

A cidade de João Pessoa atualmente se organiza administrativamente em 65 bairros e em um número significativo de pequenas comunidades que orbitam em torno dos mesmos, compondo um cenário de um jogo comunicacional intenso entre moradores diferenciados por “...perfis sócio-econômicos, aspirações e estilos de vida diversos e, por isso, possuidores de diferentes experiências de vida”, como bem pontua Koury (2005b, p.148). A cidade de João Pessoa, com efeito, traz consigo ainda as marcas deste desenvolvimento urbano e humano assimétrico, característico de uma acomodação do espaço urbano pautada na lógica societária da economia de mercado e da superexploração do homem comum pobre.

A cidade desenvolveu-se de forma acelerada nas últimas quatro décadas, transformando-se em um espaço societal urbano de relações cada vez mais individualizadas e impessoais (KOURY, 2007). O índice de desenvolvimento humano da cidade é de 0,783, atualmente, variando acentuadamente para baixo nos bairros periféricos e nas comunidades carentes ou aglomerados subnormais. A educação na cidade é deficiente: 14% da população é tida como analfabeta, embora o analfabetismo funcional atinja patamares bem mais elevados (IBGE, 2010).

Em 2011, quando da contagem do IBGE (2013), moravam em João Pessoa 733.154 pessoas, numa proporção relativamente equitativa entre homens e mulheres, concentrando-se numa faixa etária que varia de 10-35 anos. Estima-se, porém, que o número de habitantes da cidade, na sua maioria jovens, já tenha ultrapassado a casa dos 769 mil. O poder público alardeia, com isso, a necessidade de preparar a cidade para abrigar, na próxima década, um milhão de moradores. Se no limiar do século XIX a capital paraibana se reduzia ainda a uma cidade de porte ínfimo, com seus quase 30 mil habitantes, no intervalo de um século a população explodiu em um crescimento exponencial sem precedente histórico³⁷, com um correspondente impacto na malha urbana de João Pessoa, que reestruturou profundamente os processos de sociabilidade na cidade³⁸.

A cidade de João Pessoa oferece atualmente abastecimento de água e energia à totalidade de sua população e conta com uma demanda por saneamento básica atendida em 83%. A economia formal da cidade responde, quase que inteiramente, aos setores secundário (24,84%) e terciário (75,04%), concentrando-se em atividades de baixa e média complexidade. A cidade conta com 446 estabelecimentos de Saúde, dos quais 65,9% são privados. O índice de morbidade nos hospitais é alto e resulta tanto da precariedade do serviço oferecido quanto dos casos de violência que redundam em vítimas fatais. A mortalidade infantil, porém, é baixa e a expectativa de vida chega aos setenta anos (SECOM/JP, 2010).

A violência urbana se tornou um fenômeno corriqueiro na cidade, que aparece hoje entre as 14 mais violentas do Brasil e entre as 50 mais violentas do mundo (WEISELFISZ, 2011). A Organização Mundial de Saúde considera João Pessoa a 29ª cidade mais violenta do mundo, epidemicamente violenta, portanto (CCSPJP, 2012). Esta violência se associa a fenômenos como o crime organizado nacionalmente ramificado; o tráfico de drogas, de armas e de pessoas; com a ação de milícias privadas e, o que é mais importante para o estudo em tela, com a própria lógica conflitual dos bairros socialmente vulneráveis com seus regimes de justificação e administração de conflitos próprios entre vizinhos, parentes e amigos. A violência, assim, é territorialmente concentrada e assume códigos locais próprios de manifestação e disseminação.

³⁷De acordo com o IBGE (2010) a população de João Pessoa cresceu para 723.515 habitantes, existindo uma previsão tendencial de 780.738 habitantes no ano de 2014 (IBGE, 2013).

³⁸Para a visualização dos processos de ocupação da cidade entre a década de 1960 até os anos 2000, conferir o trabalho de Lavieri e Lavieri (1999).

O Varjão/Rangel: um bairro em disputa

O *Varjão*, - sempre conhecido na cidade como sociabilidade problemática e violenta e como moralidade degradada, - se opõe ao *Rangel* como esforço positivo dos moradores de moralização e integração do bairro à cidade³⁹. *Varjão* e *Rangel*, portanto, representam lugares e narrativas que buscam a invisibilização do outro em um mesmo espaço de relações (BARBOSA, 2015). Enquanto que o primeiro, o *Varjão*, remete a uma ideia de paisagem e de espaço ainda a ser colonizado pela ação humana civilizada: a grande várzea do Rio Jaguaribe, situada, em épocas passadas nas franjas da cidade; o segundo lugar, o *Rangel*, enfatiza, por um lado, a presença imaginária de uma família tradicional e destacada na cidade de João Pessoa como proprietária das terras em que se desenvolveu o bairro e, também, como um dos elementos humanos civilizadores do espaço, assim como, por outro lado, a denominação *Rangel* reforça o projeto coletivo dos moradores pela conformação das antigas comunidades da várzea do rio como bairro integrado moral, administrativa e economicamente na cidade de João Pessoa.

O bairro atualmente abriga, em sua maioria, moradores oriundos de cidades interioranas da Paraíba e de estados vizinhos, em constante fluxo, seja no interior da própria cidade, seja também em movimentos pendulares no sentido interior-capital. A presença de um ethos interiorano tensionado pelas exigências modernizantes da cidade de João Pessoa pode ser percebida tanto na forma do consumo dos espaços públicos, quando, por exemplo, o morador vai à feira de rua e se encontra com amigos e compadres de longa data, aproveitando o acesso a produtos que não se encontram nos supermercados dos bairros nobres da cidade; quanto em expressões e modos de falar próprios de regiões interioranas da Paraíba.

O processo de ocupação dos espaços vem se organizando, desde o início da história do Varjão/Rangel, em meados dos anos de 1920, mediante a invasão de áreas devolutas ou de áreas públicas e de proteção ambiental. Os efeitos deste processo são ainda facilmente verificados no padrão de ocupação de áreas vulneráveis e de risco, como encostas íngremes, margens do rio e áreas de floresta a partir de técnicas populares de autoconstrução. Ali os moradores se concentram em suas pequenas casas e puxadinhos, desenhando ruas desalinhadas, vielas e becos de barro batido, onde uma intensa vida familiar e vicinal

³⁹Ver, nesse sentido, o estudo de Holston (1993) sobre o processo de construção da cidade Brasília, principalmente quando discute a periferia, legal e ilegal, na lógica de apropriação de espaço e construção de lugares para além do projeto oficial de empreendimento moral.

acontece, e improvisando situações para o suprimento de necessidades básicas de habitação, como o abastecimento de água e energia elétrica.

A ocupação destas áreas vulneráveis e de risco, ou destinadas à proteção ambiental, é marcante nas fronteiras leste e norte do bairro, respectivamente na conhecida Rua da Mata (ou Rua São Geraldo) e na Rua Oswaldo Lemos. Ali, na Rua da Mata, se vê casas que adentraram com seus quintais na área de preservação ambiental da Mata do Buraquinho, produzindo mesmo pequenos terrenos para o cultivo de lavouras domésticas. Em alguns pontos o muro que marca a área de preservação em questão já foi praticamente posto a baixo pelos moradores, principalmente os jovens, que fizeram da área de floresta um lugar de refúgio e de socialização clandestina. Na Rua Oswaldo Lemos as habitações e estruturas para criação de animais adentram a área que margeia o Rio Jaguaribe, comprometendo a vegetação ciliar.

Os novos moradores que chegam ao Varjão/Rangel recebem suporte oferecido pelos familiares já estabelecidos no local e pela vizinhança que, articulados em rede, os inserem na economia informal do pequeno comércio e das manufaturas e oficinas do bairro e, destarte, constroem um espaço de interações pautado na lealdade, na intensa pessoalidade e no monitoramento recíproco constante (KOURY, 2016; BARBOSA, 2015). O Varjão/Rangel é, nesse sentido, pródigo em situações laborais e ocupacionais informais para uma população masculina que sabe lidar com consertos de bicicletas, motos, carros, sofás, fogões e outras máquinas ou utensílios domésticos, ou, ainda, que desenvolva serviços gráficos e de informática de baixa complexidade.

Nas ruas, restaurantes e bares do bairro se identifica com facilidade os trabalhadores das fabriquetas de gesso, dos depósitos de ferro-velho, das limpadoras e desentupidoras de fossa e os poucos que restaram da construção civil. Além de servir à cidade com o desempenho destas atividades, os moradores do bairro voltam-se fortemente para o consumo interno imediato a partir de uma produção própria de bens⁴⁰ e serviços caseiros e artesanais.

⁴⁰Douglas e Isherwood (1979) enfatizam que a categoria dos *bens* constitui um dos elementos de uma cultura emotiva dada cuja função é a de estabelecer e manter os vínculos sociais, mediando e sinalizando publicamente relações de confiança, compadrio, gratidão e dádiva, como também as hierarquias e fronteiras sociais próprias destas relações. Os códigos de reciprocidade e dádiva movimentam cadeias de interdependência e estruturas sociais, nas quais agrupamentos e redes humanas comunicam, na produção e circulação de bens, os direitos e os deveres sociais, assim como possibilidades de ação e os interditos próprios do sistema social de posições. Os *bens*, portanto, funcionam como indicadores públicos dos meios e fins legítimos da ação, além de incorporar, como sustenta o discurso economicista clássico da ecologia cultural e da economia política (ORTNER, 2011), as formas de objetificação da natureza próprias de uma cultura. Enquanto sinalizador de posições, - status e prestígio -, na hierarquia social, os *bens* compreendem mensagens e argumentos morais, definindo, destarte, uma linguagem de etiquetas sociais que situa os códigos de deferência e de ofensa moral.

O Varjão/Rangel chama a atenção, ainda, por ter desenvolvido um mercado interno em torno de festas voltadas para os moradores do bairro, de modo que conta, hoje, com um conjunto de marcas que distinguem artistas e casas populares de espetáculo. No bairro se desenvolveu, assim, de forma bem sucedida, um mercado para CDs e DVDs produzidos de forma independente pelos jovens moradores⁴¹. Estes mesmos jovens vêm se articulando nos últimos dez anos no sentido de produzir artistas, estilos e produtos musicais com a marca Rangel – CAC do Rangel, que já atinge praticamente todos os bairros populares da cidade de João Pessoa.

O bairro se caracteriza, portanto, por uma vocação expressiva para o comércio e para a oferta de serviços organizados no âmbito da família, de modo que conta com um mercado público no formato reduzido das feiras do interior, com mercadinhos variados e com muitos estabelecimentos que produzem e vendem bolos, tapiocas, sordas, frangos e ovos, temperos e legumes e etc. Produtos típicos do interior podem ser encontrados no Varjão/Rangel, assim como todas as novidades eletrônicas que circulam pelos mercados informais das grandes cidades brasileiras: desde os ‘paus do selfie’ até CDs e DVDs mais badalados do momento, piratas, que se agregam a outros de artistas locais, vendidos em carrinhos de música pelo bairro ou em pequenas lojas, também no bairro, que se especializam na venda de CDs e DVDs de filmes, músicas e outros.

A produção e a circulação de bens típicos do interior da Paraíba e de outros estados adjacentes sedimenta uma vinculação orgânica entre o estilo de vida do interior, vivenciado intensamente pelas primeiras gerações que ocuparam o Varjão/Rangel, e o cotidiano da vida atual no Varjão/Rangel, na cidade grande. Cotidiano este em que as gerações mais novas se esforçam no sentido de reconhecimento e integração material e simbólica na cidade de João Pessoa, sem, contudo, abrir mão de um repertório simbólico próprio da cultura emotiva do bairro.

Percebe-se, assim, não somente um confronto geracional entre os moradores, mas também uma mudança da lógica do empreendimento moral por parte dos moradores em relação ao bairro e à cidade. Por um lado, o discurso modernizante da cidade é aceito pelos

⁴¹Em 2015, conforme registrado em diário de campo do dia 25 de agosto, ao realizar o passeio habitual pelo bairro do Varjão/Rangel, foi possível presenciar a produção artística independente por parte de jovens moradores em um estúdio improvisado. Produção esta que é também distribuída no bairro e nos bairros populares adjacentes pelos carrinhos de música que vendem CDs e DVDs, avidamente consumidos pelos jovens locais. Interessa notar, ainda, nesse sentido, que não raras vezes foi possível presenciar jovens ouvindo e dançando a música própria do bairro.

moradores mais jovens como parâmetro de integração social e mobilidade no urbano mais amplo de João Pessoa, mas, por outro lado, esses jovens buscam um tipo de afirmação como cultura emotiva ou ethos local. Essa ambivalência, expressa no amor e ódio ao lugar, é também verificada em uma postura de ressentimento e ironia como fachada individual no bairro e como resposta às investidas morais e simbólicas da cidade sobre o bairro. Este jogo de fachadas e de empreendimentos morais estabelece uma dinâmica de tensão e de negociação permanente entre os próprios moradores do Varjão/Rangel e dos moradores em relação à cidade de João Pessoa.

As manifestações da cultura popular no local a partir das festas de ursos carnavalescos, reisado, tribos, pastoris, e outros, por exemplo, são esforços de recriação e de mobilização, no Varjão/Rangel, de um processo de negociação constante dos códigos do antigo e fragmentado estilo de vida do interior e do novo estilo de vida na cidade grande como antigo revivido. Processo este que se abastece da tecnologia e das formas de consumo da cidade grande, através da circulação pela indústria de consumo como cultura popular, e também pela tecnologia e vias de acesso a redes de consumidores além do bairro, desde igrejas, até o poder público que os abastece de recursos e etc.

Organiza-se, destarte, uma rede de trocas e circulação de bens de mão dupla: a recriação da cultura nativa, de um lado, reabastece a cultura até então fragmentada de onde vieram os moradores do bairro; e a integração material e simbólica dos mesmos, via cultura popular, nos códigos modernizantes da cidade de João Pessoa. Tem-se, aqui, um exemplo de indigenização das práticas de consumo (SAHLINS 1997; 1997a), onde tecnologias são absorvidas, mas reelaboradas como produção nativa de sentidos. Sentidos estes que são incorporados nas redes de trocas materiais e simbólicas entre os moradores do próprio bairro e a população pobre da cidade de João Pessoa⁴².

⁴²Sahlins sustenta a tese da *indigenização do capitalismo* de modo a afirmar que a ‘cultura’, em uma acepção plural e distributiva, permanece o objeto empírico por excelência do conhecimento antropológico e do fazer etnográfico, haja vista que a expansão capitalista promovida pelo ocidente não destrói a organização simbólica da ação e da experiência humanas, seus valores e significados, localmente alicerçados. Com efeito, argumenta Sahlins, o ecúmeno global cristalizado em redes densas e complexas de fluxos não logrou se homogenizar no sentido de extinguir a realidade local que heterogeniza, ressignifica e se apropria destes mesmos fluxos. Com estes conceitos, Sahlins tensiona a dinâmica atual de reprodução material e simbólica na modernidade globalizada ao reconhecer o papel destacado das culturas nativas na construção de uma estrutura translocal e transcultural de modernidade. O autor, assim, rompe com análises economicistas e com sociologias clássicas que definem a modernidade capitalista como projeto unilateral do colonizador e que desconhecem o papel criativo e subversivo da desobediência epistêmica do saber local.

Trata-se de uma forma criativa de inserção material e simbólica na cidade a partir da circulação do *estilo de vida da periferia* como argumento moral e para o consumo. O impulso desse movimento se dá, por exemplo, no sentido de os jovens do bairro serem absorvidos na cultura musical e artística da cidade a partir de um lugar de fala, o Varjão/Rangel, que a um só tempo atualiza o discurso de amor e ódio do morador pelo bairro: um espaço de perigos e de estigmas, mas também de pessoalidade e de pertença.

Neste espaço onde todos se conhecem como moradores do Varjão/Rangel, o sentimento de pertença e as obrigações morais de dádiva, fidelidade e gratidão tem por base o compartilhamento de afetos, histórias de vida, reputações, laços de sangue e elementos simbólicos que cimentam códigos de semelhança e dessemelhança. Códigos que regulam a oscilação dos discursos entre o amor e o ódio, assim como o envolvimento e a negação de si e do outro enquanto pertencente àquela sociabilidade.

A identidade do morador do bairro se encontra fortemente vinculada à construção daquela paisagem humana e urbana através de três ou mesmo quatro gerações. A Associação dos Moradores do Rangel, neste sentido, informa estar ali presente na forma de um modesto casarão senhorial desde a década de 1949: sempre fechada, a construção se encontrava até há pouco tempo em bom estado de conservação e aponta para a condição do bairro, aqui considerado pela Associação no tempo da afixação da placa comemorativa, já com o nome do bairro como Rangel, como parte do centro antigo da cidade, ainda que não pertencente à parte mais nobre da cidade velha da capital paraibana.

Emerge, assim, uma cultura emotiva caracterizada pela relação de amor e ódio dos moradores pelo bairro: lugar de pertença e de realização de projetos, mas também lugar de medos e de envergonhamento. O sofrimento social gerado por esta desorganização normativa e pela ambivalência nos sentimentos dirigidos ao bairro e ao vizinho é administrada mediante um sistema de justificações, desculpas e acusações que busca classificar o outro e a si como *Varjão* (morador problemático) ou como *Rangel* (pessoa de bem).

Este arranjo interacional se reflete no cenário urbano do Varjão/Rangel, gerando redes de interdependência caracterizadas pela solidariedade e conflito sempre latentes, bastando à ocorrência de insultos morais banais para que a violência irrompa nas relações entre vizinhos, amigos e irmãos. Em relação a este curioso fenômeno de uma identidade coletiva dúbia e ambígua, em constante disputa moral em torno das nomeações e classificações morais *Varjão* e *Rangel*, afirma Koury (2016):

Os dois nomes eram usados pelos moradores como elementos de acusação e de justificação na narrativa do próprio bairro e os enfrentamentos cotidianos com as situações e os estigmas que o marcam, bem como o seu contrário, com o bom viver no bairro.

... Além dos usos dos dois nomes, Varjão e Rangel, como estratégia narrativa de desculpas (WERNECK, 2012), justificativas e acusações dos moradores sobre o próprio bairro e suas relações de amor e ódio com ele (KOURY, 2014), conforme o pesquisador adentrava no bairro e na confiança dos moradores, apareciam também dissensos, estranhamentos e uma rede de intrigas e rupturas experienciadas, que complexificava a dinâmica do lugar.

Lugar visto não como território, mas como um jogo simbólico de experiências morais e emocionais vivenciadas pelos moradores em contextos situacionais específicos do qual tomavam parte como indivíduos ou grupos.

...

O processo de classificação moral do outro variava, - dependendo do contexto onde se organizava a fala, - de ser um grande amigo, alguém do “Rangel”, ou uma pessoa do “Varjão”, isso é, a quem não se deve confiar, entre outros elementos.

As figurações sociais do Varjão/Rangel, como se pode inferir da citação supracitada, aparecem como ambíguas e ambivalentes, de modo que confiança e traição, amor e ódio perpassam as situações mais banais e corriqueiras dos moradores, engendrando, assim, regimes de justificação, redes de intriga e canais de fofoca densos e distribuídos de forma acêntrica no bairro. Uma dinâmica de desculpa e acusação de si e do outro compõe o cenário de interações e o regime público de visibilidade, exemplaridade e monitoramento de si e do outro. Dinâmica esta que contamina todos os moradores como simultaneamente *bons* e *maus* - , ou seja, dignos de confiança como pessoas próximas e do *Rangel*, mas, também, sempre como elementos de possível evitação por estarem vinculados à identidade *Varjão*.

A intensa pessoalidade entre os moradores do bairro, fortemente ligados por vínculos de parentesco e compadrio, lealdade e amizade, confiança e dádiva, em redes engolfadas de interdependência; assim como a copresença continuada em ruas estreitas que abrigam vilas e residenciais conjugados, com portas e janelas quase que se invadindo; somados ao estigma que pesa sobre a sociabilidade de identidade dupla e dúbia do bairro, constituem e potencializam as vulnerabilidades interacionais e as possibilidades sempre presentes de insulto moral características daquele espaço interacional.

Nesse sentido, *Varjão*, *Rangel* e *Varjão/Rangel* não são denominações que representam complementaridades, acordos ou jogos de alianças entre possíveis leituras de passado e de projetos de futuro, mas como imagens de lugares sobrepostos em um mesmo território e que se chocam em disputas morais e identitárias inconclusas, oportunamente utilizadas pelo morador para se identificar e para se desidentificar em situações variadas de envolvimento cotidiano, conforme o enquadre e a definição que fazem de cada situação. O *Varjão*, no

entanto, é consensualmente tido como o espaço dos *engraçadinhos* (jovens conhecidos e problemáticos, que perambulam pelo bairro e se envolvem com pequenos ilícitos), da *mundiça* (famílias que apresentam comportamentos moralmente reprováveis, como a prática de escandalização de intimidades, de problemas com drogas e dívidas e de usos de espaços públicos tidos como inapropriados), da violência entre figuras desviadas (bêbados contumazes e pequenos bandidos), problemáticas ou mesmo vergonhosamente degradadas à condição de não pessoas (tem-se, aqui, o exemplo dos mendigos que vivem nas proximidades do mercado público do bairro, dormindo nas calçadas e alimentando-se das sobras da feira).

Não se faz possível, contudo, diferenciar *bons* e *maus*, *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) no Varjão/Rangel, haja vista que não há, no bairro, um centro difusor e impositor de condutas, com base na fofoca, de uma etiqueta tida como superior e mais sofisticada. As fronteiras e hierarquias visíveis e invisíveis no bairro são móveis e não se apresentam de forma unívoca e rígida, de modo que o estigma se distribui por todo o bairro na forma de acusação sempre possível de enunciação do outro como *Varjão*. As estratégias de identificação e de integração no bairro, desta forma, dependem de onde parte a construção simbólica dos atores e agentes sociais em processo de negociação, disputa e apropriação moral recíproca, isto é, da definição da situação e do outro (ADAMS, 2007).

Ainda nas palavras de Koury (2016, p. 62-63):

A noção do bairro do Varjão/Rangel como um espaço de convivência cotidiano parece conter, porém, entre os seus moradores, um forte e ambivalente poder afetivo, que age em uma configuração pendular do amor ao ódio. O bairro é visto como um lugar onde as pessoas se ligam umas às outras, fazendo parte dele.

É a base territorial onde se compartilham experiências e sentimentos de pertencimento e divisão de um destino comum. É também o lugar em que se realiza o sentido de comunidade ou de mundo comum que fundamentam e processam uma cultura emotiva e conjecturas de uma moralidade de cujos “conteúdos... se nutrem os membros de um grupo social nas suas vidas diárias” (COSTA, 1994, p. 41). Mas, também, é um local onde se vivenciam processos de estranhamento e evitação.

Através desse estranhamento do outro e da estigmatização que a cidade imputa ao bairro, os moradores estabelecem fronteiras simbólicas internas. Nessas fronteiras simbólicas internas complexificam a vivência e a interação entre os moradores do lugar.

A experiência ambivalente de ódio e amor, assim, faz o bairro, que é um só, virar dois. E esses dois em vários outros possíveis, dependendo das formas de evitação em que narradores podem ser considerados também de exclusão e estigma. Reproduzindo o estigma do perigo e da evitação entre si, se diferenciam e buscam, ao mesmo tempo, uma ação positiva para suas identidades no jogo relacional.

Esta sobreposição ou mesmo hibridização das identidades coletivas dos moradores do bairro, ora *Varjão*, ora *Rangel*, e ainda Varjão/Rangel, aponta, portanto, para uma suspensão da vida cotidiana em um espaço e em um tempo sociais caracterizados pela liminaridade das

relações entre os moradores do bairro: “estou aqui só de passagem”; “sonho em sair do bairro”; “não tenho amigos no bairro”; “não vivo em porta de ninguém”; “o Varjão é mais lá pra baixo”, “Varjão era naquele tempo”. *Varjão e Rangel* aparecem para o morador como configurações e argumentos morais sobrepostos, mas autoexcludentes, gerando, desta forma, um cenário de acentuada desorganização normativa para o morador e para o observador externo que busca adentrar o significado íntimo e nativo das trocas simbólicas corriqueiras. A cidade de João Pessoa, contudo, desconhece esta diferenciação e iguala moralmente estes lugares, ressentindo o morador do bairro.

O segundo momento de organização do escândalo midiático ocorre, deste modo, neste contexto interacional específico, composto por um mundo moral-emocional, com suas memórias e projetos, - ambivalente, sempre tenso e negociado, mas quase sempre integrado em torno de práticas sociais cotidianas. A *Chacina do Rangel*, então, é trabalhada como uma narrativa de desordem que denuncia os perigos sempre latentes da pobreza urbana em redundar em cenas de violência banal e cruel que contagiam toda a cidade de João Pessoa.

O bairro do Varjão/Rangel, com efeito, tem se tornado alvo de um interesse acentuado da cidade de João Pessoa, desde que passou a ser apreendido enquanto argumento de conformação moral por parte da administração pública, da mídia e da própria opinião do homem comum, ao ser reconhecido como palco de um crime entre iguais conhecido como a *Chacina do Rangel* (KOURY et al., 2013). Esta tragédia desencadeou uma dinâmica de envergonhamento de toda a cidade de João Pessoa, e, por extensão, do Estado da Paraíba, bem como reforçou o estigma em relação ao bairro e aos seus moradores.

A estigmatização do lugar é sentida pelos seus moradores na medida em que a cidade de João Pessoa desconstruiu o esforço de dissociar a denominação *Rangel* do contexto *Varjão* de sociabilidade de baixo padrão moral. Nas palavras de Dona Neuza⁴³, uma moradora local, a tragédia “*chocou a vizinhança toda, geral. E finalmente esse negócio abalou o mundo geral. Aqui foi uma banda do céu que caiu*”.

A fala desta moradora, ao afirmar enfaticamente o sentimento de vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) e de humilhação como forma de julgamento moral do morador do bairro em face da tragédia amplamente escandalizada pela mídia local, situa este momento de ruptura na sociabilidade do bairro em relação a um passado em que as denominações Varjão e Rangel eram

⁴³Dona Neuza é um nome fictício, assim como os demais nomes empregados nas referências aos moradores do bairro do Varjão/Rangel, salvo algumas poucas exceções de nomes de personagens reais amplamente divulgados pelas mídias sociais e de conhecimento público da cidade de João Pessoa.

tidas como minimamente dissociadas no imaginário que o morador alimentava sobre o como era visto e classificado moral e emocionalmente pela cidade de João Pessoa. O Varjão/Rangel passou, então, com a narrativa da chacina como tragédia, a ser encarado como um lugar problemático e a ser pacificado com relativa urgência, principalmente pela ação ostensiva e disciplinar das forças policiais e pela reconfiguração simbólica, moral e emocional, do crime ali ocorrido, tanto de uma perspectiva religiosa quanto de uma perspectiva laicizante de retomada do lugar.

Interessa enfatizar, contudo, que o processo de apropriação moral da chacina, em seu primeiro momento, faz menção ao *bairro do Rangel* como um dado meramente geográfico, como informação de um ponto do mapa da cidade onde ocorreu um crime particularmente violento e que fortemente transgredia a normalidade normativa e as exigências civilizatórias consensualmente aceitas pela cidade. Esse ponto no mapa, um lugar obscuro da sociabilidade urbana periférica de João Pessoa, apontava para uma situação que aglutinava a um só tempo a falência dos valores familiares publicamente defendidos, - isto expresso na destruição banal e cruel dos vínculos primários de confiança e confiabilidade entre vizinhos-irmãos que compartilhavam intensamente suas memórias, projetos, intimidades e destinos, - e, algo ainda mais assombroso e impactante para o homem comum, a segurança ontológica mesma no outro relacional em um contexto urbano já deveras caracterizado por uma forte cultura do medo.

A mídia local e alguns políticos destacados da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, nesse sentido, levantaram oportunamente os valores da ‘família paraibana’ como instância moral a ser reafirmada em face do horror dos vínculos familiares e vicinais barbaramente desfeitos. Assim, um bairro com histórico policial de ser violento e socialmente estigmatizado pelas suas práticas de convivência cotidiana consideradas de baixo padrão moral, - mas que até então podia ser razoavelmente enquadrado no âmbito das expectativas públicas sobre a violência urbana cotidiana, entendida e explicada pelo senso comum como resultado da pobreza e da exclusão social, - passa, também, a ser definido como um lugar na e da cidade a ser urgentemente civilizado mediante procedimentos de contenção moral e de controle ostensivos, estendidos posteriormente para toda a pobreza urbana da cidade pensada como potencialmente perigosa e bárbara⁴⁴.

⁴⁴Aqui pode ser recuperado o estudo de Guimarães (1982) que primeiro cunhou a expressão “classes perigosas” para entender a questão da violência e a criminalidade como fenômenos constituintes do cotidiano desigual e extremamente conflitual da vida coletiva nas periferias urbanas no Brasil, quando busca sintetizar, a partir de um viés economicista, uma das resultantes do urbanismo impulsionado pelo projeto de modernização conservadora que caracterizou as experiências autoritárias na política brasileira durante o século XX: a cultura do medo

Nesse sentido, o capítulo seguinte, - intitulado *A Chacina do Rangel: uma descrição densa*, - concentra-se em apresentar uma *descrição densa* das cenas de violência escandalizadas e convenientemente enquadradas na narrativa moralizante comunicada ao público da cidade de João Pessoa pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como *Chacina do Rangel*. Partindo de momentos anteriores ao da produção do crime chacina e de suas consequências imediatas, aborda-se o processo interacional cotidiano de micropolítica das emoções em que mágoas, ofensas morais e desentendimentos cotidianos são acumulados e sedimentados em um sentimento de quebra de confiança e traição em relação ao outro íntimo e próximo, sentido como uma extensão de si mesmo em um regime de intensa pessoalidade e copresença. Processo este perpassado por silêncios, fofocas e rumores e que culmina com a fatídica espiral de vergonha-desgraça, ira-raiva e violência destruidora do outro.

Com base nessa contextualização do processo de violência entre iguais, busca-se situar como a chacina foi sendo paulatinamente construída por atores e agentes sociais estranhos à sociabilidade e à cultura emotiva em que esta se produziu enquanto narrativa moralizante de uma tragédia enigmática. Narrativa esta pautada no exercício reiterado de desfiguração moral e concomitante moralização do bairro do *Rangel*⁴⁵ por empreendedores morais em ação e dispostos a aproveitarem-se da janela de oportunidades aberta para a intervenção material e simbólica, nas mais variadas formas, sobre o cotidiano dos moradores do bairro. As estratégias de amedrontamento e de envergonhamento da cidade de João Pessoa em função da

expressa na noção de “classes perigosas”. No entender do autor: ...a elite das classes dominantes forçou a parte mais desesperançada e mais desesperada das classes pobres, aqueles que penetraram no “inferno do pauperismo”, a modificarem seu comportamento tradicional e a passarem das fileiras do proletariado para as fileiras do lumpemproletariado; a se transformarem de reservas do “mundo do trabalho” em reservas do “mundo do crime”; a passarem, em suma, das “classes laboriosas” para as “classes perigosas”. (GUIMARÃES, 1982, p. 260). Mattos (2009), por sua vez, historiciza a visão das classes dominantes desde antes do advento da República no Brasil sobre a pobreza como espetáculo de degradação no urbano. De acordo com Mattos, em alusão a (GUIMARÃES, 1982, p. 1), o enquadramento da pobreza como “classes perigosas” se consolida já na primeira metade do século XIX, quando se acumulam consideráveis exércitos industriais de reserva na Inglaterra. Ainda de acordo com Mattos (2009), Chalhoub (1996, p. 22) teria mapeado os sentidos do termo nos discursos das elites econômicas e políticas no Brasil à época, em que as noções de classes pobres e “classes perigosas” ainda eram conceitos em definição e disputa: “...os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos. Por conseguinte, conclui decididamente a comissão [Comissão da Assembléia Legislativa]: “As classes pobres... são [as] que se designam mais propriamente sob o título de classes perigosas.” (CHALHOUB, 1996, p. 22).

⁴⁵O processo de moralização do bairro do *Rangel* por empreendedores morais da *cidade oficial* aparece como problemático para os moradores do lugar por ser esta a nominação oficiosa, mas signo de orgulho, distinção e luta pela recuperação moral do bairro oficialmente *Varjão*. O sentimento de vergonha-desgraça e de humilhação, vivenciado pelo morador do bairro, em face da situação de desfiguração moral da fachada coletiva e do projeto público de bairro de pessoas de bem em torno do nome *Rangel*, desloca este morador para uma estratégia de preservação moral de si na medida em que busca dissociar a chacina ali ocorrida da memória e da sociabilidade *Rangel*.

violência produzida em um ponto obscuro de sua periferia urbana, assim, colocam a vergonha-desgraça como emoção-chave na abordagem compreensiva da *Chacina do Rangel*.

Este capítulo buscou apresentar um balanço histórico das ofensivas civilizadoras que marcaram a conformação da paisagem humana e urbana da cidade de João Pessoa, imprimindo-lhe a atual cultura emotiva de sociabilidades urbanas pautadas no medo e no estranhamento do outro próximo, assim como os seus atuais códigos de moralidade embasados nas segregações econômicas e nas hierarquizações morais da sua malha urbana. Ao longo do século XX a cidade sofreu um intenso processo de modernização conservadora por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial* da época, cuja agenda política e social objetivava uma modernização sem modernidade dos espaços públicos e dos hábitos citadinos. Modernização esta a ser alcançada mediante o culto ao ideal universalista de progresso e de civilização e a apropriação moral e o controle social da pobreza urbana.

O homem comum urbano, nesse sentido, aparece como o elemento basilar da cultura emotiva e dos códigos de moralidade de uma *cidade oficial* envergonhada e amedrontada, em seu imaginário e discurso, pelos seus pobres urbanos, suas periferias incivilizadas e seu passado presentificado de modernização conservadora. Processo este ainda inconcluso, mas que impactou fortemente na vida cotidiana de seus moradores no sentido da desestruturação de um cenário pacato, provinciano e pessoalizado de sociabilidades urbanas e de convivência vicinal entre os seus personagens tidos como estabelecidos e os demais outsiders do lugar (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Esta *cidade oficial*, - entendida e sentida como o lugar dos cidadãos de bem e de suas ofensivas civilizadoras (REGT, 2017), - reproduz contextos sociais e interacionias em que o pobre e a pobreza urbana são, respectivamente, enquadrados moral e emocionalmente como ator e agente social perigoso e violento, moralmente degradado e emocionalmente instável. A pobreza urbana, nesse sentido, é classificada como lugar de curiosidade, em razão de seus elementos culturais pitorescos associados a um passado anterior à modernização e à civilização da cidade, mas também de evitação física e simbólica, haja vista a imputação de ameaças à vida e à propriedade como seus constituintes comportamentais e relacionais, e de seu enorme poder de contágio e poluição moral.

As sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa apresentam, com efeito, para além dos discursos oficiais e moralizantes de seus empreendedores morais, uma enorme tensão subterrânea, oficiosa e cotidianamente negada, na relação entre os bairros periféricos, - que

concentram a pobreza urbana, - e a *cidade oficial* vocalizada para o público da cidade nos diversos canais de midiatização e publicização de suas posturas morais e projetos de intervenção urbana mediante ofensivas civilizadoras. Se, no contexto mais amplo da cidade, faz-se possível o reconhecimento de linhas, fronteiras, lugares e hábitos tidos como pertencentes aos moradores estabelecidos, em oposição aos moradores marginalizados como pobres urbanos; estas mesmas linhas e fronteiras, lugares e hábitos parecem se confundir nos discursos de acusação e de desculpa dos moradores dos bairros periféricos, cuja etnopsicologia se conforma a partir de uma vergonha cotidiana (BARBOSA, 2015) reiterada e reforçada pela impossibilidade de diferenciar os moradores *bons* dos *maus* (HUGHES, 2013).

No caso específico do bairro periférico e pobre do Varjão/Rangel, - a fratura moral-emocional e cognitivo-comportamental que organiza e hierarquiza a cidade de João Pessoa em áreas pobres e nobres, e, respectivamente, em lugares moralmente degradadas e de pessoas bem sucedidas, - a impossibilidade de classificação do outro próximo, vizinho e muitas vezes íntimo, como um outsider não representante das formas de identificação do lugar, complexifica exponencialmente o jogo social de mostrar-se e esconder-se, enquanto fachada individual e coletiva, para os olhos da cidade, já internalizados e refletidos pelo morador. Morador este que busca afirmar-se publicamente a partir da nomeação *Rangel* e, de modo sistêmico e integrado, de afastar-se e de evitar a nomeação *Varjão*.

Estes códigos morais interdependentes, mas idealmente auto-excludentes, foram publicamente ameaçados de descaracterização pela narrativa moralizante dos empreendedores morais da cidade de João Pessoa, que localizaram o crime entre iguais de violência banal e cruel ocorrido, para o morador do bairro, no lugar *Varjão*, como *Chacina do Rangel*. Este, com efeito, é o tema tratado no capítulo seguinte, que objetiva apresentar e discutir uma descrição densa do evento da chacina e de suas respectivas formas de recepção na cidade de João Pessoa e no próprio bairro do Varjão/Rangel, seja, por exemplo, como denúncia do potencial de violência urbana da cidade, como surto descivilizador, como trauma coletivo e como evento crítico que produziu um sentimento generalizado de vergonha desgraça na cidade e, principalmente, entre os moradores do próprio bairro.

2. 2. A *Chacina do Rangel*: uma descrição densa

Uma mão decepada não parece real. Mas por quê? Será porque nosso espírito se recusa a crer possível uma crueldade tamanha? (ZIMLER, 2010, p. 149).

Este capítulo se propõe a apresentar uma *descrição densa* do evento trágico popularmente conhecido como *Chacina do Rangel*, que pode ser considerado como um divisor de águas na história do bairro do *Varjão/Rangel* e nas memórias que os moradores alimentam sobre o mesmo. Busca discutir a hipótese de que um grande crime não necessariamente implica a presença de grandes criminosos (ARENDT, 2008), mas pode resultar, como foi o caso, do exacerbamento de vulnerabilidades interacionais inerentes às tramas relacionais cotidianas. Tramas relacionais estas perpassadas por mágoas intensas e ressentimentos acumulados.

Quebra de confiança, vergonha-desgraça e violência: o contexto interacional e societal da *Chacina do Rangel*

As primeiras narrativas sobre a tragédia ocorrida no bairro do *Rangel* foram elaboradas pelo empreendedor moral da *cidade oficial* mídia local, que se utilizava, ainda, de informações truncadas comunicadas por viaturas policiais em movimento e repassadas aos pontos policiais de processamento de informações sobre criminalidade e violência da cidade. Ainda era madrugada, por volta das três horas da manhã, quando a imprensa, - no momento em questão a imprensa radiofônica estava mais fortemente representada, - anunciava o massacre de uma família por outra, - desconhecia-se, até então, a motivação do ímpeto destruidor de laços sociais tão estreitos e duradouros, - e publicizava a localização exata daquele evento macabro: a Rua Oswaldo Lemos, n. 100, no bairro do *Rangel*. A nomeação oficial do bairro, o *Varjão*, foi ignorada pelas vozes que midiaticizaram o crime⁴⁶.

Interessa frisar que a imprensa chegou praticamente ao mesmo tempo em que a polícia ao local do crime. Jornalistas ou olheiros de jornalistas presentes nas delegacias, ao ouvirem os dados de um crime ocorrido na Rua Oswaldo Lemos, na extremidade norte do bairro, repassaram a informação às suas respectivas centrais de notícias e imediatamente mobilizaram uma turba de profissionais do rádio, das TVs e dos jornais impressos, que aportaram ao local.

O local do crime, o trecho leste da Rua Oswaldo Lemos, é, atualmente, um dos pontos mais resguardados e pessoalizados do bairro do *Varjão/Rangel*: localiza-se tecnicamente às

⁴⁶A nomeação *Varjão*, - acionada oportuna e convenientemente pelo morador do *Varjão/Rangel* como acusação do outro próximo de quem se quer distanciar, - era moralmente enquadrada no imaginário mais amplo da cidade como marginal e desviante; e, ao ser ignorada pelas instâncias oficiais de administração da ordem pública, ressentiu os moradores do bairro.

margens do Rio Jaguaribe, de modo que as suas casas geminadas do lado norte se situam abaixo da linha da pavimentação da rua; ali estão construídas também algumas cocheiras para as vacarias que ainda persistem no bairro, de modo que não raramente pode-se ver um ou outro vizinho passar a cavalo ou conduzindo sua carroça. Relativamente sinuosa e de casas populares com seus respectivos puxadinhos produtos de autoconstrução, a Rua Oswaldo Lemos está situada parcialmente em área de invasão, bastante próxima à depressão do terreno que acomoda o leito do rio na baixa da rua conhecida como uma das *ladeiras do Varjão*.

As ladeiras do Varjão (Rua 14 de Julho, Rua 02 de Fevereiro e Avenida Antônio Silva Melo), portanto, são as saídas e as entradas mais práticas e econômicas do bairro, e por onde vieram as viaturas policiais e os jornalistas de plantão. A *Ladeira do Varjão* é um termo bastante ambíguo no imaginário do morador comum da cidade de João Pessoa, que a identifica geograficamente com as atuais Ruas 14 de Julho e 02 de Fevereiro, uma vez que fazem parte do itinerário de muitas das linhas do transporte coletivo que conectam o Centro da cidade com a Zona Sul⁴⁷.

A *Ladeira do Varjão* povoa o imaginário urbano como um portal de passagem do centro civilizado de João Pessoa para a periferia, quase que esquecida no tempo, situada na baixa do Rio Jaguaribe e que, para muitos, é identificada como o *bairro do Rangel*. O lugar *Varjão*, portanto, é às vezes associado às ladeiras fronteiriças entre o bairro do Jaguaribe e o bairro do Varjão/Rangel, compondo o lugar moralmente degradado, - trajetória conhecida da pobreza urbana que sai diariamente das periferias para o trabalho nos bairros nobres e no Centro da cidade, - de *Ladeira do Varjão*. O morador antigo do bairro do Varjão/Rangel, porém, guarda na memória que a antiga e primeira *Ladeira do Varjão* ainda é a atual Avenida Antônio Silva Melo, a entrada e saída tradicional do bairro e que desemboca na Rua da Mata ou Rua São Geraldo. A nomeação *Varjão*, mesmo assim, foi deixada de lado na narrativa moralizante do crime de chacina entre moradores comuns de longa data do bairro⁴⁸ pela mídia local, que publicizou e escandalizou o crime a partir da nomeação de *Chacina do Rangel*.

⁴⁷O Varjão/Rangel tem se tornado cada vez mais o corredor de passagem de levas de trabalhadores, estudantes e profissionais, já apresentando picos de engarrafamento de veículos pela manhã e no final da tarde dos dias úteis.

⁴⁸Cabe enfatizar que para a cidade de João Pessoa, de forma geral, e para os seus empreendedores morais, tais como políticos e jornalistas, o bairro do Varjão/Rangel é comumente conhecido como o bairro do Rangel, tal como se pode ler nos letreiros dos ônibus que atravessam o bairro e nas placas indicativas de entrada e saída do bairro. Recentemente, em reunião de autoridades políticas da cidade com moradores do bairro, em evento conhecido como Orçamento Participativo, realizado no mês de abril de 2017, o atual prefeito do município referia-se ao bairro e aos seus moradores utilizando-se da nomeação Rangel. Interessante notar que este prefeito foi o autor do Projeto de Lei (LEI N° 1574, de 04 de setembro de 1998, da Câmara Municipal da Cidade de João Pessoa, Paraíba) que instituiu os nomes dos atuais bairros da cidade de João Pessoa. Nesta Lei o bairro continua

A Figura 12 (p. 96), abaixo, apresenta um recorte cartográfico da região do bairro em que o crime de chacina ocorreu. Destacado em amarelo, o local exato da chacina, - à época da produção da imagem, no ano de 2011, - já aparece como um bloco maciço de concreto, destoando fortemente da paisagem bucólica e pobre do lugar: o *Monumento à Paz* que a prefeitura de João Pessoa planejara entregar, desde o ano de 2009, aos moradores do bairro e da cidade como parte de sua estratégia de apropriação moral evento, mas que nunca chegou a concluir. Em laranja vê-se o local onde se erguia a casa de Carlos José e Edileuza, o casal agressor, justamente de frente para onde se situava a morada da família vitimada e também a fabriqueta quase que artesanal de gesso onde Carlos José e Moisés, agressor e vítima, respectivamente, trabalhavam como patrão e empregado, vizinhos e compadres de longa data.

A Figura 12 (p. 89) destaca ainda, em azul e em verde, os novos projetos habitacionais que chegavam à Rua Rangel Travassos nos anos imediatos ao fato da chacina e ainda sob intensa influência da narrativa da *Chacina do Rangel*: um conjunto de seis pequenas casas populares, no formato de vila, rapidamente ocupada por famílias do bairro; e um residencial com trinta e seis pequenos apartamentos, sendo nove por andar, organizado e construído por amigos cujas famílias, em alguns casos, constroem suas trajetórias e curvas de vida no Varjão/Rangel há mais de cinco décadas⁴⁹.

A Rua Rangel Travassos comunica o local exato da chacina com o restante do Varjão/Rangel, em um acentuado aclive, - à época da chacina ainda era um trecho de barro batido, - e cuja extensão alcança praticamente todo o bairro, no sentido norte e sul, mas que é em um ponto interrompida por uma cratera de até dez metros de profundidade, onde os moradores despejam lixo e criam animais de tração para as carroças dos transportadores de lavagem, de lixo reciclado e de material de construção comercializados no Varjão/Rangel. Esta imensa depressão no relevo da região, que intersecciona a Rua Rangel Travassos, está identificada na ponta esquerda da Figura 12 (p. 96) pelo traçado em preto sobre a mata nativa.

oficialmente nominado Varjão, muito embora já haja registros de movimentos de moradores locais utilizando a denominação Rangel, da mesma forma que a cidade de João Pessoa já havia incorporado oficialmente a denominação Rangel ao bairro Varjão. Verifica-se o uso comum da denominação Varjão de forma ampla pelos moradores da cidade para individualizar somente o antigo caminho de barro, hoje asfaltado, que leva do centro velho da Capital para a Zona Sul da cidade: a ladeira do Varjão. A ladeira do Varjão, de forma quase que mítica, estaria ali cristalizada no tempo, sem fazer parte de um bairro Varjão, mas unicamente conectando o bairro de Jaguaribe, - um antigo bairro nobre de mansões, mas decadente desde a década de 1960, quando a cidade de João Pessoa se organiza mais fortemente para a *conquista do litoral*. Nesse sentido, o imaginário do homem comum da cidade registrou o termo *ladeira do Varjão* como um lugar intersticial, que comunica a fronteira do centro urbano antigo de João Pessoa com o fim da cidade à época.

⁴⁹ Nesse residencial, com efeito, o pesquisador organizou sua base de pesquisa como *morador atípico* do bairro.

A figura 13 (p. 89) apresenta, em modelo esquemático, o local do crime de chacina, circulado em verde, na extremidade leste da Rua Oswaldo Lemos, que está tracejada em vermelho, bastante próximo ao Rio Jaguaribe. O traço alaranjado, perpendicular à Rua Oswaldo Lemos, é uma das conhecidas *ladeiras do Varjão*, atualmente compondo um trecho da Rua 14 de Julho. A área delimitada em preto, que se estende desde a altura da Rua Rangel Travassos até praticamente encontrar o Rio Jaguaribe, situa a depressão geográfica do relevo.

Figura 12 – Visão área da fronteira norte do Varjão/Rangel, em 2011.



Fonte: Arquivos do GREM. Imagem adaptada a partir do Google Maps.

Figura 13 – Localização geográfica da Rua Oswaldo Lemos, de uma das Ladeiras do Varjão (Rua Quatorze de Julho) e do Local do Crime classificado como *Chacina do Rangel*.



Fonte: Arquivos do GREM. Imagem adaptada a partir do Google Maps.

A Figura 14 (p. 90), por sua vez, mostra um trecho da rua, com o local exato da chacina ao fundo, cercado por lâminas de metal. A situação registrada nessa imagem, com efeito, denuncia uma obra público-privada em fase de abandono oficioso há mais de dois anos (a contar da data do início de sua construção), segundo informações repassadas por moradores locais. Ali deveria já estar construído, à época em que foi feito o registro fotográfico, no ano de 2012, a *Praça da Paz*, que se tratou de um projeto posterior ao esforço frustrado dos moradores do Varjão/Rangel de construção de um *santuário* às vítimas da chacina. Estes projetos abandonados, e que impactaram fortemente no imaginário do morador do bairro, representam um flagrante esforço de apropriação moral do lugar por parte dos empreendedores morais da cidade envolvidos, a mídia local e a prefeitura municipal de João Pessoa, nesta ordem.

Figura 14 – Visão da parte leste da Rua Oswaldo Lemos, com destaque para o local da chacina, já cercado por lâminas de alumínio.



Fonte: Arquivos do GREM, 2012.

Não somente o poder coercitivo do Estado se expressava ali como uma ofensa moral silenciosa, na tomada abrupta e simbolicamente violenta de um espaço anteriormente acessível aos moradores, mas também um desconforto moral e emocional, por parte dos

vizinhos da rua e dos moradores do Varjão/Rangel em geral, cuja expectativa de ver o lugar devidamente re-integrado ao bairro fora frustrada.

Esta frustração em relação aos esforços de apropriação moral do lugar alimentaria, mais tarde, uma postura irônica do morador do bairro para com os empreendedores morais da cidade, uma vez que a narrativa moralizante da *Chacina do Rangel*, na medida em que era urdida por empreendedores morais diversos e que não raras vezes se desencontraram em suas estratégias e ritmos de ação, causou embaraços e também humilhou os moradores do Varjão/Rangel. Moradores estes que se sentiram enganados e diminuídos pelas promessas não cumpridas de captura simbólica e de intervenção material no lugar do crime da chacina e, a partir deste, no Varjão/Rangel como um todo.

Katz (1988), nesse sentido, discorre sobre como atores e agentes sociais que se percebem em processos de humilhação, - mas que não podem articular sem perdas pessoais maiores a carga axiológica e emocional desta emoção em razão de suas situações hierárquicas específicas no jogo de posições sociais, - acabam por transformar esta emoção, isto é, o sentimento específico incorporado no ator e agente social que sofre a ação de humilhação e o arranjo interacional correspondente a esta ação, em uma postura moral e emocional de ironia e de desprezo.

Esta dinâmica micropolítica das emoções (COELHO, 2010) se caracteriza pela busca de compensação, por parte do ator social humilhado, do valor social positivo da sua fachada e da sua auto-imagem sem que ele, contudo, recorra a estratégias de violência. A ironia e a jocosidade mais incisiva e sarcástica, nesse sentido, constituem ações mais expressivas que instrumentais, deslocando a dinâmica emocional humilhação-raiva para uma dinâmica emocional do tipo humilhação-desprezo. Desprezo este expressivamente disposto como postura irônica.

Alguns elementos da Figura 14 são bastante interessantes enquanto ilustração e signo de uma sociabilidade urbana periférica pessoalizada, ainda bastante pautada em códigos de lealdade e confiança em relação ao uso da rua como extensão da casa: uma fogueira de São João extinta, mas ainda dispersa ao “pé da calçada”; um tamborete ocioso na calçada de frente a uma das casas geminadas, esperando pela chegada do seu dono; uma galinha empoleirada fitando a rua e o próprio relativo isolamento geográfico da rua enquanto parcela espacial extrema do bairro. Esse trecho da Rua Oswaldo Lemos, com efeito, é assiduamente utilizado pelos seus moradores, haja vista que praticamente não tem trânsito, senão o dos seus moradores, que rápida e facilmente reconhecem a presença de estranhos.

O lugar da chacina evoca, às vezes, ares de uma pequena vila rural no urbano, contando com moradores que se mostram bastante à vontade no deslocar-se pela rua e ontologicamente seguros de ali habitar, compondo redes de solidariedade, pequenas trocas e favores e de monitoramento recíproco. O conjunto acima de três figuras, assim, busca chamar a atenção do leitor não somente para a organização espacial de uma sociabilidade urbana pobre, - moralmente periférica e geograficamente central, - condensada em um espaço reduzido e de intenso monitoramento recíproco, mas também para o isolamento físico e social do lugar de ocorrência do crime, classificado pelo morador do bairro como um dos mais emblemáticos cenários do lugar, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade do Varjão: o extremo norte do bairro, já às margens do Rio Jaguaribe.

O argumento etnográfico expresso na noção de lugar aponta para os “...campos de comunicação e não ...pontos no espaço físico” (TRAJANO FILHO, 2012, p 249-250). Os campos de comunicação, portanto, são formados no exercício tensional cotidiano de trocas, encontros e desencontros em que o sentimento de pertença processualmente se vincula ao lugar no qual o indivíduo social se insere como ator e agente social capaz de reconhecer e lidar com um código específico de moralidade em uma cultura emotiva dada. Nesse sentido, Koury (2003) define a importância do local para a teia de sentidos que norteia as ações individuais em uma sociabilidade dada como:

O lugar do *nós*, assim, é o caldo comum dos diversos mapas estabelecidos pelos sujeitos na sua permanente configuração, enquanto pessoa social, como *mim*. (KOURY, 2003, p.79).

O cenário do crime, portanto, é o da pobreza urbana em um bairro moralmente periférico e geograficamente central. Cenário este, contudo, que apresenta ainda resquícios acentuados de uma convivência comunal fortemente pessoalizada e mesmo engolfada (SCHEFF, 1990). As famílias e vizinhos, ali situados há três ou quatro gerações (algumas famílias relatam que chegaram com suas carroças, vindos do interior da Paraíba, ainda na década de 1920), convivem em uma grande abertura para o intercâmbio de intimidades e de dádivas, tal como se percebe nos pequenos, mas significativos gestos de solidariedade, de confraternização em que participam grupos de mais de uma dúzia de vizinhos, e de circulação de crianças e jovens pelas casas.

Não raro se verifica grupos de jovens que varam à noite despreocupados jogando com seus consoles, nos terraços abertos, assim como rodas de conversas no adentrar da madrugada e *moitinhas* de compadres que levam para passear os seus passarinhos, utilizando-se do ar

revigorante que chega da Mata do Buraquinho e da *praçinha* que se tornou o inconcluso *Monumento à Paz* improvisado no local exato da chacina⁵⁰. O contexto engolfado da sociabilidade Varjão/Rangel, de intensa pessoalidade, copresença acentuada e forte monitoramento recíproco do comportamento do outro relacional, com efeito, está sempre mediado por uma postura de discrição e de respeito às reputações do outro com quem se convive intensamente.

Este *Nós relacional* formado por laços bastante estreitos, assim, é o elemento social que preenche a Rua Oswaldo Lemos com uma gramática moral e emocional própria: a do respeito à fachada coletiva de todos enquanto moradores do lugar e à fachada do outro individual com quem muitas vezes se compartilha o lugar de trabalho, e da solidariedade entre vizinhos em um contexto quase que familiar. Diferentemente, portanto, das sociabilidades urbanas periféricas tomadas pela grande violência do tráfico de drogas e das gangues juvenis, a Rua Oswaldo Lemos não se caracteriza por fenômenos de violência urbana crônica como toques de recolher ou pela Lei do Silêncio.

Muito pelo contrário, ali se vê o morador à vontade, com portas e janelas abertas, organizando seu lazer de final de semana na própria rua, literalmente; trata-se, assim, de uma região moral ou de um mundo social fortemente regido por códigos de reconhecimento, solidariedade, amizade e pertença. A tradição comunitária é vivida na fofoca e na jocosidade diária e na partilha de destinos laborais e domésticos marginalizados e envergonhados pelo olhar modernizante da cidade de João Pessoa.

Park (1925), que fora aluno de Simmel, formulou magistralmente o interesse da Escola de Chicago pelo estudo da “ordem moral” na cidade moderna. Interessava compreender, assim, como o estilo de vida urbano na modernidade capitalista era vivido por indivíduos reais. De Simmel, Park herdava noções sobre a modernidade como contexto de ações pautado na divisão funcional do trabalho e no intercâmbio mercadológico e monetário de bens materiais e simbólicos.

A economia monetária, com sua lógica quantificadora, niveladora, intelectualista e superficial, produziu o individualismo quantitativo dos liberais, com suas noções de justiça

⁵⁰Ultimamente o lugar vem sendo utilizado por crianças e adolescentes da Rua Oswaldo Lemos, da Rua Rangel Travassos e arredores que o transformaram em uma quadra improvisada de futsal e de baleado (jogo em que duas equipes rivais buscam acertar a outra atirando uma bola de borracha de tamanho médio; também conhecido como *queimado* ou *jogo do mata*), em ponto para empinar pipa e em salão ao ar livre para encontro de passarinhos do Varjão/Rangel. O lugar, assim, foi apropriado moralmente pelo morador do bairro, ainda que permaneça como um lugar interdito para muitas atividades cotidianas tidas como não condizentes e desrespeitosas para com a memória do evento trágico ali ocorrido.

formal e de redução da qualidade à quantidade; e o individualismo qualitativo dos românticos, com a sua exageração da noção de EU como a-social e supra-social, como uma mônada ou *Geist*, - já anunciando o fenômeno atualmente generalizado da privatização das emoções. Sobretudo, Park complexificava a noção simmeliana de cidade como comunidade paradoxal, em que a agitação nervosa e o excesso de estímulos produzem posturas de reserva e indiferença em relação ao outro, assim como personalidades blasées ou compulsivamente aficionadas em esbanjar ou colecionar como motivo de compensação de uma tradição comunitária perdida para a liberdade vazia da cidade.

A visão de Park sobre o urbanismo parece não ser tão melancólica quanto à visão de Simmel e de outros românticos alemães, mas o autor é enfático ao descrever, - em um relampejo que anteciparia a lucidez teórica goffmaniana, - as consequências da “ordem moral” urbana para o indivíduo isolado destituído de um vínculo comunitário forte. Park contribuiu enormemente para a formação conceitual da Escola de Chicago.

De Park são as noções de *ordem moral*, *região moral* e *mundos sociais*, que guardam enormes semelhanças com a noção de *definição da situação*, de Thomas (1923). Ambos os autores afirmam o mundo social como processo de construção intersubjetiva mediante o jogo comunicacional. Park, contudo, mais do que Thomas, preocupou-se com o estudo da cidade enquanto lócus de disputas raciais e morais, assim como conjunto fraturado e segmentado de relações entre grupos humanos exercitando formas de consenso e dissenso.

Nesse sentido, Park desenvolveu noções como a de *contágio social* e a de *homem marginal*, consolidando uma visão de urbanismo e cidade como estilo de vida pautado na disputa pelo espaço, mas também nas acomodações e criações de novos sentidos e repertórios simbólicos: a ordem ecológica urbana, assim, era tensionada pela ordem democrática, apoiada, principalmente, na instituição da opinião pública e do jornal como exercícios de reflexividade e complexificação das interações cotidianas dos moradores da cidade. A região moral, nesse sentido, aparece como descrição e análise conceitual de códigos de moralidade, culturas emotivas e estilos de vida produzidos nas sociabilidades urbanas e consolidados como sentimentos de pertença a um local específico, onde performances moral-emocionais e cognitivo-comportamentais se realizam (BARBOSA, 2017).

O jornal *Correio da Paraíba*, do dia 20 de janeiro de 2005, relata uma execução de dois homens na favela Boa Esperança, situada no bairro do Cristo Redentor, - bairro que envolve territorialmente o bairro do Varjão/Rangel enquanto mapa policial de operação de

controle e contenção das forças culturais e políticas⁵¹ que fazem deste espaço uma *região moral* (PARK, 2017), - com tiros de espingarda calibre doze na cabeça e no tórax. Os homicídios ocorreram no interior de uma residência, onde supostamente negócios escusos envolvendo as gangues criminosas locais eram conduzidos. Os vizinhos, apesar de terem ouvido os disparos efetuados, não ousaram sair à rua. No dia seguinte, contudo, um telefonema anônimo informou a polícia do que havia se passado.

O jornal *O Norte* relata a mesma notícia de modo semelhante, também no dia vinte de janeiro de 2005, mas de forma mais direta e acusatorial. A residência em questão se trataria de uma “boca de fumo” na Comunidade Boa Esperança, no bairro do Cristo Redentor, e o crime de duplo assassinato é enquadrado como chacina. As vítimas executadas com tiros de espingarda calibre doze não foram identificadas como moradores do lugar e a figura do agressor homicida foi dada simplesmente como desconhecida. A motivação dessa chacina teria sido o banal acerto de contas que parece organizar o sistema de recompensas, dádivas e dívidas do tráfico de drogas nas comunidades e bairros periféricos das sociabilidades urbanas contemporâneas no Brasil. Queixoso, o delegado de polícia responsável pelo procedimento administrativo de praxe para a apuração do caso desabafou: “Infelizmente, nesses lugares, o que prevalece é a lei do silêncio, onde as pessoas sabem de muita coisa, mas temem falar com medo de sofrerem represálias” (O NORTE, 20 de janeiro de 2017).

No caso do crime de chacina transformado na narrativa de *Chacina do Rangel*, a violência intensamente cruel se deu entre pessoas não somente socialmente iguais, mas, antes de tudo, extremamente próximas, praticamente íntimas, e que se conheciam e se reconheciam desde muitos anos como moradores da Rua Oswaldo Lemos e do bairro do Varjão/Rangel, de modo que, em tese, eram atores e agentes sociais unidos nas redes de pertença e de memórias e projetos comuns do lugar. A ruptura total dos laços afetivos entre as famílias envolvidas no crime não ocorreu em razão de dívida de jogo ou de transgressão aos códigos impositivos dos senhores do tráfico de drogas, de modo que o evento pudesse ser justificado a partir da

⁵¹Burgess (2017) enfatiza a necessidade, para a compreensão do urbano e do urbanismo, do estudo das forças sociais que agem em uma comunidade: forças ecológicas, forças culturais e forças políticas. A comunidade, com suas redes vicinais e seus bairros em processo intenso de urbanização e de modernização das relações sociais, é observada por Burgess a partir dos deslocamentos do morador individual, cujos interesses e compromissos muitas vezes extrapolam as fronteiras da vizinhança, do bairro e da comunidade. Burgess demonstra, assim, como a comunidade, de uma perspectiva ecológica, tem contornos distintos da comunidade como fenômeno político e como experiência cultural. Este fenômeno pode ser observado nas relações interbairros que envolvem o Varjão/Rangel, o Cristo Redentor, o Jaguaribe e o Cruz das Armas. Trata-se de bairros administrativamente bem definidos, mas que fazem parte de mapas e lugares cruzados, com regiões morais próprias.

narrativa policial típica de execução de mais um endividado com o tráfico em uma “boca de fumo”, tal como aconteceu no caso da notícia supracitada.

Da mesma forma que não havia entre as famílias qualquer disputa por bens econômicos que pudesse desatar desentendimentos movidos por cálculos econômicos e tamanha fúria destruidora entre os seus membros. Agressores e vítimas, pelo contrário, partilhavam de um mesmo mundo social, compartilhando, por exemplo, no caso do homem adulto de cada família, do mesmo ofício de gesso em uma fabriqueta de gesso improvisada ali mesmo na casa da família chacinada, na Rua Oswaldo Lemos⁵². Os filhos de ambos os casais brincavam conjuntamente, assim como as respectivas esposas e donas de casas conviviam intensamente no cuidado dos filhos, na realização das tarefas da casa e nos contatos com os vizinhos e parentes da rua e da vizinhança.

Longe de um contexto interacional e situacional marcado pela grande violência ou pela discórdia passível de observação racional por terceiros, a violência banal entre iguais da *Chacina do Rangel* se assemelha mais a um desentendimento familiar que fugiu ao controle dos interactantes, já bastante excitados pelo espiral crescente de provocações reciprocamente dirigidas, mas que, do início ao fim, permanece como tensão e disputa moral e emocional de arranjos e recursos internos e íntimos às famílias envolvidas no crime⁵³. Os instrumentos domésticos utilizados como armas brancas pelo casal agressor, - um facão e uma faca peixeira de cozinha, - assim como o grau de desorganização e de improvisação das ações violentas verificadas na cena do crime, revelam um contexto interacional pessoalizado, perpassado por quebras de confiança⁵⁴ e pequenas mágoas e ofensas morais acumuladas, muitas vezes silenciadas e que, em uma situação-limite de fúria e de ira-raiva (SCHEFF, 1990; COELHO, 2010), despontou como desfiguração moral e violência destruidora do outro próximo tido como extensão de si mesmo.

O acúmulo de pequenas mágoas entre estes atores e agentes sociais remete a um contexto de potencialização das vulnerabilidades e fragilidades interacionais até sua

⁵²Entre a vítima e o agressor da chacina havia um regime de dádiva e de trocas de favores que se expandia para as duas famílias envolvidas no crime: ambas formavam uma comunidade de afetos. Carlos José Soares, que veio a tornar-se nacionalmente famoso como o “Monstro do Rangel”, foi levado e iniciado no ofício de gesso por Moisés Soares Filho.

⁵³O Processo Judicial do caso da Chacina do Rangel (PROCESSO N° 200.2009.023.125-5), analisado detidamente no sexto capítulo desta tese, explorou exaustivamente a íntima relação entre as famílias de agressores e vítimas, enfatizando como a confiança e o respeito que as unia foram paulatinamente esgarçados por práticas de fofoca depreciativa, de jocosidade agressiva e de pequenas agressões físicas.

⁵⁴Ver, entre outros, Zamboni (2009), que faz uma síntese sobre a discussão da questão da confiança na teoria social.

configuração como situação-limite e ruptura com a normalidade normativa. O convívio dos agora assassinos e vítimas em regimes de intensa pessoalidade e acentuada copresença indica uma situação de engolfamento das personalidades, ou seja, um contexto interacional em que os atores e agentes sociais em jogo comunicacional se vêem em situações não de todo controladas e que se expõem perigosamente à ambivalência das ações individuais, podendo estas ser interpretadas e antecipadas como ameaça a si próprio e ao grupo de atores e agentes sociais envolvidos na situação.

Cooley (2017), nesse sentido, enfatiza a noção de *self autoespelhado* como elemento central da indeterminação do jogo comunicacional. Goffman (1998), por sua vez, discute a tensão no jogo interacional de enfrentamento de fachadas individuais e coletivas, assumidas e negociadas a cada enquadramento situacional, com todos os riscos e perigos inerentes aos encontros e desencontros possíveis, e jamais per si determinados, de atores e agentes sociais formando e rompendo alianças.

Nas palavras de Koury et al (2013), - a partir de uma leitura simmeliana do jogo intersubjetivo na sociabilidade primária, aqui entendia como regime de pessoalidade, e que também remete a uma influência goffmaniana e cooleyana - a administração de laços familiares e vicinais engolfados passa sempre pelo exercício tensional de lidar com as ambiguidades e riscos da *igualdade desigual* entre atores e agentes sociais demasiadamente próximos e íntimos, em que cada gesto e cada afirmação podem ser intepretados como elementos de ofensa moral e de envergonhamento do outro, gerando espirais de raiva, ira e sentimentos de quebra de confiança e de confiabilidade.

Simmel (1964; 2003; 2004) discute o processo de socialidade construído pela confiança e pela lealdade como um processo que estabelece uma “igualdade desigual” entre os membros do grupo (no caso, as duas famílias) e comenta que essa forma desigual da igualdade é invisível ou inconsciente às partes relacionais, mas sempre se desperta quando cada um dos envolvidos se sente ameaçado pelo outro. Ou seja, em Simmel, a base da confiança é a busca de uma lealdade total, sempre quebrada pela possibilidade da desconfiança que paira como uma ameaça sobre as sólidas relações estabelecidas em um grupo de iguais. A antecipação da traição, por sua vez, estabelece os limites para cada ato de confiabilidade entre os membros do grupo; possibilita, também, a renovação dos laços e um aprimoramento das regras de confiança que unem o grupo e seus membros, que se movem, assim, em uma tensão permanente entre a união e a desunião possível, o que estabelece um processo de vergonha social que povoa e sedimenta a moral grupal, assim como aponta para as possíveis falhas e leva a desavenças e a sentimentos de raiva e endurecimento de ações caso uma das partes se sinta lesada por um acontecimento ou uma ação provocada pela outra parte...

A ação violenta de um casal em relação ao outro foi movida pelo sentimento de vergonha social, na sua forma de raiva ou ira, motivada pela certeza da traição, isto é, pela compreensão de que uma das partes agiu de má fé em relação à outra parte,

gerando não a desconfiança, mas a quebra de confiabilidade e dos laços de reciprocidade que as uniam enquanto projeto comum. (KOURY et al, 2013, p. 258).

O casal de criminosos era ligado à família chacinada por fortes laços de parentesco e compadrio. Estes laços, não somente de sangue, mas, sobretudo, de gratidão (SIMMEL, 2010) e de fidelidade (SIMMEL, 2003), vêm a ser o elemento desfeito em um processo longo, milimétrico e muitas vezes inconsciente na micropolítica cotidiana das emoções (REZENDE; COELHO, 2010). Este processo intersubjetivo de construção de sentidos sociais se reforça no acúmulo de pequenas mágoas e desentendimentos que redundam em ressentimentos profundos entre os relacionais, quebra de confiança e tem como desenlace a violência entre iguais que caracteriza a destruição de vínculos de intensa proximidade e pessoalidade, em que o Eu e o Outro se constroem enquanto extensão um do outro, como projeto coletivo e moralidade específica.

Esta socialidade primária (PARK, 1925a; BERGER, 2001), com suas hierarquias invisíveis, estaria baseada em uma forte solidariedade e reciprocidade nas ações comuns em ambas as famílias vizinhas, como por exemplo, as trocas de favores, o cuidado compartilhado dos filhos e as refeições diárias feitas conjuntamente. Havia, também, fortes laços e grandes expectativas que uniam Carlos José e Moisés Soares no local de trabalho e na convivência na Rua Oswaldo Lemos, ou seja, no mundo da vida de forma mais ampla⁵⁵.

Como disse um entrevistado⁵⁶, “o que ele (Carlos José Soares de Lima) fez foi um absurdo! Mas serve de exemplo para as pessoas verem que certas coisas têm limite, senão o limite quebra do outro lado também: taí o exemplo”. O entrevistado revela um dos aspectos da sociabilidade demasiadamente pessoalizada, em que os sentimentos de gratidão e pequenas mágoas apontam, ao mesmo tempo, para laços fortes de solidariedade, mas que facilmente podem se quebrar em surtos de desentendimentos, atingindo mesmo situações limites como a que ocasionou a chacina.

O mesmo Carlos José revelará à imprensa, no decorrer das especulações dos motivos de tamanha violência na forma de chacina, que uma das causas dos desentendimentos entre os amigos-irmãos e as famílias deveu-se ao fato de Moisés Soares não o ter defendido no processo de sua demissão da fabriqueta de gesso onde ele trabalhava, em razão de confusões com outro colega. Outros pequenos fatos que podem ser descritos como característicos das

⁵⁵A extrema proximidade das famílias de Carlos José e de Moisés Soares foi bastante explorada como argumento de defesa e de acusação de Carlos José, como será abordado nos próximos capítulos, ao longo do Processo Judicial N° 200.2009.023.125-5, oficialmente classificado como Processo da *Chacina do Rangel*.

⁵⁶Morador da Rua Oswaldo Lemos, próximo às casas das famílias envolvidas no evento crítico.

vulnerabilidades interacionais de relações engolfadas de intensa copresença, - como agressões leves e jocosidades entre as famílias, - também foram narrados pelos agressores como argumentos de justificação da violência e de desculpa de si⁵⁷.

Estes sentimentos de solidariedade e de reciprocidade estão presentes em seus sentidos mais negativos e emocionalmente carregados de busca de explicação de uma normalidade normativa que foi sentida pelo outro da relação como desrespeitada. O sentimento vergonhoso de desrespeito (SENNET, 2004) foi gerado em reiteradas experiências de desconsideração que um amigo-irmão passou a imputar ao outro, do qual esperava o reconhecimento próprio de uma aliança afetiva de décadas. Este contexto interacional de mágoas e de orgulhos feridos caminhava para a situação-limite de desentendimento total e de violência destruidora, quando o casal agressor, no meio da noite, dirigiu-se para a casa das vítimas no intuito de tomar satisfações sobre as rugas e as disputas que se acumulavam entre as famílias.

Sentimentos que se encontravam à flor da pele quando, sentindo-se desrespeitado pela última contenda com a família amiga e vizinha, e buscando explicação, o casal agressor vai até a casa do outro, em busca de entendimento dos gestos, falas e de compartilhamentos de bens materiais e simbólicos. Ao chegarem à casa da família amiga encontraram, - já de madrugada, embriagados de ira e sedentos de satisfações, - no vão de entrada da casa, apoiada à porta, uma faca-peixeira. Adentraram a residência gesticulando fortemente, gritando e brandindo o facão. O outro acorda, pergunta o que estava acontecendo e vê o instrumento mortal nas mãos de Carlos José; levanta-se ainda meio zozado de sono e atraca-se com o amigo no intento de desarmá-lo. Os dois amigos se atracaram e, nesse processo, Moisés Soares termina por ser ferido fatalmente com quarenta e seis facadas; a sua mulher, Edileuza, se envolve no conflito, matando a amiga com vinte golpes de foice e, a seguir, as crianças do casal amigo (CATINGUEIRAONLINE, 30 de julho de 2009: goo.gl/NxGwmf). Carlos José Soares de Lima e Edileuza Oliveira, deste modo, trucidaram a família vizinha, que, naquele instante, foi classificada como pessoas que os tinham ofendido moralmente e humilhado.

⁵⁷Ver o debate entre Lewis (1951; 2018) e Redfield (1941) sobre a questão da integração moral e emocional dos indivíduos em uma sociabilidade de pequena escala, predominantemente rural e camponesa, em processo de transição para uma sociabilidade urbana. Lewis, nesse debate, acusa a leitura redfieldiana de idealização da sociedade *folk*, tida como bastante integrada e funcional, ao passo que ele enfatiza as tensões, vulnerabilidades, rupturas e recomposições sociais cotidianas entre os moradores do povoado. Lewis, também diferentemente de Redfield, aponta para os novos laços potenciais emergentes no processo de transição para o urbano, enquanto que Redfield enfatizava o esgarçamento dos laços sociais. A polêmica entre Lewis e Redfield foi aqui lembrada para enfatizar como as relações em um contexto pessoalizado e de forte co-presença são tensas, indeterminadas e demandam a administração de um frágil equilíbrio da balança Eu – Nós (ELIAS, 1993; 2011).

Este episódio banal de desentendimentos e buscas de explicações, assim, termina com uma chacina em que Moisés Soares Filho, Divanise Lima dos Santos, grávida de gêmeos, e mais três filhos foram cruelmente assassinados (Figura 15). Essa narrativa midiática da tragédia foi lida, no processo judicial, e comunicada à população de João Pessoa, com ênfase na lógica actancial dos agressores: eles aparecem como que guiados por sentimentos de humilhação canalizados para uma violência destruidora do outro próximo, outrora íntimo e confidente, mas que gradualmente, em razão de processos de quebra de confiança, se transforma em uma imagem espelhada e moralmente invertida de si mesmo.

A narrativa midiática mais geral, por sua vez, enfatizava a irracionalidade, a monstruosidade e a crueldade da violência banal entre iguais, percebidos como elementos imprevisíveis e perigoso da pobreza urbana. De acordo com notícias de última hora de um jornal on-line, por exemplo:

O cenário do crime revela a verdadeira carnificina. Crianças degoladas e partes dos corpos separados por golpes de facão em vários locais da residência. Uma mão de uma das crianças foi encontrada em cima de um guarda roupa da residência. (CLICKPB, 2009).

Figura 15 – Imagem da cena do crime.



Fonte: "Chacina do Rangel" completa 5 anos hoje (Foto: Felipe Gesteira) (PORTALDAZONASUL, 2014).

A Figura 15 (p. 100), amplamente conhecida e profundamente registrada no imaginário do morador da cidade de João Pessoa, *viralizou* nos sites de internet e nas redes sociais, atingindo imensa repercussão midiática em todo o Estado da Paraíba e, rapidamente, em todo o território nacional. A imagem foi explorada como demonstração de truculência e de crueldade banal produzidas no decorrer da chacina e vista sob a ótica da pobreza como elemento de perigo e de incivilidade. O foco nos corpos infantis destruídos, anônimos e abandonados, busca formatar uma paisagem em que a pobreza urbana abarca não somente os móveis baratos e arquitetura improvisada da moradia, mas também a não identidade individual das vítimas, reduzidas a objetos. A imagem enfatiza, nesse sentido, o discurso da pobreza como impureza (DOUGLAS, 1991), desordem, desorganização, sujeira e incivilidade, sugerindo, ainda, o perigo sempre latente de esta mesma pobreza urbana desbordar para surtos irracionais de violência gratuita.

Em relação à noção de sujeira como metacategoria para situações, comportamentos e posturas classificadas como normativamente anormais, desviantes, transgressoras, deslocadas do contexto de desiderabilidade, impuras e potencialmente poluidoras, Koury e Barbosa (2015) apontam para o enquadramento moral e emocional do fenômeno da pobreza no urbano contemporâneo da cidade de João Pessoa, com suas culturas emotivas e códigos de moralidade em disputa. A pobreza e o pobre, em geral, aparecem no imaginário da cidade como vetores de sujeira, - expressa na falta de educação e de higiene pessoal, e em um comportamento incivilizado e potencialmente perigoso, - e anunciadores de uma cidade envergonhada, enquanto fachada coletiva, diante da falência moral ou do processo civilizador inconcluso a que a pobreza urbana parece remeter.

A noção de pobreza urbana como elemento de sujeira e perigo se consolida na cidade de João Pessoa, e também nas sociabilidades urbanas do país, no processo de expansão acelerada da malha urbana e de acomodação da pobreza em suas periferias como estratégia de contenção social e de limpeza e embelezamento urbanos. O sentimento generalizado de insegurança nas cidades, nesse sentido, se organiza como indústria de segurança privada e como cultura do medo. O outro generalizado (MEAD, 1973) aparece, desta forma, como elemento social de ameaça, de desconfiança e de amedrontamento à integridade física, moral e patrimonial de cada morador da cidade. Esta cultura do medo personifica o outro generalizado na figura do pobre e da pobreza, estranhados como produtos de falência moral e agentes de desordem civilizatória. A própria pobreza, no entanto, assume o discurso deste

empreendimento moral em forma de justificar-se como não perigosa e de identificar o outro próximo, também pobre, como o potencial causador de desordem no urbano.

Nas palavras dos autores:

A categoria pobreza, assim, funda o grande hiato entre os respondentes, e aparece ligado ao estigma de classe. Os pobres e, sobretudo, os mendigos, são considerados sujos, sem educação, sem acesso aos códigos de higiene e enfeiam e “emporcalham” a cidade. São ameaçadores em si, vistos como marginais e ladrões, e provocam medo e receio na população. São vistos como drogados, maltrapilhos, que surgem de repente nos sinais de trânsito pedindo dinheiro ou assaltando.

São pessoas não confiáveis, abjetos, elementos estranhos estabelecidos pela extrusão e que devem ser mantidos sob rígido controle social, para não avançarem sob o organizado e ameacem os cidadãos. A pobreza não é vista através da cidadania, mas, ao contrário, como elemento da desordem e da fragmentação social.

...

Vistos como bandidos, através da ótica do medo deque “vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle...”, a pobreza urbana é estranhada, e sobre ela paira o desejo de retirá-la do corpo social, afastando o perigo.

O apontar a sujeira por meio de aspectos morais, associados à desordem que ela provoca, como falta de ordenação, causa desequilíbrio nos indivíduos em relação e no todo social. A falta de educação e da conformação do caráter demonstra a preocupação com a desordem e dos riscos com a saúde provocados pela falta de higiene doméstica e da cidade, denunciando ou conformando em preconceitos. (KOURY; BARBOSA, 2015, p. 13).

A Figura 15 (p. 103), nesse sentido, aparece como síntese de um enquadramento moral e emocional da violência cruel e banal entre famílias vizinhas de um bairro pobre como momento de incivilidade expressa na sujeira poluidora do crime ali produzido. O perigo representado como elemento impuro e poluidor, ameaçando sair do controle dos dispositivos civilizatórios da cidade.

Após a chacina, o casal agressor se retirou da cena do crime e voltou para casa, onde a polícia os abordou após denúncia anônima feita por um dos vizinhos. Os agressores, exaustos, e ainda acometidos pela vertigem do massacre (KATZ, 2017), não opuseram resistência à prisão e foram conduzidos à viatura policial. O fato logo chegou à imprensa, que bradou a desumanidade de tamanha violência em razão de desentendimentos banais acumulados em uma espiral crescente de mágoas e ressentimentos, e emocionou toda a cidade e todo o bairro onde aconteceu a chacina ao afirmar que os agressores diziam não se arrepender do crime que haviam praticado.

O casal autor da chacina foi levado pela polícia para a delegacia na iminência de ser linchado pelos moradores do bairro, que reagem chocados com o horror da cena do crime descrita pelas rádios da cidade. A incitação à violência pelas rádios chamava os moradores próximos do local do crime a reunirem-se e fortalecerem-se no anonimato da multidão para

uma catarse eufórica de violência mediante um ato final de justificação popular na forma de linchamento. O linchamento pode ser entendido, na perspectiva dos empreendedores morais locais que o incitaram, como um extremo ato regenerativo de uma normalidade normativa cotidiana tida como profundamente rompida pela transgressão de sua dimensão sagrada (GIRARD, 2004).

O bairro do Varjão/Rangel tem se apresentado, cabe enfatizar, como uma cultura emotiva deveras pacífica e de pessoas de bem, tal como enfaticamente afirma qualquer morador em uma conversa informal, seja na fila da compra do pão nas padarias, seja no burburinho do mercado público, ou ainda nas cenas cotidianamente repetidas de crianças, adolescentes, jovens e mulheres que percorrem a extensão do bairro a qualquer hora do dia e da noite. Considerando as formas sociais do bairro tidas como explosivas e problemáticas pelo olhar moralizante da cidade, - tais como mães solteiras, crianças fora da escola, jovens envolvidos em pequenas gangues de “engraçadinhos do bairro”, “rodinhas” de bêbados contumazes em algumas esquinas e mesmo mendigos e pedintes eventualmente mais agressivos, famílias numerosas e endividadas, habitação precária e subemprego, - só resta ao observador externo constatar a paz social, tensionada pelo desconforto da pessoalidade e da co-presença e prenes de vulnerabilidades da experiência enquadrada, que cimenta o cotidiano do morador que se senta na calçada com os amigos e vizinhos, ao entardecer; que estende sua roupa íntima à vista de quem passa pela rua; e que envia seus filhos sozinhos às escolas do bairro.

As Figuras 16, 17, 18 e 19 (p. 105 e 106), abaixo, com efeito, buscam reforçar o argumento etnográfico de que a cultura emotiva e os códigos de moralidade do Varjão/Rangel pautam-se em um uso doméstico intenso dos espaços públicos: da rua, da vizinhança e do próprio bairro como um todo, simbolicamente acionado como argumento moral e de reconhecimento, de solidariedade e de orientação comportamental. A impessoalidade, os códigos igualitários e não hierarquizantes de tratamento e classificação do outro relacional e do lugar, como bem enfatizam os espaços compactos e densamente povoados, aparece como estratégia de desculpa de si e de acusação do outro. Esta ambivalência se expressa também, por exemplo, na nomeação oficial de ruas a partir do patronímico da família Rangel (Rua Souza Rangel, Rua Mourão Rangel, Rua Norma Rangel, Rua Rangel Travassos) em um bairro oficialmente *Varjão*; enquanto que a nomeação oficiosamente associada ao lugar oficialmente *Varjão* aparece nas falas dos moradores como “lá para as bandas do paú”, nas ruas “lá pela Mata”, “na Paulo Afonso”, ou no “PA”, ou mesmo na “área dos engraçadinhos

da OKD”⁵⁸, que muda conforme as pichações são feitas e apagadas dos muros no bairro. Estes elementos ambíguos e ambivalentes de identificação e apropriação do lugar apontam para a complexidade das relações sociais cotidianas de aproximação e distanciamento entre os moradores.

Diferentemente do que postulava DaMatta (1997, p. 14), em sua já clássica hierarquização das modalidades morais-emocionais e cognitivo-comportamentais que organizam os espaços, as temporalidades, os compromissos e até mesmo as sacralidades no cotidiano da cultura brasileira,

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

o morador do bairro, - seja ele tomado como pessoa, como família e como grupo de vizinhos, de crentes, de atividades de lazer, - desempenha sua ação social legítima sob o olhar da vizinhança (KOURY; BARBOSA, 2017), na intercessão entre casa e rua ou, para ser talvez mais exato, na extensão de ambos os domínios, cujas lógicas actanciais se sobrepõem e se reconhecem como cultura emotiva Varjão/Rangel. Com efeito, o bairro, por sua forte vocação comercial e de pequenos serviços, tem na vizinhança e na rua o lugar de trabalho, de religiosidade, de lazer e de estudos do morador, de modo que este se vê cotidianamente envolvido em uma densa trama relacional que atravessa os vínculos e alianças firmados nas escolas, nas igrejas, nas praças, nas instituições para o serviço de saúde e, principalmente, em seu ponto de venda, sua oficina, seu salão e outros.

Ocorre, assim, que, diferentemente da dicotomia casa/rua ou da polaridade pessoa/indivíduo (DaMATTA, 1986; 1997), percebe-se mais, no primeiro caso, uma organização espacial segundo níveis mínimos de privacidade e de segregação de informações e de platéias, mas que, contudo, preserva formatos comportamentais equivalentes aos compromissos interacionais tanto da casa quanto da rua; enquanto que, no segundo caso, o regime interacional e moral de pessoalidade atinge todo o Varjão/Rangel, e aparece, para o morador do bairro, como marca estigmatizante no olhar da cidade de João Pessoa, em cuja lógica de classificações e distinções ele não é visto como cidadão, mas enquanto vetor da

⁵⁸A sigla OKD refere-se à gangue juvenil Okaida, presente em vários bairros da Capital, e em regime de disputa por membros integrantes e por territórios com a gangue juvenil E.U.A. / Estados / Estados Unidos.

cultura emotiva e dos códigos de moralidade da pobreza urbana, lugar de perigos e ainda por civilizar.

Figura 16 – Grupo de crianças, entre 7 e 10 anos, caminhando pela Av. 02 de Fevereiro, após deixarem a Escola Leônidas Santiago, na Rua Vicente Cônego Pimentel.



Fonte: Arquivos do GREM, 2016; Imagem adaptada a partir do google.maps.

Figura 17 – Visão em profundidade de vilas populares na Rua Mourão Rangel. Em geral estas vilas agrupam de quatro a seis moradias, mas um número bem maior de famílias.



Fonte: Arquivos do GREM, 2016; Imagem adaptada a partir do google.maps.

Figura 18 – Visão em perspectiva de casas populares e do uso doméstico da rua e da vizinhança, na Rua Bom Jesus. Em segundo plano, na parte superior esquerda da imagem, aparece a Comunidade Paulo Afonso II.



Fonte: Arquivos do GREM, 2016; Imagem adaptada a partir do google.maps.

Figura 19 – Visão de fachadas de casas, em várias ruas do Varjão/Rangel, em que também são organizados os trabalhos cotidianos do morador como gesso, manicure, vendedor de gelo e vendedor de cerveja.



Fonte: Arquivos do GREM, 2016; Imagem adaptada a partir do google.maps.

O Varjão/Rangel, nesse sentido, enquanto instância moral que se preserva e que se afirma diante das incursões e das invasões burocrático-administrativas e policiais da cidade de João Pessoa, parece não dispor de um grupo de moradores violentos e dispostos à prática ritual do linchamento, em nenhum momento registrada na pesquisa que se fez sobre o bairro. Notícias que remetem à prática de desova de corpos, por sua vez, também são raríssimas e aparecem associadas ao bairro pela proximidade que este tem com a Mata do Buraquinho, reserva ambiental de Mata Atlântica remanescente no centro geográfico da cidade e que conta com pouco policiamento interno⁵⁹.

No caso específico da tentativa de linchamento dos autores da *Chacina do Rangel*, pode-se inferir do contexto interacional e societal em questão, que o ato da multidão em fúria, mais do que de regeneração moral pelo justicamento, tratou-se de uma intervenção moral na cena do crime, - ainda não classificada e associada como *Rangel*, mas sentida como a cidade de João Pessoa a partir de seus lugares tidos como incivilizados e potencialmente violentos, - conduzida pela mídia local que narrava uma cena de horror, enquanto profecia autocumprida de violência urbana e de pobreza como problema social, e chamava o morador próximo, na forma de multidão, para o linchamento do casal agressor como medida de segurança coletiva e de justicamento.

A narrativa do linchamento como ato regenerativo legítimo, desta forma, foi uma construção da mídia da cidade rapidamente comunicada ao morador do bairro e de bairros adjacentes e próximos. As rádios, nesse sentido, atuaram como o empreendedor moral que aponta os males e as transgressões em curso no lugar a ser moralmente retomado. A Rua Oswaldo Lemos, local da chacina, dificilmente seria o palco de uma cena espontânea de justicamento popular como resposta a um surto violento de ruptura de laços entre iguais, próximos e íntimos, como bem sugere os documentos referentes ao processo judicial da *Chacina do Rangel*: todas as testemunhas arroladas para o júri popular, entre os moradores, afirmaram somente sair à rua quando os efetivos policiais já estavam presentes.

⁵⁹Quando, por exemplo, - em um episódio registrado no Diário de Campo, - uma adolescente saída da escola a caminho de casa foi atropelada por um pick-up em alta velocidade na Avenida 14 de Julho, - no início do ano de 2017, - tendo o seu corpo sido arremessado metros adiante, os moradores do Varjão/Rangel não se preparam para o linchamento físico do motorista que, segundo relatos de conhecidos da vítima, dirigia em alta velocidade e conversava pelo WhatsApp, no momento do incidente que resultou em morte. Alguns moradores, contudo, se organizaram por duas ou três semanas consecutivas e protestaram nas calçadas, ora fechando momentaneamente a Avenida 14 de Julho, com faixas e cartazes contra a impunidade do agressor e pela imediata tomada de providências do poder público municipal, que respondeu na forma da instalação de lombadas eletrônicas nos corredores centrais que a cidade utiliza no bairro: a Avenida 02 de Fevereiro e a Avenida 14 de Julho.

Como enfatizado acima, trata-se de uma sociabilidade pautada em laços de sangue, compadrio, reconhecimento recíproco e amizade. Familiares dos agressores, por exemplo, também moravam na mesma rua, à época, assim como amigos de infância, que mais tarde custaram a digerir a narrativa moralizante e mistificadora da mídia em torno do *Monstro do Rangel*.

O crime, contudo, pela sua enigmática combinação de motivação banal e de violência cruel, foi recepcionado pelos moradores próximos, do Varjão/Rangel em geral e bairros adjacentes, como uma profunda quebra de confiança. A quebra de confiança por parte do outro relacional que ultrapassa o costume, a lei ou a moralidade de forma irrecorrível, tornando-se ele, assim, um indivíduo ameaçador, impuro, sujo, perigoso e contaminador, pode vir a se configurar nos contextos mais banais da sociabilidade cotidiana do homem simples, como também configurar atos terríveis de perversão e violência contra o outro. É neste sentido que a vítima do linchamento aparece moralmente classificada pela multidão em fúria como agente do mal, monstro, animal, figura a ser extirpada da comunidade humana e do âmbito do sagrado.

Nas palavras de Martins (2015, p. 69):

O linchamento é a sutura ritual de um rompimento social profundo provocado por um ato violento e violador contra a vítima da vítima, a vítima do linchado, que fere e danifica valores sociais de referência, a sociedade personificada nessa vítima de origem. ...Ou seja, o procedimento (do linchamento) não é puramente inventivo nem meramente reativo. Mas muito mais regenerativo. Ou inventivo no marco de certa ordem referencial de criatividade, daquilo que deve ser propriamente preservado para que a sociedade continue a ser sociedade e, portanto, continue a ser social.

O mesmo entendimento de Martins sobre a função do linchamento ou justicamento popular, expresso, porém, no conceito de mecanismo vitimário, é desenvolvido pela antropologia de Girard (2012), interessada na explicação sócio-estrutural da violência genética da cultura e da violência cotidiana. De acordo com Girard, os processos recíprocos de sociação são entendidos a partir do par estrutural desejo mimético – ciclo mimético, que descreve a produção de sentido e de valor a partir do encontro desejante em possuir o outro e o do outro, como forma de autoconstrução tensa do self e da alteridade.

Nas palavras do autor (GIRARD, 2012, p. 29):

Acreditamos que o desejo seja objetivo ou subjetivo, mas na realidade ele repousa sobre um outro que valoriza os objetos, o terceiro mais próximo, o próximo. Para manter a paz entre os homens, é preciso definir a proibição em função dessa temível constatação: o próximo é o modelo de nossos desejos. É isso que chamo de desejo mimético.

A reciprocidade mimética, - uma vez organizada de maneira circular, ou seja, enquanto ciclo mimético de conteúdos subjetivos que se objetificam gerando novas tensões, - compreende fases de complexificação e de exasperação da rivalidade mimética entre os relacionais, que, mediante estratégias de contágio, conduzem o conflito social para círculos culturais e sociais cada vez mais amplos de medos, constrangimentos, ódios, ressentimentos, invejas, desculpas de si e acusações do outro, reciprocamente direcionados. Esta dinâmica interacional, envolta em uma mecânica social de conflitos, Girard entende como uma reciprocidade mimética destrutiva que gera a *luta de todos contra todos*, ou seja, a discórdia e o desentendimento generalizado, culminando como uma visão do outro como si mesmo, mas moral e emocionalmente insuportável.

A insuportabilidade do *duplo*, - pois o eu e o outro se aproximam paulatinamente até o ponto de suas respectivas indiferenciação e aplainamento moral, - é produto do contágio próprio da interação desejante, de modo que, em uma leitura cooleyana, implica na construção social de selves autoespelhados (COOLEY, 2017) em um contexto de escândalo por disputa identitária. A reciprocidade mimética, assim, é contagiosa por excelência, ou seja, implica na escandalização de condutas que se tornam públicas e exemplares, de modo a produzir sua afirmação no contexto societário.

Girard vê no tabu da gemelaridade uma forma das culturas humanas se protegerem da figura social crítica de enfrentamento dos duplos. Lévi-Strauss (1978), nesse sentido, reforça a noção de duplo como rivalidade mimética a partir do mito do gêmeo bom e do gêmeo mal, presente em vários povos ameríndios. A díade reciprocamente orientada enquanto oposição e enquanto disputa pela primazia social começa já no ventre materno, em competição pela primogenitura. Nas palavras do autor (1978, p. 48):

Quando há gêmeos, ou até mais crianças, no ventre da mãe, o mito reflete normalmente consequências muito sérias, porque, mesmo que só haja dois filhos, as crianças começam a lutar e a competir para decidir quem terá a honra de nascer em primeiro lugar. E uma delas, a má, não hesita em fazer um corte, se é que posso falar assim, para nascer primeiro; em vez de seguir o caminho normal, divide o corpo da mãe a fim de escapar para fora dele.

Como se pode deduzir do mito acima recortado, a maldição das metades reciprocamente orientadas, tão presente no caso dos gêmeos humanos, constitui uma forma arquetípica e mitológica de entendimento do fundamento da socição e da sociabilidade diádica. Fundamento este que se expressa na tensão e na indeterminação do social enquanto valor e código moral construído na dinâmica de sistemas de relações e de interações.

Os gêmeos, compreendidos como o ego e o alter de uma relação complementar ou simétrica, representam o desafio cotidiano de reconhecer-se socialmente a si mesmo e ao outro a partir da interação com o outro, cujo comportamento espelha o do ego, mas o problematiza enquanto diferença e individualidade particular. Nas tramas relacionais das famílias envolvidas no crime de chacina percebe-se um movimento crescente de estranhamentos, de ofensas morais e de animosidades entre os duplos rivais que se valiam de um terceiro elemento (SIMMEL, 2013), também membro da família oposta, para o exercício de acusação jocosa e de desfiguração moral mais agressiva: Moisés e Carlos José, Divanize e Edileuza, e os filhos de cada casal, nesse sentido, alimentavam cotidianamente uma espiral de mágoas e ressentimentos reciprocamente dirigidos.

Conforme consta no Processo Judicial referente à Chacina do Rangel (Processo N° 200.2009.023.125-5, locado no Fórum Criminal, Comarca de João Pessoa, 1° Tribunal do Júri – Chacina do Rangel)⁶⁰:

- Contra-Razões da Apelação de Carlos José Soares de Lima, por parte do Ministério Público:

Folhas 525/527

Argumenta a defesa a existência de animosidade entre o recorrente e uma das vítimas (Moisés), que teria culminado até mesmo em ameaças de morte...

Primeiramente, alegou que a inditosa vítima, no ambiente de trabalho, “lhe aperreava, lhe xingava”. Depois, teria pego uma galinha de sua propriedade e matado, somente para provocar-lhe. Por fim, depois de uma discussão ocorrida entre os filhos de ambos, em que o recorrente deu um cascudo em Priciano, filho da vítima, este o teria ameaçado de morte, evento, todavia, verificado cerca de quinze dias antes dos crimes investigados neste processo.

...

Na hipótese em descortino, o que causou aborrecimento nos acusados foi justamente as “brigas e arengas” entre as crianças, filhos do casal vítima e acusado... que torna o motivo totalmente desproporcional em relação ao crimes, em vista de sua banalidade.

- Relatório da Apelação Criminal de Carlos José Soares de Lima e de Edileuza de Oliveira dos Santos, por parte do Tribunal de Justiça, Gabinete do Desembargador:

Folha 581

Toda querela surgiu pelo fato dos filhos dos ora denunciados e dos do casal Moisés Soares Forte e Divanise Lima dos Santos se apelidarem mutuamente. Como resultado desta prática, que é comum entre crianças e adolescentes, o acusado Carlos José Soares de Lima passou a ser chamado de ‘CEGO’, em referência à sua deficiência visual, o que o incomodava, bem como a sua esposa, a acusada Edileuza Oliveira dos Santos, popularmente conhecida por ‘LEDA’. Já a vítima Priciano

⁶⁰A ação da Justiça, como ator e agente social que acomodou a narrativa midiática da *Chacina do Rangel*, subsumido à lógica actancial da Administração Pública como empreendedor moral e cruzado simbólico, será mais detidamente analisada no capítulo 6 desta Tese.

Soares dos Santos, um dos filhos das vítimas Moisés Soares Forte e Divanise Lima dos Santos, constantemente era alcunhado de 'MACACO' e 'NEGRO SAFADO', dentre outros adjetivos degradantes, humilhantes e com caráter discriminatório.

...por conta desta intriga, Carlos José Soares de Lima já tinha agredido fisicamente Priciano Soares dos Santos com um cascudo... ao que parece, o que motivou a decisão de praticarem os delitos, o que fizeram na forma premeditada, fato batizado pela imprensa e pela sociedade como a 'CHACINA DO RANGEL'.

A gemelaridade, com efeito, implica na experiência paradoxal do duplo e, portanto, do conflito como inerente aos espaços sociais e interacionais. O ciclo mimético, contudo, se perpetua em fases de desorganização e de reorganização da ordem moral, - o que Girard reconhece como o tributo a Satanás enquanto personificação do desejo mimético destruidor e fundante de uma ordem moral dada. O processo de desorganização acontece em uma espiral de sentimentos destrutivos que culmina com a situação-limite supracitada de *todos contra todos* ou, em outras palavras, de falência moral generalizada (OVERING; PASSES, 2000 e 2000a; OVERING, 2000).

Esta situação, ponto alto da performance de Satanás, o grande sedutor e pai da mentira, como príncipe do mundo dos homens, conduziria as sociabilidades humanas à ruptura violenta dos vínculos sociais. Neste ponto máximo de desorganização da normalidade normativa, contudo, ocorre a transformação do *todos contra todos* em um *todos contra um*: o mecanismo vitimário que, na explicação estruturalista de Girard, re-instaura a ordem humana como desejo mimético satânico ou rivalitário.

Nas palavras de Girard (2012, p. 45):

Para entender como e por que o mimetismo que divide e fragmenta as comunidades transforma-se em um mimetismo que as mobiliza e reunifica contra uma vítima única, é preciso examinar o modo pelo qual os conflitos miméticos evoluem. Para além de certo limiar de frustração, os antagonistas não se contentam mais com os objetos que eles disputam. Mutuamente exasperados pelo obstáculo vivo, o escândalo, que agora cada qual constitui para o outro, os *duplos* miméticos esquecem o objeto de sua querela e voltam-se, furiosos, uns contra os outros. É contra o rival mimético que cada um deles irá agora se encarniçar.

Longe de destruir a reciprocidade das relações humanas, esse tipo de rivalidade torna-a mais perfeita que nunca, evidentemente no sentido das represálias, e não no das trocas pacíficas. Quanto mais os antagonistas desejam diferenciar-se, mais se tornam idênticos. É esse movimento paroxístico que é encarado pelos gêmeos inimigos da mitologia, como Rômulo e Remo. É isso que chamo de enfrentamento dos *duplos*.

Os autores do crime de chacina, nesse sentido, tornaram-se, - na narrativa de *Chacina do Rangel* dos empreendedores morais da *cidade oficial* de João Pessoa, - o bode expiatório oportuna e convenientemente construído para uma cruzada moral (GUSFIELD, 1986) pela captura da pobreza urbana e a partir do qual se logrou scandalizar, em um primeiro momento, a multidão de vizinhos que acudiram à cena do crime e que, então, passaram a

definir a situação do crime entre iguais como surto descivilizador e, ato contínuo, a comportar-se condizentemente, isto é, como duplos em um espetáculo de desfiguração moral e desumanização do outro. Nesse sentido, Martins (2015) enfatiza a dimensão pedagógica, portanto pública e coletiva, do linchamento como vendeta reparadora de um processo de anomia resultante de grave transgressão moral.

Esta anomia instalada no espaço societal, - o jogo satânico de exasperação dos desejos miméticos rivalitários até o ápice da desordem social -, síntese de situações de extrema tensão pela indignação, humilhação e ressentimento que ocasiona o ato transgressor, exige uma reparação em forma de rito sacrificial, catártico, que reconduz à ordem moral e cósmica o espaço interacional cujas linhas morais foram ofendidas – o jogo satânico de justificação popular ou o mecanismo vitimário.

Martins discute a dimensão ritual do linchamento de uma perspectiva formal: enquanto cenário onde se distribuem atores específicos, variando quanto à proximidade afetiva da vítima do linchado até a formação da multidão de anônimos, e onde ocorre o espetáculo da violência coletiva na forma de um roteiro padronizado de punição exemplar e reparadora, que restaura as linhas morais rompidas ou ameaçadas pela transgressão do linchado.

Martins chama atenção, neste sentido, para a situação de liminaridade que se instaura no espaço interacional entre a transgressão moral e a conclusão do linchamento. Trata-se de um lapso temporal carregado de sentimentos de medo, vergonha, ira, humilhação, ressentimento e vingança, que motivam a formação súbita de grupos dispostos a linchar em nome de uma identidade coletiva desonrada.

A atualização espontânea deste sentimento de pertença que leva a multidão de linchadores (Martins relata agrupamentos de até 700 pessoas ou mais) aos atos mais violentos contra o outro em processo de destruição simbólica e, muitas vezes, física, volta à normalidade cotidiana rapidamente. Martins, neste sentido, fala dos agrupamentos de linchadores como sociedades provisórias, dispondo de uma memória bastante curta e exercitando o esquecimento como estratégia de evitação em face das contradições e aporias entre a lei, a moralidade e os costumes que orientam a ação social em uma cultura emotiva dada.

Esta dimensão ritual do linchamento, segundo Martins, explica o fenômeno da recriação anômica do social em situações de crise e desagregação social, às quais responde a justiça popular na forma de vendeta pública, mas também o fenômeno da violência fundadora do social enquanto espaço de constrangimentos. Esta análise tem por base o argumento

durkheimiano de que o indivíduo moral somente existe no e para o social: realidade sui generis, exterior e coercitiva, que o reveste enquanto humanidade e possibilidade de liberdade reflexiva no âmbito de um Nós relacional que o constrange e educa moralmente.

O linchamento, enquanto rito sacrificial, se desdobra em um processo de desculpa do *Nós relacional* em face do social mais amplo e de acusação do elemento desviado, operando como estratégia de controle social pelo amedrontamento e envergonhamento do linchado. Este processo de desculpa e acusação de si e do outro reafirma valores familísticos e locais, atualizando, assim, o sentimento de pertença da multidão em fúria como comunidade de interesses, de valores e de destino.

Com base nestes pressupostos teórico-metodológicos, Martins argumenta que o justicamento popular, misto de ódio e vingança, de fúria destrutiva e de ímpeto reparador da ordem moral e cósmica, opera com repertórios simbólicos profundamente enraizados na mentalidade coletiva. Este ethos e visão de mundo perduram enquanto sinalizadores dos meios e fins legítimos da ação social, ainda que residualmente, apesar das transformações ocorridas nas redes de interdependência ou na figuração social de uma sociabilidade outrora fortemente relacional e pessoalizada, - como a do Brasil rural e escravocrata, - e que atualmente se configura cada vez mais como estilo de vida urbano, articulado em códigos mercantis, instrumentais e individualistas, tal como se verifica nas grandes metrópoles nacionais⁶¹.

A tentativa frustrada de linchamento dos criminosos, em razão da presença do efetivo policial, com efeito, impediu, na perspectiva das rádios da cidade que incitavam à violência coletiva, o processo de justicamento em sua dimensão física de violência, mas não foi capaz de estancar aquele processo de cismogênese simétrica (BATESON, 2006) ou, ainda, aquele inusitado Potlatch (MAUSS, 2003) que ora se via transferido para uma dimensão de disputa moral acirrada no campo das subjetividades e das mídias sociais como um perverso *enfrentamento dos duplos*.

As disputas e desfigurações morais, até então exercitadas entre as duas famílias envolvidas diretamente no crime de chacina, eram agora reinventadas na rivalidade entre a vizinhança da Rua Oswaldo Lemos e o casal de chacinadores. No dia seguinte, contudo,

⁶¹Neste sentido, ver o artigo de Koury e Barbosa (2015b) sobre o desenvolvimento de uma sociabilidade mais individualista e mercantil no bairro do Varjão/Rangel a partir dos anos de 1990.

começaria todo um processo ritual em que o enfrentamento dos duplos rivais se daria entre o lugar Varjão/Rangel e a própria cidade de João Pessoa.

Esta situação de enfrentamento dos duplos, caracterizada por uma rivalidade crescente e, em alguns casos, de abarcamento total das personalidades e do grupo, pode ser entendida como resultado da exacerbação e da exageração ritualmente instituída de condutas de reciprocidade negativa, no sentido maussiano de prestações totais de tipo agonístico. Isto significa a instauração, no espaço societal, de um contexto de escândalo generalizado, de modo que a ação transgressora instituinte é capaz de contagiar um número cada vez maior de atores sociais e, por conseguinte, de alastrar-se por questões distintas e distantes do impulso genético que originou a disputa.

Nas palavras de Mauss (2003, p. 192):

Mas o que é notável nessas tribos é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Chega-se até à batalha, até à morte dos chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, chega-se até à destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival que é ao mesmo tempo associado (geralmente avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é claramente o clã inteiro que contrata por todos, por tudo o que ele possui e por tudo o que ele faz, mediante seu chefe. Mas essa prestação adquire, da parte do chefe, um caráter agonístico muito marcado. Ela é essencialmente usurária e suntuária, e assiste-se antes de tudo a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que ulteriormente beneficiará seu clã.

Propomos reservar o nome de *potlatch* a esse gênero de instituição que se poderia, com menos perigo e mais precisão, mas também mais longamente, chamar: *prestações totais de tipo agonístico*.

A análise de Mauss, ainda comprometida com o entendimento de sistemas contratuais de trocas econômicas, com seus correspondentes aportes rituais e cerimoniais de dádiva e dívida, foi capaz de ampliar a importante noção de reciprocidade para o entendimento do social como interação simbólica, indeterminada e tensa (MARTINS, 2005). Mauss, com efeito, se desloca progressivamente do pensamento estruturalista mais rígido da primeira fase de Durkheim, marcada por estudos sobre a coercitividade e a exterioridade do fato social, para aproximar-se dos estudos sobre a construção do social a partir de processos efervescentes de reciprocidade positiva.

Durkheim, em seu esforço para definir o social como dimensão de lógica própria e que determina a ação social individual, entendia a sociabilidade como produto dos fatos sociais (exteriores, gerais, coercitivos), de modo que os processos subjetivos e intersubjetivos, as emoções, estavam inseridos nos mecanismos coercitivos fundantes da ordem social (solidariedade mecânica, no caso da comunidade; solidariedade orgânica, em se tratando da sociedade) e de seus sentidos possíveis. Para Durkheim as emoções se esgotam no social, ao

contrário do que mais tarde postularia Mauss, para quem as emoções compreendem, também, processos psíquicos e fisiológicos.

Durkheim localiza as emoções no social a partir de uma perspectiva macrossociológica e exterior, de modo que o conflito inerente à interação social entre atores sociais concretos, bem como as tensões e negociações nas trocas simbólicas, não são alcançados pelos conceitos de ‘fato social’, ‘categorias de entendimento’, ‘normalidade’ e ‘homo duplex’. Durkheim concebe o indivíduo social dentro de uma totalidade moral, que determina a ação social individual e, conseqüentemente, a experiência e a vivência das emoções.

Tal paradigma foi em parte superado por Durkheim a partir de sua descoberta do simbólico. A definição de fato social como “...maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais” (DURKHEIM, 1995, p. 2) coloca o social como vestimenta do indivíduo que o humaniza no interior de uma comunidade moral, preservada por uma consciência pública, coercitiva e imperativa, que emerge desta realidade *sui generis* que é a sociedade, e que ao dotar este mesmo indivíduo com as categorias de entendimento e de pensamento próprias de uma sociabilidade dada, permite que este seja produzido como ser social.

A associação é, então, o mais obrigatório dos fatos sociais: ponto de partida metafórico para a construção da hiperespiritualidade de que fala Durkheim (1995) enquanto manifestação de uma conformidade moral, lógica e emocional mínima entre indivíduo e sociedade que caracteriza o homem médio, o tipo social normal. Conformidade esta que compõe a humanidade mesma que a sociedade outorga ao indivíduo social como semelhante aos seus pares em um espaço societal, perpassado por discontinuidades que marcam pertencas identitárias e estrutura a lógica societária.

Durkheim (1996, p. 70ss) compreende o indivíduo social como um organismo único e situado, dotado de uma originalidade específica e que constitui o único elemento ativo da sociedade. O autor cunha o termo de homem duplo para resumir a sua noção da relação indivíduo – sociedade: o homem é a um só tempo um organismo de natureza biopsíquica, mas que traz consigo toda a sociedade da qual participa, ainda que inconscientemente, ou seja, todas as emoções comuns, bem como a totalidade das categorias de pensamento e entendimento e as representações sociais que marcam uma cultura emotiva concreta. Na reflexão durkheimiana sobre a relação indivíduo – sociedade: o indivíduo não é negado, mas aparece como organismo e como papel social dotado de uma agência mínima e orientado para

emoções ou sentimentos comuns, operando ainda todo um repertório simbólico de uma cultura emotiva dada.

No entender de Koury (2009), a dimensão simbólica do social foi aprofundada por Mauss no conceito de fato social total, cujo conteúdo abarca a ação e as emoções sociais individuais. Mauss rompe com o discurso de conteúdos generalizantes e parte para a observação de sociabilidades específicas enquanto configuração do social, localizando, neste *topos*, as emoções sociais.

O indivíduo social enquanto homem total é, finalmente, alçado a uma categoria autônoma, de modo que sua ação social se dá na sociedade, mas também enquanto relação com a sociedade. Assim, o indivíduo social específico traz em si o indivíduo social geral sob as pressões renovadoras do conflito inerente às relações do jogo interacional. As emoções tornam-se, por sua vez, muito embora sejam forças coletivas universalmente assentadas, inconscientes ao serem internalizadas individualmente e, ininterruptamente, ressignificadas cultural e socialmente.

Mauss (1921; 1971; 1971a; 1971b; 2003) e Mauss e Hubert (2003) vão além de Durkheim no tratamento das emoções como constructo social, como linguagem e como elo de ligação entre indivíduo e sociedade, bem como na percepção de que a estrutura cognitiva e emocional do homem total se forma em paralelo à estrutura social como fato social total. Tal fica latente na abordagem que o autor faz dos rituais coletivos como espaço de sociabilidade em que sentimentos coletivos atualizados individualmente devem ser obrigatoriamente expressos, mas também ao tratar das técnicas corporais como cristalização de uma etiqueta específica, o que implica na internalização de emoções sociais complexas como a vergonha, humilhação, estigma e pudor, de modo que o corpo enquanto instrumento primeiro na sociabilidade humana aparece como espaço colonizado pelas emoções.

Mauss estende essa argumentação a ponto de demonstrar como o indivíduo social está ancorado em uma cultura emotiva de maneira tal que o seu corpo físico se destrói ante a possibilidade de esgarçamento dos vínculos sociais. Os efeitos da morte sugerida pela coletividade na vida psíquica e emocional do indivíduo, como apresentados por Mauss, colocam um campo de reflexão para a compreensão da vergonha como emoção fundamental em uma sociabilidade dada.

Com efeito, a chacina aqui etnografada como situação-limite, - ou seja, situação social em que as vulnerabilidades interacionais desbordam para processos totais de ruptura de vínculos e de processos de violência física e simbólica, como observado na forma de tentativa

de justificação popular -, deve ser entendida em um contexto definido e interpretado pelos atores e agentes sociais envolvidos como de quebra de confiança e de vergonha-desgraça. Contexto este em que cada ator e agente social, como homem total, participa das tramas relacionais e interacionais da cultura emotiva de uma sociabilidade dada, sendo, assim, atingido pelos processos de escândalo e contágio social das reciprocidades positivas e negativas.

O crime entre iguais, vizinhos próximos e ligados por vínculos de afinidade e parentesco, que se frequentavam mutuamente, nesse sentido, chocou e escandalizou os moradores do bairro em razão da combinação enigmática de violência absurdamente cruel e de motivação banal da ação violenta, entendida de forma imediatista pela platéia que se deparava com os corpos mortos desfigurados naquela cena de horror e que desesperadamente buscava uma forma de retorno à normalidade normativa. O impacto moral e emocional da violência extrema “*chocou a vizinhança toda, geral*”, como enfatizou Dona Neusa, vizinha dos autores da chacina e da família vitimada.

Os processos cotidianos de acúmulo de mágoas, ressentimentos e desentendimentos entre os envolvidos na chacina, e que culminaram, por sua vez, com o desenlace violento fatal de corpos destruídos e de reputações desfeitas, foi desconsiderado na dinâmica processual de acusação e de desumanização dos autores da chacina, potencializada, em um primeiro momento, pela mídia local que insuflava os moradores do bairro do Varjão/Rangel e de bairros vizinhos ao linchamento. Girard (2012), em relação à construção processual da figura da vítima a ser sacrificada em nome da restauração da ordem social, nesse sentido, distingue dois momentos complementares no ciclo de violência mimética, isto é, na micropolítica de ofensas, ressentimentos e desconfianças reciprocamente direcionadas.

O primeiro momento desta violência entre iguais ou de enfrentamento do duplo, como acima discutido, Girard entende como os enfrentamentos cotidianos das tensões inerentes às interações humanas, sempre em estado latente de transformação de pequenos desentendimentos e de desconfianças banais na violência que gera a desordem impessoal e escandalizada. A este momento de impessoalidade e de dispersão, no contexto interacional, dos desconfortos, dos riscos e dos perigos dos contatos humanos, Girard contrapõe um segundo momento de pessoalidade e de imputação acusatorial individualizada pela responsabilidade de uma desordem moral e social generalizada e que exige reparação.

O ciclo mimético de conflito e violência que gera, - de forma impessoalizada e escandalosa -, a desordem moral e a desorganização dos horizontes de expectativas,

transformam-se, ato contínuo, em um mecanismo vitimário de violência regeneradora da ordem mediante a destruição do ator social classificado como vetor da desordem e da transgressão. No caso concreto da *Chacina do Rangel*, o mecanismo vitimário concentrou-se na pessoa de Carlos José Soares de Lima, um dos autores do crime, que passa a ser, no imaginário da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel, o *Monstro do Rangel* ou *Mata Sete*.

Após serem retirados de sua casa, os autores da chacina foram praticamente escoltados, com grande dificuldade, por policiais em uma viatura, da Rua Oswaldo lemos para a delegacia distrital responsável pela área em questão. De acordo com relatos de moradores locais, a situação de quebra da normalidade pôde ser percebida pelos gritos das vítimas em agonia, gerando o alarme mais preocupado de pedido da presença de autoridades policiais no local.

Contudo, somente momentos mais tarde, quando se defrontam com a cena do crime, os vizinhos tiveram acesso ao resultado inesperado da violência. De acordo com um jornal local:

A polícia foi chamada por uma vizinha que ouviu os gritos e pedidos de socorro. Só quando os policiais entraram na casa o garoto de 11 anos que estava escondido debaixo da cama saiu e contou o que aconteceu. Os acusados Edileuza e Carlos foram encontrados pelos policiais dormindo em casa como se nada tivesse acontecido. (CORREIO DA PARAÍBA, 10 de julho de 2009, B1).

No velório da família chacinada, realizado na maior escola municipal do bairro, a Dumerval Trigueiro Mendes, milhares de pessoas foram velar os corpos, chorar e, segundo a mídia, gritar por justiça. A Figura 20 (p. 120), nesse sentido, situa o leitor no momento dramático de despedida pública, principalmente dos moradores do Varjão/Rangel, em relação às vítimas fatais do crime de chacina: *entre comovidos e curiosos*, os moradores seguiam em fila em volta dos caixões enfileirados que, - de acordo com um dos interlocutores desta pesquisa, o G. F., - acomodavam os corpos visivelmente costurados e desfigurados pela violência. A Figura 21 (p. 121), assim, completa o sentido da anterior ao mostrar, em cena seguinte a da passagem de despedida pelos caixões das vítimas fatais, os moradores do Varjão/Rangel tomados pela dor e pelo sofrimento do trauma que lhes acometeu: posicionada ao centro da imagem, uma senhora perde o controle de si e desmaia, sendo amparada pela multidão em choque; enquanto que, no plano superior imediato da imagem, vê-se o então prefeito da cidade de João Pessoa, Ricardo Coutinho, acompanhando pelo à época vereador Zézinho do Botafogo.

A Figura 22 (p. 121), por seu turno, relata a acomodação dos caixões, na viatura dos bombeiros, para o cortejo fúnebre pelas ruas do Varjão/Rangel e do bairro do Cristo Redentor. Não bastasse a imponente da viatura pública, um destacamento de mais de dez bombeiros estava a par da situação, enfatizando a mensagem de apropriação moral e emocional daquele contexto de dor e comoção generalizados, - por parte da Administração Pública enquanto empreendedor moral diretamente provocado pela mídia local a responder ao problema público da *Chacina do Rangel*⁶².

A Figura 23 (p. 122), por sua vez, objetiva situar o leitor na multidão de populares que se formou em frente à escola Dumerval Trigueiro Mendes, - na Rua 14 de Julho do Varjão/Rangel, - para comparecer ao velório das vítimas da chacina. Percebe-se, organizada rente ao muro da escola, a enorme fila que *ia sem fim dobrando a escola*, como frisou um dos informantes da pesquisa, e os olhares atônitos e ainda incrédulos dos populares que tomaram toda a rua, esvaziando-a, inclusive, das habituais atividades ali situadas do Mercado Público do bairro. Chama a atenção, nessa cena, a postura corporal dos moradores, - homens, mulheres, adolescentes e crianças, - de braços cruzados e olhares desconfiados: como que perdidos na multidão e absortos em um processo ainda incomunicável de individuação e reflexividade provocado pelo trauma da dor diante da morte trágica do outro próximo.

A Figura 24 (p. 121), por fim, transporta a atenção do leitor para o momento dramático do enterro das vítimas da chacina: em cova rasa, - sem maiores ostentações cerimoniais e sem quaisquer referências ao evento trágico transformando em *Chacina do Rangel*, - os caixões foram depositados no Cemitério do Cristo, distante somente alguns quilômetros do local do crime e da escola onde ocorrera o velório das vítimas. A imagem dá testemunho da multidão de populares que seguiu a pé o cortejo fúnebre conduzido pela viatura dos bombeiros, engajando-se praticamente em um dia inteiro de despedidas e homenagens aos mortos da chacina.

Cabe ressaltar a intensa midiaticização da movimentação de autoridades públicas e de populares nestes atos cerimoniais de velório, cortejo fúnebre e enterro das vítimas fatais da chacina. De acordo com o blog *O Be-a-Bá do Sertão* (2009), o então governador do estado da Paraíba, José Targino Maranhão,

⁶²O empreendimento moral da mídia local e da Administração Pública, no sentido de apropriação moral e emocional do crime de chacina entre iguais para a produção da *Chacina do Rangel* e de uma consequente ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana da cidade de João Pessoa, será discutido na Parte II desta Tese.

...acompanhou, na tarde desta sexta-feira (10 de julho de 2009), o sepultamento dos corpos de Moisés Soares dos Santos, **Evanize**⁶³ Soares dos Santos e de seus três filhos, todos vítimas de um crime brutal ocorrido na manhã da quinta-feira (09 de julho de 2009), e que chocou os moradores do *bairro do Rangel*, na Capital. Antes de comparecer ao velório, ele determinou ao Corpo de Bombeiros que disponibilizasse uma viatura para transportar os corpos durante o enterro, além do apoio da Polícia Militar.

Ainda segundo o blog acima referenciado,

...cortejo fúnebre foi marcado por clima de forte comoção e, na ocasião, o governador hipotecou solidariedade aos familiares... O sepultamento aconteceu no cemitério do bairro do Cristo Redentor, em meio a muita emoção e revolta da multidão presente.

Figura 20 – Mostra uma cena do ritual de velório das vítimas do crime de chacina transformado no evento espetacular da *Chacina do Rangel*, com grande público, entre comovidos e curiosos. Vê-se um considerável aparato de segurança para a organização do evento, que ocorreu no ginásio poliesportivo da maior escola do bairro do Varjão/Rangel.



Fonte: Foto de Ovídio Carvalho/ON/D.A Press – Arquivos do GREM.

⁶³No clima de euforia gerado pela escandalização e espetacularização da violência banal e cruel entre iguais como narrativa moralizante para o público da cidade, a mídia local buscava produzir em ritmo frenético o enquadramento de cenas apelativas, incorrendo, às vezes, em pequenos erros, como no caso supracitado, em que o nome da vítima fatal *Divanise* foi equivocadamente informado como *Evanize*. A montagem da narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*, portanto, acontecia no calor do momento e com o intuito explícito de escandalização e de espetacularização do trauma então vivido pelo bairro do Varjão/Rangel e pela cidade de João Pessoa.

Figura 21 – Mostra um dos momentos de comoção e catarse da população da cidade durante o ritual de velório das vítimas da *Chacina do Rangel*. Vê-se, no meio da foto, a figura do então prefeito da cidade João Pessoa, Ricardo Coutinho, ao lado do seu vice-prefeito.



Fonte: Foto de Ovídio Carvalho/ON/D.A Press – Arquivos do GREM.

Figura 22 – Mostra o Corpo de Bombeiros posicionando os caixões das vítimas da *Chacina do Rangel* para o transporte dos mesmos para o cemitério no bairro do Cristo Redentor, nas proximidades do bairro Varjão/Rangel.



Fonte: Foto de Ovídio Carvalho/ON/D.A Press – Arquivos do GREM.

Figura 23 – Mostra a grande participação do público no cortejo fúnebre das vítimas da Chacina do Rangel.



Fonte: Foto de Ovídio Carvalho/ON/D.A Press – Arquivos do GREM.

Figura 24 – Consternada, uma multidão acompanhou o sepultamento dos corpos das vítimas.



Fonte: Fotos: Ovídio Carvalho/ON/D.A Press – Arquivos do GREM.

Neste clima de comoção social e de revolta na cidade de João Pessoa, e em que o bairro ainda estava acometido por um forte sentimento de vergonha-desgraça e de humilhação em razão da perda da fachada coletiva do *bairro Rangel* como lugar de pessoas de bem, a polícia local também se aproveitou da situação para criar um argumento moral nessa indignação coletiva, divulgando um vídeo em que Carlos José era torturado em uma cela prisional do Presídio do Róger. A tortura do autor masculino da chacina, divulgado pela imprensa, causou indignação de um lado da sociedade local e nacional, e, do outro, satisfação pelo sofrimento do infligido ao *Monstro do Rangel*.

Figura 25 e 26 – Carlos José Soares de Lima (o *Monstro do Rangel*) sendo torturado por personagens anônimos na prisão. (Fotos retiradas do vídeo “anônimo” divulgado pelo Portal Correio.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=sdCuC8xMU2o> - Arquivos do GREM.

As Figuras 25 e 26 (p. 123) mostram cenas do vídeo em que Carlos José Soares de Lima, o *Monstro do Rangel* ou *Mata Sete*, aparece sendo torturado por funcionários não identificados, que o tratam por *Cachorro*. Nos comentários do vídeo, populares aprovam a ação de tortura, sugerindo, entre outras coisas, um tiro na cabeça do torturado e o uso de óleo fervendo, choques elétricos e alicates como instrumentos para a maximização da dor e do sofrimento do torturado. Ao lado de comentários que desacreditam os Direitos Humanos como estratégia de impunidade, Carlos José Soares de Lima é tratado como *safado*, *verme*, *vagabundo*, *porco* e *palhaço*⁶⁴.

Seu ato de violência extremamente cruel, assim, pela banalidade dos motivos que animaram a destruição total dos vínculos sagrados de confiança e amizade de uma ligação

⁶⁴Vídeo anônimo intitulado “Chacina do Rangel: Morre praga da sociedade”. Postado no You Tube em 16.07.2009. <https://www.youtube.com/watch?v=bQP6T4UuhIk> [Visualizado em 07/07/2015].

quase que familiar, foram classificados como a ação abjeta de um ser ainda mais profundamente abjeto: de um *verme* ou de um *porco* movido por *safadeza* ou *vagabundagem*, isto é, por disposições internas, espirituais ou psíquicas, próprios de uma pessoa poluída pelo *mal* e pela *maldade*. A categoria *palhaço*, que também tangencia as categorias de *safado* e *vagabundo*, remete o personagem Carlos José, - já em acelerado processo de transformação simbólica, moral e emocional de *Monstro do Rangel* e *Mata Sete*, - para o mundo da profanação e da dessacralização do sagrado cotidiano: a violência banal e cruel, nessa leitura, assumia a forma narrativa de uma piada de profundo mau gosto ou, como pontuou uma criança do bairro em conversa informal com o morador, de uma *viagem* inteiramente sem sentido sério.

A tortura de Carlos José Soares de Lima por policiais e por agentes penitenciários, no interior do Presídio, ao ser divulgada em um blog da própria polícia e ter viralizado nas redes sociais, ocasionou duas consequências: a primeira delas foi a de embaraçar a cidade de João Pessoa em torno de uma discussão sobre tortura e desrespeito aos Direitos Humanos nas próprias dependências prisionais do Estado. No caso específico, este configurou o argumento legítimo de um movimento de familiares dos apenados que afirmava serem os maus-tratos constantes e cotidianos, especialmente no Presídio do Róger, e reivindicavam providências imediatas das autoridades públicas e a demissão do diretor do Presídio à época, também acusado de participar de cenas de tortura aos presos. A escandalização midiática da tortura mobilizou entidades jurídicas e sociais, como núcleos de Direitos Humanos, magistrados e a OAB, no sentido de abertura de uma sindicância para verificar a veracidade das denúncias feitas pelos familiares dos presos sobre torturas e maus-tratos e para identificar e punir os autores da tortura de Carlos José Soares de Lima. Essa mobilização culminou com o afastamento do então diretor do Presídio do Róger e com a identificação de mais de oitenta agentes penitenciários envolvidos com práticas cotidianas de tortura.

A segunda consequência deste episódio de violência do Estado a um preso específico diz respeito ao posicionamento do bairro Varjão/Rangel em relação ao episódio da tortura e ao movimento a favor da demissão imediata do diretor do Presídio e dos envolvidos na tortura de Carlos José Soares de Lima, visto pelos moradores do bairro como *Monstro*. Em comissão os moradores foram até o Palácio do Governo, onde foram recebidos pelo Chefe de Gabinete do Governador e apresentaram uma solicitação a favor da permanência do diretor do Presídio do Róger e contra a sindicância de verificação de prática de tortura praticada pelos agentes penitenciários. Os moradores afirmavam que o Carlos José era, de fato, um *Monstro* e que

para um *Monstro* a tortura era pouco e o que ele merecia era a morte. Afirmavam ainda que a população do bairro do *Rangel* era uma população digna e que estava a favor do controle, da punição e até mesmo do extermínio físico de monstros sociais como o Carlos José.

Acometidos pelo acentuado sentimento de vergonha-desgraça e de humilhação causado pela associação do nome *Rangel* ao ato perverso da chacina, amplamente escandalizado e transformado pelos empreendedores morais da *cidade oficial* em narrativa moralizante de acusação, os moradores do bairro buscavam dissociar o nome *Rangel* da prática perversa de crueldade de um monstro, e, por conseguinte associá-la ao nome *Varjão*, que já era, em si, carregado moral e emocionalmente como signo de incivilidade e de violência. Nesse sentido, os moradores se posicionaram na cruzada moral instalada de moralização e de civilização das áreas de pobreza urbana, tidas como lócus de práticas de violência, e, assim, se esforçaram em demonstrar que nem toda pobreza deveria carregar esse estigma. Ao mesmo tempo, estes moradores buscavam retornar à sua luta de dignificação do bairro através da nomeação *Rangel*.

Dias depois, as duas casas onde moravam as famílias vizinhas e aparentadas foram derrubadas por moradores da vizinhança (Figuras 27 e 28, p. 126 e 127). Os moradores foram incitados por um radialista local conhecido nas rádios e nos programas policiais mais sensacionalistas da cidade⁶⁵. O mesmo se deixou fotografar participando do ritual de demolição das casas, inclusive com uma marreta nas mãos (Ver Figura 31, p. 143). Esta mesma figura também aparece durante o enterro das vítimas da *Chacina do Rangel* (Ver Figura 24, p. 125), exercendo forte influência na sensibilização da população da cidade em relação ao evento crítico da chacina e a uma tomada de posição de autoridades públicas e de outros empreendedores morais da cidade para a intervenção direta no Varjão/Rangel.

A casa do assassino, - Carlos José Soares de Lima, que já se encontrava preso no presídio do Róger (Penitenciária de Segurança Máxima da Paraíba), assim como a sua esposa se encontrava na Penitenciária feminina do Estado, - também foi destruída, mas sem a retirada prévia dos bens da família (PBAgora, 2009). Todo um passado de vivências expresso materialmente foi reduzido a escombros, como forma de contenção do elemento poluidor da

⁶⁵Este personagem público, bastante ambicioso no uso do espaço público e no esforço de construção de arenas públicas sobre temas polêmicos do urbano, se coloca atualmente como possível candidato a uma vaga de Deputado Federal nas eleições de 2018. Em sua página no facebook, intitulado *Mofioficial* (uma referência a um termo criado por ele, como contração jocosa de “Meu filho!”), no exercício do jornalismo, aos adolescentes e jovens envolvidos com a criminalidade nos bairros periféricos da cidade de João Pessoa), ele busca promover-se a partir de um enquadramento jocoso, polêmico e provocativo do cotidiano de violência difusa, de medos, de humilhações e de indignações da cultura emotiva da cidade.

chacina, visto como o *Mal* ainda presente no bairro e simbolizado pela casa e pertences do casal agressor.

A residência do casal agressor, tida como espaço tomado pelo mal (*moradia do demônio*), teve sua demolição realizada poucas horas depois do casal ser preso, no mesmo dia da chacina. A casa não foi apenas demolida pelos moradores do bairro, mas também teve seus bens parcialmente saqueados. Estes atos simbólicos foram noticiados pela mídia como evidências e demonstrações do nojo e da repulsa da população local em relação aos criminosos. A localização dos elementos de desordem e de transgressão moral, no caso da *Chacina do Rangel*, atingiu não somente os autores do crime, mas a casa onde moravam e os objetos que a mobiliavam, assim como membros da família extensa de Carlos José Soares de Lima, que passaram a ser constrangidos pelos moradores vizinhos e deixaram a Rua Oswaldo Lemos, onde a tragédia ocorreu.

A casa da família vitimada, por seu turno, foi primeiramente lavada, piso e paredes, e teve seus móveis manchados de sangue retirados para a purificação pelo fogo, conforme a notícia publicada no jornal *O Norte*, de 13 de julho de 2009. No dia 18 de julho a população demoliu a casa em um ritual de orações e de promessa de construção de uma capela naquele lugar.

Segundo notícia da *WSCOM*, de 09 de julho de 2010:

A demolição da casa começou logo na manhã do dia 18 de julho, com clima misto de revolta e comoção. Entre uma marretada e outra, orações eram feitas pelos populares e parentes dos mortos. Amigos das vítimas estiveram presentes e choraram bastante ao lembrar a tragédia, então muito recente. A idéia era que o local se tornasse um local de orações em favor das vítimas de uma das tragédias que mais chocaram a Paraíba.

Figura 27 – Casa dos agressores semidemolida pela população do bairro do Varjão/Rangel e de bairros adjacentes.



Fonte: Foto de Walter Paparazzo G1 – Arquivos do GREM.

Figura 28 – A casa das vítimas foi demolida pelos próprios vizinhos e por voluntários de outros bairros sob a promessa de construção de uma Capela ou Santuário aos Santos Inocentes.



Fonte: Foto de Walter Paparazzo/G1 – Arquivos do GREM.

O episódio de demolição das casas diretamente afetadas e poluídas pela impureza do crime da chacina obedeceu a ritmos e lógicas rituais diferenciadas de apropriação moral de seus recursos simbólicos para a narrativa moralizante de intervenção no Varjão/Rangel. A casa dos agressores, classificada como espaço interdito, *moradia do demônio*, lugar tomado pelo mal, foi alvo da ira de vizinhos e de moradores de bairros adjacentes que acudiram ao chamado da mídia para o *desfazimento* físico da mesma, isto é, para uma ação coletiva que apagasse a presença do *Monstro do Rangel* do lugar.

Percebe-se, na imagem apresentada pela Figura 27 (p. 129), como a casa foi alvo de uma violência destruidora por parte de atores sociais que preferiram se proteger no anonimato e não se permitiram ser associados ao ato simbólico da casa demolida e dos seus bens saqueados, de modo que não se deixaram fotografar. A imagem, com efeito, enfatiza a desordem e o caos de mobílias e escombros amontoados, traduzindo materialmente um ato de desfiguração moral do casal agressor.

Nesse sentido, a intimidade e a privacidade da família que ali habitava, - elementos morais próprios da sacralidade do lar e da família enquanto lugar e agência coletiva fundantes da socialidade primária, - foram intencionalmente desrespeitadas. Este espetáculo público, entendido ainda como parte do contexto de linchamento moral do casal agressor, apontava simultaneamente para o sentimento de vergonha-desgraça e para a situação moralmente

classificada como de falência moral que caracterizavam, então, a cultura emotiva do bairro, a começar pela Rua Oswaldo Lemos, local da chacina. Por outro lado, esta violência espetacularizada apontava, também, para o esforço do morador do bairro em superar este estado social de liminaridade emocionalmente desconfortável instalado, de modo que buscava sinalizar para os empreendedores morais da cidade o seu esforço de restauração da normalidade normativa do Varjão/Rangel.

Turner parte dos conceitos de liminaridade e de *communitas* para fundamentar seu argumento de que a ordem social, tanto na dimensão individual quanto coletiva de sua história, se caracteriza por momentos de afirmação e de negação da normalidade estrutural. O deslocamento de atores nas hierarquias e fronteiras sociais, assim como os momentos provisórios, ritualmente previstos, de inversão simbólica destas mesmas hierarquias e fronteiras, constitui a *dialética do ciclo de desenvolvimento* do repertório simbólico e da própria organização social de uma sociabilidade dada, isto é, são movimentos da própria estrutura. No entender de Turner, indivíduo, sociedade e cultura se organizam em ciclos de transformações que se expandem e se retraem, de modo a se reafirmarem, como bem pontua o autor (TURNER, 2013, p. 99):

De tudo isso, concluo que, para os indivíduos ou para os grupos, a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e de estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. A passagem de uma situação mais baixa para outra mais alta é feita através de um limbo de ausência de status. Em tal processo, os opostos por assim dizer constituem-se uns aos outros e são mutuamente indispensáveis.

A tensão estrutural no drama social, que Turner identifica como o elemento desencadeador do processo ritual tripartite de separação, liminaridade e reintegração porque passa o indivíduo enquanto sujeito ritual em suas fases críticas de deslocamento entre as estruturas sociais e de transformação identitária ou mudança de *status* e papel na vida coletiva, situa o conflito, não a harmonia, no interior da estrutura social. Estrutura esta que se reafirma ritualmente ao re-situar o indivíduo na lógica da ação cultural, subtraindo-lhe, uma vez mais, da condição de individuação e de vivência de uma liberdade no vazio das normas sócio-estruturais, em que se percebe como unidade total de ação vivendo, não ao lado, mas *com* outros seres humanos totais. Este processo de individuação no âmbito dos ritos de passagem da vida social, caracterizados pela liminaridade, ocorre em lapsos temporais breves e cuidadosamente administrados pelo poder da estrutura, uma vez que o indivíduo membro do grupo precisa deslocar-se em cenários diferenciados, problemáticos e complexos da vida coletiva, sem, contudo, perder-se na homogeneidade e no igualitarismo deste limbo social. O

perigo místico e o poder dos fracos, explica Turner, decorre desta propriedade da liminaridade e da *communitas* de comunicar ao indivíduo seu imenso poder de criatividade e de aceitação ou refutação da estrutura social a qual será reintegrado. A comunicação entre as fases, estruturas diferenciadas ou instituições da organização social da vida coletiva, administrada simbólica e ritualmente, não é capaz de purificar a experiência social dos atores em jogo das vivências de marginalidade, ruptura, contradição e paradoxo que são próprias do encontrar-se nos interstícios das estruturas sociais. Nas palavras do autor (TURNER, 2013, p. 125-126):

A condição de membro de um grupo submete o indivíduo à estrutura e aos conflitos inseparáveis da diferenciação estrutural. Contudo, mesmo nas sociedades mais simples existe a distinção entre estrutura e *communitas*, encontrando expressão simbólica nos atributos culturais de liminaridade, marginalidade e inferioridade. ...constituem a “condição humana”, no que diz respeito às relações do homem com seus semelhantes.

No entender de Turner, assim, a dialética estrutura/antiestrutura se instala no social como condição de seu próprio funcionamento como jogo ou drama social construído na interação humana, mas destacado e exterior às individualidades, ainda que as revista com os idiomas rituais e com as lógicas actanciais coletivas. Se, por um lado, o indivíduo se situa no sistema estruturado e diferenciado das posições político-jurídico-econômicas, percebendo-se como ator em um jogo de posições; por outro lado, este mesmo indivíduo se percebe como homem inteiro, nas fases liminares de sua vida social, em que a experiência da *communitas* pode ocorrer, haja vista que passa por um processo provisório de desintegrar-se da normatividade social para, uma vez transformado cultural e socialmente, retornar à mesma.

O insight turneriano⁶⁶ sobre o estado social de liminaridade, nesse sentido, uma vez purificado de seu viés social-estruturalista e interpretado de uma perspectiva simbólico-

⁶⁶Turner, em sua obra *O Processo Ritual* (2013), discute o seu modelo explicativo da relação indivíduo-sociedade e da relação tensa, mas estruturalmente determinada, dos atores sociais em jogo no sistema social de posições. Jogo este entendido a partir da metáfora teatral do *drama social*, que sintetiza o social como processo total de interação e interdependência de elementos, - práticas, crenças e ritos, - culturalmente complexos e mesmo opostos, mas estruturalmente integrados. Trata-se de um modelo influenciado pela tradição explicativa racionalista, estrutural-funcionalista da Escola Britânica de Antropologia Social, da qual Turner fazia parte, seja na sua filiação teórico-metodológica ligada a nomes como Malinowski, Gluckman e Evans-Pritchard, seja no seu esforço de explicar a alteridade com base em recortes temáticos que enfatizem mais a universalidade e a uniformidade das estruturas sociais humanas do que suas diferenças culturais expressas em gramáticas de sentidos locais. Neste sentido, o autor postula a universalidade da mente humana e a identidade de processos cognitivos que articulam as mais diversas experiências culturais já etnografadas. Assim que sua noção de estrutura, diferentemente do que entendia Lévi-Strauss, não alude às formas elementares de pensamento e linguagem, mas ao sistema de posições sociais, - com suas hierarquias e fronteiras, seus direitos e deveres, suas crenças e ritos -, que veste o indivíduo como pessoa no complexo interativo-estrutural coletivo. Com efeito, Turner se propôs a inovar no âmbito da matriz cognitiva de que era tributário ao problematizar justamente a necessidade de o etnógrafo acessar os idiomas rituais das gramáticas locais de sentido e simbolização da vida cotidiana.

interacionista, pode ser utilizado na problematização da experiência do morador do Varjão/Rangel que, em razão da circunstância de apropriação moral da chacina, - sua consequente transformação de problema social em problema público (GUSFIELD, 1981; 1989; 2003), - se vê como homem inteiro e personagem no jogo de disputas morais da cidade. O bairro, capturado por ofensivas civilizatórias (REGT, 2017), pode refletir-se como fachada coletiva que busca sua dignidade e reconhecimento a partir da nomeação *Rangel*, de modo a superar o estado de liminaridade que o processo de sua apropriação moral por agentes externos lhe imputou.

Este processo se deu, por um lado, a partir do momento em que o morador do bairro se viu atingido pela dinâmica de desmoralização e desfiguração social do seu esforço de dignificação do seu lugar de pertença através da nomeação *Rangel*. Dinâmica esta construída sobre o argumento da chacina como ruptura pública da ordem moral da sociabilidade do bairro e que lançava todo e qualquer morador em uma situação liminar de intensa vulnerabilidade interacional motivada pela indiferenciação social e moral quanto às suas posições e hierarquias sociais, ou seja, todos passaram a ver-se e se acharam vistos como *Varjão*, como potencialmente ameaçadores, sujos, perigosos e violentos, devendo explicar-se para o olhar exterior da cidade.

Goffman (2012, p. 534-600) entende por *vulnerabilidades interacionais* as vulnerabilidades da experiência enquadrada, o que significa a possibilidade sempre presente de enganos e manipulações, desentendimentos e mal-entendidos, assimetrias informacionais, expectativas frustradas e quebra de confiança no jogo comunicacional. Desta forma, Goffman chama a atenção para o caráter processual, imprevisível e criativo da ordem interacional, que oscila entre consensos e dissensos circunstancialmente negociados, tensos e conflituais.

As vulnerabilidades interacionais, pensadas principalmente a partir de categorias analíticas goffmanianas (GOFFMAN, 2012a), são também problematizadas com base no que Arendt (2010) entende por *fragilidade dos assuntos humanos*. Fragilidade esta inerente ao mundo da ação e do discurso, ou seja, ao espaço-entre subjetivo que constitui a teia de relações humanas.

No entender da autora:

A ação e o discurso ocorrem entre os homens, uma vez que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente (agent-revealing) mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente “objetivo”, dizendo respeito a questões do mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se intrepõe fisicamente entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Esses interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que inter-essa

[*inter-est*], que se situa entre as pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas. A maior parte da ação e do discurso diz respeito a esse espaço-entre [*in-between*], que varia de grupo para grupo de pessoas, de sorte que a maior parte das palavras e atos refere-se a alguma realidade objetiva mundana, além de ser um desvelamento do agente que atua e fala. Como esse desvelamento do sujeito é parte integrante do todo, até mesmo da mais “objetiva” interação, o espaço-entre físico e mundano, juntamente com os seus interesses, é recoberto e, por assim dizer, sobrevelado por outro espaço-entre inteiramente diferente, constituído de atos e palavras, cuja origem se deve unicamente ao agir e ao falar dos homens diretamente uns com os outros. Esse segundo espaço-entre subjetivo não é tangível, pois não há objetos tangíveis nos quais ele possa se solidificar: o processo de agir e falar não pode deixar atrás de si tais resultados e produtos finais. Mas, a despeito de toda a sua intangibilidade, o espaço-entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de “teia” de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível. (ARENDT, 2010, p. 228s).

Arendt define as qualidades desse espaço-entre subjetivo, em oposição ao espaço-entre físico (assim como Kant define o sujeito em oposição ao objeto), a partir da caracterização que constrói da ação social. Não apenas intangível, a ação acontece na sociação (SIMMEL, 2011), no estabelecimento de relações, de modo que tem um caráter de ilimitabilidade e de imprevisibilidade. A fragilidade inerente aos assuntos humanos é, assim, decorrência da indeterminação do social, sempre aberto aos processos de transformação e manipulação de suas fronteiras e limites, como bem explorado pela tradição etnográfica simbólico-interacionista.

As estratégias de desculpa, de evitação e de preservação da fachada, portanto, tão comuns no cotidiano interacional de uma ordem social em estado de liminaridade, despontam, nesse sentido, no discurso do morador do Varjão/Rangel que utiliza do jogo moralizante do empreendedor moral da cidade sobre o lugar da chacina, - mas não sobre o seu lugar de pertença, - para a partir dele poder estabelecer-se de volta na sua luta pela dignidade do lugar em que habita, o *Rangel*, dissociando-o do lugar da chacina. Assim, este morador participa ativamente das chamadas da mídia e de outros empreendedores morais para a limpeza simbólica do espaço onde ocorreu a chacina, com a destruição da casa dos agressores, vista como demonizada, e com a purificação da casa das vítimas. Adere à ideia de construção de um santuário no local da chacina, e, ainda, vai contra a sociedade civil posicionada contra a cotidianidade de tortura nos presídios da cidade, após a viralização de um vídeo em que agentes penitenciários torturam o agressor considerado como o autor principal da chacina, o Carlos José Soares de Lima, seguindo em comitiva até o governador para solicitar a manutenção do diretor do presídio onde ocorreu a tortura, dizendo que torturar foi pouco e que devia era ter matado o assassino, o *demônio encarnado*.

Todas estas incursões no cenário político que se tornou a chacina tiveram por intenção a separação do lugar de pertença, onde moram, do espaço da chacina, lugar associado ao mal e à maldade. E, com isso, pensaram poder retornar à luta para a inserção do seu bairro, o *Rangel*, na cidade, como um lugar de *gente de bem*.

Esta mesma lógica de ordenamento moral e emocional pela reafirmação da diferença entre o morador do bairro como gente de bem e o morador problemático que mancha e suja a fachada do bairro pode ser exemplificada em contextos urbanos considerados violentos. Nas palavras de Márcia Leite (apud FREIRE, 2011, p. 178):

...empregou-se a expressão “limpeza moral” para caracterizar o movimento cognitivo de certos moradores de favelas que consiste em dissociar os habitantes desses territórios da imagem de “bandidos” ou “quase bandidos”. Esse recurso traduz um esforço permanente de apresentação de si no espaço público, relacionado à forte estigmatização dos moradores de favelas e, por esse motivo, à necessidade de ativar uma “operação cognitiva-lembrete” para não generalizar a identificação dos moradores desses territórios ao banditismo ou à ociosidade: “Se um passado comum e a contigüidade no território aproximam os moradores de favela dos integrantes de alguns membros dos bandos armados (dos ‘crias’ da ‘comunidade’), muito os separa. Em face da expansão e da visibilidade do tráfico nas favelas, nos dias que correm os moradores empreendem um esforço redobrado de ‘limpeza moral’ para diferenciar-se, enquanto ‘trabalhadores’, dos ‘vagabundos’ e ‘bandidos’”.

Nessa lógica de ação discriminadora, o morador do bairro do Varjão/Rangel buscou utilizar o discurso de estigmatização e de vergonha desgraça de que o bairro foi acometido para um esforço de diferenciação entre o lugar da pertença e o lugar da chacina: o lugar do morador de bem do lugar do monstro. A liminaridade, com isso, se situa no contexto situacional e interacional de relações em que o morador entra no jogo do empreendedor moral de intervenção civilizatória no bairro, mas direciona esta intervenção sobre o lugar da chacina, de modo a dissociá-lo da normalidade normativa do *bairro do Rangel*. Trata-se, assim, de uma dinâmica pública de disputas morais em que a liminaridade aparece em seu aspecto duplo de vergonha desgraça e de retorno à luta pela dignidade.

A casa da família chacinada, nesse sentido, foi demolida quando passaram nove dias da ocorrência do crime. Decorrido este lapso temporal, não se verificou qualquer *profanação* do seu ambiente interno, ainda com fortes marcas de sangue e de pedaços de corpos humanos mutilados no exercício da violência ali praticada.

Diferentemente do processo de *desfazimento* físico da casa do *Monstro do Rangel*, a demolição da casa das vítimas foi planejada como um ato coletivo e público a ser executado por parte de atores sociais do bairro e de fora dele que se deixaram intencionalmente reconhecer e registrar. Incitados e influenciados pela mídia da cidade que propusera naquele

espaço a construção de uma capela, estes moradores do bairro e de bairros adjacentes tiveram o cuidado de recolher os pertences das vítimas e de demolir a casa sob a proteção simbólica de orações coletivamente recitadas.

De extrema importância, nesse sentido, foi a benção da Igreja Católica para a realização deste ritual. Ritual entendido como de salvaguarda da humanidade das vítimas fatais da chacina e de retomada moral da dignidade do bairro, na medida em que se operava a transformação simbólica, moral e emocional do lugar do crime, agora em vias de tornar-se um lugar diferenciado justamente pela sua capacidade de distanciar o mal e de inaugurar uma nova narrativa do lugar como abençoada.

Nas palavras da WSCOM, de 18 de julho de 2009:

Orações foram realizadas enquanto a casa era demolida: A construção da capela no local da chacina já recebeu o apoio da Igreja Católica, na pessoa do arcebispo metropolitano de João Pessoa, Dom Aldo Pagotto. A idéia é que o local se torne um local de orações em favor das vítimas de uma das tragédias que mais chocaram a Paraíba.

O episódio de demolição das casas, portanto, deve ser entendido em um contexto societal que extrapola os processos interacionais, - observados no momento enquadrado e oportunamente destacado pelos empreendedores morais da cidade, - de destruição de cada casa: da família vitimada e da família do *Monstro do Rangel*. É nesse contexto societal mais amplo que o silêncio e a ausência da polícia militar em ambas as cenas, assim como a fala de aprovação da Igreja Católica e a participação ativa da mídia da cidade, se apresentam como dados etnografáveis relevantes para o entendimento da cruzada simbólica (BEST, 2015) que está em movimento e busca capturar moralmente o bairro do Varjão/Rangel.

Este contexto societal mais amplo, entendido por Gusfield (1981, 1989, 2003) como o complexo estrutural ou institucional, cultural e histórico de uma sociabilidade urbana dada em que se faz possível a construção de um problema social qualquer e de sua consequente transformação em problema público, configura o espaço de disputas morais em que uma cruzada simbólica processualmente se desdobra. Cruzada simbólica esta vivida no palco interacional cotidiano, em que atores e agentes sociais diversos se digladiam a partir de suas respectivas habilidades de criar e influenciar a definição pública de um problema, escandalizando-o e impondo-o enquanto uma agenda política de ações e de intervenções concretas.

Nas palavras do autor:

...o estudo de problemas sociais (deve estar) mais próximo do estudo de como movimentos sociais e instituições afetam e são afetados pelas interpretações, pela

linguagem, e pelos símbolos que constituem o observar uma situação como problema social. Ao mesmo tempo, necessita-se tomar cuidado para não separar o estudo dos significados do estudo de suas configurações históricas e institucionais.... (GUSFIELD, 1989, p. 439)⁶⁷.

Nesse sentido, a transformação de um problema social em problema político implica em sua apropriação moral em uma formatação narrativa passível de ser apresentada e consumida no mercado público de problemas sociais. Este processo, arriscado e imprevisível, exige um investimento energético considerável por parte de empreendedores morais que mobilizam a sua *propriedade de problemas públicos*, isto é, sua capacidade retórica de justificação de ações em um canal audível e inteligível para uma platéia que se pretende influenciar. A propriedade de um problema público, assim, remete a uma narrativa pública e dramática de um fenômeno, situando-o em contextos sociais e interacionais de experiência e de escolhas.

Best (2015), em sua leitura de Gusfield, enfatiza a importância do contexto societal como possibilidade para o enquadramento cultural de situações socialmente provocativas, o problema social, enquanto problemas públicos historicamente amadurecidos. Enfatiza, ainda, como a *propriedade de um problema público* pode ser perdida por um empreendedor moral, de modo a vir a ser instrumentalizada em outra faixa semântica por atores e agentes sociais moral e emocionalmente posicionados de modo diverso daquele que iniciou a cruzada simbólica. O problema público, portanto, é produto de escolhas feitas no processo transintencional de construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1966; SPECTOR; KITSUSE, 1977).

De acordo com Best (2015, p. 4):

...o reconhecimento da importância do contexto remete a um insight gusfieldiano: de que a construção de qualquer problema social é o produto de escolhas, escolhas sobre o que o reclamante – ou o analista – decide perceber e o que decide ignorar. ...Sua ênfase (a de Gusfield) é a de que todos os problemas sociais podem ser enquadrados em diferentes termos⁶⁸.

O público, assim, remete aos processos de escolha de formas de publicização e de escandalização do problema social que se pretende inserir na agenda política de intervenções

⁶⁷Tradução livre do autor do seguinte trecho: ...the study of social problems closer to the study of how social movements and institutions affect and are affected by the interpretations, the language, and the symbols that constitute seeing a situation as a social problem. At the same time, we need to take care not to separate the study of meanings from the study of their historical and institutional settings. (GUSFIELD, 1989, p. 439).

⁶⁸Tradução livre do autor do seguinte trecho: Recognizing the importance of context leads to a very Gusfieldian insight: that the construction of any social problem is the product of choices, choices about what the claimsmaker – or the analyst – decides to notice, and what to ignore. [...] His point is that all social problems can be framed in different terms”.

e de tomadas de posições. A cidade de João Pessoa, nesse sentido, foi literalmente *ateerrorizada* por um conjunto enorme de casos de violência banal e cruel anteriores à *Chacina do Rangel* e que não foram publicizados pela mídia local no sentido da produção de carreiras morais de escandalização e de espetacularização de problemas sociais com o fito de torná-los argumentos públicos e políticos de cruzadas simbólicas sistematicamente. A formação de públicos e de arenas públicas para o consumo de escândalos intensamente dramatizados, portanto, está associada aos interesses e capacidades reais de empreendedores morais em jogo.

O público, portanto, é um elemento dinâmico e imprevisível da ordem social, formatando-se conforme os deslocamentos dos atores e agentes sociais em jogo comunicacional. No caso etnografado, percebe-se como o bairro do Varjão/Rangel, considerado pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como objeto da cruzada simbólica, aparece, também, como ator e agente social coletivo que busca impor projetos e reafirmar memórias próprias de um lugar de pertença, assumindo a cruzada simbólica como uma narrativa moralizante também sua, mas em sentido contrário.

Ao assumir o discurso de uma cruzada moral fortemente moralizante que busca apropriar-se da pobreza como problema urbano e como questão de controle social, o esforço do morador, no sentido inverso, busca a afirmação de uma dignidade do bairro, enfatizando as fronteiras e hierarquias morais que separam os bons e os maus, o morador de bem e o monstro social. O lugar *Varjão*, assim, está sempre mais além do horizonte do lugar *Rangel*, como uma sombra que se projeta para frente, embaçando os projetos futuros.

A tragédia narrada como exercício de desfiguração moral e moralização do bairro: empreendedores morais em ação

A dinâmica de desfiguração (GOFFMAN, 1988; 2012) dos autores da chacina, ora exercida como busca de justiça e de diferenciação do morador comum da figura do monstro social, ora construída pela mídia da cidade como exercício de pacificação e de moralização do espaço urbano ocupado pelo Varjão/Rangel em João Pessoa, destacou o papel da mídia como empreendedor moral (BECKER, 2008; 2009) que escandaliza a chacina e o contexto público de sua ocorrência. A figura do empreendedor moral aparece no espaço de interações como um catalisador de ações voltadas para a imposição de um projeto coletivo a partir de uma leitura e definição de uma situação dada.

A mídia local, neste sentido, buscou associar a ocorrência da tragédia com a presença do *mal* no bairro. Categoria esta de forte caráter místico-religioso e que aponta para uma

constituição ontológica humana voltada para a maldade no sentido de produção intencional de sofrimento e de dor para o outro relacional.

Este enquadramento da situação permitiu não somente uma mistificação da tragédia para além de seus sentidos históricos, sociais e culturais mais imediatos, mas também uma comunicação espetacularizada com o habitante da cidade mediante um ritual de aterrorização do público em estado de choque moral, e cujo impacto mnemônico no imaginário da população local pode ainda ser percebido (WHITEHOUSE, 1996; 2006). Isto pode ser observado, por exemplo, em um comentário feito em um blog de notícias, o PBAGORA (2009), por um empreendedor moral representante da mídia da cidade, portanto, em que desponta a preocupação desta em integrar os fatos classificados como a *Chacina do Rangel* em um efeito estético que potencializasse o argumento moral de maldade e monstruosidade inerentes ao ser humano.

Nas palavras desse comentarista do Blog PBAGORA (www.pbagora.com.br):

A forma banal com que se desenrolou esse episódio bisonho de nossa crônica policial deixa evidente uma verdade universal: a barbárie está logo a nossa porta [e] monstros existem travestidos de seres humanos, e eles podem explodir em fúria a depender das circunstâncias.

Este exercício de narração da tragédia pela des-historicização dos fatos marca o momento imediato pós-chacina de vivência coletiva do sentimento de vergonha-desgraça e de terror pelo acontecido às vítimas, e, sobretudo, à fachada coletiva do Varjão/Rangel como bairro que se quer apresentar como *Rangel*.

Esta situação de pânico moral, apelo por desculpa pública em relação à cidade de João Pessoa e intenso esforço de dissociação da figura pública do *Monstro* do lugar *Rangel*, aparece com forte tom emocional de indignação moral nos versos de um cordelista ligado ao Varjão/Rangel. Versos estes oportunamente declamados para a mídia da cidade no dia exato da demolição coletiva da casa da família vitimada pela chacina:

Deus nos dê muita energia e força pra relatar/Um fato triste e chocante que fomos presenciar/Num caso sem precedentes/sete vítimas inocentes todas no mesmo lugar/Carlos de tal, o nome do feroz destruidor/Que nem mesmo a si próprio aprendeu a dar valor/Atentando contra as vidas de quem merecia amor/Como é triste o comentário que no Rangel predomina/Relativo ao mau caráter de uma fera assassina/Que por não pensar em Deus fez uma carnificina! (BENTO SOBRINHO, 2009).

A Figura 29 (p. 137), abaixo, com o cordelista Bento Sobrinho em primeiro plano e com uma multidão de populares ao fundo, - todos demonstrando obrigatoriamente sentimentos (MAUSS, 1921) de choque moral em relação à violência banal e cruel, mas

também de muita desconfiança quanto às movimentações dos empreendedores morais da cidade no bairro, e também de respeito e consternação para com a memória das vítimas, - oferece uma vaga ideia do clima de pânico e de falência moral que se instalou no Varjão/Rangel nos primeiros dias que se seguiram à tragédia da chacina. A imagem também chama atenção para como se enquadrava de forma inarredável à cultura emotiva e aos códigos de moralidade do lugar *Rangel* a narrativa, como reza o cordelista, de “um fato triste e chocante” produzido por um “Carlos de tal”.

Figura 29 – Visão de trecho da Rua Oswaldo Lemos tomada por populares, próximo ao local do crime de chacina, no dia da demolição da casa da família vitimada.



Fonte: Imagem retirada do vídeo Chacina do Rangel, postado no Blog do Clilson, em 18 de julho de 2009, <https://www.youtube.com/watch?v=TFi2tl7G4f8> – Arquivos do GREM.

O contexto interacional registrado, com efeito, foi simbolicamente marcado e reforçado por um dia de muita chuva e de intensa movimentação de personagens urbanos destacados representantes da mídia, da polícia, da administração pública e de religiosos da cidade, além de moradores do Varjão/Rangel e de vários bairros vizinhos e até mesmo das cidades-satélites da grande João Pessoa, que acudiram ao chamado público de demolição e *desfazimento* ritual das marcas da violência da chacina na casa da família vitimada. O esforço coletivo dos moradores do bairro parecia ser o de superar aquela situação liminar, como se

observa na Figura 30 (p. 139), pelo apagamento físico da cena do crime e pelo apagamento simbólico de toda uma curva de vida de Carlos José, - morador de longuíssima data no bairro, assim como sua família extensa, - arbitrariamente reduzido à figura de um personagem anônimo expressa agressivamente como *Carlos de tal*.

No cordel supracitado observa-se, assim, um dos autores da tragédia ser classificado como *pessoa sem Deus, mau caráter e fera assassina*. Enfatiza, ainda, o número de vítimas na tragédia (sete), o vínculo de sangue que os unia e a desonra e o descrédito que acometeu o bairro do *Rangel* com esta desgraça sem precedentes que parecia cristalizar-se como uma *temporalidade* permanente, pegajosamente associada ao lugar *Rangel*.

Campos (2013) discorre, - em seu estudo sobre os processos, emocional e simbólico, de invenção e reinvenção da religiosidade popular em um contexto de *cultura bíblica* no urbano contemporâneo da cidade de Juazeiro, - sobre o conceito de *temporalidade* para descrever uma força social efervescente que se instaura episódica, e liminarmente, no social. Força esta que aparece como proposta cultural específica de realização material e simbólica de um mundo social em paralelo a vários outros mundos sociais de normalidades normativas diversas e divergentes.

Essa temporalidade liminar, com efeito, como o *Tempo de Romaria e de Milagres* de que fala a autora, pode ser de tal forma impactante, com seu repertório moral de exemplaridade e contágio emocional, no imaginário local, que passa a ser o elemento simbólico de identificação do lugar em que ocorre, gerando desconforto para o nativo que o vive em suas distintas lógicas actanciais. Faz-se aqui, nesse sentido, um paralelo entre as temporalidades cotidianas de um bairro, com todas as suas tensões, e a temporalidade liminar da narrativa da *Chacina do Rangel* que emerge no discurso sobre o bairro e entre seus moradores.

Percebe-se, portanto, nesse comentário de um artista popular, homem comum do bairro, sobre a tragédia, todo um movimento de comoção do Varjão/Rangel em relação às consequências da associação, por parte dos empreendedores morais da cidade de João Pessoa, da identidade *Rangel* à situação de vergonha-desgraça ali instaurada. Situação esta que passava a desfigurar moralmente o bairro e seus moradores, que se esforçavam em classificar o bairro e a si próprios como *peessoas de bem*, ou *civilizadas*, isto é, moradores do lugar *Rangel*; mas que, a partir de então, passavam a se ver e ser vistas pela cidade de João Pessoa, - através da ofensiva midiática de escandalizar o crime de chacina como *Chacina do Rangel*, - como pessoas suspeitas e poluentes, pois que eram apontadas como os vetores da

temporalidade liminar que teimosamente emergia em qualquer ato de rememoração da tragédia do crime de chacina⁶⁹.

Figura 30 – Visão de trecho da Rua Oswaldo, no local do crime de chacina, no dia da demolição da casa da família vitimada.



Fonte: Imagem retirada do Jornal Correio da Paraíba de 19 de julho de 2009. Arquivos do GREM.

A análise introdutória aqui feita do papel da mídia em relação à chacina remete à noção de Becker (1976) relativa a uma cruzada moral, visando a viabilizar estratégias empreendidas no sentido de eliminação da barbárie advinda de uma sociabilidade violenta e moralmente degradada. No contexto da tragédia, a mídia significou e aglutinou uma série de fatos como *Chacina do Rangel*, construindo para este cenário o personagem do *Monstro do Rangel*.

Ao considerar as estratégias assumidas pela Prefeitura da cidade de João Pessoa e pelo Governo do Estado da Paraíba em relação à chacina, se pode apreender a grande articulação entre agentes governamentais e a mídia, que rotularam a tragédia e o próprio bairro onde esta aconteceu de *bárbara, perversa, monstruosa* e produto de uma ‘sociabilidade violenta e moralmente degradada’, induzindo o modo com que cidade de João Pessoa, “ainda consternada, revoltada e enfurecida” (JUNIOR, 2009) passou a viver com o caso. O que gerou *pânico moral* (YOUNG, 1971; COHEN, 2002; GARLAND, 2008; GOODE; BEN-

⁶⁹Ver Blog do Clilson, em 18 de julho de 2009: <https://www.youtube.com/watch?v=TFi2tI7G4f8> – Arquivos do GREM.

YEHUDA, 1994), tal como registrado por entrevistas com moradores da Rua Oswaldo Lemos publicadas pelo Jornal Correio da Paraíba do dia 17 de julho de 2009, em que se registrou:

...A maioria (dos moradores) pretende se mudar do local.

Muitos argumentam que o clima de tensão tomou conta do local. “Dormir virou um pesadelo para todos nós. Ninguém nunca imaginou que uma tragédia destas pudesse acontecer tão perto da gente, ainda mais por uma pessoa que tinha crescido com todo mundo aqui e não tinha qualquer comportamento agressivo”, disse Minerina de Lima”.

As tensões permanentes experienciadas por um social, em constante remodelação, vez ou outra, geram instâncias nas quais indivíduos e grupos provocam situações ou promovem eventos, sentidos pela sociedade mais ampla (cidade, estado, país) como ameaças aos valores sociais. Situações estas estereotipadas pela mídia que, segundo Cohen (2002), ao lado de agentes religiosos, políticos e outros, promovem entrincheiramentos morais (BECKER, 1976), condenando as situações ou eventos tidos como monstruosos ou moralmente degradados, ao mesmo tempo em que conclamam soluções para o problema.

O cenário do crime foi, nesse sentido, estruturado simbolicamente a partir de um recorte moralizante do bairro e de seus moradores como lugar de pessoas potencialmente perigosas e incivilizadas, de modo que uma nova chacina poderia a qualquer momento revelar outro *Monstro* ainda desconhecido. Essa configuração específica da cultura emotiva de João Pessoa, a partir de fortes sentimentos de medo e de uma narrativa de amedrontamento do homem comum, exigiria da *cidade oficial*, - entendida como poder público municipal e demais instituições cidadãs, - uma reação imediata de controle e contenção social dos riscos e perigos latentes no Varjão/Rangel mediante a ocupação ostensiva do bairro através de um projeto, antes de tudo, de pacificação do lugar.

Essa ocupação ostensiva, ainda que mais performática do que propriamente efetiva, no sentido de administração pública das tensões cotidianas entre iguais, tinha por objetivo criar no bairro uma sensação imediata de segurança e um sentimento progressivo de ordenação moral do lugar Varjão/Rangel de dentro para fora, ou seja, a partir da ação empreendedora e impositiva de uma política de pacificação encabeçada por uma polícia pacificadora. Percebe-se, nesse sentido, um jogo bastante sutil entre os usos legítimos e ilegítimos da violência que reforça práticas, discursos e representações coletivas da desigualdade de classe expressa na ação da mídia local e na administração pública como empreendedores morais.

Durante as incursões pelas ruas do bairro, desde o ano de 2012, foi possível, com efeito, acompanhar as rondas e patrulhas diárias de viaturas e de efetivos a cavalo da polícia militar, cuja postura de posicionamento estratégico de contenção e controle social ocorria, por

exemplo, na forma de *fechamento* das fronteiras do bairro; de tomada presencial de áreas de intensa concentração de moradores, como a Praça da Amizade e o Mercado Público do bairro; e de abordagem de moradores e figuras suspeitas para vistorias efetivas. Essa movimentação de efetivos policiais ainda é, no ano de 2018, bastante intensa e ostensiva em todos os espaços do bairro.

O projeto de pacificação do bairro Varjão/Rangel, tal como articulado pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, - mídia local, Igreja Católica e Administração Pública, - abarcaria também a administração do imaginário da tragédia mediante uma política de memória (RICOEUR, 2007; RÜSEN, 2009) através da construção de uma capela em homenagem às vítimas. Este marco simbólico teria principalmente a função de impedir o esquecimento do evento que desqualificou a reputação moral da cidade e de rememorar permanentemente ao Varjão/Rangel a necessidade de uma vigilância constante do passado a ser superado.

Esta imagem de passado do bairro associada pela mídia à tragédia enquadrrou o lugar como sociabilidade moralmente degradada e exemplificada no crime hediondo e banal que destruiu a vida de sete pessoas de uma mesma família e na figura do *Monstro do Rangel*. A partir deste argumento ganhou força o projeto de construção de uma capela como monumento à paz e aos valores morais da *família paraibana* sobre os escombros da casa demolida da família chacinada. A mídia, assim, articulada à prefeitura de João Pessoa, ao governo do Estado da Paraíba e à Igreja Católica, assumiu uma postura de guardião moral, trazendo para si a missão de mobilizar as atenções da população para uma intervenção moralizadora e saneadora do lugar.

As notícias abaixo registram o papel da mídia local como empreendedor moral e como ator político que articula um projeto de pacificação e memória da tragédia no bairro e na cidade. Nestes textos do noticiário local, abaixo, aparecem os momentos de participação de profissionais da mídia no enquadramento e definição da situação e também no agenciamento de instituições, pessoas e recursos para o desenvolvimento das ideias e da construção do memorial às vítimas da tragédia.

Neste contexto, o próprio radialista mentor da ideia de um monumento à paz mobiliza e comunica o sentimento de vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) associado à situação-limite (JASPERS, 1974) ali instaurada como ofensa pública, - e não somente como desentendimento no âmbito do privado e do íntimo, - *induzindo moradores consternados, revoltados e enfurecidos com a barbárie à demolição ilegal da casa das vítimas*. O mesmo radialista

também participa do ato de demolição das casas (Figura 31, p. 143), performatizando o papel da mídia como empreendedor moral no âmbito das disputas morais que buscavam enquadrar moral e emocionalmente a tragédia e provocar consequências políticas de controle e intervenção moralizante no Varjão/Rangel e, por extensão, em toda a cidade de João Pessoa. O radialista, assim, não somente incita o morador do lugar e de bairros próximos e distantes a *desfazer* a casa da família chacinada para, em seu lugar, erigir uma capela que homenageasse as vítimas do crime, como também desponta em primeiro plano na Figura 31 como protagonista da cena.

A grande maioria dos presentes na Rua Oswaldo Lemos assistiu ao espetáculo de *desfazimento* da casa das vítimas da chacina de forma distanciada: cabisbaixos, de braços cruzados ou com as mãos na cintura, muitos moradores sequer atravessaram a rua para um contato direto com o lugar classificado como foco de impureza moral (DOUGLAS, 1979), de contágio e de poluição da normalidade normativa por elementos impuros, transgressores e sujos.

Nas palavras de Douglas (1991, p. 6-7):

...impureza é essencialmente desordem. A impureza absoluta só existe aos olhos do observador. Se nos esquivamos dela, não é por causa de um medo covarde nem de um receio ou de um terror sagrado que sentimos. As idéias que temos da doença também não dão conta da variedade das nossas reacções de purificação ou de evitamento da impureza. A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio.

As noções de poluição inserem-se na vida social a dois níveis: um largamente funcional, o outro expressivo. No primeiro nível, o mais óbvio, encontramos pessoas tentando influenciar o comportamento umas das outras. As crenças reforçam os constrangimentos sociais: todos os poderes do universo são chamados a garantir a realização do desejo de um velho homem moribundo, a dignidade de uma mãe, os direitos do fraco e do inocente: O poder político é geralmente precário e os chefes primitivos não são uma exceção à regra. As suas legítimas pretensões apóiam-se nas crenças em poderes extraordinários que emanam da sua pessoa, das insígnias da sua função ou das palavras que pronunciam. Do mesmo modo, a ordem ideal da sociedade é mantida graças aos perigos que ameaçam os transgressores. Estes pretensos perigos são uma ameaça que permite a um homem exercer sobre outro um poder de coerção. Mas aquele que o exerce receia também expor-se a eles se acaso se afastar do bom caminho. Estas crenças são uma poderosa linguagem de exortação mútua. A este nível, chamam-se as leis da natureza em socorro do código moral que sancionam: esta doença é causada pelo adultério, aquela pelo incesto; este desastre meteorológico é o efeito de uma deslealdade, aquele o efeito de um acto de impiedade. Sempre que os homens se obrigam uns aos outros à boa cidadania, o universo colabora com eles. Descobre-se assim que certos valores morais são protegidos e certas regras sociais definidas por crenças em contágios perigosos, por exemplo, quando o olhar ou o toque de um adúltero é considerado a causa da enfermidade dos seus vizinhos ou dos seus filhos.

Não é difícil perceber a utilidade das crenças relativas à poluição num diálogo em que cada um reivindica ou contesta um dado estatuto na sociedade: mas estudando

de perto estas crenças, descobrimos que os contactos que se julgam perigosos também transportam uma carga simbólica. É neste nível, mais interessante, que as noções de poluição se relacionam com a vida social.

A Figura 31 (p. 143), nesse sentido, apresenta o enorme fosso entre o morador comum, - do Varjão/Rangel ou adjacências, - visivelmente envergonhado (receoso de possíveis rupturas de vínculos sociais e de ataques à sua fachada individual e coletiva) e embaraçado (incerto quanto à forma de portar-se publicamente); e o empreendedor moral da *cidade oficial*, que posa para o registro público de sua ação como cruzado ou missionário de uma nova ordem moral. Nas palavras do blog MANCHETEPB (2009):

O radialista Emerson Machado, em seu programa diário de rádio, deu a idéia de que fosse feita uma homenagem póstuma as vítimas da “Chacina do Rangel”, com a construção de uma capela no local onde sete pessoas da mesma família foram barbaramente assassinadas a golpes de facão, por Carlos José e sua companheira Edileusa. A sugestão dada por Emerson Machado induziu a população ainda consternada, revoltada e enfurecida com a barbárie ocorrida naquela comunidade, a agirem sob a margem da lei. Inclusive, o próprio Emerson, usou uma marreta para ajudar na demolição da casa, conforme mostra a foto tirada pelo Jornalista Clilson Junior.

Figura 31 – Radialista participa da demolição da casa da família chacinada.



Fonte: MANCHETEPB, 2009.

A cena explorada na imagem da Figura 31 sintetiza, portanto, o empreendimento da mídia local em ação, em sua fase inicial, e em mobilização da sua platéia ou público no sentido da cruzada simbólica que pretendia conduzir para a transformação simbólica e

material do bairro do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa. Bastante ousados e agressivos, alguns destes personagens que operavam canais densos de vocalização de demandas supostamente públicas e de definição da situação tornaram-se marcos referenciais na memória de frustrações e quebras de confiança dos moradores do bairro, ainda sendo atualmente citados em tiradas debochadas e sarcásticas próprias do ressentimento irônico que se cristalizou como postura emocional e moral no Varjão/Rangel, - passados os momentos de maior intensidade das ações interventoras no cotidiano local.

Impressiona, nesse sentido, o quanto estes agentes da mídia local se sentiam emponderados para o empreendimento público e moralizante, de modo que se apresentavam dispostos a enfrentar até mesmo as possíveis consequências da transgressão do sagrado mundano expresso na Lei e nas figuras públicas da Polícia e da Justiça, que tempestivamente se posicionaram no sentido da proibição da demolição da casa das vítimas da chacina, - haja vista ser local e prova material de crime ainda sob investigação e, também, configurar único patrimônio das vítimas sobreviventes da violência ali perpetrada. Não obstante, e como será abordado no capítulo 3 da Parte I desta Tese, o contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental do palco interacional da cidade de João Pessoa em relação à pobreza urbana e à violência difusa era o de intervir e de transformar o cotidiano: pacificar, moralizar, reurbanizar, embelezar e gentrificar consideráveis áreas da cidade fazia novamente parte do discurso modernizante dos empreendedores morais locais.

Este capítulo apresentou a *Chacina do Rangel* como um relato denso, buscando colocar em perspectiva o ponto de vista nativo sobre a dinâmica de produção de sentidos em torno do evento que moralmente scandalizou e contagiou toda a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel. Analisou, também, como a narrativa de apropriação moral e de escândalo de uma situação social específica contextualizada em um mundo emocional-moral dado, o urbano contemporâneo local, foi rapidamente alçada à condição de problema público e político a partir de noções como vergonha-desgraça e quebra de confiança, processos interacionais de cismogênese, justicamento popular, banalidade e crueldade, tragédia e trauma, ciclo mimético da violência, vulnerabilidades interacionais, mal e maldade, entre outras.

Tratou-se de uma abordagem inicial das múltiplas formas possíveis de perceber como o crime de chacina tornou-se gradualmente um argumento moral de reorganização do cotidiano das pessoas com base na questão da banalidade da violência cruel em um cenário de

disputas morais e de imposição de condutas entre a *cidade oficial* e o bairro do Varjão/Rangel: a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Este cenário de disputas morais teve suas equivocções potencializadas a partir do esforço de empreendedores morais da cidade, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, - em capturar simbolicamente este complexo de fatos e discursos sociais e transformá-lo em argumento de tragédia e de ação traumática, cuja explicação estaria centrada na representação da *falência civilizacional* da pobreza urbana e do *mal* encarnado, mas cujo interesse estaria na moralização e pacificação do bairro - e, por extensão, da pobreza urbana da cidade em geral, - para outros fins: econômicos, políticos, morais e culturais, cuja dinâmica de realização poderia ser sentida gradualmente no Varjão/Rangel nos anos seguintes à chacina.

A tragédia da chacina transformada em narrativa moralizante desencadeou uma dinâmica de envergonhamento de toda a cidade de João Pessoa, e, por extensão, do Estado da Paraíba, bem como reforçou o estigma contra o bairro e seus moradores na medida em que desconstruiu o esforço de décadas dos mesmos em dissociar a denominação *Rangel* do contexto *Varjão* de sociabilidade de baixo padrão moral, ainda fortemente sentida no bairro do Varjão/Rangel. Cabe ressaltar que o sentimento de vergonha-desgraça definiu a sociabilidade do bairro no momento da tragédia, quando se instaurou, em razão da intensa midiaticização do crime entre iguais, uma situação generalizada de pânico e falência moral. No discurso nativo performatizava-se uma definição da situação limite da tragédia, - sob intensa provocação da mídia local, - a partir da figura má, sem caráter, do monstro que se revelara entre eles na pessoa tão conhecida, e mesmo estimada, de Carlos José, irremediavelmente transformado em *fera assassina e demônio encarnado*.

Esta situação por pouco não redundou em uma terrível cena de linchamento dos autores da chacina por parte de vizinhos e moradores próximos que, - incitados pelas rádios da cidade que cobriam em primeira mão o cenário do massacre, - acudiam, entre curiosos, consternados e revoltados, para a Rua Oswaldo Lemos, nas extremidades do bairro do Varjão/Rangel. O linchamento físico frustrado seria continuado, contudo, no dia imediato ao da tragédia da chacina no ato simbólico de extirpação do *mal* e da *maldade*, encarnados na figura do *Monstro do Rangel*, com a agressiva demolição da sua casa e com o saque desrespeitoso de seus pertences.

A pressão moral desencadeada pela narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, oportunamente vocalizada como argumento moral de cruzada simbólica, pautou-se exaustivamente em uma estratégia de desfiguração e de desumanização dos autores do crime

de chacina. Estratégia esta que era exercida como argumento moral e como apelo emocional para a busca de justiça por parte dos moradores do bairro, fortemente influenciados pelos empreendedores morais da cidade.

Esta estratégia de desfiguração e desumanização de Carlos José e, mais sutilmente de Edileuza Oliveira, com efeito, era também explorada como oportunidade para o exercício de acusação da pobreza urbana como lugar poluído pela *monstruosidade*, pela *maldade* e pela *degradação moral*. Deste modo, como contrapartida, modulava-se o discurso público de urgência da pacificação e da moralização do espaço urbano e da imagem pública ocupados pelo bairro na cidade por parte de atores e agentes sociais como a Igreja Católica, a Administração Pública e, principalmente, da mídia local, que soube se destacar no palco interacional das relações de equivocações entre a *cidade oficial* e bairro do Varjão/Rangel como um catalisador de ações voltadas para a imposição de um projeto coletivo de intervenção a partir de uma leitura e definição da situação como de falência moral e de ameaça ao processo civilizador da cidade de João Pessoa.

O capítulo, em síntese, buscou discutir e situar no contexto interacional e societal urbano mais amplo o sentimento de vergonha-desgraça, - para os moradores do bairro do Varjão/Rangel e para a cidade de João Pessoa, - gerado pelo enquadramento moral da situação-limite de ruptura de vínculos extremamente engolfados e pessoalizados representada pelo crime de chacina transformado em escândalo, espetáculo e problema público. Este complexo moral e emocional pode ser, então, compreendido não a partir da dinâmica do crime tomado isoladamente e na imediaticidade da produção da sua violência banal e cruel, mas pelo que significou ao esforço conjunto do bairro do Varjão/Rangel em se transformar em lugar *Rangel*, - buscando superar a nomenclatura *Varjão*, tida como fachada moralmente degradada, - como forma pública de identificação.

Ao nomear a *chacina* e o seu *monstro*, um morador antigo e benquisto do bairro, como *Chacina do Rangel* e *Monstro do Rangel*, todo um esforço coletivo de integração moral à cidade de João Pessoa como bairro civilizado e de pessoas *de bem* foi posto em descrédito (KOURY, 2016), desatando, com isso, as reações dos moradores no sentido de preservação da fachada e da reputação coletiva do lugar. Enquanto isso, os empreendedores morais da *cidade oficial*, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, - se mobilizaram para a construção de uma narrativa moralizante a partir do massacre da família vitimada, associando-o a uma *condição putativa* (SPECTOR; KITSUSE, 1977) de sociabilidade moral e emocionalmente degradada e *monstruosa*, ao passo que conduziam processos de escandalização

mediática de cenas da chacina, de linchamento moral dos agressores já presos, de transformação simbólica do lugar do crime e, entre outros, de espetacularização do cotidiano de convivência tensa, - mas cordial e solidária, - do bairro do Varjão/Rangel como lugar de evitação a ser ainda moralmente capturado e civilizatoriamente transformado.

No capítulo seguinte, o processo de transformação simbólica do crime de chacina em *Chacina do Rangel*, - isto é, uma narrativa moralizante de intervenção pública no cotidiano da pobreza urbana da cidade a partir do bairro do Varjão/Rangel, - é retomado da perspectiva do contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa na primeira década do século XXI e, em especial, do ano de 2009, quando o crime de chacina ocorreu. Consolidada como *cultura do medo e do estranhamento do outro como ameaça*, a cultura emotiva de João Pessoa experimentava, então, um intenso movimento de escandalização midiática da violência difusa e organizada, que, de forma bastante interessante, acabou por provocar as sensibilidades da Administração Pública, em ano de pré-campanha política, para a ação interventora na cidade a partir de grandes projetos estruturantes.

Resultado, com efeito, de um processo de tempo longo de formação de sua paisagem humana e urbana a partir de um projeto de modernização conservadora ainda em curso, - tal como já explorado no capítulo 1 desta Tese, - o contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade no tempo da *Chacina do Rangel* era o de sociabilidades urbanas pautadas cada vez mais em processos de privatização das emoções e de consolidação de modos e estilos de vida mais individualistas e melancólicos. Assim como na proliferação de medos corriqueiros relacionados ao encontro com o outro próximo e com o uso dos lugares públicos em um urbano fragmentado, excludente e perpassado pela violência difusa.

O exercício desta nova sensibilidade em um contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental de desconhecimento da alteridade próxima e de vínculos sociais vulneráveis tinha como contrapartida a busca performática de uma segurança ontológica para o *self* em uma dimensão idealmente individual e íntima da existência coletiva. Busca esta articulada, como se verá no capítulo seguinte, no discurso público da privatização da segurança individual e familiar e da criminalização da pobreza urbana, - por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial*, - bem como em práticas de esvaziamento do convívio social nos espaços públicos, por parte de uma população cada vez mais assustada.

2. 3 O contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da *Chacina do Rangel*

O presente capítulo esboça um quadro histórico do processo de organização das sociabilidades urbanas na cidade de João Pessoa nos primeiros anos do século XXI, em especial no intervalo entre os anos de 2005 e de 2016. Deste modo, pretende situar a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* em sua dimensão societal e histórica mais imediata sobre a administração pública e privada do cotidiano de tensões e disputas morais na cidade.

Enquanto o capítulo 1 da Tese contextualizou a evolução urbana da cidade de João Pessoa da perspectiva da produção de sucessivos empreendimentos morais e cruzadas simbólicas pautadas no discurso do progresso e da civilização, ao longo do século XX; este capítulo contextualiza e problematiza, por sua vez, esta tradição político-social de produção do urbano a partir de projetos de modernização conservadora nesse primeiro momento do século XXI. Momento em que, mais uma vez, a pobreza urbana foi capturada por empreendedores morais da *cidade oficial*, mas agora sob o argumento enfático de contenção da violência difusa e da criminalidade organizada.

A pobreza urbana, nesse arco temporal, sofreu uma surpreendente transformação simbólica: de elemento exótico e pitoresco nas franjas do urbano passou a elemento violento e perigoso distribuído praticamente por toda a cidade pretensamente modernizante. As *equivocações* entre a *cidade oficial* e o bairro popular, - lugar estigmatizado como de pobreza, sujeira e violência, - são repostas, nesse diapasão, com base em um repertório simbólico renovado de desculpas e acusações de cada um desses atores e agentes sociais coletivos reciprocamente direcionados.

O olhar em perspectiva da história social, aqui trabalhado, enfatiza o cotidiano dos costumes e das sensibilidades do homem comum urbano em um contexto de mudanças e transformações aceleradas das figurações sociais e dos palcos interacionais em que atualmente se insere. Nesse sentido, a primeira parte do capítulo, intitulada *Violência urbana banal e cruel e empreendedorismo moral*, explora o novo regime de sensibilidades da cultura emotiva da cidade, pautado no *medo do outro* e no *esvaziamento do público*, seja em razão da explosão demográfica que consolidou uma convivialidade de medos e estranhamentos onde até pouco tempo todos de certa forma se conheciam e se reconheciam como moradores da cidade; seja em decorrência de novas violências e novos formatos de usar e se deslocar no urbano mais fragmentado culturalmente e mais fraturado socialmente.

Com efeito, a presente discussão se aproveita do já discorrido sobre o projeto de modernização conservadora da cidade, em vigor desde os primeiros anos do século XX, - tal como apresentado no capítulo 1 desta Tese, - porém também faz uso de um balanço estatístico de notícias mais atuais de jornal, impresso e virtual, sobre questões relevantes para a compreensão do urbano e do urbanismo pessoense no despontar do novo século, tais como as novas qualidades e dimensões da criminalidade e da violência urbana, as novas estratégias de segurança pública e privada e os novos paradigmas da administração pública.

Este terceiro capítulo objetivou retratar aproximadamente, assim, o contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa quando ocorreu o ato de violência banal e cruel do crime de chacina entre iguais, moral e emocionalmente apropriado pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, - como *evento crítico* a partir da denominação deveras estigmatizante, para os moradores do bairro do Varjão/Rangel, de *Chacina do Rangel*. Para tanto, a presente discussão exercitou metodologicamente o olhar retrospectivo sobre a produção da imagem e do discurso público de cidade elaborado pela mídia local, em sentido amplo, para a platéia mais geral e comum de consumidores das fofocas e dos rumores corriqueiramente vocalizados, scandalizados e descartados, na cidade, sob a rubrica de notícia.

A ação pública e política da mídia local, - entendida como performance de empreendimento moral e de cruzada simbólica, - é, nesse sentido, percebida na concretude da sua normal elaboração de pautas e agendas de conteúdo comunicacional, redundando em agregados discursivos de imposições de condutas públicas, haja vista que opera na manipulação de reputações e de fachadas morais. Muito embora o termo mídia local implique uma miríade actancial complexa e diversa, pode-se compreendê-la como um ator e agente social coletivo a partir de uma média ponderada ou de um recorte da sua produção e do seu impacto comunicacional sobre o público estudado, como, no caso, em tela, os moradores da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel.

Este exercício metodológico objetivou, portanto, enquadrar a inserção social da mídia local, - enquanto empreendedor moral destacado nos processo de definição da situação pública e de scandalização do homem comum urbano e de outros empreendedores morais da *cidade oficial*, - na produção de *problemas sociais significativos* e de *problemas públicos* (GUSFIELD, 1986) em *formato mercadoria* (CARVALHO, 2013) para o grande público da cidade, na medida em que buscava perceber a produção sistemática de padrões comunicacionais de notícias a partir de argumentos básicos de formatação dramatúrgica do

real. Com base nesse levantamento de padrões comunicacionais fez-se possível, então, construir uma abordagem compreensiva do contexto moral e emocional que antecedeu e que sucedeu, no âmbito das sociabilidades urbanas da cidade, o escândalo público da *Chacina do Rangel* enquanto narrativa moralizante de acusação da violência difusa, banal e cruel, como *situação-limite* de ruptura da normalidade normativa e da ordem cosmológica local.

Nas linhas e entrelinhas dos jornais impressos de longe mais consumidos *Correio da Paraíba*, *A União*, *O Norte*, assim como de jornais mais tradicionais em formato virtual, como o *GI PB*, o *PBAgora* e o *WSCOM*, e também de blogs de notícias amadores ou semi-profissionais mais badalados, como o *Blog do Clilson Júnior* e o *Blog Diário do Sertão*, foi possível perceber a dinâmica societária de mobilização de redes de contatos em torno de fofocas, rumores e intrigas moralizantes de cunho político, eleitoral, administrativo, religioso, policaresco e econômico-financeiro envolvendo os personagens públicos destacados da *cidade oficial*. Bem como a dinâmica societária de produção da violência em torno dos dissabores, desentendimentos e enfrentamentos no âmbito do banal cotidiano movimentado por apostas de jogo, frustrações com o futebol, perdas e desencontros amorosos, dívidas não retribuídas entre vizinhos e mágoas acumuladas entre famílias. Nesses dois recortes temáticos, tangenciado o lugar do bairro popular e irritando a fachada pública da *cidade oficial*, a *Chacina do Rangel* foi construída como narrativa pública e dramática de carreira moral *sui generis*.

Entendido como um surto descivilizador (ELIAS, 1997), este evento crítico assumiu, - em razão do esforço da mídia local, da Igreja Católica e da Administração Pública, - conotações de ameaça latente aos códigos de moralidade da cidade de João Pessoa. O crime de chacina, assim, foi interpretado como ponto culminante, isto é, como confirmação de uma escalada contextual de violência e de criminalidade em uma cultura emotiva de medo do outro e de esvaziamento do público, de modo que foi sentido como um grave alerta para a necessidade pública de uma ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana e demais grupos sociais tidos como problemáticos para a normalidade normativa no urbano cotidiano.

Violência urbana banal e cruel e empreendedorismo moral

A transformação moral e cognitiva do crime banal e cruel de chacina entre iguais em narrativa pública e moralizante de *Chacina do Rangel* ocorre quando provoca nos empreendedores morais da cidade de João Pessoa, - principalmente a mídia local, - o sentimento de urgência em capturar este contexto de violência urbana em ofensiva

civilizatória sobre a pobreza urbana. Nesse contexto de violência sentida como irracional e como surto descivilizador (ELIAS, 1997; SOUZA, 2013), a *Chacina do Rangel* foi organizada como uma narrativa de ameaça real e imediata à normalidade normativa da cidade, atingida por contágio, e do bairro em que esta foi praticada.

A noção clássica de empreendedores morais, desenvolvida por Becker (2008), entende que a norma ou a regra social constitui o produto ou o resultado de uma iniciativa social arriscada e custosa, que envolve atores e agentes sociais que criam e impõe suas definições de situação e comportamentos que as sustentem. A criação e a imposição de regras, segundo Becker, implicam em processos tensos e ambíguos de desculpa e acusação de si e do outro relacional e revelam o conflito social cotidiano pelo normativamente legítimo, legal e costumeiro⁷⁰.

Em relação à classificação moral da violência banal e cruel entre iguais, - como foi tratada a *Chacina do Rangel*, - ocorrida como um surto descivilizador e como uma séria ameaça civilizacional, as palavras de um jornalista local no contexto imediato ao crime são as seguintes:

A forma banal com que se desenrolou esse episódio bisonho de nossa crônica policial deixa evidente uma verdade universal: a barbárie está logo a nossa porta, não importando os aparentes avanços que a sociedade imagina ter conquistado. (PBAGORA, 2009).

O jornalista alerta enfaticamente para a exemplaridade da *Chacina do Rangel*, classificada como *forma banal*, *episódio bisonho* e *barbárie*. Esse surto banal e cruel de violência, lido como barbárie passível de materializar-se a qualquer momento, a depender da circunstância, é definido como possibilidade onipresente de intensificação das vulnerabilidades interacionais até o limite das rupturas morais e quebras de confiança entre atores e agentes sociais em jogo. A noção de barbárie, com isso, é transposta para todos os contextos da cidade, caracterizando as sociabilidades urbanas, principalmente os bairros periféricos como o Varjão/Rangel, como contextos possíveis de violência gratuita e cruel.

As narrativas morais que conjuntamente formam o argumento complexo da *Chacina do Rangel*, desta forma, caracterizam-se pela sua eficácia simbólica enquanto marcadores de uma temporalidade nova que se quer impor à cultura emotiva do bairro. Ao associar o enigma da violência banal e cruel ao sentimento de pertença de um bairro que se quer civilizado e de

⁷⁰Ver esta discussão sobre legitimidade, legalidade e costume, que abarca também a discussão sobre a violência, em suas formas físicas e simbólicas, em autores como Simmel (1970; 2006; 2011; 2013), Cardoso de Oliveira (2008; 2011) e Riches (1986).

peessoas de bem, - o *bairro do Rangel*, - estas narrativas morais impactaram no sentido do envergonhamento da fachada coletiva dos moradores (GOFFMAN, 2010), pondo em risco todo um esforço, ao longo de décadas, de dissociar a reputação do bairro como espaço de violência e degradação moral.

Esta tese objetiva compreender, como já se vem discutindo ao longo dos capítulos, como uma situação de violência banal e cruel foi oportunamente utilizada para a definição da pobreza urbana enquanto ameaça civilizacional ou como processo de reafirmação de ordens morais a partir da nominação e acusação de um episódio classificado e escandalizado como de desordem e transgressão moral. Trata-se de um esforço em entender a relação tensa de construção de moralidades e de imposição de condutas entre moradores do bairro do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa.

As categorias de análise *banalidade* e *crueidade*⁷¹ são utilizadas na pesquisa como conceitos técnicos, desenvolvidos a partir de reflexões teórico-metodológicas, mas também como referências às noções êmicas e aos sentimentos íntimos dos atores e agentes sociais de alguma forma envolvidos no contexto moral e emocional da *Chacina do Rangel*. Em um amplo levantamento de notícias de jornais da cidade de João Pessoa, realizada para a pesquisa, cobrindo os anos de 2005 a 2016, as categorias *banalidade* e *crueidade* aparecem de forma enfática e extensa em um conjunto de 354 notícias levantadas. Nesse conjunto, verificou-se uma quantidade considerável de notícias de cenas de crueldade gratuita e banais, mas que, contudo, não provocaram empreendimentos morais de controle social e de exemplaridade; pelo contrário, foram imediatamente esquecidas e silenciadas.

A noção de *banal* e de *banalidade*, em relação à violência *cruel* cotidianamente produzida e vivenciada na cidade de João Pessoa, aponta, antes de tudo, para a trivialidade e insignificância deste fato social tido como sem relevância política imediata e como um lugar-comum inerente ao conflito social no urbano contemporâneo. Conflito este resultante da dinâmica perversa própria das sociabilidades urbanas de grande escala em geral.

A banalidade da violência, - expressa na experiência da ruptura traumática de laços sociais e na destruição impotente de corpos, expectativas, memórias e projetos individuais e coletivos, - configura-se, desta forma, como característica do que é comum e corriqueiro para o cidadão que se observa e se sente, por exemplo, como vítima de assaltos e arrastões nos ônibus coletivos; como prisioneiro em sua casa cercada por muros altos e cercas elétricas;

⁷¹No capítulo seguinte estas categorias serão mais precisamente debatidas a partir de narrativas midiáticas de violência cruel cotidiana.

como presa fácil da ação do crime organizado e de suas *cruéis* estratégias de dominação de bairros populares; como apenas mais um corpo baqueado no trânsito congestionado da cidade; como mais um cidadão humilhado pela abordagem desrespeitosa e violenta dos órgãos públicos de segurança e etc.

O conjunto de notícias abaixo retrata, de forma diacrônica, as variadas cenas de violência, vergonha, humilhação e medo que surpreendem o homem comum urbano na volta à casa de ônibus coletivo ou na parada de ônibus, no interior das agências bancárias, no trânsito, nas relações entre bairros, nas ruas e em outras situações cotidianas. No imaginário da cidade, portanto, todos os lugares foram paulatinamente tomados pela expressão da violência banal e cruel e pela cultura do medo.

Grupos organizados de criminosos atuam com armas pesadas, táticas militares, logística de guerra e inteligência profissional no assalto a bancos na Paraíba. (CORREIO DA PARAÍBA, domingo, 23 de janeiro de 2005, B1)

Uma mulher, de 24 anos, desceu do ônibus acompanhada por um amigo que mora no Conjunto Vale das Palmeiras (Bairro do Cristo Redentor, que faz fronteira com o bairro do Varjão/Rangel). Quando passavam em frente ao parque de exposições, foram abordados por um homem armado. O desconhecido os obrigou a seguir até um local esmo. Mandou que a moça tirasse a roupa e a obrigou a fazer sexo anal com ele na frente do amigo. Depois que consumou o ato, o homem foi embora e o rapaz levou a moça, que sangrava muito, à delegacia. Tomado o depoimento o delegado a encaminhou para um hospital, onde foi medicada. (O NORTE, quarta-feira, 26 de janeiro de 2005.)

Em menos de 4 horas, cinco ônibus em João Pessoa foram alvos de assaltos. Um dos assaltos foi cometido por uma mulher armada com faca. (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 10 de outubro de 2009, Capa).

O "clima" no trânsito é de guerra, com um alto índice de acidentes com mortos e feridos. A Paraíba hoje conta com mais de 532 mil carros nas ruas. "Conforme a PRF, no ano passado (2008), o Estado registrou 8.693 acidentes com 3.375 vítimas entre mortos e feridos". (CORREIO DA PARAÍBA, domingo, 04 de janeiro de 2009).

Dois jovens foram mortos na guerra de gangues que disputam ponto de droga no bairro de São José, na Capital. Os crimes aconteceram na Rua Fábio Silveira, conhecida como "Beco da Morte". ...Disputa entre gangues rivais por pontos de droga no bairro de São José matou duas pessoas. Adriane Ferreira de Oliveira, 18, foi morta com 3 tiros. Uma hora depois, um rapaz de 20 anos foi morto, com 2 tiros na cabeça. Outras 3 pessoas do bairro estariam marcadas para morrer. (CORREIO DA PARAÍBA, segunda-feira, 02 de fevereiro de 2009).

Em Manaíra, bairro vizinho ao São José, os moradores estão com medo da violência. Várias residências e prédios possuem forte aparato de segurança. Tal proteção está fazendo que os bandidos optem por assaltos, praticados na chegada ou saída de suas residências, ou nas paradas de ônibus. Carros arrombados também são comuns. (CORREIO DA PARAÍBA, segunda-feira, 02 de fevereiro de 2009).

Homem de identidade ignorada teve a sua cabeça esmagada por uma pedra de aproximadamente 20 Kg. Os moradores da Rua da Alegria (Bairro do Novais) estão aterrorizados com a violência no local, onde brigas e crimes ocorrem todos os dias. (O NORTE, quinta-feira, 30 de julho de 2009, p.10.)

A noção de *banalidade* compreende, ainda, além da noção de violência banal e cruel, em geral, e da violência doméstica e entre iguais, em particular, a fragilidade moral e emocional da construção cotidiana dos laços de confiança e de pertença de uma sociabilidade dada; bem como a sempre latente dissolução destes mesmos laços em face da trivialidade e até mesmo insignificância dos desentendimentos e das manipulações inerentes às vulnerabilidades interacionais próprias do contato entre atores e agentes sociais se deslocando em situações socialmente complexas e de ampla desorganização normativa. Goffman (2012, p. 534-600) entende por vulnerabilidades interacionais as vulnerabilidades da experiência enquadrada, o que significa a possibilidade sempre presente de enganos e manipulações, desentendimentos e mal-entendidos, assimetrias informacionais, expectativas frustradas e quebra de confiança no jogo comunicacional. Desta forma, Goffman chama a atenção para o caráter processual, imprevisível e criativo da ordem interacional, que oscila entre consensos e dissensos circunstancialmente negociados, tensos e conflituais, mas nunca de todo seguros, assegurados e transparentes.

A noção de *banalidade* aqui trabalhada aponta também para a possibilidade de uma interação cotidiana ser utilizada oportunamente como argumento moral para espetacularização e escandalização com propósitos específicos de intervenção em situações e contextos, como, por exemplo, no caso de ofensivas civilizadoras e empreendimentos morais. Nesse sentido, um complexo relacional engolfado, que desborda para a violência cruel, pode ser oportunamente apropriado por empreendedores morais que definem uma situação dada como tragédia, barbárie, violência desumana e etc., assim como exigem publicamente uma cruzada moral em busca de um controle social efetivo sobre o fenômeno causador do desconforto, como, por exemplo, no caso da *Chacina do Rangel*, a pobreza urbana exemplarmente definida como perigosa.

O banal ou a banalidade, nesse sentido, aponta para um enquadramento moral e emocional, por parte da mídia local enquanto narrador legitimado (PARK, 2017a) do cotidiano da *cidade oficial*, de um conjunto de cenários ou de situações em que as vulnerabilidades e as fragilidades dos vínculos humanos são apresentadas como acontecimentos trágicos e impactantes, mas, na grande maioria dos casos, como tão somente mais um dado trivial e insignificante a constar na complexidade e na polissemia que caracterizam as disputas morais e os conflitos sociais no urbano contemporâneo. Verifica-se, nesse sentido, um padrão recorrente de notícias de impacto imediato, mas formatadas como relatos breves e superficiais dos horrores e das tragédias produzidas pelo homem comum em

interação com os seus pares ou na posição de vítima do poder estatal ou de agrupamentos urbanos tidos como criminosos e perigosos.

Essas notícias, ainda que tenham uma forte conotação apelativa no sentido de provocar indignação, raiva e sofrimento social, não geram um interesse maior por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial*, de modo que os sentimentos que suscitam parecem emergir e submergir nos espaços privados de convivência, enquanto fofoca diária sobre o caos moral e a desorganização normativa que povoam o imaginário do homem comum sobre a cidade. Os casos corriqueiros de violência doméstica reportados pela mídia local, com efeito, impactam fortemente na cultura emotiva da sociabilidade urbana de João Pessoa e do Estado da Paraíba, como atestam os movimentos sociais e também as conversas informais e silêncios articulados pela e na cidade.

A banalidade motivacional e a crueldade de execução da violência são sempre elementos destacados nessas notícias diárias em que casais se desfazem, amizades são rompidas e famílias destruídas. Contudo, estas cenas de vulnerabilidades e fragilidades interacionais que espiralam para situações limites de quebra de confiança e de vínculos sociais não logram, por si, superar a classificação moral da violência doméstica cotidiana como problema privado.

As notícias abaixo, nesse sentido, apresentam cenários de violência banal e cruel que não foram processadas pelos empreendedores morais da *cidade oficial* enquanto problema público⁷², político e moral (GUSFIELD, 2014) capaz de provocar e mobilizar as redes de interdependências em que se situam. A primeira retrata uma cena de violência tipicamente doméstica, enquanto que a segunda se passa no âmbito pessoalizado da vizinhança; ambas tratadas no âmbito do privado, apesar de seus potenciais de se tornarem públicas, isto é, de publicização moral e política.

Discussão entre casal acaba em violência. A mulher, 33 anos, grávida de dois meses, foi assassinada a golpes de marreta pelo marido. O casal tinha cinco filhos em comum. Arrependido o criminoso se entregou. "Cícero João contou que sua companheira não dava motivos para ciúmes, mas culpou a sua cunhada pelas constantes brigas que ocorriam entre o casal. "A gente vivia muito bem, mas ela ficava fazendo fuxico e, por isso, tinha discussão. Durante esta briga ela jogou a marreta em mim e eu peguei e, sem pensar, comecei a bater nela também. Não sabia o que estava fazendo. Não tenho vícios e nunca imaginei fazer isso com ninguém,

⁷²Gusfield (2014) diferencia os conceitos de público e de social, definindo o público como a esfera transparente e em disputa política e moral, do social; em contraste com a esfera privada e não publicamente politizada, do social. Nesse sentido, o autor distingue entre problemas públicos, já alçados ao debate político e moral; e problemas sociais, cuja vocalização e visibilidade públicas podem ocorrer. O público pode ser entendido como os processos de publicização e como o horizonte da ação pública e política.

muito menos com alguém que eu amava tanto", disse". (CORREIO DA PARAÍBA, quinta-feira, 10 de setembro de 2009, B6).

"O desempregado Geraldo da Silva, 44, foi assassinado com tiros na cabeça e no abdômen, porque pediu R\$ 1,00 emprestado a um vizinho, na cidade de Sousa, no Conjunto Frei Damião. O crime ocorreu por volta das 9:00 horas de ontem (02 de março de 2010) e chocou a população pelo motivo banal. O suspeito foi identificado pela Polícia Civil como sendo o vigilante José Carlos Batista, conhecido pelos moradores como Dudé. O acusado, além de não emprestar a quantia, ainda tentou colocar fogo na casa da vítima". (CORREIO DA PARAÍBA, 02 de março de 2010, B5).

A representação midiática dos casos de violência acima expostos segue um mesmo modelo padronizado de representação do socialmente banal, desde uma perspectiva interacional, enquanto evento privado e politicamente inconsequente, que permanece como imagem cristalizada e liminar da banalidade e da crueldade das ações e interações humanas cotidianas.

No caso da *Chacina do Rangel*, a banalidade e a crueldade da violência, por mais enigmática que tenham parecido ao homem comum, tornaram-se politicamente interessantes na formação de uma agenda política de intervenção sobre o bairro do Varjão/Rangel e sobre a cidade de João Pessoa. A espetacularização da chacina pela mídia local retirou esse episódio específico da crônica policial da cidade do conjunto de cenários e situações triviais e insignificantes e o transformou em um caso específico a ser *exemplarizado*: uma situação-limite que desborda para a destruição dos vínculos sociais e para o desordenamento simbólico de uma cultura emotiva dada.

Diferentemente dos casos elencados em que Cícero João, personagem anônimo e homem comum, ataca à sua mulher, - grávida de dois meses e já mãe de cinco filhos seus -; e em que o desempregado Geraldo da Silva é assassinado com tiros na cabeça e no abdômen por pedir um empréstimo de R\$1,00 ao vizinho, a *Chacina do Rangel* foi socialmente processada como um evento de frustração e de quebra de projetos coletivos e de desfiguração de uma fachada de “*bairro bom de se morar*” e de “*cidade pacata e civilizada*”. A exemplaridade da violência banal e cruel, no caso da chacina, foi construída como um argumento de desordem moral e, imediatamente, como uma dinâmica contagiosa de humilhação e de vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) a partir da ação pública organizada por empreendedores morais da *cidade oficial* em um projeto de ofensiva civilizadora (REGT, 2017) sobre a sociabilidade urbana da cidade de João Pessoa.

A violência entre iguais produzida naquele fatídico dia 09 de junho de 2009 envergonhou a cidade e o bairro, no sentido da degradação pública de um status real ou imaginariamente adquirido como lugar pacificado, mas que fazia parte de um consenso

publicamente estabelecido. Também os humilhou enquanto instâncias coletivas, no sentido da destruição de uma pretensão publicamente posta.

Nas palavras de Miller (1995):

Uma das distinções mais salientes entre vergonha e humilhação é que, na raiz, a humilhação depende da deflação da pretensão. Embora tanto a vergonha como a humilhação produzam o efeito do rebaixamento moral, ao contemplar a vergonha o observador mais provavelmente será movido para a piedade do que para a alegria. Em um sentido áspero, mas muito crucial, a vergonha envolve justiça trágica, já a humilhação desencadeia a justiça cômica. A vergonha é o material da seriedade e da austeridade, enquanto a humilhação muitas vezes participa da farsa e do engodo; tal é o caso, pelo menos, da perspectiva de terceiros. (MILLER, 1995, página 137-138)

⁷³.

Ao contrário da vergonha, a humilhação pode atravessar os limites fechados do grupo de honra. Na verdade, a humilhação é a experiência emocional de ser pego inadequadamente atravessando as fronteiras do grupo na direção de um território em que não se tem negócios a tratar. Se a vergonha é a consequência de não viver o que devemos, então a humilhação é a consequência de tentar viver no contexto em que não temos direito para tal. (MILLER, 1995, p. 145)⁷⁴.

A escandalização e a espetacularização da chacina, lida através de Miller (1995), humilhou e envergonhou toda uma população porque não somente foi moralmente classificada como uma transgressão extrema do que se deve e não deve fazer, mas também porque revelou e desfez uma pretensão pública. O crime bárbaro, banal e cruel, foi sentido como uma forte mensagem de falência moral e de surto descivilizador generalizados, provocando fortes sentimentos contagiosos de humilhação, pena, indignação e embaraço, além de um silêncio pesado, no bairro do Varjão/Rangel, sobre o ocorrido; ou ainda como a prova de um processo civilizador incompleto e mal sucedido, de modo que a construção de um habitus civilizado deveria ser urgentemente iniciada (ELIAS; 1993; 1997; 2009; 2009a; 2011).

A exemplaridade da violência banal e cruel expressas na narrativa pública da *Chacina do Rangel*, nesse sentido, foi largamente utilizada pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como argumento moral de justificação de uma ofensiva civilizadora sobre a cidade e,

⁷³Tradução livre do autor do seguinte trecho: One of the most salient distinctions between shame and humiliation is that, at root, humiliation depends on the deflation of pretension. Although both shame and humiliation work by lowering, in contemplating shame the observer is more likely to be moved to pity than glee. In a rough, but very crucial sense, shame involves tragic justice, humiliation comic justice. Shame is the stuff of high seriousness, while humiliation often partakes of farce and fabliaux; such is the case at least from the perspective of third parties. (MILLER, 1995, p. 137-138).

⁷⁴Tradução livre do autor do seguinte trecho: Unlike shame, humiliation can run across the closed boundaries of the honor group. In fact, humiliation is the emotional experience of being caught inappropriately crossing group boundaries into territory one has no business being in. *If shame is the consequence of not living up to what we ought to, then humiliation is the consequence of trying to live up to what we have no right to.* (MILLER, 1995, p. 145).

especificamente, sobre a pobreza urbana, definida, a priori, como incivilizada. Este projeto civilizatório, por extensão, foi também mobilizado como argumento moral de justificação de um castigo público exemplar para os autores da chacina, como performatização da contenção social da incivilidade e da violência na cidade. O recurso à exemplaridade, como espetacularização da violência banal, - muitas vezes produzida como repetição do elemento cruel de desfiguração e de destruição do outro, - tinha o intuito da coação social de uma platéia de personagens anônimos, pensada como indomável e, portanto, imprevisível.

Os empreendedores morais da *cidade oficial*, nesse sentido, apressaram-se em capturar moralmente o evento como traumático e como problema público, organizando todo um processo de envergonhamento da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel, de modo a poder mobilizar a exemplaridade da violência, e do castigo violento, como recursos pré-modernos para uma ofensiva civilizatória de modernidade sobre um contexto violento e, portanto, ainda por pacificar e civilizar. A mídia local, - enquanto empreendedor moral, - mobilizou a população, que intensamente vivia o espetáculo da *Chacina do Rangel*, para a justificativa do uso do castigo público⁷⁵ e da condenação exemplar dos autores da chacina como forma de desculpa de si e de salvaguarda da própria fachada, fortemente constrangida e envergonhada a afastar-se de qualquer associação aos autores do crime, sentida como uma transgressão moral irreparável.

Este processo de atribuição de estigmas e de envergonhamento do outro, tido como problemático, perigoso, violento e, em última instância, como monstro, implica na mobilização de recursos materiais e simbólicos para a definição da situação (THOMAS apud HANNERZ, 2015; THOMAS apud JOAS, 1999) e para a construção de objetos sociais (BLUMER, 2017) condizentes com essas práticas. A situação social e os objetos sociais, portanto, perfazem momentos centrais de uma narrativa de si, do outro, das existências em reciprocidade de condições e, por conseguinte, do mundo social.

A situação social constitui o contexto interacional de expectativas recíprocas, em que uma realidade social estabelecida por acordo *ad hoc* entre aqueles que a definem aponta, mediante pressões poderosas, para as expectativas e para as respostas a serem desenvolvidas de uma perspectiva individual, de modo que implica em uma trama de significados cooperativamente urdida por atores e agentes sociais em jogo interacional (BERGER, 2001, p.

⁷⁵Ver a discussão sobre a exemplaridade do castigo violento como recurso de contenção social, no processo de passagem para a modernidade, em Foucault (1986). Sobre esta discussão ver, também, a teoria do processo civilizador, de Elias (1993; 1994; 2011), e da racionalização da vida coletiva, de Weber (1947).

107 e 141). A definição da situação conforma o horizonte de possíveis ações e posturas presentes do indivíduo, assim como a sua própria personalidade (THOMAS, 1923, p. 42), como bem afirmou Thomas em sua célebre frase: “Se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1928, 571-572).

Os objetos sociais, por sua vez, compõem a mobília desse real definido em processos reciprocamente direcionados de construção de situações sociais. Nas palavras de Blumer (2017, p. 16), assíduo leitor de Mead e um dos expoentes da tradição simbólico-interacionista:

De acordo com Mead, o significado da produção de auto-indicações é de fundamental importância. A importância reside em duas linhas. Primeiramente, indicar algo implica em extraí-lo da sua configuração, em retirá-lo para o lado, em atribuir-lhe significado ou, em linguagem meadiana, em transformá-lo em um objeto. Um objeto, - isto quer dizer, alguma coisa que o indivíduo indica a si mesmo -, é diferente de um estímulo; ao invés de possuir um caráter intrínseco que atua sobre o indivíduo e que pode ser identificado independentemente ao indivíduo, seu caráter ou significado é atribuído pelo indivíduo. O objeto é um produto da disposição individual para agir, ao invés de ser um estímulo antecedente que evocasse a ação. Em vez de ser o indivíduo rodeado por um ambiente de objetos pré-existentes, que atuariam sobre ele e que conduziriam seu comportamento, a imagem em si deste ambiente constitui uma construção de seus objetos em consonância com suas atividades em desenvolvimento. Em algum de seus incontáveis atos, - indiferente se um ato menor, como o vestir-se, ou maior, como organizar-se para uma carreira profissional -, o indivíduo designa diferentes objetos para si mesmo, atribuindo-lhe significados, julgando a adequabilidade destes em relação à sua ação, e produzindo decisões com base em sua apreciação e valoração do mundo. Isto vem a ser o significado do ato de interpretar ou agir de acordo com o uso de símbolos.

A segunda importante implicação do fato de que o ser humano produz auto-indicações consiste em sua ação ser construída ou desenvolvida, ao invés de ser um mero reflexo a estímulos externos. Indiferente a ação na qual está engajado, o indivíduo humano procede auto-indicando a si mesmo as coisas divergentes que devem ser levadas em consideração no curso de sua ação. Ele tem que perceber o que ele quer realizar e como ele o quer realizar; ele tem que auto-indicar a si mesmo as várias condições que podem ser instrumentais à sua ação e aquelas que podem obstruir sua ação; ele deve considerar as exigências, as expectativas, as proibições e as ameaças que podem surgir na situação em que ele organiza o agir. Sua ação se acumula passo a passo mediante tal processo de auto-indicações. O indivíduo humano compõe parte por parte e conduz sua ação no exercício reflexivo de considerar as diferentes coisas e interpretá-las segundo seus significados atribuídos em relação à sua ação prospectiva. Não há instância da ação consciente em que esta assertiva não seja verdadeira.

A *Chacina do Rangel* encarada a partir de noções como situação social e objeto social, indica um momento síntese, reflexivo e incidental de produção de sentidos e de histórias que se contam e impactam na vida coletiva. Essa narrativa integrada de escandalização da violência cotidiana, sempre latente nas sociabilidades urbanas modernas, constitui um considerável esforço de enquadramento moral-emocional e cognitivo-comportamental de situações tidas como trágicas e traumáticas (KOURY; BARBOSA, 2016), perfazendo, com

isso, uma agenda política, uma cruzada moral e uma projeção de futuro sobre o bairro do Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa.

A problematização da narrativa em forma de tragédia construída sobre um crime entre iguais destacou a questão da banalidade da violência cruel em um cenário de disputas morais. Cenário este que se conformou a partir do esforço de empreendedores morais (BECKER, 2008) da *cidade oficial* em capturar simbolicamente este complexo de fatos e discursos sociais e transformá-lo em argumento de tragédia e de ação traumática, cuja explicação estaria centrada na representação do mal (ALEXANDER, 2003; RÜSEN, 2009), mas cujo interesse estaria na moralização e pacificação do bairro (e da pobreza urbana em geral) para outros fins.

Fins estes políticos, econômicos, morais e culturais mobilizados no projeto de apropriação moral da tragédia que, no caso específico aqui trabalhado, podem ser abrigados na rubrica *segurança pública*. Esta deve ser entendida como um conjunto amplo de ações intervencionistas do Estado, contando com forte apoio de outros empreendedores morais da *cidade oficial*, como a mídia local, a opinião pública e as igrejas, no sentido de, - aproveitando-se do medo generalizado e difuso, próprio da cultura do medo (KOURY, 2008) que se desenvolveu exponencialmente na cidade de João Pessoa desde a década de 1970, - imporem um discurso de hierarquização de civilidade e de regiões morais (PARK, 1925) na malha urbana, estigmatizando bairros e comunidades populares como incivilizados e problemáticos.

A noção de *segurança pública* tornou-se a grande bandeira de uma ofensiva civilizadora por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial* sobre a pobreza urbana concentrada nos bairros populares. Em 16 de Julho de 2009, por exemplo, o governador do Estado anuncia a compra de cem novas viaturas para intensificar o combate à violência urbana (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de Julho, A3). Passados alguns meses, o Estado apostava no conceito de Polícia Pacificadora⁷⁶, realizando a chamada Operação Asfixia, com o intuito de, não somente frear os focos de “violência e tráfico de drogas”, mas, e mais importante, passar aos moradores do bairro e da cidade a mensagem de tranquilidade e

⁷⁶O termo Polícia Pacificadora vem sendo amplamente discutido por pesquisadores que se debruçam sobre o tema da violência urbana, da criminalidade, da segurança pública e da gestão governamental ou mediante projetos de governança e populares da pobreza urbana. O termo Polícia Pacificadora é bastante amplo e envolve experiências distintas e multisituadas no âmbito da política de pacificação de territórios e de gestão de populações em diversas cidades brasileiras. A discussão sobre a Polícia Pacificadora no processo de apropriação moral da *Chacina do Rangel* será apresentada no capítulo 6 da parte II desta tese. Ver: Feltran (2012), Machado (2017), Machado da Silva (2014; 2015) e Risek (2013).

pacificação (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de março de 2010, B6). Segundo o Comandante Geral da Polícia Militar:

"...O nosso maior empenho é a instalação da Polícia Pacificadora, que eu poderia citar como a grande sensação do momento, já que leva não só segurança para o(s) bairro(s), mas envolve outras secretarias como Educação e Esportes, apresenta(n)do dados bastante eficazes". (CORREIO DA PARAÍBA, 17 de março de 2010).

A cultura do medo na cidade de João Pessoa, contudo, contribuía enormemente para o crescimento de artigos de segurança e de segurança privada em mais de 20% no ano de 2009, no Estado da Paraíba. Segundo dados estatísticos referentes ao comércio de segurança privada, a Paraíba despontava como o que mais consumia artigos de segurança. A indústria e o setor de segurança geravam, à época, cerca de cinco mil empregos por ano (O NORTE, 11 de outubro de 2009).

Nesse diapasão, Koury (2008) argumenta que as emoções medos e medos corriqueiros desempenham um papel central para a estruturação do cotidiano do indivíduo social no espaço de interações e redes de interdependência no urbano contemporâneo, caracterizado pela emergência de uma cultura do medo que remonta aos processos de modernização conservadora do país impulsionados principalmente a partir da década de 1970. Os conceitos de medos e medos corriqueiros definem estas emoções como uma das principais forças conformadoras do espaço societal, organizando todo o comportamento humano mediante a indução ao autocontrole e à reflexividade.

Os medos, nas diversas formas que podem assumir, caracterizam uma moral e uma estética de uma sociabilidade específica, ou seja, ao condicionar as teias e tramas de conflitos, ambiguidades e contradições, bem como os ideais de ordem e normalidade, construídos pelas subjetividades em jogo comunicacional, perpassam toda uma cultura emotiva e uma organização social dada. Koury, para cimentar a lógica argumentativa simmeliana sobre a emergência do indivíduo moderno, discute a tese de Sennet (2014) de esvaziamento do público em razão da privatização da intimidade e da subjetividade, bem como a tese de Elias (1994) de internalização da vergonha e da disciplina social na modernidade.

Este desenvolvimento social e cultural verificado no Ocidente redundou na generalização da percepção de si e do outro como um estrangeiro, elemento de curiosidade e de perigos. A cultura urbana contemporânea, portanto, se organiza a partir de uma noção do indivíduo relacional como um objeto de medos constantes, corriqueiros, ao passo que também o eleva a categoria de objeto desejante e sempre ansiado.

O medo na cultura emotiva da sociabilidade urbana da cidade João Pessoa aparece como um lugar comum, conformando a arquitetura urbana, o cálculo individual sobre como se deslocar pelos espaços públicos e as políticas públicas de combate à criminalidade e de construção de um sentimento coletivo de segurança para os moradores da cidade. Esta cultura do medo se expressa também na fala do homem comum urbano, que ora clama por medidas estatais de violência contra os *bandidos* e *vagabundos* (GORITA, 2003), ora apela para situações de justicamento popular (RODRIGUES, 2012; BRASILIENSE, 2006; SANTOS, 2004).

A *Chacina do Rangel*, nesse contexto, não somente potencializou o discurso sobre João Pessoa como cidade violenta e tomada por uma criminalidade crescente em termos quantitativos absolutos e relativos, mas também como lugar em avançado estágio de degradação moral. Isto, por conseguinte, dava azo ao argumento moral de ofensiva civilizadora sobre um bairro em surto descivilizador e sobre uma cidade em pânico moral.

A narrativa da chacina, nesse sentido, envergonhou todo o Estado da Paraíba, historicamente identificado como região das mais pobres do país e fortemente afetada por flagelos como a fome e a seca e a consequente disputa por bens básicos de sobrevivência. O estigma de ser paraibano, assim, - associado ao subdesenvolvimento e a lacunas civilizacionais profundas, - foi sentido pela população do Estado, em geral, na medida em que a monstruosidade da barbárie da chacina, como classificada pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, foi enquadrada como disputa por uma galinha mal repartida entre duas famílias vivendo em situação de miserabilidade, às margens de um rio poluído.

A argumentação aqui desenvolvida parte da hipótese de que a tragédia resulta de situações complexas de vulnerabilidades interacionais (GOFFMAN, 2012) próprias do contexto social e cultural de intensa pessoalidade e copresença da sociabilidade urbana em que esta é construída, e não de uma noção psicologizante de trauma como “...uma intervenção subjetiva que atua de forma abrupta e excessiva... fora da vontade e da consciência (BENEGAS LOYO, 2016, p. 3-4)⁷⁷. Desta forma, se afasta tanto do paradigma de construção ideológica e racional do passado (ALEXANDER, 2003), quanto de análise da vulnerabilidade social situada nos corpos socialmente adestrados (BUTLER, 2006)⁷⁸.

⁷⁷Tradução livre do autor do trecho original: “...una intervención subjetiva que actúa de golpe y de manera excesiva... fuera de la voluntad y de la conciencia”.

⁷⁸ Nas palavras de Butler (2006, p. 20), a dimensão da relacionalidade e da mundanidade que funda o social enquanto tensão entre ipseidade e alteridade está subsumida à realidade física dos corpos-adestrados, onde a autora pensa ter encontrado a vulnerabilidade da existência humana: “Isto significa que cada um de nós é, em

A Antropologia das Emoções, em uma perspectiva simbólico-interacionista, propõe uma análise da relação entre indivíduo, sociedade e cultura enquanto jogo de tensões e negociações (KOURY, 2009). Nos processos intersubjetivos emerge, - de forma criativa e transintencional, mas não inconsciente, - a cultura emotiva que caracteriza uma sociabilidade dada.

Esta perspectiva teórico-metodológica compreende os indivíduos como atores e agentes sociais reflexivos e dotados de agência, ou seja, como *selves*. No entender de Blumer (2017, p. 15), a noção de *self* implica na capacidade de autorreflexão e autoconsciência dos sujeitos humanos, como se pode deduzir da passagem abaixo transcrita:

O momento central na análise de Mead consiste na assertiva de que o ser humano tem um *self*. Esta ideia não pode ser posta de lado como algo esotérico ou tratada superficialmente como algo óbvio e que, portanto, não merece atenção. Ao declarar que o ser humano possuiu um *self*, Mead tinha em mente, principalmente, a noção de que o ser humano pode ser o objeto de suas próprias ações. Ele pode agir em direção a si mesmo, assim como pode agir em direção a outros.

Isto implica, por um lado, que o social se apresenta como campo de possibilidades e de negociações de projetos individuais e coletivos (VELHO, 1987; KOURY; BARBOSA, 2015), sempre indeterminado e aberto às modificações oriundas de novas práticas sociais; e, por outro lado, que a dimensão da cultura pode ser compreendida como teias de sentidos e repertórios simbólicos sempre instáveis e polissêmicos.

Nas palavras de Röttger-Rössler (2008, p. 203-204):

[na] discrepância entre vivência emocional e expressão emocional, resulta a exigida tensão sobre a qual a força criativa de modelação (*agency*) do homem desperta, isto é, sua aptidão para modificar o mundo no qual vive e os códigos que o demarcam.

As unidades actanciais do jogo social, ao contrário do que postula Butler (2006), não são corpos-adestrados que se reconhecem e se experimentam enquanto diferença, mas subjetividades em interação. Interação esta vivida como constante negociação e como exercício de trocas materiais e simbólicas.

parte, politicamente constituído em razão da vulnerabilidade social de nossos corpos – como um espaço de desejo e vulnerabilidade física, como um espaço de publicidade simultaneamente assertivo e exposto. Perda e vulnerabilidade parecem derivar do nosso ser corpos socialmente constituídos, vinculados a outros, em risco de perda destas vinculações, expostos aos outros, em risco de violência em razão dessa exposição”. (Tradução livre do autor do trecho original: “This means that each of us is constituted politically in part by virtue of the social vulnerability of our bodies – as a site of desire and physical vulnerability, as a site of publicity at once assertive and exposed. Loss and vulnerability seem to follow from our being socially constituted bodies, attached to others, at risk of losing those attachments, exposed to others, at risk of violence by virtue of that exposure”).

Nas constantes negociações e trocas as emoções vão compondo gramáticas de sentido e linguagens comuns utilizadas no jogo social. Apontam para as intenções do ator e agente (JAGGAR, 1997) e seus pensamentos encorpados (ROSALDO, 1984) em jogo comunicacional, e para os vocabulários de motivos (WRIGHT MILLS, 2016) socialmente construídos e aprendidos em situações concretas no âmbito de uma ordem social. Desta forma, as emoções constituem fatos sociais totais (MAUSS, 2003), pois abarcam não só as dimensões biopsíquicas da vida dos sujeitos sociais individuais, mas, e principalmente, os aspectos socioculturais da existência coletiva.

A proposta desta abordagem analítica, dentro do escopo de discussão acima proposto e amparada na Antropologia das Emoções, é a de desenvolver uma etnografia da *Chacina do Rangel* e do processo de apropriação moral da mesma no formato de um argumento de desfiguração moral e de moralização do bairro do Varjão/Rangel e da pobreza, principalmente urbana, como um todo, tanto da cidade de João Pessoa quanto do Estado da Paraíba. Interessa, assim, descrever, interpretar, analisar e comparar o fato em estudo como complexo situacional caracterizado por intensas vulnerabilidades interacionais.

Neste espaço de relações atores sociais reflexivos e dotados de agência se deslocam e se confrontam, engendrando vocabulários de violência, medos e vergonha, como o da tragédia em análise. Assim como desenvolvem narrativas para lidar com a mesma a partir de suas posturas e pautas morais e emocionais e construir suas verdades (CAMPOS, 2013; SHWEDER, 1984), sempre situadas e interessadas, sobre o mundo.

O contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental de escandalização da violência

O crime expresso na chacina, - na medida em que foi escandalizado e processualmente construído como narrativa de um ato extremamente cruel de destruição da família, de amizades e de vínculos básicos de confiança em relação ao vizinho do lado, - foi sentido pela parte tida como civilizada da cidade como um perigo real e iminente representado pelo avanço de um suposto *ethos* violento da sociabilidade urbana periférica sobre os códigos civilizatórios pretensamente modernos dos empreendedores morais da *cidade oficial*. Por outro lado, o morador do bairro sentiu-se incompreendido e injustiçado na medida em que a cidade confundia os lugares *Varjão* e *Rangel*.

A classificação moral do lugar *Rangel* por parte da cidade, - que o confundia com a moralidade do lugar *Varjão*, - corroborava a acusação contida na expressão *Chacina do Rangel* como um alerta aos perigos inerentes à pobreza urbana, sendo os crimes bárbaros e

cruéis uma destas formas com que a pobreza considerada incivilizada surpreendia e chocava a *cidade oficial*, deslocando a atenção de seus sistemas de alerta e fofoca para a contenção social direta de um problema público, diferentemente, por exemplo, da forma privatista como a violência urbana difusa que apavora as classes médias urbanas é tratada: como uma questão privada a ser resolvida mediante o consumo de bens de segurança privada. Nesse sentido, a Figura 32 (p. 166), abaixo, publicada ainda no contexto de intensa midiaticização da *Chacina do Rangel*, discorre de forma alarmante sobre a violência como fenômeno difuso, e de certa forma onipresente, no cotidiano de todos os moradores da cidade de João Pessoa (O NORTE, 09 de agosto de 2009).

A imagem que acompanha a notícia ilustra, a título de exemplaridade, uma habitação de classe média fortificada com muros altos, cerca elétrica e um portão lateral estrategicamente construído no formato de uma guarita. Além disso, a notícia em questão apresenta um balanço de dados pertinentes sobre a expansão do mercado de segurança privada, bem como enfatiza dicas de autoproteção para o urbanita comum.

Em relação à segurança privada, a notícia informa que:

Com o aumento da procura por segurança privada, o número de vigilantes também cresceu. De acordo com o Dalesp, 3538 vigilantes trabalham para as 23 empresas de segurança privada, o que dá uma média de 2.3 vigilantes para cada policial militar responsável pelo policiamento ostensivo.

O sindicato das empresas de vigilância privada estima que a cada ano, cerca de 1.5 mil pessoas concluem cursos de formação para vigilante. Para tentar conter o número de assaltos em condomínios, a Secretaria de Segurança e Defesa Social criou em 2008 o Projeto Condomínio Cidadão. Com a iniciativa, a rede de radiocomunicação com frequência própria integra porteiros de edifícios com as Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros.

Fica clara, a partir dos dados elencados, a intenção da mídia local de enfatizar o quanto os recursos mobilizados para a segurança privada superam a capacidade dos efetivos públicos de segurança em comunicar ao morador da cidade, - considerado de uma perspectiva que o atomiza socialmente e o enfraquece politicamente, - o sentimento de estar a salvo e protegido da violência urbana difusa. Enquanto que a segurança pública parece estar distante das necessidades do homem comum, o vigilante ou o porteiro, principalmente para os padrões de moradias de setores urbanos mais abastados, se posta de guarda à frente do condomínio, afastando, principalmente os perigos urbanos associados à pobreza delinquente.

Figura 32 – Recorte de notícia de jornal que discute o investimento crescente em segurança privada na cidade de João Pessoa – PB.



Fonte: O NORTE, 09 de agosto 2009.

Quanto às “Dicas (de segurança) que devem ser seguidas” pelo homem comum para a proteção do seu condomínio, a notícia destaca, em seus dez pontos, que muros altos, cercas elétricas, grades internas, portões, guaritas e cães adestrados são elementos cotidianos básicos que funcionam como argumentos de dissuasão de esforços de violência por parte de possíveis agressores que rondem o condomínio do morador da cidade. Além disso, enfatiza-se a figura do outro, aquele do lado de fora do condomínio, como, objeto social estranho, vetor de medos, inseguranças e perigos. O espaço do público e da socialidade mais ampla, não restrita a círculos primários, com isso, perde, nos chamados bairros nobres e de classe média da cidade de João Pessoa, o espaço da rua e das calçadas como lugar de convivência cotidiana⁷⁹,

⁷⁹Ver, nesse sentido, o projeto do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções “Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades brasileiras na contemporaneidade” (KOURY, 2000). No âmbito deste projeto mais antigo, um grupo de pesquisadores vinculados ao GREM produziu uma coleção de quinze monografias e inúmeros artigos em revistas científicas sobre o fenômeno das emoções nas sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa. O projeto abordou a constituição do indivíduo e de seus medos na modernidade e na contemporaneidade do urbano brasileiro, analisando os processos formadores do imaginário e das práticas de medos em bairros populares e de classe média da capital paraibana. Assim se pretendia entender o medo como uma relação presente em qualquer sociabilidade, mas que variava em suas manifestações e formas de acordo com a configuração dos espaços sociais em mais pessoalizados ou mais individualizantes. O projeto postulou o medo não somente como elemento de paralisia social, mas também como aspecto transgressor, aventureiro, liminar e inovador de novas práticas cotidianas. O medo, desta forma, aparece como construção social significativa, que informa e conforma as bases para a consolidação de códigos de confiança e confiabilidade, de desconhecimento e de falsidade, de silêncio, de evitação e de discrição entre indivíduos em jogo comunicacional, modulando o contato e as

- como palco interacional de construção do conhecimento vicinal e do reconhecimento comunal.

No entender de Koury (2003, p. 82), este fenômeno de destruição de espaços públicos e de privatização das emoções que caracteriza o processo de modernização conservadora da cidade de João Pessoa, redundando em uma cultura do medo, da insegurança, da evitação do outro e do individualismo melancólico pode ser descrito como:

O lugar do público dissociado do lugar do privado, as relações objetivas dissociadas das relações subjetivas, o sujeito individual dissociado do *socius*, a fragmentação e a pulverização das relações entre subjetividades e entre o *eu* e o *a mim* meadianos, tornam a modernidade, no discurso, em uma espécie de turbilhão que tritura o coletivo e dessignifica a presença do indivíduo, revelando-o apenas através de sua compulsividade e apatia: o sentimento e a vida emocional passam a ser objetos de vergonha no espaço público.

O eu individual do homem comum, nesse contexto societal de um urbano fragmentado e em acelerada expansão, busca ajustar-se às imposições da hierarquização moral que uma cidade periferizada como João Pessoa impõe. Imposição, enquanto instância moral resultante do discurso de seus empreendedores morais e de sua tradição histórica, aos seus bairros, aglomerados subnormais e agrupamentos de moradores. Que tomam forma de estigmas, narrativas de preconceitos segregadores, impressões e noções de uma etiqueta urbana que não condiz com os princípios civilizatórios proclamados pelos empreendedores em sua cruzada simbólica (GUSFIELD, 1986; 2014).

Em síntese, a tentativa destes empreendedores morais é de desfigurar e desclassificar as formas de agir da pobreza, pela fragmentação do seu sentimento de pertença a um lugar. Sentimento de pertença, com efeito, que permite este mesmo morador sentir-se ligado à cidade e, - por mais paradoxal que isto possa parecer, - também sentir-se distante e ressentido, envergonhado e constrangido, em relação à cidade, em razão do seu sentimento de pertença à urbe situar-se e constituir-se a partir de um lugar de memórias e projetos em uma hierarquia de valores que o considera como marginal e objeto de controle simbólico.

Koury (2010b), em um de seus estudos sobre o sentimento de pertença em João Pessoa, faz uma descrição densa da cultura emotiva do bairro do Varadouro, um dos mais

performances com a alteridade enquanto estranhamento e exercício de construção simbólica em torno de segredos que assemelham, controlam, mas permanecem enquanto medo residual da traição. Este amplo projeto buscou, ainda, identificar a emergência de uma nova sensibilidade na cultura urbana e contemporânea brasileira a partir da década de 1970, quando se instaura uma lógica de prazer imediato em razão do individualismo que se configura como marca cultural e estilo de vida de um mundo urbano fragmentado e pautado em práticas de consumo imediatista dos espaços (BARBOSA, 2015). Uma análise institucional do GREM, a partir do Projeto de Pesquisa Medos Corriqueiros, foi desenvolvida por Pontes (2017).

antigos da malha urbana, enfatizando a convivência, - no lugar decadente e abandonado pela especulação imobiliária, - do velho e do novo, do estigma de região problema imposto pela mídia local com o esforço do morador de orgulhar-se em fazer parte de um lugar central, de tradição, e onde nasceu a cidade de João Pessoa. Ali, entre “Prédios em ruína, casas de taipa, cortiços, arruados, mesclam-se com ruínas de antigas fábricas, depósitos de mercadorias e pequenas oficinas (Idem, p. 293)”, o olhar moralizante dos empreendedores morais da cidade enquadra “...um ambiente perigoso, local de ladrões e um dos pontos de droga da capital”.

O autor (KOURY, 2010b, p. 297), contudo, pontua a reação do morador do Varadouro enquanto ator e agente social ressentido com os insultos e ofensas dirigidas à sociabilidade, aos códigos de moralidade e à cultura emotiva do bairro popular em que vive:

Esta imagem, contudo, é vista pelos moradores do Varadouro como uma imagem montada pelas pessoas de fora do bairro como forma de denegrir ainda mais a imagem do bairro como um todo, ou pelo desconhecimento do local, ficando o bairro sobre suspeição, por ser pobre e decadente.

A imagem sentida e elaborada pelas pessoas do bairro, pelos seus próprios moradores, no entanto, é uma imagem oposta ou inversa da imagem da mídia. Assim vêem o bairro como um lugar calmo, tranquilo e bom para se morar. Mais, para os moradores, Varadouro é o bairro onde a cidade nasceu.

Buscam enfrentar o estigma do perigoso que cerca o imaginário da cidade sobre os locais de moradia “dos pobres. Nós num somos marginais não, nós somos pobres, somos limpinhos e honestos e temente a Deus. As pessoas aqui são boas, se conhecem, são trabalhadoras e lutam para sobreviver no dia a dia” (Dona Euclídia). São respostas que, por serem bastante comuns, dão uma ideia, - ou sinalizam, - quanto estas pessoas compartilham uma determinada pressão social e moral e do quanto, ao mesmo tempo, isso tem importância para elas e o quanto elas procuram corresponder a essas certas exigências morais e sociais, a fim mesmo de lutar para “sobreviverem no dia a dia”.

No caso específico do Varjão/Rangel, cuja sociabilidade apresenta uma pressão estigmatizante próxima a do bairro do Varadouro, o sentimento de pertença é também construído na tensa relação entre uma cidade que se pretende modernizante e um bairro que se pretende integrado e aceito como lugar de bem e de respeito. O código moral do espaço societal mais amplo, a cidade, contudo, classifica os bairros populares e pobres no sentido da oposição binária aos valores tidos como pertinentes à noção de cidade civilizada e moderna.

A pobreza urbana vê-se a si mesmo, em muitos sentidos, a partir do olhar envergonhado e moralizante do empreendedor moral que lhe qualifica como desvalor, como contexto interacional inverso ao da fachada que a cidade busca performatizar, de modo que pode vir a envergonhá-la a qualquer momento. Um registro no diário de campo de 30 de abril de 2017 resume bem este sentimento de desvalor e envergonhamento do morador local. Em um breve discurso proferido de improviso para uma multidão de jovens que acompanhavam o

seu show, em frente ao CAC do Rangel⁸⁰, no domingo anterior ao feriado do Dia do Trabalhador, assim se expressou um dos artistas do bairro, visivelmente emocionado: “O Rangel é o bairro do carinho, do amor e do respeito... mas ninguém dá oportunidade”.

O sentimento de pertença, com efeito, resume bem essa montagem moral cotidiana em que o morador de um bairro popular se encontra. Morador este visto pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como o outro, o do lado de fora do condomínio residencial que quer se proteger com muros, grades, cercas elétricas, guarita, cães adestrados e porteiros-vigilantes conectados aos efetivos públicos de segurança.

Ainda nas palavras de Koury (2010b, p. 288):

...pertencer é uma noção vivida pela tensão entre o ontem e o hoje, entre o eu e o outro, entre a solidariedade e o medo e, por fim, entre o situar a si mesmos e, através desse local, ver e hierarquizar os outros semelhantes e por eles situados.

Os códigos urbanos de pertença associados aos diversos lugares e regiões morais da cidade, assim como os seus processos interacionais de construção de sentimentos de confiança e confiabilidade com o outro generalizado (MEAD, 1973), atravessam, desde os anos de 1970, uma intensa reconfiguração no sentido do isolamento social do indivíduo em hábitos e espacialidades cada vez mais privados e privatistas, assim como na perda das tradições da vizinhança e da noção de bairro como coletividade, isto é, como comunidade de reconhecimento, de projetos e de sofrimento. Disto resulta a generalização de narrativas de violência, medo e insegurança.

Esta reconfiguração moral-emocional e cognitivo-comportamental do cotidiano da cidade se apóia e se reflete fortemente nas estatísticas policiais de violência e de criminalidade e, como bem pontua a notícia de jornal da Figura 33 (p. 174) (CORREIO DA PARAÍBA, 29 de novembro de 2010), logo abaixo, na *Arquitetura da Violência* que se estabelece como um lugar comum em praticamente todos os bairros da cidade a partir da segunda década do século XXI. O bairro do Varjão/Rangel, nesse sentido, reproduz uma verticalização das moradias populares a partir de modelos gentrificados que mimetizam, em escala e sofisticação obviamente menores e quase caricatas, os *bunkers* urbanos dos bairros nobres que despontam como estruturas habitacionais comumente chamadas de *espigões*.

⁸⁰O CAC do Rangel, - que fechou suas portas no final do ano de 2018, - foi um dos espaços de sociabilidade de lazer para jovens do bairro do Varjão/Rangel, conhecido em toda a cidade de João Pessoa como um local violento e moralmente degradado, ponto de gangues e traficantes locais. Por outro lado, o CAC do Rangel guarda a memória de artistas locais saídos do Varjão/Rangel para a cidade de João Pessoa e até mesmo para o Estado da Paraíba, de modo que o lugar mistura uma aura de respeito e consideração com acusações de der guarida dos engraçadinhos de bairro que buscam um refúgio barato para suas performances de lazer e descontração nas noites dos finais de semana e dos feriados.

O gráfico da Figura 33 (p. 170), nesse diapasão, organiza de forma bastante simplificada e didática uma narrativa temporal e moral de explicação e de justificação do crescimento da indústria de segurança privada a partir da falência do discurso de segurança pública, que acompanha a evolução urbana da cidade de João Pessoa. A falência do espaço público como lócus de segurança ontológica e de afetividade é expressa em uma suposta relação causal entre o aumento do índice de homicídios na cidade, por década, e a *Arquitetura da Violência* que se consolida como um dos elementos do estilo de vida urbano atual.

Figura 33 – Recorte de notícia de jornal que apresenta a evolução da Arquitetura da Violência na cidade de João Pessoa.



Fonte: JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 29 de novembro de 2010.

Na década de 1980, quando as moradias da classe média ainda eram separadas por cercas e jardins e havia um maior fluxo comunicacional entre vizinhos, a maior estatística de homicídios registrou 345 casos na sua série mais violenta. Na década de 1990 esta cifra atingiu os 435 casos, elevando-se para 519 ocorrências na década seguinte e disparando exponencialmente para os 1513 casos na década atual, quando o discurso dos empreendedores morais da *cidade oficial* incorporou termos como violência endêmica, violência banal, cidade sitiada, cidade tomada por bandidos e os moradores da cidade, de acordo com as suas possibilidades econômicas, aderiram em massa à estratégia de “proteger-se do crime”.

Nas palavras de Koury (2011, p. 476):

O medo do outro parece enclausurar os indivíduos, sobretudo de classe média, que têm ampliadas as dificuldades de relacionamento com os outros, considerados possíveis malfeitores, aumentando o sentimento de solidão (ELIAS, 1990; 1993 e SENNET, 1998). O que provoca uma sensação nostálgica do que passou, de um tempo que não volta mais, onde os vizinhos se comunicavam entre si e havia mais cordialidade e menos agressividade (KOURY, 2008).

O entorno das moradias se torna, assim, ameaçador. Os habitantes mais pobres da cidade são evitados e objetificados, através da ótica perversa, construída pela cultura do medo, como “marginais”, delinquentes (KOURY, 2010; CALDEIRA, 2003). O sentido da violência torna-se, desse modo, endêmico, banalizando a vida e tornando o ato de viver um instrumento de busca de segurança pessoal e privada cada vez maior. As mortes violentas e as chacinas começam a se tornar toleráveis e não provocam mais indignação, e são até mesmo desejadas, como forma de diminuição das ameaças pessoais.

A imagem da Figura 33 (p. 170), porém, é incompleta na medida em que desconsidera uma das mais impactantes estratégias de segurança privada da cidade: a verticalização das moradias, conformando-se como condomínios fortificados e vigiados vinte e quatro horas por dia. A cultura do medo, assim como a sua contrapartida econômica, a indústria de segurança privada, que consome, em média, 10% do PIB nacional (KOURY, 2011), alimenta-se de narrativas de violência banal, - “...dos crimes praticados em Pernambuco, em 2004, mais de cinquenta por cento foram motivados por questões banais e por vingança pessoal”, (Idem, p. 479), - de contextos de exclusão social desconsiderados pelo poder público e da incerteza em relação ao futuro.

Este complexo de experiências fortalece a definição das situações urbanas por parte do homem comum como de medo do outro generalizado, o que vulnerabiliza moral e emocionalmente a pobreza urbana a partir do estigma dos bairros pobres como perigosos. Este processo de estigmatização pode ser percebido na fala de Dona Euclídia, moradora do bairro do Varadouro (KOURY, 2010b), e no desabafo emocionado, registrado no diário de campo, de um jovem artista do bairro do Varjão/Rangel, citados acima.

A malha urbana de João Pessoa, assim, parece seguir uma lógica de reprodução de lugares polarizados pelo que Caldeira (2003) denomina como a *fala do crime*. Resultante do modo de modernização conservadora impulsionado pelo autoritarismo político da segunda metade do século XX, este fenômeno, segundo a autora, conjuga as ações de empreendedores morais diversos para a organização do urbano como experiência de segregação, articulada ideologicamente como medida de segurança pessoal, e do urbanismo como estilo de vida acentuadamente pautado na explicitação das desigualdades sociais e no consequente envergonhamento e constrangimento do outro visto como estranho e ameaçador.

A criminalização simbólica dos classificados como incivilizados e economicamente fracassados, - expressa na privatização dos lugares e das suas correspondentes lógicas de consumo, no entender de Caldeira, - reorganiza simbolicamente o mundo a partir de noções não democráticas, mas autoritárias e excludentes, de público e de debate público. Nas palavras da autora:

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. [A criminalização] fomenta o desenvolvimento de dois novos modos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados. Estes dois processos estão mudando as noções de público e de espaço público que até bem recentemente predominavam em sociedades ocidentais.

O novo padrão de segurança urbana baseada na criação de enclaves fortificados representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público ...criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante. No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não democrático. (CALDEIRA, 2003, p. 10-12).

A Figura 34 (p. 178) (O NORTE, 17 de setembro de 2009), nesse sentido, ilustra, a nível interacional e societal, a fala do crime como elaboração de categorias sociais de desrespeito, de desvalor e de não reconhecimento da pobreza urbana. O exercício público de *não reconhecimento* (*misrecognition*) do outro (CALDEIRA, 2003, p. 37) pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, - como no caso de João Pessoa, que *não reconhece* a nomeação *Rangel* como signo de status e de luta pela reorganização simbólica e moral do

bairro Varjão/Rangel, - constrói de tal forma a reputação da pobreza que a sua mera presença ou evocação implica sempre a ameaça latente de sujar e poluir o status da cidade.

A narrativa de violência difusa, com efeito, é mobilizada como argumento auto-explicativo e autorreferencial da crise moral e emocional na vida cotidiana das grandes cidades. Esta narrativa é adotada pelo discurso e no imaginário dos moradores de bairros pobres enquanto estratégia de evitação de informações sensíveis que identifiquem o morador com o bairro estigmatizado e, também, como estratégia de acusação do outro como uma agência imaginária, o marginal criminoso, que invade o bairro “para fazer bagunça e desordem”.

Caldeira (2003, p. 38), nesse diapasão, enfatiza a capacidade de dramatização das tensões e dos conflitos cotidianos da fala do crime, enquanto narrativa pública e dramática de violência banal cotidiana na cidade. Capacidade de dramatização esta articulada na retórica de redução de complexidade que o simbolismo do crime parece possuir para abarcar elementos sociais multifacetados e sintetizá-los como discurso segregador do outro tido como estranho e perigoso, de modo que a violência e outros fenômenos morais classificados como negativos são considerados quase sempre como uma energia exterior que invade e transforma a normalidade normativa de uma sociabilidade dada.

Nas palavras da autora (CALDEIRA, 2003, p. 38):

...a fala do crime lida não com descrições detalhadas dos criminosos, mas com um conjunto de categorias simplistas, algumas imagens essencializadas que eliminam as ambiguidades e misturas de categorias da vida cotidiana, e que circulam especialmente em momentos de mudança social. A fala do crime não é feita de visões equilibradas, mas da repetição de estereótipos, ainda que se reconheça seu caráter simplista.

Com efeito, este é o argumento moral apresentado na Figura 34 (p. 178), abaixo. O mapa do crime na capital (O NORTE, 17 de setembro de 2009) articula estatísticas policiais para demonstrar a perspectiva já conhecida dos empreendedores morais da *cidade oficial*: a violência urbana se distribui pelas periferias e é um fenômeno derivado ou associado à pobreza urbana.

Os bairros nobres e abastados, situados principalmente na faixa litorânea da malha urbana de João Pessoa, simplesmente não aparecem no chamado mapa do crime da Figura 34⁸¹. Estas áreas, tidas como civilizadas e historicamente planejadas como refúgio à pobreza e

⁸¹Estatísticas de violência e criminalidade nas zonas nobres da cidade, ou que envolvam personagens destacados, foram desconsideradas no desenvolvimento do Mapa do Crime na Capital (Figura 34). Emblemático, nesse sentido, foi o caso, entre vários outros, de uma rede de exploração sexual de menores que tinha como um dos

outros elementos poluentes e sujos da convivência social, são moralmente enquadradas como vítimas da violência difusa disseminada pela cidade e cujo centro irradiador e organizador seriam as suas antípodas urbanas: as periferias pobres.

Figura 34 – Recorte de jornal com *O Mapa do Crime na Capital*.



Fonte: O NORTE, 17 de setembro de 2009.

seus pontos de funcionamento uma mansão no bairro do Cabo Branco, na orla de João Pessoa. Crianças aliciadas nas cidades-satélites da Capital eram levadas até a mansão, onde eram sexualmente exploradas por “figurões da cidade” (BLOG CLICKPB, 08 de dezembro de 2007, goo.gl/JRPakU, lido em 14 de julho de 2017). Outro caso emblemático, mas que tampouco foi escandalizado pelos empreendedores morais da cidade, diz respeito ao funcionamento ilegal de cassinos, onde “Lá só entrava quem tinha dinheiro. Um empresário estava na porta com uma Mercedes zero km. Todo mundo que estava lá era da alta sociedade” (JORNAL DO CONDE, 20 de setembro de 2010, goo.gl/aJMPYacontent_copy). Estas breves notícias apontam para como os empreendedores morais da cidade aplicam um olhar moralizante sobre o que e sobre quem vem a ser classificado nas estatísticas e nas narrativas de criminalidade, violência, sujeira, perigo, poluição, estigma, ameaça, medo e vergonha para o social mais amplo enquanto instância moral de representação de um consenso tido como público de normalidade normativa.

As narrativas públicas de assaltos, assédios, invasões e perturbações que os moradores ricos e de classe média sofrem “nas mãos dos criminosos” tornaram-se, assim, corriqueiras, mas, que, de uma forma ou de outra, são incorporadas nos discursos do pobre urbano sobre si como um ator e agente social que também é vítima de bandidos e que deles se diferencia enquanto categoria social e humana. Nas notícias elencadas abaixo são descritas cenas de pânico moral, terror e medo porque passaram moradores de bairros de alto poder aquisitivo que caíram “na mira dos ladrões”, assim como se apresenta o discurso especialista que calcula os impactos econômicos de uma suposta economia política do crime e da violência urbana.

Moradores de bairros de maior poder aquisitivo de João Pessoa... relatam histórias de pânico, terror e medo de assaltos a residências. Os bandidos, cada vez mais ousados, invadem as casas e prendem as famílias, deixando uma experiência de trauma. (CORREIO DA PARAÍBA, 27 de fevereiro de 2005).

Famílias que tiveram suas casas invadidas e passaram por momentos de pânico/temor "deixaram" suas casas para "sair" da mira de ladrões. A sensação de insegurança aumentou consideravelmente nos bairros abastados de João Pessoa. A atuação de gangues vem provocando mudanças na sensibilidade e no comportamento da cidade. "Depois do assalto, minha esposa entrou em depressão e teve que ficar duas semanas hospitalizadas", disse [uma das vítimas]. Na nova residência onde moram atualmente eles investiram em segurança residencial. "Instalamos cerca elétrica e estamos sempre atentos, com cuidado dobrado, foi um dia que jamais vamos esquecer;" disse [o entrevistado]. (CORREIO DA PARAÍBA, 27 de fevereiro de 2005).

Estudo do BID aponta o impacto econômico da violência no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa. "A pesquisa mostra que, em 2002, os governos federal e estadual gastaram 17 bilhões de reais em segurança. Empresas e cidadãos comuns desembolsaram 55 bilhões de reais em guardas particulares, armas e equipamentos que vão de câmeras a carros blindados. ...A conta total da violência no Estado, segundo projeções do pesquisador Luiz Mir, poderia chegar a 1,1 bilhão de reais por ano". (CORREIO DA PARAÍBA, 27 de fevereiro de 2005).

Os círculos em vermelho que isolam no mapa as áreas de maior incidência de homicídios (Figura 34, p. 174), - como se fossem cordões de segurança em um discurso higienista⁸² de apropriação moral da pobreza urbana e de consequente intervenção pública em suas lógicas cotidianas de organização, - situam-se nas periferias da malha urbana, descrevendo um esquema em forma de C que se estende da zona norte à zona sul da cidade. Esta disposição dos elementos de perigo e violência, incivilidade e falência moral, de medo e de vergonha, sugere um cenário de ameaça constante aos moradores tidos como civilizados e de urgente necessidade de desenvolvimento de um debate público e de uma agenda política de

⁸²O discurso higienista teve um papel extremamente importante na conformação da malha urbana de João Pessoa (SÁ, 1999; SÁ, 2009), de modo que constitui um divisor de águas na trajetória de narrativas de ofensivas civilizadoras e de intervenções urbanas que os empreendedores morais da cidade imprimem no cotidiano dos moradores. Enquanto ethos e visão de mundo (GEERTZ, 2004), isto é, enquanto modelo de ação e modelo de realidade, o discurso higienista, - historicamente datado no século XIX, - em muito se aproxima da narrativa moralizante sobre a pobreza urbana como elemento de poluição e envergonhamento da cidade.

pacificação, moralização e mesmo de gentrificação dos espaços perdidos para o crime e para a violência, tal como se deduz da fala do especialista, na notícia supracitada, sobre “...a conta total da violência no Estado...”.

As manchetes de uma notícia da seção reservada para os casos de violência urbana do jornal *Correio da Paraíba*, do dia 22 de março de 2010, contudo, - na contramão das notícias precedentes, - sugerem ao leitor e morador comum da cidade de João Pessoa como situações de criminalidade podem facilmente se desdobrar em cenários de violência banal e cruel, aprofundando, talvez, o debate sobre os papéis arquetípicos de vítima e de agressor: *Rapaz tenta assalto e é linchado* e *Vítima e dois companheiros invadiram festa e vendo que não estavam armados, convidados agrediram os acusados*. O caso em questão, ocorrido no bairro nobre de Manaíra, - mas que faz fronteira com o bairro pobre e violento do São José, - pontua uma ação de justiça que pode ser lida como reforço a visões de um mundo ordenado de tal forma que as fronteiras morais e emocionais de medo, estranhamento e desconfiança que apartam a pobreza urbana e as classes mais abastadas já não permitem outra forma que não seja a violência, física e simbólica, ou a evitação.

O linchamento até a morte de um dos jovens assaltantes, - inoportunamente surgido do lugar da pobreza urbana, - por parte de um grupo de moradores de classe média, que circunstancialmente festejava no local, denota, por um lado, o temor destes em relação às possibilidades, cotidianamente propagadas pela mídia local, pela polícia e pelos aparatos governamentais, da invasão às suas intimidades e propriedades. Por outro lado, contudo, revela o sentimento do outro marginal, o pobre urbano, como não-humano, como um tipo social de aberração que precisa ser eliminada, pois encarna uma sempre latente ameaça ou perigo à segurança dos moradores dos bairros nobres e abastados ou de classe média, que se autoclassificam e percebem como cidadãos de bem.

O pobre urbano, nessa ótica e discurso, aparece como elemento social sujo e perigoso a ser moralmente capturado e socialmente controlado no âmbito de um projeto civilizacional modernizante que produza a segurança, não somente de ataques à pessoa e à propriedade, mas dos lugares e das hierarquias sociais tidas como superiores. Desta forma, ainda que vítima de uma ação de justiça, em um contexto banal de acusações, o pobre urbano é narrado como transgressor a ser eliminado, antes que aja, enquanto que o outro, produtor da violência, é narrado como vítima, ainda que autor de um linchamento fatal.

As Figuras 32, 33 e 34 (p. 166, 170 e 174), com efeito, reproduzem midiaticamente, e enquanto fofoca que circula pela cidade, a mesma narrativa de violência urbana e de cultura

do medo que atualmente caracteriza a sociabilidade urbana da cidade de João Pessoa, ora de uma perspectiva mais interacional, enfatizando a casa de um morador genérico de classe média; ora de uma perspectiva societal, localizando zonas de maior incidência estatística de crimes. O Varjão/Rangel, nessa narrativa de hierarquização moral dos espaços urbanos, aparece como um lugar de intensa atividade criminosa, assim como a Mata do Buraquinho, na fronteira leste do bairro.

O jornal, portanto, se destaca no processo de produção das narrativas moralizantes da cidade como um dos dispositivos mais eficazes de contágio de ideias (FREIRE, 2016) e de produção da opinião pública enquanto consenso tácito de uma ordem pública. O conceito de ordem pública de Gusfield (1981), aqui utilizado, remete à parcela contextual pública da ordem social. A ordem pública, assim, se caracteriza por ser uma ordem negociada, de consensos tácitos, frágeis e em constante processo de reavaliação, de questionamento e de redefinição dos problemas públicos ali vocalizados. A ordem pública organiza, ainda, os horizontes de publicização e de governabilidade dos problemas sociais transformados em problemas públicos. O jornal, talvez ainda o mais destacado representante da presença da mídia nos discursos e narrativas sobre as diversas arenas públicas que tensionam o espaço público urbano na cidade de João Pessoa, aparece como resultado de uma interação entre humanos e não-humanos para a publicização e para a escandalização de problemas sociais, de modo que, uma vez vocalizados, estes problemas tenham uma maior probabilidade de atingir o patamar de problemas públicos.

Gusfield (1981, 1986, 1989, 2003, 2014), com efeito, explora esse processo de produção coletiva de problemas sociais e sua consequente transformação em problemas públicos, isto é, o processo de transformação de insatisfações privadas ou localizadas em questões politicamente articuladas no espaço público a partir de arenas públicas de debate de perspectivas e de deliberação de soluções vinculantes para o público geral. O autor, nesse sentido, dissocia as noções de social e de público, pois que o problema social, em si, não gera uma resposta pública, por parte de empreendedores morais e representantes políticos, e tampouco uma agenda política de intervenção no social.

No entender de Gusfield, o problema social, definido situacionalmente, percorre uma carreira de dramatização pública com base em uma narrativa de mudança do social. Narrativa esta que integra olhares, projetos e memórias diversos sobre a situação social definida como problemática e passível de mudança. Na ação pública, compreendida como o exercício de seleção de assuntos sociais e de captação de atenção pública para estes assuntos nas arenas

públicas de um social qualquer, os atores e agentes sociais buscam dramatizar, mediante a mobilização de dispositivos e de performances, discursos e narrativas para o convencimento do outro e para a priorização do problema social imputado.

Freire (2016, p. 106), leitora de Gusfield, conecta os conceitos de arenas públicas, público, ação pública e atenção pública desenvolvidos pelo autor:

...a atenção pública é a condição e o horizonte de ação de arenas públicas, pois nelas a mobilização e a associação de seres são focos de observação que permitem compreender como um assunto particular torna-se generalizável. Neste caso, o “público” é definido do ponto de vista de áreas públicas possíveis, as quais definem situações e assuntos problemáticos.

Em resumo, a arena pública é uma forma possível de ordenação social.

O jornal empresta, - enquanto dispositivo privilegiado para a formação de públicos e enquanto ator e agente social interessado na produção de narrativas moralizantes e vendáveis, - um espaço de visibilidade e também legitimidade a uma pluralidade de agentes sociais em conflito e disputa moral, vocalizando arenas públicas várias em processos de regulação social de negociações de regras de publicização e de dispersão coercitiva de temáticas socialmente problemáticas.

O jornal, com efeito, desponta como um ator social interessado, que desempenha o papel social de veiculação de informações e opiniões, mas que se coloca como um agente social e como um empreendedor moral, articulando sentimentos, emoções e sentidos de justiça mobilizados como repertórios simbólicos e empreendimentos morais. Diferentemente da perspectiva habermasiana (HABERMAS, 2012) sobre o ator social em processo de agir comunicativo, cuja postura prolixa enfatiza o interesse no discurso e no consenso; do ator social parsoniano (PARSONS, 1970, 1970a; PARSONS et al, 1970), que desempenha um status – papel cristalizado em sistemas estruturais e estruturantes de ação; e do ator social turneriano (TURNER, 2013), que dramatiza da sua posição o drama social culturalmente sincrônico, privilegia-se aqui a noção simmeliana e goffmaniana de ator e de agente social em interações tensas e indeterminadas, movimentadas por motivações não de todo transparentes para o outro relacional.

Este ator e agente social, entendido como *self*⁸³, é socialmente formado na ação recíproca da interação simbólica, organizando enquadramentos comunicacionais, morais e

⁸³O conceito de *self* foi densamente explorado por Mead (1973), de modo a integrar à noção de individualidade e de subjetividade a capacidade reflexiva socialmente construída no processo de interação entre ego e alter. O *self* implica uma essência cognitiva da individualidade que se auto-percebe enquanto sujeito e objeto da ação reciprocamente direcionada. Na medida em que possuiu um *self*, o indivíduo social compreende a si e ao outro

emocionais. A noção goffmaniana de ator social enquanto jogador discreto, melindroso, reservado, sensível à sua autoimagem e à imagem de si que se lhe comunica no jogo social, - sempre arriscado e nebuloso, apesar das gramáticas morais, emocionais, cognitivas e comportamentais que orientam as sociabilidades humanas, - dialoga bastante bem com a noção beckeriana de empreendedor moral enquanto agente que define uma situação social como problemática e busca vocalizar o problema socialmente construído nas arenas públicas de produção de agendas políticas.

O empreender moral, com efeito, é um ator social que não somente desempenha papéis sociais culturalmente dispostos, mas também um agente social, um jogador social atento à complexidade da apresentação pública da fachada, individual e coletiva. O *self* em interação, no jogo intersubjetivo da produção de fachadas, memórias e projetos coletivos, busca orientar suas ações de modo a lidar oportuna e convenientemente com as zonas frontais, laterais e traseiras da sua personalidade individual e dos seus compromissos sociais.

O ator e agente social beckeriano, isto é, o empreendedor moral, produz, - desde uma perspectiva gusfieldiana de empreendimento moral como definição de uma situação como problemática e como busca pela sua consequente transformação em problema público, - especialistas sobre problemas sociais. A figura do especialista, em sociedades complexas (KUSHNER, 1969), pautadas na organização técnico-científica e burocrático-industrial do urbano, da multidão e da esfera sociotécnica da produção e distribuição de bens, mobiliza o processo de dramatização e de construção de narrativas de problemas sociais para a sua consequente transformação em problema público: a cruzada moral de que fala Becker (2008), e a cruzada simbólica de que fala Gusfield (1986).

Spector e Kitsuse (1977), nesse sentido, complementam a discussão gusfieldiana sobre como problemas sociais são construídos em um processo de definição coletiva de uma condição putativa como sendo problemática. Longe de qualquer objetividade, o problema social, - enquanto projeto coletivo de intervenção no social, - implica em atividades de afirmação, declaração, reclamação e reivindicação no espaço público, que envolvem a coordenação de agentes sociais plurais e a formação de fachadas coletivas. Os problemas sociais, portanto, tem uma *carreira* ou *história natural*, que se inicia com uma situação definida como vergonhosa ou problemática e parte para a luta do reconhecimento e da

da relação como atores e agentes sociais, isto é, como unidades actanciais que desempenham ou rejeitam crítica e reflexivamente papéis sociais culturalmente disponíveis, movimentando os espaços interacionais e sociais como experiências de tensão e indeterminação.

legitimidade de reivindicações frente às instituições, em um diálogo pelo acesso ao espaço público e pela vocalização de demandas. O problema social, portanto, não constitui uma condição objetiva, mas uma definição da situação, ou seja, uma condição putativa⁸⁴.

Nesse sentido, as narrativas moralizantes dos empreendedores morais da *cidade oficial* de João Pessoa articulam toda uma história de apropriação moral do espaço urbano da periferia como lugar de pobreza e de violência, que é considerado a partir de uma perspectiva simplista de inversão moral-emocional e cognitivo-comportamental do contexto idealmente vivido pelas classes médias e abastadas da cidade, de modo que ao empreendedor moral da *cidade oficial* em regime de cruzada simbólica caberia a tarefa de preencher os vazios ou desvios morais que fazem do pobre urbano aquilo que parecem ser no olhar do morador de fora das periferias e, - na lógica cooleyana de *self* autoespelhado (COOLEY, 2017)⁸⁵, - aquilo que esses mesmos pobres urbanos desesperadamente buscam provar não ser, mas que transformam em argumento de acusação e de estigmatização do outro próximo.

A exceção geográfica, mas não moral e emocional, na disposição dos círculos vermelhos sobre o Mapa do Crime na Capital, da Figura 34 (p. 174), aponta justamente para o bairro do Varjão/Rangel: enclave densamente povoado às proximidades do centro geográfico e do centro histórico de João Pessoa e que, no processo de organização da cidade, vai progressivamente se consolidando como um corredor de passagem rápida para o fluxo de bens e serviços para a zona sul de João Pessoa e para as cidades de Cabedelo e Recife via BR-230.

No imaginário do morador comum, que deve responder cotidianamente às investidas moralizantes dos empreendedores morais da *cidade oficial*, principalmente da mídia local, a pobreza urbana se tornou um abrigo de gangues de criminosos e de figuras marginais, comumente retratadas como aterrorizantes e moralmente classificadas como o *terror do*

⁸⁴O conceito de *condição putativa*, de Spector e Kitsuse (1977), para a compreensão do social a partir das construções simbólicas e das leituras intersubjetivas da realidade, remete tanto à noção de *definição da situação*, de Thomas (1923), quanto à de *sociedade como interação psíquica entre os indivíduos*, de Simmel (2006). Nessa abordagem, - em última análise, simbólico-interacionista do social e da cultura, - a agência individual configura, por definição, um ato de indeterminação para o outro, enquanto imagem moral e emocional elaborada na interação simbólica, que se nutre de definições da situação, sempre uma condição putativa de horizontes móveis do agir individual e coletivo.

⁸⁵A noção de *self* autoespelhado, desenvolvida por Cooley a partir da sua leitura do conceito meadiano de *self*, enfatiza a construção social do *self* não somente no processo interacional e intersubjetivo, mas, também, como jogo reflexivo do eu individual consigo mesmo, internalizando a visão do outro sobre si e buscando antecipar, - ao apropriar-se moral e emocionalmente e cognitivo e comportamentalmente de conteúdos simbólicos e de modelos de práticas sociais, - as possíveis ações do outro no jogo interacional. Diferentemente da noção parsoniana de status-papel social, em que o ator social desempenha e reproduz uma estrutura de ação e de sistema social, o *self* autoespelhado enfatiza a criatividade, a reflexividade e a indeterminação na produção cotidiana do real social a partir do jogo intersubjetivo.

*bairro*⁸⁶ narrado, isto é, “sempre como ator intencional violento e reconhecido como tal”⁸⁷. Isto pode ser visualizado nas quatro notícias abaixo, publicados pelo Jornal Correio da Paraíba entre os dias 12 de fevereiro e 17 de março de 2005.

Grupo de 5 pessoas assalta veículo coletor da Rede Multibank no Cristo. Polícia informa sobre a quadrilha, mas o assaltante não foi encontrado. (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 12 de fevereiro de 2005).

Polícia prende e desmonta gangue de 8 pessoas no Cristo. A gangue agia na área em vários bairros: Cristo, Cruz das Armas etc, e já tinha um histórico de vários assaltos a locadoras de vídeo, estabelecimentos comerciais, residências e pessoas. (CORREIO DA PARAÍBA, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2005).

Uma briga de gangues gerou um tiroteio no Baleia's Bar, no bairro Jardim Veneza. Homens encapuzados entraram no bar que tinha 40 pessoas no momento e efetuaram vários disparos, matando 3 pessoas e deixando 10 feridos. Os acusados foram reconhecidos como "Café" e "Riso". (CORREIO DA PARAÍBA, segunda-feira, 14 de março de 2005).

Ex-presidiário é preso após golpear um amigo comerciante com 14 golpes de foice pelo fato do comerciante ter-lhe apalpado as nádegas. O acusado foi preso em flagrante por um cabo de polícia que fazia uma ronda cotidiana no local. (CORREIO DA PARAÍBA, quinta-feira, 17 de março de 2005).

O crime bárbaro da chacina ocorre nesse contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental em que a cidade de João Pessoa é cotidianamente produzida e vivenciada pelo homem comum urbano enquanto sociabilidade urbana caracterizada por uma cultura do medo, da banalização da violência e da evitação do outro, tido como estranho e como ameaça (KOURY, 2016; BARBOSA, 2015). Este cenário permitiu, com efeito, a articulação de um discurso moralizante de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, que buscaram definir o crime entre iguais da chacina, produto de desentendimentos banais, como um surto descivilizador que punha em xeque a moralidade de toda a cidade.

Nesse sentido, a apropriação moral da chacina, iniciada pela mídia local imediatamente após a ocorrência da violência fatal entre as famílias, pontuou para a platéia de consumidores de informação, em geral moradores da cidade de João Pessoa e das cidades-satélites que compõem a região metropolitana conhecida como Grande João Pessoa, a necessidade de uma cruzada moral para conter a violência e a barbárie urbana expressa na

⁸⁶A noção popular de *terror do bairro*, cunhada pela mídia sensacionalista da cidade de João Pessoa em seus programas diários de *cobertura policial da realidade local*, cristalizou-se como forma simbólica deveras eficaz de estigmatização da pobreza urbana, haja vista que praticamente todos os bairros populares têm seus respectivos elementos de aterrorização da vizinhança, como o *Terror do Rangel*, o *Terror de Cruz das Armas*, o *Terror de Mangabeira*, o *Terror do São José*, o *Terror de Mandacaru* e outros. O desfecho midiático, público e dramático, do *Terror* de cada bairro, ocorre com uma *caçada* policial que termina com a sua morte violenta ou com a sua prisão humilhante.

⁸⁷Frase sugerida pelo Prof. Parry Scott durante arguição para a qualificação desta tese, a quem agradeço.

Chacina do Rangel. Articulava-se, assim, uma narrativa midiática de falência da normalidade normativa da cidade, cuja tônica era a irradiação desse contágio de degradação moral e banalização da violência cruel a partir do bairro do Varjão/Rangel, nominado apenas como bairro do *Rangel* e percebido como o epicentro do surto descivilizador.

A noção de surto descivilizador, aqui utilizada, foi desenvolvida a partir de uma leitura simbólico-interacionista da obra de Elias (1993; 1994; 1997; 2009a; 2011) e de seus comentadores (WOUTERS, 2009; DÜNNING; MENNEL, 1997) sobre o processo descivilizador europeu, entendido como o surto de falência e de pânico moral que abarca o momento de ascensão dos movimentos totalitários, das guerras de extermínio e das práticas de genocídio, generalizadas entre os anos de 1930 e de 1945. A noção eliasiana de surto ou de processo descivilizador foi desenvolvida com base nos conceitos de *habitus*, de vergonha e de figuração social (SOUZA, 2013).

No entender de Elias (SCHEFF, 1990, 2013), a sociedade moderna se organiza enquanto figurações sociais de indivíduos em redes de interdependência, tendo a emoção vergonha como o momento social e psíquico central de regulação cotidiana da economia dos afetos e, por conseguinte, da motivação interna e da recompensa externa que orientam a ação social legítima. A conformação do *habitus*, na modernidade, resultou, nesse sentido, de um processo de longa duração de expansão do limiar da repulsa e da vergonha, assim como de uma intensificação na capacidade reflexiva do indivíduo social, cada vez mais fragmentado no interior de redes impessoalizadas e destradicionalizadas de direitos e obrigações, com o consequente *desaparecimento do mundo comum*⁸⁸ (ARENDT, 2010), o *declínio do homem público*⁸⁹ (SENNET, 2014) e a *obsolescência da noção de honra* (BERGER, 2015).

A complexificação e a racionalização do social segundo uma lógica instrumental burocrática e mercantil (WEBER, 1947) é pensada por Elias a partir da leitura freudiana do social como modulador psíquico dos indivíduos em direção a espirais de mais autoregulação e de mais autocontrole, de modo que o processo civilizador implica na proliferação de medos sociogênicos e de constrangimentos e vergonha no espaço societal de heterarquias politextuais

⁸⁸Por *desaparecimento do mundo comum* Arendt entende o processo exponencial de crescimento e complexificação das redes relacionais humanas no mundo moderno, em que a capacidade de representações totalizantes do social desaparece do horizonte individual cada vez mais pautado em experiências culturais fragmentadas pela diferenciação funcional crescente do social.

⁸⁹Por *declínio do homem público*, Sennet, a partir de leituras de Arendt, entende o processo galopante, na modernidade, de colonização dos espaços públicos pelo jogo mercadológico capitalista, em que as individualidades públicas são progressivamente dissolvidas na lógica racional, impessoal e monetária das trocas materiais.

e hipercomplexas para o indivíduo social. O processo civilizador, assim, tem consequências dolorosas para o indivíduo, dentre estas desponta a emergência de um superego ou de uma segunda natureza internalizada que constrange, envergonha e amedronta o indivíduo social no sentido da padronização de suas condutas, comportamentos, desejos, memórias e projetos.

Esta transformação sublimatória dos impulsos humanos em códigos sociais de realização subjetiva, mediante processos intersubjetivos de construção negociada do real, exige a pacificação das pulsões agressivas justamente liberadas e afloradas no surto descivilizador. Com efeito, o surto descivilizador tem por traço marcante o retorno da violência física e simbólica em um contexto de civilização, de maneira que controles externos à conduta individual emergem de forma imprevisível e impactante.

A ofensiva civilizadora, por sua vez, significa o esforço moralizante, - por parte de atores e agentes sociais que se colocam no espaço público de disputas pela colonização do futuro (GIDDENS, 2002) coletivo como empreendedores morais, - de contenção de processos sociais tidos como descivilizadores, tal como aconteceu no caso da *Chacina do Rangel*. O conceito de colonização do futuro busca sintetizar a reflexão de Giddens sobre o que ele define como alta modernidade, entendida como uma figuração social destradicionalizada e de futuro indeterminado, sempre em disputa moral pelo pensamento contrafactual e pelo cálculo de risco, de modo que a sua constituição emocional é perpassada pela ansiedade do futuro incerto e pela melancolia em relação a um passado sem volta.

Os riscos, na alta modernidade, são pensados por Giddens de duas formas: como riscos relacionados ao domínio técnico e instrumental do mundo físico; e como riscos sociais relacionados à privatização da insegurança e da responsabilidade pelo sucesso individual no mundo social. Se, por um lado, a esfera técnico-científica e burocrática de administração do cotidiano na grande cidade reduziu os riscos apresentados pelo mundo físico à vulnerabilidade individual e coletiva; por outro lado, a alta modernidade, - com suas exigências institucionais da coletividade em multidão tecnicamente diferenciada e socialmente fragmentada, - pressiona o indivíduo no sentido do desenvolvimento de capacidades reflexivas e de autocontrole cada vez mais intensos⁹⁰.

O exercício de colonização do futuro nas arenas públicas de debate e deliberação e no espaço público é, então, utilizado por especialistas publicamente legitimados em calcular oportunidades, possibilidades e probabilidades da ação pública e de suas consequências no

⁹⁰Wagner (2012), nesse sentido, entende culturalmente a modernidade ocidental como um avanço do mundo da responsabilidade sobre a dimensão do inato.

espaço público e na esfera individual da vida social. O especialista, aqui visto como empreendedor moral, destarte, comunica uma narrativa de redução de complexidade do mundo social projetado mediante a binarização da realidade presente enquanto situação social definida entre o cumprir ou não cumprir a colonização do futuro feita por ele. Nesse sentido, o especialista em calcular riscos se projeta no espaço público como vocalização de uma cruzada simbólica (GUSFIELD, 1986), de uma ofensiva civilizatória (REGT, 2017) e de um empreendimento moral (BECKER, 2008).

No caso específico aqui trabalhado, interessa pontuar que a sociabilidade urbana dos bairros populares da cidade de João Pessoa não se caracteriza por elementos figuracionais e relacionais de uma alta modernidade consolidada (BECK, 2007). Mas justamente pela tensão de serem estes bairros populares espaços de pobreza urbana e vulnerabilidade social e lugares interacionais pessoalizados no âmbito de uma dimensão societal mais ampla dominada por empreendedores morais que articulam ideologicamente o discurso da alta modernidade sobre a cidade de João Pessoa como um todo e sobre os seus bairros populares. Nesta articulação ideológica estigmatizam esses bairros como moralidade degradada e/ou incivilizada e exigem uma ofensiva civilizatória de modernização da cidade, entendida como embelezamento das áreas públicas, contenção social e disciplinamento da pobreza, aumento da segurança pública e privada mediante a pacificação de áreas tidas como de risco e o investimento na infraestrutura urbana. A *Chacina do Rangel*, nesse sentido, muito embora tenha ocorrido, - entre outros lugares possíveis, - no Varjão/Rangel, assume a conotação de evento crítico contagioso de desordenação moral-emocional e simbólica da cidade: um alerta público da necessidade de controle e contenção social da pobreza urbana e de ofensiva civilizadora sobre a mesma.

Regt (2017) entende a noção de ofensiva civilizadora a partir da leitura que faz do conceito eliasiano de processo civilizatório, entendido sinteticamente como o desenvolvimento não intencional e não planejado em longo prazo de estratégias individuais e coletivas de gerenciamento emocional no sentido de avanço do limiar da vergonha, da repulsa e do autocontrole. O processo civilizatório eliasiano se organiza mediante procedimentos de distinção em relação aos outsiders, por parte dos estabelecidos de uma sociabilidade qualquer, e de imitação destes, por parte dos outsiders, o que gera uma espiral cada vez mais exigente de etiquetas de distinção para os estabelecidos e a consequente necessidade de imitação da mesma pelos estratos inferiores da sociedade.

Essa dinâmica de constrangimento crescente dos impulsos individuais e coletivos produz contextos interacionais pautados na *vergonha da vergonha*⁹¹ de ser classificado como incapaz de expressar corretamente os códigos comportamentais tidos como civilizados, ou morar em locais vistos como socialmente degradados. A vergonha da vergonha implica na internalização cada vez mais abrangente no *self* individual do olhar negativo do outro: a vergonha, com efeito, torna-se a emoção principal, ainda que subterrânea, para a compreensão da *etnopsicologia moderna* (LUTZ, 1986; SCHEFF, 1990, 2011 e 2013). A ofensiva civilizadora, contudo, - muito embora parta da ideologia moderna de civilização, de progresso e de ordenamento racional do mundo social (WEBER, 1947), - diferencia-se desta ideologia por implicar em um momento planejando e intencional, conduzido por especialistas e empreendedores morais, para a integração moral de grupos sociais tidos como problemáticos mediante investimentos em mudança comportamental.

Nas palavras de Regt (2017, p. 139):

Uma ofensiva civilizadora... é uma iniciativa planejada e intencional para mudar o comportamento dos grupos tipos como inferiores.

Uma ofensiva civilizadora... é orientada para a integração de grupos inferiores na cultura dos estratos superiores ou, em outras palavras, com intenção de diminuir as diferenças.

No entanto, o conceito de ofensiva civilizadora não é incompatível com a teoria da civilização. Embora o processo de civilização como um todo não seja planejado, durante o processo civilizatório os grupos dominantes podem adotar ações específicas para civilizar os estratos inferiores. E, empiricamente, se pode demonstrar que muitas vezes o fizeram com certo grau de sucesso.

A autora situa o conceito de ofensiva civilizadora na década de 1990, quando o uso do conceito ultrapassa as fronteiras das Ciências Sociais e cai no domínio público, sendo largamente utilizado por jornalistas, empresários e políticos em geral, e passando a dominar a discussão social sobre desvio, violência, criminalidade e problemas sociais em geral, - trazendo noções como ausências de normas e valores, moralidade degradada e hábitos incivilizados para o debate público e político. A perspectiva estrutural-funcionalista sobre os problemas sociais e os problemas públicos, dominante no discurso dos empreendedores morais até o final da década de 1980, foi preterida pela noção sociológica de ofensiva civilizadora como estratégia coletiva de controle coercitivo de ações tidas como moralmente desviantes, perigosas e sujas a partir de uma agenda de educação de atores e agentes sociais

⁹¹A *vergonha da vergonha* é entendida por Scheff, em sua interpretação eliasiana da gênese e da dinâmica da modernidade, como o elemento fundamental, - e paradoxalmente o mais negado e inconsciente, - da constituição moral e emocional do *self* em uma sociedade atomizada e de ideologia individualista.

transgressores e problemáticos para o autocontrole. Ainda nas palavras de Regt (2017, p. 149):

No decorrer da década de 1990 o conceito de ofensiva civilizadora esteve, cada vez mais, ligado a todos os tipos de males sociais contemporâneos, e usado de uma maneira normativa e moralizadora. Na maioria das vezes, a moralização dizia respeito aos problemas da indecência, da violência, do vandalismo, do hooliganismo ou da incivilidade nos lugares públicos, e à falta de "normas e valores" em geral.

A ofensiva civilizadora foi vista como um meio de ensinar o comportamento civilizado para todos os que apresentavam um tipo de comportamento visto como não condizente: os habitantes de bairros pobres, a classe trabalhadora, os jovens, os imigrantes, os usuários de transporte público, os jogadores de futebol e outros desportistas e os fãs do esporte. Todavia, uma alternativa, no sentido de esquerda liberal, fez referência ao ensino da tolerância e da responsabilidade individual, e também pode também ser encontrada nos jornais.

Estas duas peças argumentativas, - a de surto descivilizador e a de ofensiva civilizadora, - formam a base analítica para a compreensão da cruzada simbólica e moral-emocional realizada em João Pessoa a partir da articulação do discurso moralizante sobre a pobreza urbana, através do escândalo da *Chacina do Rangel*, como elemento de perigo, de contágio, de sujeira e de ameaça à normalidade normativa da cidade, impactando fortemente no imaginário social do homem comum urbano. A cidade de João Pessoa experimenta no decorrer de todo o século XX um conjunto de ofensivas civilizadoras que vão processualmente conformando a malha urbana da cidade a partir de um projeto de modernização do espaço público⁹². Modernização esta pautada, principalmente, em ofensivas de pacificação e de higienização da cidade, tendo como foco o disciplinamento do homem comum pobre que emergia como categoria social massificada e ameaçava as ideias de ordem, de progresso e de racionalidade científica na gestão do urbano e das pessoas.

A intensificação de processos sociais ligados ao aumento da violência banal cotidiana e da sensação de insegurança e vulnerabilidade do homem comum urbano, - não importa em que bairro da cidade ele se desloque, da mesma forma que se torna indiferente sua posição nas hierarquias socioeconômicas da cidade -, vai se cristalizando em uma formatação de narrativa generalizada de falência moral dos espaços públicos de convivência, de encontro e de lazer. A primeira década do século XXI, desta forma, se apresenta para os empreendedores morais de João Pessoa dentro de um quadro bastante crítico e desafiador em relação às possibilidades de controle e contenção social dos espaços e lugares do urbano local.

⁹²Remeto o leitor ao capítulo 1 desta tese, que aborda a história da cidade de João Pessoa a partir do projeto político de seus empreendedores morais de modernização conservadora do espaço público.

O esvaziamento das ruas e praças nos bairros nobres e de classe média, onde os moradores cada vez mais se abrigam em condomínios fechados e em casas protegidas por muros e cercas elétricas, desfazendo-se de suas antigas e tradicionais casas de família; assim como o aumento generalizado do consumo de produtos de segurança privada em toda a cidade como resposta individualista aos medos reais e imaginários fomentados pela mídia e por experiências traumáticas de violência urbana, constituem elementos cotidianos de vivência do urbano a partir de um olhar sempre desconfiado para o outro próximo. De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCONJP), a organização vertical das residências urbanas acontece em sinergia com um projeto privatista de segurança individual e coletiva. A indústria da construção civil e a indústria da segurança privada, nesse sentido, alimentam-se retroativamente, assim como resultam e reforçam a cultura do medo na cidade (CORREIO DA PARAÍBA, 01 de Agosto de 2010):

A preferência de se morar em edifícios parte, desde o início, pela prerrogativa de que é mais seguro do que residir em uma casa, onde o acesso dos ladrões é maior. Com a evolução do setor, que trabalha para oferecer produtos de melhor qualidade, e a modernização requerida pelos próprios clientes, os modernos equipamentos de segurança vão sendo incorporados no projeto das construções. É uma tendência de que não se pode fugir.

Nos bairros populares, os moradores reproduzem este processo de verticalização das residências e de privatização da segurança de bens móveis e imóveis e de pessoas⁹³, gerando um clima de acusação da pobreza ainda mais precarizada e vulnerável, no bairro, ou localizando ideologicamente o problema nos bairros vizinhos, de onde supostos criminosos, baderneiros e figuras sem caráter adviriam para tirar o sossego das pessoas de bem. As narrativas são de cenas de violência física e simbólica orquestradas por gangues de jovens⁹⁴ e

⁹³Sobre a tendência à verticalização das residências e à privatização da segurança como fenômenos em codependência, também nas periferias urbanas, a notícia do Jornal da Paraíba (01 de Agosto de 2010) informa que a construção civil, na cidade de João Pessoa, tem se orientado primeiramente nas exigências de segurança por parte dos compradores de imóveis. Mesmo em bairros de precária ou nenhuma infra-estrutura, como saneamento básico e calçamento, a demanda por residências verticalizadas e dotadas de câmaras de monitoramento, portarias, portões eletrônicos e cercas pulsativas cresceu exponencialmente.

⁹⁴Em notícia do dia 16 de fevereiro de 2017, cuja manchete foi Polícia prende terror do Rangel com ajuda de Drone durante Operação, do jornal online local WSCOM (goo.gl/6uNZWq), o bairro do Rangel é apresentado aos leitores da cidade como reduto de armas, drogas e uma gangue de jovens. No caso em questão, a polícia militar logrou prender Léo do Sítio, o “Terror do Rangel”, e mais dois jovens classificados como seus comparsas. Segundo a notícia, os jovens costumavam trocar tiros com a polícia e depois fugir e se esconder nas casas de moradores ou na Mata do Buraquinho, que faz fronteira com o bairro do Varjão/Rangel e é considerada como área perigosa no imaginário dos medos da cidade de João Pessoa.

Em notícia do G1 Paraíba (goo.gl/F8VY47), do dia 13 de abril de 2017, chama-se a atenção do leitor para a *Operação Saturação*, da Polícia Militar, em que se prendeu duas pessoas no bairro do Rangel por estelionato e por tráfico de drogas, enquanto outras quatro pessoas envolvidas com o tráfico de drogas conseguiu escapar da abordagem policial. Interessante registrar que, como na notícia de jornal comentada na Nota 44, enfatiza-se, na

também pelos efetivos policiais que assustam principalmente a população masculina entre 14 e 25 anos com suas investidas e abordagens sobre perfis tidos como suspeitos.

Estes cenários de violência urbana nos bairros populares de João Pessoa, intensamente midiáticos, preenchem diariamente as páginas de jornal e provocam o imaginário dos moradores da cidade, que são, muitas vezes, testemunhas oculares de situações de abordagem policial desrespeitosa e violenta. Não raro tem sido possível presenciar momentos de tensão no Varjão/Rangel, em que patrulhas policiais estrategicamente encurralam entre a calçada e a própria viatura policial grupos de jovens e adolescentes trajados no estilo do bairro: bermudão, boné de aba reta sobre a cabeça e colares no formato de correntes cruzadas pendendo do pescoço. Em um dos casos, registrado no diário de campo de 11 de março de 2017, um grupo de três policiais segurava um dos jovens pelos braços e fazia o registro fotográfico de suas tatuagens, de modo que ele foi obrigado a retirar a camisa que vestia.

As entrevistas abaixo, realizadas com dois moradores do Varjão/Rangel, relatam o imaginário social de moradores em um contexto de cultura do medo generalizada no urbano contemporâneo da cidade de João Pessoa. A primeira entrevista foi realizada com uma senhora de 51 anos, moradora há 16 anos no bairro do Varjão/Rangel:

Esta senhora informou que morava no *bairro do Rangel* (a entrevistada em nenhum momento referiu-se ao bairro pela denominação Varjão) há 16 anos. Ela estudou até a quarta série do primeiro grau e trabalhava como diarista. A renda mensal do seu domicílio era de R\$ 900,00. Ela se definiu como uma mulher solteira que *frequentava* a religião católica. Na casa, viviam ela e a filha: uma moça de seus vinte anos. A entrevistada informou que vinha de uma cidade do interior, mas que tinha se mudado para João Pessoa há 42 anos. F. disse gostar do bairro, apesar de que “*o povo diz que é violento, mas nunca aconteceu nada*”. Segundo ela, o Rangel é um “*bairro bom*”. Ela disse conhecer pouca gente, ali, porque tem uma rotina de trabalho bastante intensa: sai de manhã e chega somente à noite. Para ela, os principais problemas do bairro são a “*segurança pouca*”, a “*falta de água demais*” e a “*saúde péssima*”, enquanto que, por outro lado, o bairro oferece boas feiras e está bem localizado. Já há 16 anos naquela rua, F. disse gostar do lugar, que “*é bom*”. Os problemas maiores são “*a falta de educação do povo, que tinha que aprender a ser mais educado*”. Segundo ela, há “*muita munição na rua*”. O melhor da rua é “*o calçamento, a iluminação boa e os vizinhos ótimos*”. Neste ponto, porém, ela insistiu que não fica nas portas dos vizinhos e que tem amizades na rua. Em relação ao bairro, F. afirma não possuir amigos, uma vez que a falta de tempo impede uma vida social mais intensa no bairro. As suas amizades estão no local de trabalho. Quanto à vizinhança, de que gosta, ela diz que “*as pessoas são boas, prestativas e se ajudavam mutuamente*”. Sua rede de solidariedade, com a qual ele conta para as atividades do dia-a-dia, em casos de problemas de saúde, e de necessidade de apoio emocional e afetivo e de apoio financeiro, se espalha por todo o *bairro do Rangel* e por outros bairros. F. diz não poder reclamar da vida, pois que

notícia aqui trabalhada, o fato de um grupo de pessoas no estar envolvida com ações criminosas e de ter escapado das malhas da polícia valendo-se da Mata do Buraquinho como lugar de refúgio, reforçando o imaginário social do homem comum urbano da cidade em relação à mata como território de gangues de criminosos.

é uma pessoa que tem saúde e “*coragem de trabalhar*”, que “*não criava confusão*” e que tem “*seu canto e sua família*”. Em relação ao fato de sentir *medo*, a entrevistada informa que somente a figura do ladrão lhe inspira esta emoção tão desconfortante. Conta que tem bastante medo do que um ladrão era capaz de fazer, algo que era reforçado por traumas recentes porque havia passado: tinha sofrido duas tentativas de assalto, no *bairro do Rangel*, ultimamente. Ela informa, neste sentido, que o *bairro do Rangel* está cheio de “cheira cola e de drogados”. Ao definir sua noção de medo, F. diz se tratar de uma “*tremedeira que não para*”. (Entrevista com F., realizada no dia 16 de março de 2017).

Nesta primeira entrevista, a senhora F. conta suas experiências traumáticas de sofrer assaltos no próprio bairro, que, sente como um lugar de “cheira cola” e “*drogados*”, que a fazem sentir medo como uma “*tremedeira que não para*”. Além disso, relata a sua vergonha em relação à fachada coletiva do lugar, insistentemente nominado *Rangel*, jamais *Varjão*, e onde enfaticamente afirma “*não viver em porta de vizinhos*” e “*não ter amigos no bairro*”, haja vista a “*muita munição na rua*”. Em flagrante contradição, contudo, a mesma moradora enfatiza sua rede de relações no bairro como bastante solidária.

A segunda entrevista foi realizada com um jovem morador do bairro do Varjão/Rangel:

M., de 23 anos, informa viver no *bairro do Rangel* há quatro anos, e ter estudado até o nono ano, quando decidiu ganhar a vida como servente de pedreiro e pintor. Contribui ativamente para a renda mensal de quase R\$ 1000,00 de seu domicílio, onde vive com a mãe, com o irmão, com a irmã e com o filho do irmão. Ele afirma ser solteiro e católico. Informa que gosta do *bairro do Rangel* em razão de ser um lugar calmo, pelo menos na sua rua. Aquela parte do bairro, frisou, é boa, “*mas da esquina prá lá fica mais complicado*”. Quanto aos problemas, o bairro fica, às vezes, sem carro do lixo, bem como é negligenciado pela Cagepa (Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto da Paraíba), quando apareciam canos estourados. Em compensação, uma faculdade (a Universidade Estadual da Paraíba) se apresenta à disposição do bairro. M. revelou viver há quatro anos naquela rua, que ele descreve como calma e tranquila: “*Difícil ver confusão, aqui!*” Afirma gostar de viver ali e informa não ter amigos na rua, justificando esta reserva com o fato de não gostar de ter relações com vizinhos. Quanto ao restante do bairro, tem “*ótimas pessoas*” como amigos. No tocante à vizinhança, comenta gostar do lugar por ser tranquilo, com uma única ressalva: a Rua da Mata (Rua São Geraldo) é, a seu ver, perigosa. M. revela que “*não fazer besteira*” é a forma com a qual ele procura ajudar à sua família e que se vê como “*alguém que corre atrás dos seus sonhos e que procura melhorar o próprio desempenho no trabalho*”. Tem um único medo: “*O de ser preso injustamente!*”. Afirma que muitos policiais não trabalham honestamente, o que justifica seu medo da polícia. Define sua noção de *medo* como “*uma sensação de perigo e de não se sentir à vontade*”. (Entrevista com M., realizada no dia 20 de março de 2017)

Em sua entrevista, M. apresenta dados próximos aos da senhora F.: o discurso da impessoalidade como desculpa de si e como acusação do outro, constituindo esta uma estratégia bastante difundida no Varjão/Rangel (BARBOSA, 2015) de administração de informações sensíveis que associam a fachada individual do morador aos estigmas projetados no lugar *Varjão*; e o discurso da pequena violência no bairro, contrabalançado pela intensa

solidariedade entre os vizinhos, vistos como pessoas solidárias e prestativas. Um elemento diferenciador, contudo, da segunda entrevista, é o sentimento de medo expresso em relação às atividades policiais no bairro, e não em relação a possíveis assaltantes ou drogados.

O jovem entrevistado, nesse sentido, afirma sentir medo de ser preso injustamente pela polícia, enfatizando, nesse sentido, que procurava “*não fazer besteira*” como forma de ajudar a sua família, isto é, procurava não envolver-se nos círculos de delinquência juvenil e de pequena violência no bairro, tal como denunciados na primeira entrevista pela senhora F. A fala de M. sobre a presença ostensiva do poder coercitivo do Estado é também interessante na medida em que revela a ambivalência de sentimentos e classificações morais que os moradores do Varjão/Rangel dirigem à instituição: “*muitos policiais não trabalham honestamente*”. A segunda entrevista alude, nesse sentido, ao contexto de pacificação, conduzida principalmente pela Polícia Militar, que está em curso no Varjão/Rangel desde os desdobramentos político-sociais resultantes dos processos de apropriação moral da *Chacina do Rangel*. Os primeiros anos que se seguiram depois da tragédia foram marcados por uma intensa presença policial no bairro, cuja ênfase se dava no controle das saídas e entradas do Varjão/Rangel, assim como nos lugares de maior concentração de moradores, como as praças e o Mercado Público do bairro⁹⁵.

O contexto moral-emocional e cognitivo comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da *Chacina do Rangel*, com efeito, já se apresentava bastante influenciado por narrativas midiáticas de falência moral e de urgente necessidade do empreendimento de reformas urbanas no sentido da administração das tensões e conflitos cotidianos que se acumulam na cidade. Entre estes, destacam-se o trânsito cada vez mais lento e congestionado; o aumento da grande violência e da criminalidade organizada; o afluxo considerável de pessoas do interior do Estado da Paraíba e de outros Estados da federação, gerando novos cenários de uso e aproveitamento do espaço urbano e trazendo etiquetas mais individualistas para a cidade; os padrões de consumo e de organização cada vez mais privatizados do urbano;

⁹⁵Em conversa informal, registrada no diário de campo de outubro de 2014, um jovem estudante de filosofia da UFPB, nascido e criado como morador do bairro do Varjão/Rangel, comentava com o pesquisador a sua surpresa em presenciar uma apresentação de trabalho acadêmico sobre o bairro a partir de uma visão positiva. O Varjão/Rangel, descrito como lugar de pulsante comércio popular e de intensa pessoalidade, pródiga em gestos cotidianos de solidariedade, surpreendeu o morador nativo que, ao contar suas experiências no e sobre o bairro, relatou jamais ter frequentado, a pedido dos seus pais, a Praça da Amizade e outros espaços do bairro, tidos, segundo ele, como lugares perigosos. O seu medo era, entre outros, o de ser confundido com a desordem local e, assim, vir a ser classificado como marginal pela polícia sempre em movimentos de patrulha pelo bairro.

e as novas exigências de reconhecimento, na cidade, de personagens urbanos que desafiam o modelo de modernização conservadora de João Pessoa.

O quadro de notícias abaixo, - extraídas de jornais locais, com base em um levantamento exaustivo de relatos e narrativas sobre o cotidiano do homem comum urbano e sobre as transformações da cidade de João Pessoa, entre os anos de 2005 e 2016, - busca sintetizar os contornos da cultura do medo que vem se consolidando na cidade desde os anos de 1970. Cultura do medo esta que, no início do século XXI, assume o formato de sociabilidades urbanas cada vez mais fragmentadas, individualistas e melancólicas, em que o outro da relação aparece como estranho e perigoso e como motivo de estratégias de evitação e de retirada de si para o espaço privado da casa e da própria intimidade.

As notícias foram processadas com base em categorias de análise que buscaram filtrar e ilustrar as narrativas de violência urbana banal e cruel, de ataque ao patrimônio e à segurança das classes mais abastadas, de ruptura traumática de vínculos domésticos e de ação de bandos e gangues que amedrontam e aterrorizam os bairros populares. Nesse sentido, as seguintes categorias de análise foram desenvolvidas a partir do cruzamento de conjuntos de notícias sobre os processos de violência urbana cotidiana constantes nos jornais da cidade no período acima citado: *violência banal e cruel*; *medo, verticalização e privatização da segurança nos bairros nobres da cidade*; *dramas pessoalizados*; *criminalidade organizada*.

No ano de 2002, notícia do Jornal Correio da Paraíba, de 28 de julho, enquadrada na categoria de análise *violência banal e cruel*, apresentou dados estatísticos cobrindo os anos de 1993 a 2001 sobre a violência urbana em João Pessoa, concluindo que houve um aumento de 120% na incidência de registros de violência nos bairros da Capital em relação ao ano de 1993, definido como ano base da pesquisa. O bairro do Varjão/Rangel foi identificado como um dos mais violentos da cidade, ao lado de outros bairros periféricos e adjacentes, como o Cristo Redentor e o Cruz das Armas, onde também se registrou o aumento considerável no número de homicídios e de pessoas envolvidas com o tráfico de entorpecentes.

As vítimas e os produtores da violência urbana, em sua maioria, são desempregados e jovens entre 15 e 25 anos, conhecidos dos moradores dos bairros, e associados em gangues de delinquentes. A violência urbana tornou-se mais visível e mais corriqueira não somente pela maior incidência dos eventos violentos, mas também em razão de uma transformação radical na qualidade da violência, cada vez mais banal e mais cruel, assumindo uma conotação niilista de afirmação do baixo valor da vida humana.

No ano de 2005, entre os meses de janeiro e março, o Jornal Correio da Paraíba publicou 16 notícias e o jornal *O Norte* publicou 03 notícias sobre violência na cidade, cujos marcadores sociais atravessam as linhas de classe, gênero e etnia, perfazendo um quadro de pânico e falência moral no urbano para uma população assustada. Algumas dessas notícias relatam dramas de famílias de classe média que tiveram suas casas invadidas e, após a experiência de trauma, decidiram optar pela residência verticalizada e pela segurança privada; enquanto que outras tratam do achado, por moradores em bairros populares, de corpos mortos, com profundas marcas de maus tratos, assim como de ações mais ousadas de gangues juvenis na prática de assaltos e acertos de contas. As situações de violência, com efeito, se materializam em contextos domésticos, vicinais, de sociabilidade de lazer, nos momentos de saída do trabalho e de volta à casa, entre amigos, parentes e vizinhos, de modo que as interações mais corriqueiras tornam-se argumentos de medos, riscos e perigos para o ator e agente social que se desloca pela cidade.

As notícias de jornal referentes ao ano de 2005 foram classificadas da seguinte forma: 05 tratam de violência banal e cruel no urbano, tanto em bairros populares como em áreas tidas como nobres da cidade; 02 tratam dos medos das classes mais abastadas e dos processos a estes associados de verticalização e de privatização da segurança na arquitetura urbana dos condomínios fechados; 04 tratam de dramas pessoalizados envolvendo amigos, vizinhos e parentes; e 08 tratam da criminalidade organizada que atua na cidade em forma de gangues, bandos e grupos armados. Enquanto ilustração da violência urbana na cidade de João Pessoa segue abaixo uma notícia de jornal enquadrada para cada categoria de análise:

Violência banal e cruel

Desentendimento entre dois "colegas de bebedeira": R., de 18 anos, ex-interno do CEA (Centro Educacional de Adolescentes) e "Careca". Careca foi morto a golpes de faca-peixeira na cabeça e no pescoço, teve sua cabeça esmagada por pedradas e as vísceras retiradas e cortadas. "R. foi preso próximo à casa de Show Forrozão das Praias, no bairro do Miramar. Ele contou que estava bebendo com Careca, que pegou a carteira de um amigo e não quis devolver. A atitude desagradou R., mas ele continuou bebendo com a vítima e depois cometeu o crime". "Eu matei e não me arrependo. Faria de novo até com um irmão meu que me ameaçasse", disse R.". (CORREIO DA PARAÍBA, 04 de janeiro de 2005).

Medo, verticalização e privatização da segurança nos bairros nobres da cidade

Famílias que tiveram suas casas invadidas e passaram por momentos de pânico/temor "deixaram" suas casas para "sair" da mira de ladrões. A sensação de insegurança aumentou consideravelmente nos bairros abastados de João Pessoa. A atuação de gangues vem provocando mudanças na sensibilidade e no comportamento da cidade. "Depois do assalto, minha esposa entrou em depressão e teve que ficar duas semanas hospitalizadas", disse [uma das vítimas]. Na nova residência onde moram atualmente eles investiram em segurança residencial. "Instalamos cerca elétrica e estamos sempre atentos, com cuidado redobrado, foi um

dia que jamais vamos esquecer;" disse [o entrevistado]". (CORREIO DA PARAÍBA, 27 de fevereiro de 2005).

Dramas pessoalizados

Dois amigos se desentendem por motivo não revelado e um assassina o outro, de 16 anos, com um tiro no peito. Ambos estavam na casa do agressor, que fugiu por um buraco no teto da residência, com a chegada dos vizinhos que ouviram o barulho do disparo. Os vizinhos quebraram a mobília da casa. O crime aconteceu na Comunidade Riacho Doce, no bairro do Cristo Redentor. (CORREIO DA PARAÍBA, 22 de janeiro de 2005).

Criminalidade organizada

Polícia prende e desmonta gangue de 8 pessoas no Cristo. A gangue agia na área em vários bairros: Cristo, Cruz das Armas etc, e já tinha um histórico de vários assaltos a locadoras de vídeo, estabelecimentos comerciais, residências e pessoas. (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de fevereiro de 2005).

No ano de 2008, o jornal *Correio da Paraíba* relata um tiroteio, no bairro de Mangabeira, e uma execução, no bairro Funcionários II, ambas as notícias publicadas no dia 03 de fevereiro. Os bairros populares aparecem como palco de bandos armados que tomam praças e abrem fogo em meio à multidão de moradores ou que rondam pela noite a escolher suas vítimas e desfazem-se do corpo morto em uma rua qualquer do lugar. A narrativa midiática reduz as vítimas à condição de indigência e de quase animalidade diante da crueldade do crime organizado: são figuras anônimas, sem documentos, encontradas acidentalmente na forma de corpos sem vida e sem memórias, à qual se imputa uma associação malograda com a criminalidade organizada que vai gradualmente invadindo e ocupando os bairros populares da cidade, conforme podem ser vistas nas notícias abaixo:

Criminalidade organizada

Um tiroteio deixou dois homens feridos na Praça Cristo Rei, no bairro de Mangabeira. Testemunhas que prestigiaram a cena afirma que dois rapazes em uma moto de cor escura disparam cinco vezes em direção às vitimas, atingindo gravemente um dos rapazes e ferindo o outro com um tiro de raspão na perna. Um morador das proximidades da Praça afirma que havia várias pessoas no local, no momento do crime.... O morador disse que... a população daquela localidade vive receosa. (CORREIO DA PARAÍBA, 03 de fevereiro de 2008).

Um homem foi executado com sete tiros na madrugada de sábado no bairro Funcionários II... corpo foi encontrado na Rua... sem nenhum documento, e até o momento não há informações sobre quem pode ter cometido o crime. O homem que foi morto aparenta ter entre 18 e 20 anos, pelas características do crime a polícia suspeita que a motivação se deu por dívida com algum traficante. (CORREIO DA PARAÍBA, 03 de fevereiro de 2008).

No ano de 2009, de janeiro a julho, até a data de ocorrência da *Chacina do Rangel*, o levantamento de notícias identificou 53 relatos de violência urbana, - no jornal *Correio da Paraíba*, - pertinentes para a compreensão das transformações nas sensibilidades e etiquetas do homem comum urbano em relação às vulnerabilidades interacionais cotidianas por ele experienciadas e à cultura do medo produzida em João Pessoa no curso de sua modernização

conservadora. Percebe-se um aprofundamento da intensidade dramática das narrativas de escandalização da banalidade que motiva a ação cruel, muitas vezes registrada como agressão gratuita e associada aos padrões degradados e incivilizados da pobreza urbana; assim como se enfatiza o potencial ofensivo da criminalidade organizada, apresentada como poder paralelo ao Estado e que se apodera, de fato, de amplas parcelas do território da cidade, reconfigurando o cotidiano dos lugares e os hábitos mais triviais dos moradores dos bairros populares, desde o vestir (proibição de usar capacetes) ao usar os telefones públicos (somente sob monitoramento dos bandidos).

A pobreza urbana representa, na perspectiva dos empreendedores morais locais, uma ameaça tanto para si, como no caso dos *drogados*, dos *ex-presidiários*, dos *desempregados*, dos *aviãozinhos*⁹⁶, dos *traficantes de drogas*, dos *estelionatários*, dos *ladrões*, dos *violentos*, dos *frequentadores de botecos e danceterias*, dos *ciumentos e possessivos* e dos *estupradores*; quanto para a classe média dos bairros populares e para as classes abastadas da cidade, em geral, como no caso dos *assaltantes de bancos*, dos *arrombadores de casas*, dos *motoqueiros* que os perseguem ou que os espreitam oportunamente à entrada de seus residenciais verticalizados. Estes relatos e narrativas jornalísticos, portanto, dramatizam o urbano e o urbanismo como situações tensas e perigosas, seja para a pobreza que se agride e mal trata, seja para os economicamente mais protegidos que buscam incessantemente manterem-se distantes dos tidos como pobres, sujos, incivilizados e violentos.

As notícias de jornal referentes ao ano de 2009 se distribuem da seguinte forma pelas categorias de análise: 07 tratam de violência banal e cruel no urbano, apresentando casos bastante escandalosos e chocantes de desfiguração e desumanização do outro relacional; 02 abordam os medos das classes mais abastadas e dos processos a estes associados de verticalização e de privatização da segurança na arquitetura urbana dos condomínios fechados; 11 tratam de dramas pessoalizados envolvendo amigos, vizinhos e parentes em situação de maus tratos e de violência simbólica em relação ao outro próximo; e 34 casos se reportam à criminalidade organizada, - que atua na cidade em forma de gangues, bandos e

⁹⁶O termo *aviãozinho*, popularizado nos anos de 1990, designa a utilização de crianças e adolescentes na logística de comunicação material e simbólica da criminalidade organizada em torno do tráfico de drogas. O *aviãozinho*, por ser menor de idade, não pode ser enquadrado no Código Penal Brasileiro, mas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe a sua prisão em razão de inimputabilidade penal e de incapacidade civil. O crime organizado se aproveita oportunamente desta situação para empregar crianças e adolescentes, por exemplo, no transporte e venda de drogas em locais sensíveis, como escolas, praças, parques, faculdades e bairros nobres da cidade, dificultando o trabalho de combate ao crime realizado pelos efetivos policiais do Estado.

grupos armados, - que aterroriza bairros inteiros, impondo *toque de recolher, lei do silêncio*⁹⁷ e sanções na forma de execuções e torturas. Enquanto ilustração da violência urbana na cidade de João Pessoa segue abaixo uma notícia de jornal enquadrada em cada categoria de análise:

Violência banal e cruel

Jovem é morto com facada ao chamar atenção de transeunte que urinava na frente dele e das amigas. J., 19 anos, foi socorrido, mas já chegou morto no hospital. (CORREIO DA PARAÍBA, 09 de janeiro de 2009).

..."onda" de homicídios na Grande João Pessoa. Um deles ocorreu no bairro do Rangel, cuja vítima foi o pedreiro J., 43, que estava na frente de sua casa, quando foi surpreendido por vários tiros, na madrugada do dia anterior. O acusado é conhecido por 'Nem'. O homicídio ocorreu no formato de execução. (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 06 de julho de 2009).

Medo, verticalização e privatização da segurança nos bairros nobres da cidade

Em Manaíra, bairro vizinho ao São José, os moradores estão com medo da violência. Várias residências e prédios possuem forte aparato de segurança. Tal proteção está fazendo que os bandidos optem por assaltos praticados na chegada ou saída de suas residências, ou nas paradas de ônibus. Carros arrombados também são comuns. Segundo M. L., depois que os ladrões "pularam o muro e levaram tudo que eu tinha no terraço, inclusive as cadeiras, eu coloquei uma cerca elétrica em todo o amurado da casa". M. L. mora na Rua..., em Manaíra. Hoje, quase todas as casas "por aqui possui cercas elétricas. Quase todos os meus vizinhos já foram assaltados, mesmo com as cercas elétricas, pois o que os ladrões estão fazendo agora é esperar que paremos o carro para entrar em casa, ou ficam esperando que saíamos de casa para assaltar". (CORREIO DA PARAÍBA, 02 de fevereiro de 2009).

Dramas pessoalizados

Mãe de 24 anos, usuária de drogas, tentou matar o seu filho de dois anos com golpes de tesoura. A criança teve afundamento craniano e vários ferimentos nos pés, coxa e tórax. A criança sobreviveu, mas se encontra em estado grave em hospital da cidade. Vários vizinhos confirmaram na polícia os maus tratos da mãe ao filho. L. ..., a mãe, muito drogada, em seu depoimento à polícia, diz que em um momento de desespero tentou se vingar de uma pessoa, sem revelar o nome, na figura do filho. L. se diz usuária de drogas desde criança. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 06 de fevereiro de 2009).

Criminalidade organizada

O crime organizado controla pelo menos 30 bairros nas cinco maiores cidades da Paraíba. Grupos privados criam "um poder paralelo" e aterrorizam a população. (CORREIO DA PARAÍBA, 25 de fevereiro de 2009).

Bandidos valem-se de novas tecnologias da comunicação e de um código rígido e violento de comportamento para controlar bairros populares das cinco maiores cidades da Paraíba. Em João Pessoa, o bairro Cristo Redentor é um dos lugares onde

⁹⁷A Lei do Silêncio, expressão comum no jargão policesco e midiático sobre a violência urbana contemporânea no Brasil, aponta para uma postura de intimidação da população de um bairro popular por parte da criminalidade organizada, que passa a ter suas casas usadas como refúgio de bandidos, em situações de operações policiais, e também a sofrer humilhações e retaliações letais em casos de colaboração real ou imaginária com as forças de ordem do Estado. A Lei do Silêncio muitas vezes é combinada com o toque de recolher, que significa a ameaça de morte para todos os moradores que ousarem sair às ruas do bairro colonizado pela criminalidade organizada depois de uma determinada hora da noite, quando as atividades ilícitas de tráfico e consumo de drogas tendem a se intensificar.

bandidos executam pessoas a qualquer hora do dia, assaltam e comercializam crack e outras drogas. (CORREIO DA PARAÍBA, 25 de fevereiro de 2009).

"Disputa entre gangues rivais por pontos de droga no bairro de São José matou duas pessoas. A., 18, foi morta com 3 tiros. Uma hora depois, um rapaz de 20 anos foi morto, com 2 tiros na cabeça. Outras 3 pessoas do bairro estariam marcadas para morrer". (CORREIO DA PARAÍBA, 02 de fevereiro de 2009).

Em operação recente a polícia militar prendeu 07 homens envolvidos em uma quadrilha fortemente armada que praticava o "toque de recolher" na Comunidade Paulo Afonso. O silêncio domina o lugar, e mesmo com a garantia de não ter o seu nome revelado, moradores se recusam a comentar a violência que aconteceu na comunidade: "Todo mundo tem medo", revela uma moradora assustada. (CORREIO DA PARAÍBA, 21 de fevereiro de 2009).

A polícia divulga relação dos 234 pontos de venda de drogas em 32 bairros da Capital. Delegacia-geral da Polícia Civil pede colaboração da população com denúncias. (No bairro do Varjão/Rangel foram divulgados pontos de venda de drogas nas Ruas X, Y, Z, W). (CORREIO DA PARAÍBA, 22 de março de 2009).

A Figura 35 (p. 197), que mostra a tabela abaixo, sintetiza esquematicamente o quadro de narrativas apresentado pelos empreendedores morais locais sobre o cotidiano do homem comum nas sociabilidades urbanas em João Pessoa no que tange à questão da violência difusa, da criminalidade, dos medos e medos corriqueiros, e das vulnerabilidades interacionais presentes nas disputas morais e pelo espaço público. Trata-se de um imaginário de medo generalizado do outro, de vergonha de si enquanto pobre urbano, de ressentimento em relação à falência moral dos acordos tácitos e da quebra de confiança na ordem social de convivência coletiva, e de humilhação enquanto vítima da violência banal e cruel ou da exploração sistemática por parte da criminalidade organizada.

Os dados apontam para um aumento acentuado das narrativas enquadradas como casos de criminalidade organizada, assim como dos casos tidos como dramas pessoalizados, que envolvem tramas de desentendimentos, intrigas, vinganças e desencontros violentos entre parentes, vizinhos e amigos. A banalidade da construção de processos de quebra de confiança, ofensa e desfiguração moral aparece, com efeito, como uma tônica das narrativas midiáticas, que dirigem um excesso de luminosidade no contar o ato violento, mas que negligenciam a história natural e o contexto interacional e micropolítico da violência urbana.

FIGURA 35 – Quadro de Notícias de Jornais por Categoria de Análise.

Ano	Categorias de Análise					
	Violência banal e cruel	Medo, verticalização e privatização da segurança nos bairros nobres da cidade	Dramas pessoalizados	Criminalidade organizada	Total	%
2002	01	--	--	--	01	1,3
2005	05	02	04	08	19	25
2008	--	--	--	02	02	2,6
2009	07	02	11	34	54	71,1
Total	13	04	15	44	76	100
%	17,1	5,3	19,7	57,9	100	/

Estas narrativas hierarquizam, em uma escala de valores e de associações de poder social e de status, os lugares urbanos e os seus respectivos personagens: o pobre urbano, o morador de classe média nos bairros periféricos e a elite abastada da cidade que se pretende modernizante. Enquanto a produção dos medos, ameaças e tensões à ordem social e moral da cidade é localizada quase que exclusivamente na pobreza urbana, os demais personagens urbanos são retratados como cidadãos de bem que se protegem da violência dos pobres em residências verticalizadas e dotadas de segurança privada.

Interessa, contudo, o fato de que as narrativas de crimes banais e cruéis, massacres, tragédias e situações limites fizeram parte da história recente e cotidiana da cidade de João Pessoa e da Paraíba como um todo, muito embora não tenham sido exaustivamente e sistematicamente explorados pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como argumento de exemplaridade, de surto descivilizador e de chamado para uma ofensiva civilizatória sobre a pobreza urbana tida como moralmente degradada e como ameaça latente aos padrões civilizatórios da cidade de João Pessoa, como foi o caso da *Chacina do Rangel*.

A fala de um oficial da Polícia Militar, registrada pelo jornal *Correio da Paraíba*, no dia 12 de maio de 2009, somente dois meses antes da ocorrência da *Chacina do Rangel*, aponta para um contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental na cidade de João Pessoa cada vez mais prenhe de janelas de oportunidade para a articulação do problema social da violência urbana como problema público de falência civilizatória. Sobre a violência urbana nos bairros populares e na cidade, em geral, afirmou o major C.:

“Estes bairros se destacam mais pela ocorrência de roubos, assaltos e comercialização de drogas. Eles acontecem mais nos fins de semana e envolvem ameaças, conflitos pessoais, e o consumo excessivo de álcool”... Para ele, a criminalidade no Rangel e Cristo é um reflexo do que está acontecendo em toda a cidade, e só através de uma ação realizada de forma integrada, as ocorrências podem diminuir. (CORREIO DA PARAÍBA, 12 de maio de 2009).

A *Chacina do Rangel*, portanto, enquanto narrativa pública de caráter notadamente moralizante, de certa forma sacudiu o debate público na e sobre a cidade de João Pessoa no ano de 2009. Isto é, quando se desdobram as ações e reações em torno do crime entre iguais que chocou e mobilizou o homem comum no sentido de uma agenda civilizatória para o bairro do Varjão/Rangel e para o espaço urbano em geral, agora assombrado pela ameaça de ocorrência de crimes semelhantes.

Com efeito, o crime permanece, ainda, na memória local como parâmetro de violência cruel, de banalidade e de trauma, sendo revivido pela mídia local quando janelas de oportunidade se abrem para tal; como, por exemplo, sempre que se aproxima o dia 09 de julho de cada ano (aniversário da chacina) e, ainda, quando situações classificadas como moralmente bárbaras e perversas emergem no cotidiano da cidade de João Pessoa e, mediante uma apropriação moral eficaz, impactam fortemente na vida das pessoas. O argumento moral desenvolvido em torno da *Chacina do Rangel*, nesse sentido, é mobilizado como uma narrativa moralizante para a toda a cidade, na medida em que a pobreza urbana é classificada como elemento de perigo, de incivilidade e que, por essas razões, exige, no mínimo, um esforço de contenção.

Alguns crimes cruéis ocorreram recentemente na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba. O impacto moral desses eventos ensejou narrativas do tipo *histórias tristes* e de indignação e revolta. Interessante notar que estes crimes foram lembrados pela mídia com referência à experiência trágica e vergonhosa da *Chacina do Rangel*, classificada como um marco na memória da cidade de João Pessoa e dos paraibanos, em geral.

A notícia do Jornal da Paraíba (do dia 03 de janeiro de 2016 – versão Online, goo.gl/ZVT35m), intitulada *Barbáries deixam marcas na memória dos paraibanos: Mesmo com punição de culpados por crimes cruéis, revolta vem à tona na memória da população de Sumé, Queimada e João Pessoa*, exemplifica de forma bastante clara a dinâmica de ativação de ressentimentos, indignações e traumas referentes a acontecimentos passados e distanciados no tempo e no espaço, mas que são conectados enquanto narrativa moralizante de tragédia e trauma.

De acordo com a notícia em questão, estes crimes bárbaros podem ser interpretados como:

Histórias tristes que jamais serão esquecidas pelos paraibanos. Crimes com relatos que chegam a ser difíceis de se acreditar devido à crueldade com que foram cometidos. Nos últimos seis anos, três crimes, que chocaram a Paraíba, fizeram o Estado ter um destaque indesejável no Brasil: a “Chacina do Rangel”, em João

Pessoa, a “Barbárie de Queimadas” e o “Ritual de Magia Negra em Sumé”. Mesmo com a punição de todos os acusados envolvidos nestes três crimes, o sentimento de revolta mudou a vida dos moradores dessas cidades e abalou a rotina das famílias que foram destruídas, que ainda choram ao relembrar os fatos. (CORREIODA PARAÍBA, versão Online, 03 de janeiro de 2016).

Nesse sentido, o debate público instaurado, gerando uma narrativa pública e dramática da violência urbana banal e cruel, de modo a formatá-la em um argumento moral de imposição de condutas para áreas urbanas tidas como problemáticas, revelou interesses e projetos políticos e econômicos de personagens e grupos destacados da cidade. Mas também trouxe à tona os regimes de sensibilidade que organizam os parâmetros morais das ações e discursos de personagens anônimos, confrontados com a obrigação pública de exercício de indignação e revolta (MAUSS, 1921), na medida em que os jornais, rádios e TVs, blogs e redes sociais exploravam a forma cruel e o conteúdo banal do crime em questão.

Este capítulo buscou identificar e delimitar o contorno mais geral do contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental na cidade de João Pessoa nos momentos que precederam a ocorrência da *Chacina do Rangel*, mas também problematizou os primeiros impactos desta narrativa moralizante sobre o cotidiano do morador do bairro do Varjão/Rangel, das periferias urbanas adjacentes e da cidade como um todo. Pode-se perceber um aumento estatístico significativo nos jornais impressos e virtuais de maior circulação na cidade das narrativas midiáticas que dramatizam a violência banal e cruel cotidiana, - entendida pelo público e pelos empreendedores morais locais como uma nova qualidade de violência e de ameaça latente em praticamente todos os espaços interacionais e, principalmente, no imaginário do homem comum, - seja esta referente à violência entre iguais, aos espaços intrafamiliares, domésticos e vicinais, ou à grande violência percebida como a movimentação cada vez mais ousada de gangues, bandos e grupos armados pelos bairros de João Pessoa.

Os moradores da cidade, nesse sentido, parecem reforçar, em sintonia com um acelerado processo de verticalização da paisagem urbana, estratégias de privatização da segurança individual e familiar, o que, por sua vez, também reforça o olhar estigmatizante e de acusação do outro como vetor da violência difusa e de medos corriqueiros. Olhar este a um só tempo produto e produtor de mapas simbólicos e posturas morais que classificam a cidade como cultura do medo e como sociabilidades urbanas caracterizadas pela evitação do outro,

tido como estranho e como possível ameaça, e por disputas morais corriqueiras em torno do pertencer à cidade enquanto projeto de modernização e de civilidade.

Nesta dinâmica de construção envergonhada e amedrontada de sentidos sobre a alteridade próxima e os usos da cidade e a construção dos seus lugares enquanto memórias publicamente aceitas e etiquetas tidas como legítimas, as classes mais abastadas de João Pessoa inventam (WAGNER, 2012), a partir dos especialistas (GIDDENS, 2013) e empreendedores morais (BECKER, 2008) que vocalizam seus medos, receios, desejos e projetos de urbanismo, a pobreza urbana como uma cultura da violência gratuita, da sujeira (DOUGLAS, 1991) e da degradação moral. Estes atores e agentes sociais mobilizam, com efeito, discursos que evocam memórias de uma sociabilidade urbana idealizada como pessoalizada, pacata e provinciana, em que a pobreza e a violência urbana eram contidas e controladas nos espaço periféricos então longínquos da cidade, de modo que, para a elite dominante que gradativamente ocupava os eixos centrais e a orla marítima da malha urbana de João Pessoa, esta pobreza urbana combinava-se de forma quase que indissociável com uma paisagem ainda por civilizar.

O aumento da violência urbana, difusa e cotidiana ou atrelada à criminalidade organizada, é sentido e classificado pelos empreendedores morais da cidade, portanto, como um problema social significativo, - no sentido gusfieldiano do termo (GUSFIELD, 1986), isto é, como problema social que incomoda, mas que não é vocalizado nas arenas públicas de debate. Problema este que gera desconforto generalizado ao provocar e remeter a discursos de falência do controle e da contenção social da pobreza urbana. Fenômeno que agora atravessa e circula pelo urbano, sujando e poluindo os lugares tidos como nobres da cidade, ainda que em grande parte abrigada em favelas, aglomerados subnormais e bairros periféricos cada vez mais hostis à presença ostensiva, coercitiva e de disciplinamento moral das agências estatais.

O problema social da violência urbana, culturalmente localizada e moralmente classificada como modo de expressão e de invasão da cidade dita civilizada e modernizante por parte da pobreza urbana, é, apenas, oportunamente vocalizado nas arenas públicas de debate e deliberação da cidade como problema público e político. As ofensivas civilizadoras, deste modo, buscam nutrir-se de janelas de oportunidades publicamente dramatizadas como surtos descivilizadores, - tal como geralmente sabe acontecer em relação à ocorrência de

crimes moralmente enquadrados como espetáculos⁹⁸ bárbaros, massacres e de tragédias familiares, a exemplo da *Chacina do Rangel*.

Estas ofensivas civilizadoras objetivam reforçar e consolidar um projeto de modernização conservadora dos lugares, dos modos e estilos de vida da cidade de João Pessoa. Modernização conservadora esta ambigualmente sentida pelos moradores e empreendedores morais locais como desejo de individualidade e como ameaça às tradições e conformações autoritárias e excludentes do urbano moralmente hierarquizado em lugares nobres e degradados, produtores e vítimas da violência banal e cruel. A cultura do medo e da evitação do outro, portanto, que se consolida paulatinamente como cultura emotiva da cidade de João Pessoa, desponta como o elemento que caracteriza o contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental associado à *Chacina do Rangel* enquanto fenômeno de violência banal e cruel oportunamente transformada pelos empreendedores morais da *cidade oficial* em argumento moral de surto descivilizador e de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana da cidade.

Em síntese, este terceiro capítulo, intitulado *O contexto moral-emocional e cognitivo comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da Chacina do Rangel*, pretendeu apresentar ao leitor um panorama histórico do processo transintencional de organização das sociabilidades urbanas em João Pessoa sob a ótica dos medos corriqueiros cristalizados em uma cultura do medo, em formação desde a década de 1970, e que caracteriza a cultura emotiva da cidade. E, paralelo a isso, sob a ótica da administração pública e privada do cotidiano de tensões e disputas morais entre os seus moradores mediante o exercício de construção de narrativas sobre a violência banal e cruel, ora associada à pobreza urbana como ameaça aos códigos civilizatórios da cidade, ora como argumento de acusação da pobreza urbana como sinônimo de moralidade degradada e a ser civilizada pelos empreendedores morais locais.

O capítulo buscou discutir a formação da paisagem urbana e humana de João Pessoas nas últimas décadas, de modo a problematizar as consequências ainda bastante atuais do

⁹⁸O conceito de espetáculo, - central para o entendimento da leitura de Debord da sociedade contemporânea forjada no pós- segunda guerra mundial, - aponta para a alienação individual do homem comum urbano dos sentidos culturais mais amplos e formadores do seu mundo social, dominado por uma crescente multidão de imagens-objeto destituídas de uma aura individualizante. O espetáculo, nesse sentido, torna-se o formato banal de representação pública de um mundo comum que perdeu, na fragmentação dos laços e vínculos sociais imposta pela economia capitalista, qualquer noção de totalidade simbólica. O espetáculo, assim, emerge como expressão pública de uma unidade irreal sobreposta performativamente à separação real dos indivíduos sociais em um sistema de hierarquias e posições sociais.

projeto de modernização conservadora em curso na cidade, cuja estratégia em vigor pode ser observada no discurso da privatização da segurança individual e familiar e na verticalização das residências, principalmente das classes mais abastadas, que passam a investir em condomínios fechados e fortificados, esvaziando, com isso, ruas, praças e mesmo bairros inteiros do convívio social nos espaços públicos.

A cidade de João Pessoa, portanto, desponta no século XXI como sociabilidade urbana pautada cada vez mais em processos de privatização das emoções, de consolidação de modos e estilos de vida mais individualistas e melancólicos, e da proliferação de medos corriqueiros relacionados ao encontro com o outro próximo e com o uso dos lugares em um urbano fragmentado, excludente e perpassado pela violência difusa. O exercício desta nova sensibilidade em um contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental de desconhecimento da alteridade próxima e de vínculos sociais vulneráveis tem como contrapartida a busca de uma segurança ontológica para o *self* em uma dimensão idealmente individual e íntima da existência coletiva.

A metaforização do outro como ameaça latente e como falência moral, talvez o elemento central no imaginário do homem comum urbano, assume a expressão ambígua e generalizada em João Pessoa de amor e ódio à cidade: de amor às suas potencialidades de médio urbano, rapidamente alçado à condição modernizante, para a convivência familiar e vicinal; e de ódio à cultura do medo que se estabeleceu na cidade com a desorganização das suas comunidades e das suas etiquetas pessoalizadas, culminando com a sensação sempre presente de insegurança individual e de medos corriqueiros. Esta ambiguidade irrompe principalmente quando da ocorrência de eventos críticos e situações limites que, - muito embora signos de uma violência cotidiana difusa, banal e cruel, - são moral e emocionalmente apropriados por empreendedores morais locais para uma cruzada simbólica de ofensiva civilizadora sobre os elementos imputados como problemáticos e, não menos importante, como passíveis de ampla transformação com base em uma ação pública e política. Este é, no entender da tese em tela, o roteiro básico da narrativa pública e dramática denominada de *Chacina do Rangel*, a ser explorado nos próximos capítulos.

No capítulo seguinte será abordada a narrativa pública e dramática produzida pela mídia local para a captura moral e emocional do crime de chacina como um exercício interessado de imposição de condutas e de projetos no jogo social de administração dos espaços de negociação pública, de controle social da normalidade normativa cotidiana (KOURY; BARBOSA, 2016) e de justificação de si, - no caso, a *cidade oficial* com sua

fachada e reputação, pretensamente modernizantes, - e de acusação do outro, - a pobreza urbana como metáfora da incivilidade e da degradação moral, - mediante o uso de informações sensíveis e desacreditáveis das fachadas individuais e coletivas dos moradores mais vulneráveis da cidade. A mídia local, nesse sentido, despontou como empreendedor moral principal na vocalização, escandalização e espetacularização do crime de chacina, - ato banal de crueldade entre iguais, - como narrativa pública de *Chacina do Rangel*, potencializando as *equivocações* nas relações já bastante tensas entre a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel.

Na parte II da Tese, a discussão se desenvolve a partir da descrição densa de como cada empreendedor moral, - a mídia local, a Igreja Católica, a Administração Pública, e, por fim, também os moradores do Varjão/Rangel enquanto ator e agente social coletivo, - organizou sua definição e enquadramento da *situação-limite* e do trauma ocorrido, assim como das narrativas públicas e dramáticas construídas em torno da violência banal e cruel do crime de chacina como *Chacina do Rangel* ou como *trauma cultural*. Trata-se, portanto, de analisar o complexo da montagem moral e emocional da chacina não mais como um problema social isolado, restrito a uma região moral da pobreza urbana; mas como um problema público já fortemente inserido nas arenas públicas de debate e deliberação política da cidade de João Pessoa e na agenda de intervenção dos empreendedores morais da *cidade oficial* sobre o Varjão/Rangel; e, inversamente, como um problema social latente nas redes densas e tensas de fofocas, rumores e acusações irônicas e ressentidas do bairro sobre o olhar estigmatizante da cidade.

3. OS USOS MORAIS DA VIOLÊNCIA URBANA BANAL E CRUEL: A *CHACINA DO RANGEL* COMO NARRATIVA PÚBLICA E DRAMÁTICA DE ESCANDALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA COTIDIANA E DE OFENSIVA CIVILIZADORA E A NARRATIVA INVERSA DE *TRAUMA CULTURAL* DOS MORADORES DO VARJÃO/RANGEL

Menciono deliberadamente a tragédia porque, mais que as outras formas literárias, representa um processo de reconhecimento. O herói trágico se torna cognoscível por reexperimentar o que se fez sob o sofrimento, e nesse pathos, ao novamente sofrer o passado, a rede de atos individuais se transforma num acontecimento, num todo significativo. O clímax dramático da tragédia ocorre quando o ator se converte num sofrendor; aí reside sua peripatéia, a revelação do desfecho. Mas mesmo enredos não trágicos se tornam autênticos acontecimentos apenas quando são experimentados uma segunda vez, sob a forma de sofrimento, com a memória operando retrospectiva e perceptivamente. Tal memória só pode falar quando a indignação e a justa cólera, que nos impelem à ação, foram silenciadas - e isso demanda tempo. Não podemos dominar o passado mais do que desfazê-lo. Mas podemos nos reconciliar com ele. A forma para tal é o lamento, que brota de toda recordação...

O impacto trágico dessa repetição em lamento afeta um dos elementos-chave de toda ação: estabelece seu sentido e aquele significado permanente que então entra para a história. Em contraposição a outros elementos particulares da ação - sobretudo os objetivos postulados, os motivos impulsionadores e os princípios de orientação que se tornam todos eles visíveis no curso da ação -, o sentido de um ato executado se revela apenas quando a própria ação já se encerrou e se tornou uma estória suscetível de narração. Tanto quanto seja possível algum “domínio” do passado, ele consiste em relatar o que aconteceu; mas essa narração, que molda a história, tampouco resolve qualquer problema e não alivia nenhum sofrimento; ela não domina nada de uma vez por todas. Ao invés disso, enquanto o sentido dos acontecimentos permanecer vivo - e esse sentido pode persistir por longuíssimos períodos de tempo -, o “domínio do passado” pode assumir a forma da narração sempre repetida. O poeta, num sentido muito geral, e o historiador, num sentido muito específico, têm a tarefa de acionar esse processo narrativo e de envolver-nos nele. E nós que, na maioria, não somos nem poetas nem historiadores estamos familiarizados com a natureza desse processo, a partir de nossa própria experiência de vida, pois também nós temos a necessidade de rememorar os acontecimentos significativos em nossas vidas, relatando-os a nós mesmos e a outros. Assim estamos constantemente preparando o caminho para a “poesia”, no sentido mais amplo, como potencialidade humana; estamos constantemente à espera, por assim dizer, de que ela irrompa em algum ser humano. Quando isso ocorre, o relato do ocorrido aí se detém e uma narrativa composta, um parágrafo a mais, acrescenta-se aos recursos do mundo. Retificada pelo poeta ou pelo historiador, a narração da história obteve permanência e estabilidade. Assim a narrativa recebeu seu lugar no mundo, onde sobreviverá a nós. Lá ela pode subsistir - uma estória entre muitas outras. Não há nenhum sentido para essas estórias que lhe seja inteiramente destacável - e isso também sabemos por nossa experiência pessoal não poética. Nenhuma filosofia, nenhuma análise, nenhum aforismo, por mais profundos que sejam, podem se comparar em intensidade e riqueza de sentido a uma estória contada adequadamente. (ARENDDT, 2008, p. 29-31).

Esta Parte II está organizada em quatro momentos: o capítulo 4, intitulado *O ritual dramaturgico de construção midiática de problemas públicos: Chacina e Monstro do Rangel*

como formas de acusação e apropriação moral e emocional da pobreza urbana; o capítulo 5, intitulado *A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso*; o capítulo 6, intitulado *A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano*; e, por fim, o capítulo 7, intitulado *A violência urbana banal e cruel sob a ótica dos moradores do Varjão/Rangel: Empreendedores morais de um trauma cultural*. A discussão travada em cada capítulo compõe a proposta mais ampla de abordagem compreensiva da cultura emotiva e dos códigos de moralidade da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel, - ambos percebidos em uma relação tensa e densa de *equivocações*, - a partir dos usos comuns da violência banal e cruel cotidiana, seja como argumento de acusação do outro e desculpa de si, como no caso dos empreendedores morais da *cidade oficial*, seja como argumento de desculpa ressentida de si e acusação irônica do outro, como no caso dos moradores do bairro.

Esta Parte II, assim, aborda, em um primeiro momento, as narrativas e tramas discursivas produzidas em torno do crime de chacina apropriado moral e emocionalmente como *Chacina do Rangel* pelos empreendedores morais da *cidade oficial*: a *mídia local*, a *Igreja Católica* e a *Administração Pública*. Estes atores e agentes sociais coletivos atuaram no bairro do Varjão/Rangel no desenrolar do processo de definição social da violência banal e cruel como tragédia e escândalo público e no processo de vocalização de uma cruzada simbólica pela moralização da cidade a partir de uma ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana, oportunamente localizada desde o lugar poluído e *equivocadamente* nominado de *Rangel*.

A mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública se envolveram na apropriação moral e emocional do crime da chacina enquanto *surto descivilizador* (ELIAS, 1997), *evento crítico*, *massacre escandalizado*, *falência civilizacional*, *desordem cosmológica* e *problema público* consideravelmente politizado. Esta Parte II pretende, assim, situar e diferenciar como os diversos empreendedores morais da *cidade oficial* comportaram-se publicamente e estrategicamente buscaram impor suas reivindicações como exigências de todos os moradores da cidade de João Pessoa, a despeito dos sentimentos e perspectivas dos moradores do Varjão/Rangel.

Objetiva compreender, portanto, como uma situação de violência banal e cruel, - tal como o crime de chacina já previamente descrito e discutido, - uma vez transformado em narrativa de *Chacina do Rangel*, foi oportunamente utilizada para a definição da pobreza urbana como ameaça civilizacional. Ameaça esta que demandava uma urgente ofensiva

civilizadora para a restauração da ordem cosmológica e da normalidade normativa da cidade, bem como de reparação e de justificação da fachada e imagem públicas da *cidade oficial*.

Os capítulos 4, 5 e 6, deste modo, fazem uso da análise de micronarrativas de escândalo, trauma e tragédia que foram produzidas por jornais, blogs, programas de TVs e rádio locais como recursos moralizantes e de apropriação moral e emocional de fatos cotidianos ocorridos nos mais diversos lugares de um urbano em acelerado processo de transformação das suas dinâmicas de produção de serviços, de estratégias de mobilidade e de lógicas de ocupação do espaço, e, deveras importante, contaminado por uma sensação de insegurança generalizada. Valem-se, também, da análise do processo de administração da justiça penal aplicada aos autores do crime de chacina, - em formato de Júri Popular, - assim como analisa as políticas públicas de segurança e de mobilidade urbana promovidas pela Administração Pública no sentido da pacificação e da integração moral e econômica do bairro do Varjão/Rangel à cidade de João Pessoa. Abordam, ainda, o esforço da Igreja Católica em apropriar-se simbolicamente do evento crítico de quebra da ordem cosmológica como situação-limite e como ruptura da normalidade normativa a partir da perspectiva do sagrado e do milagre, do perdão e da exemplaridade do sofrimento humano como elemento de catarse comunal para a reparação de laços sociais rompidos e da homenagem póstuma e memorialística às vítimas fatais do crime de chacina.

O capítulo 4 discute os dividendos analíticos de um mapeamento exaustivo de notícias sobre a cidade de João Pessoa, a partir do qual apresenta a trajetória de construção da apropriação moral e emocional do crime de chacina como tragédia exemplar e alerta de falência moral e civilizacional pela mídia local. Este empreendedor moral e cruzado simbólico pode ser considerado como o ator e agente social destacado no processo de escandalização do problema social da violência banal e cruel associada à pobreza urbana enquanto problema político a ser publicamente debatido.

O capítulo 5 problematiza o poder social e político, ainda que em uma formatação discursiva religiosa, da Igreja Católica no momento em que esta ousou se envolver no processo de apropriação moral do crime de chacina entre iguais como narrativa da *Chacina do Rangel*. O capítulo 6 aborda, por sua vez, a voz de atores e agentes sociais identificados com o poder político, coercitivo e administrador do Estado, entendido como o poder social de ordenação mundana e laicizante da cidade. Analisa, nesse sentido, a ofensiva policial sobre o Varjão/Rangel e os projetos urbanísticos de transformação do bairro desenvolvidos pela prefeitura municipal da cidade de João Pessoa e pelo governo do Estado da Paraíba.

A ação cultural destes dois empreendedores morais, a Igreja Católica e a Administração Pública, com efeito, foram compreendidas a partir da noção de *sagrado* como argumento moral de reordenação do social: o sagrado religioso, enquanto modo de imposição dos fundamentos simbólicos, morais e emocionais, de justificação da vida, da existência e dos sentidos do sofrimento humano; e o sagrado mundano, enquanto imposição dos fundamentos de condutas sociais públicas. O sagrado religioso e o sagrado mundano, nesse sentido, confrontaram-se pontualmente ao longo do processo de produção da cruzada simbólica em tela, tendo o sagrado mundano prevalecido na forma da aplicação da Lei e de Políticas Públicas sobre o sagrado religioso expresso em discursos de milagre, perdão e santificação do lugar do crime.

Esta Parte II, entretanto, em um segundo momento, explora o processo conduzido pelos moradores do Varjão/Rangel de transformação da experiência traumática de dor e de sofrimento causado pela violência banal e cruel entre iguais e de quebra de confiança e de frustração causado pelos empreendedores morais da *cidade oficial* em narrativa pública, ressentida e irônica, de *trauma cultural*. Esta narrativa inversa operada pelos moradores pode ser percebida e compreendida como ação coletiva e descentrada de apropriação emocional e moral das acusações estigmatizantes direcionadas pela cidade sobre o bairro, que, ao seu modo, soube reagir, por exemplo, contra as investidas de profanação, de esquecimento, de desfiguração e de desumanização das vítimas fatais do crime de chacina.

O capítulo 7, nesse sentido, discorre sobre a perspectiva nativa dos moradores do Varjão/Rangel em relação aos empreendimentos morais da cruzada simbólica da *cidade oficial* sobre o bairro. Ato contínuo apresenta uma abordagem compreensiva do que estes mesmos moradores relataram ao pesquisador como forma e estratégia de apropriação moral e emocional inversa do olhar estigmatizante da cidade para, assim, construírem uma narrativa pública e dramática de *trauma cultural*, isto é, o trauma do crime de chacina entre iguais transformado em conto moral e moralizante da relação de *equivocação* entre *cidade oficial* e bairro popular desde o enquadramento ressentido e irônico, envergonhado e melindrosamente orgulhoso dos moradores do lugar *Rangel*.

Os quatro capítulos desta Parte II se estruturam em torno dos conceitos de *narrativa*, de *público* e de *drama* que remetem à abordagem simbólico-interacionista dos processos de construção social da realidade e, mais especificamente, de produção de *problemas públicos*. Estes capítulos situam, nesse sentido, o posicionamento de cada um dos empreendedores morais envolvidos na produção da narrativa da *Chacina do Rangel*, enquanto atores e agentes

sociais e políticos, em relação às suas estratégias de ofensiva civilizadora, gramáticas morais e emocionais e vocabulários de motivos, impactando nas sociabilidades urbanas da cidade como consenso tácito de definição da situação ou mesmo na forma de representação social e discurso de uma moralidade específica.

A mídia local, assim, articulou três movimentos de empreendimento moral no âmbito de uma cruzada simbólica de ofensiva civilizadora: a vocalização da violência urbana como problema social, a escandalização desta violência como problema público associado à necessidade de administração da pobreza urbana e, por fim, a espetacularização da violência urbana como expressão do estilo de vida da pobreza urbana enquanto argumento moral de intervenção política sobre o bairro do Varjão/Rangel, lugar metaforizado como degradação e falência moral próprios da monstruosidade da pobreza e dos pobres urbanos. A Igreja Católica e a Administração Pública, - como já aludido acima, - articularam empreendimentos morais a reboque das provocações da narrativa midiática, mobilizando uma cruzada simbólica de reordenamento do *sagrado*, religioso ou mundano, como ação pública de retomada da ordem cosmológica e da normalidade normativa desestabilizadas pelo escândalo midiático.

O empreendimento moral dos moradores do Varjão/Rangel, nesse diapasão, respondeu ao conjunto de investidas de apropriação moral e emocional do cotidiano do bairro pelo olhar estigmatizante da *cidade oficial*, de modo que operou argumentos ressentidos e irônicos de inversão da narrativa da *Chacina do Rangel* em uma narrativa de *trauma cultural*. Nessa leitura de *trauma cultural* da violência que abalou o bairro e a cidade, os moradores afirmam mais uma vez as *equivocações* entre *cidade oficial* e bairro estigmatizado como topos de toda a querela que tomou conta do público da cidade desde o fatídico 09 de julho, de modo que o ressentimento irônico do morador em relação aos empreendedores morais da cidade pontua a quebra de confiança destas em relação aos projetos prometidos de integração moral e econômica do bairro à cidade.

Deste modo, este trabalho buscou isolar e circunscrever vozes, discursos, projetos, demandas e reivindicações registradas pela mídia local, pela Igreja Católica, pela Administração Pública e pelos moradores do Varjão/Rangel. Fenômenos estes gravados no cotidiano material e simbólico de construção da cidade pelos vários empreendedores morais de João Pessoa envolvidos no processo de apropriação moral e emocional do crime de chacina entre iguais como *Chacina do Rangel* ou como *trauma cultural*.

Cabe ressaltar, portanto, que a separação analítica destas narrativas em capítulos específicos constituiu um recurso e um exercício de depuração e de seleção de vozes,

discursos e posturas deveras complexo de serem enquadradas em categorias analíticas puras como as de *Mídia Local*, de *Igreja Católica*, de *Administração Pública* e de *Moradores do Bairro*, tal como os empreendedores morais são aqui delimitados e analisados. De forma um tanto arbitrária, a mídia local foi representada não só pelos jornais estabelecidos e de maior circulação, mas também por alguns jornalistas e comunicadores sociais mais ousados e sensacionalistas, que despontaram como comunicadores da narrativa midiática sobre o crime chacina e, assim, de destacaram no processo de escandalização da violência difusa, banal e cruel, como conto moral público.

A Administração Pública, - nas figuras das Políticas Públicas de Segurança Pública, das Políticas Públicas de Mobilidade Urbana e da Justiça, - por sua vez, foi retratada nos posicionamentos de políticos e administradores públicos, e, também, de projetos públicos para a cidade e para o bairro do Varjão/Rangel. A Igreja Católica, nesse diapasão, apareceu nas práticas e discursos de figuras institucionais proeminentes e de estudiosos da relação entre o humano e o divino. Enquanto que o morador do bairro, por fim, emergia como categoria analítica que abarca tanto o homem comum urbano anônimo, em suas atividades cotidianas e na média de fofocas, intrigas e rumores que preenchem o bairro de conteúdos dispersos, quanto também os personagens concretos do convívio no campo de pesquisa, destacados como lideranças locais ou não.

Este olhar analítico sobre o olhar da mídia local sobre a cidade (LUHMANN, 2010; BERGHAUS, 2003) e também sobre os modos dos demais empreendedores morais da *cidade oficial* de perceberem as relações sociais complexas e politextuais no urbano, pretendeu revelar os seus respectivos modos de enquadramento moral-emocional das situações, de engajamento político-social nas arenas públicas de debate e deliberação da cidade, e de justificação de si e de acusação do outro nos espaços públicos. Interessa ressaltar, nesse sentido, que os empreendedores morais, Igreja Católica e Administração Pública, buscaram intencionalmente ajustar-se ao ritmo de vocalização e publicização dos problemas sociais imposto pela mídia local no processo de captura moral da chacina, gerando, em alguns contextos, uma sinergia considerável entre todos os empreendedores morais da *cidade oficial* envolvidos na trama narrativa moralizante e nas performances de ofensiva civilizadora diante da complexa montagem política e social estabelecida em torno da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*.

Os moradores do bairro, - também observados e analisados em suas relações complexas e politextuais na interface entre bairro e cidade, - gradativamente digeriam todo

essa produção actancial e simbólica sobre o seu lugar de pertença, de memórias, de reconhecimento e de sofrimento, a partir de suas redes acêntricas e densas de comunicação subterrânea e praticamente invisível para o olhar estigmatizante e externo da cidade. Resultado desse lento trabalhar e projetar a cultura emotiva e os códigos de moralidade do Varjão/Rangel sobre a narrativa moralizante dos empreendedores morais da *cidade oficial* foi uma narrativa inversa, profundamente crítica e cáustica, de *trauma cultural* construída pelos moradores do bairro.

3.4 O ritual dramatúrgico de construção midiática de problemas públicos: *Chacina e Monstro do Rangel* como formas de acusação e apropriação moral e emocional da pobreza urbana

Este capítulo objetiva reconstruir esquematicamente a trajetória de apropriação moral da chacina acontecida no bairro do Varjão/Rangel como *Chacina do Rangel*, pela mídia local. Considerada como o ator e agente social destacado no processo de escandalização do problema social da violência banal e cruel associada à pobreza urbana enquanto problema político a ser publicamente debatido, a mídia local se apresentou como o empreendedor moral central na transformação da *Chacina do Rangel* em ofensiva civilizadora e argumento de intervenção pública. Nesse sentido, a Administração Pública do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba, assim como a Igreja Católica, foram provocados por esta ofensiva articulada pela mídia local e se posicionaram como agentes de empreendimentos morais em resposta à definição da situação da cultura emotiva escandalizada como de pânico e de falência moral.

O material informativo utilizado na confecção deste capítulo foi processado de acordo com metacategorias desenvolvidas a partir de categorias descritivas das notícias tabuladas de um mapeamento exaustivo de jornais, blogs, TVs, rádios e outros, da cidade de João Pessoa, entre os anos de 2005 e 2016: ao todo foram produzidas 354 fichas. Foi utilizado, também, material informativo como leis municipais e estaduais, planos diretores da cidade de João Pessoa e projetos públicos de intervenção urbana, além de peças jurídicas do processo judicial sobre a *Chacina do Rangel*.

Em relação às fichas de notícias da mídia local, cada ficha matriz foi organizada com base nas seguintes variáveis: Assunto Abordado pela Notícia; Categorias Descritivas; Local do Acontecimento Relatado; Endereço do Acontecimento Relatado; Referência de Jornal; Resumo da Notícia; Manchete da Notícia; Comentários do Pesquisador sobre a Notícia; Presença e Quantidade de Fotos na Notícia; Descrição das Fotos. Além destas variáveis cada ficha apresenta, ainda, seus respectivos dados de identificação, como, por exemplo, a data de sua produção e o nome do pesquisador que a produziu.

Com base neste enquadramento analítico de cada notícia trabalhada se fez possível a montagem progressiva de mapas mentais referentes ao olhar da mídia local sobre a cidade de João Pessoa, seus bairros populares e sobre o bairro do Varjão/Rangel. A variável analítica da ficha matriz *Categorias Descritivas* constitui a base a partir da qual a coleção de fichas foi organizada nas seguintes metacategorias: Chacina do Rangel; Violência Urbana; Chacina;

Banalidade da Violência; Gestão de Cidade; Estatísticas sobre a Cidade de João Pessoa; Segurança Pública; Cultura do Medo; Criminalidade; Categoria Outros (dados que desviam dos interesses da pesquisa). Uma vez reorganizados e alinhados de acordo com uma metacategoria de análise particular, os dados informativos das notícias puderam ser processados na construção de um olhar teórico sobre as diversas perspectivas de captura simbólica da tragédia.

Neste olhar da mídia local como um empreendedor moral urbano destacado, pode-se, também, identificar questões sociais relevantes e problemas perturbadores para a população, para o poder público local e para atores sociais e políticos, como o aumento exponencial da violência e da criminalidade, a generalização de um sentimento coletivo de medo do outro e de sair à rua, a presença crescente do tráfico de drogas e de armas no cotidiano de comunidades e bairros populares, a urgente necessidade de reorganização da mobilidade urbana e outros; bem como os projetos públicos, demandas e reivindicações populares que emergem do confronto com estes desafios cotidianos, reais e imaginários, de viver na cidade. Interessa perceber, portanto, nesta coleção de notícias e dados informativos, as disputas morais ordinárias escandalizadas que compõem o debate público na e sobre a cidade de João Pessoa a partir da ação pública e dramática da mídia local e como a Administração Pública e a Igreja Católica, provocadas pelo discurso midiático, buscaram desenvolver uma narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano e do sagrado religioso.

A narrativa pública e dramática da mídia local se constrói com base no argumento moral de tragédia civilizacional e da consequente necessidade de um controle social adequado sobre a pobreza urbana a partir da *Chacina do Rangel*. Discute, com base em fragmentos de memórias e de narrativas midiáticas, uma situação-limite na história de duas famílias no contexto urbano contemporâneo pobre e marginalizado da cidade de João Pessoa. Situação-limite esta interpretada e analisada da perspectiva das apropriações morais que a tornaram um problema e um desafio públicos, assim como um argumento moral amplamente dramatizado.

No contexto da banalidade e da crueldade da violência urbana cotidiana da cidade de João Pessoa, a mídia local, juntamente com os empreendedores morais a Administração Pública e a Igreja Católica, promoveram e comunicaram a *Chacina do Rangel* para o público geral como uma tragédia civilizacional. Nesse sentido, as notícias de jornais e blogs, aqui processadas, são situadas nos contextos pessoalizados de vivência imediata da violência no bairro do Varjão/Rangel, mas também na relação tensa e conflitual estabelecida entre um

bairro problemático, sempre em disputa pelas nomeações Varjão e Rangel, e uma cidade que, no olhar dos seus empreendedores morais, se pretende civilizada. A narrativa pública e dramática de um evento violento, banal e cruel, alçado à condição de *problema público e político* (GUSFIELD, 2006), e que pretende reconfigurar a cultura emotiva da sociabilidade de um lugar urbano tido como moralmente problemático e degradado, constitui, assim, o objeto de discussão.

A narrativa da *Chacina do Rangel* redundou em um discurso midiático de envergonhamento do bairro do Varjão/Rangel, local de ocorrência do evento, e de falência dos códigos morais e emocionais da cidade de João Pessoa enquanto instância civilizadora e fachada coletiva para os seus moradores e seus respectivos bairros. Este discurso foi oportunamente apropriado pelos demais empreendedores morais locais, na esteira da mídia, que desenvolveram narrativas moralizantes próprias. A chacina ora foi enfocada em uma perspectiva de tragédia e de barbárie vista em retrospectiva, ora descrita como um drama passionai que se podia seguir “nos olhos” das vítimas sobreviventes ou dos agressores.

O Varjão/Rangel e seus moradores, neste sentido, foram processualmente estigmatizados pelos empreendedores morais da cidade, sob a condução e em resposta às provocações da mídia local, e, ato contínuo, pelos próprios moradores do bairro, como área problema a ser retomada moralmente e reintegrada à cidade de João Pessoa mediante várias estratégias de superação da liminaridade instalada na cultura emotiva da sociabilidade do bairro. A ocorrência em paralelo, na dinâmica interacional interna da *Chacina do Rangel*, do par *banalidade e crueldade* da violência urbana entre iguais, próximos e íntimos, contribuiu enormemente para a instalação de um regime generalizado de pânico, de choque, de tensão e de estarecimento na cidade e no bairro, tal como são caracterizadas nas notícias de jornais o impacto moral e emocional do evento.

A mídia local, como empreendedor moral e organizador do debate público sobre a *Chacina do Rangel*, neste sentido, encarou a banalidade dos motivos elencados como os elementos subjetivos da chacina, - também descritos como torpes e fúteis, - em uma perspectiva biologizante ou psicologizante de classificação dos autores do crime. Deste modo, a complexidade e as vulnerabilidades próprias do contexto interacional do evento puderam ser bastante reduzidas e rapidamente capturadas em um projeto de apropriação moral do bairro pela cidade de João Pessoa, e pelos empreendimentos morais da Igreja Católica e da Administração Pública.

A banalidade dos motivos da ação, uma vez associada a um nível extremo de crueldade e a uma total ruptura dos vínculos sociais, emocionais e morais, construídos em décadas de convivência pessoalizada e quase que íntima, entre agressores e vítimas, constituiu o argumento central da narrativa pública e dramática da mídia sobre a chacina como *Chacina do Rangel*. Este argumento moral explorou o enigma da incivilidade presente no ato da chacina e que comprometia a própria confiança no processo civilizatório da cidade, em geral, e de cada cidadão. O enigma estava na associação dos elementos da banalidade e da crueldade da violência com o da pertença familiar e íntima, explorado para chocar as sensibilidades do bairro do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa: Como foi possível o desdobramento de tal cena de violência espontânea e fatal? A resposta, processualmente construída pelo burburinho transintencional que se espalhou pela cidade, veio, primeiramente, na forma de *Monstro do Rangel*, em linguagem popular, ou de “personalidade anormal e psicótica”, como ousou afirmar um especialista mobilizado pela mídia local.

As palavras de um psiquiatra da cidade de João Pessoa, consultado pelo Jornal Correio da Paraíba, foram colocadas da seguinte forma:

As condições em que o assassinato dos quatro membros de uma mesma família foi executado levaram ao psiquiatra Arnaldo Rique, do Instituto de Psiquiatria Forense, a acreditar que o casal apontado como autor da Chacina do Rangel possui personalidade anormal e psicótica. "Pelas características de crueldade, perversidade e de maneira brutal ilimitada, ambas apresentam características de pessoas com transtornos psicóticos", afirmou. (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

Do dia 10 ao dia 29 de julho de 2009, o jornal *Correio da Paraíba* abordou aspectos diversos de um evento alçado à condição de escândalo midiático sob a alcunha de *Chacina do Rangel* em um total de 49 notícias distribuídas em 11 dias, de modo a oferecer aos seus leitores da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba uma narrativa intensa de violência entre iguais, cuja configuração motivacional e subjetiva foi descrita como absurdamente banal e enigmática para um crime tão cruel e perverso: na síntese da notícia, o crime aconteceu movido por desentendimentos e brigas em razão do desaparecimento de uma galinha, de agressões leves e de trocas de insultos morais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011) travestidos de jocosidade⁹⁹ entre vizinhos próximos e de longa data, na Rua Oswaldo Lemos, no bairro do Varjão, oficiosamente bairro do Rangel.

Nas palavras do jornal *Correio da Paraíba*, de 10 de Julho de 2009:

⁹⁹A questão da jocosidade, associada ao ressentimento e à ironia, será abordado no capítulo 7 desta tese.

O motivo da Chacina ocorrida ontem no Rangel teve origem com o desentendimento entre vizinhos por causa de uma discussão envolvendo o garoto Rian dos Santos Soares, de 11 anos, que sobreviveu porque se escondeu embaixo da cama sem ser visto pelos assassinos. ...O assassino Carlos José Soares de Lima disse em seu depoimento à polícia que deu um cascudo em Rian porque ele teria roubado uma galinha de sua propriedade. O garoto teria ameaçado prestar queixa e contar aos pais sobre a agressão. A irmã de Divanize, Alana Testo, de 22 anos, contou em detalhes esse episódio. Ela disse que há cerca de seis meses foi agredida por Carlos, o que gerou uma discussão com Moisés e uma queixa contra Carlos na polícia. ...Segundo ela há três meses uma galinha de Carlos teria sumido e ele teria comentado com vizinhos que o culpado pelo roubo seria Moisés, motivo para novas provocações, mas nada que levasse a novos desentendimentos.

A combinação destes dois elementos circunstanciais, *banalidade* e *crueldade* da violência entre iguais, foi o argumento moral central da mídia local na construção da *Chacina do Rangel* como ameaça à civilidade da cidade de João Pessoa e, como tal, como o causador da situação de pânico e falência moral que se instaurou na cidade, gerando um clima de comoção e de revolta popular. É em resposta a esta narrativa pública e dramática da mídia local que a Administração Pública e a Igreja Católica se mobilizarão como empreendedores morais solucionadores da situação de escandalização da desordem moral expressa na banalidade dos motivos da violência praticada contra o outro próximo e vizinho; e nos indicadores da crueldade do ato, desfigurando o outro até o limite da negação da sua humanidade. Banalidade e crueldade da violência, nesse sentido, aparecem nas páginas de jornais como um argumento de unidade, denso e enigmático, para a produção de uma cruzada simbólica e ofensiva civilizadora para a apropriação moral do evento criminoso como escândalo midiático: a *Chacina do Rangel*.

Os possíveis efeitos do desconforto da copresença extremamente pessoalizada como elemento potencializador das vulnerabilidades interacionais, com seus possíveis desenlaces de ruptura e quebra de confiança mediante a desfiguração e desumanização violenta do outro, contudo, foram interpretados pela mídia local, na voz de especialistas ou peritos (GIDDENS, 2013) por ela convocados, como uma questão psicológica e de irracionalidade, remetendo a pobreza urbana ao descontrole moral e emocional ou mesmo à animalidade e à impulsividade das ações, contidos na ideia de *monstro*. Buscou-se, assim, uma explicação associal da cruelmente violenta destruição dos vínculos sociais entre os autores e as vítimas da chacina transformada em *Chacina do Rangel*.

Gusfield (2014), em sua discussão sobre a construção social do debate público e da formação de consensos amplos em torno de um projeto de ordem moral, entende a noção de público como a arena visível e observável das ações sociais conduzidas por atores e agentes sociais que, de alguma forma, se impõem como agentes heterônomos e representantes do

social e constroem sínteses morais ou científicas para a explicação da necessidade de uma nova ordem ou ordenamento moral do social. No entender do autor, público e privado se contrapõem como espaços semi-autônomos de condução de projetos e trajetórias, assim como lógicas ritualísticas e cerimoniais próprias que, no entanto, influenciam-se reciprocamente.

A ação pública e a ação de atores e agentes sociais classificados e reconhecidos como peritos, agentes, ou autoridades públicas, com efeito, revestem-se de sentidos singulares e distintos daquilo que, - pela sua forma não pública, ainda que possa vir a ser semelhante em conteúdo, - desdobra-se no âmbito privado da vida coletiva humana. Gusfield, assim, parece apresentar uma discussão sobre a exemplaridade, a reflexividade, a transintencionalidade e os modos de justificar e desculpar (*accountability*) a ação social e a sua consequente comunicação e apropriação moral na dimensão social que entende por público.

Nas palavras do autor (GUSFIELD, 2014, p. 287-288):

...O termo público tem pelo menos dois usos comuns. Um está enraizado na acepção do "interesse público". Aqui, a palavra age como um contraste em relação ao *especial, particular e pessoal*, termos que expressam o sentimento de ser separada das preocupações coletivas. As ações públicas se atribuem aos interesses e valores de todo o grupo. Elas são apresentadas por pessoas que afirmam falar "em nome de" ou como representantes da coletividade.

...

Em outro uso, o que é público é diferenciado do que é privado por sua capacidade de ser observado. Atos praticados em privado não são visíveis por qualquer pessoa; são privilegiados e têm lugar fora do palco. Os atos públicos estão à vista: os atores não têm controle sobre quem pode testemunhá-los e não dispõem de meios para interpor uma tela entre eles e o público¹⁰⁰.

Gusfield notadamente enfatiza a noção de *interesse* como termo não somente qualificador, mas central para o entendimento da formação de um espaço *público* de debates, enfrentamentos e disputas morais em torno de questões cotidianas comunicadas à coletividade como de interesse geral por atores e agentes sociais que “falam em nome de”. A ação pública, nesse esquema analítico, não pode, desta forma, ser dissociada da pretensão de legitimidade da ação que se quer observada, visível e exemplar.

¹⁰⁰Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 287-288): ...El término público tiene al menos dos usos comunes. Uno está enquistado en el sentido del “interés público”. Aquí la palabra actúa como contraste respecto de lo *especial, particular y personal*, términos que expresan la sensación de estar desligados de las preocupaciones colectivas. Las acciones públicas se atribuyen a los intereses y valores de todo el grupo. Son enunciadas por personas que dicen hablar “en nombre de”, o como representantes de, la colectividad... En otro uso, lo que es público se distingue de lo que es privado por su capacidad de ser observado. Los actos realizados en privado no son visibles para nadie; son privilegiados y tienen lugar fuera de escena. Los actos públicos están a la vista: los actores no tienen control sobre quienes pueden presenciarlos ni tampoco medios de interponer una pantalla entre ellos y el público.

Por estas razões, o espaço público se coloca como arena privilegiada para a ação projetiva e moralizante da mídia local, que escandaliza o problema social da chacina como problema público, provocando o pânico moral, e instaura e conduz o debate público pelo agenciamento de peritos, e provoca a ação de resposta da Administração Pública e da Igreja Católica enquanto empreendedores morais que a ela se associam. Estes atores e agentes sociais destacados reconhecem o quanto a ação pública se caracteriza não somente pela instrumentalidade e pela exigência de cálculo racional na sua produção, como, também, pela dramaticidade e exemplaridade que a comunicação de ações publicamente performatizadas implicam.

Gusfield (2014, p. 288-289), nesse sentido, pontua que:

...Conceituar ações públicas como um drama significa que a pensamos como se fossem performances artisticamente concebidas para criar e manter a atenção e o interesse do seu público.

Os dramas públicos são atos praticados em nome e à vista da coletividade: são atos visíveis e observáveis. Eles ocupam um campo específico da vida. Retratar estes atos como dramas equivale a utilizar uma metáfora extraída do teatro e aplicá-la a um outro campo. É ver os atos públicos como apresentações destinadas a um público que é o centro de atenção dos atores.

...

Ver os atos públicos através da metáfora do drama não é negar um possível componente instrumental, utilitário. É enfatizar a existência de um elemento simbólico, não utilitário, de modo que a ação pode ser compreendida - como um drama posto em cena - como intrínseca à sua própria performance; é vê-la a partir da perspectiva de seu uso ritual e cerimonial¹⁰¹.

A ação pública, principalmente como processo de escandalização de um problema e como debate público, - seja este expresso nos jornais, blogs, rádios e outros canais midiáticos, - parece encaixar-se no argumento de Gusfield. Trata-se de um tipo específico de ação que apela para a audiência de forma a impor uma agenda política e um horizonte objetivo de mudanças, ou seja, a cruzada moral de que fala Becker (2008). Este empreendimento não ocorre sem riscos quando o debate público se alimenta de questões privadas ou banais que são formatadas por empreendedores morais enquanto escândalos públicos com fins moralizantes e

¹⁰¹Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 288-289): ...Conceptualizar las acciones públicas como drama significa que las pensamos como si fueran performances artísticamente diseñadas para crear y sostener la atención y el interés de su auditorio. Los dramas públicos son actos realizados en nombre y a la vista de la colectividad: son actos visibles y observables. Ocupan un campo particular de la vida. Retratarlos como dramas equivale a utilizar una metáfora extraída del teatro y aplicarla a otro campo. Es ver los actos públicos como presentaciones dirigidas hacia una audiencia que es el centro de atención de los actores. ...Ver los actos públicos a través de la metáfora del drama no equivale a negar um posible componente instrumental, utilitario. Es enfatizar la existencia de un elemento simbólico, no utilitario, de modo tal que la acción pueda ser comprendida - como un drama puesto en escena - como intrínseca a su propia performance; es verla desde la perspectiva de su uso ritual y cerimonial.

de reforma ou intervenção social. A ação pública, nesse sentido, precisa legitimar-se enquanto ação legítima mediante uma comunicação eficaz que torne visível, para a platéia, a sua exemplaridade.

No caso da *Chacina do Rangel*, os elementos dramáticos acionados nos discursos midiáticos que, uma vez conectados, conformam a narrativa de tragédia e de trauma, atentam para uma performance pública que enfatiza a exemplaridade da violência ali produzida. Violência esta que, de tão singular, só poderia ser entendida e explicada com apelo às noções de mal, maldade e de monstrosidade¹⁰². Mas que, por sua vez, abria margem para a percepção, também exemplar, da pobreza urbana e do homem comum pobre, como um ser perigoso, inculto, sujo e poluidor dos lugares, caso não controlado. Esta lógica moral de definição da situação acabava por reforçar a ação da mídia local no empreendimento moral de uma cruzada civilizadora sobre a pobreza urbana, classificada como elemento de falência civilizacional¹⁰³ e poluição moral, e, consequentemente, por intensificar o próprio ato degradado exemplarizado na tragédia e a partir do qual se exigia medidas de contenção do mal.

Esta forma escandalizada de narrativa busca descontextualizar as ações humanas e consequentemente suspender as possibilidades de oposição racional aos discursos moralizantes construídos. A performance pública da mídia local, assim, pode ser entendida como uma estratégia de ordenação moral, emocional e comportamental-cognitiva do cotidiano dos personagens urbanos anônimos e do homem comum em suas redes familiares e vicinais de interdependência.

As disputas morais em torno da apropriação moral de um evento escandalizado e posto como debate para a coletividade concentra-se, nesse sentido, mais do que em uma disputa conceitual, nos elementos dramáticos e nos modos de justificar e desculpar a si e ao outro, próprios do confronto pelo espaço público. Para Gusfield, a noção de *público*, enquanto articulação coletiva de interesses e de possibilidades observáveis de comportamento e conduta, chega mesmo a confundir-se com as noções de sociedade e de cultura, que, para o

¹⁰² O papel da monstrosidade, do mal e da maldade, na narrativa moralizante da mídia local, provocou a resposta da Igreja Católica como empreendedor moral e cruzado simbólico que buscou, como será abordado mais adiante, a reordenação do social sob o argumento do sagrado religioso: a limpeza moral do lugar da tragédia mediante operações de transferência e expulsão do mal.

¹⁰³ O argumento midiático de falência civilizacional na cidade, a partir de um bairro popular, provocou a ação da Administração Pública no sentido de projetos de pacificação e de reorganização administrativa dos espaços urbanos pobres a partir do local da tragédia e de judicialização da violência difusa a partir do caso concreto do crime de chacina, tal como será abordado mais adiante.

autor, somente existem na forma de entidades públicas, não esgotando, com isso, os espaços privados de experiência humana.

Nas palavras do autor (2014, p. 298):

Isto (a ação pública e a ação dramática) permite uma melhor compreensão da luta pelo conteúdo e pela forma de dramas públicos, para além de qual seja seu significado instrumental (Warner, 1959). Se a cultura é criada e a sociedade é formada como uma entidade pública, determinar a quem pertence essa cultura e essa sociedade se converte em um contra-argumento importante referente aos atos políticos. Muitos assuntos públicos contêm uma dimensão moral, além de uma consequência cultural. ...Neste sentido, ele contém um significado moral¹⁰⁴.

Gusfield, assim, argumenta que a forma dramática e o conteúdo instrumental dos dramas ou disputas morais públicos apontam para os significados morais sempre tensos, ambíguos e dinâmicos da cultura enquanto repertório simbólico legítimo e da sociedade enquanto forma assumida de consenso coletivo.

Boltanski (2012, p. 212-213), em paralelo ao discutido em Gusfield (2014), habilmente aborda a questão da escandalização pública de cenas privadas do cotidiano como estratégia política e como argumento moralizante oportuno e conveniente de mobilização dos compromissos e fachadas socialmente legítimas nas dimensões oficiais, - em geral o espaço público, - e oficiosas do jogo social. A implosão de círculos de intimidade e confiança mediante a escandalização de segredos definidores de identidades e papéis sociais se revela como uma arma deveras eficaz de reorganização da ordem moral em torno de ações toleráveis ou de situações que exigem a indignação coletiva.

Boltanski (2012) explora de forma bastante interessante os parâmetros do que denomina *par indignação-tolerância* no jogo social de administração dos espaços de negociação pública e de controle social de informações sensíveis e desacreditáveis das fachadas individuais e coletivas. O par indignação-tolerância pode ser lido como as fronteiras públicas do mundo emocional-moral de uma sociabilidade dada, e, também, como sinalizadores facilmente observáveis da normalidade normativa cotidiana (KOURY; BARBOSA, 2016).

Nas palavras de Boltanski (2012, p. 212-213):

¹⁰⁴Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 298): Esto (a ação pública e ação dramática) permite comprender mejor la lucha por el contenido y la forma de los dramas públicos, más allá de cuál sea su importancia instrumental (Warner, 1959). Si la cultura es configurada y la sociedad es formada como entidad pública, determinar a quién pertenecerán esa cultura y esa sociedad se convierte en un importante contraargumento en los actos políticos. Muchos asuntos públicos contienen una dimensión moral además de una consecuencia cultural. ...En este sentido, contiene un significado moral.

Uma compilação de dados etnográficos permite extrair um outro traço intrigante, congruente com o par indignação-tolerância. Quando praticado, o aborto em geral é feito secretamente ou, ao menos, ao abrigo dos olhares. Porém, na maioria das vezes, é que se chama popularmente de “segredo de polichinelo”. Esse tipo de figura deve atrair nossa atenção para uma oposição que exerce um papel importante em relação a nosso objeto: trata-se da oposição - cuja análise foi particularmente desenvolvida na obra etnológica de Pierre Bourdieu, principalmente nos textos consagrados ao parentesco - entre o que concerne ao oficial, dotado de um caráter “público, solene, coletivo”, e o que, tangendo ao oficioso, é condenado a um modo de existência “vergonhoso”, até mesmo “clandestino”. Essa oposição pode dizer respeito à distribuição de diferentes tipos de ação ou diferentes formas de poder.

A mídia local como empreendedor moral, com efeito, pensado a partir do conceito de *segredo de polichinelo*, não constitui um ator e agente social ingênuo, mas consciente dos riscos e perigos, bem como dos possíveis dividendos e bônus de uma cruzada moral bem sucedida. O processo de imposição de uma cruzada moral deve mobilizar habilmente recursos de envergonhamento e de amedrontamento do outro que, real ou imaginariamente, ameaça e transgredir as normas sociais estabelecidas ou não se adequa aos novos horizontes morais.

Da mesma forma, contudo, que o *par conceitual indignação-tolerância* se organiza como um continuum de possibilidades de apreciação e apropriação moral de ações, a depender de situações específicas, o *par conceitual oficial-oficioso e público-privado* não se organizam como fronteiras fixas ou consensos absolutos. Nesse sentido, Gusfield (2014) discute a ordem social, já classificada como entidade pública, como consenso mais virtual do que real, ou seja, mais como idealização ou projeção de um mundo emocional-moral por atores sociais que dispõem do domínio público das grandes narrativas sociais do que como a objetificação do mesmo na prática cotidiana e rotineira.

A ordem social implica, com efeito, em um complexo jogo de disputas de fachadas coletivas, discursos de normalidade normativa, preservação de segredos e fronteiras morais e, a nível mais interacional, de um exaustivo exercício de cegueira diplomática, de administração de informações sensíveis, de evitação de situações constrangedoras, de segregação de papéis e platéias e de estratégias de proteção da fachada (GOFFMAN, 2010; 2012; 2012a), de modo a manter as regiões frontais e traseiras do *self*, assim como as fachadas e os bastidores dos espaços e interesses públicos, resguardados e operantes. Nas palavras de Goffman (2012a, p. 48-49):

Talvez o maior princípio da ordem ritual não seja a justiça, e sim a fachada, e o que qualquer ofensor recebe não é o que ele merece, e sim o que sustentará pelo momento a linha com a qual ele se comprometeu, e através disto a linha com a qual ele comprometeu a interação.

...as sociedades, em qualquer lugar, se quiserem ser sociedade, precisam mobilizar seus membros como participantes autorreguladores em encontros sociais. Uma forma de mobilizar o indivíduo para esse propósito é através do ritual; ele é ensinado

a ser perceptivo, a ter sentimentos ligados ao eu e um eu expresso pela fachada, a ter orgulho, honra e dignidade, a ter consideração, tato e uma certa quantidade de aprumo. Esses são alguns dos elementos de comportamento que devem ser enxertados na pessoa se quisermos fazer uso prático dela enquanto participante da interação e, em parte, quando falamos de natureza humana universal é a esses elementos que nos referimos.

A natureza humana universal não é uma coisa muito humana. Ao adquiri-la, a pessoa se torna uma espécie de construto, criada não a partir de propensões psíquicas internas, mas de regras morais que são carimbadas nela externamente. Essas regras, quando seguidas, determinam a avaliação que ela fará sobre si mesma e sobre seus colegas participantes no encontro, a distribuição de seus sentimentos, e os tipos de práticas que ela empregará para manter um tipo especificado e obrigatório de equilíbrio ritual.

O ator e agente social, portanto, quando situado em jogo comunicacional, em espaços de visibilidade e de *accountability*, deve vestir-se da reflexividade própria da pertença que lhe identifica com os seus pares e que lhe diferencia da alteridade. Trata-se de uma montagem moral que combina uma postura comportamental de discrição com exigências emocionais de engajamento e envolvimento na situação, ainda que estes se configurem como desconfortáveis e, em última análise, como injustos para o ator e agente social que desempenha um papel,

Nesse sentido, Goffman argumenta que a fachada e o ritual interacional de preservação da mesma fundamentam a ordem moral enquanto entidade pública. Ao reconhecer o princípio da justiça como um elemento secundário na organização do contrato social tácito que informa a normalidade normativa para os interactantes, Goffman, como já discutido acima, articula os conceitos de segredo, discrição e de disputa moral em torno do que pode vir ou não a tornar-se público e objeto de escândalo.

Gusfield (2014), ao seu modo, situa uma abordagem semelhante sobre a ordem social e o consenso público como jogos de palcos e bastidores públicos estrategicamente disputados por empreendedores morais. O drama público performatizado, em uma sociedade complexa, principalmente pela mídia, constitui o momento de construção da ordem pública, enquanto consensos e projeções virtuais aceitos, na medida em que estas estabelecem repertórios culturais generalizados amplamente observáveis e, conseqüentemente, impõem fronteiras sociais para a ação cotidiana legítima.

O papel da mídia como empreendedor moral que comunica performaticamente uma descrição crível da normalidade normativa, portanto, pode ser lido, segundo Gusfield, como a perspectiva moralizante do *outro generalizado* meadiano (MEAD, 1973). Perspectiva esta que, muito embora não condiga com os imperativos axiológicos e com as definições da situação dos mundos privados em contextos corriqueiros e ordinários, deve, ainda assim, ser observado como recurso de apresentação pública de si e de julgamento do outro.

Nas palavras do autor (GUSFIELD, 2014, p. 293-295):

A partir dessa perspectiva, a conferência de imprensa e seu conteúdo resultam em uma chave para determinar o que é de domínio público e o que é a organização da vida pública entendida como algo distinto da interação rotineira, conjuntural e pessoal. Para expressar este pensamento eu preciso discutir o conceito de "ignorância pluralista".

Algum grau de ignorância pluralista subjaz a todas as instituições sociais, especialmente em sociedades complexas com culturas diversas e conflitantes e níveis sociais diferenciados. A característica da ignorância pluralista é que cada membro do grupo atribui para os outros um sentido e um critério que ele mesmo não compartilha. Cada um, ignorante em relação aos outros, acredita que existe um consenso mais amplo do que em realidade existe.

Esta ignorância geralmente funciona como fundamento para atribuir à sociedade uma ordem maior do que existe no nível das ações conjunturais. Aquilo que nós construímos como o conteúdo de "o que os outros pensam" ou, como denominava George Herbert Mead, "o outro generalizado", reforça nossa percepção nebulosa de um sistema ordenado de organização social: a "sociedade".

As apresentações públicas adquirem importância, a partir dessa perspectiva, porque transmitem uma descrição do que é a ordem pública, muito embora esta não seja a ordem imperante nas ações interpessoais e rotineiras: "Quando considera que a moralidade pública é irrefutável [as pessoas] tendem tanto mais a agir de acordo com essa moral, muito embora no âmbito privado não concordem com essas regras, mais do que fariam se acreditassem que outras pessoas também não concordam com as regras" (J. Douglas, 1971: 308).

Constatar o caráter significativo dos dramas públicos sublinha a sua importância para a minha análise da autoridade. Estes dramas públicos tornam-se importantes ou não independentemente de conduzirem o comportamento rotineiro e conjectural...¹⁰⁵

Gusfield (2014) explora, ainda, de uma perspectiva irônica, a ambiguidade de um mesmo ato quando classificado moralmente nas dimensões oficial e oficiosa da vida coletiva. Este tipo de fenômeno em que um mesmo ator e agente social se percebe constrangido pela impossibilidade de satisfação do seu *self* em seus múltiplos *mundos sociais*, tal como

¹⁰⁵Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 293-295): Desde esa perspectiva, la conferencia de prensa y su contenido resultan una clave para determinar qué es de dominio público y qué es la organización de la vida pública entendida como algo distinto de la interacción rutinaria, conyuntural y personal. Para expresar este pensamiento necesito discutir el concepto de "ignorancia pluralista". Cierta grado de ignorancia pluralista subyace a todas las instituciones sociales, especialmente en las sociedades complejas con culturas diversas y conflictivas y niveles sociales diferenciados. La característica de la ignorancia pluralista es que cada miembro del grupo atribuye a los otros un sentido y un criterio que él mismo no comparte. Cada uno, ignorante de los otros, cree que existe un consenso más amplio del que en realidad existe. Esa ignorancia suele funcionar como fundamento para atribuir a la sociedad un orden mayor del que existe en el nivel de las acciones conyunturales. Aquello que construimos como contenido de "lo que piensan los otros" o, según lo denominaba George Herbert Mead, "el otro generalizado", refuerza nuestra percepción nebulosa de un sistema ordenado de organización social: la "sociedad". Las presentaciones públicas adquieren importancia, desde esta perspectiva, porque transmiten una descripción de lo que es el orden público, aunque no sea el orden imperante en las acciones interpersonales y rutinarias: "Cuando considera que la moral pública es irrefutable [la gente] tiende tanto más a actuar de acuerdo con esa moral, aunque en privado no concuerde con sus reglas, de cuanto lo haría si creyera que otros individuos tampoco concuerdan con las reglas" (J. Douglas 1971: 308). Constatar el carácter significativo de los dramas públicos subraya su importancia para mi análisis de la autoridad. Estos dramas públicos adquieren importancia independientemente de que presidan o no el comportamiento rutinario y conyuntural...

analisado por Goffman (2012), é entendido por Gusfield a partir do postulado de uma autonomia relativa entre os espaços do público e do privado.

Assim argumenta Gusfield (2014, p. 293-295):

Os atos públicos seguem suas próprias regras de decoro e de conduta, regras que não são os princípios norteadores de outras áreas mais privadas da vida. Um mesmo indivíduo pode, "nos bastidores", aprovar e aceitar uma conduta que lhe resulta chocante, desagradável e até mesmo criminosa caso ocorra "no cenário" do âmbito público...

A distinção não é um simples caso de hipocrisia. O que acontece no âmbito público se transforma em um padrão de legitimidade e estabelece os cânones da sociedade. Outorgar aceitação a essa classe de conduta quando emerge à luz dos informes públicos é criar uma regra social, é gerar a percepção de que vivemos em uma sociedade em que essa classe de ação é legítima.

Assim, o público e o privado são campos semi-autônomos, e cada um responde a normas diferentes. Aparentemente, não queremos que a vida pública seja um reflexo de nossas vidas privadas. Uma face diferente nos cumprimenta quando olhamos para a ordem social retratada nas ações públicas. O seu caráter ritual nos provê a ficção de uma moral que é mais uma aspiração do que uma realização¹⁰⁶.

Goffman, por sua vez, enfatiza o constrangimento de um ator e agente social que se desloca por várias platéias públicas, de modo a experimentar a desorganização normativa própria dos espaços públicos de uma sociedade complexa. Nas palavras do autor (GOFFMAN, 2012a, p. 105):

Muitas vezes, ocasiões cotidianas importantes de constrangimento surgem quando o eu projetado é, de alguma forma, confrontado com outro eu que, ainda que válido em outros contextos, aqui não pode ser mantido em harmonia com o primeiro. O constrangimento então nos leva para a questão da "segregação de papéis". Cada indivíduo tem mais de um papel, mas ele é salvo do dilema de papéis pela "segregação de platéia", pois, normalmente, aqueles diante de quem ele desempenha um de seus papéis não serão os indivíduos diante de quem ele desempenha outro, permitindo que ele seja uma pessoa diferente em cada papel sem desacreditar nenhum dos dois.

No caso da *Chacina do Rangel*, o regime de escândalo generalizado contagiou o bairro do Varjão/Rangel de tal maneira que tornou-se praticamente impossível, em um primeiro momento, para o morador comum ativar estratégias de evitação como o segredo de

¹⁰⁶Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 293-295): Los actos públicos siguen sus propias reglas de decoro y de conducta, reglas que no son los principios guía de otras áreas más privadas de la vida. Un mismo individuo puede, "detrás de escena", aprobar y aceptar una conducta que le resulta chocante, desagradable e incluso criminal si ocurre en "el escenario" del ámbito público... La distinción no es un simple caso de hipocresía. Lo que ocurre en el ámbito público se transforma en un estándar de legitimidad y establece los cánones de la sociedad. Otorgar aceptación a esa clase de conducta cuando emerge a la luz de los informes públicos es crear una regla social, es generar la percepción de que vivimos en una sociedad donde esa clase de acción es legítima. Así, lo público y lo privado son campos semiautónomos, y cada uno responde a normas diferentes. Aparentemente no queremos que la vida pública sea un reflejo de nuestra vida privada. Una cara diferente nos saluda cuando miramos el orden social retratado en las acciones públicas. Su carácter ritual nos provee la ficción de una moral que es más una aspiración que un logro.

polichinelo, a segregação de platéias e de papéis. O constrangimento goffmaniano, nesse sentido, acometeu o morador do bairro na medida em que o local da tragédia foi alçado à condição de espaço público, tomado por uma lógica cerimonial, de envergonhamento e de moralização de condutas a partir da perspectiva de um outro generalizado (MEAD, 1973) instaurado pela ação da mídia local.

A Figura 36, que apresenta o quadro estatístico de notícias de jornais sobre a *Chacina do Rangel*, mostra como no dia imediato ao crime (10 de julho de 2009), ocorrido na madrugada do dia 09 de julho de 2009, dez notícias foram veiculadas no Jornal Correio da Paraíba, seguidas por mais nove notícias no dia 11 de julho de 2009, totalizando dezenove notícias ou 40% das 49 notícias publicadas pelo referido jornal no mês da ocorrência da *Chacina do Rangel*. Trata-se de um considerável esforço por parte da mídia local para dar visibilidade ao ocorrido, classificando-o moral e juridicamente e o associando a um processo de falência e contaminação moral de toda a cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba.

FIGURA 36 – Quadro de Notícias de Jornais sobre a *Chacina do Rangel*.

Quantidades de Notícias/Data													
Data	(10 a 29 de Julho de 2009)												Total
	Conjunto 1				Conjunto 2								
	10	11	13	14	15	16	17	18	19	20	21	29	12 Dias
Quantidade	10	09	04	02	06	06	05	04	01	01	01	01	50
%	20%	18%	8%	4%	12%	12%	10%	8%	2%	2%	2%	2%	100%

Este conjunto de notícias apresenta ao leitor o nome dos agressores e das vítimas do crime, a cena inicial impactante que resume a brutalidade e crueldade da violência praticada, a abordagem feita pela polícia aos agressores e ao local do crime, as primeiras impressões de peritos e especialistas sobre os autores daquela cena fatídica, o estado das vítimas sobreviventes aos vários golpes de faca e facão, e as tentativas ainda tímidas¹⁰⁷ de reconstituição do evento e de associação do mesmo a um motivo específico e condizente com a quebra dos vínculos sociais entre aqueles vizinhos que se conheciam desde que eram crianças e juntamente brincavam pelas ruas do Varjão/Rangel.

¹⁰⁷Interessa frisar que, ao longo da narrativa midiática, a nominação das dramatis personae envolvidas na *Chacina do Rangel* aparece de forma um tanto confusa em razão da imediatividade do evento e o esforço de representar para o público a ideia de uma informação em tempo real dos eventos que se sucediam. Nesse sentido, por exemplo, o nome de Carlos José, um dos autores do crime de chacina, aparece ora como Carlos José dos Santos e ora como Carlos José Soares de Lima.

Pode-se inferir da Figura 36 dois conjuntos de notícias, discriminados abaixo a partir dos seguintes critérios de análise: Vítimas no contexto da *Chacina do Rangel*; Localização moral e emocional da *Chacina do Rangel*; Conteúdo moral e emocional dos vínculos sociais entre vítimas e autores; Caracterização moral e emocional de Carlos José Soares de Lima, como um dos autores da chacina; Personagens da narrativa e do drama da *Chacina do Rangel*; Caracterização moral e emocional da *Chacina do Rangel*; Impacto moral e emocional da *Chacina do Rangel* no bairro e na cidade de João Pessoa; Fases destacadas na narrativa e drama da *Chacina do Rangel*; Apropriação moral da chacina como *Chacina do Rangel* pela cidade e pelo Estado; Imaginário da cidade sobre o bairro do Varjão/Rangel.

No conjunto 1, que compreende os dias 10, 11, 13 e 14 de julho, tem-se um conjunto de 25 notícias ou 50% das 50 notícias publicadas durante o mês de julho de 2009. Estas abordagens da *Chacina do Rangel*, organizadas quantitativamente em uma curva descendente de informações sobre o crime ocorrido, oferecem ao leitor os elementos básicos da configuração moral e emocional do crime e um esboço do tipo de apropriação moral que a mídia local da cidade buscava imprimir à *Chacina do Rangel*.

Neste primeiro momento de esforço em promover a violência banal e cruel do crime ocorrido a escândalo midiático de interesse geral, a mídia local buscou enfatizar os vínculos de vizinhança, de parentesco, de compadrio, lealdade e confiança, e até de intimidade, entre o casal Carlos José Soares de Lima e Edileuza Oliveira (autor do crime) e a família de Moisés Soares Forte e Divanize Lima dos Santos (casal vitimado), enigmaticamente desfeitos. Nestas primeiras notícias descreve-se um ambiente familiar e de amizade tragicamente destruído, sem uma motivação condizente ao grau de violência física e desfiguração moral e simbólica praticados em relação ao outro próximo, que, em realidade, era uma extensão do si mesmo.

Alguns trechos de notícias veiculadas no dia 10 de julho de 2009, horas após a ocorrência do crime, seguem abaixo:

O casal Carlos José Soares de Lima e Edileuza chacinou a família vizinha a golpes de faca e facão, no bairro do Rangel. Somente um filho, de 11 anos, sobreviveu sem ferimento. Pai e 03 filhos foram executados, enquanto a mãe, grávida de gêmeos, e duas crianças escaparam. A vítima aparece como Moisés Soares Forte. (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

Casal conhecido invade casa do vizinho e provoca uma chacina no Rangel: 4 mortos, 2 feridos e 1 sobrevivente sem ferimentos. "O único sobrevivente da família que não foi ferido foi uma criança de 11 anos que ao ver os pais sendo assassinados se escondeu debaixo da cama no quarto ao lado. O garoto não foi visto pelo casal assassino, mas ouviu quando a mulher comentou 'Está faltando um!', procurou, desistiu de procurar e foi embora... Após ver pai e irmãos serem assassinados a golpes de faca Cintia Raissa (3 anos) se escondeu atrás do ventilador, mas não se

livrou e teve a cabeça e a mão decepadas pelo facão. Sua mão foi achada em cima de um guarda-roupa". (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

A polícia foi chamada por uma vizinha que ouviu os gritos e pedidos de socorro. Só quando os policiais entraram na casa o garoto de 11 anos que estava escondido debaixo da cama saiu e contou o que aconteceu. Os acusados Edileuza e Carlos foram encontrados pelos policiais dormindo em casa como se nada tivesse acontecido. Após receber voz de prisão, os dois foram levados para a 9a. Delegacia e acabaram confessando o crime... O marido, Carlos, disse em seu depoimento que quando entrou em casa tinha a intenção de matar "apenas" o casal, mas que assassinou as crianças "em legítima defesa". (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

Grávida de quatro meses, Divanize Lima dos Santos, foi submetida a cirurgias plásticas para a reconstrução da face que recebeu vários golpes de faca. De acordo com o diretor geral do Hospital do Trauma... ela não corre perigo de morte e os fetos estão bem. De acordo com a psicóloga de plantão no Trauma, Júlia Nóbrega, ainda não se sabe se a paciente tem consciência de que os filhos morreram porque ela alterna estados de consciência. O filho de Divanize, um menino de sete anos que também foi ferido, passou por cirurgias e segundo o médico seu ferimento mais grave foi no pescoço, pois quase foi degolado com um golpe na base da nuca. (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

O casal assassino, uma vez consumado o crime, é apresentado ao público leitor *dormindo em casa como se nada tivesse acontecido*, sendo surpreendido pela polícia e conduzido à delegacia, onde o rito judicial de imputação de responsabilidades e de suspensão de conflitos sociais, em particular, e o ritual social de construção da justiça e da experiência coletiva institucionalizada de sentimentos de vingança, de reparação de danos e de extirpação do mal, em geral, deveria ter início. Destaca-se, nesse sentido, o sofrimento causado à família vitimada com base em uma descrição de cenas fortes e chocantes de *cabeça e mão decepadas* a golpes de faca e facão.

O enquadramento visual em primeiro plano destas cenas ligeiras de violência, de muito movimento e sangue, se contrapõe ao retrato de calma e à frieza do casal assassino, cujo objetivo, nas palavras de uma das vítimas sobreviventes, era a destruição total da família vizinha, tal como expresso no *Está faltando um!*, supostamente pronunciado por Edileuza de Oliveira ainda na cena do crime. A mídia local, com efeito, concentra-se em comunicar ao leitor em choque esta cena do crime como o palco da tragédia, deslocando a narrativa, logo em seguida, para a delegacia e para o hospital onde as vítimas sobreviventes foram imediatamente acolhidas e receberam cuidados emergenciais.

O *bairro do Rangel* é citado uma única vez e de forma desinteressada, não tendo sido, ainda, associado pela mídia local ao estigma que caracteriza o bairro como lugar incivilizado e perigoso, o *bairro do Varjão*. No drama familiar apresentado à cidade, a mídia local, em face da enigmática combinação de violência banal e cruel do acontecimento que aborda, elegeu, neste primeiro momento de construção de uma narrativa moralizante, as contradições e

evasivas dos autores do crime em assumí-lo como o espaço de tensão a se resolver e findar a história.

Como se pode ler no conjunto de notícias acima, a fala de uma das vítimas sobreviventes situa o casal Carlos José Soares de Lima e Edileuza Oliveira na cena do crime durante toda a execução da chacina, com destaque para a insistência feminina em destruir totalmente a família. Carlos José Soares de Lima, no entanto, assumiu sozinho, em uma primeira confissão, a autoria do crime, alegando que seu objetivo era *matar ‘apenas’ o casal*, mas que, em legítima defesa, teria matado também as crianças da casa vizinha.

Esta primeira versão do crime, contudo, foi logo desfeita, tal como mostra a notícia abaixo, em que se relata a abordagem inicial da polícia civil na construção da narrativa moralizante sobre a chacina:

O delegado Deusdeth Leitão Filho, que está investigando o caso, disse que durante o interrogatório Edileuza Oliveira negou ter participado da chacina, dizendo que só soube do ocorrido quando o companheiro Carlos retornou para a casa. No entanto, quando o delegado disse que seu companheiro havia confessado tudo sobre a sua participação, Edileuza confirmou, mas disse ter sido obrigada a acompanhá-lo até a casa. De acordo com Alana, tia das vítimas, o garoto de 11 anos que sobreviveu, está em choque, mas contou que a mulher foi quem entrou primeiro na casa e que ela teria tentado matar sua mãe. (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009, B2).

Aqui já aparecem novos personagens à trama, como parentes da família vitimada e uma filha de quinze anos do casal assassinado. Dois dias após o crime, a expressão *Chacina do Rangel* já circulava pela cidade de João Pessoa, causando repercussão nos presídios para onde foram levados os autores do crime. O impacto moral da cruel destruição das vidas de crianças, com a retalhação de seus corpos, foi alegado como justificativa para manter Edileuza Oliveira isolada de outras presas, que abertamente anunciaram a disposição para hostilizá-la.

Chacina do Rangel faz sete vítimas com a morte de Divanize e dos gêmeos em gestação. "De uma família composta por dez membros, contando com as duas vidas que ainda estavam em gestação, apenas três conseguiram sobreviver à tragédia que chocou a Paraíba esta semana. Uma adolescente de 15 anos, Priscila, que estava na casa de uma tia; o garoto de 11 anos, que viu a família ser dizimada; e um garoto de 07 anos, Rian, que quase foi degolado e está em estado grave na UTI Pediátrica do Trauma". (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 11 de julho de 2009)

Chacina do Rangel se tornou imediatamente de conhecimento público, gerando indignação e revolta nos presídios para onde foram enviados os chacinadores. "O casal Carlos José Soares de Lima, 33, e Edileuza Oliveira dos Santos, assassinos confessos da Chacina do Rangel, está em isolamento nos presídios para onde foram levados para não sofrerem agressão física por parte dos outros detentos... No dia da chegada de Carlos José, os detentos queriam que ele fosse colocado junto aos outros. A situação é mais delicada no presídio feminino. "As presas já sabiam dos fatos e ficaram revoltadas, muitas são mães e estão indignadas com os acontecimentos". (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 11 de julho de 2009).

É interessante notar o quanto a Rua Oswaldo Lemos e o *bairro do Rangel* são recorrentemente acionados pela mídia local como elementos de pertença e de explicação do caráter dos agressores. Em sua narrativa a mídia local descreve a cidade, enquanto público e juiz do caso, como um observador moralmente chocado dos acontecimentos produzidos naquele “verdadeiro cenário de um filme de horror”.

A humilde casa na Rua Oswaldo Lemos n° 100 se transformou no verdadeiro cenário de um filme de horror. Os quatro cômodos estão repletos de sangue e os colchões e lençóis no chão encharcados de sangue revelam a tragédia que há horas atrás era a comum noite de sono de uma família. Além do sangue, pedaços de pele ainda podiam ser vistos pelo chão. Paredes e chão lavados de sangue e corpos mutilados compunham uma cena que poucos poderiam prever. Policiais que estiveram no local minutos depois do crime não se contiveram e choraram ao se deparar com o cenário tétrico e comovente, pela presença de crianças entre as vítimas... Pegando algumas roupas do sobrinho, Alana fala que ninguém entende porque alguém foi capaz de cometer um crime tão bárbaro. Ela diz que o cunhado Moisés e o acusado Carlos até já trabalharam juntos na mesma rua desde que eram crianças... Na rua, o clima era de estorpecimento... E também não conseguiram compreender o que teria levado a uma atitude tão extrema. (CORREIO DA PARAÍBA, 11 de Julho de 2009).

Na semana de 11 a 18 de julho de 2009, quando vem a óbito Divanize dos Santos Soares (mãe das três crianças e esposa do marido assassinados, perdendo os fetos de sua gravidez), a casa das vítimas e dos agressores é demolida pelos moradores do *bairro do Rangel* e de bairros próximos, mobilizados pela mídia local e acompanhados por representantes da Igreja que rezavam, benziam e abençoavam o lugar tocado pelo mal¹⁰⁸. A mídia local se refere, então, à casa dos agressores como a *casa do Monstro do Rangel*, de modo que associa a gravidade das transgressões do ato da chacina à nomeação *Rangel*; nome em torno da qual os moradores do bairro do *Varjão* vinham se reunindo em uma luta por integração moral e reconhecimento na cidade de João Pessoa.

Além disso, a expressão *Monstro do Rangel* desvia a atenção do público, atingido pela força com que a expressão se propaga pelas redes sociais, blogs e canais de TV e rádio da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, para uma proposta de desfiguração moral e de desumanização da pessoa de Carlos José Soares de Lima. Uma das consequências desta estratégia de simplificação da narrativa moral da chacina mediante a ênfase exagerada na figura de um dos autores do crime, com efeito, foi a busca de justificações que dessem conta de explicar a motivação da barbárie ali perpetrada. Outra consequência foi o gradual desaparecimento ou invisibilização da figura de Edileuza Oliveira, também autora da chacina,

¹⁰⁸Ver o capítulo 2 desta Tese, especialmente as Figuras 27 e 28 da p. 110, que aborda a derrubada das casas das famílias envolvidas no crime de chacina e o processo de purificação e de santificação do lugar da tragédia.

e cuja participação na dinâmica de acúmulo e instrumentalização de mágoas e ressentimentos entre as famílias, quando deixada de lado, permitiu à mídia local associar a noção de *monstro* ao bairro do *Rangel*, à pobreza urbana em geral e à pessoa de Carlos José Soares de Lima.

Casa do "Monstro do Rangel" é demolida por populares e saqueada por crianças do bairro. "A casa dos acusados da chacina que chocou a população de João Pessoa, nesta quinta-feira, no bairro do Rangel, quando sete pessoas foram brutalmente assassinadas por golpes de faca e facão, foi completamente destruída a marretadas, por dois homens que chegaram em duas motos. Uma preta e outra vermelha. Após a demolição da casa, várias crianças e adolescentes da vizinhança aproveitaram a situação para saquear os escombros, levando panelas, móveis e outros utensílios que restaram. A vizinhança não soube informar a identidade dos homens, que utilizavam capacete no momento da destruição". (CORREIO DA PARAÍBA, 11 de Julho de 2009).

Subiu para sete o número de mortes na Chacina do Rangel em João Pessoa. No Hospital do Trauma, Divanize Soares dos Santos, 35, teve duas paradas cardíacas, ontem, e morreu perdendo gêmeos de quatro meses. Quinta-feira passada, o marido de Divanize e três filhos foram mortos a golpes de faca e facão. A residência do casal que confessou o crime foi destruída a marretadas por dois homens. (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 11 de julho de 2009).

Durante o velório dos corpos (ao todo cinco corpos) na maior escola pública do bairro, a escola Dumerval Trigueiro, compareceram várias autoridades públicas da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, prestando homenagem às vítimas e reforçando a narrativa midiática, resumida na figura argumentativa da *Família Paraibana*, de que o acontecido chocava e atingia diretamente todas as pessoas da cidade e do Estado. Esta homenagem às vítimas consolidava, deste modo, um marco simbólico de efetivação da violência da chacina entre iguais, transformada em *Chacina do Rangel* e, portanto, reconhecida como violência contra a integridade moral coletiva (KATZ, 2017) paraibana.

Esta cerimônia, contudo, também pode ser entendida como um passo importante no sentido da superação, mas não do esquecimento, do momento liminar provocado pelo escândalo da *Chacina do Rangel* contra a *Família Paraibana*, mediante um ritual de performatização da restauração da ordem moral na cidade e no bairro. As notícias do momento relatavam, nesse sentido, um clima generalizado de comoção dramatizado pela mídia local na ocorrência de um infarto de uma pessoa comum em razão do choque moral suscitado pela recepção midiática do trauma em questão.

Dona de casa infarta, em Cruz das Armas, ao assistir notícias na TV sobre a chacina do Rangel". (CORREIO DA PARAÍBA, 11 de julho de 2009).

Clima generalizado de comoção na cidade de João Pessoa leva prefeito da cidade a prestar solidariedade aos familiares das vítimas da Chacina do Rangel, comparecendo ao velório. "Uma barbárie. Parece que não há nenhum parâmetro de solidariedade. Estou chocado com o ser humano e os órgãos da Prefeitura estão dando toda a cobertura e assistência à família". (CORREIO DA PARAÍBA, 11 de julho de 2009).

A cerimônia de enterro e despedida das vítimas, como analisado no capítulo II, segundo dados da Polícia Militar da Paraíba, foi acompanhada por uma multidão de mais de 50 mil pessoas, perfazendo um evento público de comoção coletiva e de trauma generalizado.

Mais de 50 mil pessoas, segundo estimativa da polícia militar, foram ontem ao enterro da família vítima da chacina ocorrida na última quinta-feira, no bairro do Rangel, em João Pessoa. Crianças, jovens, adultos e idosos, rezavam, aplaudiam, choravam e ao mesmo tempo gritavam por justiça. Os cinco corpos foram enterrados em uma única cova no Cemitério do Cristo Redentor. No momento do sepultamento dezenas de pessoas chegaram a desmaiar numa comoção total. Por onde o cortejo passava, desde que saiu do ginásio da escola onde estava acontecendo o velório, as pessoas aplaudiam e gritavam por justiça... Os corpos da família chegaram ao cemitério às 18:30h e uma multidão já os aguardava para assistir ao sepultamento. (CORREIO DA PARAÍBA, 11 de Julho).

A multidão de populares em cortejo fúnebre até o cemitério do bairro do Cristo Redentor, próximo ao bairro do Varjão/Rangel, clamava por justiça, aplaudia e chorava pelas sete vítimas do crime, - pois contava com os dois fetos como *peças assassinadas*. O corpo de Divanize Lima dos Santos e dos dois fetos, com efeito, foram liberados em tempo hábil pelo hospital para que pudessem ser enterrados na mesma cova com as demais vítimas fatais de tragédia. Segundo as notícias veiculadas pelos jornais, o momento de despedida dos corpos das vítimas contou com a solidariedade e a indignação coletiva de moradores de vários bairros de João Pessoa.

Multidão de vários bairros de João Pessoa vai ao velório da família chacinada, no bairro do Rangel. A polícia militar montou um esquema de segurança e vai acompanhar o evento até o sepultamento dos corpos às 16h no cemitério do bairro do Cristo Redentor. "O pai das crianças, Moisés Soares dos Santos, 33 anos, e as crianças Raissa dos Santos Soares, 02 anos, Raí dos Santos Soares, 04 anos, e Raquel dos Santos Soares, de 10 anos, foram brutalmente assassinados a golpes de facão. Os acusados, que confessaram o crime, são Carlos José, 25 anos, e Edileuza de Oliveira, 26 anos, que foram presos pela polícia. (CORREIO DA PARAÍBA, 10 de Julho de 2009).

Multidão de populares presta homenagem às vítimas da Chacina do Rangel, comparecendo em peso ao velório e ao enterro dos corpos. "Centenas de pessoas passaram pela quadra esportiva da Escola Municipal Professor Dumerval Trigueiro, no bairro do Rangel, para velar os quatro corpos das vítimas da Chacina. No local, a emoção tomou conta das pessoas que foram prestar homenagem às vítimas. Na tarde de ontem, chegou ao local o corpo de Divanize, para ser sepultada junto com o marido e os filhos, no cemitério do Cristo Redentor... Os familiares das vítimas receberam a solidariedade de moradores do Rangel e de estudantes da escola Municipal Leônidas Santiago, onde estudavam as crianças assassinadas". (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 11 de julho de 2009).

O jornal fala abertamente em *Chacina do Rangel* (o termo aparece 08 vezes) e começa a ser utilizada a alcunha de *Monstro do Rangel* para designar a pessoa de Carlos José Soares de Lima, tido como autor principal da barbárie. É evidente o contraste entre a fala de uma moradora do bairro sobre o acontecido e a fala do delegado responsável pela investigação do

caso: enquanto a moradora do bairro enfatiza a surpresa e o choque moral em relação à figura do *Monstro do Rangel* e da *crueldade, barabridade e banalidade* da violência entre iguais, vizinhos conhecidos e próximos desde a infância; o delegado, enquanto perito convocado pela mídia local, e responsável pela investigação do crime, pondera, por sua vez, que a *Chacina do Rangel* chama a atenção da cidade para a criminalidade e violência no *bairro do Rangel*.

Moradores do bairro do Rangel revelaram que Carlos José Soares de Lima, responsável pela Chacina que chocou a Paraíba, era um rapaz pacato e que não apresentava sinais de agressividade. Josy Alves, uma das líderes da Comunidade do Rangel, disse que Carlos era um rapaz trabalhador (era gesseiro) e mantinha um bom relacionamento com a vizinhança, disse ela: "Ainda bem que ele está preso, porque diante da revolta da população ele estaria morto se estivesse por aqui". No velório, o motivo de tanta violência não era entendido e várias pessoas se mostravam indignadas. "Ele cresceu com todos os vizinhos, inclusive os que assassinou. Não tem explicação para tanta violência", disse Josy. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 11 de Julho de 2009).

A Chacina do Rangel "De acordo com o delegado Paulo Martins, titular da 4a. Delegacia Distrital (DD), que responde pelo bairro do Rangel, "O bairro é um dos mais violento daquela região". Paulo Martins disse que a maioria dos crimes que ocorrem naquela região tem ligação com o tráfico de drogas. "Naquela área existem trechos como a Rua da Mata, em que poucos carros passam e onde é recorrente haver crimes, além de neste local ser um ponto em que cadáveres são liberados". (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 11 de Julho de 2009).

Interessante notar na fala de uma das líderes da Comunidade do Rangel, como ela e os demais moradores do bairro do Varjão/Rangel retratam o Carlos José Soares de Lima como rapaz trabalhador e bem relacionado com os vizinhos. Ao mesmo tempo em que se apressam a se dissorciarem da figura do Carlos José, agora transformado midiaticamente na figura pública de *Monstro do Rangel*, como uma forma de afastamento desta figura desconhecida e perigosa, na perspectiva midiática, que contaminava com a sua ação criminoso todo um bairro, transformado agora no lugar da *Chacina do Rangel*.

A fala do delegado que responde pelo bairro do Varjão/Rangel explicita a visão pública da cidade sobre a pobreza urbana como lugar tomado pela violência difusa e pela violência organizada, de modo que a chacina, transformada em *Chacina do Rangel*, vem a ser uma profecia autocumprida (MERTON, 1936; 1948). Enquanto o morador do bairro se surpreende com a transformação pública de Carlos José Soares de Lima em *Monstro do Rangel*, a fala da autoridade pública, pelo contrário, sugere mais uma revelação do que pensa ele ser a real configuração moral e emocional do lugar. O morador do bairro chega mesmo a informar que, se não estivesse Carlos José preso, a população revoltada e indignada do bairro cuidaria em matá-lo, como forma de limpeza moral e de desculpa pública¹⁰⁹.

¹⁰⁹Ver a discussão sobre linchamento e justificação popular no capítulo II desta Tese.

A necessidade do justicamento popular emitido pela líder comunitária do *Rangel* diz respeito ao *Monstro do Rangel*, como personagem construído pela mídia local. Não era necessariamente o Carlos José Soares de Lima, *rapaz pacato e que não apresentava sinais de agressividade*. Gesseiro de profissão em um bairro popular com forte tradição comercial e de serviços, Carlos José Soares de Lima era conhecido como jovem trabalhador e querido pela vizinhança onde crescera e com quem sabia relacionar-se bem.

A transgressão praticada pelo *Monstro do Rangel*, contudo, vai além da pessoa do Carlos José e do crime da chacina, que, se não houvessem sido transformados em *Monstro do Rangel* e *Chacina do Rangel*, repectivamente, muito provavelmente teriam sido tão somente classificados como mais um drama pessoalizado e privado no enorme rol de casos que cotidianamente emergem como notícias e fofocas na cidade. Mas, ao serem colocados como emblematizações da incivilidade e da falência moral, através das nominações *Monstro* e *Chacina do Rangel*, tornaram-se argumentos simbólicos da narrativa moralizante promovida pela mídia local de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana, de maneira geral, e de envergonhamento do *bairro do Rangel*.

Os elementos morais e emocionais do contexto pessoalizado, quando não engolfado, de relações entre pessoas tão próximas que veem o outro como extensão de si mesmo, no entanto, tornava a chacina e os assassinos, transformados em *Chacina* e *Monstro do Rangel*, em uma transgressão moral e emocional que atingia grave e indiscriminadamente todos os moradores do bairro. No olhar dos moradores do Varjão/Rangel, a nominação do crime como *do Rangel* destruía o esforço coletivo e as expectativas prévias (SCOTT; LYMAN, 2008) de reconhecimento do lugar como *lugar de gente de bem*, e, nesse sentido, envergonhava o bairro como lugar do *mal*, da *incivilidade* e da *degradação moral*.

Com isso, a narrativa criada pela mídia local gerava a necessidade, para cada morador que se situava como curva de vida, fachada, projetos e memórias e sentimento de pertença no *Rangel*, de um distanciamento social, simbólico, moral e emocional em relação à figura pública do *Monstro do Rangel*, e não à figura privada de Carlos José Soares de Lima. Não se tratava, com efeito, em desculpar a figura privada do Carlos José Soares de Lima do seu crime e de tentar livrá-lo da sua pena judicial, mas em buscar afirmar a dissociação da fachada pública do bairro do *Rangel* da figura pública, criada oportunamente pela mídia, de *Monstro* e de *Chacina do Rangel*.

Percebe-se, nesta movimentação de atores e agentes sociais em cena e disputa moral pela *propriedade do público* (GUSFIELD, 2014), que os moradores do bairro do

Varjão/Rangel e a mídia local operavam com *vocabulários de motivos* próprios (WRIGHT MILLS, 2016), mas que os moradores do bairro buscavam salvaguardar, no seu envergonhamento, a fachada coletiva do *Rangel* como *lugar de gente de bem*, tentando dissociar-se da ideia de Monstro e de Chacina do *Rangel* contidas nessa nominação construída pela mídia local. Se, por um lado, assumiram o discurso do monstro e do ato monstruoso da chacina; por outro lado, buscaram vocalizar o quanto esse personagem, - o monstro, - e esse evento não faziam parte do *Rangel*, mas, pelo contrário, constituíam elementos de desfiguração moral de um lugar ordeiro e de bem.

As falas de moradores do bairro, nesse sentido, devem ser interpretadas em relação às várias iniciativas de salvaguardar o bairro e seus moradores da contaminação sugerida pela ideia criada pela mídia local de Monstro e de Chacina do *Rangel*. Aqui, por exemplo, deve ser enquadrada a fala da líder comunitária do *Rangel*, quando diz, em relação à figura do *Monstro*, que *Ainda bem que ele está preso, porque diante da revolta da população ele estaria morto se estivesse por aqui*. Nesta fala está implícito que, na busca de salvaguardar o bairro do *Rangel* da simbolização de *Monstro e Chacina do Rangel*, a líder comunitária está diante de um fato e de um ato que consolidava uma situação de não retorno (KATZ, 2017), na medida em que produzia uma ruptura total com a normalidade normativa do lugar e dos laços afetivos que ligavam o Carlos José Soares de Lima e a sua mulher e a família chacinada à ideia de Monstro do *Rangel* e da Chacina do *Rangel*, devendo não só distanciar-se, mas responder de forma dura e expressiva a essa dissociação, no *Ainda bem que ele está preso*.

Também nesse sentido deve ser interpretada a iniciativa de moradores do bairro que, em comissão, foram até ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba solicitar, em momento de crise institucional e de movimentação pública de autoridades ligadas aos Direitos Humanos e de mulheres de apenados, a manutenção do então diretor do Presídio do Róger, acusado de torturar o *Monstro*. Os moradores do bairro, à época, afirmaram, inclusive, que a tortura deveria ter sido conduzida até a morte do *Monstro* (CORREIO DA PARAÍBA, de 21 de julho de 2009).

O papel de empreendedor moral desempenhando pela mídia local aponta, com efeito, para a conformação das sensibilidades do público da cidade de João Pessoa que acompanha a narrativa dramática da *Chacina do Rangel* com base no discurso de um ato trágico e bárbaro produzido intencional e deliberadamente pelo *Monstro do Rangel*. Este discurso condensa toda a trama de eventos que antecedem e que são posteriores ao crime na figura do monstro, ampliando a chacina como surto descivilizador e ápice de um processo, tido como esperado,

de falência moral das sociabilidades periféricas e da pobreza que ameaçava o status pessoense e paraibano de convivência pretensamente ordeira e civilizada.

O ato incivilizado da chacina, nessa leitura e definição da situação propagada pela mídia local a partir da narrativa de um monstro em ação, ato contínuo, informa e situa as falas sobre o crime entre iguais, comunicadas pela polícia na condição de perito, que localiza o bairro do Varjão/Rangel como um dos mais violentos da região. Do mesmo modo que situa as narrativas enunciadas pelos vizinhos de Carlos José Soares de Lima, o *Monstro do Rangel*, diante de uma situação de imponderabilidade, ou situação-limite, sem retorno, que absorvem a simbolização de monstro e buscam dissociar-se dela, quando se sentem atingidos pela denominação *do Rangel*; muito embora eles o conheçam desde a sua infância e se sintam ainda moral e emocionalmente desconfortáveis em classificar o outrora amigo e vizinho, rapaz pacato e ordeiro, como elemento de intimidade, de confiança e de pertença ao bairro, à vizinhança e à rua.

O *Monstro do Rangel*, nesse sentido, passa a compor, na narrativa midiática sobre a tragédia, e, por extensão, dos demais empreendedores morais imediatamente influenciados pela mesma, a pobreza urbana como metáfora de incivilidade e ameaça sempre latente de surtos descivilizadores. Os moradores do Varjão/Rangel, assumem, em um primeiro momento, a postura moralizante da mídia local sobre o bairro como lugar a ser capturado por uma ofensiva civilizadora. Trata-se, contudo, de uma estratégia de dissociação, ao nível dos discursos e das performances, da normalidade normativa do lugar, - enquanto fachada de bairro que se pretende *de bem* e que luta pelo reconhecimento da cidade de João Pessoa¹¹⁰, - da forma como o mesmo era moralmente enquadrado como o lugar do *Monstro* e da *Chacina*.

Scott e Lyman (2008), nesse sentido, ao tratarem da questão fundamental para as ciências sociais sobre como a sociedade é possível, discutem a importância dos rituais interpessoais em que a fala, enquanto elemento fundamental para a organização do mundo moral-emocional e cognitivo-comportamental do grupo, aparece como a habilidade de desfazer mal-entendidos, restabelecer contatos rompidos por ofensas morais e, ainda, de tornar visível e compreensível as distâncias entre o real definido e as projeções que se faz a partir de suas potencialidades. A esta capacidade da fala de preservar, salvar e dar a fachada,

¹¹⁰ A forma como os moradores do bairro do Varjão/Rangel responderam à narrativa pública e dramática, da mídia local, de apropriação moral da tragédia para intervenção no bairro será desenvolvida no capítulo 7 desta tese.

em sentido goffmaniano (GOFFMAN, 2012a), Scott e Lyman (2008) nominam de *account*: o ato de dar satisfação e de prestar contas em situações de desvio, real ou imaginário.

O *account*, nesse sentido, constitui um dispositivo linguístico cujo efeito pretendido é o de situar no contexto da normalidade normativa e das expectativas prévias de uma sociabilidade dada a possibilidade de mitigação de conflitos e de arrefecimento de posturas mais agressivas de atores sociais que se sentem himilhados, envergonhados, constrangidos ou embaraçados em face do desvio, da transgressão e da quebra de confiança ousada pelo outro relacional. O *account*, destarte, - por definição um reconhecimento do mundo social como entidade pública altamente moralizada, em que os *selves* se deslocam como fachadas em jogo comunicacional, - é utilizado, aqui, em uma leitura mais goffmaniana do que propriamente tributária de Scott e Lyman, de forma reflexiva e crítica, explorando as ambiguidades e ambivalências que caracterizam as disputas morais e outras situações em que se tensionam os limites e fronteiras da ação social legítima.

Nas palavras de Scott e Lyman (2008):

Um account é um dispositivo linguístico empregado sempre que se sujeita uma ação a uma indagação valorativa. Tais dispositivos formam um elemento crucial na ordem social, visto que, construindo pontes sobre o vão entre a ação e a expectativa, evitam o surgimento de conflitos. Além disso, os accounts são 'situados' de acordo com os status dos interactantes, e são padronizados dentro das culturas, de modo que certos accounts são estabilizados pela terminologia e habitualmente esperados quando a atividade extrapola o domínio das expectativas.

Entendemos por account, portanto, uma afirmação feita por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio.

Enquanto estes autores exploram o fenômeno do *account* de uma perspectiva pautada em cenas formais, rígidas e padronizadas, seguindo um método positivista e laboratorial de isolamento de variáveis e padrões, Goffman (2014) discorre sobre o lugar social da desculpa, da acusação, da justificação, do engano e do autoenagno não somente na sociolinguística interacional, isto é, como dispositivos meramente linguísticos, mas também os enfatiza como posturas moral e emocionalmente construídas no jogo social. Jogo este organizado, porém não determinado, culturalmente, de modo que os atores e agentes sociais tensionam seus projetos e definições de realidade em disputas morais arriscadas e imprevisíveis.

Nesse sentido, interessa a Goffman explorar, na análise que apresenta de suas etnografias urbanas, os dispositivos linguísticos entendidos como *accounts* no palco mais amplo, matizado e nebuloso da vida real cotidiana. A partir de cenas de mundos sociais distintos, como as casas de jogo e apostas, as alianças matrimoniais e as empresas de serviços nos EUA, este autor discorre sobre como atores e agentes sociais lidam com situações de

perda e de fracasso, de humilhação e de rebaixamento moral, de quebra de confiança, de embaraço, de confusão e de constrangimento, colocando-se oportuna e convenientemente como vítimas de situações que concorreram ativamente para construir, mas cujo controle, por mais mais imaginário que real que tenha sido, parece que se lhes escapou totalmente (GOFFMAN, 2014).

O social vê-se tensionado, como entidade pública organizada em complexos de sentidos e consensos tácitos e expressos, pela divergência entre as expectativas prévias dos códigos de moralidade e as motivações (WEBER, 1947; WRIGHT MILL, 2016) do ator e agente social desviante ou frustrado em seus projetos, que vê-se acuado à justificar-se ou desculpar-se pelas consequências, às vezes transintencionais, de suas escolhas. Goffman (2014), nesse diapasão, chama também a atenção para os processos de decantação e de resfriamento do outro que esse mesmo ator e agente social que se justifica e se desculpa aciona, de modo a preservar linhas e fachadas próprias de um regime interacional.

O processo de decantação do outro significa mobilizar e negociar estrategicamente as sensibilidades e definições das situações no sentido de evitar rancores, ruídos e escândalos próprios de experiências de rupturas de vínculos e de quebras de confiança. Não sem riscos, o processo de decantação do outro é uma forma bastante audaz do que Goffman entende como arrefecimento do *marca*, isto é, do ator e agente social constrangido, como otário, à aceitação e ao ajustamento em uma situação moralmente impossível e emocionalmente devastadora, recheada de ressentimentos e ironias. Nas palavras de Goffman (2014, p. 273):

Para o *marca*, o resfriamento representa um processo de ajustamento a uma situação impossível - uma situação decorrente de ter definido a si mesmo de um modo em que os fatos sociais o contradizem. O *marca* deve ser fornido com um novo conjunto de desculpas para si mesmo, um novo quadro onde possa ver e julgar a si mesmo. Um processo de redefinição do self em torno de linhas defensivas devem ser instigadas e levadas adiante...

O autor habilmente descreve o alto grau de reflexividade e tato que o ator e agente social deve dominar para lidar socialmente com o próprio *self* e com o *self* do outro relacional em situações de copresença. A evitação de ofensas e de ataques à honra e ao orgulho das pessoas exige do ator e agente social, - mesmo quando estas pessoas são tratadas como os *marcas* da relação, - uma gramática cortês e discreta, de ambiguidades e ambivalências, de silêncios e de interditos no falar e no portar-se. Deste modo, Goffman (2012a, p. 24) afirma que:

A pessoa demonstra respeito e polidez, assegurando-se de estender às outras qualquer tratamento cerimonial que elas possam merecer. Ela emprega a discrição; ela não menciona fatos que possam, implícita ou explicitamente, contradizer e

constranger as afirmações positivas feitas pelas outras. Ela emprega circunlocuções e engodos, fraseando suas respostas com uma ambiguidade cuidadosa de modo a preservar a fachada dos outros, mesmo que não preserve o bem-estar deles. Ela emprega cortesias, fazendo leves modificações de suas exigências quanto às outras, ou sua avaliação delas, para que elas possam definir a situação como uma em que seu respeito próprio não está ameaçado. Ao fazer uma exigência que menospreza os outros, ou ao imputar atributos não elogiosos a eles, ela poderá empregar um modo de gozação, permitindo que eles assumam a linha de pessoas generosas, capazes de relaxar seus padrões comuns de orgulho e honra. E, antes de se engajar num ato potencialmente ofensivo, ela poderá fornecer explicações sobre por que as outras não devem se sentir ultrajadas por isso.

O ato de desculpar-se e de justificar-se em relação a práticas desviantes ou frustradas, portanto, pode ao mesmo tempo significar um exercício de respeito e polidez para com o outro relacional; mas, também, de “descaramento” e de “sem-vergonhice” ou, ainda, de irracionalidade, como entenderam os moradores da cidade de João Pessoa e, ainda mais fortemente, os moradores do Varjão/Rangel, induzidos pela narrativa midiática de desfiguração de Carlos José para a sua consequente transformação em *Monstro do Rangel*, figura pública que materializava o argumento moral de surto descivilizador no urbano da cidade de João Pessoa a partir de suas periferias e da pobreza urbana. A estratégia do empreendedor moral mídia local na produção da figura pública do monstro é evidenciada, mais uma vez, por exemplo, no uso da fala de Carlos José Soares de Lima sobre o assassinato das crianças vizinhas *em legítima defesa*, tal como reproduzido abaixo, através de um enquadramento hiperfocado e psicologizante, descontextualizado e personalístico da sua ação:

...O marido, Carlos, disse em seu depoimento que quando entrou em casa tinha a intenção de matar "apenas" o casal, mas que assassinou as crianças "em legítima defesa". (CORREIO DA PARAÍBA, sexta-feira, 10 de julho de 2009).

O relato midiático, portanto, se baseava justamente em que o *Monstro do Rangel*, ao alegar a justificativa de ter agido em legítima defesa, de certa forma aceitava e reconhecia a responsabilidade pela sua ação social imprópria (SCOTT; LYMAN, 2008), mas, ao mesmo tempo, articulava o artifício retórico e moral da circunstancianlização da norma moral abstrata (WERNECK, 2009), ousando provocar outra classificação moral ao seu ato. Deste modo, a mídia local, uma vez mais, valia-se diretamente da figura privada de Carlos José Soares de Lima, - já preso e capturado, moral e emocionalmente pelo poder coercitivo do Estado e pela capacidade de discurso público da mídia local, - para retratá-lo como figura pública de *Monstro do Rangel*, isto é, como um ator e agente social que se sabia *monstruoso* e *mal*, mas que ainda ousava usar-se da proteção jurídica à pessoa humana para tergiversar sobre o seu ato de maldade. Com isso, eis a lógica argumentativa da narrativa midiática, Carlos José Soares de Lima não somente buscava minimizar a gravidade da sua situação em face da

Justiça, mas, também, desacreditar as vítimas fatais da chacina e, de forma tão paradoxal, que ele podia ser classificado ao mesmo tempo como um louco, um desatinado, e também como um grande esperto que, usando de má-fé (BERGER, 2001), protegia estrategicamente a esposa e parceira na produção da violência banal e cruel contra os vizinhos.

O uso racional, estratégico e oportuno da irracionalidade, - que se verifica na produção do absurdo irrefutável como desculpa e justificação de si, - coloca uma vez mais a questão da ambiguidade e da ambivalência inerente ao *account*. Longe de serem vocabulários socialmente aprovados que simplesmente refazem situações de quebra ou de iminente quebra de vínculos, como postula Scott e Lyman (2008), *accounts* podem ter o efeito justamente oposto ao da normalização moral e emocional em um contexto interacional já acirrado de disputas morais e de vulnerabilidades e fragilidades. No caso em questão, o que o torna mais curioso, trata-se de um *account* performatizado pela mídia local como argumento moral de convencimento e de conformação de um público para a narrativa da *Chacina do Rangel*.

A figura pública do *Monstro do Rangel*, produzida no empreendimento moral da mídia local como ato de incivilidade e barbárie, foi transformada através da utilização da fala de Carlos José sobre *legítima defesa* como uma justificação absurda. Carlos José, a partir de então, passa a ser performatizado pelo discurso midiático como o *marca* da relação, isto é, não somente como o monstro que encarna o mal, mas também como um *elemento* sem caráter e de má-fé, tentando confundir a opinião pública em seu benefício.

Este *account* de *legítima defesa* intencionalmente enfatizado pela mídia local, enquadrando o Carlos José como *elemento sem caráter e de má-fé*, buscou inverter os papéis de vítima e autor da violência em uma jogada que fez o público que assistia ativamente à narrativa midiática da chacina sentir-se também na condição própria do *marca*: como um ator a agente social coletivo impotente a ser resfriado e ao qual cinicamente se oferecia uma alternativa de recomeço moral e de refundação de projetos que, no caso, viria ser a classificação moral do *Monstro do Rangel* como uma pessoa *de bem*, mas desajustada e em desatino, tomada por um surto de violência destruidora e que enigmaticamente agira em *legítima defesa*. Este momento do discurso midiático enfureceu ainda mais os moradores da cidade contra o monstro/elemento sem caráter: as redes sociais da cidade, nesse sentido, se encheram de qualificações, anônimas ou não, contra o palhaço, idiota, verme, praga da sociedade e outras adjetivações que refletiam a vontade do público em desclassificar o argumento de legítima defesa utilizado pelo autor da chacina e de classificá-lo como, de fato, o elemento monstruoso e de má-fé daquela trama.

Esta jogada da mídia local atingiu mais uma vez o objetivo de demonstrar o quanto o *Monstro do Rangel* representava para a cidade um potencial real de ameaça à normalidade normativa. Na medida em que a figura pública do *Monstro do Rangel* passou a ser performatizada pela mídia local como pessoa fria, de má-fé, calculista, racional e manipuladora, intensificava-se a sua exigência de ofensiva civilizadora sobre uma cidade e um bairro levados a se autoperceberem em estado profundo de falência e pânico moral.

A mídia local buscou enquadrar a fala do *Monstro do Rangel* no sentido de situá-la como uma desculpa absurda de legítima defesa, de modo que este absurdo aparecesse para o público como confirmação da postura ou mesmo da condição de monstro. Ideia de monstro e de monstruosidade associada, por extensão, a toda a pobreza local do bairro do Varjão/Rangel, atingindo principalmente os vizinhos e parentes do *Monstro do Rangel*, moradores da Rua Oswaldo Lemos; mas poluindo e envergonhando, de forma geral, a fachada de toda a cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba.

O tratamento de uma situação deveras sensível, como a da chegada dos autores da chacina na delegacia e os primeiros movimentos dos efetivos policiais em tratá-los como criminosos, por parte da mídia local, configurou um dos mais importantes enquadramentos da narrativa dramática moralizante da *Chacina do Rangel* enquanto escandalização de um problema social e a sua conseqüente transformação em problema público e em evento exemplar. A noção de drama, em Gusfield (2014) enfatiza o espaço público como momento de dramatização de problemas sociais vocalizados nas arenas de deliberação e de debate de um social dado.

O drama gusfieldiano remete à vivência performática de uma *ordem pública*, entendida como o contexto público, no sentido de observável e de pertinente à coletividade. A ordem pública, enquanto ordem negociada e de consensos tácitos, é o palco do drama social, onde atores e agentes sociais se digladiam pela vocalização e definição dos problemas públicos ali performatizados.

O conceito busca descrever o processo em que atores e agentes sociais se dispõem a disputar a atenção de uma platéia, o público ou a opinião pública, e, assim, propor ou impor condutas, como narrativas de verdade, e definir situações. Gusfield, nesse sentido, entende o drama a partir de noções como ritual, retórica, performance e modelo cultural, apontando para o fenômeno da apresentação metafórica da realidade, de modo que problemas sociais hipercomplexos e multifacetados possam ser publicamente comunicados e performatizados

como estruturas semânticas que exigem entendimentos tácitos e posturas morais específicas: a ideia cultural dramatizada reduz a complexidade do social na sua forma de apresentação.

No conjunto dos enquadres de cenas de violência banal e cruel que compõem a narrativa midiática da *Chacina do Rangel*, - como, por exemplo, os corpos ensanguentados e retalhados, as casas demolidas das famílias envolvidas no crime, o *Monstro do Rangel* sendo torturado e preso, o casal de chacinadores exposto ao ritual de júri popular, - desponta a imagem do casal de criminosos sendo conduzido para a delegacia central de polícia e ali se esforçando para tergiversar os fatos. Com efeito, este mote será explorado ao longo de toda a narrativa midiática: ora o *Monstro do Rangel* será retratado como uma figura que tende a patologias mentais, ora será retratado como uma figura sem caráter e que busca, a todo o instante, oportunidades para confundir a averiguação e imputação da barbárie a que expôs a cidade de João Pessoa e o Estado da Paraíba.

A ênfase da mídia local sobre o argumento absurdo de *legítima defesa* como justificativa da ação violenta que massacra toda uma família em razão de um motivo torpe, portanto, pode ser inferido como um enquadramento moral e emocional hiperfocado que embasava um discurso mais amplo e abrangente, ainda que não revelado diretamente ao público da cidade, sobre o *Monstro do Rangel*: o de que a violência banal e cruel em questão devia ser moral e cognitivamente classificada conforme uma retórica de falência moral na cidade de João Pessoa. A consequência lógica desse argumento foi a afirmação da necessidade e urgência de construção de uma ofensiva civilizadora no sentido de contenção social da pobreza urbana e de uma política sistemática de modernização das relações sociais na cidade a partir de estratégias como reurbanização, gentrificação, pacificação, embelezamento e disciplinamento moral e social no urbano local. Estas estratégias de apropriação moral e de intervenção no urbano provocaram a administração pública, enquanto empreendedor moral, a se posicionar em resposta à narrativa midiática de ofensiva civilizadora.

O ideal cultural dramatizado pela mídia da cidade, portanto, denunciava a complexidade dos contextos interacionais das sociabilidades urbanas pobres e periféricas, as enquadrando como problema social de dois tipos: o de *violência urbana difusa* que ameaçava o homem comum pobre, e o de *grande violência* que punha em risco o próprio status civilizatório da cidade. Trata-se, em linguagem gusfieldiana (GUSFIELD, 2014), de uma ação pública que combina uma retórica de desfiguração moral e de estigmatização do homem comum pobre, - classificado a partir da sua incivilidade, degradação moral, perigo e sujeira, e

do potencial poluente e contagioso desses elementos, - com um ritual dramático de processamento e seleção de fatos no sentido da sua apresentação como verdade e como exigência moral e emocional de conformação da platéia, no caso em questão o morador da cidade de João Pessoa, - à narrativa moralizante da mídia. Este processo, para Park¹¹¹ (2017a), é conduzido pelos jornais e outras associações ocupados em definir situações sociais e em produzir públicos para os empreendimentos morais dispostos em seus projetos de ofensivas civilizadoras.

Sobre o ritual dramático de produção da notícia e da reportagem jornalística, interessa aprofundar a discussão de formação de públicos e a construção de narrativas públicas e dramáticas, conduzida por Gusfield (2014), com a abordagem sistêmico-construtivista de Luhmann (BERGHAUS, 2003) sobre a construção da realidade semiótica sobre a realidade factual mediante a mediação de conhecimentos de base partilhados (*Hintergrundwissen*), mas não consensuais, enquanto forma moderna de integração social em sociedades complexas. Enquanto Gusfield explora a transformação do problema social em problema público e, posteriormente, em problema político, inserindo em sua análise o elemento moralizante e indutor de condutas sociais do empreendedor moral, - mídia, - em cruzada simbólica e disputa moral pela propriedade do público; Luhmann organiza a sua discussão da mídia (os dispositivos produtores e difusores da grande fofoca social), propriamente, como complexo sistêmico que opera uma linguagem específica: a da informação, entendida como código legitimador da ação.

A informação, alçada à condição sistemática e autorreferente de leitura plausível e crível do real factual, consolida, na leitura de Luhmann, a imagem sobreposta ao mesmo tempo em que, no acúmulo cotidiano desta produção simbólica e material, formata a cultura moderna mediada e virtual, em que cada nova informação desintegra-se logo após o momento de seu consumo, gerando a exigência de mais informação. Esta irritação constante, inerente a um sistema autofágico, sempre em movimento, caracteriza o código midiático informação/não-informação. A notícia de jornal, com efeito, instala no social uma liminaridade insuperável, sentida pelo homem comum urbano como um horizonte inatingível

¹¹¹Em suas considerações sobre a história natural do jornal nos EUA e na Inglaterra, Park (2017a) apresenta o processo de maturação dos folhetins políticos e de registros de fofocas cotidianas até a sua transformação em complexo industrial e em rede densa de relações de políticos, burocratas e empresários, caracterizando o fenômeno metropolitano da *imprensa marrom* como órgão midiático de difusão das vozes, intrigas e posicionamentos de atores e agentes sociais destacados no urbano. O autor enfatiza, nesse sentido, o jornal como jogador hábil e sagaz na construção e desconstrução de alianças políticas e sociais, assim como um lugar privilegiado de gênese e mobilização de empreendimentos morais e de ofensivas civilizadoras.

de busca pela completude factual de eventos distantes midiaticizados e performatizados como sua realidade próxima e imediata.

A construção social da realidade pela mídia, nesse sentido, se assemelha a uma montagem moral e emocional desencantada de um cotidiano sempre em busca de novidades mediante a performatização diferenciante do convencionalizado (WAGNER, 2012). Esta banalização da informação como produto massificado de consumo corriqueiro e quase que irreflexivo evoca a *perda da aura* como fenômeno resultante da reprodutibilidade sistêmica de bens simbólicos (BENJAMIN, 2014)¹¹², cujo traço diferenciador passa ser a sua posição em uma escala serial ou temporal de eventos quase que idênticos no processo circular de invenção e contra-invenção da cultura (WAGNER, 2012).

O ritual dramático de produção e de difusão da notícia de jornal, segundo Luhmann (BERGHAUS, 2003), compreende critérios de objetificação midiática do real e corresponde a uma retórica de novidade do evento ocorrido, ainda que esta novidade apareça enquadrada na banalidade da repetição cotidiana de problemas sociais. Preferencialmente são noticiados conflitos e clivagens sociais, cuja apreciação busca quantificar e escalonar os mesmos, conectando-os à espacialidade e à temporalidade do público que se quer atingir.

As transgressões morais, principalmente quando a escandalização e a moralização das mesmas se faz possível, são amplamente passíveis de exploração midiática, uma vez que rendem narrativas seriadas e personalizadas, que captam a atenção do leitor e aguçam a sua curiosidade pelos detalhes e pelas ambiguidades da narrativa. As transgressões morais são performatizadas a partir de personagens em ação, cujo comportamento público ou privado polariza a opinião do leitor e o induz a uma tomada moral e moralizante de posição sobre um caso que, apesar de ser abordado como atual e isolado, prenhe de novidade, pode poluir e desfigurar toda uma categoria de atores e agentes sociais, de lugares, objetos, símbolos e linguagens. Em alusão a Luhmann, enfatiza Berghaus (2003, p. 211s):

Pessoas e ações - também estes são constructos. Contextos são recortados; bastidores de interações e processos “bioquímicos, neuropsicológicos ou psíquicos”, que perfazem o indivíduo humano, não são introduzidos na notícia. Com base na síntese “pessoa”, por exemplo, de um político, pode a Mídia evocar a impressão de conhecimento íntimo, produzir vínculos com a comunicação cotidiana, borrar ou provocar desentendimentos em relação à particularidade operacional de sistemas sociais funcionais distintos, - como política e a própria mídia, - o que gera a necessidade de mais comunicação associada à notícia narrada. Produz-se a

¹¹² Benjamin (2014) entende por perda da aura o processo de desencantamento que caracteriza o objeto, material ou simbólico, produzido segundo a lógica mercadológica do produto capitalista, pensado para o consumo imediato e descartável e envelhecendo logo em seguida.

impressão de que a pessoa, para além da figura pública, é conhecida em sua intimidade¹¹³.

Luhmann, nesse sentido, enfatiza o potencial estigmatizante e de empreendimento moral da mídia, cujo poder reside na aferição de plausibilidade e de credibilidade aos temas publicamente vocalizados e sintetizados na forma de notícia, gerando quadros semânticos, gramáticas morais e culturas emotivas sobre o real factual desconhecido para a maioria dos seus leitores. A mídia, portanto, dispõe de amplo espaço no cotidiano do homem comum urbano, enquanto empreendedor moral e agente mobilizador de especialistas sobre aspectos problemáticos da realidade social, fazendo mesmo uso oportuno e conveniente da externalização de opiniões de seus operadores e agentes na produção de narrativas públicas e dramáticas, tal como discorre Berghaus (2003, p. 212) a partir de sua leitura de Luhmann:

A mídia transforma opiniões, cuja emergência frequentemente ela própria provoca, em eventos noticiáveis. Trata-se de “eventos que jamais se realizariam, caso não houvesse o interesse em sua midiatização. O mundo passa a ser, do mesmo modo, preenchido com ruídos, com iniciativas, comentários, crítica”. (1996, 69ss)¹¹⁴.

A rotinização desses critérios na produção dramatúrgica e midiatizada do real consolida modelos retóricos e ritualísticos de construção social da realidade semiótica apresentada ao público consumidor de notícias. Como em uma tela, deslocam-se pelo jornal os personagens urbanos em ação, performatizando novidades no âmbito de enquadramentos temáticos, morais e emocionais. Trata-se, como enfatiza Luhmann, de um modo de integração social mediante a produção e o consumo de uma cultura de massas que prescinde da formação de consensos, - algo impossível em uma sociedade moderna, - para a sua autorreprodução e que passa a ofertar, portanto, não uma segurança ontológica sobre o real factual, mas construções identitárias, temas e complexos simbólicos a partir dos quais a comunicação cotidiana pode mais facilmente ancorar-se e fluir. De acordo com a leitura de Berghaus sobre Luhmann:

¹¹³Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 265) sobre Luhmann: Personen und Handlungen – auch das sind *Konstrukte*. Kontexte sind abgeschnitten; weder Handlungshintergründe noch die “biochemischen, neurophysiologischen oder psychischen” Abläufe, die einen Menschen ausmachen, werden einbezogen. Über das Kürzel “Person”, z.B. eines Politikers, können Massenmedien den Eindruck von Bekanntheit hervorrufen, Bezüge zur Alltagskommunikation herstellen, Unterschiedlichkeit in der Operationsweise verschiedener Systeme – etwa der Politik und der Massenmedien – verwischen sowie Unschärfe erzeugen, was Anschlusskommunikation provoziert. Es wird der *Anschein* erweckt, als ob man einen Menschen kennen würde (1996, 65ff).

¹¹⁴Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 212) sobre Luhmann, com citações deste autor: Die Medien machen Meinungen, die sie häufig sogar selber hervorrufen, zu berichtenswerten Ereignissen. Es handelt sich “um Ereignisse, die gar nicht stattfinden würden, wenn es die Massenmedien nicht gäbe. Die Welt wird gleichsam zusätzlich mit Geräusch gefüllt, mit Initiativen, Kommentaren, Kritik”. (1996, 69ff).

Com os “critérios de seleção” as redações de notícias da mídia selecionam algo como informação de uma infinita quantidade de possíveis verdades. Com isso, alguns elementos individuais são “descontextualizados” e retirados do seu contexto no mundo exterior e factual, com os quais se torna possível começar algo em sentido programático.... Desta forma a mídia produz “identidade”; “condensados semânticos”, “temas”, “objetos” - construções novas, que não se apresentam na realidade factual da forma midiaticizada. Exemplos incluem: “O 11 de Setembro”; “A queda do Muro de Berlim” ...¹¹⁵. (BERGHAUS, 2003, p. 212).

A mídia, nesse sentido, passa a potencializar, a partir de consensos e dissensos públicos sobre o real factual, sempre intransparente e ambíguo, e agora midiaticizado e apresentado como realidade semiótica indutora de condutas públicas, mais interação simbólica em torno da disputa pela apropriação moral do evento construído no formato de narrativa moralizante. A narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, com efeito, parece progressivamente destacar-se do palco do crime entre iguais, no bairro do Varjão/Rangel, e assumir, - a partir da acusação generalizada sobre a violência banal e cruel associada à pobreza urbana, tida como elemento humano incivilizado, - a conotação de meta-relato da cultura emotiva e do estágio moral e civilizatório da cidade de João Pessoa.

O agregado de notícias veiculadas no dia 13 de julho de 2009 pelo *jornal Correio da Paraíba*, nesse sentido, explora a transgressão moral da violência entre atores sociais que reciprocamente se consideravam como socialmente iguais, - próximos e íntimos, - sugerindo ao consumidor da notícia a dor e o sofrimento pela ruptura deste mesmo vínculo forte de dádiva e gratidão, pertença e afinidade, compadrio e amizade e, até mesmo, de parentesco, irremediavelmente desfeito e impossível de reparação moral. A apropriação moral da *Chacina do Rangel* empreendida pela mídia da cidade buscou, com isso, apresentar uma narrativa moralizante, em sua dimensão social, de alerta de ameaça latente de agressão e de falência moral da família, enquanto instituição social a ser preservada pela moralidade pública e pelo sentimento de humanidade internalizado por uma população que se quer civilizada. Os moradores da cidade são apresentados, de forma genérica, *em estado de choque e de indignação*, e o *clima de pânico e falência moral* no bairro e na cidade de João Pessoa é enfatizado como situação frágil e vulnerável que a qualquer momento pode redundar em mais agressões imprevisíveis.

¹¹⁵Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 213) sobre Luhmann, com citações deste autor: Mit den “Selektoren” seligieren also Nachrichtenredaktionen etwa als Information aus der unedlichen Fülle möglicher Wahrheiten. Dabei werden einzelne Elemente, mit denen dieser Programmbereich etwas anfangen kann, aus ihrem Kontext in der Außenwelt herausgelöst, “dekontextiert” [...]. Dabei erzeugen die Massenmedien “Identitäten”; “Sinnkondensate”, Themen, Objekte” – Neukonstruktionen, die so in der realen Realitäten nicht vorliegen. Beispiele sind etwa: ‘der 11. September’, ‘der Fall der Mauer’ [...].

Percebe-se o cuidado da mídia local em apresentar a tragédia da *Chacina do Rangel* como ameaça à *Família Paraibana*, ou, com base em falas de moradores da cidade de João Pessoa, que sentiam os vitimados da tragédia como *se fosse da própria família*. Esta estratégia tinha a intenção de provocar a escandalização do problema social expresso na chacina no morador da cidade, de modo que ele se sentisse como potencial vítima do contexto de falência moral gerado pela *Chacina do Rangel*, isto é, se sentisse na obrigação moral de alinhar-se moralmente e afinar-se emocionalmente com a narrativa de tragédia e trauma moral. Da mesma forma procedia a mídia local ao apresentar como ameaça latente de conflitos e agressões na cidade uma pretensa motivação dos vizinhos das famílias vitimada e agressora, - moradores da Rua Oswaldo Lemos, - em buscar uma possível vingança simbólica mediante intimidações e provocações ao irmão do *Monstro do Rangel*.

Nas notícias abaixo selecionadas lê-se o seguinte:

A população de João Pessoa segue em estado de choque e de indignação em razão da chacina do Rangel. "É como se fosse da própria família", disse emocionado o Sr. J. D. (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de julho de 2009).

Vizinhos da família chacinada, na Rua Oswaldo Lemos, lavam casa e queimam objetos marcados pelo massacre, presentes na casa então vazia. O clima de pânico e falência moral ainda está acentuado no bairro do Rangel e na cidade de João Pessoa e podem gerar novos conflitos e agressões. "O irmão do assassino, Waldemar da Silva, que mora próximo ao local da tragédia, está sendo provocado por um vizinho cada vez que passa pelo local. Ontem ele estava retirando televisão e outros utensílios da casa de seus familiares, que deverão mudar de endereço, devido à pressão psicológica por parte de alguns moradores". (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de julho de 2009).

A ênfase dada aos elementos humanos do evento trágico buscou demonstrar a continuidade material e simbólica da família vitimada, de forma a compensar a frieza da narrativa jornalística em tom impessoal e seco que performatiza objetividade e distância axiológica das múltiplas ações condensadas e agregadas sob o termo *Chacina do Rangel*. A continuidade material do vínculo familiar foi situada nas duas vítimas sobreviventes do massacre, os irmãos Rian e Priciano, no momento em que passaram para a responsabilidade do tio, Antônio dos Santos, *irmão da mãe*¹¹⁶; enquanto que a continuidade simbólica da

¹¹⁶O *irmão da mãe* aparece como figura destacada na abordagem estruturalista lévi-straussiana de organização do parentesco (LÉVI-STRAUSS, 1976; 1978; 1996). Esta organização dos vínculos sociais primários é regida, em síntese, por uma trama relacional quadrangular que abarca os movimentos de aproximação e de afastamento, de dádiva e de dívida entre marido - mulher, pai/mãe - filho, irmão - irmã, tios maternos – sobrinhos e tende a sua dissolução em círculos sociais mais amplos para, ato contínuo, ser recomposta em famílias geracionais posteriores. Turner (2013), por sua vez, em uma leitura social-estruturalista do social e da cultura, apresenta a tensão entre matrilinearidade e virilocalidade como conteúdo e problema simbólico, moral e emocional, a ser resolvido pelo drama cultural de organização, ruptura liminar e recomposição de vínculos sociais engolfados entre personagens aparentados em relação a famílias de origem e novas famílias em formação. No caso da

família foi ritualizada a partir da proposta frustrada, jamais cumprida, de construção, por parte da família e dos amigos das vítimas, de uma capela, no lugar exato do crime.

Cabe frisar aqui que, em conversas com moradores do Varjão/Rangel, os mesmos informaram espontaneamente e em tom de jocosidade e ironia que o projeto de transformar o lugar do crime em espacialidade sagrada teria partido originariamente de jornalistas sensacionalistas locais, interessados na exploração do potencial midiático e mesmo político da violência difusa, banal e cruel, como argumento moralizante para a publicização do problema social da violência e insegurança no urbano e sua consequente transformação em problema público¹¹⁷. Familiares das vítimas, ainda bastante consternados com o impacto das mortes confirmadas em cena, e das que se prenunciavam no hospital em que as vítimas sobreviventes foram internadas, teriam sido, deste modo, enquadrados nesse projeto de empreendimento moral e cruzada simbólica da chacina como ritual de ruptura e recomposição de vínculos sociais mediante a performatização do sagrado religioso, como se pode inferir das notícias de jornal abaixo elencadas:

As vítimas sobreviventes da chacina do Rangel, Rian Soares dos Santos, 07, e Priciano dos Santos, 11, ficarão sob responsabilidade de um parente, o tio Antônio dos Santos. (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de julho de 2009).

Rian Soares dos Santos, 07, recebe alta e deve deixar o hospital de Trauma ainda neste dia. Ele e seu irmão, Prisciano Soares dos Santos, 11, ficarão sob a guarda do irmão da mãe, e quer transformar a antiga casa da família chacinada em uma capela. "De acordo com Antônio Lima dos Santos, a família e os amigos querem transformar a casa em uma capela. "Ninguém mais vai querer morar nessa casa, ela não vale nada para mim. Assim, podemos render homenagem à família e rezar por ela", disse o irmão de Divanise." (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de julho de 2009).

Interessante ressaltar que, enquanto a mídia da cidade performatizava a continuidade material e simbólica da família vitimada, ainda no dia 13 de julho de 2009, isto é, menos de uma semana após o crime da chacina, um fato novo volta a surpreender a cidade de João Pessoa. Este fato dava ênfase à tortura sofrida no presídio pelo então já denominado de *Monstro do Rangel*.

No dia 14 de julho de 2009, assim, este fato novo consolidava a *Chacina do Rangel* como narrativa pública e dramática de interesse de toda a cidade. A performatização da

família vitimada pela *Chacina do Rangel*, a figura do *irmão da mãe* foi acionada pelo poder público, na figura da Justiça, como guardião e continuador dos laços de parentesco entre os filhos sobreviventes e a mãe assassinada, mas simbolicamente presente na figura de seu irmão, tio materno das crianças Rian e Priciano.

¹¹⁷ A apropriação moral da chacina a partir de uma retórica de reorganização simbólica religiosa do lugar e dos personagens envolvidos no evento será abordada no capítulo 5, quando se tratará da trama semântica, moral e emocional, de violência, dor, sofrimento, martírio, maldade e vitimização produzida em torno do crime entre iguais.

continuidade da família vitimada foi simetrizada material e simbolicamente, nesse momento, com a tortura física, seguida do linchamento e destruição moral nas redes sociais, de “um dos autores da chacina do Rangel”, a saber, Carlos José Soares de Lima. Nesse sentido, o crime da chacina, já definido e classificado como elemento de ameaça e de falência moral dos códigos urbanos de conduta e comportamento, principalmente nas periferias pobres da cidade, impactava de forma poluente e contagiosa sobre a produção das Políticas de Segurança Pública, manchando a fachada das forças policiais e dos agentes penitenciários enquanto corporações regidas pela racionalidade de uma burocracia profissional disciplinada pela Lei.

Ainda em processo de nomeação estigmatizante¹¹⁸, Carlos José foi reduzido, enquanto identidade social, a *autor da chacina do Rangel* ou a *um dos autores da chacina do Rangel*. Esta nomeação estigmatizante foi possível pelo fato de Carlos José Soares de Lima ter negado, inicialmente, a participação da sua mulher, Edileuza Oliveira, no crime; e também em razão de o número de vítimas fatais do massacre ainda se encontrar em suspenso, - pois algumas delas agonizavam no hospital entre a vida e a morte. Com a narrativa da *Chacina do Rangel* ainda em processo de apropriação de novos elementos factuais em curso, Carlos José Soares de Lima voltou a ser estigmatizado em vários esforços de personalização do escândalo

¹¹⁸Koury (2006), sobre o processo de apropriação moral e controle social exercido pelo poder estigmatizante da nomeação, discorre sobre os processos intersubjetivos entre os membros de um grupo de jovens da cidade de João Pessoa que pretende ideologicamente ser um grupo de apoio e de solidariedade para os seus membros, adolescentes e adultos jovens de contextos urbanos problemáticos. O autor apresenta uma análise etnográfica dos processos organizativos internos do grupo, de sua práxis cotidiana sob a ótica das emoções. O medo, a emoção central desta sociabilidade, aparece como relação social e idioma moral e emocional que conforma e informa os vínculos sociais que, no contexto de intensa co-presença e de engolfamento da trama relacional em questão, aparecem como relações de confiança, confiabilidade, lealdade, fidelidade, gratidão, segredo, dádiva, traição, vergonha, deslealdade, amizade e ressentimento. O medo de perder a face, de ser mal compreendido, de ser visto como um elemento de intriga e discórdia, de não atingir os ideais coletivos de conduta, comportamento e sentimento por si e pelo outro do grupo e de fora de grupo, moldam o cotidiano do indivíduo moral que se desloca por cenários de tensão como membro daquela coletividade. A onomástica, então, - o processo de nomeação de pessoas e lugares, o uso de apelidos e alcunhas, e classificação moral dos indivíduos no ato de alçá-los à condição de pessoa renascida no e para o grupo, - aparece como elemento intenso de “... reviver e reconfigurar a fé e a confiança no grupo como um todo, em cada membro, e na relação de igualdade predisposta entre os diversos membros em relação” (KOURY, 2006, p. 11). A situação de cada membro antes da entrada no grupo, vista pelo grupo e pelo novo ser membro da coletividade como de crise existencial, passa a ser ressignificada no ato do batismo como passado a ser assumido e superado na prática coletiva de exercício do código de moralidade hegemônico. Esta ruptura entre passado e presente, vivida como ânsia de transformação interior, de adesão ao grupo e de aceitabilidade no mundo social mediante a participação no grupo, reforça a ruptura entre os de dentro e os de fora do lugar de reconhecimento e de afirmação, sendo os de dentro classificados moralmente como dignos de confiança e de confiabilidade (envolvidos no projeto coletivo de compromisso com a reprodução dos vínculos e valores do grupo) e os de fora identificados como o passado superado, mas como elemento de vergonha sempre à espreita. Esse novo status, prenhe de tensões e de riscos, é continuamente lembrado, enquanto condição de vulnerabilidade, pelo processo de apropriação moral e de controle social exercido pelo poder estigmatizante da nomeação.

moral e midiático da chacina, sendo nominado mais tardiamente, para além de o *Monstro do Rangel*, também como o *matador* e o *Mata Sete*.

No caso em questão da tortura e desfiguração moral de Carlos José Soares de Lima, já sob custódia do Estado no Presídio de Segurança Máxima da cidade de João Pessoa, a mídia local vocalizou mais um exercício ambíguo e ambivalente de afirmação da legalidade da ordem pública pela sua negação e, ao mesmo tempo, de afirmação do poder coercitivo e impessoal do Estado mediante a performatização do castigo e da vingança pessoalizados. As cenas de tortura, como descritas no capítulo II desta tese, introduzidas anonimamente em formato de vídeo na internet, mostraram a força repressora do Estado agindo à revelia da ordem pública legalmente afiançada e gerando mais um escândalo moral para uma cidade já tida como emocionalmente abalada pelo massacre da chacina.

Escândalo moral este, contudo, que se desculpava e se justificava publicamente como a performatização de uma vendeta familiar, acobertada pelo artifício de anonimato dos agentes do Estado que, enquanto abstração jurídica, iria investigar-se e punir-se a si mesmo. Conforme as notícias abaixo:

Vaza na internet vídeo de um dos autores da chacina do Rangel sendo torturado. (CORREIO DA PARAÍBA, 14 de julho de 2009).

Autor da chacina do Rangel aparece em vídeo amador sendo torturado, muito provavelmente no presídio do Róger, por agentes penitenciários. Autoridades públicas prometem tomar providências contra a tortura. De acordo com o coronel Maurício - Secretaria de Administração Penitenciária] "Estamos abrindo uma sindicância e vamos apurar o fato. Já foi pedido um exame de corpo de delito no detento para confirmarmos as agressões. Nas imagens não conseguimos identificar quem seriam os responsáveis, mas eles serão punidos". (CORREIO DA PARAÍBA, 14 de julho de 2009).

Em síntese, a discussão até então travada diz respeito à formatação inicial do ritual dramático de construção midiática da chacina como problema público, expresso no Conjunto 1 de notícias analisadas (Ver Figura 36, p. 229). Nesse conjunto de notícias percebe-se o ritual dramático de construção social da realidade semiótica sobre o real factual, experienciado sempre como narrativa midiática e foca interessada passada ao público que pretende conformar. Estes processos de seleção de eventos e de modos de enunciação dos mesmos, de modo a transformá-los em temas noticiados de comunicação pública e em conteúdo da agenda política, enquanto problemas públicos e ideias culturais (GUSFIELD, 2014), apontam também para a dinâmica de produção do público como repositório e articulador, na figura do empreendedor moral, da memória social.

A mídia, portanto, se destaca nos processos de cruzadas simbólicas e de ofensivas civilizadoras como empreendedor moral que busca produzir públicos e motivar e enquadrar os demais empreendedores morais em ação, como, no caso, a Igreja Católica e a Administração Pública, definindo o que e como deve ser esquecido ou aprendido como conhecimento óbvio esperado, afirmando-se como um arquivo produzido de temas e formatos culturais redutores da complexidade do real e, conseqüentemente, de comunicadores e mobilizadores de uma realidade semiótica sempre interessada, porque perspectivada. Ao operar o código sistêmico informação/não-informação, a mídia gera a irritação por novidade e atualidade, definindo a temporalidade como busca pelo futuro e a espacialidade como interesse pela transformação, de modo que consolida uma retórica de rupturas e transgressões morais, de narrativas personalísticas moralizantes e de redução de complexidade mediante a quantificação dos eventos e a imputação superficial de responsabilidade e culpabilidade.

Este imenso poder social de dispor, em muitos casos, da *propriedade dos problemas públicos*¹¹⁹ (GUSFIELD, 1989) e de poder decidir que atores e agentes sociais e de que maneira estes mesmos vem a vocalizar suas respectivas definições do real é relativizado pela dissociação entre dever de conhecimento da realidade semiótica comunicada e dever de consenso em relação à mesma. Nesse sentido, o ato individual, classificado mesmo como privado, de consumo das narrativas públicas e dramáticas pelo público de uma sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994), é sentido como exercício de liberdade em face dos colossos corporativos midiáticos, tal como ironicamente pontua Park (2017a) ao discorrer sobre a *história natural do jornal*.

Gusfield (2014, p. 72), nesse sentido, discorre sobre o seu conceito de ideia cultural dramatizada ou de modelo cultural de dramatização da dimensão pública da ordem social no sentido da proposição de condutas para a platéia que assiste aos empreendedores morais em ação. Esta estratégia de sedução, nas palavras do autor, objetiva a comunicação, a nível ótimo, de uma percepção homogênea sobre o real, de modo que:

...constitui... uma forma bastante evidente de controle social. Elimina o conflito ou a divergência ao fazer que quaisquer alternativas de definição ou solução resultem impensáveis. Esta invisível e sutil implicação comunicada pelas ideias culturais constitui, talvez, a forma mais poderosa de restrição ou controle. Diferentemente do

¹¹⁹ Por propriedade dos problemas públicos Gusfield (1989) entende a capacidade do empreendedor moral e cruzado simbólico em impor uma agenda pública de transformação de problemas sociais em problemas públicos, impondo, ainda, as prioridades da agenda política de um contexto societal específico. Trata-se, assim, da capacidade de transformar elementos banais, mas perturbadores, da dimensão oficiosa e secreta cotidiana, em elementos visíveis do discurso oficial e público.

conflito de poder, esta passa inadvertida. Não podemos desejar aquilo que não podemos imaginar.

...as pessoas que analisei davam por assegurado que os problemas de segurança e de consumo de álcool eram essencialmente problemas dos indivíduos... As explicações institucionais e a atribuição de responsabilidades brilhava eloquentemente pela sua ausência na mente dos funcionários, dos observadores e dos infratores¹²⁰.

O fechamento temático produzido pela mídia e a apresentação deste tema como montagem moral e emocional ao público, - um empreendimento moral e muitas vezes político, por definição, - é, portanto, ideologicamente contrabalanceado pelo exercício individual da opinião e do livre convencimento. Muito embora o homem comum urbano não se destaque como a unidade actancial que seleciona eventos em formato de informação e as vocaliza como verdade pública, este ator e agente social embarca no jogo de apropriação moral da mídia como consumidor do estoque simbólico operado pela mesma.

Nas palavras de Luhmann, selecionadas por Berghaus (2003, p. 265), fica clara a síntese do que o autor entende por seleções, nas dimensões semânticas *material temporal* e *social* de construção social do real na modalidade da produção da realidade semiótica. Enfatiza-se, nesse modelo teórico, a capacidade da mídia colocar-se como representante do público, que atinge e conforma, como dispositivo axiologicamente isento de vocalização da “opinião pública”:

A seletividade do que é refletido como “opinião pública” em razão da realidade midiática pode ser sinteticamente descrita nas três dimensões semânticas de construção social do real:

- [1.] Na dimensão objetiva e material *dados quantitativos* assumem um significado considerável. “De forma complementar” e “como que em compensação” à objetividade produz-se preferencialmente a humanidade em forma de vínculos personalísticos ou de pertença local.
- [2.] Seleciona-se sempre o novo: “Em relação à referência temporal deve o noticiável ser atual, isto é, um evento com um potencial específico de surpresa”.
- [3.] “A dimensão social é apresentada como conflito [... Isto] caminha passo a passo com valorações morais” (1997, 1099)¹²¹.

¹²⁰Tradução livre do autor a partir do seguinte trecho de Gusfield (2014, p. 72): “...constituye... una muy evidente forma de control social. Elimina el conflicto o la divergencia, al hacer que cualquier definición o solución alternativas resulten impensables. Esta implicación sutil e invisible de las ideas culturales es tal vez la forma más poderosa de restricción o control. A diferencia del conflicto de poder, pasa inadvertida. No podemos desear aquello que no podemos imaginar. ...las personas que analicé daban por sentado que los problemas de seguridad y consumo de alcohol eran esencialmente problemas de los individuos... Las explicaciones institucionales y la atribución de responsabilidades brillaban elocuentemente por su ausencia en la mente de los funcionarios, los observadores y los infractores”.

¹²¹Tradução livre do trecho de Berghaus (2003, p. 265) sobre Luhmann, com citações deste autor: Die Selektivität dessen, was auf Grund der Wirklichkeit dieses Massenmedien als “öffentliche Meinung” reflektiert wird, kann man pointiert in den drei Sinndimensionen beschreiben. [1.] In der Sachdimension gewinnen *quantitative Angaben* eine hervorragende Bedeutung. “Zusätzlich” und “wie zum Ausgleich” für die ‘Sachlichkeit wird gerne ‘Menschlichkeit in Form von personalen oder lokalen Bezügen hergestellt. [2.] Seligiert wird immer das Neue: “In zeitlicher Hinsicht muß das Berichtenswerte *neu* sein, also Ereignis mit einem

O real factual midiaticizado, em sua formatação semiótica, aparece como atualidade, como conflito moralizado e como verdade objetiva carregada de apelos personalíscos, de pertença local e de vinculações ideológicas. Na leitura social-estruturalista de Wagner (2012), - aqui tensionada em face do modelo sistêmico-construtivista de Luhmann e do entendimento simbólico-interacionista de Gusfield -, a produção midiática da realidade social configura uma forma moderna de invenção e de re-invenção da cultura ocidental, cuja forma convencionalizada de controle da normalidade simbólica e normativa precisa continuamente ser re- e contra-inventada mediante exercícios de objetificação diferenciante.

Para Wagner (2012), a cultura ortodoxa moderna, - enquanto estoque de símbolos e práticas consolidados em uma sociedade de consumo de massas, - é tensionada por modos não-convencionalizados de objetificação que, ainda que diferenciem pontualmente o cotidiano, a partir de definições e condutas individualizadas e particularizadas sobre o real, voltam a ser reintegrados nos códigos e princípios culturais ocidentais, estendendo-os. Isto se dá mediante uma correspondente objetificação coletivizante da semântica ou gramática individualmente inventada a partir de re- ou contra-invenções da cultura ortodoxa. Nesse sentido, Wagner considera o impacto midiático no cotidiano do homem comum como uma forma de sedução para a re-invenção da cultura na modalidade de jogo sério, isto é, como rituais e performances de plausibilidade e de credibilidade dos jogos interacionais cotidianos já afiançados em formas ou *ideias culturais*¹²², no entender de Gusfield (2014), ou de *sistemas sociais funcionais*, no entender de Luhmann (BEGHAUS, 2003), como ciência, mídia, arte, política, direito etc.

Wagner (2012, p. 160s) destaca a notícia de jornal como *retrato do mundo serializado e factual* e como *relato de eventos*, isto é, como narrativa dramática apresentada a um público que se quer seduzir:

O jornalismo, por exemplo, dirige-se a seu “público”, como quer que seja concebido, e apresenta a ele uma imagem da história em curso denominada “as notícias”, uma espécie de retrato do mundo serializado e factual. As notícias obtêm sua autoridade da significância que atribuímos à história, mas não são história no sentido ortodoxo, e sim um relato de eventos como se eles fossem vistos da perspectiva de uma história idealizada. O ar de objetividade resultante serve para o jornalismo e para a indústria de notícia como um *esprit de corps*.

gewissen Überraschungswert”. [3.] “Die Sozialdimension wird als Konflikt präsentiert ... (Das) geht Hand in Hand mit moralischen Beurteilungen” (1997, 1099f).

¹²²Para Gusfield (2014), ideias culturais são problemas públicos e políticos razoavelmente resolvidos, de modo que podem ser organizados como arenas públicas de deliberação e debate conduzidas por especialistas já socialmente legitimados; ainda que possam culturalmente estar distantes de suas platéias.

Trata-se, com efeito, de um jogo sério, - preñe de riscos e consequências políticas, econômicas e jurídicas, - de ajustes de fachadas públicas e de negociações pela definição do real a ser publicamente vocalizado. Wagner entende, em síntese, as narrativas jornalísticas como um exercício cotidiano de integração coletivizante de objetificações individuais do real em complexos semânticos comunicáveis e noticiáveis, como a magia¹²³ da propaganda, isto é, como a comunicação de um estilo de vida como simbolicamente eficaz.

A mídia local, sempre em busca de fachadas de atualidade e de novidade para a sua reprodução, consolida o ritual dramaturgico de produção e de difusão da notícia, com efeito, como proposta de definição da complexidade do real factual com base na metáfora de uma cultura sincronicamente disposta (WAGNER, 2012). Esta forma de invenção do outro, no caso da mídia local e da sua narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, propõe uma definição descontextualizada e abstrata da pobreza urbana com base na metáfora da violência difusa e da grande violência, do perigo e da incivilidade que ameaçam a sociabilidade urbana que se quer modernizante da cidade de João Pessoa.

A metáfora funciona na medida em que a mídia local enquanto empreendedor moral apresenta o real factual (LUHMAN apud BERGHAUS, 2003) na forma de narrativa pública e dramática moralizante em que o outro é uma inversão do si mesmo. No caso etnografado, a pobreza urbana é enquadrada em relação às classes e aos estratos urbanos que se autopercebem como civilizados como um profundo deslocamento moral-emocional e cognitivo-comportamental da normalidade normativa tida como desejável e aceitável, de modo que para a mídia local restaria articular e vocalizar nas esferas públicas das sociabilidades urbanas uma ofensiva civilizadora para a captura moral do homem comum pobre. Esta ofensiva, portanto, aparece como consequência lógica do ritual e da retórica da mídia local sobre a ideia cultural dramatizada de pobreza urbana como perigo e ameaça sempre latente de surto descivilizador.

A lógica interacional nas periferias urbanas estaria, assim, na narrativa midiática, dissociada de contextos de exploração do trabalho, de estigmatização e de acúmulo espacial de externalidades negativas, e teria por traços dominantes a violência enigmaticamente gratuita, banal e cruel contra o outro próximo, a imediatividade de ações e projetos individuais e coletivos, assim como padrões morais pautados na indisciplina e na transgressão dos códigos tidos como civilizados de moralidade e de conformação do *self*. A pobreza urbana,

¹²³O conceito maussiano clássico de magia (MAUSS; HUBERT, 2003), aqui resgatado por Wagner, define um processo simbólico de transformação de algo circunstancialmente impossível de transformação material.

em síntese, é retratada e narrada como inversão do que a cidade tida como moderna se esforça para pensar e para apresentar de si mesma.

A consolidação da Chacina do Rangel como narrativa pública e dramática

O quadro de notícias de jornais sobre a *Chacina do Rangel* (Ver Figura 36, p. 229), que vem sendo trabalhado até então, foi organizado em dois conjuntos de notícias. O primeiro conjunto buscou apresentar os elementos básicos da trama moral e emocional construída pela mídia local enquanto empreendedor moral central interessado em uma ofensiva civilizadora para a cidade de João Pessoa e o Estado da Paraíba a partir da apropriação moral do crime de chacina como elemento de surto descivilizador.

No Conjunto 2 de notícias, - que abarca os dias 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 29 de julho de 2009, - totalizando 25 ou 50% das 50 notícias produzidas e difundidas pelo jornal *Correio da Paraíba*, por sua vez, verifica-se a consolidação da *Chacina do Rangel* como uma narrativa pública e dramática de interesse de toda a cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba. A trama, enriquecida com a articulação ininterrupta de novas informações sobre o evento e sobre suas consequências e desdobramentos para os agressores e vítimas da chacina, assim como, principalmente, para os moradores do Varjão/Rangel, para as autoridades públicas e para a mídia local enquanto empreendedores morais locais implicados no caso, tornou-se rapidamente tema de conversas e de aguçada preocupação para o homem comum urbano que acompanhou a narrativa da *Chacina do Rangel* pelo jornal, pela televisão ou pelas redes sociais, seja em cadeia local ou nacional de notícias.

No dia 15 de julho de 2009 representantes da Comissão Nacional de Justiça – CNJ; da Administração Penitenciária do Presídio do Róger, ligado ao governo do Estado da Paraíba; da Ordem dos Advogados da Paraíba – Seção OAB/PB; e do Conselho Tutelar foram alinhados, no relato jornalístico, de apropriação moral da chacina e da desordem material e simbólica que a mesma significou. O escândalo midiático da tortura do *matador e monstro* da *Chacina do Rangel* por efetivos policiais¹²⁴, no interior do Presídio do Róger em que o mesmo se encontrava, logrou publicizar e politizar problemas sociais bastante polêmicos e de impossível resolução imediata, mas de imenso potencial para uma retórica moralizante e para a performatização de apelos por justiça.

O presidente da OAB-PB, nesse sentido, se expressou nos seguintes termos:

¹²⁴Ver a descrição densa da *Chacina do Rangel* no capítulo II desta tese.

Lamentamos o que ocorreu com aquela família e entendemos que o crime chocou toda a sociedade paraibana, mas não podemos concordar com a prática de tortura contra ninguém... [E acrescentou] Todos os envolvidos que aparecem no vídeo torturando o acusado da Chacina no Rangel deveriam receber voz de prisão (CORREIO DA PARAÍBA, 15 de julho de 2009).

Cabe enfatizar que, quando este ator e agente social destacado se lançou, quase que de forma quixotesca, em uma cruzada simbólica pela exigência de tratamento impessoal, racional e profissional do cidadão penalmente responsável sob poder do Estado, chegando, para tanto, a destacar a gravidade do crime de tortura a um preso nas dependências de um presídio sob a custódia do Estado ser um ato tão grave como qualquer outro crime, no caso, a chacina, tendo em vista padrões civilizatórios modernos de administração da violência e da transgressão moral; equiparou, deste modo, a gravidade do crime da chacina com o crime da tortura. A mídia local, por outro lado, narrou a tortura do *Monstro do Rangel* como *escândalo midiático*, mas não necessariamente como um *escândalo moral* e, se não defendeu pública e abertamente os policiais torturadores e o administrador da penitenciária, diretamente responsáveis pela segurança do apenado, Carlos José Soares de Lima, tampouco insuflou a população contra os mesmos, mantendo uma retórica focada na desfiguração moral do autor da chacina.

O crime da tortura, com efeito, muito embora tenha sido noticiado como novidade impactante e preocupante, foi, ato contínuo, naturalizado e normalizado como banalidade inerente ao sistema prisional brasileiro. Desta forma se buscou salvar a face do à época secretário de Administração Penitenciária, cuja reação em face do escândalo em tela foi a de cogitar a transferência de Carlos José Soares de Lima para o Presídio Federal de Mossoró – RN, onde são encarcerados figuras de alta periculosidade do crime organizado e nacionalmente atuante. De acordo com a notícia do jornal *Correio da Paraíba* do dia 15 de julho de 2009:

"Matador" da "Chacina do Rangel" sofre ameaças de morte e é torturado, no Presídio do Róger, o que levou o Secretário de Administração Penitenciária da PB a buscar transferi-lo para o Presídio Federal de Mossoró, onde estão apenados de alta periculosidade e envolvidos com o crime organizado. "Infelizmente, é comum na história penitenciária do país a execução de presos que cumprem pena por crimes hediondos, como estupro, assassinato de mulheres e menores de idade e o sistema carcerário não tem força para inibir este tipo de ação. Vamos apurar todas as denúncias, comparar os exames de corpo de delito, analisar os vídeos, identificar os culpados e fazer cumprir a lei", disse Roosevelt Vita".

A fala do então secretário de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba, oportunamente enquadrada pela mídia local, buscou paradoxalmente desculpar o poder público de qualquer responsabilidade pela violência sofrida pelo apenado Carlos José Soares de Lima, apontada como algo comum e impossível de impedir em regime de cárcere por

crime hedindo. A tortura do apenado, contudo, tratou-se de performance intencionalmente *viralizada nas redes sociais* do poder coercitivo do Estado, instrumentalizado para o linchamento físico e moral do *Monstro do Rangel*.

A mídia local buscou, ainda, de forma bastante sutil, confundir o homem comum urbano que assistia ao desenrolar dos fatos narrados, tal como o representante do poder público em foco, sobre as práticas e intenções dos torturadores de Carlos José Soares de Lima. Nesse sentido, a narrativa dramatúrgica da mídia local situa de forma indiscriminada *ameaças de morte e tortura* como violências sofridas pelo *Monstro do Rangel*, enquanto que a autoridade pública afirma a normalidade e a inevitabilidade do homicídio de apenados que cometeram transgressões morais e jurídicas sem, contudo, em nenhum momento se reportarem ao fato de que o crime de tortura partiu de policiais devidamente aparelhados para o exercício de função pública e que, valendo-se de artifícios, acobertaram-se no anonimato para linchar publicamente Carlos José Soares de Lima.

Esta prática de enquadramento da situação mediante elipses de conteúdos fáticos, desfigurações morais e acusações do outro caracteriza toda a narrativa pública e dramática construída pela mídia local para a apropriação moral da chacina como *Chacina do Rangel*. No trecho supracitado e analisado ficou, por exemplo, escancarada a estratégia de desculpar a ação criminosa da polícia mediante a evocação do regime carcerário brasileiro como violento. Sobre o caso, assim se expressou o representante do CNJ em visita ao Presídio do Róger:

... a instituição tem a responsabilidade de guardar o preso. Bater, torturar e matar uma pessoa, usando a estrutura do Estado, não representa atividade de uma sociedade civilizada. (CORREIO DA PARAÍBA, 15 de julho de 2009).

Muito embora tenha sido mais claro e didático, ao referir-se ao uso pessoalizado da estrutura do Estado para a prática de violência, também este ator e agente social guardou-se de usar o termo *polícia* para enquadrar moral e emocionalmente o caso.

Ainda neste dia, 15 de julho de 2009, a mídia local fez, mais uma vez, o uso oportuno do termo *monstro* para inserir alguns familiares de Carlos José Soares de Lima na narrativa dramática da *Chacina do Rangel*. O tio do autor da chacina, enquadrado no sentido de reforço moral das falas públicas sobre o *merecimento* e a *inevitabilidade* da tortura de uma figura monstruosa, desumana, desabafou nos seguintes termos, depois de ter assistido ao vídeo, na televisão, da violência sofrida pelo sobrinho:

Eu lamento pelo sobrinho, que era uma pessoa trabalhadora, mas em cuidado com nossas vidas não pensamos em exigir nada. [E acrescentou:] O que ele fez chocou todo o Brasil. Sabemos que todos querem se vingar dele e vão matá-lo e nós, que

estamos aqui fora, não queremos nos envolver mais nisto tudo. (CORREIO DA PARAÍBA, 15 de julho de 2009).

A conhecida Lei do Silêncio, que impera em tantos bairros populares da cidade, parece ter sido curiosamente atualizada, no relato da mídia local, de um modo bastante peculiar: familiares do *monstro* decidiram, - por medo de represálias, - abrir mão de qualquer possibilidade de ação indenizatória por danos materiais e morais. Fica claro, na fala do tio de Carlos José Soares de Lima o quanto estava difundida, entre os moradores da cidade de João Pessoa, a crença de que brevemente a destruição física do autor da chacina se seguiria a sua já consolidada destruição moral.

Interessa notar, contudo, como a mídia local uma vez mais insistiu na estratégia de ignorar a ação policial de tortura, acobertada pelo silêncio de outras autoridades, e, também, de formatá-la no mesmo estilo de narrativa em que se noticia, de maneira espetacularizada e moralizante, as investidas de amedrontamento e de humilhação das populações urbanas pauperizadas pelo crime organizado. O relato midiático não identifica, nesse sentido, que ator e agente social estaria diretamente interessado em ameaçar e destruir a família do *Monstro do Rangel*, caso esta ousasse exigir o respeito dos direitos do mesmo como criminoso sob o poder do Estado: se os próprios apenados, movidos por códigos de honra do mundo do crime, ou se o aparato coercitivo do Estado da Paraíba, que realizou a tortura de Carlos José Soares de Lima. Permanece, porém, a impressão, subliminarmente, de que a ameaça estaria sendo comunicada por parte da própria pobreza urbana, violenta e perigosa para consigo mesmo. Ou seja, a Lei do Silêncio estaria sendo realizada por aqueles que, mesmo identificados e acusados de moralmente degradados e incivilizados, assim agiriam mobilizados por um senso de civilidade e justiça, ainda que pautada na reparação da violência que, em caso de violência fatal, reproduz a morte como castigo legítimo à morte causada.

As notícias do dia 15 de julho de 2009 foram concluídas com a novidade de que Rian, uma das vítimas sobreviventes da chacina, deixava o Hospital de Emergência e Trauma naquele dia, acompanhado por uma tia, irmã da mãe, - àquela altura já falecida, - e por um conselheiro tutelar. A criança até então estava sendo acompanhada por um psicólogo, haja vista os surtos de pânico que lhe acometiam sempre que retornava à consciência e revivia interiormente o massacre da chacina.

A situação das vítimas sobreviventes serviu de ancoragem temática para, no dia 16 de julho, a mídia local retomar a narrativa da *Chacina do Rangel* a partir do enquadre da fala do filho mais velho do casal chacinado, o Priciano, - à época somente com 11 anos de idade, - e

que sobreviveu fisicamente ileso ao massacre. O *escândalo midiático* da tortura de Carlos José Soares de Lima foi momentaneamente deixado de lado e a cena do crime foi atualizada com novas tintas e perspectivas a partir do momento em que aconteceu o uso do personagem Priciano como referência ocular e memorialística da chacina. No intuito de comunicar ao público, de uma só vez, objetividade e humanidade, continuidade e surpresa, valorização moralizante e distanciamento axiológico, a mídia local reinventou culturalmente o massacre da perspectiva enquadrada de Priciano, situando, então, de forma mais convincente, a suposta participação de Edileuza Oliveira dos Santos, a esposa de Carlos José Soares de Lima, e, mais que nunca, também autora da *Chacina do Rangel*.

Priciano foi utilizado como álibi pela mídia local para a reconstituição da dinâmica interna da chacina. Por intermédio do tio materno que assumira a sua tutela, o olhar e a voz do menino foram apropriados para a narrativa midiática da tragédia familiar a partir da tese segundo a qual Edileuza Oliveira dos Santos era apontada como a assassina de seus três irmãos.

Nessa nova narrativa midiática, em que Edileuza Oliveira Santos era também informada como uma das autoras do crime de chacina, a figura de *Monstro do Rangel* imputada ao Carlos José Soares de Lima perdia um pouco do seu sentido, de modo que gradativamente foi transformada na figura do *Matador*. Esta reviravolta na narrativa midiática ressignificou, de maneira enfática, o elemento da *monstruosidade* como inerente à pobreza urbana e expresso nas ações de um casal pobre e bestializado, mais do que uma expressão individualizada e patológica.

De acordo com o Jornal Correio da Paraíba de 16 de julho de 2009:

Priciano, um dos sobreviventes da "Chacina do Rangel", conta ao tio detalhes do massacre. "Deusdedit (delegado de polícia) explicou que o garoto contou detalhes do crime ao tio. O menino teria ouvido o facão sendo amolado antes do casal entrar na casa e disse que ao arrombarem a porta da casa, Carlos teria ido em direção ao seu pai e Edileuza ficado responsável por matar as crianças. O delegado afirmou que ainda não se sabe quem matou a mãe Divanise, mas espera que o depoimento do garoto ajude a esclarecer os detalhes. ...Para o delegado, a informação confirma participação da mulher no crime, até então negada por ambos os acusados. ...Seis pessoas foram ouvidas na terça, o Antonio e mais cinco vizinhos, e falta apenas ser colhido o depoimento do garoto, que ainda está em choque por ter presenciado o assassinato da família escondido embaixo da cama".

As novas informações agregadas à narrativa da mídia, com base no exposto por Priciano, reanimaram o interesse da cidade pela *Chacina do Rangel*, agora vista, sentida e imaginada, pelos olhos de uma das vítimas sobreviventes que, simultaneamente, acusava o casal como disposto à violência fatal, e articulado segundo uma divisão aparentemente sexual de tarefas e

ressentimentos: o agressor masculino teria vitimado, a golpes de facão, o pai da família chacinada; enquanto que a agressora feminina teria investido contra as crianças. O assassinato da mãe da família, Divanise, até então permanecia como incógnita a ser explorada em um momento posterior de reinvenção da *Chacina do Rangel*.

As notícias desse dia impactaram moral e emocionalmente na população da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Valendo-se do modelo de narrativa já expresso em relação ao *Monstro do Rangel*, a mídia local construiu um relato análogo para explorar a situação de Edileuza, que se encontrava isolada em um presídio feminino e, tal como Carlos José Soares de Lima, supostamente recebia ameaças de morte por parte das demais apenadas. Uma notícia deste dia, intitulada *Acusada fica com filho na cela e não recebe visitas*, enfatizava o clima de pânico e falência moral no interior do presídio em que Edileuza fora aprisionada com o seu filho recém-nascido. As demais apenadas reagiram com indignação à sua presença e externaram desejos de *vingança*, demonstrando, com isso, o forte impacto da narrativa pública e dramática da mídia local, com seus apelos personalísticos e espetacularizados, enfatizando reiteradamente que o crime da chacina fora cometido contra a família paraibana e pusera em risco o estatuto civilizatório da própria cidade de João Pessoa.

Edileuza Oliveira dos Santos permanece em cela isolada, sem receber visitas, com seu bebê de dois meses. A administração do presídio ainda teme inseri-la no convívio cotidiano com outras pessoas. "No começo elas juravam vingança pelo crime, mas elas sabem que vão ter que conviver com a acusada e muitas delas já se conformaram com a presença dela. Ainda assim, iremos retardar esse encontro até que a situação se acalme", comentou José Barbosa dos Santos (diretor adjunto da penitenciária). (CORREIO DA PARAÍBAB, 16 de julho de 2009).

Nas tiras de notícias que compõe a Figura 37 (p. 259), os dois autores da chacina aparecem lado a lado: sobre Carlos José Soares de Lima o juiz responsável pelo caso ainda cogitava sobre mantê-lo em um Presídio de Segurança Máxima na Paraíba ou em transferi-lo para um Presídio Federal no Rio Grande do Norte; enquanto que o problema da segurança pessoal de Edileuza era solucionado a partir de uma estratégia de isolamento, em regime carcerário, por tempo indeterminado. As tiras de notícias, com efeito, foram usadas como recurso didático, por parte da mídia local, para apresentar ao morador comum, que acompanhava o caso com extremo interesse (KATZ, 2017a), como a Justiça e a Administração Pública, - ora representados na figura do juiz do 1º Tribunal do Júri da Capital e do Secretário de Administração Penitenciária do Estado, - estavam momentaneamente à frente do processo de apropriação moral e judicial da *Chacina do Rangel*.

Figura 37 – Tiras de notícias, intituladas *Juiz decidirá transferências* e *Medida visa segurança*.

Juiz decidirá transferências



O juiz do 1º Tribunal do Juri, Marcus William, responsável pelo caso, explicou ontem que o trâmite normal é que o pedido de transferência do acusado Carlos José para um Presídio Federal de Mossoró, deve ser feito por ele e disse ainda que essa semana vai encaminhar um ofício ao Secretário de Administração Penitenciária Roosevelt Vita. O juiz explica que se após o ofício o secretário não garantir que o Estado tem condições de manter a segurança do preso, e se responsabilize pelos custos de transporte do mesmo, então será pedida a transferência.

Medida visa segurança



Em se tratando da transferência de Edileuza para outro presídio, o juiz explica que vai seguir o mesmo procedimento com relação ao outro acusado. Ele afirmou que ainda não sabe se Edileuza vai continuar em uma cela isolada. A acusada está na Casa de Reeducação Feminina Maria Julia Maranhão (Bom Pastor). "A permanência dela em uma cela isolada pode ser estabelecida por tempo indeterminado. O prazo de 10 dias após a prisão ainda não acabou e só vou avaliar como ficará a situação com o término do prazo. O que posso assegurar é que será tomada a medida que garanta sua segurança", afirmou o juiz.

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, 16 de julho de 2009.

O processo de captura moral e simbólica de um surto de violência banal e cruel entre vizinhos passou a compor o complexo dilema do direito penal moderno: o de punir o ataque à integridade moral coletiva, expresso no crime de chacina de uma família vizinha; e o de preservar a segurança física dos cidadãos à disposição da Lei, com todos os custos logísticos aí implicados¹²⁵. Este dilema foi claramente vocalizado pela mídia local a partir das seguintes palavras do juiz responsável pelo caso: "...garantir que o Estado tem de condições de manter a segurança do preso, e se responsabilize pelos custos..." (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de julho de 2009).

O destino dos dois autores da chacina, à época ainda formalmente tratados como acusados, já aparecia para o público que acompanhava o desenrolar da narrativa da *Chacina do Rangel* como, de fato, condenados. E, com efeito, assim deixou claro o juiz à frente do caso, tal como exposto na notícia abaixo:

Juiz do 1º Tribunal do Júri, Marcus William, responsável pelo caso da "Chacina do Rangel", acredita que o caso pode ser julgado até o final do ano. "Carlos José Soares de Lima e a esposa Edileuza Oliveira dos Santos foram presos em flagrante e confessaram o crime em seu primeiro depoimento. (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de julho de 2009).

A apropriação jurídica da chacina implicou, para a narrativa pública e dramática em movimento construída pela mídia local, uma necessidade imperiosa de ajustes de focos temáticos, demandas de conteúdo e construção moralizante de personagens. Se, até então, o interesse do público da cidade sobre o relato da *Chacina do Rangel* fora provocado mediante a desfiguração moral de Carlos José Soares de Lima como *Monstro do Rangel* e *Matador* e, ato contínuo, da sua esposa Edileuza como co-autora do crime, - de modo que o foco sobre estes dois personagens oscilava, mais enfaticamente, entre o momento da violência banal e cruel do massacre e o momento de suas respectivas acomodações em presídios públicos, - a sinalização, por parte do juiz do caso, da certeza de condenação do casal criminoso em júri popular retirava o elemento de luta por justiça e por reparação moral, material e simbólica para a família vitimada do foco do roteiro narrativo midiático.

¹²⁵ Nesta perspectiva, a narrativa midiática logrou transmitir para o senso comum o dilema da justiça moderna em preservar o seu dever moral e ético mesmo diante de um crime *monstruoso*. Esta *monstruosidade* que, segundo a mídia local, se expressava na chacina como paradigmática da barbárie que cerceava a parte civilizada da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, justificava a tese (ou o dever moral) da necessidade urgente de uma ofensiva civilizadora que organizasse a pobreza e a enquadrasse moral e emocionalmente em um projeto civilizador modernizante. Ao comprometer a reputação e, por extensão, a normalidade normativa da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba como um todo, a *Chacina do Rangel* provocava uma intervenção modernizante por parte de seus empreendedores morais. A mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, assim, viam-se na obrigação de apropriar-se moral e emocionalmente do crime de chacina como narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*.

Ao pontuar de antemão o destino dos autores da chacina como desde já condenados ao regime de cárcere, transformando o júri popular que se daria mais tardiamente em um ritual moralizante de cartas marcadas, a justiça pressionou a mídia local para uma estratégia de apropriação moral da chacina como uma densa narrativa de personagens, não mais de esforço pela construção de um enredo linear que culminasse com os efeitos desejados. Esse *efeito de distanciamento, de estranhamento ou mesmo de desilusão* (BRECHT, apud ARENDT, 2008)¹²⁶ em relação à conclusão do drama da *Chacina do Rangel*, enquanto narrativa de uma liminaridade interminável e de aparentes impasses morais e emocionais, deslocou a narrativa pública e dramática da mídia local para uma cruzada simbólica e para uma ofensiva moral focada na transformação dos problemas sociais da pobreza urbana e dos bairros periféricos enquanto signos de déficit civilizatório da cidade de João Pessoa, e não mais, ou tão somente, como até então parecia ocorrer, como uma luta pela justiça, em sentido estrito, que culminava na prisão, desfiguração moral e condenação do casal de chacinadores.

Com efeito, as notícias da mídia local, expostas no Conjunto 2 de notícias (Figura 36, p. 229), que se seguiram à condenação pública e sumária dos autores da chacina por parte da justiça, para fins analíticos, foram divididas em dois blocos. O primeiro bloco de notícias buscou um último momento de atenção para o *escândalo midiático* da tortura do *Monstro do Rangel*. Enquanto que o segundo bloco de notícias apostou em construir, para o público da cidade de João Pessoa, a *Chacina do Rangel* como uma ruptura com a ordem social, tanto mundana quanto extramundana da cidade, e cujo epicentro de contágio e poluição partia do bairro do Varjão/Rangel e, por semelhança e extensão, das periferias urbanas pobres.

O primeiro bloco de notícias contou, - ainda na edição do Jornal Correio da Paraíba do dia 16 de julho de 2009, - com uma breve nota explicativa, apesar de bastante confusa e em tom de desculpa, sobre o *escândalo midiático* da tortura de Carlos José Soares de Lima, desta vez reconhecido como pessoa humana, e não como *Monstro do Rangel* ou *Matador*. A ação criminosa da tortura foi confirmada por laudo pericial traumatológico, conforme pode ser visto na Figura 38 (p. 262); mas continua como narrativa pública inconclusa que não imputa responsáveis pelo crime e tampouco confirma o cenário da violência de Estado praticada

¹²⁶O conceito de *efeito de distanciamento, de estranhamento ou de desilusão* (*Verfremdungseffekt*), em Brecht (apud ARENDT, 2008), remete a uma narrativa dramática, cuja retórica busca a constante irritação reflexiva do público na medida em que este é conduzido a analisar criticamente os dilemas, conflitos e tensões narrados sem esperar por uma surpresa ao final da história que solucionasse toda a carga moral e emocional da trama apresentada como tragédia, situação-limite ou evento crítico.

contra o novo apenado, ao mesmo tempo em que remete a um futuro incerto o fechamento do caso.

Figura 38 – Foto de documento oficial do Estado da Paraíba intitulado *Laudo Traumatológico – Ferimento ou ofensa física*.


GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLÓGICA LEGAL
C: 377909 Laudo nº: 37948709

LAUDO TRAUMATOLÓGICO
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 14/07/2009 Hora do exame: 10:30

Órgão Requirente: GEPLASL nº da Solicitação: 22009 Autoridade Solicitante: Serviço
Túlio Cavalcanti Ramalho. Nome: CARLOS JOSÉ SOARES DE LIMA DA SILVA
filho(a) de: e de: . Sexo: masculino Estado civil: . Nacionalidade: brasileiro
Natural de: ignorada. Profissão:

HISTÓRICO: o periciado está preso no Presídio Flóculo da Nobrega e foi trazido para
exame de corpo de delito, uma vez que há denúncias de maus tratos. O periciado relata,
ao nosso questionamento, que não sofreu quaisquer maus tratos na prisão, sendo "bem
tratado".

DESCRIÇÃO: ao exame pericial, constatamos haver uma escoriação em área da mão
direita, na base do dedo, com aspecto recente (24 a 48 horas de evolução), de
pequena extensão (1,5 cm). Ao redor desta lesão, há equimose arroxeada, também de
aspecto recente, com um raio de 2,0 cm. Na área deltóide posterior direita, ainda no
dorso, há uma lesão do tipo equimose, de 2,0 cm de circunferência, sendo circular, de
cor roxa, clara, de aspecto recente (24 a 48 horas de evolução). No tórax, anteriormente,
há, na área jugomamilar direita, 5,0 cm internamente ao mamilo, uma pequena
escoriação de aspecto recente (24 a 48 horas de evolução), linear, de 1,5 cm de
extensão. No pé esquerdo, há no hálux (em sua base), um ferimento contuso suturo, de
1,0 cm ainda com os pontos de sutura visíveis, edematizado, com aspecto
inflamatório e com mais de cinco dias de evolução (cinco a sete dias).

QUESTÕES:
1ª Há ferimento ou ofensa física? SIM
2ª Qual o meio que o ocasionou? ACÃO CONTUNDENTE
3ª Quanto tempo se passou? 5 a 7 dias

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, 16 de julho de 2009. Arquivos do GREM.

Cabe enfatizar (Ver Figura 38), nesta notícia de jornal, a estratégia de reinvenção do relato com ênfase, em primeiro plano, na assertiva de que o autor da chacina teria sido torturado no interior do presídio em que se encontrara, para, em segundo plano, dar voz à autoridade pública que transforma essa verdade sobre o real em mero indício a ser investigado. Interessa notar também que, muito embora se assuma que houve a tortura, - classificada como agressão, e não como crime, - esta *não ofereceu risco à sua vida* (de Carlos José Soares de Lima).

Laudo pericial confirma ocorrência de tortura de Carlos José Soares de Lima no interior do presídio. "Segundo o laudo, Carlos sofreu "ferimento de ofensa física" causado por "ação contundente" que não ofereceu risco à sua vida. O Secretário de Administração Penitenciária do Estado, Roosevelt Vita, disse que há indícios de que a agressão aconteceu dentro do Presídio Flósculo da Nóbrega (Presídio do Róger), mas só a sindicância vai poder concluir". (CORREIO DA PARAÍBA, 16 de julho de 2009).

O laudo pericial traumatológico do exame de corpo de delito, realizado sob o clamor de atores e agente sociais destacados nas arenas públicas da cidade, - como a OAB-PB, o representante do CNJ e alguns grupos ligados aos Direitos Humanos, - reforçava a narrativa midiática de maneira bastante curiosa: performatizava a fala do próprio apenado, totalmente à disposição do aparato coercitivo do Estado, para lançar ainda mais confusão sobre o caso e praticamente invalidar maiores e mais aprofundadas investigações a respeito.

Segundo o laudo pericial traumatológico: "O periciado está preso no Presídio Flósculo da Nóbrega e foi trazido para exame de corpo de delito, uma vez que há denúncias de maus tratos. O periciado relata, ao nosso questionamento, que não sofreu quaisquer maus tratos no presídio, sendo 'bem tratado'". O *escândalo midiático* da tortura do *Monstro do Rangel* foi, assim, pontualmente retomado com toda a força no dia 18 de julho de 2009.

A ação da mídia local no dia 17 de julho, tal como se verá mais adiante, não passou simplesmente em branco, mas foi oportunamente reservada para a segunda trama narrativa construída e difundida em paralelo ao relato da tortura. O tema da violência estatal, com efeito, levantava o problema social, deveras explosivo, da situação da pobreza urbana em regime de cárcere e sob constante agressão policial.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-PB, nesse sentido, mais uma vez alertava para o direito da vítima a indenizações, mas, agora, não em razão de danos morais e materiais sofridos, porém em caso de uma possível morte em presídio sob custódia do Estado, quando caberia à família de Carlos José Soares de Lima o valor de R\$ 300 mil (CORREIO DA PARAÍBA, 18 de julho de 2009). Em resposta à provocação da OAB-PB, - que se postava,

como especialista jurídico, na contramão da narrativa midiática, e, por extensão, das ações da justiça e de moradores da cidade que se manifestavam pelas redes sociais, - a mídia local enfatizava a narrativa de acusação e de desfiguração moral do *Monstro* da *Chacina do Rangel* e de justificação das autoridades públicas envolvidas no *escândalo da tortura*.

Estes atores e agentes sociais, na figura da justiça e da Administração de Segurança Pública do Estado e da cidade, teriam devidamente transferido Carlos José Soares de Lima para lugar seguro, - do Presídio do Róger para o Presídio PB1, - e, mais uma vez, averiguado *se* teria havido a tortura do mesmo, desempenhando com normalidade suas funções de autoridades públicas devidamente constituídas. Na narrativa pública e dramática da mídia local, em sinergia com o poder público do Estado, então sob intensa pressão moral da OAB-PB, Carlos José Soares de Lima foi reduzido, mais uma vez, à condição de *monstro* em situação de *confusão mental*, tendo ele mesmo sido apontado como o responsável, ainda que indiretamente, pela agressão que sofrera.

Em síntese, conforme relato da mídia local, Carlos José Soares de Lima teria perturbado o ambiente e os demais apenados, no dia de seu encarceramento, de modo que a entrada de agentes (a notícia não se refere diretamente a policiais ou agentes penitenciários) em cena se deu para acalmá-lo, e não para torturá-lo. De resto, o mesmo não poderia dar testemunhos dos fatos, porque fora *medicado para se tranquilizar*. De acordo com a notícia:

"Monstro" é transferido para o Presídio PB-1, onde depõe sobre o caso de ter sido torturado quando foi preso no Presídio do Róger. "Foi marcado por confusão mental, inconstância e interrogações sem resposta o depoimento de um dos acusados da Chacina do Rangel, Carlos José Soares de Lima, dado ontem pela manhã à Comissão de Sindicância que investiga *se [Grifo do Autor]* o preso passou por tortura nas dependências do Presídio do Róger, onde estava preso até ontem. O acusado foi ouvido em uma sala no Presídio PB-1, onde ficará isolado até determinação da justiça... Carlos contou no depoimento que quando chegou na cela, no dia em que foi preso, estava muito nervoso e começou a bater nas grades, o que agitou os presos que começaram a gritar e fez com que os agentes intervissem. Os agentes entraram na cela e esse teria sido o momento registrado pelo vídeo em que o preso é agredido. Logo em seguida, ele foi medicado para se tranquilizar, e por isso alega que não lembra direito do que aconteceu". (CORREIO DA PARAÍBA, 18 de julho de 2009).

Diante desse impasse em concluir o *escândalo da tortura* com um relato plausível e crível que desculpasse as autoridades implicadas na aplicação da justiça sob o olhar do público da cidade, que atentamente acompanhava a produção da narrativa da *Chacina do Rangel*, apelou-se, uma última vez, para a estratégia anterior de adiamento e de aprofundamento do olhar jurídico sobre a questão. A novidade, então, era a exigência de especialistas durante a próxima oitiva de Carlos José Soares de Lima sobre a agressão que

possivelmente houvera sofrido, muito embora, como ousou afirmar uma das autoridades públicas que conduzia a questão, *as agressões ocorreram dentro do Presídio do Róger e está claro que o preso passou por maus tratos*. Segundo a notícia:

Comissão de Sindicância que apura caso da tortura de Carlos José no Presídio do Róger quer nova audiência. "Como o depoimento não ajudou a elucidar muitos detalhes sobre o possível caso de tortura, Túlio Ramalho afirmou que vai pedir que o preso seja ouvido novamente, só que, dessa vez, na presença de um psicólogo, de um membro do Ministério Público e um advogado... Ele (Túlio Ramalho) confirmou que as agressões ocorreram dentro do Presídio do Róger e que está claro que o preso passou por maus tratos". (CORREIO DA PARAÍBA, 18 de julho de 2009).

O desgaste moral enfrentado pela justiça e pelo Estado, como um todo, fora provocado pela comunicação descoordenada de posturas e discursos tecnicamente frágeis e contraditórios. Por um lado, cabia tranquilizar o público da cidade de João Pessoa com ações visivelmente rígidas sobre um apenado já de antemão condenado por uma transgressão moral midiaticamente enquadrada como tão impensável de praticar que se lhe estigmatizava como *monstro e matador*; por outro lado, cabia processar a violência enigmaticamente banal e cruel entre iguais e próximos, produzida em regime de intensa pessoalidade e forte copresença de vínculos sociais, segundo os códigos modernos de impessoalidade, de distância axiológica, de profissionalismo burocrático e de tecnicidade jurídica, policial e penitenciária.

Ao Estado, visto como ator e agente social coletivo que por excelência opera e organiza o espaço público, ora representado pela justiça, cabia o processamento racional de um crime, enquanto que a população da cidade¹²⁷ exigia, - insuflada pela mídia local que construía a narrativa da *Chacina do Rangel*, - a destruição material e simbólica de um *monstro*.

O *escândalo da tortura*, com efeito, praticamente se encerrou nesse beco sem saída, não havendo uma continuação do relato midiático sobre o tema. A situação de engolfamento a que se chegou, com efeito, provocou um excesso de atenção sobre os empreendedores morais locais, - a mídia local, a justiça e a Administração de Segurança Pública do Estado e da cidade, - em disputa e sobre as promessas não cumpridas dos mesmos em relação ao já espectado pelo homem comum urbano, - que vibrava e sofria com a trama midiática sobre a chacina. A resposta das autoridades públicas que se desgastavam e se desacreditavam moralmente foi justamente a de, em um gesto reverso de cismogênese simétrica (BATESON,

¹²⁷ A população da cidade, em parte, aplaudia a dor e o sofrimento infligidos ao *Monstro do Rangel* como um trabalho bem feito e mais que legítimo de reparação moral e de restauração da ordem simbólica no urbano cotidiano já sentido como suficientemente ameaçador e vulnerável para as pessoas *de bem*.

2006), retirar-se do cenário de *escândalo midiático* montado, abafando o relato da tortura na narrativa pública e dramática mais ampla da *Chacina do Rangel*.

O segundo bloco de notícias se organiza, nesse sentido, mais especificamente nas notícias dos dias 17 ao dia 20 de julho de 2009, de modo que retoma o bairro do Varjão/Rangel como um lugar em pânico e falência moral. Nele se relata um cotidiano em profundo *estado de choque*, de revolta e de indignação, do qual moradores de longa data, conhecidos e íntimos das famílias envolvidas na chacina, almejam intensamente sair, deixando para trás o bairro do Varjão/Rangel.

Na narrativa midiática, a partir de então, o sentimento de vergonha-desgraça teria se apoderado dos adultos, - ainda acometidos pela quebra de confiança causada pela ação violenta de *uma pessoa que tinha crescido com todo mundo aqui e não tinha qualquer comportamento agressivo*, - e o sentimento de medo teria se apoderado das crianças, que se negavam a sair de casa e ir à escola (as crianças vítimas da chacina estudavam na escola municipal Leônidas Santiago, próxima do local do crime) e sofriam com pesadelos noturnos. De acordo com as notícias:

Conselho Tutelar da Região Sudeste verifica que as crianças vizinhas às vítimas da "Chacina do Rangel" estão em estado de choque, por esta razão, receberão assistência social e psicológica por parte do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. "Muitas mães estão preocupadas porque as crianças não dormem direito, tem pesadelos e por medo não têm saído de casa para ir à escola", disse o conselheiro".

Vizinhos da tragédia afirmam querer deixar o bairro do Rangel. "Se eu pudesse, seria a primeira a sair daqui". A frase é de V. L., moradora das proximidades da casa onde aconteceu uma chacina e que ainda não esqueceu os momentos de horror vividos pela família que foi assassinada no bairro do Rangel. O sentimento da dona de casa V. L. é comum entre os moradores. A maioria pretende se mudar do local. Muitos argumentam que o clima de tensão tomou conta do local. "Dormir virou um pesadelo para todos nós. Ninguém nunca imaginou que uma tragédia destas pudesse acontecer tão perto da gente, ainda mais por uma pessoa que tinha crescido com todo mundo aqui e não tinha qualquer comportamento agressivo", disse M. L. (CORREIO DA PARAÍBA, 17 de julho de 2009).

Este relato de pânico e falência moral é retratado de forma enfática na Figura 39 (p. 267), que sugere o olhar perdido em direção ao local do crime de uma criança em choque. A imagem enquadra a violência banal e cruel da chacina, denotando o próprio lugar comunitário de afetos, memórias e projetos, reconhecimento e pertença, sem encantamento e destruído, dele restando somente uma rua, antes alegre e efusiva, de moradores que davam às costas para a crueldade do real, agora vivendo de sensações de medo e vergonha.

Figura 39 – Foto de Stanley Talião, publicada no Jornal Correio da Paraíba do dia 17 de julho de 2009. **Legenda:** Crianças da comunidade onde ocorreu a chacina vivem traumas e receberão tratamento psicológico de instituição da Prefeitura. A foto mostra uma criança solitária sentada à calçada a mirar as casas (branca e azul, ao fundo) das famílias envolvidas na chacina. Mães com seus bebês também aparecem na foto.



Fonte: Arquivos do GREM.

Este segundo bloco de notícias logrou retomar a atenção do público da cidade para um relato moralizante mais linear e com menos disputas pela *propriedade do público* (GUSFIELD, 1989). Saíam do primeiro plano da narrativa os intrincados e enfadonhos rituais jurídicos e policialescos sobre tortura e direitos humanos, - encapsulados em noções abstratas de justiça que mal eram capazes de separar o oficial do oficioso, o legítimo do legal, e o legal do moral e do costumeiro, com seus atores e agentes sociais em franca contradição sobre o que diziam, - e as pessoas comuns do bairro do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa voltavam ao palco principal da trama de surto descivilizador e de ofensiva civilizadora.

Nesse diapasão, no dia 18 de julho de 2009 ocorreu um novo acontecimento relacionado à tragédia da *Chacina do Rangel*: a destruição das casas das famílias envolvidas no crime, em uma ação aparentemente popular e espontânea, mas estimulada e ativamente

conduzida pela mídia local¹²⁸ (Ver Figura 31, p. 143, em que um jornalista sensacioanalista local é fotografado, com uma marreta, participando da demolição de uma das paredes de uma das casas). A mídia local tomou esse fato como uma nova onda de notícias publicadas entre os dias 19 e 20 de julho, em que explora e espetaculariza o ato da demolição. As demolições, além de terem sido acompanhadas por religiosos da Igreja Católica presentes à situação para a performance de um ritual religioso de purificação do lugar, foram também sistematicamente promovidas à categoria de evento público pela mídia local, que insistia na construção de um santuário no lugar, com o apoio da Igreja Católica, que por ora se posicionava como empreendedor moral secundário provocado pela narrativa pública e dramática da mídia local.

Esta nova onda de notícias configurou um momento de grande influência nos passos seguintes para a apropriação moral da tragédia. Os desdobramentos seguintes de apropriação moral da chacina envolveram dois novos empreendedores morais interessados, cada um a seu modo, em se afirmar para a cidade como agentes organizadores da pobreza urbana, a partir do bairro em situação de falência moral. De um lado, como acima abordado, a Igreja Católica e, por outro lado, a Administração Pública do município de João Pessoa. De acordo como o jornal:

Vizinhos derrubam casa da família das vítimas da "Chacina do Rangel". "Revoltados, moradores derrubaram, na manhã de ontem, a casa onde morava a família vítima da Chacina do Rangel, em João Pessoa, ocorrida no último dia 9, quando o pai, a mãe e três filhos do casal foram mortos a golpe de facão. Apesar de a polícia ter pedido que a casa das vítimas fosse preservada, por causa das investigações, moradores alegaram que a comunidade continua muito abalada e que a ação serviu para agilizar a construção do santuário no local da tragédia. A derrubada começou por volta das 08h30m e terminou cerca de uma hora e meia depois. Enquanto a casa era destruída, familiares, freiras, vizinhos e amigos que estavam no local faziam orações. Antonio Lima dos Santos, irmão de Divanize Lima dos Santos, informou que a missa de 7º dia estava marcada para acontecer no dia às 19:30h de ontem [18 de julho de 2009], na Igreja do Rangel. "Ninguém aguentava mais olhar para a casa. Foi um choque muito grande. Era amiga da família", afirmou, abalada, a moradora Zilanda Santos da Silva". (CORREIO DA PARAÍBA, sábado, 19 de julho de 2009).

Comovidas com a Chacina do Rangel, várias pessoas já fazem doações para agilizar a construção de santuário no local da casa onde sete de uma mesma família foram mortos. Moradores da comunidade se ofereceram como voluntários. (CORREIO DA PARAÍBA, 20 de julho de 2009).

Ambas as notícias supracitadas, publicadas respectivamente nos dias 19 e 20 de julho de 2009, reforçam a estratégia de narrativa pública e dramática da mídia local com foco no

¹²⁸Ver Capítulo II, onde o episódio é abordado em maior riqueza de detalhes.

bairro do Varjão/Rangel, a partir da Rua Oswaldo Lemos, onde ocorreu a chacina; e nos vizinhos, amigos e familiares das famílias envolvidas no massacre, como elemento humano mediante o qual se podia mais facilmente performatizar a narrativa pública e dramática de quebra da normalidade normativa e da ordem cosmológica que se objetivava produzir discursivamente na e sobre a cidade de João Pessoa, tal como observado no uso oportuno de falas e imagens de moradores do Varjão/Rangel em situação de desespero moral e depressão emocional, publicados como notícias de jornal no dia 17 de julho de 2009. A partir da midiatisação deste cenário e destes atores e agentes sociais em cena fez-se possível produzir e difundir um relato seriado sobre as ameaças e perigos associados à pobreza urbana periférica, sempre olhada com um misto de desconfiança, medo e voluntarismo pacificador, disciplinador e moralizador.

Deste modo, a mídia local apontava, naquele momento, para si mesmo como empreendedor moral ativamente presente, - tanto como propagador da fofoca cotidiana, quanto como cruzado moral atuante nas ações populares de vendeta, observado, por exemplo, na participação da demolição da casa da família vitimada e na indução dos moradores em um projeto de santuário ou capela a ser construído no local do crime. O ato da demolição das casas das famílias envolvidas no crime de chacina, arquitetado pela mídia local, provocou a participação ativa da Igreja Católica tanto no ritual de purificação do lugar poluído pelo *mal* quanto na ideia de um santuário a ser construído no local, como será abordado no capítulo 5.

Do mesmo modo a mídia local apontava para a Administração Pública do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba, chamados a assumirem ostensivamente aquele *lugar*, descrito como de falência e pânico moral, mas prenhe de possibilidades civilizatórias. A intervenção da Administração Pública municipal e estadual, como empreendedores morais, será analisada no capítulo 6.

No dia 21 de julho, o ritual dramatúrgico de produção midiática do conto moral em torno do crime da chacina parecia já ter convencido todo o público da cidade de João Pessoa, organizado em torno de contendas e disputas morais pontuais derivadas da apropriação moral, jurídica, política, religiosa e administrativa do crime de chacina transformado em *Chacina do Rangel*. A narrativa geral foi, então, retomada, agora na voz de uma nova personagem em cena: Denise Lima dos Santos. Esta nova personagem em cena, da perspectiva dos códigos populares de moralidade, representava direta e materialmente as vítimas do crime de chacina, como também os moradores do bairro do Varjão/Rangel e, por extensão, das demais áreas periféricas e de pobreza urbana da cidade. Esta personagem, destarte, mesclava o parentesco

consaguíneo com deveres urgentes e intransferíveis de afetos, de preservação e de reparação moral da fachada coletiva da família.

O vínculo familiar e a posição moral destacados de Denise Lima dos Santos, - irmã de Divanise Lima dos Santos, que veio a óbito, grávida de gêmeos, dias depois de internada em regime hospitalar, - foram fortemente visibilizados pela mídia local para a apropriação moral do discurso de acusação, de desfiguração moral e de desumanização de Carlos José Soares de Lima. Denise Lima dos Santos, personagem já de antemão preparado e publicizado pela mídia local, afirmava que a tortura do *Monstro do Rangel* fora merecida e pedia, então, nesse sentido, às autoridades do Estado, em praça pública, a permanência do diretor do Presídio do Róger, afastado logo após a denúncia de tortura e da escandalização midiática das imagens de tortura anonimamente viralizadas nas redes sociais¹²⁹.

A notícia abaixo, com efeito, minimiza, jocosa e perversamente, o crime de tortura a partir de comentários performáticos do tipo *foi pouco* e foram só *tapinhas*, feitos pela Denise Lima dos Santos; enquanto que, no mesmo diapasão, pressiona as autoridades públicas no sentido do não afastamento do à época diretor do presídio de segurança máxima da cidade, sob cuja responsabilidade legal recaía a integridade física e moral do apenado Carlos José. Interessante notar, ainda, na notícia, o argumento do protesto popular organizado por Justiça e por reparação moral à família vitimada. Os populares, identificados como *cerca de 50 amigos do diretor* e como *famíliares das vítimas da chacina*, contavam com um abaixo-assinado, a ser remetido ao governador, já com cerca de 500 assinaturas.

A Comissão de Sindicância que apura o envolvimento do diretor do Presídio do Róger, Dinamérico Cardim, nos atos de tortura, mostrados em rede em todos os veículos de comunicação do Estado, ouviu o diretor afastado, ontem (20 de julho de 2009) pela manhã. O diretor negou haver participado do espancamento contra o presidiário, Carlos José Soares de Lima, que chacinou sete membros de uma mesma família no bairro do Rangel, em João Pessoa. ...Cerca de 50 amigos do diretor... protestaram, ontem, contra o afastamento do diretor e pediram justiça para o caso. Familiares das vítimas da chacina também estiveram presentes ao ato, que ocorreu em frente ao Palácio da Redenção. ...Os manifestantes estariam com um abaixo-assinado, com cerca de 500 nomes para ser entregue ao governador do Estado, José Maranhão. Denise Lima dos Santos, irmã de Divanise Lima dos Santos, assassinada

¹²⁹Interessa frisar que a veiculação do vídeo de tortura do *Monstro do Rangel* se deu através do blog do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado da Paraíba. Este dado etnográfico sugere um interesse das forças policiais civis em se promoverem através do esforço de destruição simbólica do *Monstro do Rangel*. As cenas de tortura, amplamente viralizadas, produzidas por um aparelho celular de alguém posto à cena, e imediatamente transmitidas pelo blog do Sindicato em questão, buscavam estimular os sentimentos de vingança da população no sentido do linchamento moral da figura do Carlos José. Este vídeo viralizou em segundos, obtendo milhares de acessos e vários comentários de apoio à ação policial e de ameaça de destruição do *Monstro do Rangel*, associado ao sentimento de vergonha desgraça que o mesmo causava para toda a cidade de João Pessoa e para o Estado da Paraíba.

por Carlos José, declarou que "Foi pouco o que aconteceu com ele (Carlos José). Levar tapinhas é pouco para ele. Eu quero que ele cumpra pena pro resto da vida, que mofe na cadeia, que ele pene pro resto da vida dele". (CORREIO DA PARAÍBA, de 21 de julho de 2009).

No dia 29 de julho de 2009, transcorridos oito dias desde as últimas chamadas jornalísticas para a narrativa da *Chacina do Rangel*, o Jornal Correio da Paraíba apresentou ao público da cidade, mais uma vez, um panorama geral do evento, que dominou exaustivamente a opinião pública durante praticamente todo o mês de julho. O jornal discorreu, nesse sentido, sobre a situação atual dos autores da chacina:

Carlos José está isolado no Presídio PB1, em Jacarapé. Sua mulher Edileuza Oliveira encontra-se isolada, no presídio de reeducação feminina do Bom Pastor, em Mangabeira... [E sobre o desfecho formal da tragédia:] De acordo com o Primeiro Tribunal de Júri de João Pessoa, o casal deve ser julgado até novembro deste ano de 2009. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 29 de julho de 2009).

A ênfase do relato pretendeu, contudo, mais uma vez, retratar a banalidade da violência cruel entre iguais, apostando em uma descrição pormenorizada do horror que caracterizou a produção do crime.

Nessa perspectiva, a notícia do dia 29 de julho resumiu a chacina em cento e seis golpes de faca e facão que chocaram a Paraíba e tiveram repercussão nacional:

O casal responsável pela Chacina desferiu 106 golpes de faca e facão contra as vítimas, de acordo com a perícia médica. Segundo a matéria, Carlos José Soares de Lima e sua mulher Edileuza Oliveira dos Santos agiram com crueldade. A chacina chocou a Paraíba e teve repercussão nacional. A chacina ocorreu na madrugada do dia 09 de julho de 2009, na cidade de João Pessoa. Vítimas e número de golpes: Moisés Soares dos Santos, 33 anos, pai das crianças, foi golpeado 46 vezes (12 na cabeça e o restante em várias partes do corpo); Divanize de Lima Santos, 37 anos, mãe das crianças, grávida de gêmeos, foi golpeada 20 vezes (8 na cabeça); Raíssa, 3 anos, teve 14 golpes, a maior parte na cabeça. Ray, 4 anos, foi atingido por 12 golpes; Cínthia Raquel Soares dos Santos, 10 anos, foi golpeada 17 vezes, todos na cabeça. A mãe das crianças, socorrida com vida, morreu dois dias depois no Hospital de Emergência e Trauma da Capital. De acordo com o Primeiro Tribunal de Júri de João Pessoa, o casal deve ser julgado até novembro deste ano de 2009. Carlos José está isolado no Presídio PB1, em Jacarapé. Sua mulher Edileuza Oliveira encontra-se isolada, no presídio de reeducação feminina do Bom Pastor, em Mangabeira. Ambos são acusados de homicídio qualificado por motivo fútil, por motivo cruel e por motivo de impedimento de defesa das vítimas. (CORREIO DA PARAÍBA, 29 de julho de 2009).

Com este desfecho provisório, a mídia local logrou reapropriar-se moralmente do crime da chacina como narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* e, em paralelo, afirmar-se como o empreendedor moral central no caso, único capaz de dar visibilidade e em vocalizar os problemas sociais mais atuais. Problemas sociais estes que a violência banal e cruel que lançara o bairro do Varjão/Rangel e à cidade de João Pessoa a uma situação de *choque* e de envergonhamento a nível nacional pareciam denunciar.

Este capítulo abordou e problematizou o papel da mídia local como empreendedor moral destacado no processo de apropriação moral do crime da chacina e de sua consequente transformação na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Um evento cotidiano caracterizado pela violência banal e cruel em regime engolfado de pessoalidade e intimidade, dádiva e solidariedade, em uma região de pobreza urbana da cidade de João Pessoa, ao ser submetido ao crivo da gramática moral do empreendedor moral em discussão, passa a ser entendido como surto descivilizador e argumento de exigência pública de uma ofensiva civilizadora sobre o lugar do crime e, por extensão, sobre a cidade.

Com base nesta leitura buscou-se analisar o ritual dramatúrgico de produção da notícia e da reportagem midiática a partir de um amplo levantamento e processamento estatístico de material jornalístico, impresso e em meio virtual, de modo a poder situar a sua retórica sobre o real factual da chacina, reinventado como cultura objetificada em modo diferenciante (WAGNER, 2012), como realidade semiótica (BERGHAUS, 2003) e como ideia cultural e narrativa pública e dramática performatizada para o público da cidade de João Pessoa (GUSFIELD, 2014). No contexto da banalidade e da crueldade da violência urbana difusa cotidiana da cidade de João Pessoa, a mídia local, nesse sentido, juntamente com outros empreendedores morais locais, promoveram e comunicaram a *Chacina do Rangel* para o homem comum urbano como uma tragédia civilizacional de consequências imediatas para a cidade, sentida como envergonhada, - enquanto fachada coletiva, - a nível nacional.

A *Chacina do Rangel*, - assim definida e classificada moral e emocionalmente como foco difusor de novas ameaças e perigos para uma cidade que se pretende moderna e que conta com um longo passado de empreendimentos civilizatórios no sentido de uma modernização conservadora como projeto de elites e de empreendedores morais destacados, - foi enquadrada em um discurso de tragédia, de pânico e falência moral e emocional que exigia uma ofensiva civilizadora da *cidade oficial* a partir da construção semântica da exemplaridade da violência ali produzida contra a normalidade normativa e contra a reputação da cidade. Violência esta que, relatada como tão singular no empreendimento moral da mídia que somente poderia ser entendida e explicada com apelo às noções do senso comum de *mal*, *maldade* e de *monstruosidade*, da qual derivaram as justificativas de linchamento moral e físico dos autores da chacina; e, também, o argumento moral de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana incivilizada que ameaçava o estatuto civilizatório da cidade.

Esta forma escandalizada de narrativa objetivou, em síntese, descontextualizar as ações humanas como situacionalmente ancoradas e processualmente produzidas, e, conseqüentemente, suspender as possibilidades de oposição racional aos discursos moralizantes construídos, de modo que a performance pública da mídia local pode ser entendida como uma estratégia sistematicamente perseguida, - apesar dos seus momentos de confusão, - de ordenação moral-emocional e comportamental-cognitiva do cotidiano dos personagens urbanos anônimos e do homem comum em suas redes familiares e vicinais de interdependência. Este esforço de ordenação simbólica do real se realiza na imposição sutil de temas e de gramáticas morais e emocionais para a discussão pública corriqueira, de modo que não gera consensos totais e imediatos, mas um estoque cultural de referências sobre *o quê* e *como* está acontecendo, assim como *quem* e *por quê* tem acesso ao privilégio de vocalizar e dar visibilidade aos problemas sociais diversos que atravessam o cotidiano de uma cidade.

Na carreira moral ou história natural da narrativa da *Chacina do Rangel*, ainda em sua fase de gênese imediata à ocorrência do evento real do crime entre iguais, com efeito, observa-se a mídia local a ajustar e a testar os relatos possíveis em diversas frentes de exploração de problemas sociais e de provocação do público e de outros empreendedores morais da cidade, instalando no social uma liminaridade ruidosa e irritante para um público indignado e envergonhado da cidade, que esperava pela resolução apressada dos dilemas e das ameaças tornados amplamente comunicáveis e, em seu imaginário, potencialmente reais. A construção social da realidade pela mídia, nesse sentido, configurou uma montagem moral e emocional de um cotidiano narrado como banalizado pela violência enigmaticamente cruel e terrivelmente próxima, maculando e poluindo os elementos mais básicos da pertença à cidade.

A ação pública da mídia local, em forma de drama público performatizado em torno de problemas sociais complexos, - mas moralmente reduzidos em torno de demandas públicas populares, - apelou publicamente para a imposição de uma agenda política e para a construção de um horizonte objetivo de mudanças, ou seja, uma cruzada moral (BECKER, 2008) e simbólica (GUSFIELD, 1986). Nesse sentido, a mídia local logrou mobilizar e oferecer janelas de oportunidade para a Igreja Católica, como no caso do projeto de construção do santuário das vítimas inocentes, e para o Estado (enquanto Administração Pública), a partir de uma presença pacificadora ostensiva, para a consecução de projetos públicos de retomada simbólica e material do Varjão/Rangel enquanto bairro integrado à cidade.

O interesse da mídia local na transformação do lugar em escândalo público, como também de exigência de um desfecho, no futuro próximo, bem sucedido da narrativa

moralizante já em curso da *Chacina do Rangel*, permitiu uma sinergia bastante incomum entre estes três empreendedores morais, - Mídia, Igreja Católica e Administração Pública, - cujos modos de apropriação moral do real, contudo, logo se mostraram bastante diferentes, seguindo ritmos, tempos e objetivos próprios. Nos capítulos 5 e 6 seguintes se explora justamente como estes demais empreendedores morais articularam narrativas públicas e dramáticas próprias de reordenação mundana e religiosa do real como argumento moral de contenção social dos problemas públicos associados à chacina em formato de narrativa da *Chacina do Rangel*.

Nesses capítulos se pretende perceber o impacto da narrativa pública e dramática da mídia local nas ações públicas e nos projetos de reorganização do urbano e de administração de suas tensões cotidianas por parte de empreendedores morais locais ligados a instituições estatais ou religiosas, tais como a polícia e a administração pública da prefeitura da cidade de João Pessoa e a igreja católica. Deste modo objetiva-se identificar e analisar a narrativa pública e dramática de ordem mundana e de reordenação religiosa como argumento moral de contenção social de problemas públicos a partir do uso oportuno da *Chacina do Rangel* enquanto metaforização da cultura urbana da cidade de João Pessoa e de sua conformação moral e civilizatória.

A narrativa moralizante da *Chacina do Rangel*, com efeito, ao constituir um ritual dramatúrgico de construção midiática de problemas públicos, provocou não somente a população da cidade de João Pessoa sobre dilemas morais cotidianos insolúveis, mas também irritou os empreendedores morais locais sobre o lugar da pobreza urbana. Qual o potencial do homem comum pobre em envergonhar a imagem oficial da cidade e de amedrontar seriamente os seus cidadãos de bem e como reagir prontamente a esse desafio de conformação hierarquizante das regiões morais (PARK, 1925) espalhadas pela malha urbana da cidade?

Para o morador comum dos bairros populares e periféricos de João Pessoa, principalmente os moradores do Varjão/Rangel, por outro lado, mais uma vez colocava-se a urgente questão, já cotidianamente formulada pela experiência de deslocamento em contextos citadinos plurais de desorganização normativa, sobre o quantum de confiança necessário a se depositar no outro próximo, familiar, vizinho e íntimo. Ou, ainda, como prever e perceber a presença de figuras potencialmente *monstruosas* ao redor e em constante movimento nas tramas relacionais pessoalizadas de amizade, compadrio e solidariedade?

A *Chacina do Rangel*, em síntese, logrou alçar o problema social da violência urbana difusa a problema público destacado e a ser enquadrado na agenda política local de

intervenção urbana. Tratava-se, portanto de administrar as tensões e os conflitos cotidianos percebidos como ameaças aos vínculos e aos valores sociais mais básicos e, principalmente, de buscar reafirmar a própria autoimagem de uma sociabilidade civilizada e ansiosa por modernizar-se.

Os demais empreendedores morais da *cidade oficial* em cena, como a Igreja Católica e a Administração Pública municipal e estadual, seguiam à esteira da narrativa pública midiática¹³⁰. Reagiam à forma como os problemas sociais da violência urbana difusa, da pobreza incivilizada nas periferias, da deficiente e pessoalizada aplicação da justiça, da desorganização das famílias e das tradições familiares, e do sentimento de insegurança e de medo generalizados, consolidados como cultura do medo na cidade, eram abordados pela mídia local. Do mesmo modo que procuravam dar respostas ao público consumidor desta realidade midiática.

Os próximos capítulos 5 e 6 abordam como a Igreja Católica e a Administração Pública responderam às provocações da mídia local para intervirem nas sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa, configurando empreendimentos morais e ofensivas civilizadoras próprias de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso e do sagrado mundano a partir da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Um breve excursão de como a Justiça acomodou a cruzada simbólica da mídia local enquanto narrativa judicial será apresentada, por sua vez, como apêndice da discussão sobre o empreendedorismo moral da Administração Pública. No capítulo 7, por sua vez, a discussão tratará do empreendedorismo moral dos moradores do Varjão/Rangel no contexto de resiliência moral e emocional e de luta por reconhecimento que se cristalizou após a ruptura da normalidade normativa e nos processos de desculpa e acusação expressos na *Chacina do Rangel*. O capítulo 7, assim, aborda a narrativa inversa de trauma cultural (ALEXANDER, 2004) dos moradores do bairro do Varjão/Rangel como empreendedorismo moral próprio em resposta às investidas civilizatórias e moralizantes dos empreendedores morais da *cidade oficial*.

¹³⁰O poder judiciário estadual, fortemente influenciado pela mídia local, não assumiu o papel direto de empreendedor moral no caso da *Chacina do Rangel*, de modo que apenas conformou judicialmente a narrativa midiática. Em pronunciamentos dados à mídia local, representantes do poder judiciário, assim, de antemão afirmaram tratar-se a *Chacina do Rangel* de um caso resolvido, em razão das provas materiais e testemunhais que implicavam os autores do crime. O processo criminal, nesse sentido, seria apenas uma dramatização de uma medida de satisfação à população que clamava por justiça e por um retorno da normalidade normativa da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba. O papel da justiça na narrativa da *Chacina do Rangel* será abordado no capítulo 6 dessa Tese.

3.5. A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso

No desenrolar dos fatos seguintes ao crime de chacina, à prisão dos criminosos, à tortura escandalizada publicamente do *Monstro do Rangel*, à demolição das casas das famílias envolvidas na chacina, ou seja, quando o poder de ressignificar a tragédia, assim como o de administrar as tensões avivadas no bairro do Varjão/Rangel, passou a ser disputado moralmente não só pela mídia local, mas também por outros atores e agentes sociais relevantes na cidade, a Igreja Católica, provocada pela ação da mídia local, se posicionou no sentido de abençoar o projeto de retomada simbólica do lugar através da limpeza do mal enraizado onde ocorrera o crime. O arcebispo da Paraíba, neste sentido, recebeu em seu palácio episcopal parentes das vítimas do crime de chacina, assim como personagens destacados da mídia popularesca e humorística da cidade.

Tratou-se de uma aproximação simbólica por parte de autoridades religiosas e civis publicamente sensibilizadas perante o ocorrido com as angústias e os sofrimentos do povo envergonhado e ressentido com o crime de chacina e com as suas consequências. Autoridades estas que performatizavam atitudes e discursos de carisma e solidariedade em relação às vítimas, buscando se apropriar dos sentimentos de ira/raiva (SCHEFF; RETZINGER, 1991), de ódio e de vergonha-desgraça (SCHEFF, 1990) que acometeram a população da cidade de João Pessoa, de modo a mobilizá-la diretamente contra o mal encarnado na figura do *Monstro do Rangel* e, de forma difusa, contra a pobreza urbana em geral.

A mídia local, na figura do radialista Emerson Machado, elaborou uma estratégia de captura da Igreja Católica, já sensibilizada com a tragédia ocasionada pela chacina e o impacto moral da mesma sobre a população paraibana, com o argumento de ter tido uma “revelação durante o velório (das vítimas da chacina)”. Nesta revelação, o radialista informava ter pensado:

...numa forma de eternizar na lembrança da população paraibana o **sofrimento** de toda uma família que de um momento para outro ficou órfão de toda uma família. A **Capela** será um **monumento de paz** que manterá a chama acesa na luta contra a impunidade. A **família paraibana** deve refletir sobre os valores que a cada dia vem transformando e banalizando a violência gratuita (Blog do Clilson Júnior. goo.gl/z49NRi; Consultado em 30.05.2016).

A fala do radialista, como representante da mídia local, apontava para uma forma de transferência e expulsão do *mal* do lugar poluído pelo crime, ao mesmo tempo em que denunciava a banalização da violência na cidade e, assim, justificava a necessidade de uma capela no local da chacina como instrumento de controle do social sob o argumento do

sagrado. No mesmo argumento também exigia uma intervenção pública eficaz de pacificação nas áreas de pobreza urbana¹³¹.

Ato contínuo, a “revelação” do radialista para a construção de uma capela se transformava, com a adesão do arcebispo arquidiocesano, em um projeto de santuário em memória das vítimas da *Chacina do Rangel*. O trecho de notícia abaixo (MANCHETEPB, 2009) registra o momento da adesão da Igreja Católica à “revelação” do radialista e a participação conjunta com a mídia local no contexto de enquadramento moral das consequências simbólicas da tragédia.

Na ultima segunda-feira (11/07/2009) o Arcebispo da Paraíba Dom Aldo Pagoto autorizou a construção de um **Santuário** como forma de **eternizar a memória das vítimas da chacina do Rangel**. O líder religioso recebeu na manhã de hoje no Palácio do Bispo familiares das vítimas em companhia do radialista Samuka Duarte da 107 FM e TV Arapuan.

Interessa notar, assim, que, no universo local das agremiações religiosas da cidade de João Pessoa, a Igreja Católica, em especial, buscou desempenhar o papel de empreendedor moral secundário e de cruzado simbólico nos primeiros momentos de construção da narrativa pública e dramática moralizante com base no crime de chacina ocorrido na Rua Oswaldo Lemos, no dia 09 de julho de 2009. Esta pretensão de projeção pública de uma missão moralizante para a cidade, desde uma intervenção concreta em um bairro popular em situação de pânico moral, veio, contudo, a ser rapidamente desfeita, resultando em uma quebra de confiança deveras negativa para os moradores do Varjão/Rangel.

Ainda que, de início, bastante atenta à narrativa midiática de surto descivilizador associado à pobreza urbana enquanto problema público e político relacionado à segurança pública a Igreja Católica, - pode-se entender, - assumiu um esforço de empreendimento moral ao tentar pautar uma agenda pública própria de apropriação moral da tragédia, expressa no projeto de santuário aos inocentes e de capela para a eternização da memória das vítimas da violência cruel. A sua investida pública como cruzada simbólica, nesse sentido, fundamentava-se na linguagem dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso.

O foco da narrativa religiosa, portanto, - diferentemente da estratégia de escandalização da violência difusa performatizada pela mídia local, - enfatizava não a *monstruosidade* do bairro popular moralmente degradado e incivilizado e a *monstruosidade*

¹³¹ A Administração Pública municipal, também sensibilizada pela “revelação” do radialista e pela urgência da necessidade de recomposição moral do lugar, contribuiu com a doação de material de construção para o projeto do santuário/capela. Esta questão será tratada no capítulo 6.

do pobre urbano em surto de violência banal e cruel; mas um discurso pautado em noções bastante específicas como *milagre, martírio, eternização da memória, vitimidade, santidade e maldade*. Da mesma forma que operava esse discurso em práticas como *preces, orações e bênçãos*, e as articulava a *temporalidades e espacialidades* sobrenaturais (CAMPOS, 2013), de modo a demarcar, na forma de santuário ou capela, um lugar de superação simbólica do *mal* como significado do crime entre iguais que foi a chacina.

Diferentemente da mídia local, portanto, que reforçava a segregação moral e emocional própria da estrutura social, em sentido turneriano (TURNER, 2013), a Igreja Católica, principalmente na figura do então arcebispo Dom Aldo Pagotto¹³², projetava publicamente um discurso religioso que denunciava o conflito cotidiano, - ainda que espiralado até os níveis de exacerbação das vulnerabilidades interacionais características de uma situação limite goffmaniana (GOFFMAN, 2010; 2012), - como vaidade estrutural dos sistemas de posições e hierarquias sociais. Este discurso, então, deslocava os atores e agentes sociais para o palco antiestrutural turneriano que os nivelava moral e emocionalmente pela negação e destruição contextual de suas agências, - entendidas como ilusões estruturais, isto é, momentos derivados de segmentações estruturais que organizam a ação cultural a partir de linguagens simbólicas de *status*-papel.

Nas palavras de Turner (2008, p. 40s):

Aqui temos o que eu chamaria de “communitas” ou antiestrutura social (uma vez que se trata de um “vínculo que une... pessoas além e acima de qualquer vínculo social formal”, ou seja, estrutura “positiva”)....

De certa forma, o conceito de “drama social” está no âmbito das afirmações estruturais positivas; ele se atém principalmente às relações entre as pessoas em sua qualidade de *status*-papel e entre grupos e subgrupos enquanto segmentos estruturais. Aqui, “conflito” é o outro lado da moeda da “coesão”, sendo “interesse” o motivo que vincula ou separa estas pessoas, estes homens servis a direitos estruturais e obrigações, imperativos e lealdades. No entanto... há um vínculo que une as pessoas além e acima de seus vínculos formais.

Enquanto a mídia local, em síntese, apelava para o reforço estrutural das práticas de contenção da pobreza urbana, e provocava a Administração Pública para projetos de pacificação policial do bairro e de justicamento das vítimas; provocava também a Igreja Católica, por sua vez, para, no plano simbólico, administrar rituais de limpeza e superação

¹³² Personagem controverso e polêmico, o arcebispo Dom Aldo Pagotto destacou-se como empreendedor moral bastante atuante na formação do público pessoense e paraibano enquanto esteve à frente da arquidiocese local. Preocupado em impor uma agenda moral conservadora e uma agenda política de direita, empreendeu uma estratégia ampla de dar visibilidade ao seu discurso religioso em colunas de opinião nos jornais locais, ao enquadrar moral e politicamente movimentos sociais e políticos organizados desde o interior da Igreja Católica e ao aproximar-se da elite política tradicional local.

moral no lugar onde aconteceu a chacina. A Igreja Católica, deste modo, ao se posicionar positivamente à provocação da mídia local, buscou atualizar um momento antiestrutural de total igualdade e valor dos moradores da cidade, chamados, assim, à vivência e ao reconhecimento do *martírio* das vítimas fatais, do *milagre* da sobrevivência de algumas vítimas do crime de chacina, e da transferência e expulsão do *mal* do lugar das sociabilidades locais. Esta estratégia de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso apelava, nessa direção, para “um confronto direto, imediato e total entre identidades humanas” (TURNER, 2013, p. 43).

Muito embora o Varjão/Rangel apresentasse à época da chacina uma quantidade e diversidade consideráveis de templos evangélicos e casas de oração, e contasse ainda com quatro paróquias católicas espalhadas estrategicamente pelo bairro, a intervenção sob o argumento do sagrado religioso partiu inicialmente da proposta da mídia local. Esta proposta buscou mobilizar os moradores da Rua Oswaldo Lemos, do bairro e mesmo da cidade e da grande João Pessoa para a derrubada das casas das famílias envolvidas no crime e para a consequente ressignificação do lugar mediante a construção de um santuário dedicado às vítimas. A Igreja Católica esteve representada nesse ato por um grupo de freiras, como relatou a notícia do Jornal Correio da Paraíba do dia 19 de Julho de 2009:

...Enquanto a casa (da família vitimada) era destruída, familiares, **freiras**, vizinhos e amigos que estavam no local faziam orações. Antonio Lima dos Santos, irmão de Divanize Lima dos Santos, informou que **a missa de 7º dia estava marcada para acontecer no dia às 19:30h de ontem, na Igreja do Rangel**. "Ninguém aguentava mais olhar para a casa. Foi um choque muito grande. Era amiga da família", afirmou, abalada, a moradora Zilanda Santos da Silva".

mas também, e mais importante, pelo apoio público explícito do arcebispo Dom Aldo Pagotto, como demonstra a notícia do dia 18 de julho de 2009 do Blog Online do portal de notícias WSCOM¹³³:

Dezenas de moradores do bairro do Rangel e comunidades vizinhas se reuniram na manhã deste sábado, 18, para por abaixo a casa da família que foi vítima de uma chacina... No local da casa será erguida uma **capela**. **...Orações** foram realizadas enquanto a casa era demolida. A **construção da capela** no local da chacina já recebeu o **apoio da Igreja Católica, na pessoa do arcebispo metropolitano de João Pessoa, Dom Aldo Pagotto**. A idéia é que **o local se torne um local de orações em favor das vítimas de uma das tragédias que mais chocaram a Paraíba**. ...A casa dos agressores também foi derrubada por populares como forma de protesto.

¹³³Ver notícia *Casa de vítimas da chacina do Rangel é demolida para construção de capela* (<http://www.wscom.com.br/noticias/paraiba/casa+de+vítimas+da+chacina+do+rangel+e+demolida+para+construcao+de+capela-10939>. Notícia de sábado, 18 de julho de 2009).

Diversos moradores do bairro, em conversas informais com o pesquisador sobre o processo de apropriação religiosa e sagrada do lugar, relataram que a ideia de erguer, no local do crime, um santuário para homenagear as vítimas da chacina, partiu de dois profissionais da mídia local: Samuka Duarte e Emerson Machado. Estes profissionais da mídia local eram figuras populares à época por seus programas de ampla audiência nos bairros periféricos da Capital e pela atuação sensacionalista de escandalização da violência urbana em programas televisivos, nas redes sociais e também em intervenções in locu do tipo *Caravanas da Verdade*¹³⁴ em bairros populares.

No caso concreto do projeto de construção de um santuário no local exato do crime de chacina, os relatos, de forma ressentida e irônica, enfatizavam como representantes da mídia local mobilizaram os moradores: lançaram apelativamente a necessidade de uma ação popular de defesa simbólica das vítimas; organizaram a doação de materiais de construção e de valores monetários; e chegaram mesmo a alimentar com “quentinhas” os moradores que se dispuseram a trabalhar voluntariamente na construção do santuário. Mas o apoio *logístico* da mídia local, o apoio *moral* da Igreja Católica e o apoio *material* da prefeitura municipal ao projeto de santuário e capela dedicado às vítimas abruptamente cessaram quando ocorreu a interferência estatal na forma de ação judicial e policial no processo de apropriação moral e emocional do crime de chacina.

¹³⁴ Nessas oportunidades, o apresentador da TV Correio, Samuka Duarte, reunia uma grande logística de palco, bandas e serviços como corte de cabelo e aferição da pressão e outros para a população de bairros populares, o que resultava em verdadeiros eventos de massa. Sobre a atuação como empreendedor moral e cruzado simbólico na cidade de João Pessoa deste personagem destacado da mídia local, ver a pesquisa de Veloso (2013) sobre o processo de construção das noções de verdade e justiça no programa televisivo Correio Verdade. Esta pesquisa enfatiza, entre outros, como o noticiário policiaisco e sensacionalista de crimes chocantes é escandalizado para o público de forma a chocar moral e emocionalmente e, com isso, gerar dividendos e estoques políticos para a intervenção pública sobre a pobreza urbana.

Figura 40 – A foto, retirada do *Jornal Correio da Paraíba*, sábado, 18 de julho de 2009, mostra os escombros da casa das vítimas da chacina, demolida para a construção do santuário. Um casal segue de moto para a extremidade leste da Rua Oswaldo Lemos. Em segundo plano, acima do vale por onde corre o Rio Jaguaribe, vê o Conjunto Residencial Monte Cassino, também conhecido como Paulo Afonso.



Fonte: Arquivos do GREM.

De acordo com um morador antigo da Rua Rangel Travassos, conhecido das famílias envolvidas no crime de chacina, e que acompanhou de perto toda a movimentação em torno dos projetos de transformação do local do crime, a experiência de quebra de confiança foi descrita da seguinte forma:

Os pedreiros logo cedo iam para a obra. Chegavam lá e não vinha mais o material de construção. Dava meio-dia e a quitinha não chegava mais. Aí eles foram vendo que a obra não ia sair... Aí começaram a dizer: “Galego (referência ao representante da mídia local que fez contato com os moradores), aqui não dá mais não!” Foi só fogo de palha. E mexeu muito com o pessoal daqui. Ficou todo mundo... (o entrevistado esboçou gestos evidentes de frustração e quebra de confiança).

Com efeito, a mídia local investiu e apostou alto na apropriação moral do local do crime, como bem atestam algumas notícias do dia 18 e 20 de julho de 2009, quando o surto de violência cruel ainda era o evento quase que exclusivo dos jornais da cidade e das conversas no Varjão/Rangel. A chamada de capa do *Jornal Correio da Paraíba*, no sábado, dia 18 de julho de 2009, enfatizava, nesse sentido, o contexto de pânico moral que caracterizava as interações entre os moradores na Rua Oswaldo Lemos e na *comunidade* em geral, mas também pontuava as mobilizações em torno do projeto do santuário:

Comovidas com a Chacina do Rangel, várias pessoas já fazem doações para agilizar a **construção de santuário** no local da casa onde sete de uma mesma família foram

mortos. **Moradores da comunidade se ofereceram como voluntários**" (Jornal CORREIO DA PARAÍBA, 18 de Julho de 2009).

A notícia do Jornal Correio da PB, segunda-feira, dia 20 de julho de 2009, reforçava a mesma narrativa de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso: o local do crime, assim como o trauma da violência banal e cruel entre iguais estavam em vias de ser ressignificados pela ação aparentemente espontânea dos moradores do bairro, dos bairros adjacentes, da grande João Pessoa e até mesmo de toda a Paraíba. Intitulada *Moradores do bairro do Rangel, de outros bairros da Capital e de outras cidades da Paraíba, vão ao local da Chacina do Rangel e fazem doações para a construção do Santuário*, a notícia situava o encontro de parentes da família chacinada, no caso a irmã da Divanise (mulher de laranja, na Figura 41), com o morador comum da cidade de João Pessoa; da mesma forma que trazia para a cena pública o esforço de moradores diretamente impactados (como a moradora Zilândia) pelo crime de chacina e pela narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*, já em processo de cristalização, em recompor a normalidade normativa cotidiana.

De acordo com a notícia:

Moradores da Comunidade e de outros bairros da Capital já se oferecem como voluntários para trabalhar na obra e a construção do Santuário deve começar hoje (20 de julho de 2009). Até a manhã de ontem (19 de julho de 2009) mais de 20 sacos de cimento já tinham sido doados. ...Os gritos de pedidos de socorro do pai, da mãe e dos 3 filhos de 2, 3 e 10 anos, não saem da mente dos vizinhos. A rua Oswaldo Lemos, no Rangel, em João Pessoa, não é mais anônima e em tranquila como antes. Durante todo o dia de ontem, professores, comerciantes e moradores de outras cidades visitaram o local da tragédia". A moradora Zilanda Santos da Silva, juntamente com outras mulheres, se organiza para doar roupas para os 3 irmãos que sobreviveram. "Meus 5 filhos brincaram com as crianças que foram mortas e precisam de psicólogo. Eu também estou com medo de ficar dentro de casa", desabafou Zilanda. (Jornal CORREIO DA PARAÍBA, 20 de julho de 2009).

Figura 41 - A foto mostra o comerciante Carlito da Silva e seu filho, ambos da cidade de Santa Rita, fazendo doação para a irmã de Divanise (um das vítimas assassinadas) para a construção do Santuário; cena se passou no local da casa, já demolida, onde ocorreu a chacina.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, segunda-feira, 20 de julho de 2009.

O projeto de construção da Capela ou Santuário dos Inocentes, como idealizado pela mídia local e pela Igreja Católica, foi, contudo, interrompido. Estes dois empreendedores morais foram surpreendidos pela ação da Polícia Civil, respaldada por mandado judicial, que apontou irregularidades e ilegalidades na derrubada da casa da família vitimada e na consequente apropriação do terreno.

Esta ação refeou principalmente a capacidade da Igreja Católica em performatizar discursos de moralização da cidade e do bairro do Varjão/Rangel a partir de uma intervenção direta e de intensa visibilidade, tal como seria um monumento público para a prática religiosa de apropriação e ressignificação do *mal* social em oportunidade de prece e devoção. O Jornal Correio da PB do dia 19 de julho de 2009, um dia posterior a derrubada das casas das famílias envolvidas na chacina, trazia o alerta:

Apesar de a polícia ter pedido que a casa das vítimas fosse preservada, por causa das investigações, moradores alegaram que a comunidade continua muito abalada e que a ação serviu para agilizar a construção do santuário no local da tragédia.

O empreendimento moral da mídia local e da Igreja Católica entrou em rota de colisão com as exigências técnicas e jurídicas inerentes à apreciação do crime de chacina pela Justiça: a derrubada das casas e a destruição de objetos pertencentes às famílias significaram uma imperdoável destruição de elementos jurídicos indispensáveis para a produção de provas. Não bastasse, significou ainda a destruição da herança dos filhos sobreviventes ao massacre.

De acordo com as notícias abaixo:

Na ultima segunda-feira (11) o Arcebispo da Paraíba Dom Aldo Pagotto autorizou a construção de um Santuário como forma de eternizar a memória das vítimas da chacina do Rangel. (Blog DIÁRIO DO SERTÃO, 19 de julho de 2009. <http://www.diariodosertao.com.br/noticias/99722/populacao-derruba-casa-da-chacina-do-rangel-em-joao-pessoa.html>).

Mesmo com ordem judicial proibindo a demolição do cenário do crime, onde seria periciada e feita a reconstituição, a dezenas de anônimos de toda João Pessoa se fizeram presentes hoje naquele local. Marretas, martelos, pedaços de madeira foram às ferramentas utilizadas para demolir o local do crime que ficou conhecido como a “Chacina do Rangel”. (Blog do CLILSON JÚNIOR. <http://manchetepb.blogspot.com/2009/07/mesmo-com-delegado-proibindo-populacao.html>).

Como bem demonstram as fotografias produzidas no momento da demolição das casas, a participação popular, induzida pela mídia local e apoiada pela Igreja Católica, foi intensa, conforme aparece na Figura 42 (p. 284), logo abaixo.

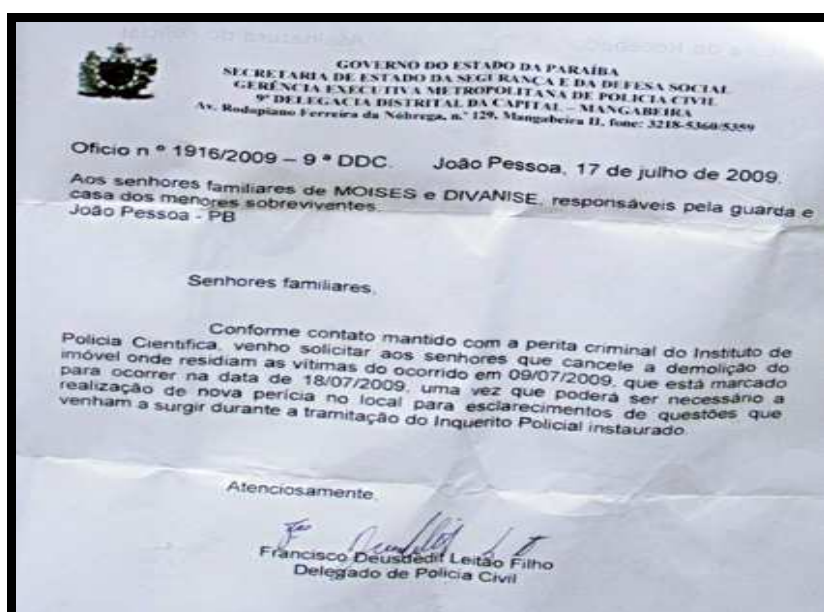
Figura 42 – Participação popular intensa no ato da demolição das casas das famílias envolvidas no crime de chacina.



Fonte: Arquivos do GREM.

A ação da Administração Pública, na pessoa do delegado da Polícia Civil responsável pelo caso, em resposta à provocação da justiça, foi a de emitir um ofício intimando os familiares das vítimas no sentido de que cancelassem a demolição do imóvel da família vitimada. O ofício nº 1916/2009 – 9ª. DDC alegava a necessidade de preservação do local do crime e dos bens a este associados para a realização de eventuais perícias, conforme consta nas imagens das fotografias abaixo (Figura 43, p. 284 e Figura 44, p. 285), onde a Figura 43 apresenta o documento oficial de intimação da Polícia Civil, e a Figura 44 atesta o recebimento do mesmo por parte de Denise Lima dos Santos, irmã da Divanise e guardiã legal dos filhos sobreviventes ao crime de chacina.

Figura 43 – Imagem do Ofício nº 1916/2009 – 9ª. DDC, em que a Administração Pública intimava os familiares das vítimas da chacina a cancelarem o ato de demolição da casa da família vitimada.



Fonte: Arquivos do GREM.

Figura 44 – Denise Lima dos Santos com o Ofício n° 1916/2009 – 9ª. DDC em mãos.



Fonte: Arquivos do GREM.

O projeto de construção induzida de um espaço de memória e de reconfiguração simbólica do lugar prosseguiu apesar do impasse incontornável trazido pelo ofício n° 1916/2009 – 9ª. DDC. A escandalização midiática da tragédia e da necessidade de limpeza moral expressa na “revelação” para a construção da capela, agora transformada em projeto de construção de um santuário, inclusive com o apoio da Administração Pública municipal, mobilizou os moradores do bairro e da cidade para o investimento simbólico religioso em homenagem às vítimas da *Chacina do Rangel*, - esforço este sentido como uma repaginação moral do bairro e como um monumento à *Família Paraibana*.

A linguagem metafórica de apresentação de um fenômeno cotidiano deveras conhecido da pobreza urbana, - a violência difusa em sua variante banal e cruel, - contida na narrativa religiosa associada à mídia local em torno do crime de chacina, canalizou a ação pública do seu empreendimento moral para aspectos rituais, cerimoniais e dramáticos de forte conotação performática e não utilitária. A comunicação midiaticizada entre o público e o empreendedor moral, assim, valeu-se dos padrões e modelos culturais tradicionais e convencionalizados, como *intervenção divina*, *milagre*, *embate entre ciência e religião* e

outros, para dar visibilidade a aspectos intensos da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*.

No dia 26 de julho de 2009, passados quase que vinte dias da ocorrência do crime da chacina, o Jornal Correio da Paraíba, nesse sentido, retomava a narrativa de construção popular de um Santuário no local do crime, agora sob nova denominação: *Capela dos Santos Inocentes*. O tom apelativo, traço comum da mídia local, buscava forçar uma polêmica em torno da simbologia do projeto, desviando estrategicamente a discussão pública de quaisquer farpas legais.

Assim que o santuário aparecia como produto de *intervenção de Deus*, no entender de um padre, especialista e cruzado simbólico do discurso religioso; e como resultado possível do *clamor popular por justiça e compensação dos inocentes mortos*. De acordo com a notícia (JORNAL CORREIO DA PB, domingo, 26 de julho de 2009):

Os paraibanos ainda tentam se recuperar do choque provocado pela chacina que marcou a história do Estado no último dia 09 (09 de julho de 2009) no bairro do Rangel, na Capital. O assassinato a golpes de facão de sete membros da mesma família, incluindo os gêmeos que estavam na barriga da mãe e três crianças, gerou discussões sobre a que ponto pode chegar a violência humana. A construção do **espaço de oração** chamado de "**Capela dos Santos Inocentes**", que deve ser erguido em breve no local onde o crime aconteceu, simboliza, para alguns, **a tentativa de superar a tragédia** e, para outros, **um marco de luta por paz e justiça**. ...Locais como o Parque Cruz da Menina, em Patos, e o Túmulo de Maria de Lourdes, no Cemitério da Boa Sentença, na Capital, são exemplos de **devoção a pessoas que morreram de forma violenta e são consideradas santos pelo povo**.

Interessante notar, nesta notícia, a dramatização do personagem *povo*, também denominado *os paraibanos* e associado ao *Estado* na forma de depositário de memórias e uma história oficial, como o terceiro elemento e platéia ou público da mídia local e da Igreja Católica como empreendedores morais. Enquanto o personagem público religioso é representado no esforço de *superar a tragédia*, a mídia local aparece associada à *luta por paz e justiça*, enquanto que o povo é colocado como o agente da *devoção e santificação* de vítimas da violência cruel.

O projeto de construção do Santuário no local do crime de chacina, - já exaustivamente debatido e visibilizado para os moradores da cidade, - reaparece, também, nesta notícia de forma indireta: ao ser associado a outras experiências históricas locais de apropriação moral religiosa de tragédias e crimes bárbaros “ritualmente” administrados na forma de lugares sagrados como capelas e monumentos. A narrativa pública e dramática, assim, altera oportunamente o foco da discussão pública: o projeto de construção de um lugar sagrado é imputado ao povo; a Igreja Católica, enquanto especialista da gramática religiosa,

interpreta e comunica os desígnios divinos, e conduz os processos de santificação do lugar, de transferência e de expulsão do *mal*.

Nesse sentido, ainda no Jornal Correio da Paraíba do dia 26 de Julho de 2009, discorreu um padre sobre o *milagre* expresso na sobrevivência de algumas vítimas do crime e no *desejo de Deus* de santificação do lugar da tragédia:

No caso da **construção da capela no Rangel**, o **desejo de Deus teria incentivado os moradores locais a se mobilizarem**. "É uma **construção pelo sacrifício do sangue derramado de inocentes**", disse Francisco de Assis (padre). O padre acredita que foi um **milagre** as duas crianças terem sobrevivido à chacina, principalmente o Priciano dos Santos, de 11 anos, que se escondeu embaixo da cama e não foi morto pelos acusados do crime. "É um **milagre**. A intenção do casal era matar toda a família e o garoto de 11 anos ter sobrevivido permitiu que houvesse uma testemunha e os acusados fossem identificados. Isso não aconteceu por acaso", disse o padre. "Um **espaço sagrado de oração**, também significará **um monumento do bem contra o mal**, um **monumento à paz**, **cobrir com vela e orações uma casa que foi palco de uma tragédia**", concluiu o padre.

Esta notícia, cuja manchete intitulava-se *Intervenção de Deus*, fazia parte de uma ampla reportagem sobre a apropriação moral e emocional do crime de chacina entre iguais pelo discurso religioso e a consequente contribuição da Igreja Católica na formação da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Tratava-se, nessa perspectiva religiosa, de um embate entre o *bem* e o *mal*, e não somente em definir um problema social, a violência difusa, como um problema público e político que exigisse uma intervenção estatal de pacificação policial, de justiça judicial e de moralização administrativa, como queria a mídia local.

A luta supracitada contra o *mal*, que envolveria práticas mágico-religiosas como orações, a santificação do lugar pela construção de uma capela ou de um santuário que rememorasse, de forma ressignificada, o *sacrifício do sangue derramado dos inocentes*, implicava, portanto, a mobilização de um considerável investimento material e simbólico para a renovação e preservação da ordem cósmica, sentida desde o bairro do Varjão/Rangel e na cidade de João Pessoa, por extensão e contágio, como abalada. A produção e a comunicação de uma narrativa pública e dramática religiosa crível e convincente significava, naquele contexto, apenas uma parte deste investimento necessário para a reordenação da ordem social sob o argumento do sagrado religioso.

De acordo com Frazer (1982), os processos públicos de transferência e de expulsão do *mal*, imprescindíveis para a afirmação e para a renovação da ordem cósmica, exigiam, desde a antiguidade, atos legítimos de espantar a morte, a velhice e a doença, tal como a prática largamente utilizada do *bode expiatório*. Esta operação de transferência do mal para um

objeto, animal ou pessoa a ser afastado do cotidiano interacional normativamente normal marcava um ponto de inflexão no drama sagrado de afirmação do novo sobre o velho, do *bem* sobre o *mal*, da saúde sobre a doença, da vida sobre a morte.

A destruição, expulsão ou sacrifício do bode expiatório era articulado como evento público de transformação simbólica do real pela magia. Esta operação implicava na renovação das forças coletivas, novamente liberadas das sombras e do peso moral e emocional das transgressões cometidas.

Frazer (1982, p. 409), nesse sentido, discorre sobre:

...uma variedade de práticas pelas quais pessoas procuram transferir males de si próprias para um objeto, uma planta, um animal, ou mesmo para outro ser humano, que era então morto ou expulso da sociedade. A transferência do mal se faz pela magia contagiosa, e a expulsão do mal, pela magia imitativa.

Assim como também chama a atenção para o efeito da quebra da normalidade normativa na conformação subjetiva dos atores e agentes sociais de uma comunidade de afetos, de reconhecimento e de sofrimento. De forma relativamente semelhante ao *mana*, que viaja no objeto da dádiva, o autor trabalha a noção de *assombração* e de *lugar assombrado* como resultantes do impacto subjetivo da transgressão moral na reconfiguração do lugar. A experiência do *mal* e de *maldade*, assim, permanece como memória da agonia, da dor, do medo, da vergonha, da humilhação e da confusão dos horizontes normativos gerados pela ruptura das relações sociais formais.

Ainda segundo Frazer (1982, p. 415):

... ele (o ator e agente social comum) é assaltado por terrores vagos, sentes-se exposto a um perigo indefinido no local em que ocorreu qualquer grande crime ou grande desgraça. O local lhe parece assombrado. As intensas lembranças que se amontoam na sua mente, que, inclusive, são muitas vezes confundidas por ele com duendes e fantasmas, oprimem-lhe a imaginação com plúmbeo peso. Seu impulso é fugir do lugar aterrorizador, lançar fora o peso que parece agarrar-se a ele como um pesadelo. Isso, em sua maneira simples e sensória de reagir, parece-lhe ser possível lançando alguma coisa no horrível lugar e fugindo. Não será assim o contágio da desgraça, o horror que lhe apertava o coração, separado dele e transferido para a coisa?

A experiência de confronto diário com o lugar assombrado, uma espécie de buraco negro que sugava as energias vitais e deprimia o espírito, foi amplamente relatada pelos moradores da Rua Oswaldo Lemos até o momento de derrubada das casas das famílias envolvidas no crime de chacina. As crianças da rua, amigas das crianças chacinadas, apresentavam dificuldades para dormir à noite, para ir sozinhas ao banheiro e relutavam em sair de casa para a escola, onde também estudaram algumas das vítimas da violência cruel. Os

adultos, por sua vez, eram assaltados por um enorme desejo de deixar o Varjão/Rangel e relatavam um enorme peso na consciência sempre que se deparavam com o local do crime.

A derrubada das casas, nesta perspectiva, significou uma forma de purificação cerimonial do lugar, de modo a varrer ou limpar a matéria mórbida impregnada nos objetos e que poluía e infectava o convívio dos vizinhos. O *mal*, transferido simbolicamente para as casas e seus objetos, ritualmente destruídos, seria, ato contínuo, definitivamente expulso do lugar com a transformação da cena do crime em *Santuário* e *Capela dos Santos Inocentes*, de modo a completar uma cerimônia de magia e cristalizar a narrativa do evento como ritual religioso de oração e sacrifício.

A história, porém, seguiu um rumo bastante diferente, de modo que a Igreja Católica teve que ver seu empreendimento moral desacreditado aos olhos dos moradores do Varjão/Rangel e da cidade de João Pessoa. No dia 09 de Julho de 2010, o jornal O Norte publicava uma ampla reportagem sobre a *Chacina do Rangel*, narrativa pública e dramática já consolidada, e sobre um ano passado desde o crime de chacina.

Os vizinhos da Rua Oswaldo Lemos foram representados como personagens ainda assombrados pela tragédia, recorrendo a expedientes mágico-religiosos individuais para lidar com a opressão moral e emocional da transgressão ainda presente no lugar. Uma das notícias da reportagem maior, intitulada *Sombras de um passado recente*, informava o estado atual da construção do Santuário, então tido como projeto frustrado, e a transformação por abandono do local do crime em interdito, em um não-lugar ou em um lugar definitivamente assombrado. De acordo com a notícia (JORNAL O NORTE, 09 de Julho de 2010):

"No local da tragédia restam apenas pedras e tijolos, que seriam usados para erguer um **santuário** em homenagem às vítimas". ... "Um ano após o episódio, uma das vizinhas não consegue se aproximar dos terrenos onde ficavam as casas das duas famílias: ' Eu tenho medo de chegar lá, daqui de casa já é difícil esquecer o que aconteceu. Fico o mais longe possível para não lembrar ainda mais daquela tragédia', contou Dona Neuza, de 74 anos, que era chamada carinhosamente de 'veia' por Moisés e 'vó' pelos filhos do gesseiro assassinado".

Em reportagem publicada pelo Jornal O Norte, na data de 09 de Julho de 2011, passados exatos dois anos do fatídico dia da tragédia, Edna Maria Dias Pasqual, tia e responsável legal das vítimas sobreviventes Priciano e Rian, desabafava a perda de confiança, a decepção e o ressentimento em relação ao empreendimento moral expresso no projeto de Capela ou Santuário : “Eu não voltei mais ao local e os meninos também evitam retornar à rua onde a tragédia aconteceu. Eu e meu marido não queremos mais saber nada sobre casa, capela, nem sobre os assassinos”. Intitulada *Chacina do Rangel: fugindo das sombras*, a

reportagem aludia ao contexto moral e emocional de tensão e de sentimento de injustiça ainda impregnados ao lugar *assombrado* da tragédia, do qual os envolvidos buscavam *fugir*.

Figura 45: Imagem montada pelo Jornal O Norte e publicada no dia 09 de julho de 2011.



Fonte: Arquivos do GREM.

A mensagem da mídia local, com efeito, sugeria a falência total dos esforços de reordenação do social, em situação de desordem e desequilíbrio cosmológico, sob o argumento do sagrado religioso. A imagem da chama tímida de uma vela solitária a iluminar o *não lugar*, tomado pelas *sombras*, que veio a se tornar o local do crime, reforçava ainda mais esta narrativa de falência moral.

A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado religioso, em síntese, não logrou legitimar-se aos olhos dos moradores do Varjão/Rangel, mas tornou-se um elemento a mais a reforçar o sentimento de quebra de confiança e a postura ressentida e irônica dos mesmos em relação aos empreendedores morais que se atreveram a intervir no cotidiano do bairro e da cidade. A Igreja Católica que, na esteira da mídia local, assumiu para si um projeto ambicioso de transformação planejada do lugar e de ressignificação religiosa dos fatos, acabou por mostrar-se incapaz de conduzir a cruzada simbólica e o empreendimento moral a que se propusera publicamente. A narrativa de maldade, martírio, sacrifício, santificação e de lugar de orações para a superação da tragédia, nesse sentido, desembocou em silêncios e recuo estratégico deste empreendedor moral, a Igreja Católica, da cena pública.

Este capítulo discutiu o empreendimento moral da Igreja Católica, - à esteira e sob provocação da mídia local, - de intervenção no bairro do Varjão/Rangel como lugar assombrado e em desequilíbrio cosmológico. Diretamente atingido e maculado pelo *mal* ou pela *maldade* que lograva contagiar toda a cidade de João Pessoa, - não somente como acusação de falência moral e de incivilidade da sua cultura emotiva e de seus códigos de moralidade, - as sombras que tomaram o bairro, desde a Rua Oswaldo Lemos, foram sentidas pelo homem comum urbano, enquanto platéia da narrativa midiática de *Chacina do Rangel*, como ameaça direta à própria sacralidade da *família paraibana* e dos laços sociais e humanos mais elementares entre amigos, vizinhos e parentes.

O empreendimento moral da Igreja Católica se organizava, nesse contexto, como uma tentativa de resposta pública à violência enigmaticamente banal e cruel entre relacionais próximos e íntimos na forma de apelo à *paz*, - entendida como máxima abstração na confiança no outro próximo enquanto pessoa de *bem*, em oposição ao *monstro* e à *monstruosidade* da chacina. Este apelo à *paz*, com efeito, se desdobrava em uma narrativa de *prece* pela restauração espiritual da cidade e do bairro, de *milagre* pelas vítimas sobreviventes e, em síntese, de superação do *sofrimento* causado pelo trauma e pela liminaridade da vergonha-desgraça produzidos pelo evento trágico da chacina.

A mobilização de esforços simbólicos para a reordenação do social sob o argumento do sagrado religioso na forma de apropriação moral e emocional do lugar assombrado esteve intrinsecamente associada à forma como a mídia local escandalizou os moradores do bairro para a demolição ritual da casa das vítimas da chacina e para como insuflou estes mesmos moradores para uma cruzada simbólica de solicitação de aprovação e de bênçãos religiosas para o projeto de construção do *Santuário ou Capela dos Santos Inocentes*. Este projeto, com efeito, era apresentado como demonstração mesmo da *intervenção divina* no lugar assombrado e também como expressão do *clamor popular por justiça e compensação dos inocentes mortos*, de modo que combinava aspectos rituais, cerimoniais e dramáticos de forte conotação performática e não utilitária e buscava esquivar-se estrategicamente das implicações legais de destruição de provas criminais e de propriedade privada de herdeiros, - como era a situação da casa demolida em função da edificação de um possível lugar santo e de preservação da memória das vítimas.

A quebra da confiança dos moradores do bairro em relação ao empreendimento moral frustrado conduzido pela Igreja Católica, nesse sentido, significou não somente a imposição

de outra sacralidade, aqui entendida como o *sagrado mundano* representado na imperatividade da ação da Administração Pública; como também deslocou para o empreendimento moral dos moradores do Varjão/Rangel a urgência, ainda que ressentida e irônica, de construir uma narrativa inversa a dos empreendedores morais da *cidade oficial* para a afirmação da fachada do bairro como lugar de bem e para a preservação da memória das vítimas da chacina. Estes, com efeito, serão os objetos discutidos nos próximos capítulos desta Tese.

3.6. A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano

O papel da Administração Pública da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba na narrativa pública e dramática de reordenamento do social pode se consolidar na esteira da falência do projeto da Igreja Católica de retomada, sob o argumento do sagrado religioso, do lugar afetado pela tragédia; e, mais importante, em razão da provocação contínua e sistemática da mídia local. Enquanto ator e agente social organizador de arenas públicas de deliberação e vocalizador de narrativas públicas, a mídia local, - como vem sendo explorado ao longo da tese, - orientou as suas ações pautadas, para fins metodológicos e de análise¹³⁵, em três momentos: o primeiro momento concentrou-se na escandalização da tragédia, de modo a sensibilizar a população da cidade e do Estado para o problema da violência difusa, banal e cruel, representada pela *Chacina do Rangel* como expressão de falência civilizacional; no segundo momento, ainda nesse processo mais amplo de escandalização e de sensibilização da sociedade, pode-se perceber a provocação e a mobilização das igrejas, sobretudo da Igreja Católica, para a apropriação moral da tragédia sob o argumento do sagrado religioso, tal como abordado no capítulo anterior; no terceiro momento de elaboração da narrativa midiática, retomou-se a ofensiva civilizadora a partir da provocação da Administração Pública no sentido da apropriação moral da tragédia sob o argumento do sagrado mundano, expresso em termos de pacificação de territórios e em projetos de urbanização de áreas periféricas e problemáticas da cidade de João Pessoa, tendo o Varjão/Rangel como o lugar central de justificação dessas ações. Este último momento, tratado neste capítulo, concentra-se na problematização e compreensão do terceiro momento da narrativa midiática, em que a Administração Pública foi consolidada como empreendedor moral da *cidade oficial*.

Parte-se, assim, do pressuposto de que o argumento do sagrado religioso para o reordenamento do social, vocalizado pela mídia local em cooperação com a Igreja Católica, foi rapidamente substituído pelo argumento do sagrado mundano¹³⁶, regido pelo monopólio estatal de aplicação legítima da violência física e fiscal (WEBER, 1947 e 1974; ELIAS, 1993;

¹³⁵ Os três momentos da narrativa midiática, aqui trabalhados, expressam o recorte teórico-metodológico utilizado como recurso analítico para a melhor compreensão da complexidade de ações que se desdobraram enquanto empreendimento moral e ofensiva civilizadora do caso estudado, a *Chacina do Rangel*. A organização da narrativa midiática de *Chacina do Rangel* foi sendo, na realidade, elaborada em um fluxo contínuo de ações e discursos entrecruzados e de colaborações oficiais e oficiosas entre os empreendedores morais em cena.

¹³⁶ Entende-se por sagrado mundano, em uma leitura durkheimiana (DURKHEIM, 1996) e turneriana (TURNER, 2013) do social, a sacralidade e a eficácia dos sistemas sociais de posição, das hierarquias e dos códigos de moralidade que compõem a estrutura simbólica da moralidade. Para Weiss (2013, p. 2) o sagrado mundano é definido como 'sagrado laico'.

2011) e de planejamento e intervenção jurídica e politicamente afiançada no urbano. A Administração Pública, como empreendedor moral envolvido no caso da *Chacina do Rangel*, valeu-se da sua capacidade de investimento em intervenções públicas de pacificação e de reurbanização de territórios urbanos tidos como problemáticos, de modo que apresentou-se como o efetivo policial armado nos bairros periféricos e marginalizados e como o planejador e executor de obras e serviços para a reconfiguração da fachada da pobreza urbana, tendo o caso do Varjão/Rangel como argumento justificador; assim como também apresentou-se no processo de judicialização da narrativa midiática por parte da Justiça.

A narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* entrava, assim, ao enquadrar e mobilizar a Administração Pública para a intervenção moralizadora do urbano, em um terceiro momento de expansão de seus efeitos no cotidiano da cidade e de modulação de seus significados comunicados para o homem comum. Isto conferiu ao crime de chacina entre iguais e à fachada Varjão/Rangel, já historicamente estigmatizada, uma montagem moral e emocional que ainda atualmente perdura como interdito e silêncio ressentido e irônico de enorme visibilidade construída por parte dos moradores do bairro da tragédia como *trauma cultural*.

Esta capacidade dos empreendedores morais, capitaneadas pela mídia local, de formatar e dar visibilidade a uma narrativa pública e dramática pode ser compreendida a partir da análise dramatúrgica sobre a construção social de *problemas públicos* e de *arenas públicas* (GUSFIELD, 2014, p. 89-91). Freire (2016), em sua leitura de Gusfield sobre a distinção do conceito de *social* do conceito de *público*, enfatiza que um problema definido situacionalmente percorre uma carreira de dramatização pública com base em uma narrativa de mudança e de transformação do social.

A ordem pública de um social qualquer é, então, entendida como o palco interacional de atores e agentes sociais competentes, de modo que a emergência dos públicos é compreendida a partir dos sentidos de justiça que estes constroem na dinâmica de intercâmbios materiais e simbólicos, na medida em que definem as situações e as enquadram emocional e moralmente como problemáticas. O público implica, assim, em uma dramatização dessas situações para a justificação da seleção e da prioridade no espaço público e para a opinião pública.

Nas palavras de Freire (2016, p. 102-103):

Os protagonistas das arenas públicas são “dramatizadores” e avaliadores do assunto considerado problemático por eles em cada sequência da elaboração do problema

público. Um problema público apresenta qualidades dramáticas, cerimoniais e ritualísticas que constituem o foco da observação dos problemas públicos de Gusfield.

...Gusfield se concentra nas performances, competências, visibilidade e encenações de arenas públicas. O que importa não é tanto a veracidade dos fatos, mas as performances dramatúrgicas de pessoas ou de arenas públicas de modo que um problema se torne um drama público, a ser tratado com prioridade.

Esta proposta de análise do público enquanto momento social de interação e de comunicação compreende o sagrado mundano como um processo ritual que se exerce como drama para as multidões anônimas de uma sociabilidade complexa, podendo tornar-se politicamente relevante. Esta análise enfatiza a politextualidade das ações simbólicas enquanto modos de construir e definir a consciência e a opinião pública. A noção de dramaturgia aponta para as disputas morais, as negociações e os conflitos de toda ordem inerentes à construção de uma narrativa pública, cuja urdidura semântica é processualmente tecida de desculpas e acusações e de combinações das dimensões instrumental e simbólica de cada argumento produzido e comunicado para a platéia que se busca atingir, sensibilizar, convencer e mobilizar.

A carreira moral da narrativa *Chacina do Rangel* partiu, - na ótica gusfieldiana de proposta compreensiva da formação de públicos e de problemas públicos, - da definição da mídia local da situação como de tragédia e de falência moral generalizada dos códigos de moralidade da cidade. Situação esta que tinha como epicentro cultural e geográfico e como causa eficiente de irradiação a pobreza urbana, de onde se expandia atingindo até a *cidade oficial* como um fluxo de poluição e contágio moral de envergonhamento diante de uma platéia de alcance nacional. Dramatizava-se, então, o escândalo da violência urbana enquanto ameaça latente e onipresente de falência civilizacional.

A apropriação do *conto moral* por parte da Igreja Católica sob o argumento do sagrado religioso, por seu turno, deslocou momentaneamente os esforços públicos de intervenção no urbano para a purificação do lugar do crime e, por extensão, do cotidiano da cidade, de acordo com o projeto de transferência e expulsão do mal ali liminarmente encarnado por uma *communitas* abstrata que abarcava simbolicamente os moradores de João Pessoa e a *Família Paraibana*.

O terceiro e último momento da ênfase midiática da cruzada moral e ofensiva civilizadora se deu na busca de mobilização da Administração Pública, em sentido amplo, para ações de contenção da barbárie e de viabilização de projetos civilizacionais para a

cidade. Este redirecionamento da ofensiva midiática provou a Administração Pública, que protagoniza Políticas Públicas de pacificação e de reordenamento e reorganização do urbano.

A Administração Pública retomou a narrativa da *Chacina do Rangel* a partir de uma leitura estrutural de ocupação e de acomodação do urbano, assim como de administração de seus conflitos e tensões cotidianos. Este empreendimento moral, aqui compreendido como esforço público de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano, buscava marcar a sacralidade das fronteiras morais e dos sistemas sociais de posição no urbano periferizado e hierarquizado da cidade de João Pessoa. Dramatizava-se, assim, a necessidade de ocupação estatal de território e a consequente integração moral destes como recurso político-administrativo e sócio-econômico de um urbano culturalmente segmentado, mas classificado como sob controle.

Este empreendimento moral abarcou dois vetores paralelos conjugados de intervenção urbana: a investida da Administração Pública municipal e estadual tanto como Política de Segurança Pública quanto como Política de Planejamento Urbano. A cruzada simbólica e a ofensiva civilizadora no âmbito da Segurança Pública marcaram uma ampla mobilização de efetivos policiais sobre a pobreza urbana articulada com a escandalização do discurso de pacificação dos bairros tidos como violentos e perigosos na classificação dos especialistas, peritos e autoridades públicas e, também, da mídia local; enquanto que no âmbito da Política de Planejamento Urbano a Administração Pública combinava esforços de urbanização e de gentrificação de territórios degradados e de acomodação urbana de populações pobres em situações de vulnerabilidade.

Além destes dois movimentos de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano, - ora compreendidos como Política de Segurança Pública e Política de Planejamento Urbano, - consolidou-se o esforço da Justiça Pública estadual em acomodar judicialmente a narrativa pública e dramática da mídia local. Muito embora não se trate, em sentido estrito, de órgão estatal subordinado à vontade política do Estado, como a Administração Pública, mas de Poder Público autônomo e harmônico, a Justiça Pública compôs, no caso da apropriação moral do crime de chacina como narrativa da *Chacina do Rangel*, o discurso moralizante de reordenação do social sob o argumento do sagrado mundano¹³⁷.

¹³⁷ Apesar das dificuldades teóricas em acomodar o Poder Judiciário como parte da Administração Pública, haja vista que não exerce funções típicas de administração direta do Estado para a prestação de serviços à população e

Nesse sentido, este ator e agente social operou a cristalização oficial, em seus autos processuais, da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Ainda que não tenha se apresentado como um empreendedor moral e cruzado simbólico, a Justiça Pública destacou-se, ao longo do processo de apropriação moral e emocional da tragédia, como uma potente caixa de ressonância das *equivocações* e rupturas morais entre cidade e bairro transformados simbolicamente em acusação pública e conto moral, situando e comunicando, sempre na esteira da mídia local, suas *dramatis personae*, seus *cenários*, seus *roteiros e falas*, seus *dilemas*, suas *aporias* sociais e morais, suas *temporalidades* e *sacralidades* no contexto de sua exotização e estranhamento em relação à vida pública e oficial da cidade de João Pessoa.

Política de Segurança Pública: Performance e discurso de pacificação de territórios urbanos

Como explorado no capítulo 3 desta tese, em que se abordou o contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental da cidade de João Pessoa no tempo da *Chacina do Rangel*, a noção de *segurança pública* tornou-se a grande bandeira de empreendimento moral e de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana concentrada nos bairros populares por parte da mídia local e da Administração Pública de João Pessoa e do Estado da Paraíba. A Administração Pública, sob a provocação da mídia local, enfatizou, enquanto discurso e performance, a urgência de *pacificação* de territórios urbanos perdidos para a criminalidade organizada ou abandonados a padrões incivilizados de vida social, o que, na prática, significaria um terreno fértil para a expansão da criminalidade sobre a pobreza urbana.

Estes dois empreendedores morais, nesse contexto, insistiam na narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano como momento de urgente implementação de uma *Política de Segurança Pública* pautada na presença ostensiva do braço armado do Estado nos bairros populares e problemáticos da malha urbana pessoense. Esta urgência de uma ação policial, lastreada pelo discurso de ofensiva civilizadora da mídia local, era associada diretamente à tragédia da *Chacina do Rangel* e justificada pela suposta capacidade do poder pretoriano da burocracia estatal em pacificar os ânimos mais agressivos da população.

Este empreendimento moral, contudo, esbarrava nas condições bastante limitadas da Administração Pública de intervenção no urbano. De acordo com levantamento do Jornal

que se caracteriza pela sua personalidade jurídica, optou-se aqui elencar e analisar o papel da Justiça Pública na narrativa da *Chacina do Rangel*.

Correio da Paraíba do dia 03 de Julho de 2009 a situação podia ser compreendida como de falência generalizada:

A Segurança Pública da Grande João Pessoa está comprometida pela falta de recursos materiais e humanos: conta com apenas 13 Delegacias Distritais para atender uma população de apenas 977 mil habitantes. O presidente da ASPOL (Associação dos Policiais Cíveis de Carreira da Paraíba) denuncia a situação, cujo padrão ideal seria de 1 delegacia para cada 30 mil habitantes, o que significaria 33 delegacias para a Grande João Pessoa. "De acordo com Flávio, as 13 DDs possuem 36 escrivães, 120 agentes, 36 delegados e uma frota de 40 viaturas, número considerado insuficiente por ele. ...Ele diz que nem todas as viaturas estão nas ruas todos os dias porque muitas quebram...

No dia 09 de julho de 2009, quando da ocorrência do crime de chacina, O Jornal O Norte, - em notícia intitulada *Mata vira refúgio de bandido*, - denunciava para o público da cidade a “tomada” da Mata do Buraquinho para a prática delitiva em razão da defasagem policial na área. Sugeriu, assim, a perda de importante território, símbolo de preservação ambiental e cuidado público com a cidade, para a criminalidade organizada que cruzava o urbano e se acomodava nos bairros populares e periféricos.

No dia 20 de julho de 2009, passados apenas onze dias do fatídico crime de chacina entre iguais que chocou a cidade de João Pessoa e o Estado da Paraíba, a mídia local, agora representada na figura do Jornal Correio da Paraíba, retomava o argumento de defasagem policial na área do crime e de consequente falência da Segurança Pública em administrar as tensões e conflitos cotidianos próprios da pobreza urbana, como, por exemplo, as intrigas banais entre vizinhos. Nessa narrativa midiática, oportunamente apoiada em relatos dos moradores do Varjão/Rangel residentes na Rua Oswaldo Lemos e que eram próximos às famílias envolvidas no crime, com efeito, a *Chacina do Rangel* era, então, também um reflexo do abandono da pobreza urbana por parte da Política de Segurança Pública.

De acordo com a notícia de jornal:

Moradores que não quiseram ser identificados contaram que essa tragédia poderia ter sido evitada se não fosse a impunidade e a omissão por parte da polícia. Eles contaram que a rixa entre as famílias começou no mês de janeiro deste ano de 2009 quando Moisés Soares prestou queixa contra Carlos José que, segundo os moradores, deu uma pancada na cabeça de um dos filhos de Moisés". ..."Formou um calombo na cabeça do menino, mas a polícia não fez nada. Disse que precisava de testemunha e ficou por isso mesmo. Se a polícia tivesse agido, chamando Carlos e a mulher dele para a conversa, teriam evitado esta tragédia, porque eles teriam ficado com medo de agir. Mas nada foi feito", desabafou, revoltada, uma moradora. "Quando ligamos para a polícia, acharam que era trote", acrescentou outro morador". (Jornal CORREIO DA PARAÍBA, 20 de Julho de 2009).

A reação da Administração Pública da cidade e do Estado da Paraíba, nesse sentido, foi a de investir em ações espetaculares, de grande impacto midiático e de forte apelo popular,

como a renovação da *fachada* das instituições policiais no sentido do fortalecimento de *ações de combate à violência*. No dia 16 de Julho de 2009, quando a cidade de João Pessoa estava sacudida pelo clima de efervescência e comoção coletiva causado pela escandalização do crime de chacina como *Chacina do Rangel*, o governador do Estado anunciava a aquisição de cem novas viaturas policiais (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de Julho de 2009).

A este gesto de busca de afirmação pública da capacidade de ação do Estado seguiu-se a aquisição de dois helicópteros e de mais oitenta viaturas policiais, de modo que o investimento no *combate ao crime* atingia a cifra dos R\$ 53 milhões ao longo do ano de ocorrência da *Chacina do Rangel* (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 08 de Fevereiro de 2010). Estes investimentos na capacidade logística de intervenção policial no urbano possibilitaram a Administração Pública redefinir sua atuação de empreendimento moral sobre a pobreza urbana no ano de 2010, apostando na estratégia nacionalmente em voga de definir a Política de Segurança Pública como ofensiva civilizadora de retomada e pacificação de territórios: a estratégia de implementação de UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora.

A narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, quando performatizada pela Administração Pública sob provocação da mídia local, não somente enquadrou os argumentos midiáticos de violência difusa e organizada, de perigos ao *cidadão de bem* latentes e à espreita em cada rua, como também o argumento moral de ameaça constante à normalidade normativa da cidade por parte da pobreza urbana. Elementos simbólicos estes reiteradamente articulados como causa da *sensação de insegurança* e da *cultura do medo* que fortemente caracterizam o cotidiano de João Pessoa, presentes desde a arquitetura urbana cada vez mais verticalizada que aposta na privatização das estratégias de segurança individual até a postura desconfiada e melindrosa já naturalizada do morador da cidade em relação ao outro.

Cabe aqui, assim, mais uma vez¹³⁸, ressaltar a fala, no momento de forte impacto do crime de chacina, de um jornalista vinculado ao Blog PBAGORA (www.pbagora.com.br). -

¹³⁸Ver a discussão do capítulo 2 sobre a descrição densa do crime de chacina e seu consequente uso moral como argumento de falência civilizacional e pânico moral generalizados na cidade de João Pessoa. A discussão do capítulo 3 aprofundou a análise sobre como este crime entre iguais, banal e cruel, veio a poder tornar-se o elemento de apropriação moral central para uma cruzada simbólica sobre a pobreza urbana da cidade ao situar o contexto de cultura do medo como repertório simbólico generalizado na produção subjetiva dos moradores da cidade. O capítulo 4, por sua vez, nesta proposta de leitura do urbano pelas emoções e moralidades produzidas em um contexto de situação limite, quebra da normalidade normativa, crise dos princípios cosmológicos de convivialidade e confiança no outro, tragédia e trauma cultural, busca situar o papel de cada empreendedor moral, - a mídia local, a igreja e a Administração Pública, - na construção da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*.

consultado em 10.09.2017) sobre a onipresença da *barbárie* e da *monstruosidade*, em sentido moral e emocional, nas sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa:

A forma banal com que se desenrolou esse episódio bisonho de nossa crônica policial deixa evidente uma verdade universal: a **barbárie** está logo a nossa porta [e] **monstros** existem vestidos de seres humanos, e eles podem explodir em fúria a depender das circunstâncias.

O crime de chacina, nesse sentido, ao ser vocalizado como *Chacina do Rangel*, desatou uma série de mobilizações morais e emocionais no urbano que traziam para a cena pública uma suposta incivilidade nos costumes dos seus moradores, principalmente dos pobres, miseráveis, marginalizados e criminosos, indiferente da localização geográfica destes, mas que passavam a ser classificados como *monstros vestidos de seres humanos* e que, a depender das *circunstâncias*, podem *explodir em fúria*. O enorme potencial de moralização dos costumes¹³⁹ foi articulado pela mídia local, assim, como argumento de urgência da pacificação de territórios problemáticos e de reurbanização de aglomerados populacionais, - pela vergonha e medo que causavam à *cidade oficial*, - e repassado para a Administração Pública, que processava este potencial de transformação social enquanto agenda de Política de Segurança Pública e de Planejamento Urbano para toda a cidade.

O crime de chacina, ocorrido na Rua Oswaldo Lemos, no dia 09 de Julho de 2009, provocou de imediato a investida estatal ostensiva na Varjão/Rangel. Desde a madrugada daquele dia o bairro passou a contar com bloqueios e rondas policiais sistemáticos em seus locais mais pobres, de maior encontro de pessoas e de mais intenso fluxo de valores econômicos. No ano de 2012, quando da entrada do pesquisador em campo pela primeira vez¹⁴⁰, verificava-se, ainda, nas avenidas de acesso ao bairro, como a Rua Josery Serrano, a presença de viaturas policiais estacionadas taticamente e policiais empunhando seus fuzis para os transeuntes.

A *Chacina do Rangel*, portanto, enquanto narrativa pública e dramática de apropriação moral da violência para uma ofensiva moral sobre a pobreza urbana, apenas partia e se alimentava simbolicamente da tragédia ali ocorrida, enquanto que justifica uma intervenção material e simbólica em toda a cidade João Pessoa. O crime de chacina entre iguais, nesta

¹³⁹Ver a discussão no capítulo 1 sobre a evolução urbana da cidade de João Pessoa ao longo do século XX a partir de grandes projetos de ofensiva civilizadora dos empreendedores morais locais para a realização de uma modernização forçada do urbano. Projetos de expansão planejada de ruas, avenidas, parques e bairros; de higienização dos hábitos populares; de embelezamento dos locais públicos; e de contenção espacial, moral e emocional da pobreza urbana marcaram o processo de evolução urbana da cidade de João Pessoa.

¹⁴⁰Para a pesquisa a nível de mestrado (2015a).

perspectiva, não foi midiaticamente construído como prova da violência e do perigo circunscrito ao Varjão/Rangel, mas como demonstração da sempre latente falência civilizacional da cidade, caso não fosse administrada pelos seus empreendedores morais, como, no caso, a Administração Pública que era então instada a agir em resposta à situação de abandono estatal das áreas de pobreza urbana.

A definição da situação da cidade de João Pessoa como de insegurança, medo e violência, então revelada e potencializada pela *Chacina do Rangel* enquanto falência institucional e civilizacional, provocava a Administração Pública no sentido da visibilidade e da espetacularização das suas ações policiais. Esta definição da situação da cidade tinha na retórica das UPPs uma validação, posto que as UPPs eram classificadas pelos peritos em Segurança Pública como o novo formato de administração das áreas urbanas pobres, teoricamente perdidas para a criminalidade organizada.

De acordo com Franco (2014), a Política de Segurança Pública pautada nos projetos de implementação de UPPs¹⁴¹ significou a produção de um contexto urbano de militarização da periferia urbana e dos territórios teoricamente pacificados, sem haver, contudo, impactado como transformações qualitativas nas relações de exclusão social dos pobres urbanos da *cidade oficial* e na forma de apropriação da pobreza urbana pelo discurso, por parte da mídia e da Administração Pública, de falência moral e civilizacional, tal como também ocorreu na tentativa da Política de Segurança Pública pautada no discurso das UPPs aplicada à situação da cidade de João Pessoa. A estratégia das UPPs, deste modo, refletia a recomposição da Política de Segurança Pública atrelada à penalização da pobreza sob o pretexto de “guerra às drogas” e de combate à “insegurança social”, e à pacificação de territórios para a expansão dos ciclos de reprodução do capital imobiliário especulativo em um urbano cada vez mais saturado.

Nas palavras da autora (FRANCO, 2014, p. 15), as UPPs fortalecem uma visão de mundo que promove:

...uma “cidade mercadoria”, sustentada no lucro, nos grandes empreendimentos e em uma espécie de limpeza da população que não pode ser absorvida, empurrando uma grande quantidade de pessoas para o sistema penal ou para a periferia.

...as UPPs se firmam como uma política que fortalece o Estado Penal, com o objetivo de conter os insatisfeitos ou “excluídos” do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos da cidade.

¹⁴¹As UPPs – Unidades de Polícias Pacificadoras foram concebidas originariamente no Rio de Janeiro e, ato contínuo, propagandeadas ideológica e institucionalmente por todo o Brasil.

O modelo de pacificação de territórios projetado na Política de Segurança Pública pautada nas UPPs consolidaria práticas privatistas e mercadológicas como modo de operar o Estado, - portanto a Administração Pública, - e de, assim, efetivar a relação deste com a pobreza urbana. Consequência, ainda, deste modo de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano seria o reforço do argumento de hierarquização moral do urbano em territórios de estigma e falência moral, por um lado, e de áreas urbanas nobres onde residem os cidadãos de bem. No caso pessoense, esta gramática moral e emocional se expressa na dicotomia entre bairros pobres e potencialmente perigosos e os bairros nobres e de classes médias, enquanto que no Rio de Janeiro esta dicotomia se revela na tensão entre “morro” e “asfalto”.

A investida pretoriana sobre a pobreza urbana, nesse diapasão, aparece simultaneamente como causa e efeito de uma *forte estigmatização socioespacial* processada e difundida nas cidades brasileiras. Nesse sentido, chama-se aqui a atenção para a classificação oficial por parte da burocracia estatal das áreas pobres e favelizadas do urbano como *aglomerados subnormais*, isto é, como um conjunto desarticulado de fenômenos e forças humanas e não-humanas desviantes a serem administrados por políticas públicas cada vez mais interventoras de segurança, controle e de *pacificação*, mas jamais como política pública de inclusão social cidadã.

A performance e o discurso de pacificação de territórios urbanos, nesse sentido, assumiu com toda a força, no ano de 2010, a tônica dos esforços da Administração Pública enquanto Política de Segurança Pública. O mês de março de 2010, assim, registrou a Operação Asfixia I, II e III, cujo objetivo exposto dos efetivos policiais envolvidos era o de cercar os *bandidos* nos bairros pobres e periféricos da cidade, de modo a bloquear rotas de fuga, desarticular a logística territorializada do crime e, deveras importante, “passar tranquilidade e segurança para os moradores”, assim como de exercitar a capacidade operacional da Administração Pública para a implementação de UPPs, entendida pelo Comandante Geral da Polícia Militar de então como o *maior empenho* da instituição policial.

De acordo com as notícias da época do Jornal Correio da Paraíba:

Operação Asfixia conta com 120 policiais para manter o cerco, já há dois dias, no bairro São José. ...“O objetivo dessa ação não é só inibir a atuação dos bandidos, mas passar tranquilidade e segurança para os moradores do bairro, disse o delegado Luiz Carlos Monteiro Guedes”. De acordo com um morador do bairro: “Essas ações são importantes, mas acredito que os problemas do bairro só serão resolvidos com a instalação de um posto fixo de polícia. Essas ações são importantes, mas não resolvem o problema do bairro”, disse. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 13 de março de 2010).

Segundo o Comandante Geral da PM: "Existem projetos de levar ações como esta para outros bairros, mas este não é o foco maior da polícia. O nosso maior empenho é na instalação da Polícia Pacificadora, que eu poderia citar como a grande sensação do momento, já que leva não só segurança para o bairro, mas envolve outras secretarias como Educação e Esportes, e tem apresentado dados bastante eficazes". (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 17 de março de 2010).

Uma semana após a Operação Asfixia ter sido iniciada no bairro São José, em João Pessoa, o número de assaltos na região de Manaíra foi reduzido em 100%. Policiais "sitiaram" o São José. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 18 de março de 2010).

O bairro (de Mandacaru) foi "sitiado" por 120 policiais. Conforme o comandante da PM, coronel Wilde Monteiro, a operação "não tem dia e hora para acaba" e haverá mais varreduras. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 20 de março de 2010).

110 Policiais Militares e Civis sitiaram ontem o Renascer em Cabedelo. Durante a Operação Asfixia III houve Blitz e moradores foram revistados. O Renascer tem média semana de 10 mortes e assaltos. Conforme a polícia o bairro é "rota de fuga para bandidos". (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 27 de março de 2010).

Em meio a esta intensa movimentação a Administração Pública repetia o gesto espetacularizado de investimento em capacidade técnica para os efetivos policiais e em inteligência para o combate à criminalidade com a instalação de uma rede de câmeras pelos pontos mais críticos da Capital. De acordo com as notícias de jornais:

O Governador José Maranhão entregou ontem (03 de maio de 2010) 183 novas viaturas às Polícias Militar e Civil do Estado. O investimento em segurança no valor de R\$ 84 milhões. Destes, R\$ 14 milhões foram para o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o restante para a frota da polícia: 40 caminhonetes para a PM; 30 para a Polícia Civil; 03 para a Delegacia da Mulher; 10 para o IML; e mais de 100 motos para a PM. A entrega das viaturas se deu em solenidade no Palácio da Redenção. (JORNAL O NORTE, 04 de maio de 2010).

Câmeras serão instaladas em 10 pontos de João Pessoa para o combate à criminalidade. A PM já identificou os 10 pontos mais críticos da Capital: Mandacaru, Cruz das Armas, Bairro dos Novais, Torre, Jaguaribe, Alto do Mateus, Padre Zé e Funcionários I. Para a polícia, no entanto, o lugar mais violento da Capital é o Centro. Depoimentos dos moradores de Jaguaribe e de Cruz das Armas sobre o medo de sair de casa e as estratégias de sair em grupos como auto-proteção constam da matéria. (JORNAL O NORTE, 06 de maio de 2010).

Os registros documentais supracitados produzidos pela mídia local e pela Administração Pública apontam, com efeito, para uma intensa movimentação de recursos humanos e para pesados investimentos em Segurança Pública como imperativo de gestão de populações urbanas e de controle de territórios urbanos de baixo valor imobiliário. Esta movimentação e estes investimentos são aqui, então, compreendidos como uma resposta social à cruzada simbólica desenvolvida pela mídia local no contexto de apropriação moral do crime de chacina ocorrido no Varjão/Rangel como narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel*.

Interessante ressaltar que, nesta lógica de empreendimento moral na forma de ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana da cidade de João Pessoa, o bairro do Varjão/Rangel

como o foco geográfico e cultural da tragédia que justificava toda aquela mobilização de recursos materiais e simbólicos fora colocado à margem do campo de ação das grandes operações policiais, pois não há registro de tentativas de implementação de UPP no bairro do Varjão/Rangel. Tampouco foram ali realizados cercos policiais como as ações midiaticamente espetacularizadas nos territórios mais problemáticas da cidade de João Pessoa e de sua região metropolitana, como os bairros São José, Mandacaru, Renascer e Novais.

De acordo com notícia do Jornal O Norte do dia 02 de dezembro de 2010, intitulada *PM faz operação espacial*, a Polícia Militar encerrava suas grandes atividades do ano com mais uma operação espetacularizada nos bairros com *alto índice de violência e tráfico de drogas na Capital* (ver Figura 46, p. 304):

Polícia Militar faz operação especial em bairros com alto índice de violência e tráfico de drogas na Capital. Os bairros de Mandacaru, São José e dos Novais foram vasculhados com revistas em suspeitos, apreensão de armas e pessoas presas. Participaram policiais do Choque, da Rádio Patrulha e da ROTAM, com cerca de 50 policiais. No bairro dos Novais, principalmente na Comunidade Bola na Rede, conhecida por tráfico de drogas e por uma gangue chefiada por adolescentes, na Rua da Alegria da comunidade, os policiais prenderam uma mulher e uma adolescente que estavam consumindo drogas e com papalotes de maconha. A operação foi estendida para a Grande João Pessoa nos municípios de Bayeux e Cabedelo. (JORNAL O NORTE, 02 de dezembro de 2010, P. 10).

Figura 46: Jornal O Norte, 02 de Dezembro de 2010.



Fonte: Arquivos do GREM.

O combate à violência urbana na forma de investidas policiais de maior envergadura para a *retomada* e a pacificação de territórios, contudo, passava materialmente à margem do Varjão/Rangel, mas sempre o evocava simbolicamente como o foco irradiador da falência civilizacional a partir da narrativa da *Chacina do Rangel* como argumento moral de barbárie e monstruosidade que colocava em xeque a fachada e os códigos de moralidade da cidade.

Ao longo desta tese tem sido recorrente a reflexão no sentido de como a mídia local, a Igreja Católica e Administração Pública da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, isto é, os empreendedores morais envolvidos na narrativa da *Chacina do Rangel*, ignoraram os construtos culturais elementares na formatação do estilo de vida, das estratégias de identificação e das dinâmicas de reconhecimento, sofrimento e afeto dos moradores do Varjão/Rangel. A tragédia ali ocorrida, e decorrente de desentendimentos, intrigas e mágoas acumuladas entre vizinhos, era, então, lida sob uma ótica abstrata e reificadora da violência difusa banal e cruel como ameaça inevitável aos códigos civilizadores da cidade por parte da pobreza urbana: uma profecia autocumprida (MERTON, 1948) que urgia administrar.

O bairro, nesse sentido, desde o crime de chacina, foi fortemente impactado pela estratégia de desfiguração moral da mídia local da nominação *Rangel*, como já discutido no capítulo 2. A narrativa da *Chacina do Rangel*, assim, se organiza como forma de envergonhamento e de humilhação do morador do bairro, que se vê na condição de monstruosidade em relação à cidade. Esta forma de enquadrar as sociabilidades do bairro, ignorando o ethos local e a busca histórica por integração moral e econômica no urbano mais amplo, causou no Varjão/Rangel uma postura irônica ressentida em relação aos empreendimentos morais e às cruzadas simbólicas de intervenção.

O bairro, desde o momento que sucedeu a tragédia, tem sido cotidianamente patrulhado e monitorado pela Administração Pública da cidade, na forma de efetivos burocráticos de Saúde e Assistência, e do Estado da Paraíba, na forma de patrulhas policiais sempre em circulação pelas ruas e avenidas e em interação constrangedora com feirantes, comerciantes e moradores locais. Esta forma de *ocupação* do Varjão/Rangel tem causado impactos crítica e ironicamente considerados positivos por moradores que se dizem *mais protegidos*, mas, ao mesmo tempo em que revelam preocupação com a própria segurança pessoal nos casos em que são abordados e confundidos com possíveis *marginais* pelos efetivos policiais.

Diferentemente do *modus operandi* habitual dos efetivos policiais e de inteligência que literalmente ocupavam por dias seguidos as áreas de violência organizada da cidade, em

busca, por exemplo, do *terror*¹⁴² e dos integrantes das gangues e bandos criminosos de cada bairro, o que se pode presenciar no Varjão/Rangel ao longo da pesquisa esboçava mais um cenário de patrulhamento ostensivo cotidiano de viaturas policiais, mesmo quando para busca e apreensão de pessoas específicas. Deste modo o esforço da Administração Pública era o de afirmar a presença cotidiana como prática de gestão de Segurança Pública em um contexto de tensões interacionais e de violência difusa, mas não de grande violência e criminalidade organizada.

As Figuras 47, 48 e 49 (p. 307 e 308) registram a presença de policiais do Regimento de Polícia Montada (RPMont), da ROTAM (Ronda Ostensiva Tática com Apoio de Motocicletas) e do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (BPTran) em diversas circunstâncias de atuação e intervenção no bairro, como rondas noturnas pelas suas principais avenidas, patrulhamento ostensivo da *Praça da Amizade* e abordagem de motoristas. Muito embora seja possível afirmar uma periodicidade de horários e locais, as ações da burocracia armada do Estado buscam intencionalmente surpreender a rotina do bairro, de maneira que os grupos de policiais aparecem de pronto, ocupam posições e logo desaparecem das vistas dos moradores.

Na Figura 47 (p. 307), por exemplo, o pesquisador logrou registrar a passagem de policiais a cavalo pela Avenida 02 de Fevereiro, corredor de passagem principal do Varjão/Rangel, por volta das 22h da noite de um dia normal de semana. Este grupo de policiais concentrou-se logo em seguida no centro da *Praça da Amizade*, como registrado na Figura 48 (p. 307). Interessa ressaltar como a Administração Pública ali representada marcava uma posição de superioridade moral em relação aos moradores, que não se aproximavam dos policiais, mas, pelo contrário, demonstravam um respeito desconfiado e ressentido pela barreira simbólica que então se consolidava com a presença ostensiva do Estado no bairro.

¹⁴²No dia 16 de fevereiro de 2017 jornais e blogs impressos e on-line registraram uma ação policial pontual que redundou na prisão de *Léo do Sítio*, conhecido como o *Terror do Rangel*, e mais dois de seus comparsas. Esta ação policial fez uso de um drone para poder localizar os criminosos, cuja estratégia de fuga era despistar a polícia passando de uma casa para outra no interior do bairro. Ver notícia intitulada *Polícia prende terror do Rangel com ajuda de Drone durante Operação* no site: <http://www.catoleneews.com.br/noticias/policial/terror-do-rangel-a24857.html>.

Figura 47: Atuação policial pelas ruas do bairro do Varjão/Rangel, em fevereiro de 2016.



Fonte: Arquivos do GREM.

Figura 48: Atuação policial na Praça da Amizade, em fevereiro de 2018.



Fonte: Arquivos do GREM.

A Figura 49 registrou a última intervenção de maior envergadura no Varjão/Rangel presenciada pelo pesquisador. Combinando três ou quatro batalhões de policiais, esta ação teve início por volta das 17h, conforme registrado no Diário de Campo do dia 19 de Julho de 2018:

Praça da Amizade. Os moradores do bairro caminham em volta da praça, ocupam os bancos para conversas, praticam esportes na quadra e na areia. De súbito começa a aglomerar-se no centro da praça um grupo de mais ou menos 40 policiais: aparecem em motos da ROTAM, montando cavalo, em viaturas menores, em pick-ups e até em um micro-ônibus de apoio (este último possivelmente disponibilizado para o transporte de possíveis moradores que venham a ser flagrados em conduta criminosa ou suspeita). Os grupos de policiais vem de todos os lados, mesmo na contra-mão do trânsito, e estacionam ou apeiam de seus meios de transporte de modo a formar um cordão de isolamento em relação aos moradores que fazem uso da Praça da Amizade. Rapidamente organizam um ponto de revista de carros e motos na Avenida 02 de Fevereiro. É notório o uso de armamento pesado, como metralhadoras e espingardas. A presença policial inverte o clima de lazer e descontração próprio do lugar em um clima de surpresa, desconfiança e apreensão, vergonha e medo. Os moradores do bairro que continuaram com as suas atividades se distanciaram dos policiais, ocupando os extremos da Praça. Aproveito a oportunidade para conversar com um morador, que diz frequentar sempre o lugar como educador físico voluntário para as crianças e adolescentes do bairro. Ele informa: “Não sei o que tem hoje. Mas para gente é bom essa presença policial aqui. Ruim é para *eles*. De vez em quando aqui na Praça tem umas coisas... lá embaixo daquelas árvores, outro dia, *eles* mataram um com trinta tiros. Foi desentendimento entres *eles* mesmos”.

Figura 49: Atuação policial na Praça da Amizade, em Julho de 2018.



Fonte: Arquivos do GREM.

A fala do morador do Varjão/Rangel, - de forma semelhante a outras falas de amor e ódio do morador pelo bairro já várias vezes registradas ao longo da produção de material etnográfico, - buscava ironicamente *justificar* a presença ostensiva da burocracia estatal armada a partir de alusão a uma suposta rede de criminosos em ação no bairro identificada tão-somente como *eles*. Esta estratégia irônica de desculpa de si e de acusação do outro próximo como elemento de violência, de perigo, de sujeira e de incivilidade remete à disputa moral entre o lugar *Varjão*, como signo de estigma e envergonhamento, e o lugar *Rangel*, como signo de busca por reconhecimento e integração do bairro na cidade, no modo de produção da identificação e do reconhecimento social do morador no interior das tramas relacionais de vizinhança e em relação à *cidade oficial* de João Pessoa.

O crime de chacina, ao ser enquadrado como *Chacina do Rangel*, representou, assim, um revés bastante pesado para a auto-estima do morador, cuja estratégia de desidentificação social em relação ao *Varjão*, lugar de má fama e incivilizado, passava justamente por acusar o outro próximo de *Varjão* e classificar a si mesmo como morador do *Rangel*. O não reconhecimento do valor simbólico *Rangel* pela cidade, como ficou demonstrado nos sucessivos empreendimentos morais e cruzadas simbólicas no e sobre o bairro, com efeito, ainda é razão de uma ironia ressentida do morador quando circunstancialmente rompe o silêncio e quebra o tabu de não tematizar e de não expressar sua leitura da tragédia que tomou conta do Varjão/Rangel como um espesso manto de vergonha-desgraça.

A instalação de uma UPP em um contexto de forte tradição pessoalizada e de violência difusa entre iguais, e de fácil inserção da Administração Pública para a oferta aos moradores de serviços de Saúde e Assistência, como a do bairro do Varjão/Rangel, mostrou-se praticamente desnecessária. No ano de 2014, um vereador da cidade de João Pessoa requeria publicamente a reabertura de um antigo *posto de polícia do bairro do Rangel* (SECOM, 21 de Maio de 2014), o que permanece até então como exigência não cumprida. Como se pode ler no documento abaixo, da SECOM, a questão gerou uma discussão acalorada na Câmara Municipal do município de João Pessoa.

DA SECOM 21.05.2014 _ASSESSORIA NA CAMARA - JP Relato para auxiliares e assessores do Governo Municipal (mailing)

REABERTURA DE DELEGACIAS REAVIVA DEBATE POR SEGURANÇA PÚBLICA NA CÂMARA

O vereador [REDACTED] apresentou requerimento solicitando ao Governo do Estado a reabertura do posto de polícia do bairro do Rangel e a realização de ações efetivas para coibir a violência na cidade. O tema predominou no plenário, por causa da determinação judicial para reabertura das delegacias de polícia em João Pessoa, por decisão do juiz [REDACTED].

“É preciso dizer que a segurança pública do nosso País está um caos, e em nossa cidade está uma catástrofe. Os bairros do Rangel e Cristo Redentor passaram uma tarde de terror, ontem, com a ocorrência de cinco assaltos. A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), no Cristo, foi assaltada, e nosso amigo e comerciante [REDACTED] quase perdeu a vida na ocasião. Antigamente as pessoas de outros Estados desejavam morar em nossa cidade. Hoje em dia, todos estão deixando a Capital porque a violência está um absurdo”, comentou o vereador.

O vereador [REDACTED] lembrou que no período em que seu pai, [REDACTED], respondeu pela Secretaria da Segurança e da Defesa Social da Paraíba (Seds), a população do Estado viveu momentos de tranquilidade. “A segurança estava sob controle e havia policiamento ostensivo na cidade. Precisamos dar um choque na gestão da segurança pública e que voltem os bons rumos”, defendeu [REDACTED]. Já o vereador [REDACTED] sugeriu unir forças com o vereador [REDACTED], para juntos lutarem pelas melhorias nos bairros do Cristo e Rangel, assim como da Capital como um todo.

“A violência é muito grande em nossa cidade e a reabertura das delegacias vai trazer mais tranquilidade para nossa população, que terá a possibilidade de registrar as ocorrências que lhes acometem. A população não tinha como registrar um BO por conta das delegacias estarem fechadas nos períodos em que mais acontecem os crimes, como nos finais de semana e à noite. Talvez seja por isso que o Governo do Estado tem apresentado índices de diminuição da violência na nossa Capital, pois a população não consegue registrar as ocorrências”, comentou o vereador [REDACTED].

De acordo com informações obtidas no programa Gabinete Móvel do vereador [REDACTED] a falta de segurança pública é uma queixa recorrente dos pessoenses. “Na Ilha do Bispo, 18% das pessoas que foram no meu Gabinete Móvel pediram mais segurança. No Costa e Silva, 22% das pessoas clamaram por mais segurança pública no bairro. A cidade como um todo clama por mais segurança”, ressaltou.

...

ASSESSORIA NA CÂMARA MUNICIPAL JP

Relato para auxiliares e assessores do Governo Municipal (mailing)

Por: [REDACTED]

O discurso da mídia local e a performance da Administração Pública em relação a uma Política de Segurança Pública para a cidade de João Pessoa pautada e adaptada a partir do projeto de UPPs, como discutido nessa primeira parte do capítulo 6, mostrou-se impraticável em razão de seus altos custos materiais e simbólicos. No caso dos bairros periféricos de grande extensão territorial e de alta densidade demográfica, a presença ostensiva do Estado

exigia um deslocamento considerável de recursos humanos, simbólicos, materiais, técnicos, jurídicos e de comunicação para o enfrentamento de uma criminalidade organizada cada vez mais desterritorializada e em trânsito, articulando-se em agrupamentos com baixa lealdade ao lugar e com forte adesão a códigos de ação individual coletivamente direcionada (BIONDI, 2018 e 2018a).

O bairro do Varjão/Rangel, da perspectiva da Política de Segurança Pública a partir da resposta à cruzada simbólica de *Chacina do Rangel* da mídia local, mostrou-se, porém, como território de médio a baixo interesse, quando comparado com as *áreas críticas da cidade*. Situação diversa foi verificada quando o mesmo passou a ser considerado como recurso estratégico para a Política de Planejamento Urbano que se valeu oportunamente da narrativa da *Chacina do Rangel* para a intervenção no urbano da cidade de João Pessoa.

Política de Planejamento Urbano: A intervenção urbanística no bairro do Varjão/Rangel e adjacências

Concomitantemente à Política de Segurança Pública para a cidade de João Pessoa, - pautada no discurso de pacificação e de ocupação de territórios, - a Administração Pública buscou dar visibilidade, também sob forte provocação midiática, a um conjunto de intervenções estatais que combinava esforços de urbanização e de gentrificação de territórios degradados e de acomodação urbana de populações pobres em situações de vulnerabilidade, perfazendo também, em última análise, um reforço à periferização da malha urbana como medida de segurança. Esta Política de Planejamento Urbano, arquitetada em torno de vários empreendimentos morais conjugados, dramatizava uma narrativa pública de integração moral da cidade como palco de projetos urbanísticos de modernização da paisagem e do comportamento coletivo, e de progresso social e econômico imposto verticalmente para a pobreza urbana¹⁴³.

O Varjão/Rangel foi, assim, por diversas razões, tratado pela Administração Pública como recurso estratégico de grande interesse para as intervenções no urbano. Muitas destas intervenções, com efeito, se esgotaram na dimensão do discurso espetacularizado ou mesmo de obras inacabadas, de modo que, ainda hoje, concorrem para a postura desconfiada e ressentida da cidade e do bairro em relação a possíveis ofensivas civilizadoras por parte do Poder Público.

¹⁴³Ver, nesse sentido, a discussão sobre a evolução urbana da cidade de João Pessoa ao longo do século XX apresentada no capítulo 1.

Importa, aqui, nesse sentido, apresentar o cenário de empreendimentos morais conduzidos pela Administração Pública que se cristalizou a partir da apropriação moral e emocional da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* e que oportunamente aproveitou-se do imaginário do homem comum urbano sobre o Varjão/Rangel como paradigma do sentimento de estigma que pesa sobre os bairros periféricos da cidade. Esta ofensiva civilizadora por parte da Administração Pública, portanto, valeu-se do contexto moral-emocional e cognitivo-comportamental em João Pessoa, sentindo como deveras violento no ano de 2009, o que foi simbolicamente confirmado pelo crime de chacina como marco histórico e moral de falência civilizacional na cidade¹⁴⁴; mas, também, soube valer-se de um contexto raro de oportunidades para a o planejamento e intervenção no urbano em razão de vultosos investimentos federais destinados para o Município.

Esta combinação de fenômenos sociais complexos, como o aumento exponencial da violência difusa e da criminalidade organizada, por um lado¹⁴⁵; e o sentimento de pujança econômica e de oportunidade para intervenções urbanas em larga escala, por outro lado, caracterizavam não somente o discurso e a performance da mídia local e do homem comum urbano, como também contaminaram a Administração Pública enquanto empreendedor moral da cidade. A *Chacina do Rangel*, desde essa perspectiva de análise, buscava narrar uma *situação-limite* de quebra de confiança e de transgressão moral em um contexto mais amplo de relações sociais no urbano atravessado pela violência cotidiana.

O Varjão/Rangel, assim, ao combinar centralidade geográfica e distribuição longitudinal, considerável densidade demográfica, forte vocação para o pequeno comércio familiar, vida cultural e política pujantes, além de uma enorme demanda por urbanização,

¹⁴⁴Ver a discussão apresentada no capítulo 3 sobre a cultura do medo e da violência como elementos centrais da cultura emotiva da cidade de João Pessoa no despotar do século XXI.

¹⁴⁵Em breve prefácio ao estudo etnográfico de Biondi (2018, p. 13ss), o prof. J. F. Collins discorreu sobre o paradoxo brasileiro, na primeira década do século XXI, em que avanços dos indicadores sócio-econômicos e da violência organizada e difusa foram concomitantes no país, nos seguintes termos: “Com mais de 620 mil cidadãos cumprindo pena ou aguardando julgamento por delitos penais, o Brasil só perde para os Estados Unidos, China e Rússia no número de encarcerados. Em 1990, no entanto, a população carcerária brasileira era de cerca de 90 mil pessoas, o que significa que, naquela época, a democracia mais populosa da América Latina tinha um dos índices de encarceramento mais baixos das Américas e até do mundo, especialmente em comparação com outras sociedades e países igualmente colonizados, grandes, industrializados e economicamente desiguais que amargaram em determinadas épocas o domínio de governos autoritários. O Brasil, portanto, parece representar um paradoxo para o senso comum das ciências sociais, na medida em que, ao longo das primeiras décadas do novo milênio, um número cada vez maior de cidadãos foi para a cadeia ao mesmo tempo em que as exportações se expandiam em ritmo acelerado, os trabalhadores aproveitavam o crédito barato para consumir num ritmo que superava em muito o das décadas anteriores, os indicadores socioeconômicos registravam um declínio pequeno, mas significativo, da desigualdade, e amplos programas sociais, que iam desde a concessão de auxílio alimentar às famílias pobres até esforços de ação afirmativa num sistema universitário em franca expansão ganhavam impulso...”.

inclusive de áreas ribeirinhas do Rio Jaguaribe, despontou como interessante laboratório para a ofensiva civilizadora da Administração Pública. Este empreendedor moral podia apropriar-se circunstancialmente do lugar Varjão/Rangel em razão de um crime banal, contudo extremamente cruel, que poderia ter ocorrido em qualquer ponto interacional da pobreza urbana espalhada pelas periferias da cidade de João Pessoa, mas que irradiava seu poder de contágio, poluição, envergonhamento e *assombração* desde a Rua Oswaldo Lemos (ver Figura 14, p. 90), isto é, no *Rangel*, para os empreendedores morais de João Pessoa, e no *Varjão*, para os moradores do bairro do Varjão/Rangel.

Esta curiosa situação, para o morador do Varjão/Rangel, de disputa moral e luta por reconhecimento em relação à cidade em torno das formas ambíguas e ambivalentes de identificação e de pertença ao lugar publicamente estigmatizado, a um só tempo *Varjão* e *Rangel*, fazia dos investimentos por parte da Administração Pública em urbanização e gentrificação no bairro tanto oportunidades de afirmação econômica e ascensão social do morador quanto de envergonhamento e amedrontamento deste sob o olhar da cidade. Tratava-se, pois, de civilizar, em sentido amplo, um lugar de pobreza, de perigo, de violência e, como apontava a narrativa da *Chacina do Rangel*, de falência e pânico moral.

A ofensiva civilizadora da Administração Pública destacou, assim, em sua lógica de intervenção urbanística, projetos de realocação urbana de moradores das margens do Rio Jaguaribe, projetos de mobilidade coletiva urbana, e, por fim, o projeto de construção e de reurbanização de escolas, espaços de saúde, praças e parques públicos em praticamente todos os bairros da cidade. Em todos estes casos o Varjão/Rangel foi diretamente apropriado como recurso estratégico para a projeção dos empreendimentos morais da Administração Pública sobre a pobreza urbana.

Nesse contexto de intensa provocação midiática, a Administração Pública, no dia 05 de agosto de 2009 (data comemorativa de fundação da cidade), anunciava a atualização do Plano Diretor para João Pessoa, aprovado pela Câmara Municipal. Este Plano Diretor foi alardeado como um projeto amplo de desenvolvimento a médio e longo prazo dos indicadores sociais e econômicos da Capital a partir de uma ofensiva civilizadora da Administração Pública, abrangendo o reconhecimento da Zona Rural da cidade, a ampliação do Distrito Industrial, a criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS), uma Coordenadoria do Patrimônio Histórico de João Pessoa e um Conselho da Cidade.

De acordo com notícia do jornal O Norte do dia 05 de agosto de 2009:

A atualização do Plano Diretor para João Pessoa, aprovada pela Câmara Municipal, prevê um cronograma de desenvolvimento da Capital a médio e longo prazos. ...Os bairros e conjuntos localizados sobretudo na periferia passarão a receber recursos para a melhoria da sua infra-estrutura, isso sendo possível pela cobrança da Outorga Onerosa da construção civil, principalmente para quem constrói edificações verticais acima do limite estabelecido por lei. Este tributo arrecado será empregado em obras estruturantes ...moradias, ruas pavimentadas, água, esgoto, luz, escola e posto de saúde. As modificações no Plano Diretor garantem à prefeitura o direito à preempção (ter prioridade sobre qualquer negócio à venda, se for de interesse da coletividade). Garante também a cobrança do IPTU progressivo, que evita a especulação imobiliária na cidade. ...Todos deverão receber projetos de infra-estrutura para locação adequada de famílias.

Algumas semanas após o crime de chacina, em meio ao burburinho que caracterizaram as movimentações, por parte da mídia local e da Igreja Católica, para a construção do Santuário ou Capela em memória das vítimas inocentes da tragédia; e também concomitantemente às investidas de forças policiais de patrulhamento ostensivo no Varjão/Rangel, o bairro era selecionado, como prometido no ato de publicização do novo Plano Diretor para a cidade de João Pessoa, como alvo de investimento em suas instituições públicas de administração e gestão de pessoas. Em notícia do jornal O Norte, de 02 de agosto de 2009, a Administração Pública, nesse sentido, propagandeava em página inteira a entrega de obras infraestruturais da prefeitura municipal da cidade em vários bairros que compõem a grande várzea sul do Rio Jaguaribe: a entrega do ginásio poliesportivo da Escola Francisco Pereira Nóbrega, na Comunidade Boa Esperança do bairro do Cristo Redentor; e a entrega da ampliação da Escola Leônidas Santiago, no bairro do Varjão/Rangel.

Cabe frisar que esta era a escola onde estudavam algumas das crianças vitimadas no evento trágico da chacina e que, por esta razão, encontrava-se em situação de profundo *assombramento*, com as crianças do bairro a demonstrar sinais de depressão, pânico e recusa a sair de casa¹⁴⁶. Em notícia do dia 19 de agosto de 2009, a mídia local, agora representada pelo Jornal Correio da Paraíba, voltava a dar visibilidade à intervenção da Administração Pública na Escola Leônidas Santiago, ainda que de forma extremamente lacônica, fria e distanciada, mas enfatizando o enorme impacto da escola na vida cotidiana do Varjão/Rangel e de bairros adjacentes:

Escola Municipal Leônidas Santiago, no bairro do Rangel, é ampliada e reformada. A escola atende a mais de 9 mil alunos do bairro e de bairros adjacentes.(JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 19 de agosto de 2009).

¹⁴⁶Ver o impacto moral e emocional do crime de chacina e da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* sobre as crianças do Varjão/Rangel, principalmente as que moravam na Rua Oswaldo Lemos, na discussão sobre o empreendimento moral da mídia local, no capítulo 4.

O Varjão/Rangel voltou a ser alvo da curiosidade da mídia local, mais uma vez sob a articulação de um discurso de provocação da Administração Pública para intervenção civilizadora no cotidiano do bairro, passadas algumas semanas. Buscava-se escandalizar, então, elementos comportamentais que demonstrassem os códigos morais degradados imputados às sociabilidades do Varjão/Rangel pela cidade, como, por exemplo:

...o vandalismo contra o patrimônio público na rede estadual e municipal de ensino na Paraíba. No caso de João Pessoa é a Escola Municipal Dumerval Trigueiro, localizada no bairro do Rangel, que serve como exemplo desse vandalismo. De acordo com a diretora da Escola, Ana Lúcia Pedroso Costa, a escola tem 90 cadeiras e mesas quebradas ainda em funcionamento precário. (JORNAL O NORTE, 27 de outubro de 2009).

A resposta da Administração Pública apareceu no mês seguinte, com o anúncio de mais uma obra para o bairro, de modo a fortalecer a capacidade de intervenção estatal na administração dos conflitos internos do lugar Varjão/Rangel e que eram classificados como resultantes do processo interacional tenso das sociabilidades urbanas pobres, vulneráveis e precarizadas: “O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do Rangel está pronto e espera equipamentos para funcionar. Na Paraíba existem 46 unidades CAPS”. (JORNAL O NORTE, 06 de novembro de 2009).

O ano de 2009, portanto, pode ser entendido como momento de inflexão para a ofensiva civilizadora da Administração Pública enquanto empreendedor moral de uma política mais sistemática de Planejamento Urbano. À esteira das provocações moralizantes e das definições da situação da mídia local, este ator e agente social buscou responder de modo emergencial à narrativa de crise e de falência e pânico moral e emocional expressa na *Chacina do Rangel*, intervindo pontualmente no Varjão/Rangel com a reforma de escolas, - em especial a escola Leônidas Santiago, por evocar a infância inocente destruída em um lugar *assombrado*, - e com a não menos simbólicas entrega de um espaço de saúde para o cuidado de pessoas *desequilibradas* do bairro.

O ano de 2010, com efeito, apresentou um salto qualitativo na intervenção urbanística da Administração Pública nas áreas classificadas como mais problemáticas da cidade, o que veio a consolidar-se enquanto discurso de urbanização, re-urbanização e gentrificação de algumas periferias urbanas no ano de 2011, ainda valendo-se das justificativas geradas pelo escândalo da *Chacina do Rangel*. Tratava-se, então, não mais de uma intervenção tímida e pontual, como se deu ao longo do ano de 2009, mas de reordenamentos urbanos consideráveis e de forte impacto no cotidiano de populações pobres, marginalizadas e vulneráveis e, por

extensão, na dinâmica dos sistemas de posições e hierarquias ora cristalizados na malha urbana de João Pessoa.

Em relação aos projetos de realocação de contingentes populacionais em situações de vulnerabilidade, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa, por exemplo, em resposta à solicitação formal do pesquisador *de dados do processo de realocação de famílias de áreas de risco em João Pessoa, de 2006 a 2016* (Número da Demanda 433857, em 14 de Outubro de 2016), informava a quantidade de 4154 famílias realocadas para as áreas dos bairros do Cristo Redentor, de Mandacaru, de Mangabeira, do São José, e das Comunidades Chatuba, Maria Nazaré, Taipa, Alvorada, Parque do Sol, Paulo Afonso e Saturnino Brito. Este enorme contingente populacional, deste modo, foi transferido para as áreas tradicionalmente periféricas e vulneráveis da malha urbana da cidade, configurando, assim, uma Política de Planejamento Urbano pautada na higienização e no embelezamento do espaço público mediante o confinamento espacial da pobreza urbana.

Apesar da generalidade dos dados supracitados, era evidente que parte considerável das realocações de pelo menos vinte mil pessoas correspondeu a moradores de áreas ribeirinhas do Rio Jaguaribe, em especial aqueles realocados nas áreas adjacentes ao Varjão/Rangel, como o bairro do Cristo Redentor e a Comunidade Paulo Afonso, e que foram acomodados em loteamentos e conjuntos habitacionais¹⁴⁷: o Conjunto Residencial Monte Cassino (ex- Paulo Afonso), na parte superior esquerda da Figura 50; e o Conjunto Vale das Palmeiras, na parte inferior direita da Figura 50. Em sua maioria ex-moradores do Varjão/Rangel, estas pessoas atualmente mantêm vínculos ressentidos e desconfiados com o bairro do qual foram removidas para localidades mais afastadas e tão ou mais estigmatizadas pela cidade quanto o Varjão/Rangel (KOURY, 2016; VALE, 2008).

A Figura 50 (p. 317), assim, informa a localização geográfica do Conjunto Residencial Monte Cassino, na parte superior esquerda da figura, que corresponde à outra margem do Rio Jaguaribe que faz fronteira com a extremidade nordeste do Varjão/Rangel; e do Conjunto Vale das Palmeiras, na parte inferior direita da figura, e que geograficamente se situa a oeste do bairro Cristo Redentor, em área de difícil acesso.

¹⁴⁷Em várias conversas informais com os moradores do Varjão/Rangel, assim como na observação direta das dinâmicas interacionais no bairro, foi possível verificar o impacto moral e emocional deste processo de realocação das áreas ribeirinhas de contingentes populacionais em situações vulneráveis para loteamentos urbanisticamente isolados e precários. A memória do lugar Varjão/Rangel, - como será explorado no próximo capítulo sobre o empreendedorismo moral dos moradores do bairro, - registrou essa ofensiva civilizadora da Administração Pública como experiência traumática de quebra de confiança, de ressentimento e de ironia.

Figura 50: Localização geográfica do Conjunto Residencial Monte Cassino e do Conjunto Vale das Palmeiras, onde foram realocadas famílias em situação de vulnerabilidade que viviam às margens do Rio Jaguaribe, inclusive moradores bairro do Varjão/Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

A mídia local registrou, com efeito, ao longo do ano de 2010, o planejamento e a execução das intervenções urbanas da Administração Pública para a realocação de contingentes populacionais vulneráveis das áreas periféricas classificadas como de risco. Cabe enfatizar a combinação um tanto paradoxal de grandes pretensões reformistas, por um lado, e de certo improvisado nas ações de intervenção que buscavam abarcar enormes contingentes populacionais distribuídos em diversos e distantes pontos geográficos da cidade.

No dia 29 de janeiro de 2010, o Jornal O Norte noticiava a insatisfação de 250 famílias realocadas há poucos dias para o Conjunto Residencial Monte Cassino, situado na margem do Rio Jaguaribe oposta ao Varjão/Rangel. A mídia local pontuava o descaso, denunciado pelos moradores ressentidos e indignados, com a infraestrutura de moradia popular entregue pela Administração Pública.

Segundo a notícia (JORNAL O NORTE, 29 de janeiro de 2010), a situação era já de intervenção policial para poder conter o protesto popular, cujo potencial mobilizador atingia facilmente a quantidade de mil pessoas queimando objetos e impedindo o tráfego de veículos na tradicional *Ladeira do Varjão*. O tom jocoso da abordagem, por parte da mídia local, da tensão entre Administração Pública e pobres urbanos sob o poder interventor e a tutela moral

do Estado era evidenciado, outrossim, na ênfase da fala atrapalhada e irônica de desculpa da Secretária da Habitação da Prefeitura:

Sem água e sem infra-estrutura, as **250 famílias transferidas há uma semana da Comunidade Paulo Afonso, em Jaguaribe, para o Conjunto Residencial Monte Cassino** (construído em parceria entre prefeitura de João Pessoa e governo do Estado), fizeram um protesto com barricada para impedir o tráfego de veículos, e queimaram objetos. A tropa de choque e a PM estiveram no local para conter os ânimos e agentes de trânsito monitoraram o movimento dos veículos. O líder comunitário Adonai Golombko ressaltou que o movimento era pacífico e tinha por objetivo chamar a atenção para as necessidades da Comunidade. Ele explicou à redação que as casas foram entregues com rachaduras, vasos sanitários e corrimãos soltos. Para o pintor José Dias de Almeida, 45, "O pessoal não sabe mais o que fazer para se organizar. É muito difícil sair de onde a gente saiu pensando que ia morar num lugar digno e, de repente, encontra a casa nova cheia de problemas", disse. Dona Gerlane, frentista, diz que a moradia não tem água, o vaso sanitário solto e fazer tarefas simples do cotidiano, como tomar banho, cozinhar, lavar roupa, etc., tem sido muito difícil. As 250 casas do Conjunto foram construídas no modelo duplex, com dois quarto, sala, cozinha e banheiro. Destas, 45 foram adaptadas para idosos e cadeirantes. **Emília Correia Lima, Secretária da Habitação da Prefeitura, afirmou que os problemas da casa nova são aqueles que só se descobre quando se está dentro. Porém, prometeu que a prefeitura irá fazer os reparos normais.** (JORNAL O NORTE, 29 de janeiro de 2010).

Em fevereiro de 2010, nos dias 23 e 24, a mídia local anunciava o audacioso projeto de Política de Planejamento Urbano da Administração Pública para a cidade de João Pessoa, no contexto dos investimentos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que, no caso concreto, foi denominado *PAC do Alto Jaguaribe* por concentrar seu impacto interventor na transformação da paisagem humana e urbana da bacia hidráulica do Rio Jaguaribe. Envolvendo vultosas somas de R\$ 73 milhões, o *PAC do Jaguaribe* pretendia um impacto direto na vida de 3.865 famílias (algo em torno de 12 mil pessoas) de 11 comunidades de bairros populares e periféricos da malha urbana da cidade, com especial atenção ao *Rangel* e, por extensão, à Rua Oswaldo Lemos, onde ainda era latente e urgente, - enquanto modelo sintagmático da falência civilizacional da pobreza urbana, - a demanda por moralização do lugar mais diretamente assombrado pela *Chacina do Rangel*.

Estas notícias dos dias 23 e 24 de fevereiro, publicadas, respectivamente, pelo Jornal Correio da Paraíba e pelo Jornal O Norte, apresentavam o projeto da Administração Pública de realocação de 846 famílias para a Comunidade Vale das Palmeiras. Quando considerada a realocação de 250 famílias para a Comunidade Paulo Afonso (JORNAL O NORTE, 29 de janeiro de 2010), pode-se fazer uma apreciação mais ponderada sobre a transferência das 1096 famílias (846 famílias para a Comunidade Vale das Palmeiras e 250 famílias para a Comunidade Paulo Afonso) de moradores da grande várzea do Rio Jaguaribe para

loteamentos e residenciais destinados para a população de baixa renda retirada de áreas de risco e de situação de vulnerabilidade.

De acordo com as notícias dos dias 23 e 24 de fevereiro de 2009:

O prefeito Ricardo Coutinho assina hoje, às 17h, **Ordem de Serviço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Alto do Jaguaribe**. A solenidade acontece no final da Rua Dom Bosco, na entrada da Comunidade Novo Horizonte. O investimento nas obras é de cerca de R\$ 73 milhões e a previsão para a conclusão é de 18 meses. Mais R\$ 321.528,74 serão aplicados no Projeto de Trabalho Técnico-Social (PTTS), que será desenvolvido durante 27 meses com as famílias a serem beneficiadas. ...Realizado em parceria com o governo federal, o **PAC do Alto Jaguaribe** irá beneficiar **3.865 famílias de 11 localidades situadas ao longo da bacia hidráulica do Rio Jaguaribe**: Jardim Guaíba, Baleado e Lagoa do Buracão (Funcionários II), Rua do Rio, Lagoa Antonio Lins e Travessa Palmares (Cruz das Armas), Novo Horizonte, Bom Samaritano (Cristo Redentor) e **Ruas São Marcos, Cônego Vicente Pimentel, José Soares, Magno Lobo, Napoleão Laureano, Noel Rosa, Rangel Travassos, São Judas, Bartira e Osvaldo Lemos (Rangel)**. O objetivo é revitalizar o Rio Jaguaribe, através da **realocação de 846 famílias residentes às margens do Rio ou em áreas de risco para novas unidades habitacionais que serão construídas nas proximidades da Comunidade Vale das Palmeiras**. Serão implantados todos os serviços de infra-estrutura para as 3.019 famílias que irão permanecer na área, além de um bosque para a socialização de lazer. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 23 de Fevereiro de 2010).

O prefeito Ricardo Coutinho assinou ordem de serviço do PAC - Programa de Aceleração de Crescimento que revitalizará áreas populares do Rio Jaguaribe. O programa prevê urbanização local, pavimentação e drenagem de 10 ruas, esgotamento sanitário, rede de água tratada, construção de moradias, e inclusão social para as famílias beneficiadas. Os moradores dos bairros, abaixo assinalados, terão novas perspectivas de vida daí em diante: - Jardim Guaíba, Baleado e Lagoa do Buracão (Funcionários I); - Rua do Rio, Lagoa Antonio Lins e Travessa Palmares (Cruz das Armas); - Novo Horizonte, Bom Samaritano (Cristo Redentor); - **Ruas São Marcos, Cônego Vicente Pimentel, José Soares, Magno Lobo, Napoleão Laureano, Noel Rosa, Rangel Travassos, São Judas Tadeu, Bartira e Osvaldo Lemos (Rangel)**. As 846 famílias que atualmente residem em áreas de risco e na beira do rio, em condições precárias, receberão novas moradias. Porém, enquanto as obras estiverem sendo executadas, elas permanecerão em seus locais atuais. As 3019 famílias que irão permanecer na área, em suas casas, contarão com serviços de infra-estrutura e um bosque de lazer. (JORNAL O NORTE, 24 de fevereiro de 2010).

A mídia local retomou a publicização da situação de descaso e negligência da Administração Pública em relação às habitações populares das 250 famílias realocadas para a Comunidade Paulo Afonso no mês de abril de 2010. Buscava-se, por um lado, dar voz à indignação dos moradores, inclusive com a insinuação de terem eles sofrido coação e constrangimento moral por parte da empresa responsável pela reforma das casas populares contratada pela Administração Pública.

A mídia local, da mesma forma, nesse mês de abril, denunciava atrasos e morosidades na execução das obras de urbanização e de reurbanização do *PAC do Alto do Jaguaribe*, relatando um saldo de apenas 20% de avanço na construção de casas populares para a recepção de moradores realocados de áreas de risco próximas ao Rio Jaguaribe e às suas

encostas e barreiras. Esta situação atingia diretamente o cotidiano do Varjão/Rangel, então alvo e recurso estratégico de uma sistemática Política de Planejamento Urbano, e onde a Administração Pública já se movimentava também ostensivamente no sentido da apropriação moral e emocional do bairro enquanto Política de Segurança Pública, de modo que a presença do Estado se percebia na circulação de policiais, em canteiros de obras infraestruturais e na reorganização dos fluxos de pessoas e materiais pelas ruas e avenidas do bairro.

Lê-se, assim, no Jornal O Norte dos dias 16 e 28 de abril:

"As casas entregues pela prefeitura de João Pessoa aos moradores da Comunidade Paulo Afonso, em Jaguaribe, continuam com problemas de infiltração. O vazamento nas tubulações deixa úmidas as paredes de vários apartamentos. Em alguns casos é preciso fechar o registro para evitar o desperdício de água". "As 250 famílias lá alocadas, que receberam as moradias em janeiro deste ano (2010) chegaram a protestar uma semana depois da transferência por causa de problemas nas casas...". "A prefeitura esboçou reformas, mas o problema continua". O setor de engenharia da prefeitura informou que "Não sabe por que isso agora. [O *isso* diz respeito à nova manifestação dos moradores da Comunidade Paulo Afonso]". A firma contratada pela prefeitura (a construtora Lacerda) para realizar as reformas no condomínio, passou um mês consertando os vazamentos, inclusive a tubulação do esgoto que também apresentava problemas. Só que depois disso **a construtora obrigou os proprietários a assinarem um documento afirmando que estava tudo em ordem. A construtora, então, apresentou o documento assinado dizendo que tudo estava em ordem e que os problemas apresentados nas casas "são um problema de manutenção dos moradores"**. (JORNAL O NORTE, 16 de abril de 2010).

As obras de melhoramento infra-estrutural e realocação de famílias em áreas de risco do Alto Jaguaribe se encontram em passos lentos. **Apenas 20% das edificações destinadas a receber moradores de área de risco, à margem do Rio Jaguaribe, estão prontas.** As residências serão erguidas nos bairros do Rangel e da Ilha do Bispo. A parte mais avançada se encontra no bairro da Ilha do Bispo, onde devem ser instalados 280 famílias em 24 blocos de apartamentos na rodovia de Acesso Oeste. A prefeitura acredita que até o final do ano (2010) serão entregues à população. **No caso do Rangel a ação até agora realizada diz respeito à pavimentação, rede de esgotos e organização dos canteiros de obras.** O próximo passo será o cadastramento de famílias a serem assentadas no **Vale das Palmeiras**. (JORNAL O NORTE, 28 de abril de 2010).

Em novembro e dezembro de 2010 a mídia local retomou a mesma narrativa de grandes projetos urbanísticos para a cidade de João Pessoa conduzidos pela Administração Pública. A ênfase em dados de grande dimensão, como a parcela de R\$ 167 milhões (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 15 de novembro de 2010) ou de 146 milhões (JORNAL O NORTE, 07 de dezembro de 2010) referente aos recursos *do PAC 2* do governo federal exclusivamente para a cidade de João Pessoa, buscava, porém, provocar a atenção do público no sentido do potencial de intervenção urbanística em comunidades em situação precária e nas áreas próximas aos rios da cidade.

O PAC 2 para a cidade de João Pessoa resumia simbolicamente, no discurso da mídia local de provocação da Administração Pública, projetos amplos e combinados de urbanização, higienização e embelezamento da pobreza urbana, como ações de saneamento e de pavimentação de ruas, de contenção de encostas e de áreas de risco, de instalação de unidades básicas de saúde, de construção de praças e de realocação de populações em situação de vulnerabilidade. Especial importância era dada, com efeito, para a revitalização dos rios, como o Rio Sanhauá, o Rio Paraíba e o Rio Jaguaribe, todos eles personagens marcantes na narrativa de construção do processo civilizador na e para a cidade de João Pessoa.

De acordo com as notícias dos dias 15 de novembro e 07 de dezembro:

A cidade de João Pessoa será contemplada com R\$ 167 milhões referentes à primeira parte dos recursos liberados pelo PAC 2 ...A maior parte da verba será destinada a **obras de reurbanização de Comunidades que vivem em situação precária na Capital**, a exemplo do bairro São José e de Saturnino de Brito. Uma parcela menor, de R\$ 1 milhão 117 mil servirá para a realização de **um projeto de revitalização do Rio Sanhauá e seu entorno**. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 15 de novembro de 2010).

R\$ 213,5 milhões do PAC II custearão projetos diversos em cidades paraibanas, incluindo a de João Pessoa, cidades metropolitanas e com mais de 70 mil pessoas. Os recursos serão destinados a projetos de saneamento, habitação, pavimentação, contenção de encostas e áreas de risco, instalação de unidades básicas de saúde, UPAs e praças. **A cidade de João Pessoa vai receber a quantia de R\$ 146 milhões dos R\$ 213,5 milhões do PAC II destinados a Paraíba. Os recursos para João Pessoa serão destinados a projetos de reurbanização de áreas ao largo do Rio Sanhauá e afluentes do Rio Paraíba, como também para as obras de urbanização no bairro de São José e nas imediações do baixo Jaguaribe.** Para o bairro de São José existe um projeto para a construção de moradias e transferência de famílias para possibilitar a recuperação do rio. (JORNAL O NORTE, 07 de dezembro de 2010).

Se o ano de 2009 se mostrou, na cidade de João Pessoa, como o momento de forte sentimento de pânico na cultura emotiva e de falência moral nos códigos de moralidade, com a Administração Pública, - em resposta às pressões da mídia local e do público consumidor da narrativa da *Chacina do Rangel* em choque, - redefinindo o Plano Diretor da cidade e investindo pontualmente na infraestrutura social básica do Varjão/Rangel, em especial na Escola Leônidas Santiago, onde estudavam algumas das crianças fatalmente vitimadas pela violência banal e cruel que poluiu ainda mais as temporalidades e a convivialidade de um bairro já intensamente estigmatizado; o ano de 2010 foi para a Administração Pública a oportunidade de esforço para a apropriação moral e emocional da pobreza urbana de João Pessoa enquanto recurso humano, político, econômico e urbanístico para a reorganização do social. Estes dois momentos, portanto, de quebra da normalidade normativa e de investida pública para a superação da liminaridade provocada pela transgressão moral e desordem

cosmológica expressa na narrativa da *Chacina do Rangel* enquanto paradigma dos problemas urbanos, foram de enorme efervescência política na cidade e marcaram a memória e os projetos coletivos dos moradores direta e indiretamente atingidos pelos empreendimentos morais da Administração Pública.

O conjunto sistemático de intervenções urbanas de grande porte pretendia, em 2009 e em 2010, como discorrido anteriormente, a reafirmação do social sob o argumento do sagrado mundano, principalmente no sentido da definição da situação das sociabilidades urbanas periféricas de João Pessoa enquanto espaço público pacificado e em processo de urbanização e reurbanização. Não menos importante era a cruzada simbólica de comunicação, para as classes médias e altas da cidade, de uma sensação coletiva de segurança e de valorização de uma fachada embelezada e higienizada de uma *cidade mercadoria* (FRANCO, 2014), isto é, de uma malha urbana disposta para grandes e ousados empreendimentos urbanísticos, tal como eram descritas as intervenções para *limpeza, revitalização, urbanização e reurbanização* de áreas socialmente críticas e de risco.

O ano de 2011, nesse sentido, marcou a consolidação, e de certa forma a conclusão, do discurso da Administração Pública de uma política sistemática de planejamento urbano que pretendia um impacto holístico na cidade a partir da intervenção sobre a pobreza urbana. Nos dias 23 e 25 de janeiro e no dia 01 de julho, assim, a mídia local apresentava ao homem comum urbano e ao público geral de João Pessoa o quadro estatístico da malha urbana da cidade utilizado pela Administração Pública para sua ofensiva civilizadora: 112 comunidades irregulares geograficamente espalhadas, principalmente às margens dos rios e dos resquícios de matas, perfazendo aproximadamente 40% da malha urbana real, mas *invisível* para os códigos burocráticos do Poder Público; um crescimento populacional na ordem de 126 mil pessoas, somente na primeira década do século XXI; e, como medida de intervenção naquela realidade, o projeto de realocação de 13 mil famílias em situação de vulnerabilidade, até 2012, para loteamentos populares e áreas urbanizadas ou reurbanizadas da cidade.

De acordo com as notícias do Jornal Correio da Paraíba de 23 e 25 de janeiro de 2011 e do Jornal O Norte de 01 de julho de 2011:

João Pessoa, por exemplo, possui 112 comunidades erguidas de maneira irregular. Em porcentagem, a estimativa é que 40% da cidade seja 'invisível', não constando nos registros oficiais da prefeitura. Os dados são da Secretaria de Planejamento, SEPLAN, municipal, e surgem como reflexo do crescimento urbano que em grande parte, acontece de forma distante do proposto no Plano Diretor da Capital, revisado em 2008. De acordo com o Censo 2010, em uma década, a população de João Pessoa cresceu, aproximadamente, 126 mil habitantes - hoje, o número total é de 723.514 mil pessoas. Esta demanda foi distribuída pelos diversos bairros da cidade.

...Toda nossa morfologia de rios é ocupada de maneira irregular por pequenos grupos, como nos vales dos rios Pacote, Sanhauá, Jaguaribe, Mandacaru, Cabedelo e Cuiá, confirmou Estelizabeth Bezerra, Secretária de Planejamento da Capital. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 23 de janeiro de 2011).

"...está sendo feita a limpeza do leito do Rio Jaguaribe em todas as comunidades por onde ele passa, em João Pessoa. 'Desde as Três Lagoas, passando pelo Guaíba, Novo Horizonte, Cristo, **Rangel**, Boa Esperança, São Rafael, Tito Silva, São José e Mandacaru'".

Quadro Anexo: Relocação **"Desde 2006 já foram relocadas 5.600 famílias em João Pessoa e mais 7.800 estão em execução. A previsão do Secretário José Guilherme, é que, neste ano, chegue a 10 mil o número de famílias relocadas". 'Atingiremos 13 mil famílias transferidas até 2012', disse".** (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 25 de janeiro de 2011).

Mais de 5 mil famílias carentes vivem em áreas de risco às margens dos rios de João Pessoa. "Pequenas casas, algumas de taipa, construídas à margem de rios, nas quais vivem famílias que sofrem constantemente com cheias, que são obrigadas praticamente todo inverno a passarem dias em abrigos improvisados, que todo ano perdem os poucos móveis e eletrodomésticos que têm. Em João Pessoa, mais de 5 mil famílias vivem nessa situação, segundo levantamento da coordenação local do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que está fazendo intervenção em várias comunidades ribeirinhas da Capital. ...Às margens do Rio Jaguaribe, de acordo com o levantamento, vive o maior número de pessoas. (JORNAL O NORTE, 01 de julho de 2011).

A Administração Pública, nos anos críticos de 2009 e 2010, concomitantemente aos investimentos na realocação de milhares de famílias de moradores em situação de vulnerabilidade das áreas de risco das bacias hidráulicas da malha urbana de João Pessoa e da construção de conjuntos e loteamentos populares¹⁴⁸, tal como abordado acima, aproveitou-se também da *janela de oportunidades* gerada pela narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* para uma Política de Planejamento Urbano que redesenhasse a dinâmica dos fluxos de pessoas e materiais. Os projetos de mobilidade urbana, nesse contexto, seguiam à deriva da lógica hierarquizante e segregadora de *urbanização periférica*¹⁴⁹ (BARBOSA, 2015) e *cidade mercadoria* (FRANCO, 2014) já cristalizada como modelos de modernização conservadora e de progresso social na ação interventora e organizadora da Administração Pública como empreendedor moral e cruzado simbólico destacado.

Os planos e metas da Administração Pública para a reorganização do sistema viário e, consequentemente, das oportunidades de mobilidade urbana da cidade, buscavam responder aos desafios decorrentes de fenômenos como explosão demográfica, verticalização das moradias e motorização da população urbana, ao longo da primeira década do século XXI. A

¹⁴⁸ A pobreza urbana em situação de irregularidade formava praticamente uma *cidade invisível*, conforme a então secretária de Planejamento da Capital: "João Pessoa, por exemplo, possui 112 comunidades erguidas de maneira irregular. Em porcentagem, a estimativa é que 40% da cidade seja 'invisível', não constando nos registros oficiais da prefeitura" (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 23 de janeiro de 2011).

¹⁴⁹ Ver esta discussão na nota 6 do capítulo 1.

Administração Pública fazia a seguinte definição da situação da mobilidade urbana de João Pessoa, já no ano de 2005:

Planos e metas dos governos, principalmente municipal, para o reordenamento total do sistema viário. Em João Pessoa se planeja a criação de novos corredores urbanos e do bilhete único de passagem para o transporte coletivo. O governo municipal promete recuperar 220 km de estradas e pavimentar outros 58 km. O DNIT pretende duplicar a BR - 101 e reiniciar a duplicação da BR - 230, assim como recuperar 690 Km de estradas. O prefeito Ricardo Coutinho, para João Pessoa, pretende criar novas linhas de ônibus e expandir algumas já existentes. **"Temos hoje os mesmos corredores que tínhamos há 30 anos. Sendo que a frota de veículos aumentou de 30 mil para 100 mil. Destacou Ricardo"**. A Prefeitura pretende, além do bilhete único, criar terminais de integração em vários pontos da cidade. "É toda uma reorganização do sistema de trânsito da Capital, incluiu o encerramento de algumas linhas e a criação de outras novas. Temos, atualmente, 63 linhas e mais 11 circulares que passam no centro da cidade. Não há necessidade dessas linhas todas circularem nessa área central, dificultando o trânsito".

A ênfase dada à defasagem do sistema viário da cidade era reveladora no sentido de que apontava para a disponibilidade de um aparato infraestrutural legado pelo último surto civilizador nacional, ainda na década de 1970. O reordenamento do sistema viário, assim, aludia fortemente à necessidade de construção de estruturas materiais e de tecnologias de coordenação simbólica do uso espacial da cidade, abarcando desde a construção, duplicação e recuperação de autoestradas, a expansão de linhas de ônibus e a criação de terminais de integração, até a aplicação de estratégias de democratização e de maior acessibilidade à mobilidade urbana, como o bilhete único de passagem para o transporte coletivo integrado. Esta novidade, com efeito, contribuiu significativamente para a enorme popularidade da gestão municipal à frente da Administração Pública de então.

Apesar dos investimentos públicos para a modernização do sistema viário, a situação da mobilidade urbana em João Pessoa no ano de 2009 ainda era definida como *de guerra*, fazendo eco às experiências individuais e coletivas de violência difusa por toda a cidade ao gerar um *alto índice de acidentes* com mortos e feridos. A democratização do automóvel saturava, *entupia*, as avenidas e ruas de uma malha urbana despreparada para um fluxo tão intenso de veículos, como provocava a mídia local com a notícia do Jornal Correio da Paraíba de 04 de janeiro de 2009:

João Pessoa se tornou uma das 10 cidades do país com maior número de "vias entupidas de automóveis". O "clima" no trânsito é de guerra, com um alto índice de acidentes com mortos e feridos. A Paraíba hoje conta com mais de 532 mil carros nas ruas. "Conforme a PRF, no ano passado (2008), o Estado registrou 8.693 acidentes com 3.375 vítimas entre mortos e feridos". (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 04 de janeiro de 2009).

No dia 15 de agosto de 2009, a mídia local resumia a situação de abandono do sistema viário da cidade, por parte da Administração Pública, com a seguinte informação: "João Pessoa tem uma média de 40 agentes de trânsito por turno para fiscalizar 197.122 automóveis e 44.887 motos circulando pelas ruas da cidade" (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 15 de agosto de 2009); ao passo que, no dia seguinte, 16 de agosto de 2009, a mídia local chamava a atenção do homem comum urbano para o projeto ousado da Administração Pública de oferecer um sistema integrado de passageiros para a população de toda a região metropolitana de João Pessoa. De acordo com a notícia do Jornal Correio da Paraíba:

João Pessoa poderá implementar um sistema integrado de passageiros, unindo os trens aos ônibus coletivos, para desafogar o trânsito da Capital e Região Metropolitana, através da implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), segundo Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de agosto de 2009).

Percebe-se, aqui, o mesmo espírito civilizador disposto a planejar e intervir na cidade desde uma perspectiva sistêmica e de tempo longo, de modo a modificar permanentemente a sua fachada e seus fluxos internos de pessoas e bens, tal como anteriormente discutido na abordagem da Política de Segurança Pública pautada no discurso das UPPS, cujo objetivo era pacificar a *cidade*, e na Política de Planejamento Urbano que articulava a realocação massiva da pobreza urbana com a reordenação do sistema viário urbano. A integração de trens, ônibus, veículos leves sobre trilhos (VLTs), como também outras estratégias anunciadas pela Administração Pública, como o bilhete único de passagem e terminais de integração, objetivavam *desafogar o trânsito da Capital e Região Metropolitana*, consolidando a cidade de João Pessoa como pólo periférico e modernizado de serviços, indústria de baixa complexidade e burocracia estatal para um conjunto de quase doze municípios adjacentes.

No dia 25 de setembro de 2009, com efeito, o Jornal O Norte alardeava, com uma grande manchete de capa chamando para a notícia sobre o projeto de modernização do trânsito e da mobilidade urbana na Capital, com destaque para um possível corredor de *ônibus ligeiro* (Bus Rapid Transport) na Avenida Epitácio Pessoa, principal via de comunicação Centro-Praia de João Pessoa e que marcou historicamente o desenvolvimento da malha urbana no sentido da *conquista do litoral*¹⁵⁰ (Ver Figura 10, p. 67). Nessa ocasião, o então prefeito da cidade solicitava à Câmara dos Vereadores a abertura de crédito para a implementação do *Plano Diretor de Acessibilidade, Transporte e Mobilidade Urbana de João Pessoa*.

¹⁵⁰Ver esta discussão no capítulo 1.

Este ousado projeto previa, além da construção de corredor de ônibus leveiro na Avenida Epitácio Pessoa, também a construção de um metrô de superfície, a automação dos semáforos, a ampliação das ciclovias, a construção de viadutos e de novos binários, assim como de terminais de integração distribuídos pela cidade. A Administração Pública alimentava, assim, o discurso de democratização do uso dos espaços públicos e das possibilidades de mobilidade urbana, tão marcadamente assimétricos na cidade de João Pessoa em razão de seu desenvolvimento histórico-social característico, deveras concentrador e hierarquizante.

O ano de 2009 findava, nesse sentido, em termos de Política de Planejamento Urbano voltada para o tema da mobilidade urbana, com uma forte provocação dirigida à Administração Pública por parte da mídia local, que uma vez mais escandalizava um cenário urbano caótico enquanto argumento justificador da urgência de uma ofensiva civilizadora na cidade de João Pessoa. O Jornal Correio da Paraíba, nos dias 18 de outubro e 20 de dezembro de 2009, assim, enfatizava o enorme fosso entre a população motorizada, que atingia um teto máximo de 20%, e os demais 80% dependentes dos serviços públicos de transporte urbano e diretamente afetados pelas externalidades negativas de um sistema viário produzido sob medida para o automóvel individual, cuja frota absurdamente chagava aos 205.928 carros em João Pessoa.

De acordo com as notícias:

“Apenas 20% da população de João Pessoa tem carro próprio e está interferindo na qualidade de vida de 80% da população da cidade, que não anda de carro. E, no entanto, todas as intervenções no sistema viário têm sido feitas para privilegiar esses 20%. Para organizar a mobilidade da Região Metropolitana, é preciso criar um plano para fazer um estudo com propostas, diretrizes e soluções”, apontou Nilton Pereira, acrescentando que nos demais municípios da RM (Região Metropolitana), menos de 20% da população tem carro. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 18 de outubro de 2009).

A frota de veículos da Paraíba aumentou 93% nos últimos dez anos, chegando a 617.353. Só em João Pessoa, conforme dados do DETRAN, são 205.928 automóveis. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 20 de dezembro de 2009).

O ano de 2010, - diferentemente do que ocorreu com os empreendimentos morais de realocação de populações em situação de vulnerabilidade das bacias hidráulicas de João Pessoa, em especial os moradores próximos ao Rio Jaguaribe do Varjão/Rangel, - não apresentou avanços significativos, na medida dos projetos públicos anunciados, na transformação do sistema viário de João Pessoa. A mídia local, contudo, registrou o discurso modernizante da Administração Pública e sua performance de ator e agente social condutor do progresso social na cidade.

Nesse sentido, as notícias do Jornal Correio da Paraíba dos dias 22, 23, 24 e 26 de fevereiro e 20 de março de 2010 anunciavam o conjunto de empreendimentos e intervenções urbanas que comporiam o projeto da Administração Pública para a política de mobilidade urbana de João Pessoa nos próximos anos:

Até o final deste ano de implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) - o Metrô de Superfície - devem começar em João Pessoa. Os projetos do sistema no Nordeste começaram a sair do papel há dois anos, chegando agora à João Pessoa e Natal. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 22 de Fevereiro de 2010).

Com um percurso de 32Km, a **Grande João Pessoa ganhará um Metrô interligando 04 cidades**: Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Na Capital, ele poderá passar pelas avenidas Epitácio Pessoa ou Pedro II. O Metrô será duas vezes mais rápido que o trem e terá ramais em bairros. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 23 de Fevereiro de 2010).

As obras para a implantação do **Metrô de Superfície em João Pessoa e Região Metropolitana** devem custar R\$ 147 milhões, conforme a CBTU. A licitação deve ocorrer entre o final de março e o início de abril (2010). O Superintendente Lucélio Cartaxo disse que as obras somente serão iniciadas em 2011. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 24 de Fevereiro de 2010).

O sistema de metrô que será implantado na Grande João Pessoa vai unir o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o novo trem, a dois sistemas de ônibus, o atual e o novo que será formado por ônibus articulados. As linhas de ônibus que já funcionam teriam a função de recolher a população nos bairros e levá-la à estação de integração dos ônibus articulados que, por sua vez, transportaria as pessoas até a estação do metrô. Os ônibus articulados, chamados tecnicamente Veículos Leves sobre Pneus (VLP) circularão em corredores específicos, que serão criados obedecendo a sua estrutura maior e possibilitarão maior velocidade. **Esses veículos levarão três vezes mais passageiros que os ônibus convencionais e funcionarão como alimentadores do sistema menor que será representado pelo metrô em si.** (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 26 de Fevereiro de 2010).

O Secretário Osmar Cartaxo (Planejamento) disse, ontem (19 de março de 2010), que o governo do Estado abrirá semana que vem a licitação para o **metrô de superfície em João Pessoa**. O projeto prevê a instalação de 04 novas estações, além da reforma das 09 da CBTU, construção de passarelas e bilhetagem eletrônica. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 20 de março de 2010).

Percebe-se, nesse conjunto de notícias, o papel central da mídia local, - ao expor de forma pedagógica e reiterada os passos complexos da cruzada simbólica em movimento, - como um dos atores e agentes sociais definidores da situação da cidade e como o vocalizador da ofensiva civilizadora da Administração Pública.

O processo de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano, que ocorria concomitantemente em várias frentes de planejamento e intervenção no urbano, era, então, comunicado ao público de João Pessoa como um espetáculo convincente de transformação planejada da paisagem humana e urbana de João Pessoa, de modo a superar o contexto de crise que se abatera na cultura emotiva da cidade desde o fatídico crime de chacina escandalizado como a *Chacina do Rangel*. Esta espetacularização midiática dos

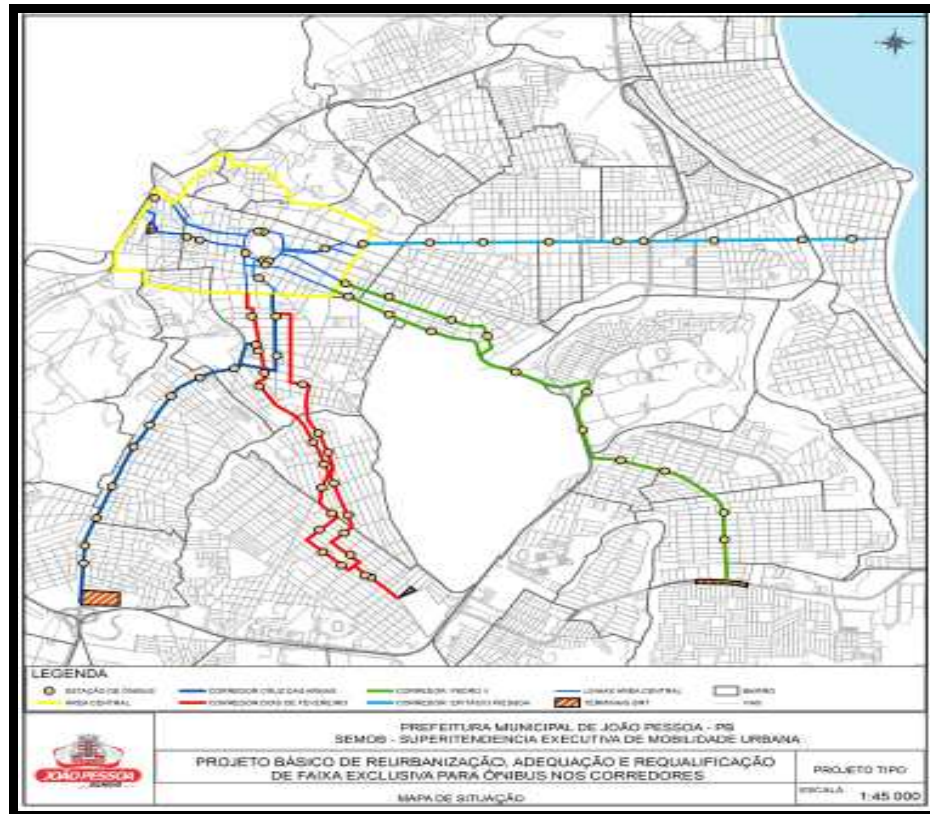
projetos da Administração Pública, - que tinha por objetivo propagandear os corredores principais por onde trafegariam os ônibus ligeiros (BRT Bus Rapid Transport), sendo um destes corredores a Avenida 02 de Fevereiro, no Varjão/Rangel, - pode ser visualizada nas imagens das Figuras 51 e 52 (p. 328 e 329). Ao todo se projetava a expansão de seis corredores viários de grande porte distribuídos pela cidade e que tinham por função capitalizar a mobilidade urbana como vetores estratégicos de ligação e integração de suas áreas residenciais, industriais e de serviços.

Figura 51: Trecho de propaganda política durante as eleições majoritárias para prefeito do município de João Pessoa, em 2012, com destaque para a imagem esquemática do BRT e da indicação em legenda das suas principais vias de trajeto: Dois de Fevereiro, Epitácio Pessoa, Pedro II, Cruz das Armas, Via Oeste e Tancredo Neves.



Fonte: <https://youtu.be/yj-4ioL0CL8>.

Figura 52: Esquema cartográfico dos corredores ligeiros projetados pela Administração Pública e expresso em documento oficial da Prefeitura. Acesso em 18 de agosto de 2016. Modificado pelo pesquisador.



Fonte: Arquivos do GREM.

Figura 53: Imagem cartográfica do Varjão/Rangel com destaque para a Avenida 02 de Fevereiro, planejada para a função de corredor ligeiro de passagem no sentido Centro – Zona Sul de João Pessoa.



Fonte: Arquivos do GREM.

As Figuras 52 e 53 (p. 329), por sua vez, buscam precisar a dimensão dos projetos da Administração Pública de reorganização do sistema viário de João Pessoa. Nestas se enfatiza o que se pretendia operar na Avenida 02 de Fevereiro, à época em processo acelerado de consolidação como corredor ligeiro no sentido Centro – Zona Sul, representada na Figura 53; enquanto que a Figura 52 detalhava o projeto da Administração Pública de reordenar o sistema viário da cidade a partir da planificação de corredores ligeiros periferizados que potencializassem o fluxo de pessoas, serviços e mercadoria pela malha urbana de João Pessoa.

A ofensiva civilizadora da Administração Pública destacava, em sua lógica de intervenção urbanística como forma de reordenação do social sob o argumento do sagrado mundano, uma tradição político-administrativa secular de apropriação da pobreza urbana a ser comunicada às classes médias e abastadas de João Pessoa como medida de segurança pública, enquanto que à pobreza urbana comunicava-se mais diretamente o esforço de superação das situações mais críticas de vulnerabilidade social e precariedade econômica mediante intervenções de embelezamento e higienização das áreas periféricas e populares.

Os projetos supracitados de realocação urbana de moradores das margens do Rio Jaguaribe, assim como os projetos de mobilidade coletiva urbana que recortavam o Varjão/Rangel, objetivavam fortalecer, nessa perspectiva, a dinâmica moral e emocionalmente hierarquizante da cidade ainda em processo de *urbanização periferizada*, e cuja tônica axiológica era um acentuado sentimento de vergonha e medo vocalizado com base no escândalo midiático da *Chacina do Rangel*. Como anteriormente descrito, a intervenção urbanística no Varjão/Rangel foi bastante ampla e oportunamente direcionada, de modo que o bairro, - transformado em *lugar, cultura emotiva e códigos de moralidade* paradigmáticos para o entendimento da pobreza urbana em situação limite de falência moral e civilizacional, - foi diretamente apropriado como recurso estratégico para a projeção dos empreendimentos morais da Administração Pública sob pressão e provocação da mídia local.

Nesse sentido, a intervenção da Administração Pública, em termos de projetos, mas não de atividades ostensivas no bairro, concluía-se em agosto de 2013, com a sanção governamental para a construção do *Monumento à Paz* no local exato do crime de chacina. A ofensiva civilizadora de apropriação da pobreza urbana, então articulada enquanto cruzada simbólica de superação da desordem cosmológica causada pela *Chacina do Rangel*, após um longo giro de intervenções moralizantes, retornava ao empreendimento de reafirmação da normalidade normativa do sagrado mundano justamente ali, lugar ainda assombrado por

memórias de um passado prenhe de sofrimentos, vergonha, quebra de confiança e muita confusão e silêncio para os moradores do Varjão/Rangel e para toda a cidade de João Pessoa.

Interessante frisar que este último empreendimento da Administração Pública acontecia justamente no contexto de retomada da *temporalidade* ressentida, envergonhada e amedrontada em que o Varjão/Rangel, nos meses de julho e agosto dos primeiros anos que sucederam o crime de chacina, era especialmente exposto pela mídia local como lugar assombrado da cidade e como interdito em sua crônica moral. Em agosto de 2009, com efeito, a mídia local e a Igreja Católica esforçavam-se no sentido da mobilização dos moradores do bairro e do público de João Pessoa e cidades adjacentes para a execução do projeto do Santuário ou Capela¹⁵¹ em memória às vítimas da violência cruel que de forma terrivelmente banal acometera simbólica, moral, emocional e espiritualmente a *família paraibana*¹⁵²; e, em agosto de 2011, como parte do ato comemorativo aos 426 anos de fundação da cidade de João Pessoa, a mídia local anunciava o projeto da Administração Pública de construção do *Monumento à Paz no Rangel*, - uma vez mais associando a nomeação *Rangel* ao evento trágico da chacina e, portanto, a uma situação vexaminosa de falência moral e a um lugar de *monstruosidade*.

De acordo com a notícia de um portal informativo da Administração Pública, intitulada *Prefeito assina ordem de serviço para mais três praças na Capital*, de 23 de agosto de 2011:

Mais três espaços urbanos de convivência comunitária serão construídos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para o benefício da população da cidade. Nesta quarta-feira (24) será assinada, pelo prefeito Luciano Agra, a ordem de serviço para mais três praças: São Rafael (comunidade São Rafael, Castelo Branco), Praça da Juventude (Bairro das Indústrias) e **Monumento à Paz (Rangel)**. A assinatura, que vai acontecer na comunidade São Rafael, às 16h, faz parte do pacote de serviços em **comemoração aos 426 anos de João Pessoa**.

O Monumento à Paz será construído no Rangel, em um local onde aconteceu a chacina de uma família. O espaço terá 244 m² de área construída, com bancos e piso em granito, guarda corpo e uma escultura em aço inox, medindo 4 metros de altura (ficando com mais de seis metros, incluindo a base). A escultura será uma pomba, representando a paz. (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2011/08/01.png?x92016>).

Ainda que na manchete e na primeira parte da notícia a mídia local tenha buscado enquadrar o empreendimento moral da Administração Pública como só mais uma intervenção

¹⁵¹Ver a discussão sobre o empreendedorismo moral da Igreja Católica, sob a provocação da mídia local, em torno do projeto de construção de uma Capela ou Santuário às vítimas da Chacina do Rangel no capítulo 5.

¹⁵²Ver a discussão sobre a transformação do crime banal e cruel de chacina em narrativa pública e dramática de Chacina do Rangel no capítulo 4.

ordinária de embelezamento e de higienização da pobreza urbana concentrada nos bairros populares e periféricos de João Pessoa, ficava evidente, contudo, na segunda parte do discurso jornalístico, que o ato em questão (*a ordem de serviço para mais três praças na Capital*) se tratava de uma cruzada simbólica mais ampla e diretamente direcionada para o reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano justamente a partir e sobre o marco simbólico central da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*: o local do crime, na Rua Oswaldo Lemos (ver Figura 39, p. 267). Assim que, no contexto dos usos morais da violência urbana banal e cruel em que foi construída a situação de empreendimento moral e cruzada simbólica sobre um crime de chacina em um lugar de todo insignificante para o cotidiano normal das sociabilidades urbanas de João Pessoa, um *Monumento à Paz*, materialmente oneroso e simbolicamente hipercomplexo, se apresentava como última jogada da Administração Pública no conjunto de ações de pacificação, de moralização, de reurbanização e de gentrificação da pobreza urbana da cidade.

O *Monumento à Paz* deveria ser um complexo arquitetônico composto de escultura gigante em forma de pomba da paz, guarda-corpo, bancos e piso em granito, de modo a poder afirmar, - não o sentimento coletivo de luto por uma família capaz de representar a *família paraibana*, ou mesmo a devoção religiosa popular dirigida aos seus iguais martirizados pela loucura ou pelo mal encarnado no *monstro* que mora ao lado, - mas a capacidade da Administração Pública, enquanto empreendedor moral, de dar sentido às tensões e aos conflitos cotidianos da cidade. Obra jamais concluída e atualmente motivo de ressentimento irônico e de medo de novas investidas de empreendedores morais da *cidade oficial* no lugar, o *Monumento à Paz* vem sendo ressignificado como oportunidade de lazer da vizinhança e do bairro; ao passo que os sentimentos de luto e de devoção religiosa, - tal como será tratado no próximo capítulo sobre o empreendedorismo moral dos moradores do Varjão/Rangel, - foram afastados do espaço público e privatizados enquanto posturas morais e emocionais articuladas em uma memória envergonhada do bairro e sem base coletiva para ensejar demandas políticas de reconhecimento.

O saldo da Política de Planejamento Urbano para o Varjão/Rangel, em síntese, muito embora apresente pontos positivos no sentido de reurbanização e circunstancial gentrificação, pode ser compreendido como insuficiente para a integração moral e emocional do bairro como lugar de *gente de bem* no urbano de João Pessoa. A Administração Pública logrou apropriar-se dos recursos estratégicos do bairro, transformando-o em corredor ligeiro de passagem para a cidade, mas falhou em seu projeto amplo e multifacetado de reordenamento

do social sob o argumento do sagrado mundano, de modo que o Varjão/Rangel permanece atualmente como paradigma de sociabilidades urbanas pobres e problemáticas, de moralidade suja e degradada e de violência difusa em níveis crônicos e potencialmente poluentes, - a ameaça de um novo surto descivilizador que demande, uma vez mais, a intervenção enérgica da Administração Pública da cidade, permanece, portanto, no horizonte discursivo e performático deste empreendedor moral.

A judicialização do discurso midiático de surto descivilizador, de falência moral e de agência monstruosa como estratégia de apropriação moral da pobreza urbana no contexto da *Chacina do Rangel*

Res Sacra Miser (O pobre é coisa sagrada) (PROCESSO JUDICIAL (PROCESSO JUDICIAL 200.2009.023.125-5, v. 2, Fl. 522).

Em um julgamento público é necessário que os jurados sempre atentem para o seguinte fato: um crime só pode ser julgado pelo o que está presente nos autos, o que não está nos autos não pode ser tomado como peça nem de defesa e nem de acusação. Portanto, a defesa do Apelante não foi a Plenário do Júri levando tese na tentativa de justificar os crimes, mas com o objetivo de explicar, relatar os fatos...

Os jurados não compreenderam tal explicação preferindo desta forma o caminho da **OPINIÃO PÚBLICA...**

O desafio principal do Tribunal do Júri em crimes de grande comoção social é fazer com que os jurados julguem os casos de acordo com as provas do processo e dissociados da influência da mídia (PROCESSO JUDICIAL 200.2009.023.125-5, v. 3, p. 509).

O processo judicial¹⁵³ 200.2009.023.125-5, oficialmente intitulado como *Processo da Chacina do Rangel*, foi registrado no dia 18 de outubro de 2010 como ação de Apelação Criminal sob tutela da Câmara Criminal como órgão julgador na comarca do 1º Tribunal do Júri da Capital, João Pessoa - Paraíba. Um grupo de juízes e de desembargadores esteve à frente da relatoria e da revisão do processo, que se desdobrou em três volumes e mais de 600 páginas de depoimentos, protocolos, laudos, documentos de identificação de réus e testemunhas e a literatura judicial própria, como as peças de defesa e acusação, os pedidos de apelação e contra-apelação dos mesmos, os relatórios e pareceres da procuradoria, o registro de votação dos jurados, a sentença condenatória e, por fim, o acórdão do Tribunal de Justiça.

Este breve excurso busca situar o ritual jurídico do Júri Popular no contexto da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Para tanto, classifica este ritual jurídico como a performance conclusiva da ação interventora no e reparadora do social por parte da Administração Pública, em sentido amplo, sob intensa provocação da mídia local.

¹⁵³ Não se propõe aqui uma análise jurídica do Processo Judicial da *Chacina do Rangel*, mas uma breve abordagem deste ritual enquanto parte do concerto de ações de empreendimento moral sobre a cidade de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel a partir da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*.

O ritual jurídico do Júri Popular, a partir do caso da *Chacina do Rangel*, caracterizou-se como fortemente tensionado pela espetacularização de ações e discursos que objetivavam sobrecarregar moral e emocionalmente e mesmo paralisar os agentes em jogo como meros atores comprometidos com uma suposta *verdade jurídica*. Esta *verdade jurídica*, com efeito, era encenada enquanto modelo obrigatório da *ação cultural* (TURNER, 2013) sacralizada no próprio exercício coletivo de produção do Júri Popular.

O caso em questão tornou-se paradoxalmente bastante mobilizador e constrangedor dos vínculos morais e emocionais dos agentes e atores sociais do Júri Popular e da platéia que direta, - desde o salão do Primeiro Tribunal do Júri da Capital, - e indiretamente, - desde a cobertura midiática oficial e da cobertura oficiosa das redes sociais, - assistia ao espetáculo final de consolidação do personagem *Monstro do Rangel* e da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* na crônica oficial local. O longo e emaranhado processo de apropriação moral e emocional da pobreza urbana a partir de empreendimentos morais e cruzadas simbólicas articuladas com base na justificativa moral de surto descivilizador e de falência dos códigos morais da cidade de João Pessoa, portanto, atingia sua fase de cristalização no registro mais elaborado do embate judicial e das disputas morais oportunamente encenadas no Primeiro Tribunal do Júri da Capital.

Como visto anteriormente, na abordagem individual sobre o papel de cada empreendedor moral no enquadramento do crime de chacina na definição da situação da cultura emotiva e dos códigos de moralidade da cidade, a partir do fatídico dia 09 de julho do ano de 2009, a mídia pessoense, a Igreja Católica e, por fim, a Administração Pública, - tanto como jogador principal da Política de Segurança Pública quanto da Política de Planejamento Urbano, - participaram de forma concomitante na vocalização e escandalização de um ato banal e cruel como elemento de transgressão moral e desordem cosmológica. Este era o argumento de justificação e de imposição para o público de João Pessoa, ato contínuo, de uma agenda política de reordenamento do social sob os argumentos do sagrado religioso e do sagrado mundano.

A reação da Administração Pública na forma institucional da Justiça, - representada principalmente na instituição do Primeiro Tribunal do Júri da Capital, - ao escândalo midiático de surto descivilizador e de falência moral expressos na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, foi a de buscar orientar-se e acomodar-se à narrativa midiática já em curso da tragédia, tal como anunciado pela defesa dos réus e aqui exposto no

epígrafe que introduz esta discussão. Este processo de judicialização do discurso midiático considerava, portanto, o caso em questão como judicialmente resolvido desde o princípio.

A estratégia central adotada pela Justiça, - enquanto instância burocrática atrelada à Administração Pública, - foi a de comunicar, assim, a acomodação judicial da narrativa da *Chacina do Rangel* ao público de João Pessoa. Público este ansioso por restaurar a sensação de segurança e de ordem cosmológica abalada pela violência banal e cruel que poluía o cotidiano das sociabilidades urbanas.

De acordo com notícia do Jornal Correio da Paraíba do dia 16 de julho, isto é, apenas uma semana após o dia 09 de julho em que o crime entre iguais ocorreu, ficava claro que o caso da “*Chacina do Rangel*” seria apreciado e julgado o mais celeremente possível e, a depender dos humores dos operadores do Direito à frente do caso, ainda naquele ano de 2009:

Juiz do 1º Tribunal do Júri, Marcus William, responsável pelo caso da "Chacina do Rangel", acredita que o caso pode ser julgado até o final do ano. "Carlos José dos Santos e a esposa Edileuza Oliveira dos Santos foram presos em flagrante e confessaram o crime em seu primeiro depoimento". (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 16 de julho de 2009).

Este argumento de urgência, mais do que indicador de eficiência e celeridade processual foi entendido como um dos muitos vícios processuais apontados por algumas das *dramatis personae* envolvidas no Júri Popular. Se, por um lado, a intenção da burocracia estatal togada, ao buscar antecipar simbolicamente o fechamento do conflito social posto em sede judicial, era a de poupar a população já chocada com o grau de crueldade e de *monstruosidade* do crime em apreciação; por outro lado, esta disposição para a urgente resolução jurídica do conflito foi apontada como desrespeito aos princípios constitucionais reguladores do ritual jurídico, de modo que pairava no ar o entendimento de que a Justiça abdicara de suas possibilidades actanciais de empreendedor moral e cruzado simbólico para única e exclusivamente judicializar a narrativa midiática em curso de *Chacina do Rangel* (PROCESSO JUDICIAL 200.2009.023.125-5, v. 3, p. 509).

Os advogados de defesa de Carlos José Soares de Lima e de Edileuza de Oliveira dos Santos, - o casal acusado pelo crime de chacina, - afirmavam, nesse sentido, de forma convergente, como, em sede judicial, se acomodara a narrativa midiática já exaustivamente comunicada no formato de escândalo espetacularizado ao público leigo, e mesmo ignorante em assuntos jurídicos, de João Pessoa. A narrativa da *Chacina do Rangel* era, então, danosamente simplificada e associada à mobilização institucional interessada para a pronta

resposta da Justiça a uma *sociedade apreensiva*, a *os anseios da sociedade*, à *Opinião Pública* e ao *clamor público*.

Esta suposta poluição, na *consciência dos jurados*, causada pelas demandas populares por eles internalizadas, era insistentemente denunciada como prejuízo à *verdade jurídica* contida nos autos. Os trechos de apelação da defesa no processo do Júri Popular buscavam enfatizar e problematizar os usos abusivos da *comoção popular* no Processo da *Chacina do Rangel*, tratando-os como elemento de vergonha pela quebra de expectativas em sede judicial, diante das quais a apelação da defesa lançava a título de conclusão o ditado latino *Res Sacra Miser*¹⁵⁴ (PROCESSO JUDICIAL 200.2009.023.125-5, v. 2, Fl. 522).

Nas entrelinhas dos autos processuais, tomados conjuntamente, percebe-se o forte sentimento de *comoção*, - isto é, a postura moral e emocional de classificar a desgraça de cada vítima e de cada agressor como um momento íntimo compartilhado de dor, de sofrimento e de vergonha, - como orientador da estratégia de produção do personagem do *Monstro do Rangel* e do conto moral da *Chacina do Rangel*¹⁵⁵. A *comoção*, nesse sentido, ultrapassara as fronteiras geográficas do bairro do Varjão/Rangel, da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, lançando nacionalmente estas fachadas coletivas e formas sociais de identificação e pertença em uma espiral de vergonha e de humilhação: sentimento de vergonha pela fachada errada¹⁵⁶ (GOFFMAN, 2012) e sentimento de humilhação em razão da frustração da pretensão pública de um projeto (MILLER, 1995) de cidade moderna.

A sentença condenatória, nesse sentido, praticamente repetiu a denúncia inicial do Ministério Público assentada em uma frágil investigação policial e sob intensa pressão popular insuflada pelos empreendedores morais da *cidade oficial*: a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública. A Justiça acabou por acomodar a judicialização do discurso midiático de surto descivilizador, de falência moral e de agência monstruosa como estratégia de apropriação moral da pobreza urbana no contexto da *Chacina do Rangel*, contribuindo, deste modo, enormemente para a classificação moral e emocional de Carlos José e, parcialmente, de Edileuza, pelo público da cidade, como grandes criminosos, - *monstros encarnando a maldade*, - descolados de seus contextos interacionais de

¹⁵⁴Ditado latino traduzido na própria peça processual: “O pobre é coisa sagrada”.

¹⁵⁵O sentimento de *comoção*, largamente explorado ao longo do embate jurídico entre a defesa dos réus, de um lado, e o Ministério Público e a Procuradoria Geral do Estado, do outro, era direcionado ao Conselho de Sentença e a platéia do Júri Popular, de modo que cada ator e agente social em jogo se sentisse na obrigação, no sentido maussiano do termo (MAUSS; HUBERT, 2003), de colocar-se no lugar de cada vítima ou de cada réu.

¹⁵⁶Por fachada errada Goffman (2012a) entende uma pretensão pública de valor deslocada das possibilidades reais de imposição da mesma no jogo interacional.

engolfamento pessoalizado, de precariedade econômica, de pertença estigmatizada e de latentes vulnerabilidades em razão do engajamento quase que total das personalidades no jogo social de intensa co-presença.

Este capítulo, intitulado *A narrativa pública e dramática de reordenamento do social sob o argumento do sagrado mundano*, discutiu o empreendedorismo moral da Administração Pública, sob intensa pressão e provocação midiática, como intervenção civilizadora e moralizante sobre a pobreza urbana da cidade de João Pessoa. Enfatizou em especial os impactos produzidos no cotidiano dos moradores do Varjão/Rangel, contextualizando o surto de violência banal e cruel do crime de chacina ali ocorrido no histórico de violência do ano de 2009 e também da primeira década do século XXI, em que despontaram com enorme visibilidade novos formatos de criminalidade organizada e de violência difusa na malha urbana da cidade como um todo e em alguns bairros populares tidos como *perdidos para a violência*.

A presente discussão, nesse sentido, compreendeu dois vetores paralelos conjugados de intervenção urbana: a investida da Administração Pública municipal e estadual tanto como Política de Segurança Pública quanto como Política de Planejamento Urbano. Deste modo, o empreendedorismo moral da Administração Pública foi entendido como performance e discurso de pacificação de territórios urbanos e como intervenção urbanística no bairro do Varjão/Rangel e adjacências, ambas sintonizadas em uma leitura tácita e projetiva de transformação cognitivo-comportamental e moral-emocional da cultura emotiva e dos códigos de moralidade que, de acordo com o olhar estigmatizante da *cidade oficial*, não só explicam mas explicitam a situação poluente e contagiosa da pobreza urbana como *mancha* urbana.

A cruzada simbólica e a ofensiva civilizadora no âmbito da Segurança Pública marcaram uma ampla mobilização de efetivos policiais sobre a pobreza urbana articulada com a escandalização do discurso de pacificação dos bairros tidos como violentos e perigosos na classificação dos especialistas, peritos e autoridades públicas da cidade e, também, da mídia local; enquanto que no âmbito da Política de Planejamento Urbano a Administração Pública combinava esforços de urbanização, de embelezamento e de gentrificação de territórios degradados e de acomodação urbana de populações pobres em situações de precariedade e de vulnerabilidade.

Por fim, abordou-se o processo de judicialização do discurso midiático de surto descivilizador, de falência moral e de agência monstruosa, por parte da Justiça, como estratégia de apropriação moral e emocional da pobreza urbana no contexto de produção da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*. Ao abdicar de suas possibilidades de empreendimento moral e cruzada simbólica, a Justiça, de forma bastante atípica, enquanto complexo institucional vinculado à Administração Pública, comportou-se como uma instância legitimadora e amplificadora da narrativa midiática de *Chacina do Rangel*.

Este conjunto de empreendimentos morais da Administração Pública, - como *Política de Segurança Pública*, como *Política de Planejamento Urbano* e como *Judicialização da Narrativa Midiática de Chacina do Rangel*, - objetivou uma cruzada simbólica deveras eficaz de imposição pública do sagrado mundano como argumento moral de reordenação do social em situação de desordem cosmológica, em especial no bairro do Varjão/Rangel, mas, de forma geral, sobre a pobreza urbana da cidade de João Pessoa como um todo. Os anos de 2009 a 2012, nesse sentido, foram de intensa mobilização de recursos econômicos, administrativos e políticos no sentido da consecução de grandes projetos que abarcavam praticamente a totalidade da malha urbana da cidade, tendo o crime de chacina transformado em narrativa de falência civilizacional como janela de oportunidade para intervenções de maior envergadura.

Muito embora os projetos da Administração Pública tenham gerado enormes frustrações e quebras de confiança ao morador do Varjão/Rangel, cabe ressaltar que as transformações produzidas na fachada do bairro também geraram saldos positivos ao sentimento de autoconfiança e autorrespeito local, para além de críticas sarcásticas e de acusações públicas ao olhar estigmatizante e moralizante da *cidade oficial*. Diante da falência dos projetos de apropriação moral e emocional do cotidiano do bairro pelos empreendedores morais da cidade, - como no caso vergonhoso e extremamente visível de *Monumento à Paz*, já maculado previamente pela desastrosa falência do projeto de construção de uma *Capela ou Santuário em homenagem às vítimas da chacina* - os moradores do bairro paulatinamente se organizaram para a retomada do local do crime de chacina, ainda sob intensa liminaridade e assombramento, e para a produção de uma narrativa inversa, ressentida e irônica, de cruzada simbólica e empreendimento moral no formato de um *trauma cultural*. Este, com efeito, é o objeto da discussão do próximo e último capítulo.

3.7. A violência urbana banal e cruel sob a ótica dos moradores do Varjão/Rangel: Empreendedores morais de um *trauma cultural*

Ainda hoje se fala negativamente do bairro, quando na verdade não tem isso. Hoje já melhorou muito e o bairro agora tem tudo: até a gestão do prefeito Cícero Lucena (2005) o bairro crescia na raça do morador, que fazia as coisas ir para frente. Mas daí em diante o poder público, a prefeitura, botou a mão e não parou mais de crescer. (Trecho de entrevista semi-estruturada com Seu G., senhor de 55 anos, filho de moradores do Varjão/Rangel).

...de uns oito anos (de 2009) para cá é que o bairro ficou mais Rangel. Agora que tá mais bonito com ruas agitadas. De um tempo para cá ficou melhor e ficou mais civilizado. (Trecho de entrevista espontânea com M. L., moradora do bairro há 30 anos).

O umbigo do meu pai ainda hoje está enterrado na Rua Napoleão Laureano, na casa onde ele nasceu. Eu tenho paixão pelo Rangel. Como eu te falei, a gente quer ficar e morrer aqui, e quem sai quer voltar. (Trecho de entrevista semi-estruturada com V., jovem de 25 anos, filho e neto de moradores do Varjão/Rangel).

E essa pesquisa é... pra quê, jogador? (Conversa informal com A., 41 anos, morador do bairro desde sempre).

Este capítulo tem por objetivo analisar, da perspectiva dos moradores do Varjão/Rangel, os impactos e efeitos do enquadramento público, por parte dos empreendedores morais da cidade¹⁵⁷, do ato de violência banal e cruel entre iguais, ocorrido no dia 09 de julho de 2009 na Rua Oswaldo Lemos, conhecido como *Chacina do Rangel* no mundo emocional-moral e cognitivo-comportamental cotidiano do bairro. Do mesmo modo objetiva compreender como os moradores se engajaram, de forma quase sempre anônima e individual ou em pequenos grupos efêmeros, em um empreendimento moral de luta cotidiana pela recomposição da normalidade normativa do lugar, - para eles o bairro do *Rangel*, em oposição ao lugar *Varjão*.

Nesse sentido, a análise antropológica parte de relatos etnográficos sobre as fofocas e as conversas informais, os silêncios, os interditos, os comportamentos dos moradores em espaços públicos, e sobre a (re)apropriação moral e emocional dos lugares de encontro e de afirmação identitária do bairro. Assim como busca embasar-se nas apreensões, mediadas pela observação direta e pela convivência diária do pesquisador em campo, dos processos cotidianos de rememoração e de reorganização simbólica dos atores e agentes sociais moradores do Varjão/Rangel em relação às varias tentativas e investidas moralizantes, por parte de forças externas ao bairro, de seu lugar de pertença, de reconhecimento e de interação pessoalizada.

¹⁵⁷Ver a discussão sobre o conceito de *empreendedor moral* e o *empreendedorismo moral* daqueles atores e agentes sociais envolvidos na produção da narrativa da *Chacina do Rangel*, - *mídia local*, *Igreja Católica* e *Administração Pública*, - nos capítulos 4, 5 e 6 desta Tese.

A compreensão da postura ressentida e irônica que se desenvolveu no processo de recomposição moral da normalidade normativa do bairro aponta para a reiterada *equivocação*¹⁵⁸ (VIVEIROS DE CASTRO, 2004; WAGNER, 2010) na relação tensa entre uma cidade oficial que se pretende, e para tanto assim se inventa discursivamente, como moderna, e um bairro popular que luta por sua integração moral na fachada e no discurso público da cidade que o estigmatiza como lugar de falência e degradação moral. Nesse encontro tensional de perspectivas em disputas se inscreve a narrativa de *trauma cultural*, - ainda em suspenso, mesmo passados nove anos desde o ato de violência que chocou e envergonhou os moradores do Varjão/Rangel vistos desde o olhar moralizante da cidade de João Pessoa.

Por *trauma cultural* se compreende, em uma leitura crítica de Alexander (2003), não a construção ideológica e racional do passado a partir da rememoração de um evento de ruptura da normalidade normativa, - de modo que pudesse operar simbolicamente como argumento de acusação do outro e como de desculpa de si, - mas uma conformação moral e emocional cotidiana resiliente e reativa de cada morador do Varjão/Rangel em relação ao olhar estigmatizante da cidade. Esta conformação peculiar revela *modelos de ação* ou *ethos* (GEERTZ, 1978) pautados em gestos irônicos e *modelos de realidade* ou *visões de mundo* (Idem) articulados em perspectivas ressentidas sobre como a cidade oficial publicamente inventa (WAGNER, 2010) em linguagem própria o que concebe como o Varjão/Rangel, em tensão diametral, na forma de *equivocações* (VIVEIROS DE CASTRO, 2004), ao que os moradores do bairro buscam inventar sobre si mesmos enquanto formas de identificação e de pertença (BARBOSA, 2015).

A *equivocação*, enquanto assimetria comunicacional intencional, na relação entre *cidade estigmatizante e bairro estigmatizado*¹⁵⁹, que se reflete na *invenção* do Varjão/Rangel como lugar e experiência liminar ainda não de todo purificada de seus lugares moral e emocionalmente co-dependentes, mas excludentes, - muito embora não impeça a aproximação de atores e agentes sociais de dentro e de fora do bairro, impossibilita, na prática, os processos de *tradução*¹⁶⁰, em especial em termos moral e emocional, entre moradores do Varjão/Rangel e os empreendedores morais da cidade envolvidos na construção da narrativa da *Chacina do*

¹⁵⁸O conceito de *equivocação* enfatiza a alteridade como agência que produz mundos próprios, de modo que as fricções entre culturas se baseiam na afirmação de ontologias distintas, como todas as consequências aí implicadas. O conceito de *equivocações* foi apresentado e discutido na Introdução desta Tese.

¹⁵⁹Como anteriormente trabalhado no capítulo 1.

¹⁶⁰Ver a discussão sobre o conceito de *tradução* no capítulo introdutório.

Rangel. A impossibilidade de *tradução*, na ótica do morador do bairro, se expressa na *ironia ressentida* em relação ao *desvalor* que a cidade oficial lhe atribui, - como já discutido no capítulo 3, - imputando-lhe, por conseguinte, um déficit civilizatório somente compensado por empreendimentos morais e cruzadas simbólicas de pacificação, de higienização, de embelezamento, de reurbanização e de gentrificação para a moralização e civilização do seu cotidiano marcado pela pobreza urbana.

O Varjão/Rangel, assim, por ser um bairro moral e emocionalmente fraturado e de nominação dupla e dúbia, - uma oficial, o *Varjão*, negativa; outra oficiosa, o *Rangel*, positiva¹⁶¹ (BARBOSA, 2015), - foi rapidamente capturado pela cruzada simbólica que redundou na narrativa da *Chacina do Rangel* e nos seus consequentes empreendimentos morais, justamente pelo ressentimento já pré-existente na relação tensa e prenhe de equivocações entre a cidade de João Pessoa e o bairro oficiosamente *Rangel*. O *Rangel*, com a escandalização do ato banal e cruel da chacina então o lugar do *Monstro* e da *Chacina do Rangel*, passa a ser celeremente re-situado pelo discurso de apropriação moral como paradigma e exemplaridade de risco latente de surto descivilizador e, portanto, de necessidade de investimento público e político para a superação da liminaridade ali instalada, por um lado, bem como de intransigente vigilância sobre a pobreza geral da cidade como um todo, por outro lado, como já discutido nos capítulos anteriores desta Parte II.

A presente análise trata, nesse diapasão, de um esforço em entender a relação tensa de construção de moralidades e de imposição de condutas em relação aos usos morais de uma situação de *vergonha-desgraça* (SCHEFF, 1990) para empreendimentos morais de reconfiguração, real ou imaginária, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade de um lugar tido como problema e como problemático para a imagem oficial e pública da cidade e de si mesmo enquanto lugar e fachada coletiva civilizada. A *Chacina do Rangel*, - nesse contexto de *equivocações*, disjunções comunicacionais, *traduções* recusadas, desculpas e acusações ressentidas, - passou a ser apropriada pelo morador do Varjão/Rangel através do exercício irônico de desfiguração moral da *cidade oficial* de João Pessoa.

O capítulo, portanto, apresenta uma etnografia do cotidiano do Varjão/Rangel, atentando para como os efeitos moralizantes da cruzada moral e simbólica ou ofensiva civilizadora sobre a cultura emotiva do bairro, a partir do argumento da *Chacina do Rangel*

¹⁶¹ A nominação *Rangel* é produto de uma luta ainda em andamento dos moradores para restaurar a imagem pública do lugar, - tido como violento, em relação aos demais bairros e à cidade de João Pessoa, - como estratégia de inclusão e reconhecimento social enquanto bairro civilizado, “*bairro do amor*” e “*bom de viver*”.

como falência moral, provocou nos moradores a necessidade de afastarem-se da acusação pública produzida pelos empreendedores morais da *cidade oficial* de que o *Rangel* era um lugar de degradação moral e de incivilidade, ou seja, o palco interacional de um surto descivilizador resultante da ausência de elementos básicos para a convivência familiar e vicinal tida como moralmente aceitável: o que tornou possível a chacina e ambientou o lugar do *Monstro do Rangel*¹⁶². No empreendedorismo moral de recomposição da normalidade normativa do lugar por parte dos moradores do Varjão/Rangel, a tragédia da violência entre iguais assume um tom deveras apelativo, passadista e nostálgico em relação a afetos confiados, quebras de confiança e desafetos ironicamente digeridos nos processos corriqueiros de resistência (SCOTT, 1976; 1985; 1990; 2002) à ação moralizante dos empreendedores morais da cidade. Assim, afeto e desafeto, expectativas públicas e frustrações embalam as trocas materiais e simbólicas entre o Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa, encarada de forma ambivalente como fonte de reconhecimento e de promessas vazias, descumpridas ou somente parcialmente realizadas.

Os moradores do Varjão/Rangel se destacam, assim, como empreendedores morais de um *trauma cultural* para a reparação moral da normalidade normativa do lugar *Rangel* sob a ótica da cidade de João Pessoa. As transformações na paisagem humana e urbana do bairro desde o fatídico 09 de julho de 2009, quando se deu o crime de chacina, ocorrem em paralelo: como resultado de políticas públicas de planejamento urbano e segurança por parte da Administração Pública, por um lado; e, por outro lado, e principalmente, como um movimento autossustentado e autorreferente de investimento gradativo e silencioso no *Rangel* pelos e para os moradores.

Este movimento vem se esforçando na reorganização do bairro, o *Rangel*, como o lugar da tradição, da parentalidade extensa, do reconhecimento das amizades e, sobretudo, dos códigos de moralidade de um lugar de *bem*. Movimento este iniciado no final dos anos de

¹⁶²Ver, a esse respeito, a seguinte postagem feita no Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2011/08/01.png?x92016>): “Mais três espaços urbanos de convivência comunitária serão construídos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para o benefício da população da cidade. Nesta quarta-feira (24) será assinada, pelo prefeito Luciano Agra, a ordem de serviço para mais três praças: São Rafael (comunidade São Rafael, Castelo Branco), Praça da Juventude (Bairro das Indústrias) e Monumento à Paz (Rangel). A assinatura, que vai acontecer na comunidade São Rafael, às 16h, faz parte do pacote de serviços em comemoração aos 426 anos de João Pessoa”. Interessante notar, nesse sentido, os silêncios, as evitações e os interditos em relação à tragédia, enquanto elemento de vergonha desgraça (SCHEFF, 1990), e aos suportes materiais e simbólicos que a representam e evocam, como, por exemplo, o *Monumento à Paz*, que, - tal como discutido nos capítulos anteriores sobre o empreendedorismo moral da mídia local, da Igreja Católica e da Administração Pública, - deveria ter sido inaugurado no local exato do crime moralmente apropriado para os projetos públicos de intervenção moral no bairro.

1970 para a mudança do nome do bairro, - com relativo sucesso¹⁶³, - mas deixado em suspenso a partir da tragédia da chacina denominada de *Chacina do Rangel* pela mídia local e pelos demais empreendedores morais da cidade, em razão da *vergonha-desgraça* e do sentimento de *humilhação* que tomou conta dos moradores do bairro. A normalidade normativa do lugar *Rangel*, ainda que em um contexto de ressentimento irônico ou de ironia ressentida, vem sendo recomposta a partir do final do julgamento judicial dos autores da chacina, como um bairro *ordeiro e do amor*.

O Rangel é o bairro do amor

O bairro do Varjão/Rangel, - objeto da cruzada simbólica e dos diversos empreendimentos morais discutidos nos capítulos anteriores, - aparece, deste modo, também, como ator e agente social coletivo que busca impor projetos e reafirmar memórias próprias de um lugar de pertença. O bairro participa deste processo com uma narrativa pública e dramática própria, e em sentido inverso ao pretendido pela mídia local, pela Igreja Católica e pela Administração Pública. Ao assumir o discurso de uma cruzada moral fortemente moralizante que busca apropriar-se da pobreza como problema urbano e como questão de controle social, o esforço do morador, no sentido inverso ao dos empreendedores morais da *cidade oficial*, busca a afirmação de uma dignidade do bairro, enfatizando as fronteiras e hierarquias morais que separam os *bons* e os *maus*, o *morador de bem* e o *monstro social*, o *Rangel* e o *Varjão*.

O lugar *Varjão*, contudo, longe de ser definitivamente dissociado do momento presente dos palcos interacionais dos moradores do bairro, se estende moral e emocionalmente sempre mais além do horizonte do lugar *Rangel*, como uma sombra que se projeta para frente no tempo e no espaço, embaçando os projetos coletivos dos moradores e gerando o ressentimento em relação às sempre frustradas negociações entre bairro e cidade. As *equivocações* sobre os sentidos do lugar *Rangel*, assim, se mantem e se expressam na desconfiança, na vergonha e no medo do morador em revelar o bairro para estranhos.

Durante as comemorações dos 80 anos do bairro, realizadas na Praça da Amizade, os moradores, quando provocados pelo pesquisador, afirmavam que a nomeação do lugar como *Varjão* e/ou *Rangel* ainda é uma “...confusão mesmo... só quem entende são os políticos”. Nessa evasiva irônica os moradores buscavam proteger-se de possíveis olhares curiosos

¹⁶³Este sucesso está expresso nas linhas de ônibus identificadas como itinerário *Rangel*, em placas que identificam o lugar *Rangel*; e no imaginário do morador da cidade de João Pessoa, em que o lugar *Rangel* está consolidado como nomeação de um bairro da cidade.

externos e que viessem a comprometer ainda mais a fachada coletiva de representação do bairro como um *lugar de bem*.

E essa pesquisa é... pra quê, jogador?, foi uma das muitas tiradas irônicas passíveis de registro em diário de campo, por exemplo, quando da abordagem de moradores para a discussão do cotidiano do bairro: seus projetos coletivos, seus personagens de maior visibilidade, seus processos de construção identitária e, tema deveras *cabuloso* e sempre de difícil conversa, a *Chacina do Rangel*, o *Mata Sete*, as vítimas da chacina e os esforços de recomposição moral e emocional do Varjão/Rangel e da fachada coletiva do *Rangel*. O morador do bairro, tomado individualmente ou em suas associações vicinais cotidianas de encontros relativamente fugazes, aparece, aqui, como um empreendedor moral da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, mas de forma bastante diferenciada da performance da mídia local, da Igreja Católica e da Administração Pública.

O empreendedorismo moral dos moradores do Varjão/Rangel, por um lado, se caracteriza por ações individuais acêntricas, esporádicas e difusas. Estas ações rompem o silêncio habitual que recobre tabus e interditos, e são, porém, bastante incisivas, quando provocadas por um ator e agente social estranho que busque entender a perspectiva do bairro em relação ao escândalo de surto descivilizador e de falência moral imposto ao lugar pelos empreendedores morais da *cidade oficial*.

Quando alinhadas, estas ações individuais perfazem uma forte afirmação do lugar *Rangel*. Afirmação do lugar como merecedor de uma reputação positiva mesmo no contexto da pobreza urbana mais estigmatizada de João Pessoa. Seu G., antigo morador, nascido e criado no bairro, pontua a ambivalência, jamais resolvida, nas *equivocações* entre a *cidade oficial* e o *Rangel*. Por um lado tem-se a *cidade oficial* que fala *negativamente do bairro*, - o entrevistado refere-se à mídia local, - mas que também é o *Poder Público*, - aqui Seu G. refere-se à Administração Pública, - que *bota a mão* e faz o bairro crescer; por outro lado, contudo, tem-se o lugar *Rangel* que *cresce na raça do morador* e onde *na verdade não tem isso*. Nas palavras de Seu G.:

Ainda hoje se fala negativamente do bairro, quando na verdade não tem isso. Hoje já melhorou muito e o bairro agora tem tudo: até a gestão do prefeito Cícero Lucena (até 2005) o bairro crescia na raça do morador, que fazia as coisas ir para frente. Mas daí em diante o poder público, a prefeitura, botou a mão e não parou mais de crescer. (Trecho de entrevista semi-estruturada com Seu G., senhor de 55 anos, filho de moradores do Varjão/Rangel).

Acometidos pelo acentuado sentimento de vergonha-desgraça e de humilhação causado pela associação do nome *Rangel* ao ato perverso, cruel e banal, da chacina,

amplamente escandalizado e transformado pelos empreendedores morais da cidade de João Pessoa em narrativa moralizante de acusação, os moradores do bairro buscaram, desde que sentiram a denominação *Chacina do Rangel* enlamear o esforço coletivo de restauração da imagem do bairro através da imputação do nome *Rangel* à chacina, dissociá-lo da prática perversa de crueldade de um *monstro* nascido e criado entre eles. E, por conseguinte, os moradores buscaram associar a *Chacina do Rangel* ao lugar *Varjão*, que já era, em si, carregado moral e emocionalmente como signo de incivilidade e de violência.

Com essa leitura e organização reativa das memórias do lugar os moradores se posicionaram na cruzada moral instalada de moralização e de civilização das áreas de pobreza urbana, - tidas como lócus de práticas de violência, - e assim vêm se esforçando em demonstrar que nem toda pobreza deveria carregar esse estigma de incivilidade, de degradação moral e de *monstruosidade*. Como pode ser sentido nas palavras indignadas de Seu G.: *Ainda hoje se fala negativamente do bairro, quando na verdade não tem isso*. Ao mesmo tempo, estes moradores buscam retornar a sua luta de dignificação do bairro através da nomenclatura *Rangel*.

O empreendedorismo moral dos moradores se caracteriza, portanto, por outro lado, e, como já aludido acima, pela urdidura de uma narrativa de *trauma cultural* expressa de forma irônica e ressentida. O crime de chacina apropriado como *Chacina do Rangel* pelo olhar estigmatizante da cidade, então, é inversamente apropriado pelo morador, - desde o ato violento e suas consequências de intervenção no bairro, - enquanto elemento de escárnio, de deboche e de piada sobre as investidas frustradas e inconclusas da *cidade oficial*, como frisou, em conversa informal, Seu S., sobre a construção da Capela ou Santuário em homenagem às vítimas da chacina proposta pela mídia local e abençoada pela Igreja Católica:

Aí, galego, os moradores daqui de perto e de outros lugares da cidade também lá tudo esperando as quentinhas e o material de construção para trabalhar e fazer logo o Santuário, mas os homi não mandavam mais nada... e todo mundo no sol quente esperando o Samuka e nada... ficaram só olhando para a casa derrubada. (Conversa informal com Seu S., morador antigo, nascido e criado no Varjão/Rangel e vizinho do pesquisador).

Essa ironia ressentida vocalizada no deboche entre os próprios moradores do bairro não logra, contudo, suplantando o contexto de insatisfação e de desconforto próprios da cultura emotiva do bairro em respostas a problemas sociais localizados que ameaçam o esforço de demonstração do lugar *Rangel* como *bairro do amor*, sempre confundido com o lugar *Varjão*. No entanto, este empreendedorismo moral dos moradores circula como construção de autorrespeito e de autoconfiança, que se nutre para investimentos internos no bairro, - de modo a obter

reconhecimento próprio e dos empreendedores morais da cidade pelos esforços realizados, - mas, também, este empreendedorismo moral do bairro se organiza para a acusação da cidade como olhar estigmatizante e incapaz de cumprir promessas pública feitas no sentido de investimento sistemático no Varjão/Rangel.

Os moradores do Varjão/Rangel parecem contar, para as demandas mais imediatas do cotidiano, com um vereador na câmara municipal de João Pessoa: Chico do Sindicato, eleito pela primeira vez em 2012 com expressiva votação dos eleitores do Varjão/Rangel e do bairro do Cristo Redentor, e apoiado pelas lideranças populares e informais de ambos os bairros. Por lideranças populares informais se entende, aqui, os personagens destacados como moradores antigos, - donas de casa, pequenos comerciantes, autônomos e trabalhadores de pequenas oficinas de serviços múltiplos, - ou como agentes culturais e políticos que mobilizam a vida social do bairro, como, por exemplo, artistas de renome como a Vó Mera, educadores populares como o Dao Zapata, referências religiosas como Seu G. e V., empreendedores sociais e políticos como Seu G. P., - articulador de taxistas do bairro, - e, ainda, empreendedores econômicos como o Seu Bui do CAC, entre outros. Estes são alguns dos personagens do Varjão/Rangel que tomam à frente na articulação de arenas públicas informais de deliberação e produção de demandas políticas intra-bairro, cujo agregado de ações busca representar uma fachada de interesse comum do lugar *Rangel* em contraposição à ideia de *Varjão* que tende a ser confundida e imposta pelo olhar exterior da cidade sobre o bairro.

Estas lideranças populares informais, nesse sentido, projetam o lugar *Rangel* como cultura emotiva em busca de autoconfiança e de autorrespeito dos moradores *Rangel*, muito embora tenham dificuldade em estabelecer pontes com a Administração Pública (para os moradores o *Poder Público*) para a realização de melhorias, por eles mesmas projetadas, como de interesse comum do bairro. Como, por exemplo, - de acordo com notícia do jornal online PBAgora¹⁶⁴, de 01 de julho de 2016, - relata o antigo morador e vereador, Chico do Sindicato, personagem conhecido e respeitado para o diálogo entre a *cidade oficial* e o bairro:

O vereador revelou que vinha sendo cobrado constantemente por moradores e lideranças dos bairros do Cristo e Rangel, locais onde tem forte atuação... Chico do Sindicato diz que quando cobrava atuação da Prefeitura nesses bairros, não era atendido e voltava a ouvir promessas que não saíam do papel.

“...O prefeito não cumpre nada, não levou nenhum benefício para comunidades. No mercado do Rangel foram muitos compromissos assumidos e nenhum cumprido, até um vaso sanitário que os moradores pediram para o mercado não foi dado e eu resolvi...”, informou Chico.

¹⁶⁴Ver: <https://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20160701095353/vereador-chico-do-sindicato-rompe-com-cartaxo-e-anuncia-apoio-a-cida>.

Esta recusa da *cidade oficial* em reconhecer publicamente o Varjão/Rangel como lugar de pertença e como forma pública de identificação *Rangel*, ocorre, como visto acima, apesar de o bairro contar com um mínimo de representação política formal na cidade de João Pessoa. Nesse contexto em que a voz dos moradores se dispersa e os interesses difusos muito lentamente se aglutinam enquanto fofocas, rumores, desculpas e acusações, a ação coletiva organizada para a produção de interesses comuns e de benefícios públicos (OLSON, 2015) se fragmenta no exercício individualizado e ressentido de ironias direcionadas às autoridades públicas e demais empreendedores morais da cidade de João Pessoa.

O caso dos moradores do Varjão/Rangel, enquanto grande grupo disperso e arenas públicas informais de deliberação e produção de demandas políticas intrabairro, difere enormemente das possibilidades de ação coletiva organizada de um empreendedor moral como a mídia da cidade, a Igreja Católica e a Administração Pública. Estes empreendedores morais da *cidade oficial* são organizados em torno de grupos e interesses institucionalmente formatados e mais fáceis de comunicar para o público de João Pessoa na *forma mercadoria* (CARVALHO, 2013)¹⁶⁵.

O empreendimento moral dos moradores do Varjão/Rangel, por outro lado, é organizado através de estratégias de propagação de fofocas e rumores, de desculpas e acusações, assim como de esforços de evitação e de preservação da fachada. Comuns no cotidiano interacional de uma ordem social em estado de liminaridade, este empreendimento moral desponta no discurso do morador do Varjão/Rangel que utiliza do jogo moralizante do empreendedor moral da *cidade oficial* sobre o lugar da chacina, - mas não sobre o seu lugar de pertença, - para, a partir dele, poder estabelecer-se de volta na sua luta pela dignidade do lugar em que habita, o *Rangel*, dissociando-o do lugar da chacina. Assim, este morador participou ativamente, entre outros, das chamadas da mídia da cidade e de outros empreendedores morais para a limpeza simbólica do espaço onde ocorreu o crime de chacina, com a destruição da casa dos agressores, vista como demonizada, e com a purificação da casa das vítimas.

¹⁶⁵Por *forma mercadoria* se entende aqui a simetriação de forças sociais no sentido da produção cada vez mais estandardizada de objetos para o mercado de consumo massificado da economia de consumo industrial. É uma técnica amplamente dominada pelo folhetim barato do quiosque urbano, pelo blog sensacionalista de notícias e pelos programas policiais de TV e rádio da mídia local. Esta técnica também foi amplamente utilizada na narrativa pública e dramática de reordenação do social sob o argumento do sagrado religioso ou mundano, - tal como fizeram a Igreja Católica e a Administração Pública, respectivamente, com a formulação de discursos e práticas de captura moral do evento trágico da chacina como *Chacina do Rangel*.

O morador do Varjão/Rangel também aderiu à ideia de construção de um santuário ou capela no local da chacina, e, ainda, apresentou-se contra a sociedade civil posicionada contra a cotidianidade de tortura nos presídios da cidade, após a viralização de um vídeo em que agentes penitenciários torturam o agressor considerado como o autor principal da chacina, o Carlos José Soares de Lima (batizado pela mídia local de *Monstro do Rangel*). Seguindo em comitiva até o governador do Estado para solicitar a manutenção do diretor do presídio onde ocorrera a tortura do *Monstro do Rangel*, os moradores do Varjão/Rangel diziam que torturar foi pouco e que as autoridades públicas deveriam ter matado o assassino, o *demônio encarnado*.

Todas estas incursões no cenário político-social que se tornou a chacina tiveram por intenção a separação do lugar de pertença, onde moram; do espaço da chacina, lugar associado ao *mal* e à *maldade*. Os esforços dos moradores, nesse sentido, se afirmavam através da diferenciação ressentida e irônica entre os moradores do lugar *Rangel*, como gente de bem, e os moradores problemáticos do lugar *Varjão*, que mancham e sujam a fachada do bairro. Esta diferenciação replica internamente o olhar estigmatizante da cidade sobre o bairro, mas de forma inversa e como acusação de *equivocações*, haja vista que o que a cidade afirma ser o *Rangel* é, para os moradores, o *Varjão*.

A ironia aparece, em Goffman (1998), como uma modalidade de discurso que a um só tempo aproxima e afasta o sujeito de fala do evento crítico ou situação-limite que este relata. Trata-se de uma postura moral que combina o envolvimento crítico e o desengate oportuno de cadeias de interdependência conforme a os possíveis enquadres que esta venha a suscitar entre os relacionais.

No entender de Werneck (2015) a ironia é uma competência de atores e agentes reflexivos em situação crítica, mas também um dispositivo moral capaz de conciliar possibilidades de crítica a uma situação específica, sem, contudo, ocasionar rupturas na rotina dos atores e agentes sociais. A ironia, ou jocosidade, assim, faz parte do jogo oficioso e público de desculpas e acusações em um cenário tensional e ambíguo, onde *bons* e *maus* não se diferenciam facilmente (HUGHES, 2013), de modo que “a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando ainda assim, a colocação de algo [de uma situação dada] em questão” (WERNECK, 2015, p. 4).

O ressentimento, por sua vez, é uma experiência de rebaixamento moral acentuado, que remete a “um tempo repetitivo gerador de fantasmas e pensamentos hostis vividos na impotência” (ANSART-DOURLLEN, 2009, p. 351). O ator e agente social ressentido se

encontra em uma situação de engolfamento resultante de um trauma, injustiça, quebra de confiança e vergonha-desgraça que desorganiza simbólica e materialmente seu espaço de relações e, conseqüentemente, sua capacidade de narrar o passado e de projetar o futuro em conformidade com seus critérios próprios de definição da situação.

Nessa lógica de ação discriminadora, o morador do bairro do Varjão/Rangel buscou utilizar o discurso de estigmatização e de vergonha-desgraça de que o bairro foi acometido para um esforço de diferenciação entre o lugar da pertença e o lugar da chacina: o lugar do *morador de bem* do lugar do *monstro*, o lugar do *Rangel* do lugar do *Varjão*. A liminaridade, com isso, emerge do contexto situacional e interacional de relações em que o morador entra no jogo do empreendedor moral de intervenção civilizatória no bairro, mas direciona esta intervenção sobre o lugar da chacina, isto é, do *Varjão*, de modo a dissociá-lo da normalidade normativa do bairro do *Rangel*.

Trata-se, assim, de uma dinâmica pública de disputas morais em que a liminaridade aparece em seu aspecto duplo de vergonha-desgraça e de retorno à luta pela dignidade. Este jogo de desculpa de si e de acusação do outro foi construído em torno de uma narrativa de *trauma cultural* (ALEXANDER, 2004), aqui entendida como um empreendimento moral difuso e aparentemente anônimo, uma vez que se realiza no modo silencioso da fofoca, da acusação e da rejeição ressentida e irônica do agressor.

A narrativa de *trauma cultural* do morador do Varjão/Rangel, nesse sentido, denuncia ironicamente os momentos de quebra de confiança gerados pelos empreendedores morais da *cidade oficial* em suas investidas sobre o bairro enquanto recurso simbólico e material estratégico para a cidade¹⁶⁶. Elemento de ressentimento e medo para o morador do Varjão/Rangel, o lugar do crime, com todas as tentativas de apropriação simbólica e com todas as transformações inconclusas porque passou, permanece como *espacialidade* e *temporalidade* em suspenso e terrivelmente liminar: tanto aponta para uma possível retomada de intervenções no bairro por parte dos empreendedores morais de João Pessoa, quanto provoca o ressentimento irônico do morador que se viu frustrado ao confiar na ajuda da cidade para mobilizar-se por um projeto de reordenamento cosmológico e de recomposição moral do lugar *Rangel*. Atualmente, como será discutido em seguida, o local do crime foi

¹⁶⁶Nessa lista de promessas descumpridas, a credibilidade da mídia local e da Igreja Católica, por exemplo, foram severamente abaladas com a falência do *projeto oportunista* de construção de uma Capela ou Santuário dedicado às vítimas da chacina no local do crime; projeto este de certa forma retomado pela Administração Pública, - atualmente também desacreditada, - no esforço de construção de um Monumento à Paz, mas também jamais concluído. Ver os capítulos 5 e 6 dessa Tese.

transformado pelo morador do bairro no lugar *Pracinha*, um formato moral e emocional de apropriação inversa do empreendimento moral da *cidade oficial*, que quis torná-lo *Santuário* ou *Capela*, *Monumento à Paz* e *Praça da Paz* (todos estes projetos inconclusos, tal como visto nos capítulos anteriores).

A postura ressentida do morador do Varjão/Rangel em relação à *cidade oficial* é ainda potencializada pela proximidade temporal da experiência do trauma emocional e moral do crime banal e cruel de chacina entre iguais, transformado em espetáculo público e em narrativa dramática de apropriação moral e emocional da pobreza urbana. Sobre o dia do velório das vítimas fatais da chacina, G.F., um dos informantes-chave desta pesquisa, relatava que os caixões estavam todos abertos, - não se sabe se por negligência ou se por intenção de chocar ainda mais as pessoas que conheciam aqueles mortos, - de modo que via-se os corpos costurados e marcados pela violência, ao que os moradores do Varjão/Rangel e outros bairros presentes respondiam com gritos, choros, desmaios, em tétrico movimento compondo quase uma histeria coletiva (Ver Figura 21, p. 121).

A estas intensas irrupções emocionais da multidão de conhecidos em demonstração ritualizada da obrigatoriedade dos sentimentos coletivos (MAUSS, 1921), - simetrizadas pelas mobilizações dos moradores, a reboque dos empreendedores morais da *cidade oficial*, para a recomposição moral do lugar poluído pela tragédia, - seguiram-se os momentos de quebra de confiança, de frustração e de acúmulo de mágoas para os moradores do Varjão/Rangel. Este combinado de emoções negativas expressava-se como um mundo de liminaridade, - imposto pelo escândalo público reiteradamente vocalizado da *monstruosidade* do bairro por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial*, - e que se cristalizava, assim, por um lado, como vergonha-desgraça, silêncio, interdito e tabu, mas também na forma de acusação e de cáustica ironia como parte da cruzada simbólica difusa dos moradores do Varjão/Rangel sobre a narrativa da *cidade oficial* de *Chacina do Rangel* para a apropriação moral e emocional do bairro, - como afirmado acima na fala irônica e sarcástica de Seu S. sobre a frustração e quebra de confiança no abandono do projeto de construção da Capela em homenagem às vítimas da chacina, e que, tornou-se também objeto de rumores sobre uma suposta expropriação das doações voluntárias pela irmã da Divanise de Lima, a esposa chacinada grávida de filhos gêmeos.

Em breve passeio pela *Pracinha*, na Rua Oswaldo Lemos, por volta das 17h do dia 10 de outubro de 2017, foi possível perceber o quanto o local do crime, nesse sentido, permanece assombrado pelo silêncio magoado e desconfiado da vizinhança, configurando, ainda, um

interdito geográfico e simbólico que, para o visitante desavisado, inexplicavelmente se materializa na paisagem como bloco de concreto e mármore destoante de tudo mais ao redor. Da conversa com as crianças e adolescentes ali presentes sobre o significado e a história daquela construção *parada no meio do tempo*, registrou-se o seguinte:

Rapaz 1: Aqui fizeram por causa do *Mata Sete*!

Rapaz 2: Ia ser uma Capela.

Moça: Não quero que seja uma capela, não! Quero que fique assim mesmo para a gente brincar!

Rapaz 2: Ia! Vai mais não!

Moça: Mas faz de mais de um mês que um povo veio aqui com um bocado de gente para fazer gravações. Tinha um homem que falava no microfone e tudo: 'Aqui aconteceu uma tragédia...'.¹⁶⁷

Rapaz 1: Aqui quem começou a fazer foi o Samuka¹⁶⁷, mas parou.

Nesse ponto a conversa mudou da *Pracinha* para a dinâmica interacional sobre como as famílias envolvidas no crime de chacina passaram a se estranhar e ameaçar reciprocamente por causa de desentendimentos e rugas banais cotidianos, como o caso envolvendo a *disputa por uma galinha*, - e que foi exaustivamente scandalizado pela mídia local. E, ainda, o fato de que os vizinhos e a família chacinada diziam *muitas coisas* (ver o Processo Judicial da *Chacina do Rangel*) com o Carlos José (um dos autores da chacina), apesar de ser ele um rapaz trabalhador e que *não mexia com ninguém*.

Nessa ótica perspicaz do morador, portanto, a violência banal e cruel na forma de crime entre iguais que chocara a cidade e sujara ainda mais a fachada do já estigmatizado Varjão/Rangel, deveria ser compreendida desde a sua lógica interacional e suas gramáticas morais e emocionais específicas. Enquanto que a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, produto da ação de empreendedores morais da cidade sobre o bairro, - e dos quais faziam parte aquele *povo que veio aqui com um bocado de gente para fazer gravações*, - deveria ser compreendida como argumento moral para a intervenção simbólica e material, de reordenamento do social da perspectiva urbanística, comportamental e emocional no Varjão/Rangel.

O empreendimento moral de um *trauma cultural* como estratégia de recomposição moral do lugar poluído pela *Chacina do Rangel*, nesse sentido, operava enquanto denúncia irônica e ressentida do morador em relação à cruzada simbólica sobre o bairro por parte da cidade de João Pessoa. Os elementos centrais dessa narrativa de *trauma cultural* eram, assim,

¹⁶⁷Conhecido apresentador de programa televisivo sensacionalista sobre a violência cotidiana na cidade e que faz uso de sua popularidade para fins políticos.

a diferenciação entre o crime de chacina e a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, bem como as sucessivas quebras de confiança produzidas na ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana paradigmaticamente reconhecida nas sociabilidades, na cultura emotiva e nos códigos de moralidade do Varjão/Rangel¹⁶⁸.

Os moradores do Varjão/Rangel, nesse sentido, respondem à violência cotidiana, principalmente no formato de vulnerabilidades interacionais e de estigmas, com estratégias de resiliência, articuladas em posturas de evitação irônica e ressentida. Desta maneira buscam operar a manutenção e a preservar da fachada do bairro e de sua ordem moral no contexto dos medos corriqueiros (KOURY, 2005)¹⁶⁹ e da vergonha cotidiana (BARBOSA, 2015) em que esta se constrói.

O conceito de resiliência é aqui trabalhado de uma perspectiva da antropologia das emoções, possibilitando a análise da construção cotidiana de uma cultura emotiva enquanto jogo de tensões e conflitos. Jogos em que atores e agentes sociais produzem seus mundos simbólicos em disputas morais indeterminadas e traumáticas, sem, contudo, perderem um horizonte mínimo de continuidade e reprodução de suas práticas sociais e projetos individuais e coletivos no âmbito dos campos de possibilidades de suas relações.

Este termo busca sintetizar a capacidade do ator e agente social de se recobrar facilmente ou de se adaptar à má sorte, de superar obstáculos ou de resistir à pressão de situações adversas ou a mudanças traumáticas decorrentes de experiências de ruptura e quebra de confiança em seu cotidiano de normalidade normativa. A resiliência, com efeito, aponta para as competências do ator e agente social em lidar crítica e reflexivamente com suas memórias traumáticas e com seus projetos frustrados ou idealizados.

Deste modo, a resiliência aponta para o esforço individual e coletivo de negociação da situação, mesmo quando os custos emocionais são altos e as expectativas de realização são

¹⁶⁸Interessa enfatizar, assim, que o processo de apropriação moral da chacina pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, em seu primeiro momento, fazia menção ao *bairro do Rangel* como um dado meramente geográfico, como informação de um ponto do mapa da cidade onde ocorrera um crime particularmente violento e que fortemente transgredia a normalidade normativa e as exigências civilizatórias consensualmente aceitas pela cidade. Esse ponto no mapa, um lugar obscuro da sociabilidade urbana periférica de João Pessoa, apontava para uma situação que aglutinava a um só tempo a falência dos valores familiares publicamente defendidos, - isto expresso na destruição banal e cruel dos vínculos primários de confiança e confiabilidade entre vizinhos-irmãos que compartilhavam intensamente suas memórias, projetos, intimidades e destinos, - e, algo ainda mais assombroso e impactante para o homem comum, a segurança ontológica mesma no outro relacional em um contexto urbano já deveras caracterizado por uma forte cultura do medo e da violência difusa.

¹⁶⁹Os medos, corriqueiros quando conformam o cotidiano e o imaginário do homem comum, condicionam fortemente a estruturação dos projetos e identidades individuais e coletivos, apontando, enquanto emoção específica, para como se articulam a relação entre indivíduo e sociedade, a própria cultura emotiva e os códigos de moralidade de uma sociabilidade concreta.

baixas ou nenhuma. A ironia, a jocosidade e o sarcasmo figuram, assim, como formas elaboradas de deslocar-se em situações de engolfamento e vergonha-desgraça (SCHEFF, 2011 e 2013). Este deslocamento combina, portanto, duas estratégias de violência simbólica: a ironia e o ressentimento.

Figura 53 – Grafite na Praça da Amizade denuncia a violência difusa e o descaso da Administração Pública em relação ao Varjão/Rangel, chamando também atenção para o estigma que pesa sobre o bairro.



Fonte: Arquivos do GREM.

Em um conjunto de imagens produzidas em vários pontos do Varjão/Rangel, foi possível, nesse sentido, captar elementos da cultura emotiva irônica e ressentida de um bairro que luta por reconhecimento na cidade de João Pessoa. Expressões que modulam acusações

indiretas aos empreendedores morais locais, que *deveriam* cuidar do bairro, estas imagens compreendem facetas do empreendedorismo moral do morador do Varjão/Rangel.

Nas imagens captadas na *Praça da Amizade* (Figura 53, p. 353), ponto de encontro central para a sociabilidade de lazer dos moradores, o grafite chama a atenção para o descuido da Administração Pública em relação ao bairro, cotidianamente vivenciado nos projetos públicos inconclusos e na violência difusa, com mensagens como: “Isso é Rangel ou Síria?!”, “E a verba pública cadê?”, “Nesse mundo errado um monte paga de certo”, “Fogo nos racistas!!”.

Ainda nas proximidades da Praça da Amizade, na Avenida 02 de Fevereiro, corredor central do Varjão/Rangel no sentido Centro-Zona Sul de João Pessoa, uma mensagem de *GATO* (Figura 54, p. 354), personagem recorrente na cena juvenil do bairro, explora a indignação do morador do bairro em relação à violência difusa e à criminalidade organizada que faz uso do lugar *Rangel* em convivência com os empreendedores morais da *cidade oficial*: “Pra q essa guerra injusta. Quem trouxe as armas para os pobres sem estudo rouba se desespera”.

Figura 54 – Grafite na Avenida 02 de Fevereiro denuncia a violência difusa e a criminalidade organizada no Varjão/Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

Em paralelo a esta mensagem, chamou a atenção um grafite na Rua da Mata ou Rua São Geraldo (Figura 55, p. 355), um dos pontos mais precarizados do Varjão/Rangel e também considerado como uma das áreas de maior circulação de produtos ilícitos. A mensagem, nesse caso, é de afirmação dos grupos juvenis ligados a torcidas organizadas e

pequenas gangues, os *engraçadinhos* do bairro: “Em terra de Okaida o Flamengo reina! Paz – Liberdade - Fechado P.K. - OKD”.

Figura 55 – Grafite na Rua da Mata ou Rua São Geraldo com alusão a atividades de gangues juvenis ligadas a torcida de futebol e ao crime organizado, no Varjão/Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

A pobreza urbana, com efeito, vê-se a si mesmo, em muitos sentidos, a partir do olhar envergonhado e moralizante do empreendedor moral da *cidade oficial* que lhe qualifica como desvalor e como contexto interacional inverso ao da fachada que a cidade busca oficialmente performatizar. Deste modo, o morador se ressentido da possibilidade de vir a ser envergonhado e amedrontado a qualquer momento, mas, como se pode deduzir das mensagens em forma de pixo¹⁷⁰ e grafite, supracitadas, busca apropriar-se dessa situação de desvalor e estigma a partir de um discurso irônico de acusação dos empreendedores morais locais e de *trauma cultural* como condição da cultura emotiva do Varjão/Rangel.

Esta forma de colonizar moral e emocionalmente o lugar *Rangel*, assim, se estende até mesmo ao local do crime de chacina, elemento simbólico central para a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, de modo a transformá-lo na atual *Pracinha*. Ainda que permaneça na memória e nas classificações toponímicas do morador como lugar assombrado, como um lugar interdito e perpassado por silêncios e cuidados rituais, a *Pracinha* vem

¹⁷⁰Forma êmica para pixação.

paulatinamente sendo transformada em um lugar de encontros e jogos para o bairro e para a vizinhança imediata, em especial da Rua Oswaldo Lemos.

Na *Pracinha* foi possível observar, durante um café da manhã com os grupos de homens e de adolescentes que ali se reúnem espontaneamente nas primeiras horas do dia, a forma quase que catártica de expressão da jocosidade, do bullying e do ridículo entre iguais, gerados pelo desconforto do envolvimento engolfado e que devem ser continuamente administrados em uma comunidade de sofrimento (TURNER, 2013). Diferentemente de uma arena pública para debate e deliberação das definições de situação em relação a problemas locais, a *Pracinha*, nestes momentos etnografados, parece se configurar como um palco para performances jocosas de pequenas mágoas e ressentimentos entre os vizinhos, sendo estas habilmente transformadas, na alquimia simbólica das espertezas de cada um, em jogos ofensivos de desculpas e acusações ali mesmo tratados e, desde que se mantenham as regras interacionais tácitas, hermeticamente confinados.

De acordo com o registrado em diário de campo do dia 22 de setembro de 2017:

Sigo para a Praça da Paz, por volta das 5h da manhã. O dia está frio e nuvens anunciam chuva. Dois senhores, de mais ou menos 50 e 60 anos, um negro, outro branco, estão sentados na amurada leste da Praça. Eles distribuíram 03 gaiolas na amurada norte da construção: um azulão e dois passarinhos menores, provavelmente sibitos, animam as gaiolas. Ao notarem minha presença, imediatamente oferecem café. Eu agradeço e pergunto pelos passarinhos. ... “Aqui na Praça não tem passarinho mais não. Agora é tudo comprado na feira. No Mercado. Aqui já se acabou tudo”. Mais passarinheiros vão chegando à Praça. Um jovem sai de uma casa construída no local exato onde residia a família do Monstro do Rangel. Traz sua gaiola enfeitada e seu passarinho bem cuidado. O senhor negro, que brinca com uma tesoura, provoca o jovem, dirigindo-se ambigualmente ao passarinho e ao dono: “Esse aí é mais mimado do que eu! Para dormir tem até travesseiro!”. O outro senhor, prossegue em tom jocoso: “ Já fez a faxina da gaiola hoje, P.?” Nesse momento, um vaqueiro tange seu gado em direção à mata, para a área de pasto. O exercício de jocosidade prossegue: “Chega, F., tomar café!” “Preparamos um pão de queijo pra tu! Traz a malhadinha pra cá! Essa aí parece com A.” O grupo caiu na gargalhada. A minha presença parecia não mais incomodar. Comentei, então, que via a movimentação do gado desde a varanda do meu apartamento, na rua de cima. Um dos senhores virou-se e perguntou: “E você é de onde? O pai desse aqui é de Recife. Mas ele não sabe disso, não!” E gargalhou. O senhor negro movimentava a tesoura como se fosse um punhal, enquanto observava a aproximação de mais um membro do grupo, que gritou de longe: “Ele não sabe quem é o pai dele. Isso lá tem pai. Eu acho que o pai dele sou eu mesmo”. Era um jovem de meia idade, negro, muito alto e muito forte. Vestia bota e calça de trabalhador. Apertou violentamente a mão de cada pessoa que estava na praça. Alguém lhe perguntou: “Vai trabalhar hoje cedo, Negão?” E ele respondeu: “Vou não, é? Que pergunta de fresco do carai! Tu faz cada pergunta! Não tomou café ainda, foi?” Outro comentou: “O Negão acordou disposto! Também, só come batata. Tá igual ao cavalo de S. Se eu pudesse, tivesse dinheiro, colocava esse Negão no ringue”. E levantou-se, praticamente agarrando, de lado, o amigo que estava de pé, e performatizando uma luta de boxe em que ele dava socos na careca do Negão. “Eu queria ver esse Negão levando porrada, assim, na cabeça!” O senhor branco, que tudo observava, às gargalhadas, comentou: “Vocês dois tão comendo muito é cu de viado. A força do Negão é essa”. A chuva começava

a cair. Uma voz feminina chamava de longe um dos senhores para casa. O mesmo apressou-se em ir embora. E fez-se o comentário: “Cadê a bunda?” O senhor branco respondeu: “Ali o viado comeu faz tempo!” O vaqueiro também apressava-se para voltar para casa. O Negão lhe dirigiu a palavra: “Veio buscar o pão de queijo, F.?” E o outro respondeu: “Vai para tua casa, antes que a tua mulher se arrependa!”. E a resposta foi: “Eu vou, antes que a chuva me pegue!”.

Percebe-se, nesta cena, como a jocosidade entre iguais no contexto interacional de provocações que se tornou a *Pracinha* configura um exercício de testes de confiança no outro relacional e de confiabilidade nas fronteiras morais e emocionais dos vínculos engolfados de pessoalidade e de co-presença. Os moradores da Rua Oswaldo Lemos, como bons vizinhos que se conhecem desde sempre, e como passarinhos por diversão e assíduos frequentadores da *Pracinha*, performatizam, assim, a longa amizade, o compadrio soldado na partilha de destinos, a dádiva nas trocas solidárias de cada dia e a confiança recíproca na forma dramatizada e canhestra de ofensas morais normalmente intoleráveis, de acusações absurdas e de desfigurações caricaturais do outro.

A normalidade normativa, nesse sentido, é posta em suspenso, de modo a permitir que as vulnerabilidades da experiência enquadrada produzam virtualmente situações-limite e pontos de não retorno entre os interactantes, que se veem excepcionalmente emponderados a adentrar os mundos do silêncio, do interdito e do tabu, sem, contudo, terem que se ver aí implicados enquanto pessoas poluentes e perigosas para o fluxo normal de convivialidade. Trata-se, então, de uma forma jocosa de explorar as situações e os lugares liminares de desconfortos, mágoas e ressentimentos não resolvidos e potencialmente irresolvíveis nos parâmetros morais-emocionais e cognitivo-comportamentais operantes na cultura emotiva do Varjão/Rangel, isto porque os atores e agentes sociais ali presentes se permitem circunstancialmente situar em uma *temporalidade* (CAMPOS, 2013) de quebra do decoro que caracteriza as relações cotidianas mais formalizadas, ao passo que acentuam um movimento de hipercognitivização (LUTZ, 1986) da vergonha na forma do ridículo e do absurdo.

A *Pracinha*, com efeito, pode ser apontada como um dos mais importantes esforços do empreendedorismo moral e da cruzada simbólica do morador do bairro no sentido da recomposição da ordem cosmológica, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade do Varjão/Rangel enquanto lugar *Rangel*. Esta recomposição moral e emocional de um lugar de bem, desassombrado e digno, implica em um trabalho silencioso e de tempo longo de construção de memórias e emoções positivas cotidianamente comunicadas e reconhecidas como repertório comum de identificação e de pertença, de modo a trançar a lógica das

emoções, lugares e memórias ali reunidos em uma articulação simbólica que possa rivalizar com a narrativa pública e dramática da tragédia da chacina entre iguais.

Na prática, desassombrar o lugar *Rangel* da pecha estigmatizante que sofre e do abalo moral emocional porque vem passando desde o 09 de julho de 2009 tem significado, para o morador do Varjão/Rangel, trazer para o local mesmo de emergência da situação-limite de ira, raiva e violência fatal que foi a chacina, uma montagem interacional de vida ativa normal. Vida esta prenhe de memórias lúdicas e do prazer da convivibilidade entre iguais em um bairro ainda bastante verde e de muitas oportunidade de encontros para os amigos e para as famílias.

Cercado pela Mata do Buraquinho e banhado pelo Rio Jaguaribe, o cenário da violência banal e cruel (Ver Figura 56, p. 363) parece, assim, remeter o observador para um possível idílio nostálgico em que a pobreza urbana desponta como elemento pitoresco e exótico, e não como mancha poluente e perigosa que cobra da *cidade oficial* uma ofensiva civilizadora. A resistência cotidiana, enquanto cruzada simbólica de disputa moral do lugar *Rangel*, se expressa, nesse sentido, como o poder dos fracos em aparentemente adequar-se ritualmente àqueles que detem o poder (SCOTT; 1985; 1990; 2002), performatizando, entretanto, uma resistência informal e oficiosa, e supostamente passiva, em um contexto formal de acusação, de estigmatização e de exploração simbólica.

Figura 56 – Imagem da obra pública inconclusa do Monumento à Paz, transformada simbolicamente pelos moradores do Varjão/Rangel na *Pracinha*.



Fonte: Arquivos do GREM.

A Figura 56 (p. 358) revela o local exato do crime de chacina, onde se projetou inicialmente a construção do *Santuário* ou *Capela* em homenagem às vítimas fatais do ato de violência; em seguida se pretendeu a construção do *Monumento à Paz*; e, por fim, foi sancionado pela prefeitura municipal de João Pessoa projeto de lei que nomina o lugar como *Praça da Paz*. O mármore frio e nivelado das edificações inacabadas foi simbolicamente transformado, assim, na ação das crianças que se divertem com jogos e brincadeiras, no palco interacional acolhedor da *Pracinha*. Bem como os sinistros velários na extremidade norte da construção do projeto original da Administração Pública sob provocação da mídia local, - testemunhos mudos de um monumento megalomaniaco e distante da realidade do Varjão/Rangel, - se transformaram em providenciais mini-arquibancadas para as torcidas rivais de times inventados para a partida do momento: “...por isso é que fizeram já com esse espaço um do outro, ironiza um grupo de crianças ao ser provocado pela razão e funcionalidade de *bancos* tão altos e equidistantes no que parece ser uma *quadra de esporte*”.

Ato contínuo, porém, como que sabedores dos interesses do pesquisador, revelam um pouco das memórias assombradas que compõem o lastro moral e emocional do lugar:

Rapaz 1: Foi em 2012.

Rapaz 2: Foi, não. Foi em 2011.

Rapaz 1: Eu era vizinho da família que morreu. Eu brigava para brincar com os amigos que moravam ali. (Aponta em direção à margem do Rio Jaguaribe). A mãe deles morreu com dois filhos na barriga. E o pai trabalhava alie mesmo, do lado da casa... era cheio de gesso. Eles não vêm mais aqui. (Refere-se às vítimas sobreviventes, Priciano e Rian).

Moça: E ali morava a família que matou. (Aponta para a casa de tijolo, sem reboco, construída no local exato onde antes se erguia a casa da Carlos Jose e Edileuza Oliveira).

Rapaz 2. Ele era cego, o Mata Sete, chamavam um bocado de coisa com ele... *esse povo*.

Rapaz 1: Disseram que foi por causa de uma galinha. Mas você vai matar por causa de uma galinha? Ouxe! Que viagem do caramba! ...Nesse dia eu nem dormi, eu ouvi tudo e depois vi na televisão. Que viagem, meu irmão! Tudo isso por nada. ...Aí bem depois fizeram isso aqui. Era todo cercado, mas um vizinho veio e comprou, porque o pessoal da rua foi tirando a cerca que tinha de *alumínio* [placas comerciais de zinco] e abriu a *Pracinha*.

Um registro no diário de campo de 30 de abril de 2017 resume bem este sentimento de desvalor e envergonhamento habilmente manipulado pelo morador local, - como verificado no caso supracitado da *Pracinha* vivenciada cotidianamente como lugar ambivalente pelas suas memórias assombradas tensionadas pelas oportunidades de sociabilidade de lazer, - mas articulado, porém, com uma postura de resiliência. Em um breve discurso proferido de improviso para uma multidão de jovens que acompanhavam o seu show, em frente ao CAC

do Rangel¹⁷¹, no domingo anterior ao feriado do Dia do Trabalhador, assim se expressou um dos artistas do bairro, visivelmente emocionado: “*O Rangel é o bairro do carinho, do amor e do respeito... mas ninguém dá oportunidade*”.

O morador do Varjão/Rangel, assim, afirma publicamente o seu ressentimento como estratégia de acusação da cidade de João Pessoa. Ressentimento este expresso, não sem uma ironia velada, em relação às *equivocações* experienciadas no contato sempre assimétrico e estigmatizante com a *cidade oficial*, representada, na perspectiva nativa, pelos empreendedores morais locais diretamente envolvidos na cruzada simbólica da *Chacina do Rangel*.

Ressentimento e ironia na conformação atual da cultura emotiva do Varjão/Rangel após a *Chacina do Rangel*

Presentes nas falas ressentidas e irônicas de diversos moradores abordados ao longo da pesquisa, a atual conformação da cultura emotiva do Varjão/Rangel oscila, desde a perspectiva nativa, em um misto de orgulho e vergonha do e pelo bairro: lugar de reconhecimento e de pertença, mas também de sofrimento e estigma. Os moradores, nesse sentido, ressentem-se da *cidade oficial* e ironizam as ofensivas civilizadoras sempre incompletas e frustradas da mesma, ora reproduzindo-se como um ciclo vicioso e distópico de obras *deslocadas* e abandonadas *pela metade* e ora esvaindo-se em esforços moralizantes para tutelar a pobreza urbana e suas *teimosias* em não adequar-se a padrões de civilidade moderna e de desempenho econômico, quando, para os moradores, *o que falta é uma chance e reconhecimento do valor do Rangel*

Nessas *equivocações* entre *cidade oficial* e pobreza urbana, percebe-se, desde uma etnografia da cultura emotiva e dos códigos de moralidade do Varjão/Rangel, o quanto seus moradores sentem-se distantes e excluídos, em suas invenções e traduções cotidianas de si e da cidade em que buscam se integrar, da fachada oficial e dos projetos dos empreendedores morais da cidade de João Pessoa. Os moradores do Varjão/Rangel têm insistido em várias formas de investimento a médio e longo prazo no bairro, para além do fenômeno da apropriação moral e emocional do local do crime de chacina como *Pracinha* e da Praça da Amizade como recurso de afirmação pública do lugar *Rangel* através do *pixo* e de outras práticas de sociabilidade jovem e de lazer.

¹⁷¹Centro recreativo local e um dos símbolos da cultura emotiva e dos códigos de moralidade o Varjão/Rangel na cidade de João Pessoa.

Destacam-se, nesse sentido, os esforços na verticalização das moradias, - apesar da crise que afeta o setor de construção civil desde o ano de 2016, - como medida de proteção da unidade e da tradição familiar para as novas gerações, e a produção cultural na *forma mercadoria*, inclusive de personagens já nacionalmente conhecidos, com a marca *Rangel* para além das fronteiras territoriais e simbólicas do bairro. A estes empreendimentos morais difusos, mas extremamente potentes quando combinados, soma-se a cruzada simbólica solitária, mas realizada em interesse do lugar *Rangel*, do Administrador do Cemitério do Cristo, morador antigo nascido e criado no bairro¹⁷². A sua cruzada simbólica se configura no sentido de preservar formalmente a memória e um pouco da história das vítimas da chacina de forma minimamente digna para o bairro e para a cidade, invertendo, com efeito, o processo de profanação das vítimas da chacina pelo descaso dos empreendedores morais da *cidade oficial*.

O ano de 2018 se caracterizou por uma escalada da visibilidade da violência no bairro e, principalmente, sobre o Varjão/Rangel na mídia sensacionalista da cidade, com narrativas espetaculosas do tipo *Presidiário é o quinto membro de uma mesma família morto a tiros no bairro do Rangel, em João Pessoa* (PBHoje, Consultado em 12.03.2018)¹⁷³ e *Adolescentes são baleados no Rangel – Briga de Facção* (WSCOM, Consultado em 03.20.2018)¹⁷⁴, sugerindo ao público consumidor destas reportagens e notícias a sensação de perigo latente e contagioso para toda a cidade disseminado pela pobreza urbana. Este fato tornou-se desconfortável para os moradores do bairro, gerando enfrentamentos cotidianos em relação aos estigmas da *cidade oficial* que atravessam as sociabilidades locais, - em especial na forma de patrulhamento policial ostensivo. Os moradores se organizam como empreendedores morais de uma narrativa inversa de *trauma cultural*, então, a partir de formas ressentidas e irônicas de resistência, - como pode ser visto, por exemplo, no pixo “*Isso é Rangel ou Síria?*” (Ver Figura 53, p. 358), - no sentido de afirmar o lugar *Rangel*, - ainda fortemente associado à narrativa da *Chacina do Rangel*, via narrativas midiáticas de violência, criminalidade, perigo e degradação moral, - e de dissociá-lo da moralidade e da reputação do lugar *Varjão*.

Nesse sentido são explorados a seguir recortes de registros do diário de campo produzido ao longo da pesquisa e atualizados para a reflexão sobre os moradores do Varjão/Rangel como também empreendedores morais do *trauma cultural* da *Chacina do*

¹⁷²Este senhor se diz aparentado, conforme relatou ao pesquisador, com a família do Carlos José e da Edileuza, os autores do crime de chacina.

¹⁷³<http://www.pbhoje.com.br/noticias/41444/presidiario-e-o-quinto-membro-de-uma-mesma-familia-morto-a-tiros-no-bairro-do-rangel-em-joao-pessoa.html>.

¹⁷⁴<https://www.wscom.com.br/noticia/casal-de-adolescentes-e-baleado-por-pertencer-a-facao-rival-no-rangel/>.

Rangel e como cruzados simbólicos de moralidades, de estilos de vida e de emoções e memórias próprias de um lugar, que muito embora seja invisível para a *cidade oficial*, compõe o palco interacional central de suas existências. Estes recortes foram agrupados em torno de empreendimentos morais mais visíveis dos moradores do bairro: a *Pracinha*; as acusações públicas direcionada à cidade em forma de *pixo*; a verticalização das moradias para as novas gerações; a promoção de lideranças locais; e a ação do morador anônimo administrador do Cemitério do Cristo para a preservação da memória dos vitimados da chacina.

O Varjão/Rangel após a Chacina do Rangel na ótica nativa: moradores comuns e personagens públicos do lugar Rangel

Em tom de relatos etnográficos, discute-se, logo abaixo, a perspectiva nativa sobre o processo de ruptura e de recomposição moral da normalidade normativa do Varjão/Rangel desde a *Chacina do Rangel*. O material apresentado combina exercícios de observação direta realizados em passeios pelo bairro; conversas informais com vizinhos do pesquisador, - morador atípico em um residencial na Rua Rangel Travassos até os últimos dias de realização da pesquisa; entrevistas semi-estruturadas com moradores específicos, que se transformaram em interlocutores e informantes da pesquisa em tela, e documentos na forma de imagem e áudio (transcritos) colhidos em oportunidades diversas de construção da experiência de campo.

Atentou-se, assim, no uso deste material etnográfico produzido, para a sua pertinência em relação às questões relevantes e às hipóteses da pesquisa, de modo que os dados, às vezes cronologicamente equidistantes, são cruzados para compor argumentos, concluir cenas e classificar contextos que, de antemão, não poderiam ser compreendidos pelo pesquisador da forma como são então apresentados. Destacam-se, portanto, as entrevistas realizadas com o G.F, com o G.P. e sua esposa; com o V. e Seu G., bem como as conversas informais com o administrador do *Cemitério do Cristo* e com moradores frequentadores do *Centro de Referência da Juventude* do Varjão/Rangel; também as conversas informais com jovens e adultos passarinhos frequentadores assíduos da *Pracinha*; com a vizinhança do residencial em que o pesquisador esteve como morador atípico, e, por fim, com personagens da cena cotidiana do bairro.

O contexto pós-chacina na perspectiva de moradores antigos

O resultado da entrevista com o G.F., realizada em parte na base de pesquisa e em parte ao longo de um passeio pelo Varjão/Rangel, segue, aqui, na forma de relato etnográfico, pontuado também por outras falas de moradores que abordaram de forma semelhante ou contrária questões por ele aludidas. Estudante universitário da área de humanidades, G.F., de mais ou menos 30 anos, passou a maior parte de sua infância e a adolescência no bairro e ainda tem família no Varjão/Rangel. Reconhece o bairro como o seu lugar de pertença e de formação moral e emocional. Após nos encontramos no Restaurante Luar do Sertão, nos dirigimos para a base de pesquisa e residência fixa como pesquisador na Rua Rangel Travassos.

Atentando para o Processo Judicial referente à *Chacina do Rangel* (Processo N° 200.2009.023.125-5, locado no Fórum Criminal, Comarca de João Pessoa, 1° Tribunal do Júri – Chacina do Rangel) sobre a minha mesa de trabalho, G.F. pediu permissão para folhear os três volumes. Em circunstâncias anteriores já havíamos conversado sobre o crime de chacina, a narrativa moralizante da mídia local que o transformou em *Chacina do Rangel*, e a forma como esta narrativa impactou na vida cotidiana dos moradores do Varjão/Rangel que: resultou no policiamento ostensivo das ruas; na midiaticização dos personagens do bairro como possíveis *monstros*; na mobilização dos moradores para a construção de um santuário dedicado às vítimas no local exato do crime; além de todo o alvoroço causado em torno do velório e do sepultamento das vítimas, que ocorreram, respectivamente, na maior escola pública do bairro (Escola Dumerval Trigueiro) e no cemitério mais próximo (Cemitério do Cristo Redentor).

G.F. chamou inicialmente a minha atenção para o jogo de ofensas e desfigurações morais entre os membros da família que produziu o crime, - Carlos José Soares de Lima e Edileuza Oliveira -, e os membros da família vitimada, - principalmente o Moisés Soares Forte e o seu filho de onze anos Priciano Soares dos Santos, - como, de fato, ter sido este, em sede judicial, o argumento explicativo maior para a produção do surto de violência cruel que desde então marcara a memória do bairro. A questão alegada do roubo de uma galinha de propriedade do Carlos José (o *Monstro do Rangel* ou *Mata Sete*), enfatizou o G.F., foi amplamente escandalizada no bairro e em toda a cidade de João Pessoa¹⁷⁵.

¹⁷⁵Ver, nesse sentido, a descrição densa do crime de chacina, no capítulo 2, e a discussão sobre a produção dramática por parte da mídia local da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, no capítulo 4.

Curioso, ainda, no processo judicial, o entrevistado afirmou que, o que mais o impressionou, foram, entre outros aspectos, a celeridade com que ocorreram os procedimentos de acusação, de produção de provas, de intimação e de oitiva de testemunhas, o que ensejou uma série de lacunas na construção da narrativa judicial de *Chacina do Rangel*. Uma estrita observância do que a linguagem do processo tipifica como *mundo jurídico*, isto é, aquilo que as provas processuais legais permitem deduzir, teriam resultado em um processo judicial muito mais demorado. A celeridade para a conclusão do caso, - enfatizou o G.F., - deveu-se à narrativa midiática de escândalo que contagiou a população do Varjão/Rangel e da cidade em um clamor agressivo por *justiça*, entendida como destruição moral, e mesmo física, do *Monstro do Rangel*.

À época, com um pouco mais de vinte anos, e residente na Rua Magno Lopes, no bairro do Varjão/Rangel, G.F. conta ter acordado naquela manhã do dia 09 de julho de 2009 com o comentário de seu pai, ainda sob choque moral intenso, sobre “...a ocorrência de cinco assassinatos durante a madrugada ali na rua de baixo...”, a Rua Oswaldo Lemos. Imediatamente, de acordo com a sua narrativa, o G.F. associou a violência a um possível confronto entre policiais e os “...meninos das bocas ali do campo”. Lembra, nesse sentido, que chegou a interrogar ao pai: “Pegaram os meninos, pai?... Logo cinco!?” Mas, segundo ele, para a surpresa geral da família, que despertou assustada com o burburinho da Rua Oswaldo Lemos, tratava-se de um surto de violência entre famílias amigas, quase irmãs, e, não somente isso, o assassino era o “Ceguinho”, de acordo com o interlocutor, “...um cara pacato e trabalhador do bairro e que nunca incomodava a vizinhança”.

Sobre a reputação de Carlos José na Rua Oswaldo Lemos e na vizinhança, um dos antigos moradores do bairro¹⁷⁶ comentou comigo, em uma conversa sobre a chacina e sobre o personagem Carlos José e transformado em *Monstro do Rangel*:

Você sabia que ele era um rapaz direito, trabalhador, não tinha vícios, não mexia com ninguém? ...sempre morou ali, ele e a família! Mas o que ele fez! Eu acho que ele é um monstro mesmo.

Diferentemente da fala do G.F., - construída a partir da experiência pessoal próxima à situação limite que redundou na violência banal e cruel do crime de chacina entre iguais, - a fala deste antigo morador já aparece mais contaminada pelo discurso estigmatizante e inquisitorial da *cidade oficial*, que buscou na figura do monstro e no discurso da

¹⁷⁶Hoje residente na zona sul da cidade de João Pessoa, mas que mantém ainda vínculos de amizade no Varjão/Rangel.

monstruosidade a patologização psicologizante da pobreza urbana. Ainda nas palavras de G.F.:

Ceguinho era aquele cara que nunca revidava por nada, que não mexia com ninguém e não arrumava confusão. Não era de estar por aí aprontado. Aí de repente *Ceguinho* tinha matado cinco da mesma família. Ficou todo mundo sem entender. Depois disso ele já estava na televisão sendo chamado de Monstro do Rangel... Você viu quando ele foi torturado na prisão pelos policiais? E quando teve o velório das vítimas, aqui na escola do bairro, ali próximo ao mercado público, eu fui... Os caixões estavam abertos. Dava para ver tudo.

Nesse ponto interrompi a narrativa para perguntar se os corpos não haviam sido devidamente preparados para o velório. O G.F., que não somente apresentava as suas memórias sobre o ocorrido, como também folheava o Processo Judicial da *Chacina do Rangel* justamente na parte em que os laudos periciais elencavam os ferimentos mortais de cada vítima do crime de chacina, informou, então, que os corpos haviam sido “...só costurados...”, mas que era visível a violência praticada sobre cada um deles, principalmente sobre os corpos das crianças. A reação das pessoas que foram ao velório, “...o bairro em peso estava presente...”, e que formavam uma imensa fila para uma última homenagem aos mortos, “...era a de se espantar, de gritar e passar mal”.

Deixando a base de pesquisa e de volta à Rua Rangel Travassos, o G.F. identificou o quintal de uma das antigas casas em que morou com a sua família, e que no momento tinha parte do muro derrubada pelas chuvas. Ele comentou que, quando era morador da Rua Magno Lopes, a Rua Rangel Travassos, naquelas imediações, era um grande terreno baldio, sem calçamento, conhecido como *o campo*, lugar para uso de drogas ilícitas, para a recreação das crianças, dos adolescentes e dos jovens mais afeitos à rua e para a criação de animais, como ainda se podia ver cavalos e vacas nas proximidades do Rio Jaguaribe. Ali não havia sido construído, ainda, o prédio Novo Rumo (onde se localizava o apartamento base da pesquisa), como também muitas das casas atualmente presentes nem sequer eram projeto, àquela época. O que hoje era uma área densamente habitada, até o ano de 2011 era ainda um lugar bastante mal-afamado, em que confluíam várias *bocas de fumo*, e, como enfatizava sempre, para onde ele muito raramente ousava ir.

Chegando à Rua Oswaldo Lemos, G.F. e eu nos dirigimos à *Pracinha*, lugar onde deveria ter sido construído o *Monumento à Paz*. Bastante impressionado com as dimensões originais do *Monumento à Paz*, G.F. situou, sempre apontando, o local da casa da família vitimada na chacina e o local da casa da família dos agressores, onde atualmente se ergue uma construção idêntica, possivelmente propriedade de parentes. Este lugar, onde seria erguido o

monumento em forma de um quadrilátero maciço de piso de mármore murado em três lados, com duas pequenas arquibancadas pensadas como velário, tinha sido convertido na *Pracinha* para a recreação das crianças e adolescentes das ruas adjacentes, que ali iam brincar de *baleado* (queimada), futsal, empinar pipa ou simplesmente aproveitar o tempo livre com seus *fidget spinners* e em conversas; a *Pracinha*, todas as manhãs, entre às 5h e 6h, convertia-se em parada obrigatória dos passarinhos do Varjão/Rangel, que se aproveitavam daquele amplo terraço para a exposição de suas enormes gaiolas.

Comentei que a *Pracinha* era sempre um lugar bastante limpo, jamais utilizado para festas ou comemorações envolvendo o consumo de álcool, como costumava ocorrer na Rua Oswaldo Lemos, em que os vizinhos reuniam-se nos finais de semana e feriado literalmente no meio da rua e, ali, preparavam seus churrasquinhos, bebida gelada e assistiam a jogos de futebol ou ouviam música. Este gesto de respeito por parte dos moradores somava-se ao silêncio em relação ao crime da chacina, de modo que, para um desavisado qualquer, aquele bloco maciço de mármore emergia da terra como um enorme marca de um interdito, simbolizando um não lugar na extremidade norte do Varjão/Rangel.

As tentativas frustradas dos empreendedores morais da cidade *oficial*, - como a mídia local, a Administração Pública da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, e a Igreja Católica, - em assumir o controle simbólico do lugar de forma mais ampla, intervindo moral e emocionalmente a partir de um projeto que colaborasse com os anseios dos moradores do Varjão/Rangel de apropriação moral do lugar manchado pelo crime mediante uma narrativa de sacralização popular do mesmo, redundaram em sucessivas quebras de confiança e, por fim, da cristalização de uma postura ressentida e irônica do Varjão/Rangel em relação à cidade de João Pessoa. Feita esta observação ao G.F., ouvi dele a seguinte réplica:

Tens notícias de alguém daqui já ter dito ouvir choro de criança por perto do local do crime? Aqui perto dessa *Pracinha*? Imagina um morador passar aqui, dizer que viu um vulto, que ouviu um choro de criança e aí chamar a polícia! Já era! Bastava uma ligação e a polícia vinha até aqui e entrava nesse mato... Voltava o escândalo, tudo de novo”.

Com esta observação o G.F. chamava a minha atenção para o fato de a crise instaurada no bairro pela transgressão moral expressa no crime de chacina não ter sido ainda superada por um processo de correção e reintegração moral da normalidade normativa posta em xeque. O potencial da narrativa da *Chacina do Rangel* em gerar novos escândalos, para o Varjão/Rangel e para a cidade de João Pessoa, apontava para como este drama social (TURNER, 2008) permanecia em suspenso, pesando no cotidiano das relações dos moradores

do bairro e na forma como estes se enxergavam e se classificavam pelo olhar estigmatizante da cidade. Desse jeito, segundo o entrevistado, bastava um simples chamado de um morador e a polícia viria correndo. Fato este indicativo do quanto a *Chacina do Rangel* estava presente no imaginário da cidade, mesmo que na condição de *fantasmas*. E de quanto também ainda estavam presentes nos silêncios dos moradores em relação ao fato acontecido como uma espécie de tragédia moral e desordem cosmológica.

Este embate entre as traduções feitas pela *cidade oficial* e o bairro sobre definições de si e do outro e das situações em que se realizam as interações cotidianas, - exploradas aqui como *equivocações*, - por exemplo, - também apareceu de forma deveras interessante nos esforços dos moradores do Varjão/Rangel em lidar com o surto de microcefalia em bebês. Por volta de 2016 e 2017 este fenômeno era associado por agentes de saúde, em conversas informais com moradores, ao Zika vírus, de modo a convencê-los da importância do combate ao mosquito transmissor do vírus.

Os moradores, com efeito, não somente não se convenceram da teoria dos agentes de saúde, como também euforicamente debatiam entre si uma teoria nativa que associava a microcefalia a uma forma de doença moral, uma peste ou maldição, que se manifestava nos bebês de mães problemáticas no palco interacional cotidiano da vizinhança. No diário de campo do dia 18 de outubro de 2017, pude registrar, nesse sentido, a seguinte cena:

...me aproximo da Igreja do Espírito Santo de Deus da Fé e ouço a pregação bastante inflamada do pastor, que também esboça práticas corporais próprias da sua performance tomada “pelo espírito: “Repreende, Senhor! Repreende tudo isso nome do Teu Filho Amado! O Teu Filho que nos dá a Vitória, Senhor! Repreende tudo isso que tira a paz, que tira o sossego, que tira a alegria do nosso povo! Repreende e leva embora essas feitiçarias, essas bruxarias, essas fofocas, essas calúnias, esses mau olhados e esses mal-querer que enfraquecem a Fé do nosso povo, Senhor! Repreende em Nome do Teu Filho.

Assistiam à pregação, em sua maioria, mulheres, muitas das quais jovens mães com filhos nos braços, sendo alguns bebês portadores da microcefalia. Como no caso da *Pracinha*, lugar ainda assombrado por memórias interditas, é possível perceber, no caso de bebês com microcefalia, como as teorias nativas sobre *peste e maldição* em operação contextualizam os relacionamentos tóxicos e as consequências dos mesmos para a ecologia simbólica (BATESON, 2006) e social de ajuntamentos engolfados e pessoalizados no Varjão/Rangel. Estes contextos são exponencialmente complexificados conforme a *cidade oficial* e seus empreendedores morais buscam intervir no cotidiano dos moradores, no sentido de forçar transformações comportamentais em contradição com os imperativos cosmológicos da cultura emotiva local.

Ainda nesse diapasão, pude registrar, em diário de campo do dia 20 de novembro de 2018, uma breve conversa informal com um colega da área do Direito sobre o estado atual da minha pesquisa. Depois de comentar que, quando estudante, tivera ele a oportunidade de visitar um presídio e de ali trocar algumas palavras com o Carlos José, relatou:

É uma pessoa excelente (o Carlos José)... Ali, o que a mídia fez, foi um crime. Minha ex-esposa era a agente comunitária daquela família. Se a tivessem ouvido (as autoridades públicas), teriam evitado tudo, porque ela fez o perfil dele e da família dele (do Carlos José e da Edileuza). Ele é doente. Deveriam (as autoridades públicas) ter levado ele para uma casa de custódia. Ele trabalhava ali (na Rua Oswaldo Lemos) como gesseiro. A mãe dele tinha hanseníase, na perna, um vermelhão que ela tratava com esterco de galinha. Já pensou? Ela ia para o Posto de Saúde e era uma fedentina... Ali foi uma crueldade. O que aquele Samuka (conhecido apresentador de programas televisivos sensacionalistas na cidade de João Pessoa) fez... era para um bom advogado cobrar uma indenização gorda da TV Correio.

A fala deste informante chama a atenção para os significados íntimos da vida cotidiana das famílias envolvidas no crime de chacina que, - por mais alarmantes que pudessem parecer para o observador externo, - foram sistematicamente negligenciadas pelas instâncias sociais de controle da normalidade normativa do lugar. Para ele, quando a exacerbação processual das *vulnerabilidades interacionais* (GOFFMAN, 2012) entre o núcleo familiar de Carlos José e Edileuza e o núcleo familiar de Moisés Soares e Divanise atingiu um *ponto de não retorno* (ALBERONI, 1981) próprio de uma *situação-limite* (GOFFMAN, 2012a) e se consolidou como violência banal e cruel entre iguais, com efeito, a escandalização midiática do ato violento e a sua consequente transformação em narrativa pública e dramática foram prontamente postas em andamento.

Nesse diapasão, a notícia do jornal on-line brejo.com, do dia 17 de julho de 2010¹⁷⁷, comentava o processo de Júri Popular da *Chacina do Rangel*. Esta notícia enfatizava justamente as impressões que a agente de saúde Alvanise Lopes tinha de Carlos José enquanto morador do Varjão/Rangel. De acordo com a notícia, mais uma vez se afirmava a imagem de Carlos José como vizinho pacato e respeitador:

A agente de saúde da comunidade onde aconteceu a chacina, Alvanise Lopes, foi a segunda testemunha de defesa do casal. Ela disse que trabalha há dez anos no Bairro do Rangel e conhecia o casal acusado e a família vítima da chacina. Alvanise disse em depoimento que **Carlos José não era uma pessoa agressiva e que sempre tratou a mãe muito bem. Ela disse, ainda, que Carlos José costumava brincar com as crianças da comunidade e que não fumava nem usava drogas.** A agente de saúde disse também que soube por alto do crime e que Carlos José teria dado um cascudo em um dos filhos que foi morto.

¹⁷⁷Ver: <http://brejo.com/2010/09/17/chacina-do-rangel-casal-e-condenado-a-mais-de-100-anos-de-prisao/>, consultado em 03.04.2017.

Comentei, assim, em tom provocativo, com o G.F., - agora de volta ao passeio pelo bairro, - como me parecia praticamente impossível que tensões e animosidades crescentes entre vizinhos de longa data, criados e crescidos juntos, que se frequentavam assiduamente e que trabalhavam na mesma fabriqueta de gesso, simplesmente fossem ignoradas pelo olhar do outro próximo, e isto ainda mais em um contexto pessoalizado e engolfado de fofocas e rumores, de intensa co-presença e monitoramento recíproco, como o é a Rua Oswaldo Lemos e o próprio Varjão/Rangel. Como resposta, G.F. chamou a atenção para o constrangimento de cada um em intrometer-se diretamente na complexidade dos problemas do outro, assim como do *aperreio* que é a vida cotidiana de cada um, o que, de certa forma, tanto une os vizinhos em torno de fofocas, principalmente jocosas, sobre os possíveis desdobramentos de dificuldades que acontecem com algum morador em especial, quanto os separa dos demais pelo uso desta mesma fofoca como suposta cortina de privacidade sobre suas próprias angústias, medos, vergonhas e necessidades de ajuda.

G.F. e eu seguimos pela Rua Oswaldo Lemos, passando pelas suas casas e comércios populares de fachadas convidativas para a intensa pessoalidade da convivência vicinal: as portas e as janelas abertas, alguns moradores trabalhando na rua, crianças circulando pelos estreitos terraços, animais domésticos à vontade descansando nas calçadas. O G.F. admirou-se das criações de vaca leiteira e cavalo de carroça, que perduravam naquele micro-universo que mescla resquícios de um passado rural, bastante adaptado às exigências urbanas, nas proximidades do centro de João Pessoa.

Ele comentou, nesse sentido, que, quando adolescente, estivera nas proximidades da Rua Oswaldo Lemos para observar o abate de bois que eram realizados na outra margem do Rio Jaguaribe. Aquela área do bairro, assim, acomodava um número considerável de famílias que viviam dessas ocupações *braçais* bastante exigentes, de lida com animais e de coleta e venda de resíduos urbanos. Este, com efeito, era o caso do Carlos José Soares, o antigo *Ceguinho*, e agora *Monstro do Rangel*, sobre quem os vizinhos e conhecidos contavam ser uma pessoa bastante forte e disposta para *cortar uma grama, subir no coqueiro e tirar côco, fazer um gesso*.

Da Rua Oswaldo Lemos subimos a ladeira da Rua Magno Lopes. Na esquina, ainda um terreno baldio, pastavam alguns cavalos, desatrelados de suas carroças. Logo em seguida, à sombra de uma árvore, agrupavam-se crianças que logo perceberam nossa presença. Tomado de certo saudosismo, o G.F. apontou para as casas onde morara: uma delas tinha sido

demolidas, de modo que restava somente pedaços do alicerce em um grande terreno tomado pelo mato; a outra casa estava de fachada nova e parecia ter sido parcelada para sublocação.

Um morador, que transformara seu terraço em oficina mecânica e por ora desamassava a lateral de um carro, de pronto reconheceu o G.F., de maneira que entabularam diálogo:

- Voltou para cá?
- Não. Tô só vendo como as coisas estão. Tudo bem com o senhor?
- Tudo. E como tá o teu pai? Outro dia avistei ele na 14 (Rua 14 de Julho).
- Continua por lá!

Outro morador, que se preparava para sair de casa de bicicleta, também se dirigiu ao G.F. de forma semelhante. O G.F., então, comentou comigo: “Aqui ninguém passa despercebido. Todo mundo sabe das coisas”.

Chegamos mais adiante ao final da Rua Magno Lopes, e, ao entrar na Rua Vicente Cônego Pimentel, já bem próximo da Rua Rangel Travassos, em razão do traçado irregular das casas e do relevo acidentado do terreno, G.F. deixa para trás a breve cena de pessoalidade, reconhecimento mútuo e fachadas individuais engolfadas na fachada coletiva, que o confirmara como ainda morador afetivo do lugar, e retoma a narrativa de bairro perigoso e de reputação *monstruosa*:

Essa rua aqui, onde eu morei, ainda tem essa “boca”... Ali na esquina tem outra “boca” que é dos meus primos. Eles que botaram essa boca aí... E ali, aquela casa de primeiro andar, é de uma mulher casada com um traficante do Rio de Janeiro... Essa casa onde eu morei é da dona daquele mercadinho que virou depósito de gesso. O marido dela, Seu X., deixava pai estacionar a caminhonete carregada de mercadorias, que ele usava no trabalho, ali do lado do depósito dele, afirmando que ninguém mexeria em nada... Seu X. era respeitado por aqui. Ele matou o cunhado para poder casar com a irmã dele. Ele era perigoso, se você mexesse com ele.

A fala de G.F. apontava para como as imagens e discursos referentes ao bairro do Varjão/Rangel respondem fortemente ao olhar que a cidade de João Pessoa construiu sobre a pobreza urbana como elemento humano não civilizado e como paisagem de medo e evitação não integrada em uma suposta normalidade normativa da cidade. Ao mesmo tempo, revelava, desde o sentimento de um morador antigo, o quanto o cotidiano de relações e interações no bairro é mais complexo do que essas binarizações morais e emocionais usualmente articuladas para caracterizar contextos pessoalizados e de engajamento quase que total das personalidades em jogo intersubjetivo (LEWIS, 2018). O G.F., em sua fala, afirmava que todos os moradores trafegam com bastante domínio de suas performances entre o *legal* e o *ilegal*, o *oficial* e o *oficioso*, através de obrigações morais de parentesco e afinidade, ou mesmo de demandas por

proteção. Estes elementos resultam em processos bastante ambivalentes de integração social dos moradores nas redes intensas de pessoalidade local.

Como pesquisador interessado na compreensão das gramáticas morais e emocionais das sociabilidades urbanas do bairro¹⁷⁸ insisti no diálogo com o interlocutor, em referir-me ao bairro como Varjão/Rangel. Com isso, queria provocar o interlocutor na ênfase dada por mim ao processo de formação e organização daquela malha urbana em movimentos oficiais e oficiosos, isto é, de estigma por parte da cidade e de luta por reconhecimento por parte dos moradores do bairro. *Varjão*, a nomeação oficial do bairro, e *Rangel*, a nomeação oficiosa, assim, permaneciam como lugares móveis, a depender do discurso do morador e de suas necessidades de desidentificação e de evitação.

O G.F., nesse sentido, apesar de mostrar-se de acordo com a minha fala, acabou por reforçar uma narrativa bastante corrente entre os moradores sobre a história do bairro: este teria passado de *Varjão* para *Rangel*, de forma um tanto misteriosa, na década de 1970. E para tal passagem nebulosa teria contribuído a personagem Norma Rangel. Esta senhora, de acordo com vários relatos agora reforçados pelo informante, “...passeava a cavalo pelo bairro distribuindo terra, em forma de foro, para os moradores recém-chegados... [ao local, então *Varjão*]”. Essa figura de formato mítico, nas narrativas do G. F., é ainda lembrada no nome do *Residencial Norma Rangel*. Para outros interlocutores a família Rangel, além da senhora Norma Rangel, está presente nos nomes de várias ruas do bairro, inclusive na que se assenta a base desta pesquisa: a Rua Rangel Travassos.

A narrativa do G.F. se aproximava bastante, nesse sentido, do que pude registrar em conversa com o Seu G. e com o V. sobre a atuação da família Rangel no bairro, com enorme destaque para a personagem Norma Rangel. De acordo com o registro em diário de campo:

Neste ponto, o V. interrompeu a conversa para informar que a senhora Norma Rangel era a representante da família que mais se aproximava do bairro, inclusive visitando antigas amigas da Rua da Mata. Mas, acrescentou, tinha ouvido rumores de que ela teria morrido há pouco. Seu G. disse não saber confirmar a informação, porque a família Rangel agora estava mais afastada das pessoas do bairro, muito embora muita gente pagasse ainda pela “posse” dos seus terrenos.

A senhora Norma Rangel, de todo modo, explicou seu G., “era só a nora de um dos netos de Maria José Rangel Travassos, a quem os moradores queriam muito. Eu mesmo fui muitas vezes lá pagar a “posse” do terreno. Todo ano eu ia”. A presença simbólica da família Rangel, bastante evidente no nome de várias ruas do bairro (Rangel Travassos, Mourão Rangel, Souza Rangel, Romeu Rangel), e de um

¹⁷⁸ Bairro este tensionado pelo crime de chacina desencadeador de um drama social (TURNER, 2008) que atingiu toda a cidade de João Pessoa como narrativa moralizante que demanda processos de intervenção, ainda que suspensos, sobre a pobreza urbana localizada a partir do *bairro do Rangel*.

residencial construído pela família na Rua São Judas Tadeu (Residencial Normal Rangel), rivalizava somente com a presença dos Salesianos e dos Franciscanos, que os substituíram, e marcaram o ethos e a visão de mundo do morador do bairro, tal como se podia, também, verificar no nome das ruas (São Judas Tadeu, Bom Jesus, São Marcos, São Geraldo). (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de abril de 2016).

O *Varjão*, contudo, continuava a permanecer no *Rangel* enquanto elemento de acusação, não civilizado e perigoso, próximo à mata, ao rio, como o local onde reside a pobreza urbana mais gritantemente associada à sujeira e à degradação moral pela cidade e assumida pelos moradores do lugar *Rangel* como possibilidade de acusação do outro e desculpa de si. O *campo* e o local do *crime de Ceguinho*, - escandalizado pela mídia local como *Chacina do Rangel*, e assim assumido pela Igreja Católica e pela Administração Pública, - eram, nesse sentido, no sentir, no olhar e no dizer dos moradores, lugares do *Varjão*.

Essa dinâmica entre *Varjão* e *Rangel* como lugares, códigos de moralidade e culturas emotivas, superpostos, e em disputa de um mesmo território e do sentimento de pertença do morador, apareceu também na fala de G.F., ainda que de forma mais tímida, quando este se referiu às comunidades *Paturi*, *Paulo Afonso I* e *Paulo Afonso II*¹⁷⁹ como produtos de invasão do lugar *Rangel*. Argumentou, com efeito, que estas comunidades, de fato, se tratavam de favelas, de manchas urbanas que colaboravam para a desvalorização da fachada coletiva do bairro do *Rangel*.

Em tom conclusivo, o G.F. retomou diretamente o tema da *Chacina do Rangel*, ao afirmar que o escândalo em torno da chacina não chocara moral e emocionalmente o bairro por ter acontecido, na perspectiva nativa, no *Varjão*, e tampouco por ter envolvido pessoas em relação engolfada e de pobreza, mas por ter sido situada pela cidade, - sintetizando em sua fala a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, isto é, pelos empreendedores morais da *cidade oficial*, - no lugar *Rangel*. Deste modo, a narrativa pública e dramática da cidade associava os valores da família e da moralidade do bairro, que se pretendia um *lugar de bem*, ao modelo degradado da pobreza urbana da cidade de João Pessoa¹⁸⁰. A Figura 57 (p. 373) apresenta a trajetória do pesquisador pelo bairro em companhia do G.F.

¹⁷⁹Ver no capítulo 1 a apresentação dessas *comunidades* ou *aglomerados subnormais* no Varjão/Rangel.

¹⁸⁰Em visita à família do G.F. para a realização de entrevistas semi-estruturadas, busquei problematizar a questão da violência difusa e de traumas coletivos que houvessem marcado a memória dos moradores do Varjão/Rangel nos últimos 30 anos. Para minha surpresa, foram relatados diversos casos de acidentes fatais, violência policial e desentendimentos entre vizinhos que redundaram em mortes *feias*, mas em nenhum momento se falou na *Chacina do Rangel* até a provocação do pesquisador.

para o Varjão/Rangel; do que das ofensivas civilizadoras dos empreendedores morais da cidade no intuito de responder à narrativa estigmatizante da *Chacina do Rangel*.

Com efeito, nos últimos anos, segundo G.F e outros interlocutores, como V. e Seu G., “...até a crise política e econômica nacional que acabou no golpe que derrubou a Dilma...”, verificou-se um processo sistemático de verticalização e de aburguesamento de uma quantidade considerável de moradias do bairro. Este processo se deu com a construção de pequenos residenciais em formatos de vilas triplas ou quádruplas e de edifícios prédios sofisticados de três ou quatro andares¹⁸¹.

Figura 58 - Visão, desde a Rua 02 de Fevereiro, da construção do Residencial Príncipe do Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

A Figura 58 (p. 374), nesse sentido, mostra uma cena que havia se tornado e voltou timidamente a se tornar comum, no ano de 2018, no Varjão/Rangel: a realização de pequenas obras de construção civil projetada e conduzida por famílias do próprio bairro para a acomodação das novas gerações e, também, para o desfrute de um padrão de vida de classe média baixa em vias de consolidação. A construção registrada na Figura 58, batizada de

¹⁸¹Este processo, muito embora de forma mais lenta, tem sido retomado a partir do ano de 2018, com a finalização de várias obras que se encontravam suspensas, e o surgimento de novos projetos de construção de moradias populares.

Residencial Príncipe do Rangel, vem a ser emblemática¹⁸², entre os mais de vinte canteiros de construção já contados ao longo do bairro, justamente pelo seu porte e arrojo, - indicando um avanço na integração moral e econômica do Varjão/Rangel na cidade de João Pessoa, - mas, sobretudo, pela ousadia simbólica em afirmar publicamente o nome e o lugar *Rangel* de forma tão oportuna¹⁸³.

Este processo de verticalização das moradias como resultado da *raça do morador* que investe no Varjão/Rangel, afirmado por G.F. e por Seu G., mais uma vez convergem em falas de diferentes informantes e interlocutores, colhidas ao longo da pesquisa. Todas elas apontam para o sentimento ambivalente de vergonha e de orgulho do morador em relação ao seu lugar de pertença.

V., nesse sentido, associa o processo de verticalização ao desejo da nova geração, bastante esperançosa com o desenvolvimento social e econômico do Varjão/Rangel, em permanecer na zona de conforto do *Rangel*, de modo que, como ele relatou, “...esse processo de verticalização a gente vê nas famílias mesmo”. De acordo com registro do diário de campo:

V. contou ainda que observa de forma esperançosa o futuro do Rangel: a verticalização já em curso do bairro poderá garantir um lugar para ele e para os amigos que tiveram que sair momentaneamente do Rangel; a urbanização e a integração econômica de áreas antes abandonadas do bairro já garante uma maior qualidade de vida à atual geração de jovens do bairro, o que a geração do seu pai não pode experimentar. “Hoje tem linha de ônibus que leva para todo canto. E eu vejo os prédios sendo construídos no bairro todo”, disse.

“A gente quer morrer aqui mesmo. Se der, eu quero morar aqui... o problema é que a gente não mora sempre onde quer, mas onde tem o *cacau*. Minha noiva também é daqui, mas agora tá no Valentina. Mas eu já to vendo um primeiro andar aqui em casa, porque não quero sair”.

Ele conta que está cada vez mais difícil encontrar um lugar, ainda que provisório, no bairro: casas para vender ou alugar, quando são encontradas, subiram muito de preço. Muitos dos seus amigos que já casaram ou que já estão em idade de casar, assim como ele, hoje moram em bairros como Paratibe e Colinas do Sul, mas continuam freqüentando o Rangel, onde tem suas famílias e amigos.

Ao ser provocado pelo pesquisador sobre um possível processo de verticalização do bairro, V. responde afirmativamente. “Esse processo de verticalização a gente vê nas famílias mesmo, porque tem muita família de amigo meu fazendo primeiro andar na casa da família, porque os filhos e ninguém querem sair daqui, não. Como eu disse,

¹⁸²Esta obra, iniciada em finais do ano de 2015, sofreu o impacto da crise político-econômico-social brasileira e teve, assim, o ritmo de sua construção consideravelmente diminuído, e passou vários meses desativada. Isto afetou a venda dos apartamentos do imóvel, entregues, por fim, a partir do mês de abril de 2018. Ainda hoje mais da metade dos seus apartamentos se encontram disponíveis para a venda.

¹⁸³Este residencial se situa na Avenida 02 de Fevereiro, o mais importante corredor viário do bairro, de frente para a Praça da Amizade, também o maior espaço de lazer e de sociabilidade jovem à disposição do morador. Este residencial, ainda, compreende uma barreira física visual para a Comunidade *Paturi*, cuja entrada se localiza por trás do *Residencial Príncipe do Rangel*.

a gente quer ficar no bairro. Hoje eu vejo muitos prédios sendo feitos no bairro, mas também a verticalização é nas casas, porque a gente acha que é só com prédios”. (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de abril de 2016).

O mesmo desejo de permanecer no bairro de vínculos densos e de longa data, “...onde as pessoas se conhecem e onde tenho todo mundo e até meu umbigo enterrado...”, foi expresso pela senhora M. L., moradora do Varjão/Rangel há 30 anos. Em uma rara demonstração de abertura e confiança no pesquisador, esta senhora não somente revelou como buscou explicar o ambíguo e envergonhado significado íntimo da relação entre *Varjão* e *Rangel*, associando a chegada da *civilização* com a construção do lugar *Rangel*.

De acordo com a narrativa da senhora M.L.:

Aqui é um bairro muito familiar, onde as pessoas se conhecem... até fiado eu compro aqui. Outro dia fui no mercado e comprei laranjas faltando dois reais. Moro aqui vai fazer 48 anos. Tirei uma casa lá no Cidade Verde (loteamento planejado para famílias de baixa renda na zona sul da cidade de João Pessoa) e passei um tempo em Mangabeira, mas me senti isolada. Aqui tenho todo mundo e até meu umbigo enterrado. Quando cheguei aqui, vinda do meu interior, a luz ainda era de candeiro de querosene. Hoje eu tô aqui na Judas Tadeu, mas cheguei na Rua José Soares, que era um sítio com muita manga e essas coisas...

Hoje o bairro está bem bom, mas antigamente era mais feio e os ônibus demoravam é muito. Aqui é *Varjão*, mas é mais chique dizer *Rangel*. Eu mesma digo *Rangel*. Eu acho bonito *Rangel*. De uns oito anos (de 2009) para cá é que o bairro ficou mais *Rangel*. Agora que tá mais bonito com ruas agitadas. De um tempo para cá ficou melhor e ficou mais *civilizado*. (Trecho de entrevista espontânea com M. L., moradora do bairro há 30 anos).

As imagens da Figura 59 (p. 377), produzidas no ano de 2018, oferecem uma ligeira ideia das transformações urbanísticas da paisagem do bairro no que tange ao processo de verticalização e mesmo de aburguesamento de suas moradias. Erguidos por pequenas construtoras de moradores e ex-moradores, que permanecem como frequentadores e comerciantes, do Varjão/Rangel, estes edifícios de até quatro andares despontam cada vez mais como a nova tendência de organização da vizinhança de família extensa, e de compadres e amigos de infância: um apartamento em um destes edifícios construídos e habitados por amigos de infância e por parentelas extensas, com efeito, veio a ser a base de pesquisa. Do mesmo modo como ainda são, para os moradores de condição financeira mais baixa, as pequenas vilas formadas por uma casa tradicional alongada e seccionada lateralmente em vários lares geminados.

Figura 59 – Edifícios construídos e em construção, na Rua Rangel Travassos e na Rua Mourão Rangel, no processo de verticalização das moradias no Varjão/Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

O avanço da integração econômica do Varjão/Rangel na cidade de João Pessoa, - dissociada, porém, da integração moral e emocional tão ansiada pelos moradores, - pode ser

também observada, nesse processo de conclusão do campo de pesquisa, no repentino fechamento do *CAC do Rangel*. Nos rumores e fofocas que corriam e correm entre os moradores, fechava-se o *CAC do Rangel* para dar lugar a um empreendimento comercial de maior porte, e maior *dignidade*, para as atividades econômicas do pulsante centro comercial da Avenida 02 de Fevereiro.

Como narrou em tom jocoso o pai do G.F., seu G.P.¹⁸⁴, durante a entrevista semi-estruturada sobre a evolução urbana do bairro, o *CAC do Rangel*, atualmente ainda uma das referências simbólicas de maior potência do Varjão/Rangel na cidade enquanto danceteria e centro recreativo há muito gerido pelo conhecidíssimo e querido Biu do CAC, fora “...antigamente o prostíbulo popular *Minha Deusa...*”, local badalado e bastante conhecido na zona sul da cidade. Este passado ainda pesa na memória dos antigos moradores do Varjão/Rangel e da cidade, que associam o *CAC do Rangel* a uma moralidade violenta e perigosa das gangues juvenis. Herdeiro, portanto, da moralidade degradada, de devassidão, de boemia e de jogo do outrora *Minha Deusa* do antigo lugar *Varjão*.

De acordo com notícia de Jornal do PBHoje, de 16 de outubro de 2018, o *CAC do Rangel* fechava as portas para dar lugar à construção de um banco. A fonte dessa informação eram *internautas*, de modo que, mais do que qualquer elemento de veracidade, apontava para o desejo publicamente expresso dos moradores em ter no bairro uma agência bancária, pois, como pude registrar nas andanças e conversas pelo Varjão/Rangel: “Onde só tem casa lotérica é coisa de pobre!”

De acordo com a notícia (PBHoje, Consultado em 16.10.2018)¹⁸⁵:

Casas de show CAC do Rangel e Ponte Preta fecham às portas em João Pessoa

Duas casas de shows tradicionais da periferia de João Pessoa fecharam às portas. Uma delas foi demolida e outra deixou de realizar eventos.

O CAC do Rangel, no bairro do mesmo nome, foi demolido nesta terça-feira (16). No local, conforme internautas, será construído um banco.

A casa, que ficou conhecida como o slogan: “o CAC faz você dançar”, foi palco de apresentação de grandes artistas como Aldair Playboy, Gil Bala, Conde do Forró, entre outras atrações musicais.

¹⁸⁴ Senhor de seus 60 anos e também batizado com o nome que dera ao filho.

¹⁸⁵ Ver: <http://www.pbhoje.com.br/noticias/50584/casas-de-show-cac-do-rangel-e-ponte-preta-fecham-as-portas-em-joao-pessoa.html>.

Figura 60 – Imagem captura da notícia de jornal veiculada pelo PBHoje, de 16 de outubro de 2018. Essa imagem, que mostra o interior do CAC do Rangel, já em processo avançado de demolição (teto desfeito e estrutura interna demolida), circulou em vários grupos de WhatsApp de jovens do Varjão/Rangel.



Fonte: Arquivos do GREM.

Em diário de campo do dia 16 de outubro, pude registrar o sentimento ambíguo de vergonha e orgulho do morador, - ao ser provocado por um personagem externo à sua rede de confiança, - sobre suas possíveis ligações afetivas e experiências prazerosas no *CAC do Rangel*. Afirmações do tipo:

Oxe! Deus me livre! Nunca fui. Ali só dava o que não prestava;

Eu também não vou sentir falta nenhuma;

davam uma ideia do potencial de contágio do *CAC do Rangel* como lugar de vergonha e símbolo de desvalor da sociabilidade Varjão/Rangel sob o olhar estigmatizante da cidade de João Pessoa. De acordo com o registrado em diário de campo:

Passo pela Rua 02 de fevereiro, pela manhã, e vejo o CAC do Rangel sendo demolido. Paro, faço fotos e converso com o senhor da Banca de Jogos e Apostas:

- O CAC fechou? Ou estão em reformas?

- Biu do CAC vendeu o terreno.

- Ah! E vão construir o que aí?

- Não sabe ainda. Mas provavelmente será um residencial.

Durante almoço no Restaurante Chinês, próximo à Praça da Amizade, converso com o garçom sobre a demolição e fechamento do CAC do Rangel.

P. - Você frequentava o CAC. Ia ali?

G. - Oxe! Deus me livre! Nunca fui. Ali só dava o que não prestava.

P. - Ah! Mas você é daqui do bairro?

G. - Não. Eu sou ali de Mandacaru. Lá fechou a Ponte Preta.

P. - Faliu?

G. - É porque o dono abriu outro, do lado da Ponte Preta. Aí fechou. Agora o que abriu, tá construído, é grande. O dono é dono de quase tudo ali das 5 Bocas. Eles tem câmeras que pegam tudo ali que você imaginar e são donos daquele comércio tudo.

P. - Mas a Ponte Preta tinha alguma coisa a ver com o CAC.

G. - O CAC é de Biu. Fechou mesmo. Foi até bom.

Retorno às imediações do CAC, por volta das 15h, e converso rapidamente com o vendedor da loja de material de construção que fica de frente para a fachada já desfigurada do CAC:

- O CAC acabou mesmo?

- Acabou. Faz uma semana que estão tirando tudo.

- Só percebi hoje.

- É porque agora está desmontando a fachada. Mas Biu já tirou tudo de dentro.

- Ah! Ele vai abrir o CAC em outro lugar?

- Sei não. Ele não renovou o contrato, aí fechou agora.

- Como assim?

- Ele era dono só do CAC, porque o terreno é de uma senhora das antigas. Na verdade agora é de herdeiros: estão pedindo 1,5 milhões para dividir por 10, são 10 filhos. Quem brincou, brincou! Quem não brincou, não brinca mais! Não é seu Pedro? (Senhor que passava em frente à loja, com pressa, e que respondeu: “É. Quem foi, foi. Quem não foi, não vai mais. Mas eu mesmo não vou sentir falta nenhuma disso aí!”)

- Eu também não vou sentir falta nenhuma. (DIÁRIO DE CAMPO, 16 de outubro de 2018).

Tal qual a notícia supracitada, falava-se muito vagamente do que viria ocupar aquele espaço tão central no cotidiano do bairro, talvez um banco ou mesmo um residencial de maior porte e que representasse os novos tempos de um *Rangel* mais visível e valorizado como parte da fachada da *cidade oficial*. Para todos os efeitos, contudo, do *CAC do Rangel* restava somente os escombros e uma fachada envergonhada desfigurada, como mostram as Figuras 60 e 61 (p. 379 e 380).

Figura 61 – Imagem da fachada do CAC do Rangel em processo de demolição.



Fonte: Arquivos do GREM.

Assim que o *CAC do Rangel*, - enquanto recurso técnico-social que possibilitara a construção de vários personagens artísticos do *Rangel* para toda João Pessoa, - deveria ceder espaço, na paisagem urbana, mas, sobretudo, afetiva do bairro, para um estabelecimento comercial de respeito e prestígio. O quanto isto significava uma perda de referências morais e emocionais para o Varjão/Rangel, principalmente para o jovem pobre urbano que organizava sua vida em torno das possibilidades locais de sociabilidade de lazer, fica mais evidente em um desabafo jocoso e anônimo de um frequentador assíduo do *CAC do Rangel*, cuja performance foi registrada em áudio e exaustivamente compartilhada nos grupos de WhatsApp.

Apresentado ao pesquisador por um jovem que tinha avós no *Rangel* e que, “...somente por isso frequentava...” o bairro, e que, também somente por isso, chegou a visitar o “...*CAC do Rangel*, mas só uma única vez, - porque Se você mexesse com qualquer ali, já era queimação. Muita alma sebosa ia tirar onda no CAC. Dá pra mim não!”, - segue abaixo a transcrição do material:

Bicho, agora a crise afetou demais, pô! A gente tem que fazer alguma coisa nessa política! Olha aonde chegou a crise, pô: no CAC do Rangel, pô! Quem é a gente, pô, agora, no dia de domingo, no *virote*? É o único lugar do mundo, *bicho*, que todo mundo ia, era o CAC do Range! Cerveja a *doi real*, pô! As *bichinhas* com a *suvaqueira* que pega até em boneca de plástico... O *caba* passa o dia todin bebendo, fedendo, o *caba* ia *po* CAC. Lá o cara botava um *kit de rum montilla com a coca* e as *bichinhas* já chegava *dançano* perto do *caba*, parecia uma cobra na areia quente... Como é que pode, meu irmão, um negócio *desse*? Olha pa essa imagem (refere-se à imagem da Figura 60), pô! Quem foi ali sabe! Dá vontade de chorar, pô! (Suspiro profundo.) Era o melhor lugar do mundo, pô! As *sapatãozinha* tudo se beijando, depois beijava o *caba*... O *cara* botava um *kitizin* daquele de vodka, pô, com a fanta laranja, sabor *caganêra*... Era as *nega* tudo rindo para a cara do *cara*, pô, dançando com o *caba*, que era uma dança exclusiva: aquela dança que bota a mão por *trái* do pescoço do *caba* e fica se requebrando até o chão, pô! Os *caba* *atrái* de matar o *caba*, o *caba* querendo fugir... Era o único lugar do mundo que todo mundo dava certo, era ali, pô! O *caba* *pegava* as *bichinhas*, beijava na boca... Ninguém tinha crise, não, pô! Olha agora aonde chegou a crise, pô: no CAC do Rangel, pô! *Vamo* fazer um abaixo-assinado... *vamo* fazer alguma coisa, pô, o mundo tá se acabando! É foda, pô, é foda!

Percebe-se, assim, nessa descrição densa, a dinâmica interacional dos jovens no *CAC do Rangel*, e o quanto aquele espaço materializava um metarrelato simbólico das sociabilidades de lazer do Varjão/Rangel como um todo, mas também das hierarquias, posições sociais e códigos de moralidade do bairro. Para ali acudiam os jovens moradores como personagens estilizados de uma pobreza urbana envergonhada, mas em luta por reconhecimento e afirmação de seus próprios códigos de conduta e comportamento. Local em que performatizavam práticas corporais, formas de se vestir, musicalidades e danças, jogos de sedução e valentia, - alguns até redundando, às vezes, em atritos com feridos e mortos, -

próprios do estilo de vida de uma pobreza urbana contemporâneas, mas ainda capaz de se articular em torno de tradições, memórias e temporalidades próprias.

No *CAC do Rangel*, o jovem morador se mostrava, portanto, como agente reflexivo e criativo da cultura emotiva densa, tensa e ambivalente do Varjão/Rangel, em pleno domínio de uma antiguidade de memórias afetivas e de signos de pertença, de modo que, apesar das acusações estigmatizantes, sentia-se à vontade e valorizado naquele espaço. A demolição do *CAC do Rangel*, em síntese, trouxe à discussão cotidiana entre os moradores, por estas razões, os riscos e perigos do avanço da integração econômica, mas não moral e emocional, do bairro às exigências da *cidade oficial*.

Um pedido de desculpas à cidade pelo “...rapaz que fez aquela coisa lá!”

Até o momento foram abordados e discutidos os empreendimentos morais mais visíveis da cruzada simbólica cotidiana e descentralizada dos moradores do Varjão/Rangel pela apropriação moral e emocional de seu lugar biográfico de pertença e reconhecimento. Lugar este que se quer consolidar publicamente como *Rangel*, um *bairro pobre e cheio de problemas, como qualquer um, mas de famílias e pessoas de bem*.

A *Pracinha*, na Rua Oswaldo Lemos, nesse sentido, destaca-se pela articulação, em um processo de longo prazo, de uma estratégia de retomada da normalidade normativa do local do crime mediante a inversão dos sentidos ali coercitivamente impostos pela mídia da cidade, pela Igreja Católica e pela Administração Pública; enquanto que o *pixo*, na Praça da Amizade e em ruas adjacentes, busca publicizar a voz difusa, de acusação ressentida e irônica dos moradores em relação ao olhar estigmatizante da cidade, mas afirmando também o estilo de vida *Rangel* da pobreza urbana no carinho demonstrado por personagens culturais que “...venceram sem deixar o *Rangel* e sem deixar de ser do *Rangel*...”, como, por exemplo, a Vó Mera.

A *verticalização das moradias* do bairro, por fim, é entendida pela perspectiva nativa como um voto de confiança das novas gerações na continuidade da cultura emotiva e das memórias do lugar *Rangel*, - cujo valor intrínseco, apesar de ignorado pela *cidade oficial*, é preservado na conformação das curvas de vida e dos projetos de cada morador. Ainda que de modo ambivalente, em razão das mudanças imprevistas que impactam e redefinem a paisagem urbana e humana do bairro, como no caso surpreendente de demolição do *CAC do Rangel*, a verticalização das moradias é uma demonstração de que o bairro *cresce na raça do morador*.

Esse *crescer na raça* demonstra uma estratégia de empreendimento moral silencioso e, em muitos aspectos, também solitário e sem maiores estardalhaços publicitários por parte dos moradores. O *crescer na raça* é visto e sentido em sua ambiguidade a cada retomada e recaracterização dos lugares significativos para a conformação de uma moral considerada digna e depositada no nome e lugar *Rangel*: trata-se de autoconfiança e autorrespeito em fazer cotidianamente o bairro.

Mas pode também ser, por exemplo, identificado na maneira como os restos mortais das vítimas fatais do crime de chacina vêm sendo tratadas pelo administrador do Cemitério do Cristo, Seu E., homem aparentado com a esposa do Carlos José, a Edileuza de Oliveira. Após o traumático velório das vítimas, - marcado pelo intenso choque moral e emocional dos populares ante a cena humilhantemente empática de *corpos costurados* de toda uma família sem vida exposta, - seguiu-se o cortejo público e solene, acompanhado por autoridades do município de João Pessoa e do Estado da Paraíba, para o enterro das mesmas, em cova rasa, e sem nenhuma identificação especial.

Cabe ressaltar, ainda, que os líderes religiosos do Varjão/Rangel, - bairro de intensa presença de igrejas católicas (04 paróquias), de templos evangélicos e casas de oração (pelos menos 20 diferentes denominações) e de terreiros (pelo menos 02), - não oficiaram qualquer cerimônia ou ato religioso naquele momento de despedida traumática. Tampouco o fizeram as autoridades religiosas da cidade, seja durante o velório, seja no momento do enterro.

Nesse contexto de desrespeito e de humilhação, - somente circunstancialmente minimizado pelo clima de catarse, escândalo e espetacularização em que se viam imersos os populares, principalmente os moradores do Varjão/Rangel, nos dias imediatamente após a chacina, - o Cemitério do Cristo assumia a responsabilidade formal pelos corpos mortos. A história natural normal desses elementos, ato contínuo, seria a de posterior esquecimento público, - como nos casos anônimos dos tantos túmulos rotatórios e das tantas ossadas abandonadas, - e, quiçá, de possível aproveitamento para causos e contos preservados na memória afetiva popular; não fosse, entretanto, o empreendimento moral de Seu E., enquanto morador do Varjão/Rangel e administrador do Cemitério do Cristo desde o ano de 2016.

Segue abaixo o que pude registrar, em diário de campo, da breve conversa informal com Seu E.:

Ida ao cemitério do Cristo, de forma espontânea, depois de seguir de carro pela Rua Leonel Pinto de Abre, no sentido zona sul da cidade, no dia 13 de março de 2018.

Na entrada do cemitério, uma senhora mira o vazio, agarrada com o portão. Entro com o carro e estaciono. De imediato pergunto a essa senhora onde fica a cova ou o

jazigo das vítimas da *Chacina do Rangel*. Ela, aparentemente chocada, responde: “Eu não sei, não! Eu acho que é para lá. Para aqueles lados. Mas eles já foram arrancados”. Até o presente momento eu tinha conhecimento de que os corpos das vítimas da chacina haviam sido enterrados em *terra limpa*, mas aquela informação sobre uma possível transferência dos restos mortais era totalmente nova. Uma segunda senhora, também parte do pessoal da administração do cemitério, juntou-se à conversa e completou a fala anterior: “Eles foram enterrados para lá. Ficaram por ali”. Apontou, contudo, da direção oposto da primeira senhora. “É o povo da chacina. Mas não estão ali enterrados mais não. Já foram levados”. Pergunto, então, de modo que ambas as senhoras possam ouvir, para onde os restos mortais foram lavados, e a informação é a de que esta resposta deveria ser buscada diretamente na Administração do Cemitério.

Dirijo-me à administração e lá me deparo com Seu Emílio, o administrador do Cemitério do Cristo, cargo assumido por indicação política. Sentado atrás de sua mesa de trabalho, acompanhado por um colega de trabalho. Pergunto discretamente pela localização dos restos mortais das vítimas da *chacina que teve no bairro*. Ele mostra-se interessado, aponta para uma placa fúnebre e responde: “Eles já estão no ossário, porque já faz mais de oito anos que foram enterrados. Eles estavam enterrados em covas rotatórias. Aí foram exumados e agora estão no ossário. Estão no ossário 661. Essa placa eu mesmo que fiz para eles. Foi o que pude fazer. Gastei com material e tudo, mas é o mínimo, né? Eu estava já para levar a placa e chumbar no ossário, evitando que os restos mortais fossem atirados na vala comum”. Seu Emílio disse ainda que ele mesmo fizera a doação do espaço no ossário, que teria lhe custado uma quantia razoável. Da mesma forma que ele também fizera a placa com os nomes de cada vítima da chacina, inclusive os que estavam ainda na *barriça da mãe*.

Feitas estas considerações sobre a situação atual, Seu Emílio convidou-me para acompanhá-lo até o ossário 661. Enquanto caminhávamos, rapidamente apresentou-se: tinha, então, 49 anos, e nascera e se criara no Rangel, onde sempre vivera; morava próximo ao local do crime de chacina e era casado com uma prima em segundo grau *daquele rapaz que fez aquela coisa lá*; comentou, ainda, que há um ano e meio trabalhava na gestão do Cemitério do Cristo e que, para tanto, *rebola* para manter 2 mil túmulos, 5 mil covas rotatórias e 9 mil ossadas abandonadas. Não fosse seu esforço pessoal, afirmou seu Emílio, “...pela consideração que tenho com a família vitimada e pelo que devo como aparentado do agressor, as vítimas dessa *chacina aí* já estariam todas misturadas com as demais ossadas”.

Ao chegarmos à altura do ossário 661, Seu Emílio colocou a placa fúnebre sobre a parede do ossário, performatizando a inauguração pública e formal da sua homenagem. E, em tom de discurso, disse: “Agora eles podem descansar *mais* em paz, eternamente. Minha ideia era fazer aqui um pequeno *santuário*, mas a gente não tem espaço para poder fazer isso. Eu fiz o que eu podia fazer. E se os *meninos* (referia-se às vítimas sobreviventes do crime de chacina) chegarem aqui para pedir a certidão do ossário, eu assino e dou no mesmo dia”. Perguntei, nesse sentido, se ele sabia de notícias dos *meninos* (Rian e Priciano), obtendo a seguinte resposta: “Já estão grandão, tudo grande. Um deles já tem quase 20 anos. O tempo voa depressa demais. Nesses dias vai fazer 10 anos. Agora em junho já faz 09 anos (desde o dia do crime de chacina). Esse aqui (o cemitério) é o caminho final de nós todos”.

No caminho de volta para a Administração do Cemitério, Seu Emílio pergunta se tenho algum vínculo com a Paróquia local. Respondo que tenho interesses puramente acadêmicos em estudar o caso trágico da chacina e, não sem um ar de desapontamento por parte do Seu Emílio, nos despedimos.

Destaca-se, na fala ressentida de Seu E., a humilhação resultante da quebra de confiança e do descaso dos empreendedores morais da *cidade oficial*, - a mídia local, a Igreja Católica e a Administração Pública, envolvidos diretamente na construção da narrativa

pública e dramática da *Chacina do Rangel*, - tanto em relação à memória das vítimas fatais da chacina, que, não fosse por ele, *já estariam todas misturadas com as demais ossadas*; quanto em relação à reputação, ainda assombrada, do lugar *Rangel*. Nesse sentido, Seu E. exhibe, em um misto de vergonha e orgulho e de ironia ressentida, a placa fúnebre por ele confeccionada (Ver Figura 62): “Gastei com material e tudo, mas é o mínimo, né?”; [da mesma forma que desabafa]: “Minha ideia era fazer aqui um pequeno santuário, mas a gente não tem espaço para poder fazer isso. Eu fiz o que eu podia fazer”.

Figura 62 – Placa fúnebre em homenagem às vítimas fatais do crime de chacina, confeccionada com recursos privados pelo Seu E., então administrador do Cemitério do Cristo. À esquerda vê-se a placa fúnebre na sala de administração do cemitério, enquanto que, à direita, a placa fúnebre encontra-se na posição de seu futuro chumbamento no ossário 661.



Fonte: Arquivos do GREM.

Esta pequena ação solitária e anônima de empreendimento moral difuso, assim, reveste-se da esperança de vir a ter impactos significativos em toda a cidade de João Pessoa enquanto cruzada simbólica de apropriação moral e emocional da *Chacina do Rangel* como *trauma cultural* que pertence à trajetória coletiva dos moradores do Varjão/Rangel. *Trauma cultural* ainda suspenso e cujo desenlace provoca os sentimentos machucados dos moradores, tal como o Seu E., que, - por não poder articular um empreendimento moral sistemático de vocalização pública da sua insatisfação e do seu desconforto em face dos riscos de profanação dos restos mortais das vítimas da chacina, - se sente em profunda dívida moral com o bairro do Varjão/Rangel e com a cidade de João Pessoa.

Nesse sentido, o projeto, ainda que individual e não publicizado, de um *pequeno santuário* dedicado às vítimas da chacina defronte ao *Ossário 661*, devidamente identificado com o nome de cada membro da família assassinada, aparece com todo o seu potencial de ameaça e acusação ressentida à ofensiva civilizadora frustrada dos empreendedores morais cidade de João Pessoa sobre o bairro¹⁸⁶; de modo análogo à fala do G.F. sobre o assombramento que ainda paira sobre a *Pracinha*, - abordada acima, - quando ele maliciosamente especulava:

Imagina um morador passar aqui, dizer que viu um vulto, que ouviu um choro de criança e aí chamar a polícia! Já era! Bastava uma ligação e a polícia vinha até aqui e entreva nesse mato... Voltava o escândalo tudo de novo!

O ressentimento do morador em relação à *cidade oficial*, assim, é um elemento da cultura emotiva do bairro que pode sair dos controles tácitos cotidianos a qualquer momento, excedendo as raias da ironia jocosa e exigindo reparações, mesmo que difusamente direcionadas, aos danos causados à reputação do lugar *Rangel* pela narrativa estigmatizante da *Chacina do Rangel*.

Um bairro envergonhado e orgulhoso de si em luta por reconhecimento

Na ambivalência complexa de um sentimento de vergonha e orgulho pelo bairro e sua história de intensa convivialidade e partilha de destinos, o empreendedorismo moral dos moradores do Varjão/Rangel se organiza também como busca de afirmação de uma memória feliz de um lugar de brincadeiras, jogos e arte, para além das violências e carências, poluições e contágios associados à pobreza urbana pelo discurso oficial da cidade. Munidos, assim, de uma narrativa quase ufanista e que se vale oportunamente de recursos estratégicos de cegueira diplomática e de segregação de informações (GOFFMAN, 2010; 2012; 2012a), este empreendedorismo moral em torno do lugar *Rangel* se articula para a reorganização simbólica da toponímia, das trajetórias históricas, dos personagens públicos, dos costumes e etiquetas do bairro.

Esse amplo projeto de reorganização dos sentidos do lugar, - tão ansiado pelo morador comum, de modo a poder performatizar um orgulho público, ainda que melindrosamente administrado, em relação ao lugar *Rangel*, - encontra respaldo na ação de personagens

¹⁸⁶Nos momentos finais da conversa com Seu E., o mesmo demonstrou enorme interesse em saber se o pesquisador tinha alguma vinculação orgânica com a paróquia do bairro. Frustrado pela resposta negativa, Seu E. afirmou que *ainda sonhava com a benção da Igreja Católica ao ser projeto de preservação da memória das vítimas e quem sabe, da construção de um pequeno santuário local*. Isto, para Seu E., era não somente uma forma de ganhar o apoio financeiro e político da Igreja Católica, como também o de se desculpar pela sua parentalidade com a esposa do Carlos José.

destacados no âmbito das artes e da cultura popular e que, assim, tornaram-se referências simbólicas e lideranças comunitárias do Varjão/Rangel. As trajetórias de Vó Mera, - mestra cirandeira e coquista, que atingiu fama e reconhecimento nacional depois de apresentar-se, entre outros, em uma novela da Rede Globo de Televisão¹⁸⁷, - e de Dao Zapata, - mestre de capoeira e de batucada, - impactam positivamente, nesse sentido, na promoção de uma fachada coletiva do lugar *Rangel* pautada na exploração de expressões da cultura emotiva local passíveis de serem comunicadas e até mesmo comercializadas em uma *forma mercadoria* mais acessível à *cidade oficial* de João Pessoa e aos chamados grupos alternativos que vem descobrindo o Varjão/Rangel como recurso político de *resistência cultural*.

A personagem Vó Mera, nesse sentido, tem se consolidado como um símbolo desse lugar *Rangel* que, - mediante os usos ambíguos *dos efeitos de estranhamento e de entorpecimento da arte* (CARVALHO, 2013), - se expande como projeto cada vez mais consciente das novas gerações de moradores e como marcador público e cada vez mais visível de novas etiquetas e de novos modos de enfrentamento das *equivocações* entre a *cidade oficial* e a pobreza urbana. Com efeito, a personagem Vó Mera tem fortalecido sua atuação no Varjão/Rangel através do uso sistemático das redes sociais, - onde conecta uma rede virtual de apoiadores conhecidos como as *netinhas da Vó Mera*, - e de uma base fixa conhecida como *Casa de Cultura Vó Mera*, na Avenida José Soares, no Varjão/Rangel, para reuniões, festas e exposições de objetos.

Recentemente, Vó Mera foi condecorada com a Ordem de Mérito Cultural e com o título de Mestre das Artes. Essas façanhas foram amplamente divulgadas nas redes sociais, gerando comentários na página de facebook da Vó Mera do tipo:

Vó Mera, rainha negra mestra coquista paraibana absoluta, aguardando ser agraciada na Ordem Do Mérito Cultural 2018!

Com indicação da Secult-PB, a mestra cirandeira Vó Mera recebeu na noite de ontem (28), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), a Ordem de Mérito Cultural, concedido pelo Ministério da Cultura. Outras 34 personalidades e instituições também foram agraciados com a honraria, a exemplo de Eva Wilma, Milton Gonçalves, Museu de Arte Moderna do Rio e de São Paulo, entre outros. Em junho deste ano, @vo.mera foi contemplada com o título de “Mestre das Artes”, através da Lei Canhoto da Paraíba.

E que foram respondidos da seguinte forma pela personagem referência da cultura popular do *Rangel* e uma das mais antigas moradoras ainda vivas do bairro:

¹⁸⁷De acordo com informações do site <http://www.paraibacriativa.com.br/artista/vo-mera/> sobre a atuação da Vó Mera em rede nacional de televisão: “Em 2016, fez uma participação especial na novela Velho Chico, da Rede Globo, onde interpretou uma parteira”.

Meus amores! Estou passando para dizer da minha felicidade sem tamanho de ter sido agraciada com a condecoração da Ordem do Mérito Cultural de 2018. Agradecer e agradecer cada netinha e netinho que estava presente aqui comigo de alma ou de corpo, muito obrigado Paraíba e João Pessoa amadas!

Em evento cultural financiado pela Administração Pública e conduzido pelos moradores, - no ano de 2015, no Centro de Referência da Juventude do *Rangel*, - denominado *Museu do Patrimônio Vivo da Cidade de João Pessoa*, Vô Mera e Dao Zapata, além de outros artistas locais, abriram cerimonialmente uma exposição sobre a história do Varjão/Rangel e de seus personagens destacados pelo trabalho cotidiano de *engrandecimento* do bairro (Ver Figura 63, p. 392). Aí foram expostos personagens de longa data, - muitos já como uma forma de homenagem póstuma, - que, como donas de casa, feirantes, chaveiros, artistas populares e lideranças religiosas e políticas, fizeram a história do *Rangel*.

Figura 63 - Imagens da abertura da exposição Museu Patrimônio Vivo da Cidade de João Pessoa, realizada pelo Governo do Estado no Centro de Referência da Juventude do Rangel, em 2015. À esquerda vê-se, por trás do grupo de espectadores, a fantasia do Urso do Rangel; à esquerda, em primeiro plano, vê-se a Vô Mera e o Dao Zapata em performance artística.



Fonte: Arquivos do GREM.

Provoca a sensibilidade do observador externo, contudo, o cuidado com a evitação da nomeação oficial do bairro, *Varjão*, na performatização da fachada cultural e das memórias de um bairro feliz e lugar de pessoas de bem. De acordo com o banner principal de apresentação do Varjão/Rangel, nesse sentido, até mesmo a tradicional *Ladeira do Varjão*, era, - em um ato mágico de ocultação oportuna do estigma *Varjão*, - transformada na *Ladeira do Rangel*; e mesmo a transformação social do lugar, de antigo sítio rural para comunidade popular, já é simbolicamente sugerida como parte do processo genético do *Rangel*:

Entre o Jardim Botânico e o Rio Jaguaribe, na Zona Oeste da cidade de João Pessoa, encontramos o **bairro do Rangel**, área urbana de relevo acentuado atravessada por **ladeiras** como a famosa “**Ladeira do Rangel**”. Nascido de um sítio rural, o **Rangel** atualmente é um lugar de rica diversidade de **memórias** e **atividades** desenvolvidas por grupos e famílias de moradores.

O bairro apresenta muitos marcos referenciais onde a população pode vivenciar coletivamente momentos de lazer a exemplo da **Praça da Amizade**, do **Mercado** e do entorno da **Capelinha de Belém**. São esses os espaços preferidos para a organização de práticas esportivas como manobras de skate e de diferentes formas de expressão como capoeira, cirandas e cocos de roda.

No carnaval, o bairro é contagiado por agremiações que rememoram apresentações de rua como as **Tribos Indígenas**, **Orquestras de Frevo** e as **célebres Alas Ursas** (Urso Panda, Urso Amigo Batucada, Urso Canibal e Urso Polar).

Muitos **lugares sagrados pontilham o chão do Rangel**, havendo convivência de terreiros de religiões de matriz africana com cultos populares católicos.

Percebe-se, assim, os esforços destes moradores, enquanto empreendedores morais do Varjão/Rangel, em querer comunicar para a *cidade oficial* suas práticas culturais, - expressas em *memórias e atividades, lugares sagrados e brincadeiras*, -compreendidas a partir do registro simbólico de *autenticamente populares*. E, mais que isso, percebe-se também um enorme esforço em comunicar um discurso veladamente envergonhado, enquanto argumento de justificação de pretensão pública do valor moral do lugar *Rangel*, de afirmação de suas memórias felizes de bairro de intensa convivialidade e de natureza pulsante. As Figuras 64 e 65 (p. 389 e 390) foram, nesse sentido, intencionalmente manipuladas para evocar o passado nostálgico de um *Rangel* ainda virgem e intocado de investidas urbanísticas mais amplas, - muito embora, como se pode inferir da fala de Seu G., abordada mais abaixo, se tratasse nessas imagens da paisagem urbana nascente do *Varjão*, à época sentida e entendida pelo morador do antigo *Varjão* como um mundo social distante e praticamente desconectado das experiências modernizantes que badalavam o cotidiano da cidade de João Pessoa.

Figura 64 – Imagem do Varjão/Rangel por volta dos anos de 1950, extraídas da exposição Museu Patrimônio Vivo da Cidade de João Pessoa, realizada pelo Governo do Estado no Centro de Referência da Juventude do Rangel, em 2015.



Fonte: Arquivos do GREM.

Figura 65 – Imagem do Rio Jaguaribe, no Varjão/Rangel por volta dos anos de 1950, extraídas da exposição Museu Patrimônio Vivo da Cidade de João Pessoa, realizada pelo Governo do Estado no Centro de Referência da Juventude do Rangel, em 2015.



Fonte: Arquivos do GREM.

Em conversa informal com um antigo morador do Varjão/Rangel, pude registrar uma expressão espontânea desse discurso de afirmação de memórias de um bairro feliz para a infância, mas cuja inocência e pureza da paisagem humana e urbana se perderam em razão do avanço técnico-civilizatório da cidade. Nas palavras de M. L.:

Morei ali até mais ou menos 1983. Eu tinha 13 anos quando saí dali. Minha infância feliz de menino foi ali. Eu morava na Rua Magno Lopes. Aquela parte depois da minha rua (refere-se ao trecho leste da atual Rua Rangel Travassos, cuja extremidade norte vai dar no local exato da *Chacina do Rangel*) não existia. Ali era tudo terreno baldio e era onde se matava boi, logo embaixo tinha o campo de seu F. e dava logo no rio (Rio Jaguaribe). A gente tomava banho no Rio Jaguaribe. Juntava a turma e a gente ia por dentro do rio até Cruz das Armas (bairro adjacente, a oeste do Varjão/Rangel), entrava ali na mata que fica por trás do 15 (15º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Vidal de Negreiros). Depois voltava por dentro do rio mesmo. Ainda hoje quando eu passo ali pela Rua 14 de Julho eu digo ao meu menino: Eu tomava banho nesse rio! E ele me olha espantado, porque hoje é só esgoto. Conheço muita gente ali ainda. Seu A. Leal, Seu F. da Cocheira, muita gente... Naquela época já era *Rangel*, mas ainda se falava no *Varjão*. Tenho muitos amigos ali.

Registrada em diário de campo, a fala de Seu G. descreve as sociabilidades urbanas do Varjão/Rangel a partir das impressões de sua infância, sugerindo enfaticamente a gradual transformação simbólica do *Varjão* em *Rangel*. O *Rangel*, assim, sugere também o despertar

da consciência do morador para a chegada da cidade e de suas práticas modernizantes ao bairro, já, à época, utilizado como corredor urbano em direção à zona sul:

Seu G., assim, comentou que a denominação *Varjão* ser referia à “área da vargem, ali próximo ao rio Jaguaribe, que era um rio grande aonde meu pai ia tomar banho e aonde a minha mãe ia lavar roupa. Ali se plantava muito feijão na vargem, mas se acabou. Hoje, quando eu lembro que meu pai diz isso, a gente pensa que é brincadeira, mas é verdade. Ali era tudo Varjão, quando eu nasci. Não tinha calçamento nenhum por aqui, era tudo mata. Esse terreno mesmo era de ‘mata de vara’, de onde a gente vinha para tirar mata e fazer cerca ou para fazer as casas que eram todas de taipa. Eu fiz muito isso, quando era menino: pisava o barro com os pés (demonstra a técnica corporal própria para o trabalho de preparar o barro para a construção), fazia uma bola e ia enchendo as paredes, e às vezes colocava uma pedra dentro para diminuir a quantidade de barro. Tinha muito isso no *Rangel*. Mutirão que se juntava para fazer casa, que era tudo de taipa, que o pessoal fazia com varas tiradas da mata. Na rua do meu pai, era todo mundo trabalhador na construção civil (pedreiro, encanador, eletricista) ou era soldado de polícia. Não tinha carros, no bairro, e todo mundo andava a pé. De manhã, logo cedo, ficava a ladeira cheia de gente indo para a *cidade* a pé, que você via a ladeira cheia. Aquela praça onde hoje tem a igreja matriz (a igreja São Francisco das Chagas), não tinha, porque ali era um areal, onde se formava muitas pequenas lagoas, porque brotava água do chão, e só depois que taparam e se acabou tudo. A igreja que tinha, a matriz, era a igreja São Francisco de Assis, que era dos Salesianos e depois que eles passaram para os Franciscanos. O *Rangel* começa ali, e foi crescendo na direção da Rua Souza Rangel, e só bem depois que veio vindo para o lado de cá. Antes, quando começou a ter ônibus, ele parava ali na igreja e voltava, porque aqui não tinha nada, só ‘mata de vara’. Começa a crescer mesmo com o loteamento que a família Rangel fez, quando começou a chegar muita gente do interior e só achava lugar aqui. Depois que começa o *Cristo* e o Almeidaão (Estádio de Futebol da cidade), que foi uma obra que ninguém sabe quem fez de tão grande e que ainda hoje não está terminada, e que para assistir aos jogos tinha todo mundo que passar pelo *Rangel*, que era um corredor para chegar lá, porque não tinha a BR-230 e o caminho era só por aqui mesmo. Aí ia todo mundo do bairro para ver os carros, porque aqui a gente não tinha carros, e via a fila de carros passar. Quem podia, naquela época, comprava cavalo e andava de cavalo, até a brincadeira era de cavalo: “acertar argolinha”. Mas quem não tinha andava a pé mesmo, e quando pode, comprou uma bicicleta: até hoje, pai, que era pedreiro, anda de bicicleta, que sempre foi o transporte dele, por isso é conhecido como Joca da Bicicleta. Lá, na vargem, era *Varjão*, mas quando o pessoal começou a vir mesmo, a família Rangel ajudou muita gente a ficar aqui. Maria José Rangel Travassos que herdou essas terras, onde ficava a *Fazenda Varjão*. Ela era uma pessoa muito querida e popular demais: andava tudo isso aqui a cavalo, falava com as pessoas, ela ia às casas tomar café. E ela também recebia as pessoas: a porta tava sempre aberta e as pessoas que tinham recebido dela a “posse” de um terreno, pagava lá mesmo a quantia anula e já pegava um recibo. Era uma quantia simbólica mesmo, como se fosse hoje R\$ 10,00, só para dizer que a gente pagava pelo direito. E quando tinha uma briga de vizinho, porque um queria botar uma cerca e tomava uns metros do outro, vinha ela aqui e media os terrenos e resolvia. (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de abril de 2016).

Em síntese, os empreendimentos morais da cruzada simbólica do morador do Varjão/Rangel pela afirmação do valor da cultura emotiva e dos códigos de moralidade locais apontam para o sentimento complexo de vergonha e orgulho em relação ao lugar *Rangel*, sempre assombrado pelo estigma *Varjão* e pelas *equivocações da cidade oficial* em relação ao bairro, - potencializadas ao extremo com a narrativa pública e dramática da *Chacina do*

Rangel. Este sentimento de vergonha e orgulho de ser do Varjão/Rangel se nutre da forte tradição associativa do bairro, - desde o uso intensivo das calçadas e das ruas como palco interacional das fofocas, dos rumores, dos jogos e das dádivas cotidianas, até as festas comunitárias mais formalizadas - e se articula em uma luta por reconhecimento e integração moral do bairro à cidade de João Pessoa.

Nessa luta difusa, descentrada e em longo prazo por reconhecimento, os moradores buscam atualmente se aproveitar do momento de deslegitimação e de desmobilização da interferência dos empreendedores morais da *cidade oficial* sobre o bairro, - com exceção do patrulhamento policial ostensivo cotidiano esta em que um bairro de muitos jovens, - para construir processos de vocalização e de publicização de seus personagens e símbolos culturais. Assim que *Vô Mera*, *Dao Zapata*, o *Urso do Rangel*, *As Kalungas*, *Gil Bala*, *Aldair Playboy* e outras vozes e figuras do *Rangel* puderam se projetar para o público de João Pessoa e, desta forma, contribuir para a elevação da auto-estima dos moradores, principalmente das novas gerações, - para quem as narrativas e memórias de um bairro feliz em que se podia brincar pela mata e tomar banho de rio aparecem cada vez mais distantes. Como bem pontuou M. L.:

Ainda hoje quando eu passo ali pela Rua 14 de Julho eu digo ao meu menino: Eu tomava banho nesse rio! E ele me olha espantado, porque hoje é só esgoto.

Este capítulo buscou apresentar e debater mais detidamente a perspectiva nativa sobre as *equivocações* e negociações cotidianas entre o Varjão/Rangel e a *cidade oficial* a partir de como os moradores do bairro sentiram e ainda sentem os impactos da ofensiva civilizadora dos empreendedores morais da *cidade oficial* sobre o seu lugar de reconhecimento e de pertença. E, a partir de como eles, reflexiva e criativamente, vem se esforçando para a transformação destes impactos em empreendimentos morais de uma cruzada simbólica inversa difusa, descentrada, e em longo prazo, do bairro sobre a *cidade oficial*. Cruzada simbólica esta que se organiza na formatação de uma narrativa ressentida e irônica de um *trauma cultural*, - somente perceptível no contato mais direto com os mundos sociais nativos, - enquanto resposta à narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*.

Desde as múltiplas experiências em campo do pesquisador, assim, o desafio foi o de etnografar os silêncios envergonhados e desconfiados, os discursos orgulhosos e melindrosos e as práticas individuais e coletivas de resistência dos moradores em relação às investidas externas de imposição de condutas e de colonização de sentidos do que para eles,

oportunamente, é o lugar *Rangel*. Nessa dinâmica reativa de resistência, com efeito, o *poder dos fracos* (SCOTT, 1985) vai sendo esboçado em uma lógica de pequenas apostas e, às vezes de projetos mais ousados, no sentido de expansão dos limites materiais e simbólicos das ações de acusação da *cidade oficial* e de desculpa do Varjão/Rangel pela situação de liminaridade e de drama social inconcluso que, como assombrações, ainda poluem a cultura emotiva e pairam sobre os códigos de moralidade do bairro (KOURY, 2012a).

A acusação de violência urbana banal e cruel, - utilizada como argumento de estigmatização da pobreza urbana e, por extensão, de justificativa moral de apropriação do Varjão/Rangel como recurso estratégico para uso da cidade, - nesse sentido, é compreendida pelos moradores como tradução equivocada dos sentidos autênticos das sociabilidades urbanas do *Rangel*. Deste modo, inversamente afirmam para a *cidade oficial*, na articulação de um sentimento complexo de vergonha e orgulho, que o *Rangel é o bairro do amor*.

Esta afirmação do valor da tradição, das memórias, do lugar da pessoalidade e da partilha, das trajetórias de lutas dos queridos moradores antigos que dignificaram o bairro e do possível futuro esperançoso das novas gerações que querem ali continuar a história e promover o atualmente comercializado estilo de vida *Rangel*, é comunicada para o olhar estrangeiro em uma linguagem de ressentimento e ironia. Linguagem esta fortemente expressa na conformação atual da cultura emotiva do Varjão/Rangel após a *Chacina do Rangel*.

O que se verifica atualmente nas sociabilidades urbanas do bairro, nesse contexto, é a generalização de uma visão irônica sobre a tragédia em decorrência de frustrações e de quebras de confiança por parte daqueles que se apresentaram como empreendedores morais da situação, mobilizando a boa-fé dos moradores em interesses próprios e deixando atrás de si um rastro confuso de inconclusões, tais como: a não construção do *Santuário* ou *Capela* às vítimas da chacina, pela mídia local e pela Igreja Católica; a não conclusão do *Monumento à Paz* e da *Praça da Paz*, e das obras infraestruturais de realocação de moradores das margens do Rio Jaguaribe e de mobilidade urbana, assim como a não assistência prometida às vítimas sobreviventes do crime, pela Administração Pública. O sentimento intenso de ressentimento dos moradores em relação aos empreendedores morais da *cidade oficial*, - que, no processo iniciado de cruzada simbólica pela moralização da cidade mediante a captura da pobreza urbana como elemento de perigo e de contenção social, associou a nomeação *Rangel* ao crime de chacina e à incivilidade poluente e perigosa, - foi, destarte, gradualmente complexificado por uma postura irônica e sarcástica bastante refinada em relação a projetos

inconclusos e promessas descumpridas de transformação moral, emocional e urbanística da Rua Oswaldo Lemos e do bairro do Varjão/Rangel.

Com efeito, o projeto de *Capela* ou *Santuário* às vítimas inocentes da chacina foi frustrado de forma deveras decepcionante para o morador do bairro, - envolvendo até familiares das vítimas em rumores e fofocas de acusação por abuso da boa vontade da vizinhança; assim como os projetos de *Monumento à Paz* e de *Praça da Paz*, jamais concluídos, passados mais de oito anos desde o seu planejamento oficial. Isto, porém, muito embora a mídia local continue a explorar oportunamente o potencial explosivo e polêmico do crime da chacina como marco simbólico de degradação moral da cidade e do lugar *Rangel*.

Tal como relataram crianças da Rua Oswaldo Lemos que fazem uso diário da *Pracinha* e que expressaram uma intrigante preocupação em relação à ainda possível transformação do seu atual espaço de encontro e lazer em um *lugar de história* (NORA, 1993) associado ao crime de chacina que destruiu fisicamente a família de amigos de infância, - estes, ao contrário da obra oficial alardeada pelo poder público, deveras presentes em suas memórias assombradas, - o clima no Varjão/Rangel é vivido como de receios e de desconfianças. A postura irônica dos moradores em relação à ameaça de retomada de projetos de empreendimentos morais sobre o bairro por parte da *cidade oficial*, portanto, é acionada como estratégia ressentida de proteção e de preservação de sua fachada individual e coletiva.

Essa resistência cotidiana dos fracos, assim, aponta para a responsabilidade do morador em trazer para si os custos de uma cruzada simbólica de inversão das *traduções* que a *cidade oficial* publicamente projeta sobre o bairro. Cruzada simbólica esta composta por empreendimentos morais difusos e, ao mesmo tempo, articulados em múltiplos espaços, formatos e *temporalidades*: seja na forma de inversão oficiosa de sentidos oficiais do lugar, como no caso do *Monumento à Paz* transformado em *Pracinha*; seja na forma da tentativa de inversão dos sentidos rituais de um projeto frustrado, como no esforço de transformação do espaço relegado aos restos mortais das vítimas fatais da chacina em novo *Santuário*, no cemitério mesmo em que estas foram profanadas pelo descaso da Administração Pública; seja na forma de acusações à *cidade oficial* expressas no *pixo* e no *grafite* dos jovens que frequentam a *Praça da Amizade*; seja, ainda, na verticalização das moradias de um bairro que *cresce na raça do morador* e que se coloca para si e para a cidade como estilo de vida próprio e autenticamente contado, cantado e dançado pelos seus artistas e personagens destacados do *Rangel*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender o processo complexo de transformação de um problema social, - a violência difusa endêmica em João Pessoa, expressa em mais um crime banal e cruel produzido pela pobreza urbana, - em um problema público e político: a construção e imposição de uma agenda de ofensivas civilizadoras para a intervenção da *cidade oficial* sobre a pobreza urbana em situação de falência e pânico moral, e circunstancialmente localizada desde o bairro do Varjão/Rangel, então manchado e poluído pelo crime de chacina entre iguais, rapidamente escandalizado e espetacularizado como indicador de vergonha-desgraça e surto descivilizador da cidade de João Pessoa. A pesquisa objetivou, com esse projeto de análise, compreender o urbano contemporâneo local desde o cotidiano tenso e problemático de um bairro popular em relação com os constrangimentos e condicionantes materiais da cidade de João Pessoa e em relação de enquadramento moral e emocional estigmatizante com a *cidade oficial*.

Nesse sentido, a trajetória analítica necessariamente abordou não somente a descrição densa, - enquanto complexo de significados íntimos nativos, - do ato violento de chacina e sua quase imediata apropriação moral e emocional em *Chacina do Rangel*; mas, também, o enquadramento histórico e político-social de produção de ofensivas civilizadoras e intervenções urbanas por parte dos atores e agentes sociais destacados da *cidade oficial*, - cuja influência ainda se percebe nas trajetórias de organização da malha urbana local, - como trabalhado nos capítulos 1 e 3. A contextualização histórica e político-social do crime de chacina entre iguais e a descrição densa do mesmo, com efeito, compõem a Parte I da tese, em que o problema e o universo de pesquisa foram exaustivamente discutidos.

A pesquisa buscou reconstruir e analisar, na Parte II, as narrativas dos empreendedores morais da *cidade oficial* e a narrativa inversa dos moradores do bairro do Varjão/Rangel, compreendidas estas como expressões, a nível simbólico, das relações de *equivocações* entre bairro e cidade. Assim que foi explorada a narrativa midiática de *Chacina do Rangel* enquanto fenômeno ritual de produção dramatúrgica de problemas públicos, e de construção de consensos tácitos e de condições putativas sobre o real em sociedade complexas e diferenciadas; bem como enquanto empreendimento moral central na vocalização da agenda de ofensiva civilizadora da *cidade oficial* sobre a pobreza urbana, em cujos parâmetros se orientaram, por seu turno, as narrativas e ações moralizantes e de intervenção urbanística da Igreja Católica e da Administração Pública, - respectivamente orientadas para a reordenação social sob o argumento do sagrado religioso e do sagrado mundano. O envolvimento destes

três atores e agentes sociais coletivos na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, em síntese, configurou a cruzada simbólica da *cidade oficial* para a apropriação moral e emocional do ato banal e cruel de violência entre iguais, em um contexto simbolicamente pessoalizado e materialmente precarizado de relações face a face, como justificação de ofensivas civilizadoras sobre o urbano.

Do mesmo modo, o objeto central da pesquisa abarcou o processo de transformação do crime banal e cruel entre iguais de um formato de evento trágico, de vergonha-desgraça e falência moral, para o morador do Varjão/Rangel constrangido pelo olhar moralizante da cidade de João Pessoa, para tornar-se uma narrativa traumática administrável de afirmação do lugar *Rangel* na cidade de João Pessoa e para a *cidade oficial*: um conto moral preñado de argumentos de acusação à *cidade oficial* e de desculpas às famílias envolvidas no crime de chacina e à própria complexidade da normalidade normativa do Varjão/Rangel. De *experiência de trauma* pela dor dos moradores conhecidos mortos e pelo impacto da desorganização cosmológica sofrida ao processo de montagem de uma narrativa de *trauma cultural* sobre um lugar *bom de se viver*, o *Rangel*, os moradores do Varjão/Rangel mobilizaram, assim, ressentimentos e uma visão irônica sobre a cidade de João Pessoa e seus empreendedores morais desacreditados ao longo das investidas materiais e simbólicas sobre o bairro.

Esta pesquisa buscou situar e analisar, portanto, a partir de uma abordagem compreensiva e de recorte etnográfico em Antropologia das Emoções e das Moralidades e em Antropologia Urbana, as relações tensas e densas de *equivocações* entre a cidade de João Pessoa, - desde os empreendimentos morais e cruzadas simbólicas da *cidade oficial* sobre a pobreza urbana, - e o bairro do Varjão/Rangel, também percebido desde o seu cotidiano de empreendimentos morais e de luta por reconhecimento e integração moral e econômica no urbano contemporâneo da cidade. A filiação teórico-metodológica da pesquisa, nesse sentido, articulou e centralizou a construção do objeto analítico em tela a partir das categorias de *emoções* e *moralidades* e de *urbano*, no interior das quais tensionou conceitos relevantes, como o de *lugar*, o de *memória*, o de *empreendimento moral*, o de *normalidade normativa*, entre outros.

A categoria *emoções*, assim, constituiu o pilar central da perspectiva simbólico-interacionista sobre os processos de construção de culturas emotivas, códigos de moralidades e sociabilidades nas relações entre cidade e bairro, isto é, nos processos de produção cotidiana destes lugares e de suas memórias, projetos e trajetórias individuais e coletivas. Enquanto

elemento básico da análise de complexos interacionais e suas redes de interdependência, as *emoções* revelam as formatações intersubjetivas da situação social e dos espaços interacionais, assim como os repertórios simbólicos operados, de forma crítica e criativa, pelos indivíduos sociais no jogo social; enquanto que a categoria de *moralidades* aponta para a dimensão axiológica da ação, também produzida na negociação cotidiana de definição da situação, do ajuste de condutas e dos modos de justificar, ou seja, os meios e os fins legítimos da ação em sentido legal, moral e costumeiro.

Construídos no encontro tensional entre as culturas subjetivas (os indivíduos sociais reflexivos, entendidos como selves auto-espelhados), e cujo precipitado social emerge como cultura emotiva e como códigos de moralidade objetificados, as *emoções* e as *moralidades* foram acionadas ao longo deste trabalho no sentido da compreensão do *urbano* da cidade de João Pessoa e do bairro do Varjão/Rangel em relação tensa. A categoria de *urbano*, assim, remete ao processo cotidiano de evolução urbana da cidade de João Pessoa ao longo do século XX e nesses primeiros anos do século XXI, problematizando a sua história de modernização conservadora e as *equivocações* resultantes deste modo de enquadramento das clivagens sociais nos seus diversos espaços urbanos, lugares de pertença e regiões morais, classificados e traduzidos pela *cidade oficial* e seus empreendedores morais em negociação assimétrica com o homem comum urbano em suas redes de amizade, compadrio, parentesco e vizinhança.

As relações de *equivocações* entre *cidade oficial* e *bairro popular estigmatizado* foram contextualizadas, portanto, no processo ainda em curso de modernização conservadora do urbano local, em que a pobreza urbana é simbolicamente enquadrada e atualizada como resíduo indesejado de sociabilidades assimétricas, devendo, assim, ter seus efeitos disruptivos, - potencialmente poluentes e contagiosos, - continuamente administrados. Este exercício cotidiano de administração de tensões foi problematizado e compreendido a partir da análise das narrativas de apropriação moral e emocional dos empreendedores morais de cada lugar, - *cidade oficial* e Varjão/Rangel, - do ato banal e cruel de violência difusa na forma de crime de chacina entre iguais: a *Chacina do Rangel*, por um lado; e a narrativa inversa de *trauma cultural*, por outro lado.

A violência banal e cruel da chacina entre iguais, com efeito, foi lida pelos empreendedores morais da *cidade oficial* como um momento exemplar de tensão transgressora disruptiva, logo transformada na narrativa pública e dramática de acusação e de desfiguração moral da *Chacina do Rangel*: uma situação-limite de falência civilizacional que demandava uma ofensiva civilizadora de moralização, de pacificação e de re-urbanização da

pobreza urbana metaforicamente situada no Varjão/Rangel, mas ameaçadora para toda a cidade. O empreendedorismo moral dos moradores do Varjão/Rangel, nesse contexto de *equivocações*, foi construído, de forma lenta e acêntrica, como resistência ressentida e irônica de narrativa inversa de *trauma cultural* e operada para a recomposição moral e emocional da normalidade normativa de um lugar assombrado e em situação de vergonha-desgraça: o lugar *Rangel* associado pelo olhar estigmatizante da cidade à *Chacina do Rangel* e ao *Monstro do Rangel*.

O ressentimento e a ironia, nesse sentido, foram identificados como a postura moral-emocional e cognitivo-comportamental dos moradores do bairro do Varjão/Rangel em situação de resistência simbólica e luta por afirmação de si, - enquanto fachada coletiva de *emoções, lugares e memórias*, - no jogo de *equivocações* com a *cidade oficial*, - percebida no discurso e na ação da mídia local, da Igreja Católica e da Administração Pública, enquanto seus empreendedores morais. Este jogo de *equivocações* resente o morador do Varjão/Rangel, que responde ironicamente às quebras de confiança por parte da *cidade oficial* e busca afirmar o valor de seu lugar de pertença; seja na forma de orgulho do estilo de vida *Rangel*; seja na forma de acusação pública debochada e escarnecedora da *cidade oficial* e, ainda, na forma de apropriação e retomada moral e emocional do lugar do crime de chacina na normalidade normativa do bairro.

A pesquisa, nesse sentido, mobilizou um considerável esforço para perceber as sutilezas, os nuances, os matizes e as ambiguidades desse jogo, - tanto em sua dimensão oficiosa de silêncios, tabus, jocosidades e interditos, quanto em sua dimensão - pública e oficial - de desculpas e acusações, de projetos coletivos e de intervenções urbanísticas, entre *cidade oficial* modernizante e bairro popular estigmatizado como lócus de reprodução da violência difusa, e organizada no urbano local. A cidade de João Pessoa, assim, pode ser compreendida como sociabilidades urbanas tensas caracterizadas por uma cultura do medo, da banalização da violência e da evitação do outro, - tido como estranho, - tensionadas consecutivamente por um processo amplo e inconcluso de modernização conservadora. Modernidade esta sentida ambigualmente como desejo de individualidade e como ameaça às tradições e conformações autoritárias e excludentes do espaço urbano, gerando, assim, sentimentos de amor e ódio à cidade e exigindo do seu morador comum um exercício diário de uma nova sensibilidade, pautada na privatização das emoções, no individualismo, na melancolia e no medo do outro relacional e das incertezas do futuro. Enquanto que o bairro do Varjão/Rangel, por extensão, pode ser compreendido como sociabilidades urbanas periféricas

e pobres, ainda por modernizar e civilizar, e que suscitam medo e evitação à *cidade oficial*, mas também como lugar de confiança e de confiabilidade, de pertença e de segurança ontológica, em que a vida cotidiana do morador era e é organizada em redes homofílicas e de parentesco extenso, de compadrio, de amizade, de reconhecimento, de lealdade e de solidariedade em relação ao outro, vizinho e próximo. Sociabilidades urbanas estas, contudo, continuamente tensionadas por disputas morais em torno do pertencer à *cidade oficial* e por medos corriqueiros, reais e imaginários, gerados, por exemplo, no confronto com o outro de fora do bairro, que desconhece e confunde os idiomas morais e emocionais em torno das nomeações, *lugares* e *memórias* relacionados ao *Varjão* e ao *Rangel*.

Em relações densas e tensas de *equivocações*, a *cidade oficial* e o *bairro estigmatizado* apareceram ao longo da pesquisa, por fim, como atores e agentes sociais coletivos em disputa moral pelos usos públicos da violência difusa no urbano local. Estas *equivocações* entre bairro e cidade são experienciadas, por exemplo, pelos moradores do Varjão/Rangel, quando na ambivalência de um bairro recortado em dois lugares e gramáticas morais e emocionais vivenciadas como posturas de desculpa si e de acusação do outro: o *Varjão*, nomeação oficial, e envergonhada pela violência simbólica e material que se lhe imputa; e *Rangel*, nomeação oficiosa, e de luta por reconhecimento na cidade. Deste modo, no contexto de convivialidade popular do Varjão/Rangel, - movimentado pelo fluxo denso de fofocas, rumores, intrigas, dádivas e favores entre os vizinhos, - se destaca a *equivocação* entre bairro e cidade em relação à nomeação pública do Varjão/Rangel, que sintetiza a história do bairro e seu lugar real e sua auto-imagem no urbano de João Pessoa.

A figuração moral-emocional e cognitivo-comportamental da cultura emotiva e dos códigos de moralidade do bairro, - no momento do trauma ocasionado pelo crime de chacina entre iguais, - deve ser compreendida, portanto, no contexto histórico e político-social mais amplo de uma cidade periférica, de longa tradição de empreendimentos morais no sentido da modernização conservadora da malha urbana, investindo, assim, em ofensivas civilizadoras de embelezamento, de higienização, de re-alocação territorial, de patrulhamento policial, de regulação da mobilidade e das práticas laborais da pobreza urbana; e também no contexto interacional de um bairro pobre, estigmatizado como violento e sujo, e, mais importante, como palco interacional de uma convivialidade marcada pela intensa pessoalidade e monitoramente recíproco, e pelo engolfamento das relações entre parentes, amigos e compadres de longa data.

As relações de *equivocação* entre bairro e cidade se complexificaram, para o morador do Varjão/Rangel, com a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* e com as intervenções de empreendimento moral ali articuladas, de modo que este morador - enquanto instância coletiva de bairro - passou a vocalizar uma narrativa inversa de *trauma cultural* ironicamente ressentida em relação às quebras de confiança por parte dos empreendedores morais da *cidade oficial*. Nessa lógica relacional entre cidade e bairro, o lugar *Rangel*, como foi analisado no contexto deste trabalho, é então, acionado pelos moradores como argumento de empreendimento moral que, por exemplo, não reconhece o crime ali ocorrido como *Chacina do Rangel*, haja vista que, entre outros fatores, o crime ocorreu no *Varjão*. O morador do bairro também tem buscado paulatinamente o desengate do discurso público da *cidade oficial* de *Monstro* e de *Monstruosidade* para re-humanizar e re-figurar o personagem Carlos José, um dos autores da chacina, como um morador não atingido pelo *mal* e pela *maldade*, mas absorvido em uma dinâmica de vulnerabilidades interacionais que desbordou para o acúmulo de mágoas, de rupturas e afastamentos emocionais e que redundou em uma espiral de ira-raiva e violência contra ou outro próximo, extensão de si mesmo e das sociabilidades pessoalizadas, mas ordeiras, do lugar *Rangel*.

Ao problematizar a relação entre bairro e cidade desde as suas *emoções*, *lugares* e *memórias* em processo cotidiano de reinvenção simbólica e material e de disputas morais inconclusas, a pesquisa buscou, por fim, compor quadros analíticos de palcos, situações e contextos interacionais urbanos sempre em movimento tenso e denso de recomposição de definições axiológicas e remontagem de processos intersubjetivos. Bairro e cidade, assim, apareceram - na figura de seus empreendedores morais - como instâncias de apropriação moral e emocional, para usos oportunistas diversos, de um ato de violência banal e cruel localizado, mas transformado em espetáculo capitular e decisivo representativo para toda a cidade de João Pessoa. Estas dinâmicas densas e tensas nas relações de *equivocações* entre a *cidade oficial* de João Pessoa e o bairro do Varjão/Rangel, tendo como elemento de disputa e confronto o crime de chacina ocorrido no dia 09 de julho de 2009, na Rua Oswaldo Lemos, - constituiu, por fim, o interesse analítico desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Richard N. *La red de la expansion humana*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autonoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana, 2007.
- AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.
- ALBERONI, Francesco. *Enamoramento e Amor*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- ALEXANDER, Jeffrey C. *The meanings of social life: A cultural sociology*. Oxford: University Press, 2003.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: Jeffrey Alexander et. al (Orgs.), *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkley / Los Angeles / London: University of California Press, 2004.
- ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: A União, 1980.
- ALMEIDA, Manoel Donato de. *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGH/Universidade Federal Fluminense, 2010.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: Stella Bresciani e Márcia Naxara (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, p. 15-36, 2009.
- ANSART-DOURLIN, Michèle. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: Stella Bresciani; Márcia Naxara (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, p. 347-365, 2009.
- ARAÚJO, Luciana Medeiros de. *A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no conjunto Mangabeira, João Pessoa – PB*. Dissertação. UFPB/PPGEO: João Pessoa, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARBOSA, Raoni Borges. *O desconforto da copresença: Uma análise goffmaniana e kouryana das interações cotidianas no bairro do Varjão/Rangel*. ANAIS do II Simpósio Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. E-BOOK. Mossoró: UERN, 2014, p. 401-414
- BARBOSA, Raoni Borges. *Insulto Moral e Quebra de Confiança em Relações de Intensa Pessoaalidade*. Caxambu: ANAIS do 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014a.
- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana: Um Estudo em Antropologia das Emoções*. Cadernos do GREM N° 8. Editora Bagaço: Recife; Edições do GREM: João Pessoa, 2015.

- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos corriqueiros e vergonha cotidiana: Uma análise compreensiva do bairro do Varjão/Rangel, João Pessoa – PB*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: PPGA/UFPB, 2015a.
- BARBOSA, Raoni Borges. Interação simbólica, etnografia urbana, self e urbanismo: A leitura de Hannerz da tradição teórico-metodológica da Escola de Chicago. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, p. 136-146, 2017.
- BARBOSA, Raoni Borges; KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro Koury. A abordagem de Thomas Scheff sobre a Vergonha na Sociologia das Emoções: uma breve apresentação. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 632-635, 2013.
- BARRETO, Cristina. *Imagens da Cidade: A idéia de progresso nas fotografias da Cidade da Parahyba (1870-1930)*. Dissertação. João Pessoa: Mestrado em Ciências Sociais/UFPB, 1996.
- BATESON, Gregory. *Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft: auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.
- BECKER, Howard S. *Uma teoria de ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BENEGAS LOYO, Diego. “‘Aquí vivió y fue secuestrado’: Afecto y política en las baldosas de la memoria de Buenos Aires, Argentina”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 43, p. 24-39, 2016.
- BENTO SOBRINHO, João Paulo. Chacina do Rangel - Blog do Clilson, <https://www.youtube.com/watch?v=TFi2tl7G4f8>, 18 de Julho de 2009. [Consultado em 07/07/2015].
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2014.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BERGER, Peter. Sobre a obsolescência do conceito de honra, [seguido de] Duas notas de rodapé sobre a obsolescência da honra. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 41, p. 7-20, 2015.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. USA: Penguin Books, 1966.
- BERGHAUS, Margot. *Luhmann leicht gemacht*. Böhlau: Köln, 2003.
- BEST, Joel. Joseph Gusfield and Social Problems Theory. *The American Sociologist*, 2015.
- BIONDI, Karina. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018a.

- BLOG DO CLILSON. “Chacina do Rangel”, postado em 18 de Julho de 2009. goo.gl/ivLnNX, [Consultado em 07/07/2015].
- BLUMER, Herbert. A Sociedade como interação simbólica. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, p. 14-22, 2017.
- BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 205-245, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Participant Objectification. *Journal of Royal Anthropology Institute*, v. 9, n. 2, p. 281-294, 2003.
- BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Tessituras narrativas de O Globo e o acontecimento ‘Chacina da Candelária’*. Dissertação. Niterói : UFF/PPGC, 2006.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- BURGESS, Ernest W. Pode o trabalho assistencial no bairro ter uma base científica? Tradução de Raoni Borges Barbosa. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.1, p. 145-154, 2017.
- BUTLER, Judith. Violence, Mourning, Politics. In: Judith Butler. *Precarious Life: The powers of Mourning and Violence*. London / New York: Verso, p. 19-49, 2006.
- CABRAL, Heitor (Org.). *História da Paraíba e sua capital*. João Pessoa: Edições O Sebo Cultural, 2010.
- CABRAL FILHO, Severino. As cidades, a fotografia e a História. João Pessoa: Anais da ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, p. 1-7, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora34/Edusp, 2003.
- CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. *Quando a tristeza é bela: O sofrimento e a constituição do social e da verdade entre os Ave de Jesus – Juazeiro do Norte-CE*. Recife: Editora UFPE, 2013.
- CANDANCE, Clark. Emotion and micropolitics in everyday life: some patterns and paradoxes of ‘Place’. In: Theodore D. Kemper (Ed.). *Research Agenda in the Sociology of Emotions*. State University of New York Press, p. 305-333, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 37, p. 21-35, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Direito legal e insulto moral: Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- CARVALHO, Sérgio de. "Brecht e a dialética". In: Jorge de Almeida, Wolfgang Baader (Orgs.). *Pensamento alemão do século XX*. São Paulo: CosacNaify, 2013.
- CCSPJP. San Pedro Sula, la ciudad mas violenta del-mundo; Juarez, la segunda. *Seguridad justicia y paz: Consejo ciudadano para la seguridad pública y justicia penal A. C.*

<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/541-san-pedro-sula-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo-juarez-la-segunda>. 2012. [Consultado em 01/10/2017].

CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização da Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930. *Tese*. Recife: UFPE/PPGH, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLICKPB. “Chacina no Rangel: 4 pessoas de uma mesma família são executadas a golpes de facão”. In: <http://www.clikPB.com.br>, de 09 de julho de 2009 [Consultado em 25/04/2010].

COELHO, Maria Cláudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das dimensões. *Mana*, v. 16, n.2, p. 265-285, 2010.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London: Routledge, 2002.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: A Arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto (Org.). *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, p. 265-288, 2005.

COOLEY, Charles Horton. O self social e o significado do Eu. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 47, p. 173-192, 2017.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, p. 823-840, 2014.

CRUZ, Alana Cavalcanti; SILVA, Keila Queiroz e. A abertura da Avenida Epiácio Pessoa, da cidade da Parahyba à cidade João Pessoa: olhando para o mar e esquecendo-se do Rio Sanhauá. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Natal – RN, 2003.

DALMÁZ, Mateus. *A Imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIEB, Marília de A.; MARTINS, Paula Dieb. *O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa, Paraíba: Da harmonia ao conflito*. In: XVII ENANTUR, 2017, São Paulo: ENANTUR. Disponível em: [HTTPS://is.gd/g1HVIA](https://is.gd/g1HVIA). [Consultado em 20.09.2017].

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Dados*, v. 45, n. 3, p.459-482, 2002.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *El mundo de los bienes: Hacia una antropología del consumo*. Grijalbo: México, 1979.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Editora 70, 1991.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- DÜNNIG, Eric; MENNEL, Stephen. Prefácio à Edição Inglesa. In: Norbert Elias. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do "Habitus" nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. *Los Alemanes*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2009.
- ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sobre a perspectiva da sociologia do processo. In: Ademar Gebara/ Cas Wouters org. *O controle das emoções*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009a, p. 19-46.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ESTORNILO, Milena. *Laboratório na floresta. Os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro*. Brasília: Paralelo 15, 2014.
- FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.
- FERNANDES, Maria Andreína Moreira. *A (re)produção do espaço urbano no Bairro Altiplano, João Pessoa – PB: estratégias, iniciativas e interesses dos agentes que produzem a cidade*. Dissertação. João Pessoa: PPGAU/UFPB, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação. UFF/PPGAd: Niterói-RJ, 2014.
- FRAZER, James George. *O Ramo de Ouro (Versão Ilustrada)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FREIRE, Jussara. Quando as emoções dão formas às reivindicações. In: Maria Cláudia Coelho e Cláudia Barcellos Rezende (Orgs.), *Cultura e Sentimentos: Ensaio em Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, p. 169-195, 2011.
- FREIRE, Jussara. *Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Schmidt, 1936.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo - Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GARLAND, David. On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, 4(1): 9-30, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *Atrás dos fatos. Dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- GIDDENS, Anthony. Goffman: um teórico social sistemático. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 285-327, 2013.
- GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus Editora, 2004.
- GIRARD, René. *Eu via Satanás cair como um relâmpago*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- GOFFMAN, Erving. Footing. In: Branca Telles Ribeiro e Pedro M. Garcez (orgs.). *Sociolinguística interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE Editora, p. 11-15, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- GOFFMAN, Erving. Sobre o resfriamento do marca: alguns aspectos da adaptação ao fracasso. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 39, p. 266- 283, 2014.
- GORITA, Marcos Alan. Notícias do crime, relatos da insegurança: os discursos da violência na cidade do Rio de Janeiro (1995 - 2000). Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2003.
- GOODE, E.; BEN-YEHUDA, N. *Moral Panics: The Social Construction of Deviance*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GUSFIELD, J. R. The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade: Status Politics and the American Temperance Movement*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- GUSFIELD, J. R. Constructing the ownership of social problems: fun and profit in the welfare state. *Social Problems*, v. 36, n. 5, p. 431-441, 1989.
- GUSFIELD, J. R. A journey with symbolic interaction. *Symbolic Interaction*, v. 26, n.1, p. 119-139, 2003.
- GUSFIELD, Joseph R. *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2014.

- GUTERRES, Anelise dos Santos. *A morada como duração da memória: Estudo antropológico das narrativas e trajetórias sociais de núcleos familiares e redes de camadas médias urbanas habitantes da cidade de Porto Alegre, RS – Brasil e do bairro de San Telmo na cidade de Buenos Aires – Argentina*. Tese. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*, v. 1 e 2. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HALLBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: Em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma – A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HENRIQUES, Affonso. *Vargas e o Estado Novo*. São Paulo, 1964.
- HOLSTON, James. *Cidade moderna: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUGHES, Everett C. As boas pessoas em trabalho sujo. In: Maria Claudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 91-108, 2013.
- IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- IBGE. Censo Brasileiro – 2010. goo.gl/9kqbmJ. 2010. [Consultado em 01/03/2017].
- IBGE. Censo Brasileiro – 2013. goo.gl/vrQxka [Consultado em 09.01.2019].
- JACOBSON, D. *Reading Ethnography*. Albany: State University of New York Press, 1991.
- JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: Alison M. Jaggar e Susan R. Bordo (orgs.). *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p.157-185, 1997.
- JASPERS, Karl. *Die Schuldfrage: Von der politischen Haftung Deutschlands*. München: Pieper, 1974.
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: Anthony Giddens e Jonathan Turner (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: EdUNESP, p. 127-174, 1999.
- JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a Microsociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- JUNIOR, Clilson. Incentivados por Emerson Machado população ignora ordem de não demolir casa da chacina do Rangel. In: Blog *Soltando o verbo*. goo.gl/nMeHzM, 2009. [Consultado em 07/07/2015].
- KATZ, Jack. *Seductions of crime*. New York: Basic Books, 1988.
- KATZ, Jack. Massacre justo. In: Maria Claudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 211-284, 2013.
- KATZ, Jack. Uma teoria dos massacres íntimos: passos para uma explicação causal. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, p. 24-44, 2017.

- KATZ, Jack. O que caracteriza ‘notícias’ sobre o crime? *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.3, p. 15-37, 2017a.
- KINGDON, J. W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. London: Longman, 1995.
- KLUCKHOHN, Clyde. *Education, Values, and Anthropological Relativity*. In: Richard Kluckhohn, *Culture and Behaviour*. New York: Free Press, 1962.
- KLUCKHOHN, F. e STRODTBECK, F. *Variations in Value Orientations*. Evanston, IL: Row. Peterson, 1961.
- KONSTAN, David. Ressentimento: História de uma emoção. In: Stella Bresciani; Márica Naxara (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, p. 59-80, 2009.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Trabalho e disciplina (Os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920). In: Francisco Foot Hardman et al. *Relações de Trabalho & Relações de Poder, Mudanças e Permanências*. Fortaleza-Ce: Editora da UFC, p. 134-149, 1986.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades brasileiras na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa, GREM/DCS/UFPB, 2000.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Ser Discreto: Um estudo do Brasil urbano sob a ótica do luto*. [Relatório Final de Pesquisa]. João Pessoa: Edições GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, 2001.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos Corriqueiros, vida cotidiana e sociabilidade. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 18, p. 09-21, 2002.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O local enquanto elemento intrínseco da pertença. In: Cláudia Leitão (Org.), *Gestão Cultural*. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 75-88. 2003.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Sob o signo do medo do outro: Modernização e controle social na cidade de João Pessoa, PB. *Revista Conceitos*, v. 6, n. 11/12, p. 9-14, 2005.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos Corriqueiros e Sociabilidade*. João Pessoa: Edições GREM / Editora Universitária UFPB, 2005a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 4, n. 11, p. 148-156, 2005b.
- KOURY, Mauro Guilherme. *O vínculo ritual: Um estudo sobre sociabilidades entre jovens no urbano brasileiro contemporâneo*. João Pessoa: EdUFPB, 2006.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Sofrimento Social: Movimentos Sociais na Paraíba através da Imprensa, 1964 a 1980*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *De que João Pessoa tem Medo? Uma abordagem em Antropologia das emoções*. João Pessoa: EdUFPB, 2008.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Emoções, Sociedade e Cultura: A categoria de análise Emoções como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba: Ed. CRV, 2009.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Estilos de vida e individualidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 33, p. 41-53, 2010.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens. *Etnográfica*, v. 12, n.1, p. 27-58, 2010a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade. *Sociologias*, v. 12, n. 25, p. 286-311, 2010b.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, p. 471-485, 2011.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Análise de um bairro considerado violento na cidade de João Pessoa, Paraíba: Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade*. (Projeto MCTI/CNPq, N° 14/2012). João Pessoa: GREM, 2012.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil: Breve relato histórico do processo de consolidação de uma área temática. *ANAIS do II Simpósio Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas*. E-BOOK. Mossoró: UERN, p. 383-400, 2014.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil. *Revista Sociedade & Estado*, v. 29, n. 3, p. 841-866, 2014a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. *Etnográfica*, v. 18, n. 3, p. 521-549, 2014b.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Relações sociais no cotidiano: processos de sociabilidade e de justificação como formas renovadas de solidariedade e conflito. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.13, n. 30, p. 285-300, 2014c.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Ressentimento e regras morais de conduta em um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Divers@! (Matinhos)*, v.8, p. 117-131, 2015.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Quebra de confiança e conflito entre iguais: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular*. Série Cadernos do GREM, N° 9. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2016.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Etnografias Urbanas sobre Pertença e Medos na Cidade*. Cadernos do GREM N° 11. João Pessoa: Edições do GREM; Recife: Bagaço, 2017.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *As Teorias do Desenvolvimento Social e a América Latina*. Cadernos do GREM N° 1, 2ª. Edição. João Pessoa: Edições do GREM, 2017a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro et al. Confiança e vergonha: Uma análise do cotidiano da moralidade. *Anais do 34º ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS, 2010.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro et al. Como se articulam vergonha e quebra de confiança na justificação da ação moral? *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, n.2, p. 251-268, 2013.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *Da Subjetividade às Emoções: A Antropologia e a Sociologia das Emoções no Brasil*. Série Cadernos do GREM, N° 7. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *Pânico, disputas morais e vergonha-desgraça em um bairro periférico da cidade de João Pessoa – PB*. Montevideu: Annales de la XI RAM, 2015a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Sob os olhos da vizinhança: Uma reflexão etnográfica sobre formas de controle e administração das tensões em um bairro popular. Caxambu: *ANAIS do 39º Encontro Anual da ANPOCS*, 2015b.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *A Vergonha no Self e na Sociedade: A Sociologia e Antropologia das Emoções de Thomas Scheff*. Série Cadernos do GREM, N° 10. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2016.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Dissenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: Fofocas, bochichos e outras formas cotidianas de controle e administração de tensões em um bairro popular. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 21-38, 2016a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Sob os olhos da vizinhança: uma etnografia das formas de controle e administração das tensões em um bairro popular. *Sociabilidades Urbanas Revista da Antropologia e Sociologia*, v.1, n. 2, p. 15-32, 2017.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Sobre a Sujeira Reflexões etnográficas sobre a cultura emotiva e os códigos de moralidade da cidade de João Pessoa – PB. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 42, p. 8-21, 2017a.
- KUPER, Adam. *Antropólogos e antropologia*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- KUSHNER, Gilbert. The Anthropology of complex societies. *Biennial review of anthropology*, v. 6, n.1, p. 80-131, 1969.
- LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In: Regina Célia Gonçalves et. al. (orgs.). *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: EdUEPB, p. 39-57, 1999.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro: Editora Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Portugal: Edições 70, 1978.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEWIS, Oscar. *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*. Urbana: University of Illinois Press, 1951.
- LEWIS, Oscar. Maridos e Esposas em uma Vila Mexicana: Um Estudo de Conflito de Papel. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.2, n.5, p. 79-89, 2018.
- LONGHI, Márcia Reis. *Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*. Tese. Recife: PPGA/UFPE, 2008.
- LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- LUTZ, Catherine. Emotion, Thought, and Estrangement: Emotion as a Cultural Category. *Cultural Anthropology*, v.1, n. 3, p. 287-309, 1986.
- LUTZ, Catherine. Antropologia com emoção. *Mana*, v. 18, n.1, p. 213-224, 2012.
- MANCHETEPB. <http://manchetepb.Blogspot.com.br/2009/07/mesmo-com-delegado-proibindo-populacao.html>], 2009. [Consultado em 07/07/15].

- MACHADO, Carly. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, p.1-21, 2017.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.), Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis, parte 1. *Revista Dilemas*, v. 7, n. 4, p. 607-702, 2014.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.), Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis, parte 2. *Revista Dilemas*, v. 8, n. 1, p. 7-96, 2015.
- MAIA. Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa - PB*. Tese. São Paulo: USP, 2000.
- MAIA. Doralice Sátyro. *As intervenções urbanísticas e as transformações das ruas da cidade da Parahyba*. Anais do Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.
- MAIA. Doralice Sátyro. *A Morfologia Urbana no Movimento da Modernidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Goiânia, 2005.
- MAIA. Doralice Sátyro. *A Legislação brasileira e o tratamento da cidade e da vida urbana no período imperial (1822-1850)*. Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Recife, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, Simbolismo e Associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.7, n.1, p. 45-66, 2005.
- MATTOS, Romulo Costa. As “Classes Perigosas” Habitam as Favelas: um Passeio pela Crônica Policial no Período das Reformas Urbanas. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC - Rio*, v.5, n.2, p. 149-170, 2009.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos: rituais orais funerários australianos. *Journal de Psychologie*, v. 18, 1921.
- MAUSS, Marcel. Efectos fisicos ocasionados en el individuo por la idea de la muerte sugerida por la colectividad. In. Marcel Mauss: *Sociología y Antropología*, Madrid, p. 293-306, 1970.
- MAUSS, Marcel. Tecnicas y movimientos corporales. In. *Marcel Mauss: Sociología y Antropología*, Madrid, p. 337-356, 1971a.
- MAUSS, Marcel. Ensayo sobre los dones. Motivo y forma del cambio en las sociedades primitivas. In. *Marcel Mauss: Sociología y Antropología*, Madrid, p. 153-263, 1971b.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Marcel Mauss. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-314, 2003.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. Esboço de uma teoria geral da magia. In: *Marcel Mauss: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, p. 47-181, 2003.
- MEAD, George H. *Espírito, persona y sociedad: Desde el punto de vista del conductivismo social*. Buenos Aires: Paidós, 1973.
- MELLO, José Octávio de Arruda et al. *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*. Exposições e Debates do II SPCB. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1979.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *Os coretos no cotidiano de uma idade: (lazer e classes sociais na capital da Paraíba)*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

MERTON, Robert K. The unanticipated consequences of purposive social action. *American Sociological Review*, v. 1, n. 3, p. 894-904, 1936.

MERTON, Robert K. The Self-Fulfilling Prophecy. *The Antioch Review*, v. 8, n. 2, p. 193-210, 1948.

MILLER, William Ian. *Humiliation and Other Essays on Honor, Social Discomfort, and Violence*. Ithaca & London: Cornell University Press, 1995.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston, MA: Beacon Press, 1966.

MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEGRÃO, Ana Gomes. *Processo de produção e reprodução da cidade: Um estudo sobre os estágios evolutivos ao longo dos espaços estruturados pelo corredor da avenida Pedro II*. Dissertação. João Pessoa: PPGEUA/UFPB, 2012.

NAVARO-YASHIN, Y. Affective spaces, melancholic objects: ruination and the production of anthropological knowledge. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 1, n. 10, 1993.

NORTHROP, F. S. C. *Philosophical Anthropology and Practical Politics*. Nova York: MacMillan, 1960.

O-BE-A-BÁ-DO-SERTÃO, 10 de julho de 2009. goo.gl/WELiQo. [Consultado em 07/07/2012].

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro, 1923.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EdUSP, 2015.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

OVERING, Joanna. The spectre of the tyrant: Power; violence and the poetics of an Amazonian egalitarianism. In: Joanna Overing & Alan Passes (Ed.). *The anthropology of love and anger: The aesthetics in Native Amazonia*. Routledge: London / New York, 2000.

OVERING, Joanna; PASSES, Alan. Preface. In: Joanna Overing & Alan Passes (Ed.). *The anthropology of love and anger: The aesthetics in Native Amazonia*. Routledge: London / New York, 2000.

OVERING, Joanna; PASSES, Alan. Introduction. In: Joanna Overing & Alan Passes (Ed.). *The anthropology of love and anger: The aesthetics in Native Amazonia*. Routledge: London / New York, 2000a.

PARK, Robert Ezra et al. *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PARK, Robert Ezra. The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the Urban Environment. In: Park et al (Orgs.). *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925a.

- PARK, Robert Ezra. A mente do Hobo: Reflexões sobre as relações entre mentalidade e locomoção. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.1, p. 139-144, 2017.
- PARK, Robert E. A História Natural do Jornal. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.2, p. 33-44, 2017a.
- PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Orgs.). *Homem e Sociedade: Leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- PARSONS, Talcott. Os componentes dos sistemas sociais. In: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Orgs.). *Homem e Sociedade: Leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970a.
- PARSONS et al. Papel e sistema social. In: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Orgs.). *Homem e Sociedade: Leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970
- PBAGORA, 18 de julho de 2009. “Casa da família vítima da Chacina é derrubada”. www.pbagora.com.br, [Consultado em 07/07/2015].
- PBAGORA, 10 de julho de 2009, Chegamos a barbárie, <https://goo.gl/iV82tN>, [Consultado em 07/07/2015].
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v.20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PINA CABRAL, João de. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. *Mana*, v. 9, n.1, p. 109-122, 2003.
- PONTES, Williane Juvêncio. *Medos corriqueiros e cidade: Uma análise institucional do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções / UFPB*. Coleção Cadernos do GREM, N° 12. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2017.
- PORTALDAZONASUL, 09 de julho de 2014. Chacina do Rangel completa 5 anos hoje. <https://goo.gl/JRR6Sf>, [Consultado em 07/07/2015].
- PRADO, Rosane M. Cidade pequena: Paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 4, p. 31-56, 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- REDFIELD, R. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1941.
- REGT, Ali de. Ofensiva civilizadora: do conceito sociológico ao apelo moral. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n.47, p. 137- 153, 2017.
- REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- RICHES, David. The Phenomenon of violence. In: David Riches (Editor), *The Anthropology of violence*. Oxford; New York: Blackwell, 1986.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp, 2007.

- RISEK, Cibele. “Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza”, in Joana Barros, Evanildo Silva e Livia Duarte (orgs.), *Caderno de debates: juventude e direitos na cidade*. Rio de Janeiro, Fase, 2013.
- RODRIGUES, Danielle. *O círculo da punição: um estudo sociológico da “cena” acusatorial do linchamento e seus personagens*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2012.
- RODRIGUEZ, Janete; DROULERS, Martini. *João Pessoa: Crescimento de uma Capital*. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1981.
- ROSALDO, Michelle Z. Toward an anthropology of self and feeling. In: Richard A. Shweder e Robert A. LeVine (orgs.). *Culture Theory: Essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 137-157, 1984.
- RÖTTGER-RÖSSLER, Birgitt. Emoção e Cultura: Algumas questões básicas. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 20, p. 177-220, 2008.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, v. 1, n. 2, p. 163-209, 2009.
- SÁ, Lenilde Duarte de. Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbio. O serviço de higiene pública, 1895-1918. Ribeirão Preto, *Tese de Doutorado*, USP, 1999.
- SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854 - 1912). João Pessoa, *Dissertação de Mestrado*, UFPB, 2009.
- SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *Mana*, vol. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.
- SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). *Mana*, vol. 3, n. 2, p. 103-150, 1997a.
- SALES, Andréa L. Porto; MAIA, Doralice Sátyro. Cidade da Parahyba: Transformações no uso das ruas (século XVIII a 1889). *Revista Cadernos do LOGEPA - Série Texto Didático*, v. 2, n. 4, 2003.
- SANTOS, Valéria Oliveira. Mortes, trajetórias e reputações: um estudo antropológico das repercussões de um linchamento. Dissertação. Curitiba: UFPR/PPGAS, 2004.
- SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University Of Chicago Press, 1990.
- SCHEFF, Thomas J. A vergonha como a emoção principal da análise sociológica. Alguns exemplos nas músicas populares. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 28, p. 74-86, 2011.
- SCHEFF, Thomas J. Desvendando o processo civilizador: vergonha e integração na obra de Elias. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 637-655, 2013.
- SCHEFF, Thomas J.; RETZINGER, Suzanne. *Violence and Emotions*. Lexington: Lexington Books, 1991.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Heaven: Yale University Press, 1976.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SCOTT, James C. *Domination and the art of resistance: Hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-21, 2002.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. *Dilemas*, v.1, n.2, p.139-172, 2008.

SCOTT, R. Parry. *Saúde e Pobreza no Recife: Gênero, Geração e Representações de Doenças No Bairro do Ibura*. Recife: UFPE, 1996.

SCOTT, R. Parry. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. *Anthropologicas*, v. 16, n.1, p. 217-242, 2005.

SCOTT, R. Parry; QUADROS, Marion Teodósio de. A diversidade do bairro do Ibura: contextualizando diferenças demográficas, econômicas e sócio-culturais. In: Russel Parry Scott e Marion Teodósio de Quadros. *A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 13-52.

SECOM/JP, 03 de setembro de 2010 João Pessoa tem menores índices mortalidade infantil nordeste. In: *PbAgora*. <https://goo.gl/TqLFDL>, [Consultado em 01.10.2017].

SENNET, Richard. *Desrespeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHWEDER, Richard. A. Anthropology's romantic rebellion against the enlightenment, or there's more to thinking than reason and evidence. In: Richard A. Shweder e Robert A. LeVine (orgs.). *Culture Theory: Essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 27-66, 1984.

SILVA, Hélio. *1937 - Todos os Golpes Se Parecem*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Alzení Gomes da. *O turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: PPGGEO/UFPB, 2006.

SIMMEL, Georg. *The sociology of Georg Simmel*. Glencoe, Ill: The Free Press, p. 320-321, 1950.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a díade. In: Fernando Henrique Cardoso; Octávio Ianni (Orgs). *Homem e Sociedade*. 5ª edição, São Paulo: Editora Nacional, p. 128-135, 1970.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna, In: Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 41-76, 1998.

SIMMEL, Georg A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva, In: S Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 23-40, 1998a.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. , In: S Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 790108, 1998b.

- SIMMEL, Georg. O indivíduo e a liberdade, In: S Jessé de Souza; Berthold J. Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, p. 109-117, 1999c.
- SIMMEL, Georg. Fidelidade: Uma tentativa de análise sócio-psicológica. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 2, n. 6, p. 513-519, 2003.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v.11, n.2, p. 577-591, 2005.
- SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SIMMEL, Georg. Gratidão: Um experimento sociológico. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 9, n. 2, p. 785-804, 2010.
- SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, p. 569-574, 2011.
- SIMMEL, Georg. A tríade. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 45-74, 2013.
- SOUZA, Carolina Batista de. *Processos descivilizadores: Norbert Elias e o problema da violência no mundo civilizado*. Dissertação. João Pessoa: PPGS/UFPB, 2013.
- SPECTOR, Malcolm; KITSUSE, John I. *Constructing Social Problems*. USA: Cummings Pub. Co., 1977.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- THOMAS, William Isaac. *The unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analyses*. Boston: Little, Brown and Company, 1923.
- THOMAS, William Isaac; THOMAS, D. S. *The child in America: Behavior, problems and programs*. New York: Knopf, 1928.
- TRAJANO FILHO, Wilson. *Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau*. In: Wilson Trajano Filho. Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: ABA Publicações / Ed. Athalaia, p. 227-257, 2012.
- TURNER, Victor W. *Dramas, campos e metáforas - ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.
- TURNER, Victor W. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VALE, K. G; M. F Garcia. *A dinâmica geográfica da luta pela moradia em João Pessoa no último decênio (1998-2008): dez anos de transformações (ou) mudanças e permanências*. Trabalho apresentado no X Colóquio de Geocrítica. Barcelona, Es. Disponível em www.ub.es/geocrit/-xcol/276.htm [Consultado em 10.06.2014], 2008.
- VAMPRÉ, Leven. *São Paulo Terra Conquistada*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1932.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, v. 10. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.

- VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Gilberto Velho. *Individualismo e Cultura*, 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-37, 1987.
- VELOSO, Wanessa Souto. *Verdade e justiça ao meio-dia: a construção da experiência moral num programa de TV*. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- VÍDEOSParaíba1, Especial – Chacina do Rangel. https://www.youtube.com/watch?v=_je10Dx9ocA, 08 de outubro de 2009. [Consultado em 07/07/2015].
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n.1, p. 3-22, 2004.
- WACQUANT, Löic. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, 26, p. 13-29, 2006.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- WEBER, Max. *Theory of the Social and Economic Organization*. Glencoe: The Free Press, 1947.
- WEBER, Max. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1974.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- WEISS, Raquel Andrade. Do mundano ao sagrado: o papel da efervescência na teoria moral durkheimiana. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 40, p. 3905-421, 2013.
- WERNECK, Alexandre. *O invento de Adão: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais*. Tese. IFCS/UFRJ, 2009.
- WERNECK, Alexandre. “Dar uma Zoada”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, p.187- 221, 2015.
- WEISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.
- WHITEHOUSE, Harvey. Rites of terror: emotion, metaphor and memory in Melanesian initiation cults. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 2, n. 4, p. 703-715, 1996.
- WHITEHOUSE, Harvey. Emotion, Memory na Religious Rituals: An Assessment of Two Theories. In K. Milton & M. Svasek (orgs.). *Mixed Emotions: Anthropological Studies of Feelings*. Oxford: Berg, p. 91-108, 2006.
- WIRTH, Louis. O urbanismo com modo de vida. In: Otávio Guilherme Velho (Org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: 1967.
- WOUTERS, Cas. Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização. In: Ademir Gebara; Cas Wouters (Orgs). *O controle das emoções*. João Pessoa: EdUFPB, p. 91-118, 2009.
- WRIGHT MILLS, Charles. Ações situadas e vocabulários de motivos. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 44, p. 10-20, 2016.
- WSCOM, 09 de julho de 2010. <https://goo.gl/nqegdg>, [Consultado em 07.07.2015].

YOUNG, J. The Role of the Police as Amplifiers of Deviancy”, in Stanley Cohen (ed.) *Images of Deviance*, Harmondsworth: Penguin, p. 27–61, 1971.

ZAMBONI, Marcela. “*Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor*”: A confiança nas relações amorosas. Tese. Recife: PPGS/UFPE, 2009.

ZIMLER, Richard. *O último cabalista de Lisboa*. Edições Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

Jornais

Jornal Impresso – Correio da Paraíba;

Jornal Impresso – O Norte;

Jornal On-Line – Brejo.com (<https://brejo.com/>);

Jornal On-Line – ClickPB (<https://www.clickpb.com.br/>);

Jornal On-Line – ManchetePB (<http://www.manchetepb.com/>);

Jornal On-Line – PB Agora (<https://www2.pbagora.com.br/>);

Jornal On-Line – PBHoje (<http://www.pbhoje.com.br/>);

Jornal On-Line – WSCOM (<https://www.wscom.com.br/>);

Jornal On-Line – PORTALDAZONASUL (<https://www.portalt5.com.br>).

Blogs

Blog do Clilson Júnior – (<http://manchetepb.blogspot.com/>);

Blog O Be-a-Bá do Sertão – (<http://www.obeabadosertao.com.br/v3/>);

Documentos

Processo Judicial da Chacina do Rangel – Processo N° 200.2009.023.125-5, locado no Fórum Criminal, Comarca de João Pessoa, 1° Tribunal do Júri;

Documento Interno da Secretaria de Comunicação do Município de João Pessoa - DA SECOM, 21.05.2014, Assessoria na Câmara - JP - Relato para auxiliares e assessores do Governo Municipal (mailing) - Reabertura de delegacias reaviva debate por segurança pública na câmara.